Plano Diretor Municipal de Enéas Marques

Prefeito
Edson Lupatini

Coordenador da Equipe Técnica
Edilson Bisolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENÉAS MARQUES

ENEASMARQUES.ATENDE.NET/

DRZ GEOTECNOLOGIA
E CONSULTORIA

DRZ.COM.BR

2022

APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, indispensável para determinar as intervenções a serem executadas pelo poder público municipal e atender às exigências fundamentais de ordenamento das cidades. O PDM induz a um processo de planejamento contínuo que visa a ampliação dos benefícios sociais, a redução da desigualdade social e a garantia da oferta de serviços e equipamentos urbanos.

O PDM deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e, por fim, sancionado pelo Poder Executivo Municipal. Seu resultado, na forma de lei, expressa o pacto firmado entre a sociedade e os Poderes Executivo e Legislativo.

Em âmbito nacional, a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho 2001, o Estatuto da Cidade, veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política urbana. No Estatuto da Cidade foram definidas as normas para a elaboração dos Planos Diretores Municipais, regulando o uso da propriedade em prol do bem coletivo e prevendo, em forma de lei, o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Conforme o art. 41 do Estatuto da Cidade, "o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes". A mesma lei, em seu Art. 40 §3º, define ainda que "a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos".

No Paraná, a Constituição Estadual, em seu Capítulo da Política Urbana, determinou que todos os municípios do Estado têm obrigatoriedade de elaborar o PDM. Já a Lei Estadual n° 15.229, de 25 de julho de 2006, condicionou a firmação de convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços à elaboração do Plano Diretor, por parte dos municípios, seguindo as determinações do Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor vigente de Enéas Marques foi instituído pela Lei nº 005/2008, necessitando ser atualizado. Para a revisão, a Prefeitura Municipal, abriu o Edital de Tomada de Preços nº 006/2019, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para a elaboração da revisão do Plano Diretor do Município de Enéas Marques, com base na legislação vigente aplicável, para aferição dos interessados.

Este processo licitatório deu origem ao Contrato nº 248/2019, celebrado no dia 11 de dezembro de 2019 entre o Município e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda EPP, a qual deverá executar os trabalhos de revisão do PDM de Enéas Marques conforme Termo de Referência (TR) e demais peças do referido edital.

A revisão do Plano Diretor Municipal será dividida em quatro fases:

Fase I – Mobilização: definição do cronograma físico dos trabalhos, proposição de métodos para os trabalhos, planejamento e gestão urbana do município e relatório de atividades, baseando-se no TR do Edital da Tomada de Preços nº 006/2019;

Fase II – Análise Temática Integrada: dividida em três partes, compreende a leitura de todos os dados disponíveis sobre os meios físicos, socioeconômico e institucional existentes a respeito do município de Enéas Marques.

Fase III – Diretrizes e Propostas para um Cidade Sustentável: diretrizes para o reordenamento territorial, definição de instrumentos urbanísticos e estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal;

Fase IV – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do PDM: definição de ações e investimentos prioritários à implementação do PDM e revisão da legislação e elaboração das minutas dos anteprojetos de lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1
1ª FASE – MOBILIZAÇÃO 15
1. OBJETIVO 17
2. EQUIPES 18
2.1 EQUIPE TÉCNICA DA DRZ 18
2.2 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 19
2.3 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 20
3. METODOLOGIA 21
3.1 FASE I – MOBILIZAÇÃO 22
3.2 FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 24
3.3 FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 29
3.4 FASE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM 30
3.5 ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO DO PDM 31
3.6 FORMATO DE ENTREGA 34
4. CRONOGRAMA E PRAZOS 36
FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 39
5. INTRODUÇÃO À FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 41
PARTE 1 43
6. CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL 45
6.1 LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES 45
6.2 BREVE HISTÓRICO 46
6.3 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA 47
6.4 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL 47
6.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL 47
7. CONDICIONANTES NATURAIS 51
7.1 CLIMA 51
7.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA 51
7.3 DECLIVIDADE E HIPSOMETRIA 51
7.4 PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO 57
7.5 BACIA HIDROGRÁFICA E HIDROGRAFIA 61
7.6 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 65
7.7 ARBORIZAÇÃO URBANA 69
8. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS 71
8.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL 71

8.2 EVOLUÇÃO URBANA 77
8.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO 81
4.3. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO 91
9. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS 97
9.1 DEMOGRAFIA 97
9.2 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL 100
9.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO 101
9.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 103
9.5 TURISMO E PATRIMÔNIO MUNICIPAL 113
10. INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 115
10.1 SANEAMENTO BÁSICO 115
10.2 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA 119
10.3 SAÚDE 120
10.4 EDUCAÇÃO 123
10.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL 127
10.6 CULTURA 130
10.7 ESPORTE E LAZER 130
10.8 CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS 132
10.9 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL 132
10.10 SISTEMA VIÁRIO 136
PARTE II 143
11. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS 145
11.1 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL 145
12. ESTIMATIVA DEMOGRÁFICA 155
13. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA 158
13.1 CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL 158
13.2 CAPACIDADE DE SUPORTE DA INFRAESTRUTURA 159
13.3 CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 160
14. EXPANSÃO URBANA 161
14.1 EXPANSÃO URBANA CONSIDERANDO O ASPECTO AMBIENTAL 161
14.2 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA 162
PARTE III 165
15. MOBILIDADE URBANA 167
15.1 DESLOCAMENTO NÃO MOTORIZADO 168
15.2 DESLOCAMENTO MOTORIZADO 171

16. GESTÃO MUNICIPAL 177
16.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA 177
16.2 CONSELHOS MUNICIPAIS 178
17. FINANÇAS PÚBLICAS 182
17.1 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 182
17.2 DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO 193
17.3 INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS 198
18. SÍNTESE DA FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 204
FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS 207
19. INTRODUÇÃO À FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS 209
19.1 CIDADES INTELIGENTES 209
19.2 AGENDA 2030 211
19.3 DIRETRIZES E PROPOSTAS 212
20. DESENVOLVIMENTO E REORDENAMENTO TERRITORIAL 214
20.1 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL 214
20.2 PERÍMETRO URBANO 219
20.3 MACROZONEAMENTO URBANO 223
20.4 ZONEAMENTO URBANO 227
20.5 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 233
20.6 HABITAÇÃO 234
21. SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA 239
21.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO 239
21.2 DRENAGEM PLUVIAL 241
21.3 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS 242
21.4 ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA 244
22. MOBILIDADE URBANA 247
22.1 MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO 247
23. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 255
23.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 255
23.2 ARBORIZAÇÃO URBANA 257
23.3 CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS 258
24. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO 260
24.1 ECONOMIA 260
24.2 SAÚDE 266
24.3 EDUCAÇÃO 268

24.4 ASSITÊNCIA SOCIAL 270
24.5 CULTURA, ESPORTE E LAZER 271
24.6 SEGURANÇA PÚBLICA 273
25. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA 275
25.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO 275
25.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES 277
25.3 GESTÃO PARTICIPATIVA 279
26. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA FASE III 281
FASE IV – PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM 283
27. INTRODUÇÃO AO PAI E À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM 285
28. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS 286
28.1 RESUMO DOS INVESTIMENTOS 287
29. AÇÕES E INVESTIMENTOS PROPOSTOS 290
29.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES 290
29.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES 290
29.3 CUSTOS DE EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS 290
29.4 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS 336
30. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS 347
31. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM 348
31.1 MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 349
31.2 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DOS PERÍMETROS URBANOS 415
31.3 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DE MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO 436
31.4 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 463
31.5 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO 501
31.6 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO CÓDIGO DE OBRAS 527
31.7 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS 605
CADERNO DE RELATÓRIOS 653
29. RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS 655
29.1 RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E 1ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES 656
29.2 RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES 664
29.3 RELATÓRIO DA 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 668
29.4 RELATÓRIO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA E 1ª OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA 677

29.5 RELATÓRIO DA 2ª OFICINA TÉCNICA – FASE II DA RPDM 690
29.6 RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 699
29.7 RELATÓRIO DA REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO E COORDENAÇÃO 707
29.8 RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATÓRIA E DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE III DA RPDM DE ENÉAS MARQUES 709
29.9 RELATÓRIO DA 3ª OFICINA TÉCNICA – FASE III DA RPDM 714
29.10 RELATÓRIO DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 724
29.11 RELATÓRIO DA OFICINA DE COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FASE III DA RPDM DE ENÉAS MARQUES 735
29.12 RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATÓRIA E DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE IV DA RPDM DE ENÉAS MARQUES 740
29.13 RELATÓRIO DA 4ª OFICINA TÉCNICA – FASE IV DA RPDM 746
29.14 RELATÓRIO DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 754
29.15 RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES 763
REFERÊNCIAS 772
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES 776
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA 778

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama da metodologia utilizada na RPDM de Enéas Marques. 21
Figura 2 - Fluxograma das atividades da RPDM. 34
Figura 3 – Vista da PR-180 (Dois Vizinhos – Francisco Beltrão), 2006 e 2020 45
Figura 4– Acesso ao município - Entroncamento PR-471, 2006 e 2020 45
Figura 5 - Início da formação do Município 46
Figura 6 - Perfis topográficos da sede de Enéas Marques – PR 53
Figura 7 - Perfis de inclinação da sede de Enéas Marques-PR 54
Figura 8 – Largura média de trechos do rio Jaracatiá que drena Enéas Marques 61
Figura 9 - Avenida Joaquim Bonetti: trechos com e sem arborização 69
Figura 10 - Arborização municipal 70
Figura 11 - Composição da população de Enéas Marques por sexo e faixa etária - 2000 e 2010 98
Figura 12- Quedas d'água 113
Figura 13 - Centro Municipal de Eventos Othamar Brchenbrock 113
Figura 14 - Letreiro Enéas Marques 114
Figura 15 - Abastecimento de Água 115
Figura 16 - Coleta seletiva em Enéas Marques pela ACATEM. 118
Figura 17 - Centro Integrado de Saúde 121
Figura 18 - Colégio Estadual Castro Alves, 2006 e 2020 123
Figura 19 - Novas instalações da E.M. Prefeito Hélio Parzianello 124
Figura 20 - Fluxo de veículos no horário de saída das escolas 126
Figura 21 – Assistência Social 127
Figura 22 – Centro de Convivência do Idoso 127
Figura 23 - Informações do Cadastro Único de Enéas Marques 128
Figura 24 - Informações do Bolsa Família de Enéas Marques 128
Figura 25 – Biblioteca Cidadã Jaracatiá 130
Figura 26 – Ginásio Municipal Bonettão 131
Figura 27 – Academia ao ar livre 131
Figura 28 – Praça Jaracatiá 131
Figura 29- Cemitério Municipal 132
Figura 30 – Vias com asfalto (esq.) e vias com pedras irregulares (dir.) 139
Figura 31 - Avenida Joaquim Bonetti 145
Figura 32 - Ocupações Irregulares 150
Figura 33 - Hierarquia no sistema viário 167
Figura 34 – Deslocamentos por bicicletas 168
Figura 35 – Deslocamentos de pedestres 169
Figura 36 - Trecho da Avenida Joaquim Bonetti com piso tátil 169
Figura 37 - Avenida Dionísio Oenning com diferentes tipos de pavimentação de calçada 170
Figura 38 - Transporte Escolar 173
Figura 39 - Terminal Rodoviário em 2006 (esq.) e 2020 (dir.) 173
Figura 40 - Organograma administrativo 178
Figura 41 – Serviços para cidades inteligentes 210
Figura 42 – Agenda 2030: os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 211

Figura 43 – Temáticas para as Diretrizes e Propostas 213
Figura 44 – Legenda das cores utilizadas nas tabelas de diretrizes e Propostas. 213
Figura 45 - ODS 11 - Cidades e comunidade sustentáveis 215
Figura 46 - ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis 235
Figura 47 - ODS 6 - Água Potável e Saneamento 239
Figura 48 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis 243
Figura 49 - ODS 7 - Energia acessível e limpa 244
Figura 50 - ODS 13 e 15 da Agenda 2030 255
Figura 51 - ODS 8 e 9 da Agenda 2030 263
Figura 52 - ODS 3 Saúde e Bem-estar 266
Figura 53 - ODS Educação de Qualidade 268
Figura 54 – Categorias para identificação das ações do PAI 286
Figura 55 – Prazos de execução do PAI 286
Figura 56 – Invasões e praças destacados na Oficina Técnica 691
Figura 57 - Reunião de Coordenação e Consolidação 739
Figura 58- Conferência Municipal da RPDM 763
Figura 59 - Conferência Municipal da RPDM de Enéas Marques 764

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologias adotadas para abordar os temas da Fase II - Parte 1 25
Quadro 2 - Temas abordados na Fase II - Parte 2 27
Quadro 3 - Temas abordados na Fase II - Parte 3 27
Quadro 4 - Temas abordados na Fase III 29
Quadro 5 - Cronograma de atividades detalhado 36
Quadro 6 – Cronograma Síntese 38
Quadro 7 – Comparativo de Uso e Ocupação do Solo 82
Quadro 8 - Coleta de resíduos por frequência e órgão responsável 117
Quadro 9 - Situação dos Estabelecimentos Públicos de Saúde 122
Quadro 10 - Equipamentos Públicos de Ensino Regular em Enéas Marques 125
Quadro 11 - Equipamentos Socioassistenciais de Enéas Marques 127
Quadro 12 – Programas fornecidos pela Assistência Social 129
Quadro 13 – Equipamentos de esporte de Enéas Marques 130
Quadro 14 - Classificação e descrição das vias urbanas 139
Quadro 15 - Classificação dos domicílios particulares permanentes em 2010 149
Quadro 16 - Empreendimentos Habitacionais 150
Quadro 17 - Estimativa demográfica até 2030 155
Quadro 18 -Acessibilidade em Enéas Marques 170
Quadro 19 – Transporte Motorizado de Atendimento ao Público 172
Quadro 20 - Síntese dos Conselhos Municipais 179
Quadro 21 - Síntese da Parte 1 204
Quadro 22 - Síntese da Parte 2 205
Quadro 23 - Síntese da Parte 3 205
Quadro 24 - Tripé do desenvolvimento sustentável 206
Quadro 25 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Municipal 215
Quadro 26 – Diretrizes e Propostas para o Perímetro Urbano e de Expansão Urbana 219
Quadro 27 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Urbano 224
Quadro 28 – Proposta para alteração do Zoneamento Urbano 227
Quadro 29 - Diretrizes e Propostas para o Uso e Ocupação do Solo Urbano 230
Quadro 30 – Diretrizes e Propostas para a aplicação dos Instrumentos Urbanísticos 233
Quadro 31 – Diretrizes e Propostas para a Habitação 235
Quadro 32 – Diretrizes e Propostas para o Saneamento Básico 240
Quadro 33 – Diretrizes e Propostas para o Sistema de Drenagem Urbana 241
Quadro 34 – Diretrizes e Propostas para a Coleta de Resíduos Sólidos 243
Quadro 35 – Diretrizes e Propostas para a Iluminação Pública 245
Quadro 36 – Diretrizes e propostas para a Mobilidade Urbana e o Sistema Viário 248
Quadro 37 – Diretrizes e Propostas para a Proteção e Preservação Ambiental 255
Quadro 38 – Diretrizes e Propostas para a Arborização Urbana 257
Quadro 39 – Diretrizes e Propostas para os Cemitérios 258
Quadro 40 – Diretrizes e Propostas para a Agropecuária 261
Quadro 41 – Diretrizes e Propostas para a Indústria, Comércio e Serviços 263
Quadro 42 – Diretrizes e Proposições para o Turismo 265

Quadro 43 – Diretrizes e Propostas para a Saúde 266
Quadro 44 – Diretrizes e Propostas para a Educação..... 268
Quadro 45 – Diretrizes e Propostas para o Assistência Social 270
Quadro 46 – Diretrizes e Propostas para Cultura, Esporte e Lazer 271
Quadro 47 – Diretrizes e Propostas para a Segurança Pública.....273
Quadro 48 – Diretrizes e Propostas para o fortalecimento institucional.....276
Quadro 49 – Diretrizes e Propostas para o Sistema de Informações 278
Quadro 50 – Diretrizes e Propostas para a Gestão Participativa.....279
Quadro 51 – Ações para o Departamento Municipal de Administração e Gestão..... 291
Quadro 52 – Ações para o Departamento de Fazenda..... 295
Quadro 53 – Ações para o Departamento de Obras e Serviços Públicos..... 300
Quadro 54 – Ações para o Departamento de Educação, Cultura e Esporte 305
Quadro 55 – Ações para o Departamento de Saúde..... 310
Quadro 56 – Ações para o Departamento De Assistência Social E Assuntos Da Família 313
Quadro 57 – Ações para o Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal 316
Quadro 58 – Ações para o Departamento de Agropecuária..... 321
Quadro 59 – Ações para o Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 323
Quadro 60 – Ações para o Departamento de Viação..... 331
Quadro 61 – Ações para o Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia 334
Quadro 62 – Mecanismos de Avaliação 336
Quadro 63 - Indicador de Resultado 337

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e Municípios Limítrofes 49
Mapa 2 – Hipsometria e Declividade 55
Mapa 3 - Solos e Aptidão Agrícola 59
Mapa 4 - Bacia Hidrográfica e Hidrografia 63
Mapa 5 - Fitogeografia e Unidades de Conservação 67
Mapa 6 - Uso do solo municipal 75
Mapa 7 - Evolução Urbana 79
Mapa 8 - Uso do Solo urbano Sede 87
Mapa 9 - Zoneamento Vigente 89
Mapa 10 - Áreas Aptas, Aptas Com Restrição e Inaptas ao Uso e Ocupação Antrópicos – Município 93
Mapa 11 - Restrição ao Uso e Ocupação – Sede 95
Mapa 12 - Equipamentos Públicos de Enéas Marques 135
Mapa 13 - Sistema Viário Municipal 137
Mapa 14 - Sistema Viário Urbano 141
Mapa 15 - Loteamentos de Interesse Social e Ocupações Irregulares 153
Mapa 16 - Expansão Urbana 163
Mapa 17 - Pavimentação Viária 175
Mapa 18 – Macrozoneamento Municipal Proposto 217
Mapa 19 – Perímetro Urbano Proposto 221
Mapa 20 – Macrozoneamento Urbano Proposto – Sede Municipal 225
Mapa 21 – Zoneamento Proposto 231
Mapa 22 – Áreas prioritárias para aplicação de Instrumentos Urbanísticos 237
Mapa 23 – Diretrizes viárias e hierarquia proposta 251
Mapa 24 – Proposta de Rotas Acessíveis e Ciclovias 253

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Preservação Permanente
CEIC	Centro Integrado de Comando
CM	Conselho do Município
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Paraná
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ETM	Equipe Técnica Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
GA	Grupo de Acompanhamento
IAT	Instituto Água e Terra do Paraná (antigo IAP)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITP	Índice de Transparência da Administração Pública
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
NBR	Norma Brasileira
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PcD	Pessoa com deficiência
PDM	Plano Diretor Municipal
PGRCC	Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

PGV	Planta Genérica de Valores
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
RPDM	Revisão do Plano Diretor Municipal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SMDRU/MDR	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional
TCEPR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TR	Termo de Referência
UTM	Universal Transversa de Mercator

FASE I - MOBILIZAÇÃO

1. OBJETIVO

O presente documento trata-se do Plano de Trabalho, produto referente à Fase I - Mobilização da Revisão do Plano Diretor Municipal Enéas Marques. O Plano de Trabalho tem o objetivo de definir e apresentar à Prefeitura Municipal, representada pela Equipe Técnica Municipal (ETM), os métodos, estratégias de ação e prazos a serem adotados para a execução das atividades da Revisão do PDM.

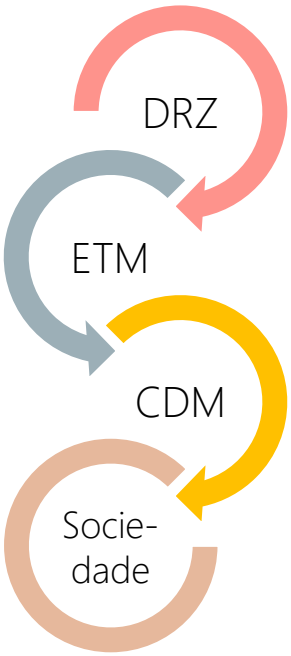
A Revisão do PDM tem como objetivo principal a adequação da política urbana à nova realidade do Município, em consonância com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a qual estabelece, em seu artigo 2º a garantia:

do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, infraestrutura urbana, saneamento ambiental, mobilidade urbana, serviços públicos, trabalho, esporte e lazer;

da gestão democrática, que compreende a participação da população e associações representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

2. EQUIPES

O desenvolvimento da revisão do PDM dar-se-á através de três equipes principais: a Equipe Técnica Municipal (ETM), o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) e a Equipe Técnica da DRZ, além da participação da comunidade.



2.1 EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

Cabe à Equipe Técnica da consultoria contratada desenvolver as atividades e elaborar os produtos constantes no Termo de Referência, anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2019, e pactuadas neste Plano de Trabalho. Além disso, são atribuições da Equipe Técnica da DRZ:

- Garantir a gestão democrática da revisão do PDM, de modo a formular diretrizes e propostas com viabilidade de acompanhamento por parte da Municipalidade e controle social;
- Formar um banco de dados com o material elaborado em todas as etapas da Revisão do PDM que seja apto à publicação;
- Orientar a ETM no processo de atualização das leis municipais;
- Manter a Equipe Técnica Municipal atualizada sobre o processo de revisão do PDM e encaminhar à coordenação desta todos os produtos preliminares para avaliação;
- Destacar para a população a importância de sua participação na revisão do Plano Diretor Municipal;
- Elaborar todos os produtos de acordo com a legislação municipal, estadual e federal, bem como outras resoluções e normativas pertinentes;
- Dar embasamento técnico a todas as análises e propostas contidas no Plano Diretor Municipal;
- Elaborar relatórios com registros de todas as atividades realizadas;
- Conduzir as reuniões, oficinas e audiências públicas referentes a revisão do PDM; e

- Ajustar os produtos elaborados ou em elaboração aos resultados das audiências públicas, oficinas técnicas e oficinas de leitura comunitária e às proposições efetuadas pela ETM, CDM e Câmara de Vereadores.

2.2 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Conforme consta no Termo de Referência, anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2019, a fiscalização dos serviços técnicos de consultoria será de responsabilidade do município, por meio de profissional legalmente habilitado, preferencialmente com formação em arquitetura e urbanismo ou engenharia civil. Este profissional deverá ser o coordenador da Equipe Técnica Municipal.

A DRZ deverá encaminhar ao Coordenador da ETM os produtos preliminares de cada uma das Fases que reencaminhará aos integrantes da ETM e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Além disso, à Equipe Técnica Municipal (ETM) caberá participar de todo o processo de Revisão do PDM, tendo as seguintes atribuições:

- Assegurar a construção do processo de Revisão do PDM de acordo com os fins propostos no TR, subsidiando a Equipe Técnica da DRZ com dados, informações e apoio logístico para a realização dos eventos;

- Realizar a divulgação das Audiências Públicas, Oficinas Comunitárias e Conferência Municipal, garantindo a participação da comunidade no processo de Revisão do PDM;

- Recomendar, se for o caso, a convocação de outros órgãos do poder público (municipal, estadual ou federal) e convidar associações representativas dos vários segmentos da comunidade para subsidiar a análise dos produtos referentes à Revisão do PDM;

- Participar das reuniões técnicas de capacitação, preparação e consolidação, oficinas técnicas, audiências públicas e da conferência municipal;

- Emitir análises técnicas, propor alterações, adequações, exclusões ou complementações nos documentos entregues pela DRZ ao longo das diversas fases do Processo de Revisão do PDM, tendo por base o TR;

- Dar aceitação da versão final dos produtos elaborados pela Equipe Técnica da DRZ relativos a cada uma das fases conforme o TR.

A Equipe Técnica Municipal de Revisão do Plano Diretor do Município de Enéas Marques (ETM) foi instituída pela Portaria nº3371/2020. A ETM é constituída por representantes de diversos setores da sociedade civil enéas-marquense.

2.3 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) deverá acompanhar e avaliar todas as fases da Revisão do PDM. São atribuições do CDM:

- Participar e acompanhar as reuniões técnicas, oficinas técnicas, audiências públicas e a Conferência da Revisão do PDM, de modo a cumprir as exigências do Estatuto da Cidade sobre a participação democrática e a representação da sociedade na Revisão do PDM;
- Propor sugestões, alterações e complementações aos produtos elaborados pela Equipe Técnica da DRZ;
- Acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada e da Equipe Técnica Municipal no processo de revisão do PDM;
- Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo participativo de Revisão do PDM e garantir a participação da sociedade na implementação do PDM, após sua aprovação.

O Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) é citado na Lei Municipal nº 005/2008, que aprova o Plano Diretor Municipal de Enéas Marques e dá outras providências.

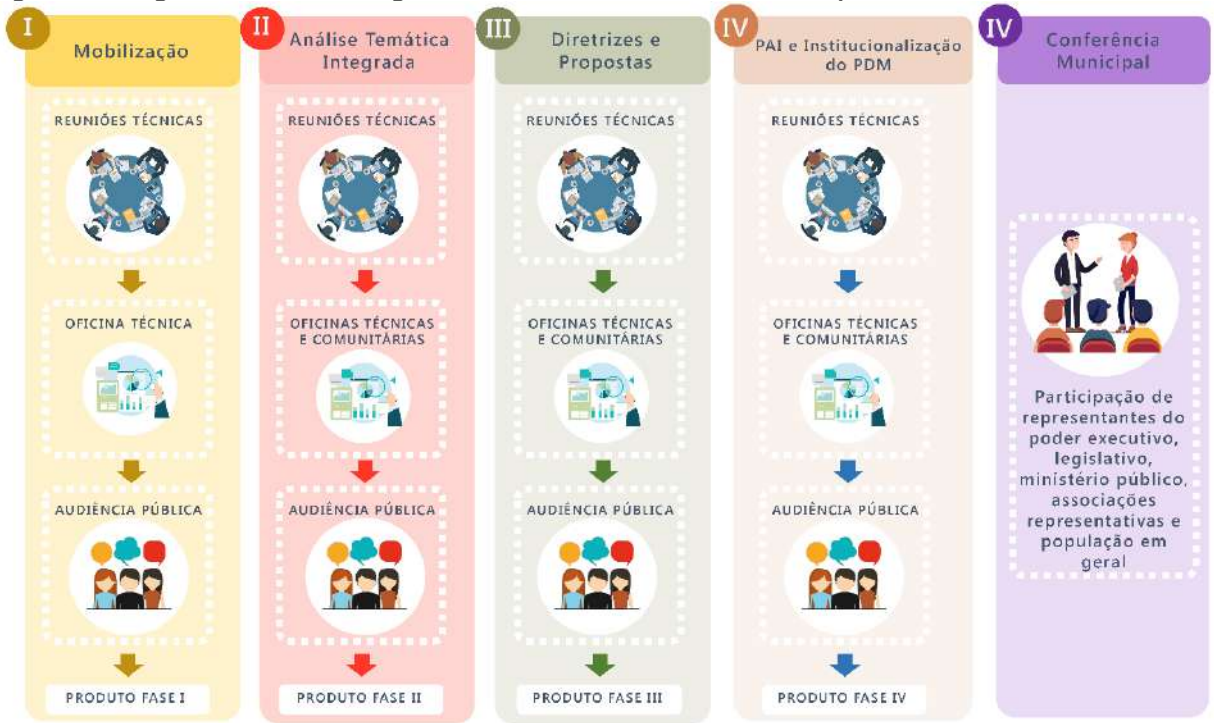
3. METODOLOGIA

A revisão do PDM de Enéas Marques deve abranger todo o território do Município, focando nas mudanças ocorridas neste desde a aprovação do último PDM, com ênfase na área urbana. O Plano Diretor deve, ainda, constituir-se como instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), além de ser compatível com a Lei Orgânica do Município, Lei de Responsabilidade Fiscal, planos setoriais do Governo Estadual e recomendações do Governo Federal.

Serão relacionados os aspectos voltados à sustentabilidade ambiental e à capacidade de suporte do desenvolvimento urbano estimada para os próximos anos, em consonância com os instrumentos legais que dispõem sobre o planejamento urbano e embasados no conhecimento técnico acumulado pela DRZ.

O desenvolvimento dos trabalhos de revisão do PDM de Enéas Marques se dará em quatro fases: I – Mobilização; II – Análise Temática Integrada; III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável; IV – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM. Para cada fase são previstas atividades, eventos e a elaboração dos respectivos produtos que comporão a versão final da RPDM.

Figura 1 - Diagrama da metodologia utilizada na RPDM de Enéas Marques.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Para a elaboração da Análise Temática Integrada, a principal fonte de informações será o levantamento de dados secundários, coletados em órgãos oficiais e junto ao Município, estes a

serem fornecidos pela ETM e demais equipes integrantes de outros órgãos relacionados ao planejamento urbano atuantes no Município. Dessa forma, é fundamental o envolvimento dos técnicos designados para participar das reuniões, buscando a integração entre o planejamento e a gestão. A participação da sociedade nos eventos abertos ao público também será essencial para levantar dados concretos sobre a realidade do Município, garantindo a premissa participativa do PDM.

A partir desta leitura e do diagnóstico da realidade local do Município, serão formuladas as Diretrizes e Propostas, fase 3 da Revisão do PDM, onde serão constituídos cenários e hipóteses de ordenamento territorial, e definidos os eixos estratégicos para expansão urbana, pactuadas coletivamente.

A garantia do pleno desenvolvimento urbano e ordenação do solo urbano será trabalhada durante a 4ª fase da Revisão do PDM, quando serão elaboradas as minutas de anteprojetos de lei do Plano Diretor e leis relacionadas a ele, processo esse que será realizado pela equipe técnica da DRZ, conjuntamente com a ETM.

A seguir, serão apresentadas as atividades a serem desenvolvidas na RPDM do município de Enéas Marques e a metodologia para sua realização, empregada nos trabalhos de revisão de Planos Diretores elaborados pela empresa DRZ com vasta experiência na área.

3.1 FASE I – MOBILIZAÇÃO

Após a assinatura do contrato, são mobilizadas as equipes técnicas e a sociedade civil para iniciar os trabalhos da RPDM. É nesta primeira etapa, então, que as estratégias e mecanismos para viabilizar a execução da RPDM são definidos, incluindo a elaboração do cronograma físico de trabalho, a proposição da metodologia e plano de trabalho e o planejamento do processo participativo da RPDM.

3.1.1 CRONOGRAMA FÍSICO DE TRABALHO

O Cronograma Físico de Trabalho contém as atividades a serem realizadas em cada fase. Este conteúdo está disponível no item 4 deste Plano de Trabalho.

3.1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO

A Metodologia de Trabalho será alicerçada na ideia de constituir o PDM como um marco de referência para a política de desenvolvimento municipal com base na gestão democrática, dando as diretrizes necessárias para o modo de produção do espaço urbano/rural considerando as dimensões socioeconômicas, territorial/ambiental e institucional do município e sua inserção nas esferas regional e metropolitana.

Essa metodologia será empregada de modo a viabilizar e garantir a participação da ETM, do CDM, do poder legislativo, das associações representativas da sociedade e da população em geral em todas as fases, a fim de possibilitar conhecimento das demandas da comunidade e a formulação de diagnósticos, diretrizes e propostas fiéis à realidade local.

Para tanto, serão promovidas reuniões e debates entre técnicos de diversos departamentos municipais, com o acompanhamento do Conselho, para a coleta e troca de informações sobre o município, as legislações do PDM e o andamento do processo da RPDM, além de debates com representantes dos segmentos da sociedade civil, do legislativo, do ministério público e da população em geral, por meio de audiências públicas e oficinas comunitárias, para além de obter dados e informações, exercer a escuta social e referendar os produtos.

3.1.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Para avaliar a capacidade institucional da administração municipal de desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, propõe-se a realização de uma Oficina de Leitura Técnica, com a participação dos membros da ETM e do CDM, com o objetivo de realizar uma análise conjunta dos itens a serem avaliados, a fim de verificar, de modo preliminar, a capacidade do município de executar as ações planejadas referente à política urbana, bem como exercer a gestão em consonância com as premissas estabelecidas no Estatuto da Cidade. Isto é, propõe-se uma oficina na qual a ETM, com a contribuição do Conselho, avalie:

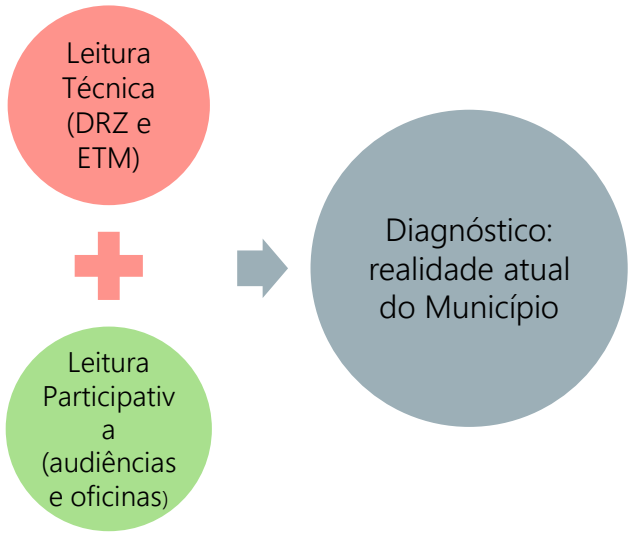
- Se as diretrizes, propostas e ações estabelecidas no PDM vigente e no PAI foram executadas, executadas parcialmente ou não executadas;
- Se os instrumentos do Estatuto da Cidade previstos na Lei do Plano Diretor foram regulamentados (possuem lei específica), apenas implementados ou não são utilizados;
- Se as posturas municipais que se referem ao parcelamento do solo, edificações e obras e atividades econômicas, possuem conflitos quanto ao licenciamento e se há fiscalização frequente;
- Se a provisão de infraestrutura, equipamento e serviços públicos atende, atende parcialmente ou não atende à demanda;
- Se as alterações realizadas nas legislações urbanísticas do Plano Diretor passaram por deliberação do CDM (ou outro similar) e audiência pública, apenas deliberação do CDM (ou outro similar) ou apenas tramitação no legislativo.

Os resultados ao final da oficina comporão um índice de avaliação preliminar de desempenho do planejamento e gestão urbana do município.

3.2 FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Esta fase compreende a leitura de todos os dados disponíveis sobre os meios físico, socioeconômico e institucional existentes a respeito Município de Enéas Marques.

Para identificar a situação atual do Município e as tendências para o desenvolvimento municipal, serão realizadas leituras técnicas e leituras comunitárias, as quais versarão sobre a realidade do município:



- A Leitura Técnica proporcionará o diagnóstico da situação atual e terá como objetivo o levantamento e a organização de dados e informações necessárias à construção desse diagnóstico. Será executada pela contratada com o apoio da ETM e realizada a partir de dados coletados junto à Prefeitura Municipal, dados secundários, levantamentos em campo e realização de reuniões técnicas.

- A Leitura Comunitária, por sua vez, constitui no levantamento, mapeamento e organização do território, conforme as demandas coletivas dos diferentes grupos sociais, levando em conta as escalas dos bairros e localidades urbanas, o resultado das oficinas a serem realizadas em reuniões comunitárias e de informações coletadas via consulta pública.

A integração entre as análises das leituras técnicas e das leituras comunitárias compõem o Diagnóstico Técnico Comunitário, processo que dá suporte ao desenvolvimento das próximas etapas do trabalho, divididas em três partes, detalhadas a seguir.

3.2.1 FASE II – PARTE 1

Esta etapa compreende o diagnóstico da realidade atual do Município, a ser elaborado a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos aéreas, levantamentos em campo, Plano Diretor e legislação vigentes.

Será abordada a caracterização física do território municipal, incluindo o levantamento de informações sobre a geologia, geomorfologia, hidrografia, hipsometria, declividades, pedologia, aptidão do solo, fitogeografia, unidades de conservação, através do mapeamento do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (internas ou externas aos perímetros urbanos vigentes), visando a identificação das respectivas capacidades de suporte ambiental em relação a usos e ocupações antrópicos. O levantamento do uso e

ocupação do solo municipal, do solo urbano e áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à ocupação humana também está inserido nesta etapa.

Para a composição desta parte, serão contemplados os temas e aplicada as metodologias a seguir:

Quadro 1 - Metodologias adotadas para abordar os temas da Fase II - Parte 1

Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos
Geologia, geomorfologia, fitogeografia, pedologia e aptidão do solo: analisados a partir da base de dados do ITCG, 2010, em *shapefile* (vetor), com processamento e análise realizados em *software* de geoprocessamento e incluindo elaboração de mapas com as diferentes temáticas mencionadas;
Hipsometria e declividade: analisadas a partir da base de dados disponível em TOPODATA, 2010, com Modelo Digital de Elevação (MDE) em formato *raster* (imagens), processamento realizado em *software* de geoprocessamento para elaboração de mapas com curvas de nível;
Hidrografia: analisada a partir da criação de redes de drenagens por interpretação visual das imagens de alta resolução disponíveis no Google Earth combinadas com as curvas de nível e MDE para a região, incluindo a elaboração de mapa de hidrografia;
Unidades de conservação: analisadas a partir do mapeamento de todos os fragmentos de vegetação do município e todas as nascentes, incluindo delimitação das APP a partir da malha hidrográfica e das nascentes, incluindo a elaboração de mapa.
Uso e ocupação do solo municipal: analisados a partir da classificação de imagens de satélite (SENTINEL/CBERS/LANDSAT) do uso e ocupação do solo municipal, sendo classificados água, remanescentes, solo exposto, área urbana, plantio florestal, pastagem e agricultura, incluindo elaboração de mapa;
Uso e ocupação do solo urbano: analisados a partir da elaboração de mapa com classificação do solo urbano em uso comercial, residencial, industrial, institucional, áreas verdes e de lazer, vazios urbanos e mistas, a partir de

base de dados disponível em *shapefile* (vetor) e com processamento feito em *software* de geoprocessamento;
Restrições à ocupação: análise do MDE (Modelo Digital de Elevação), carta de declividade e áreas propensas a inundação, além das barreiras antrópicas (rodovias, indústrias, granjas etc.) para elaboração de mapa com as áreas propensas à expansão.
Aspectos socioeconômicos
Para a caracterização socioeconômica do Município, são levantados e mapeados os aspectos demográficos, com base nos dados dos Censos Demográficos do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/FJP/IPEA), incluindo: população total, urbana e rural; distribuição, densidade e crescimento populacional; pirâmide etária; índice de desenvolvimento humano municipal. Também se elabora a caracterização da dinâmica econômica do perfil produtivo, atividades predominantes e indicadores de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, Secretaria de Fazenda do Paraná e Ministério do Trabalho.
Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
Para avaliar a capacidade de suporte e a distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços do Município, são levantados, mapeados e analisados os equipamentos e serviços públicos do município, incluindo: saúde; educação; assistência social; cultura; esporte e lazer; cemitérios e serviços funerários; segurança. Também se mapeia, levanta-se e analisa-se a infraestrutura urbana, incluindo: saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e coleta e destinação de resíduos sólidos; iluminação pública e energia elétrica; sistema viário.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

3.2.2 FASE II – PARTE 2

Nesta etapa são identificadas as capacidades de suporte do meio ambiente, da infraestrutura e dos equipamentos e serviços públicos existentes em Enéas Marques relacionadas ao uso e ocupação do solo atual e à expansão urbana.

Sobre a capacidade de suporte do meio ambiente, são analisados os principais problemas ambientais do Município, com base no diagnóstico elaborado na Parte 1 e nas informações fornecidas pela ETM, o que possibilita a identificação das deficiências para, na Fase III, propor alternativas para minimizar e/ou eliminar os problemas.

Em relação à infraestrutura e aos equipamentos e serviços públicos, são elaboradas uma projeção populacional, através de modelos matemáticos, baseada nos últimos dados disponíveis pelos

censos do IBGE, e uma análise da projeção do aumento da renda econômica das famílias, de forma a identificar o impacto que isso trará aos serviços públicos.

Para a composição desta parte, são contemplados os seguintes temas:

Quadro 2 - Temas abordados na Fase II - Parte 2

Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
A capacidade de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos do território municipal é associada ao levantamento e a análise realizada sobre o uso e ocupação do solo atual, assim como é analisado se as legislações urbanísticas vigentes no Município estão adequadas ao diagnóstico realizado.
Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
A capacidade de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos do território municipal, para este item, é associada à projeção populacional elaborada, e aos levantamentos e análises realizados sobre os aspectos socioeconômicos.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

3.2.3 FASE II – PARTE 3

Esta última parte da Análise Temática Integrada contemplará capítulos dedicados à mobilidade urbana, à capacidade de investimento do Município de Enéas Marques e à gestão municipal com ênfase nos conselhos municipais. E amparado pelas análises realizadas anteriormente, também será elaborada a síntese de todos os trabalhos desenvolvidos já indicando objetivos para o desenvolvimento municipal, a fim de nortear a composição da Fase III da RPDM – Diretrizes e Propostas.

São abordados nesta etapa:

Quadro 3 - Temas abordados na Fase II - Parte 3

Condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase na área urbana
No capítulo sobre mobilidade urbana, são analisadas as condições atuais do deslocamento individual não motorizado, do transporte coletivo, do deslocamento individual motorizado e do deslocamento motorizado de cargas e serviços, de modo a verificar a sua adequação em termos de acessibilidade e mobilidade, com base nos dados do DETRAN, dados e informações disponibilizados pela ETM e através das visitas técnicas.

Capacidade de investimento do município
Para a elaboração do Plano de Ação e Investimento a ser contemplado na Fase IV da RPDM, nesta etapa é realizada uma análise da capacidade de investimento atual e futura e do Município, contemplando as receitas e despesas financeiras e os indicadores de finanças públicas, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do IBGE e disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Enéas Marques.
Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes
Na análise sobre a gestão municipal, é realizado um levantamento dos conselhos municipais relacionados direta ou indiretamente à temática do desenvolvimento urbano, os quais são gestores de políticas públicas no âmbito da administração municipal, incluindo as respectivas naturezas, atribuições, composições, funcionamento e oportunidades de unificação, com base na legislação municipal vigente e nos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Enéas Marques e pela ETM.
Síntese da Análise Temática Integrada
As análises empreendidas nos itens da Análise Temática Integrada são sistematizadas em um capítulo síntese, contemplando indicações para a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.
Objetivos para o desenvolvimento municipal
O capítulo síntese serve de base para a definição de objetivos para o desenvolvimento municipal, a fim de garantir os direitos citados no Estatuto da Cidade, em consonância com os objetivos estabelecidos em instrumentos de planejamento aderidos pelas esferas federais e estaduais, como a Agenda 2030 da ONU, por exemplo.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

As três partes integrantes da Análise Temática Integrada estão resumidas no esquema a seguir:

Parte 1: Levantamento da situação atual, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Parte 2: Expansão urbana, capacidade de suporte (atual e futura) e condições de moradia.

Parte 3: Mobilidade urbana, conselhos municipais, finanças públicas, gestão municipal e objetivos gerais para o desenvolvimento.

3.3 FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

A terceira fase da RPDM de Enéas Marques tem como premissa estabelecer uma coerência entre o diagnóstico construído na fase anterior e o cenário desejável e viável para o Município em um horizonte de 10 anos, e em conformidade com a disponibilidade de recursos.



A garantia de uma cidade sustentável se dá através da formulação de diretrizes e propostas que visem o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

A partir das projeções elaboradas, são definidos eixos estratégicos que conduzirão a RPDM de Enéas Marques, por meio de diretrizes e propostas pensadas para curto, médio e longo prazos.

São temas abordados nesta fase:

Quadro 4 - Temas abordados na Fase III

(Re)ordenamento territorial
O macrozoneamento municipal e urbano, perímetro urbano e de expansão urbana, uso e ocupação do solo e zoneamento são analisados à luz do diagnóstico municipal e dos objetivos definidos anteriormente, a fim de verificar a adequação ou necessidade de possíveis alterações no ordenamento territorial.
Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável
Visando a garantia do direito à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, e à luz do diagnóstico municipal e dos objetivos definidos anteriormente, são definidas diretrizes e propostas específicas para curto, médio e longo prazos.

Instrumentos urbanísticos
Após instituídos os objetivos, diretrizes e propostas, em consonância com estes, são definidos os instrumentos urbanísticos aplicáveis ao município Enéas Marques, sendo demarcadas as áreas onde serão aplicados.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

3.4 FASE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

3.4.1 3.4.1. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

O PAI contempla a definição das ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, considerando as diretrizes e propostas estabelecidas na fase anterior e avaliação realizada sobre a capacidade de investimento do município, identificando cada ação ou investimento com respectivo responsável, direito à cidade sustentável, dimensão, objetivo, tema, localização, meta (prevista e realizada), custo, prazo, indicador de resultado e fonte de recursos.

O PAI é concebido para um prazo de 5 anos, fazendo avalição do ano anterior (no máximo até o mês de abril do ano seguinte) e incluindo mais um ano, de forma a mantê-lo sempre com 5 anos e subsidiar o Plano Plurianual (PPA), elaborado a cada 4 anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA). Para a definição das ações e investimentos do quinto ano, além das fases anteriores da RPDM, também é avaliado o que foi realizado em relação ao previsto no ano anterior.

A avaliação do ano anterior e a definição das novas ações e investimentos são objeto de apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal ou similar, observadas suas prerrogativas, que são asseguradas em lei municipal, visto que os conselhos têm diferentes atribuições, sendo: consultivos, deliberativos, normativos ou fiscalizadores, entre outros

3.4.2 3.4.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

A institucionalização do PDM de Enéas Marques consiste em materializar em minutas de leis as diretrizes, estratégias e projetos, conforme definidos nas fases anteriores, disponível para melhor entendimento, sempre que necessário, mapeado em escala apropriada. Esta etapa inclui a revisão da legislação urbana básica vigente no Município a ser apresentada em forma de minutas de leis e a regulamentação específica para os instrumentos urbanísticos aplicáveis ao território municipal.

São apresentados os anteprojetos de minuta para:

- Lei do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, dispondo diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamento municipal e urbano) e propostas para garantir o direito à cidade sustentável;
- Código de Obras e Edificações;
- Código de Posturas Municipais;
- Lei Municipal de Parcelamento do Solo;
- Lei do(s) Perímetro(s) Urbano(s) e de área(s) de expansão urbana;
- Lei de Uso e ocupação do solo urbano;
- Lei do Sistema Viário,
- Análise e estruturação do Conselho Municipal da Cidade conforme Resolução nº 13, de 16 de junho de 2004, do Conselho Nacional das Cidades; e
- Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

3.5 ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO DO PDM

O Estatuto da Cidade determina que a gestão democrática da cidade consiste em uma das diretrizes que orientam a política urbana municipal. Para que seu exercício seja pleno e o direito à cidade seja efetivo, a elaboração, implementação e acompanhamento de planos que visam o desenvolvimento urbano requerem a participação popular, pois os temas abordados impactam diretamente a vida e o cotidiano de todos os cidadãos.

No caso do PDM, essa participação deve ser garantida pelos poderes legislativo e executivo municipais, através de audiências públicas e oficinas comunitárias. Em consonância com estas determinações, a Equipe Técnica da DRZ desenvolve as atividades previstas no TR, garantindo a participação da população local, incluindo a ETM, grupos de acompanhamento e fiscalização do PDM, representes do poder legislativo e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade.

Tais eventos são distribuídos nas quatro fases da Revisão do PDM, incluindo reuniões e oficinas técnicas, oficinas comunitárias, audiências e, por fim, a Conferência Municipal da Revisão do Plano Diretor de Enéas Marques.

3.5.1 3.5.1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Trata-se de um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público expõem um tema para debater com a população, de modo a formular uma política pública, elaborar um projeto de Lei ou aprovar empreendimentos que causam impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente.

A Audiência Pública é uma importante ferramenta para a sociedade civil contribuir nas tomadas de decisão do Estado, onde há a possibilidade de influenciar e controlar as políticas públicas. Nas Audiências Públicas da Revisão do PDM serão disponibilizadas informações sobre o andamento de cada etapa dos trabalhos, além de esclarecer dúvidas e proporcionar debates sobre o planejamento urbano de Município.

De acordo com o TR, será realizada ao menos uma Audiência Pública por fase da Revisão do PDM. Estas devem acontecer, preferencialmente no período da noite, de forma a estimular a participação da população fora do horário comercial. Os eventos serão agendados pelo órgão competente e divulgados pela Prefeitura Municipal, nos meios oficiais, com no mínimo 15 dias de antecedência.

Nas Audiências Públicas, a Equipe Técnica da DRZ apresenta o tema e, então, passa a palavra aos cidadãos presentes para que se manifestem. Este é o momento em que a comunidade pode representar seus próprios interesses, esclarecer dúvidas e dar opiniões junto ao poder público.

3.5.2 3.5.2. OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

As oficinas de Leitura Técnica têm como objetivo promover o debate entre os membros da ETM, do conselho responsável pelo acompanhamento, dos segmentos econômicos e da classe política local, a fim de complementar e contribuir no levantamento e organização dos dados necessários para construir a revisão do PDM.

No caso de Enéas Marques, será realizada no mínimo uma Oficina de Leitura Técnica em cada fase da revisão do Plano Diretor Municipal.

3.5.3 3.5.3. OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA

As oficinas de Leitura Comunitária têm como objetivo promover a participação popular no processo de Revisão do PDM de Enéas Marques e conhecer a realidade atual do Município pela ótica da população e suas experiências cotidianas, garantindo que os anseios e percepções dos munícipes sejam considerados e refletindo um compromisso entre o poder público municipal e os cidadãos.

A participação popular, sobretudo na etapa inicial dos trabalhos, é fundamental para possibilitar a construção de um acordo mútuo sobre uma cidade onde a demanda de todos seja acolhida. Além disso, a promoção da participação popular visa contribuir para o fortalecimento da consciência de cidadania e da identidade dos munícipes enquanto sujeitos sociais e políticos da cidade.

- As oficinas comunitárias serão estruturadas de modo a:
- Sensibilizar a população para tomar conhecimento e debater o PDM;
- Coletar a leitura dos munícipes sobre os diversos temas que interseccionam o PDM;
- Identificar os principais pontos de conflito da cidade e do território;
- Identificar as expectativas dos moradores para os próximos anos, vinculando propostas para o desenvolvimento do município e o planejamento urbano.

A partir das contribuições da população nas oficinas comunitárias, pretende-se delinear um retrato bidimensional da cidade que temos e da cidade que queremos. Como resultado, ainda, objetiva-se obter subsídios para construir o diagnóstico da situação atual do município, elaborar diretrizes e propostas para a cidade, institucionalizar o PDM, priorizar investimentos e, juntamente com os resultados obtidos nas leituras técnicas, nortear o planejamento do Município para os próximos dez anos.



3.5.4 3.4.2. CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A Conferência da Revisão do PDM se trata do evento público final dos trabalhos realizados, onde a versão preliminar completa do Plano Diretor Municipal será submetido à apreciação dos vários participantes para sua análise final e será realizada a consequente pactuação entre o poder executivo, poder legislativo e população.

O evento será agendado pelo órgão competente e divulgados pela Prefeitura Municipal, nos meios oficiais, com no mínimo 15 dias de antecedência.

3.5.5 3.5.4. FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES

O fluxograma a seguir apresenta, esquematicamente, a ordem em que as atividades da RPDM de Enéas Marques deverão ocorrer:

Figura 2 - Fluxograma das atividades da RPDM.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

3.6 FORMATO DE ENTREGA

A Equipe Técnica da DRZ encaminhará à ETM os produtos preliminares de cada fase para análise. Antes do término de cada fase ocorrerão, ordinariamente, reuniões entre a ETM e a Equipe Técnica da DRZ para avaliação dos produtos e definição dos procedimentos subsequentes. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por cada uma das partes sempre que se considerar necessário.

Todos os dados e informações utilizados e produzidos pela Equipe Técnica da DRZ, em cada uma das Fases de Revisão do PDM, serão entregues:

- Em formatos abertos, com textos em word, excel, powerpoint para Windows, mapa base e mapas temáticos em extensão DWG e SHP referenciados à documento MXD compatível com software da família ESRI ARCGIS;

- Em formatos fechados, com layouts devidamente organizados para visualização e impressão em extensão PDF;

- Convenientemente espacializados em mapas (municipais e urbanos) em escala adequada, digitais ou digitalizados, georreferenciados, atrelados ao Sistema de Referência SIRGAS 2000 e com sistema de projeção UTM; e

- Em uma via impressa e uma via em meio digital.

O volume final da Revisão do PDM de Enéas Marques será entregue em meio digital, e impresso em um único volume, encadernado tipo brochura em papel formato A4 e observadas as normas técnicas. O volume final será entregue em 3 vias impressas e 3 vias em meio digital.

4. CRONOGRAMA E PRAZOS

O trabalho será realizado conforme a metodologia descrita no item 3 deste Plano de Trabalho e as exigências do Edital de Tomada de Preço nº 006/2019.

De acordo com a cláusula quinta do Contrato nº 248/2019, o prazo de execução do objeto do contrato – RPDM – é de 300 dias após a assinatura do contrato e emissão da nota de empenho.

A Equipe Técnica da DRZ e a Equipe Técnica Municipal propõe um cronograma de elaboração do objeto do contrato em 9 meses, podendo sofrer ajustes durante o processo, em decorrência de situações não previstas neste Plano de Trabalho.

As atividades, bem como as respectivas fases, prazos e produtos encontram-se descritos a seguir:

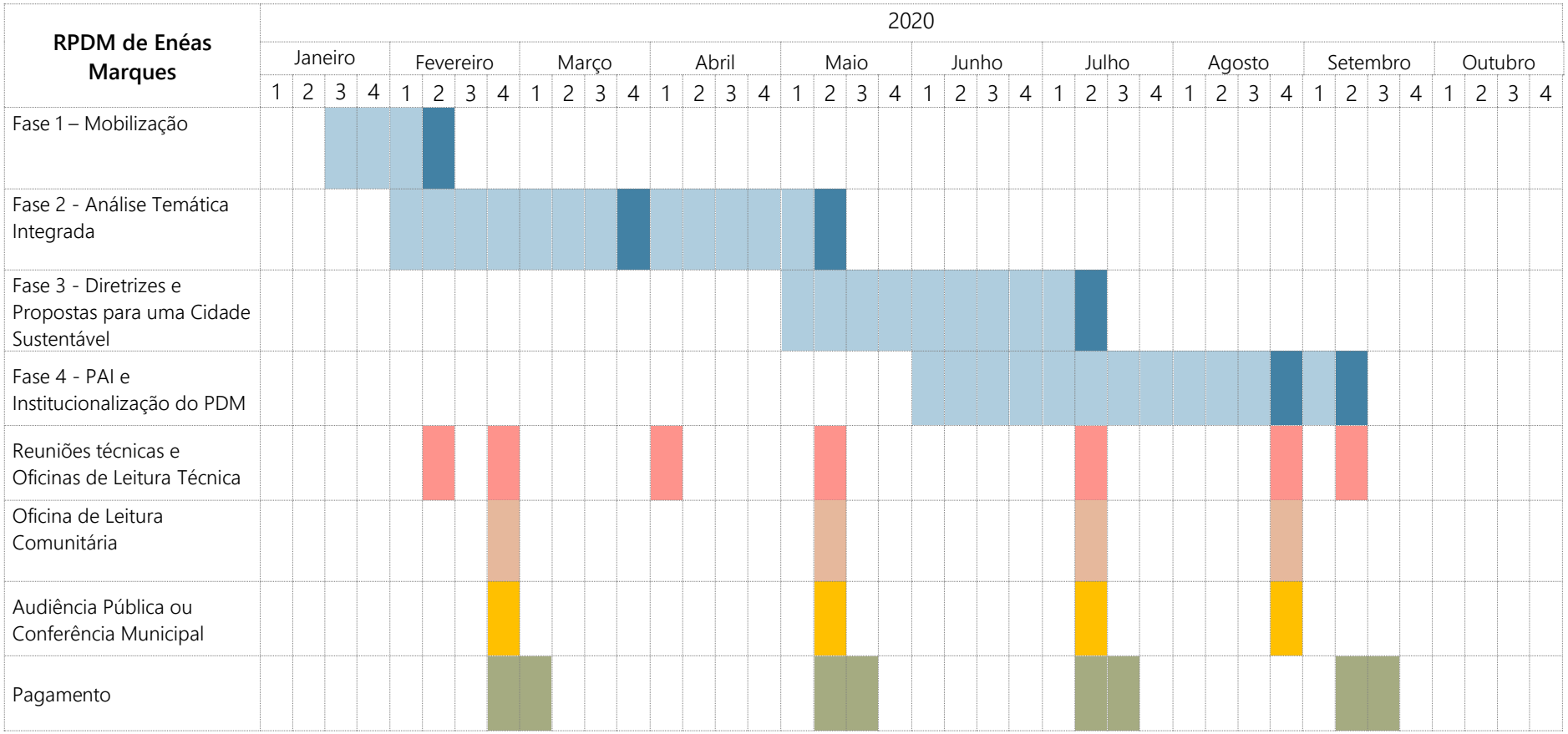
Quadro 5 - Cronograma de atividades detalhado

Fase	Atividades	Prazo	Produto
I	- Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços e preparação da Revisão do PDM; - Reunião técnica preparatória e capacitação; - Oficina Leitura Técnica - Reunião para 1ª rodada de Audiência Pública; - Audiência Pública "Convocação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, conselho e poder legislativo para participação do processo de Revisão do PDM". - Reunião de Consolidação e Coordenação.	60 dias	- Produto 1 – Mobilização – contendo: cronograma físico; metodologia de trabalho; planejamento e gestão urbana do município; - Relatório de atividades; - RRT / ART dos responsáveis técnicos.
II	- Reunião técnica preparatória e capacitação; - Oficina "Leitura Comunitária – Análise Temática Integrada"; - Oficina "Leitura Técnica – Análise Temática Integrada" - Reunião para 2ª rodada de Audiência Pública; - Audiência Pública – "Análise Temática Integrada".	150 dias	- Produto 2 – Análise Temática Integrada – contendo Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; uso e ocupação atual do solo; capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; condições gerais de acessibilidades e mobilidade, com ênfase na área

Fase	Atividades	Prazo	Produto
	- Reunião de Consolidação e Coordenação.		urbana; estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes; Síntese da Análise Temática Integrada; objetivos para o desenvolvimento municipal; - Relatório das atividades.
III	- Reunião "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável"; - Oficina "Leitura Comunitária – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável". - Oficina "Leitura Técnica – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável". - Reunião para 3ª rodada de Audiência Pública; - Audiência Pública "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável"; - Reunião de Consolidação e Coordenação.	210 dias	- Produto 3 – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável – contendo: (re)ordenamento territorial; propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; instrumentos urbanísticos; - Relatório de atividades;
IV	- Reunião técnica preparatória e capacitação, - Oficina "Leitura Comunitária – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM"; - Reunião para 4ª rodada de Audiência Pública; - Audiência Pública "PAI e Institucionalização do PDM"; - Conferência da Revisão do PDM; - Reunião de Consolidação e Coordenação.	270 dias	- Produto 4 – PAI e Institucionalização do PDM – contendo: Plano de Ação e Investimento; anteprojeto de minutas de lei para a institucionalização do PDM; - Relatório de atividades; - Documento da versão final de todos os produtos.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Quadro 6 – Cronograma Síntese



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

5. INTRODUÇÃO À FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A Análise Temática Integrada se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do Município de Enéas Marques, tendo como fonte o Poder Público, os Departamentos Municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Associações de Municípios, Defesa Civil e outros órgãos estaduais, federais e regionais, além de sites específicos.

A Análise Temática Integrada será dividida em 3 partes:

PARTE 1

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos.
- Uso e ocupação atual do solo.
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

PARTE 2

- Uso e ocupação do solo atual *versus* as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.
- Expansão urbana *versus* as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.
- Condições gerais de moradia e fundiárias.

PARTE 3

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana.
- Capacidade de investimento do município.
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.
- Síntese da Análise Temática Integrada.

Cada tema é analisado de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria, a Equipe Técnica Municipal e Conselho Municipal de Desenvolvimento, através de reuniões e oficinas. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a

participação comunidade, garantida pela realização de audiência pública e oficina comunitária, é fundamental.

Ao final, possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 1

6. CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

6.1 LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

A sede do Município se localiza à distância de 498,62km da capital, Curitiba, à altitude média de 758m e coordenadas geográficas de Latitude 25° 56' 32", Hemisfério Sul, e Longitude 53° 09' 52", Oeste de Greenwich[1], Mapa 1. Faz limite com os municípios de Nova Esperança do Sudoeste (a Oeste), Salto do Lontra (a Norte) Dois Vizinhos e Verê (a Leste) e Francisco Beltrão (ao Sul). O território municipal apresenta área de 194,06 Km².

Os acessos à Enéas Marques são feitos pelas rodovias PR-180 que se interliga ao Norte, com a PR-281, promovendo acesso à Salto do Lontra e Dois Vizinhos e com a rodovia PR-471 ao Sul, de onde se tem acesso a Nova Esperança do Sudoeste (sentido oeste) e Francisco Beltrão (sentido Sudeste).

Figura 3 – Vista da PR-180 (Dois Vizinhos – Francisco Beltrão), 2006 e 2020



Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008 e DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Figura 4– Acesso ao município - Entroncamento PR-471, 2006 e 2020



Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008 e DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Com relação as interações entre os municípios limítrofes e centralidades, o município ainda apresenta nível de centralidade muito baixo [2]. Enéas Marques remete-se à Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, como caminho preferencial da população na busca de atendimentos de consumo de bens e serviços[2].

[1] IPARDES, 2020.

[2] ENÉAS MARQUES, 2008.

6.2 BREVE HISTÓRICO

A história do Município de Enéas Marques tem origem com a política de expansão das fronteiras agrícolas para o Oeste do Estado do Paraná, realizada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1938.

Criada em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) tinha a função de povoar a Região Sudoeste do Paraná, para tanto determinava os sítios e declarava os posseiros, que poderiam fazer uso da terra ou vender aos novos migrantes. A sede desta colônia transformou-se em Francisco Beltrão.

Em 1947 e 1948, mudavam-se, respectivamente, José Penso e seu irmão Florindo, cada um com sua propriedade que, em 2017, delimitavam o perímetro urbano de Enéas Marques. A atual igreja da cidade está localizada na divisa entre estes dois sítios.

Figura 5 - Início da formação do Município



Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008

Com o desmembramento da região em favor do Território do Iguaçu, culminou na Revolta dos Colonos, em 1957, entre a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial) e o Governo Federal. A Revolta dos Colonos possibilitou a posse definitiva da terra através da criação da GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), que definiu a questão da propriedade, demarcando lotes e titulando aos colonos, que até então eram apenas posseiros.

A partir de 1956 inicia-se o processo de povoação e o surgimento da Vila do Jaracatiá, e do território que hoje é Enéas Marques. Com o crescimento e desenvolvimento do território, em 1961 o povoado foi elevado à categoria de distrito administrativo, subordinado a Francisco Beltrão, denominado de Jaracatiá, devido a um córrego que limita o perímetro urbano e pela grande quantidade de árvores com este nome popular.

Por fim, em 1964, o distrito administrativo foi elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 4.823, de 18 de fevereiro de 1964, com a denominação de Enéas Marques, desmembrado de Francisco Beltrão.

O município recebeu este nome em homenagem a Enéas Marques dos Santos que foi representante do governo paranaense junto a GETSOP e foi fundador e professor da

Universidade do Paraná, Promotor Público, Escritor, Advogado e exerceu o cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça e um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras. A organização do Município foi iniciada com o primeiro Prefeito, Sr. Luiz Prolo na gestão de 1965 a 1969.

6.3 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA

Conforme divisão geográfica estabelecida pelo IBGE em 2017, o município de Enéas Marques está localizado na Região Intermediária de Cascavel, que engloba 100 municípios e divide-se em oitos Regiões Imediatas: Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Quedas do Iguaçu-Laranjeiras do Sul, Dois Vizinhos e Marechal Cândido Rondon.

Enéas Marques se insere na Região Imediata de Francisco Beltrão, que abrange 21 municípios, apresentando área de aproximadamente 5.997,20km² e população estimada de 275.299 habitantes[3], sendo que Francisco Beltrão concentra cerca de 33% da população regional e Enéas Marques quase 2%.

6.4 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL

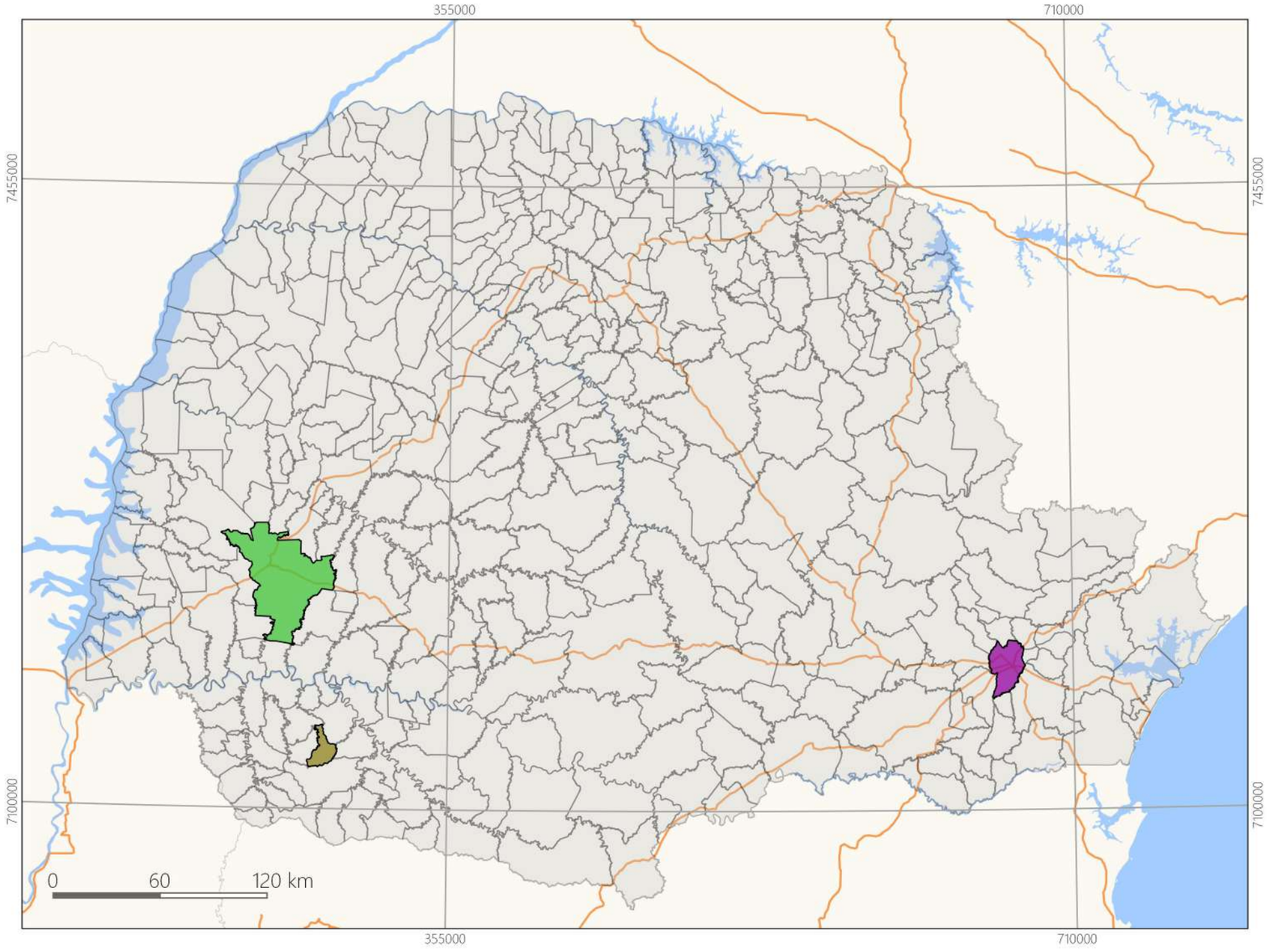
A cidade de Enéas Marques está vinculada à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), composta por 42 municípios.

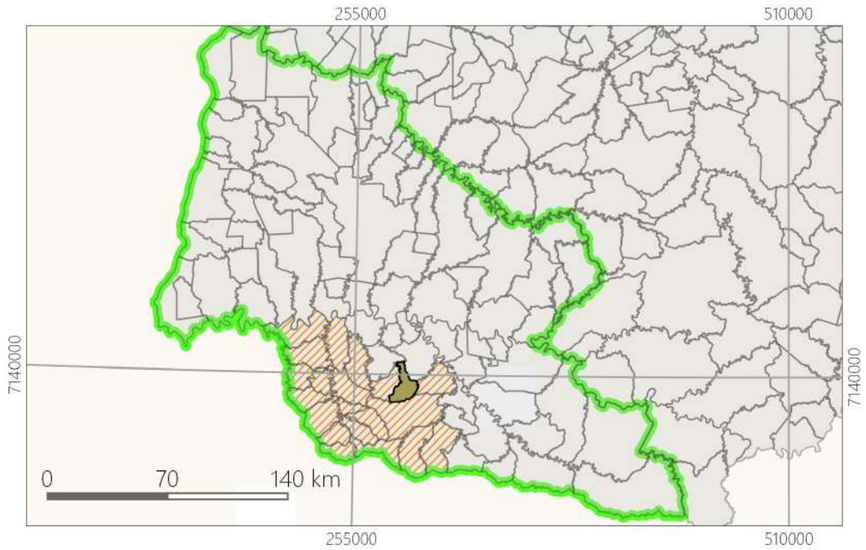
A AMSOP foi criada para que os municípios da região conseguissem maior representatividade perante as esferas do governo estadual e federal. A associação é uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada e de caráter civil, que visa a integração econômica e social dos 42 municípios[4]. A sede da AMSOP é o município de Francisco Beltrão, cuja distância até Enéas Marques é de aproximadamente 26 km.

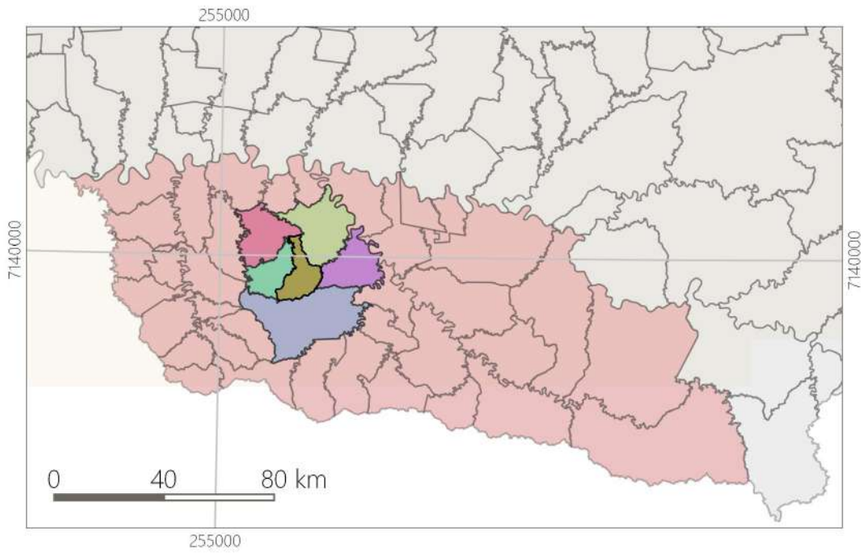
6.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O município de Enéas Marques integra a EMATER da Unidade Regional de Francisco Beltrão, que possui como principais projetos: os sistemas agroflorestais, a olericultura, o turismo rural, a fábrica do agricultor, fruticultura e possui como compromisso institucional uma vila rural, o programa Paraná 12 meses, o Pronaf desenvolvimento e a profissionalização dos agricultores.[5]

[3] IBGE, 2019.
[4] AMSOP, 2020
[5] ENÉAS MARQUES, 2008







Legenda

- Enéas Marques
- Curitiba
- Cascavel
- Dois Vizinhos
- Francisco Beltrão
- Nova Esperança do Sudoeste
- Salto Do Lontra
- Verê
- Região Geográfica Intermediária
- Região Geográfica Imediata
- Amsop
- Municípios do Paraná

N W E S

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2019; IBGE, 2010 e AutoNaviBaseMap, 2020

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 01: Localização e Municípios Limítrofes

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

7. CONDICIONANTES NATURAIS

7.1 CLIMA

O município de Enéas Marques se encontra dividido nos domínios climáticos Cfa e Cfb, segundo classificação climática de Köppen. O clima Cfa é predominantemente denotado como subtropical, com verões quentes. As temperaturas são superiores a 22ºC no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco.

Já o clima Cfb se caracteriza como temperado, com verões amenos. As chuvas são distribuídas uniformemente e não há estação seca. Geralmente a temperatura média do mês mais quente não ultrapassa os 22°C e a precipitação média anual varia entre 1.100mm e 2.000mm.

Em Enéas Marques, especificamente, a precipitação média anual varia entre 2.000mm e 2.200mm, e a temperatura média anual varia entre 19,1 e 20°C.

7.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

A formação geológica do município de Enéas Marques pertence ao grupo São Bento, formação Serra Geral, formado entre os períodos Jurássico-Cretáceo. A formação Serra Geral é constituída por derrames de rochas ígneas, principalmente por basaltos, variando de básicas a ácidas, originadas de constantes atividades vulcânicas[6].

No que concerne às características geomorfológicas, o município pertence ao Planalto de Francisco Beltrão situado no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 2.240,16 km^2. As declividades predominantes são inferiores a 6% e de 12-30% de inclinação. As formas predominantes são topos alongados, vertentes convexas e vales em "V" aberto, modelados em rochas da Formação Serra Geral. Em relação à hipsometria, há uma diferença de 520 metros entre o ponto com maior e menor altitude do território municipal, variando entre 340 a 860 metros acima do nível do mar[7].

7.3 DECLIVIDADE E HIPSOMETRIA

As maiores altitudes são encontradas na região sul do município, entre as cabeceiras dos rios Mata Fome e Vitória, na divisa com Francisco Beltrão. Nesta região, as altitudes são superiores a 800m. Na região Oeste do município predominam altitudes entre 550 e 650m, junto aos vales do Rio Bocó e Córrego Preto. As menores altitudes se encontram na porção Norte do município, nos vales do Arroio da Barra e Lajeado de Paula, cujas cotas variam entre 450 e 600m.

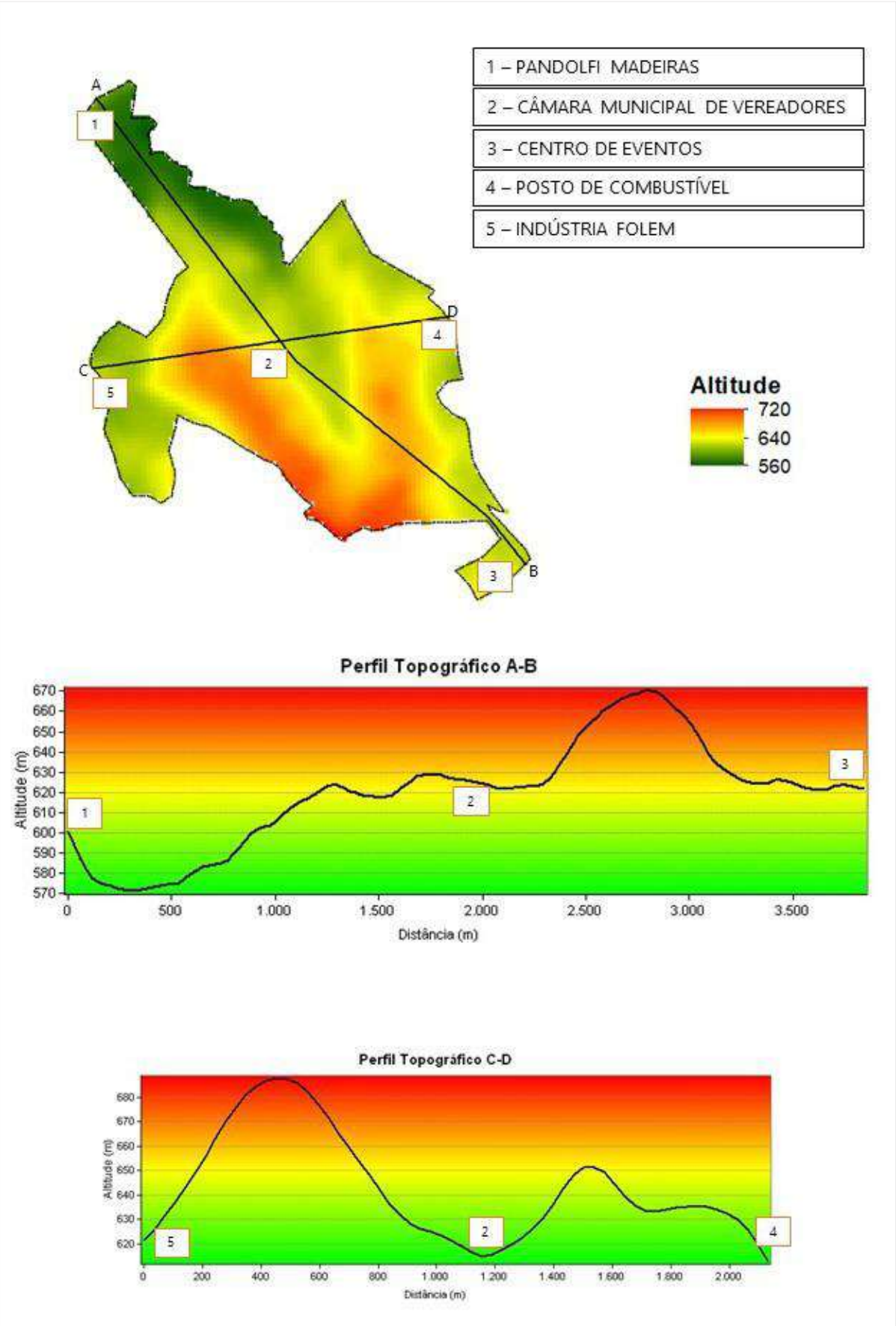
[6] ITCG, 2001
[7] MINEROPAR, 2006

Na sede, conforme perfis topográficos A-B e C-D, Figura 6, as maiores altitudes localizam-se na porção Sul do perímetro urbano, onde estão localizados os novos loteamentos da sede urbana, geralmente superiores aos 650m (perfil A-B). As menores altitudes localizam-se à Noroeste do perímetro urbano, na região dos loteamentos Jardim das Flores e Jandaia, chegando a atingir 560m.

Em relação à declividade, predominam no município as declividades abaixo dos 20%. Nos vales dos Rios Areia e Empossado, as declividades ultrapassam os 30% em alguns pontos. Na região da sede também predominam as declividades inferiores a 20%. Entretanto, na região próxima aos novos loteamentos, região Sul do perímetro urbano, há áreas de declividades que ultrapassam os 25%. Conforme os perfis de inclinação A-B e C-D, Figura 7, as declividades superiores a 30% encontram-se na cor laranja. De acordo com a Lei Federal nº 6.766/1979 fica proibido o parcelamento do solo nessas áreas.

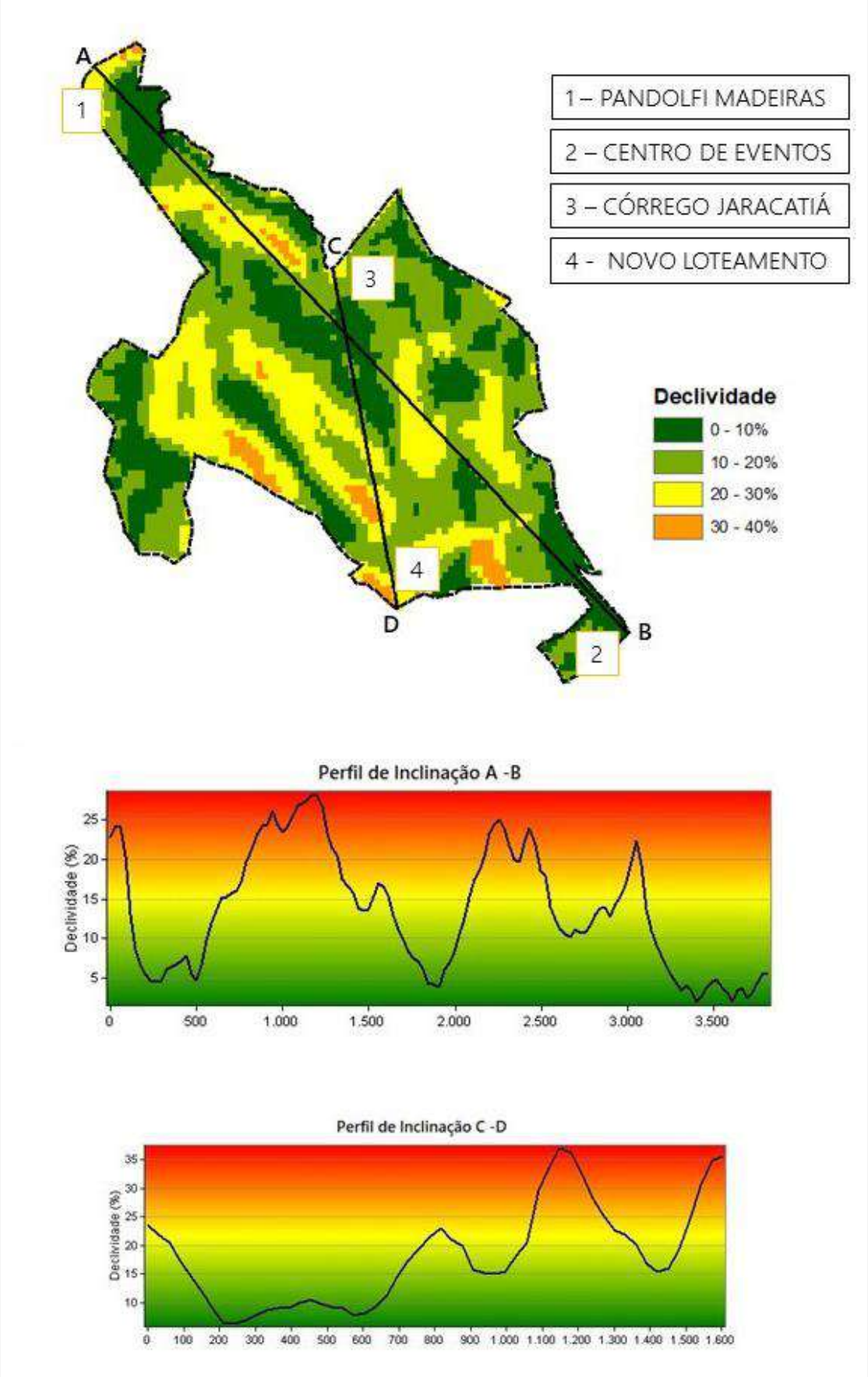
Analisando as variações de relevo e declividade da sede e seu entorno, é possível inferir que as melhores áreas para expansão da malha urbana são as áreas ao Leste e Nordeste do perímetro urbano atual, conforme Mapa 2.

Figura 6 - Perfis topográficos da sede de Enéas Marques – PR

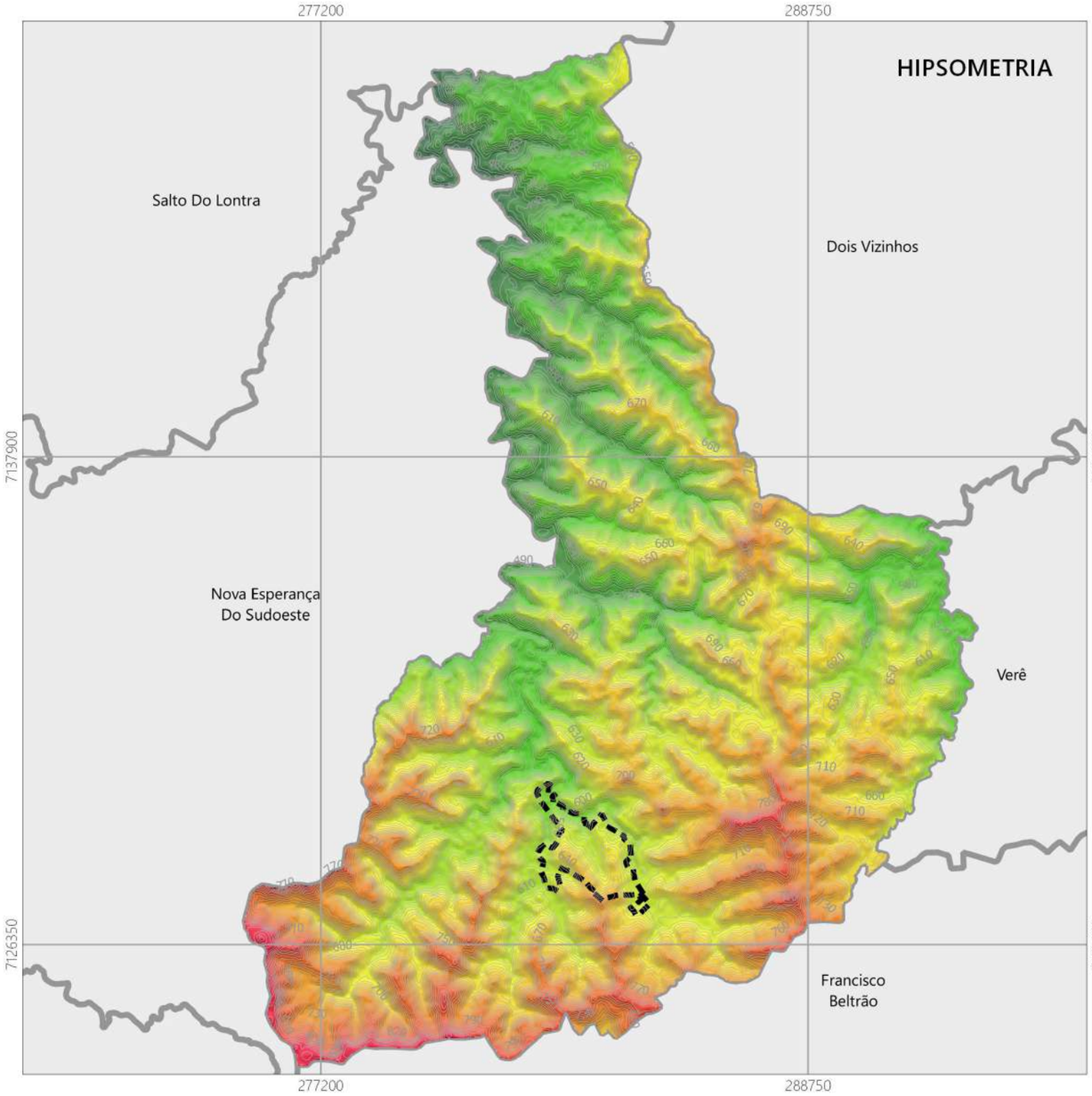


Fonte: Perfis elaborados com base em TOPODATA, 2010. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Figura 7 - Perfis de inclinação da sede de Enéas Marques-PR



Fonte: Perfis elaborados com base em TOPODATA, 2010. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.





Legenda

- Curvas de Nível - 10m
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes

Declividade

- <10%
- 10 - 20%
- 20 - 30%
- 30 - 40%
- >40%

Hipsometria

- <450 m
- 450 - 550 m
- 550 - 650 m
- 650 - 750 m
- 750 - 850 m

N W E S

0 2 4 km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: TopoData, 2010, Esri, Here e Garmin

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 02: Hipsometria e Declividade

abr. 2020

Responsável Técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:
Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

7.4 PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO

É consenso que o conhecimento sobre a aptidão dos tipos de solo é imprescindível para a orientação do desenvolvimento agropecuário e para a ordenação do uso e ocupação do solo municipal. Nesta perspectiva, os solos do município de Enéas Marques apresentam grande diversidade, sendo encontrados **Latossolos, Neossolos e Nitossolos**, Mapa 3.

- **5,5% do território do município: Latossolos:** este tipo de solo está situado somente na porção Leste do município. Em sua maior parte, apresentam-se com baixa fertilidade natural tornando um fator limitante ao seu uso agrícola, o qual é necessário a aplicação de corretivos e fertilizantes, juntamente com o plantio de culturas adaptadas e propícias para a época adequada.

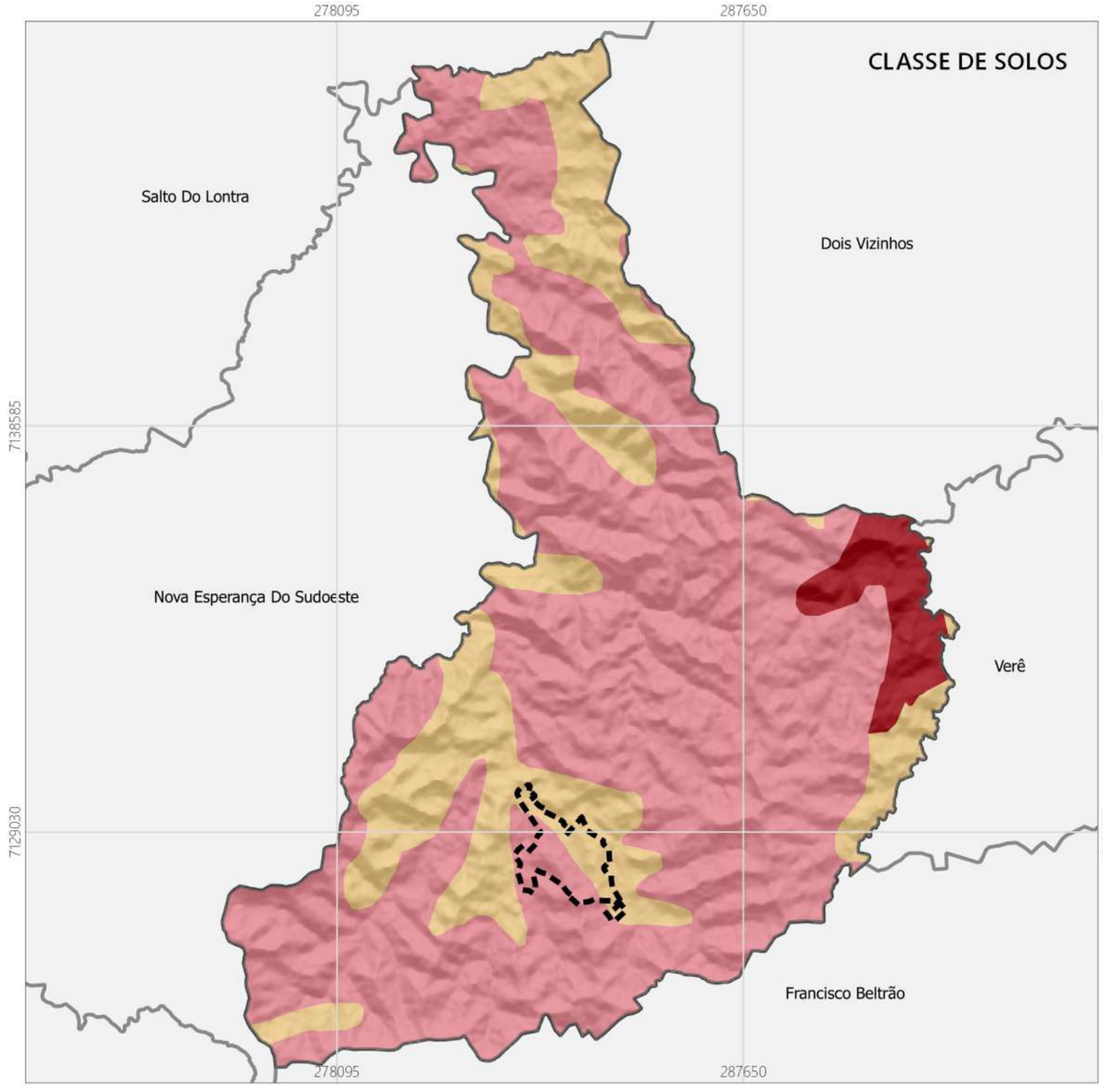
- **15% do território municipal: Nitossolos:** a maior área deste tipo de solo está na região central, próxima ao perímetro urbano e parte da região Norte do município. Os Nitossolos podem apresentar elevada ou baixa fertilidade, acidez ligeiramente alta e níveis elevados de alumínio, por isso torna-se necessário a prática de correção de acidez para solos de pH ácido e concentrações elevadas de alumínio e adubação de acordo com a cultura cultivada.

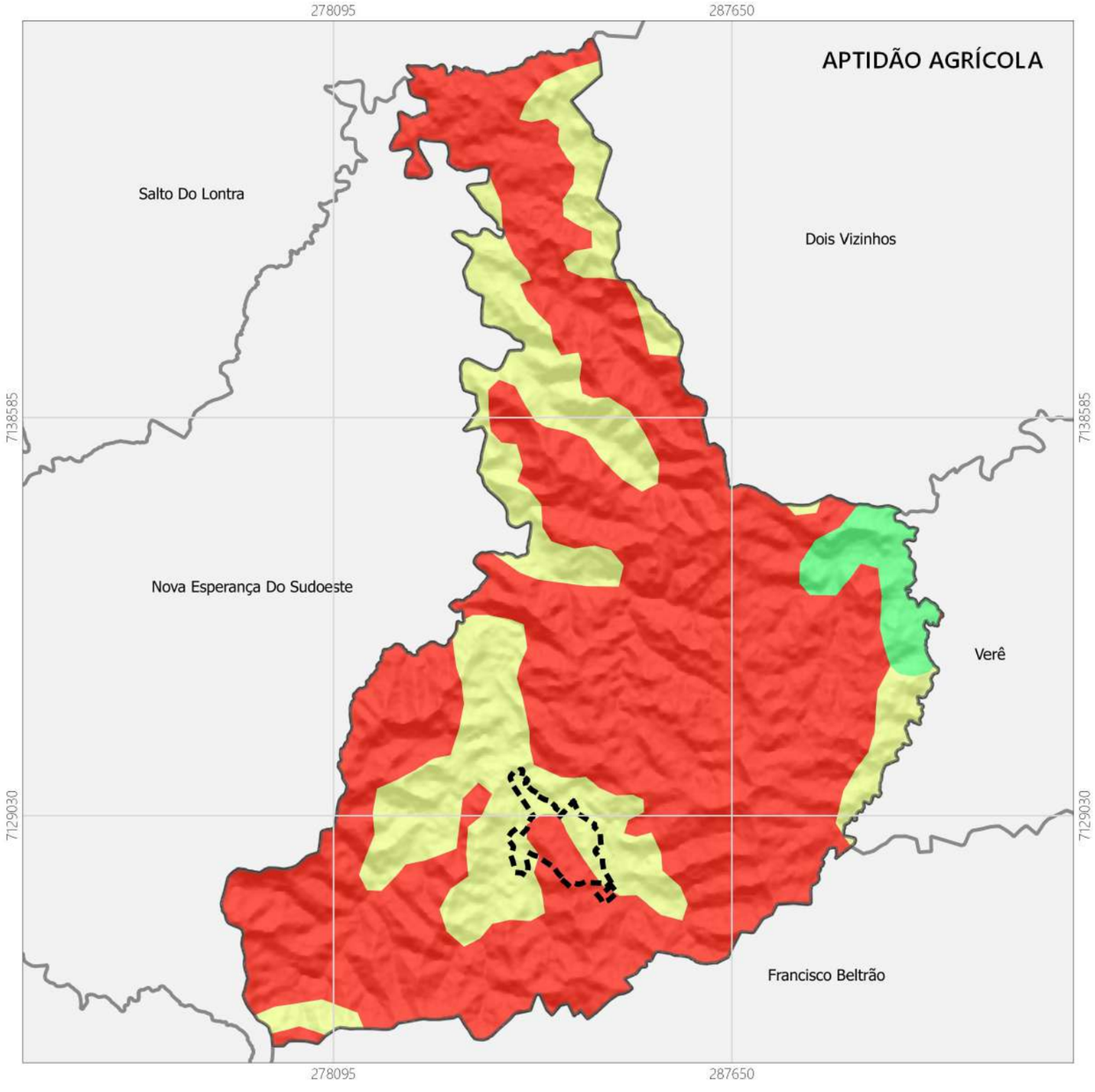
- **79,5% do município: Neossolos:** sendo localizados em todas as faixas do município. Estes solos podem apresentar alta ou baixa fertilidade, visto que os de alta fertilidade são caracterizados por solos profundos e de bom uso agrícola. Já os solos de baixa fertilidade necessitam de adubação e calagem para correção da acidez.

Em relação a aptidão agrícola do solo de Enéas Marques, conforme ilustra o Mapa 3, **a maior parte do território municipal é inapto à atividade agrícola.** São áreas mais suscetíveis a erosão e estão associadas aos Neossolos. Em geral, essas áreas necessitam do plantio de culturas adequadas a fim de evitar a degradação do solo ou até mesmo considerá-las áreas de preservação permanente, devido a elevada declividade.

As áreas classificadas como regulares ao uso agrícola são às suscetíveis à erosão, por isso necessitam de manejo e práticas conservacionistas do solo para não ocorrer a degradação do solo. Estas áreas correspondem ao tipo de solo Nitossolos.

Já as **áreas de boa aptidão agrícola estão localizadas na porção Leste**, associada aos Latossolos de boa fertilidade e baixa declividade. Estes solos são favoráveis à mecanização agrícola e são de fácil conservação.





Legenda

Classe de Solos
- Latossolos
- Neossolos
- Nitossolos

Aptidão Agrícola
- Áreas Urbanas
- Inapto - erosão
- Regular - erosão

- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes

N W E S

0 2 4 km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2019; IBGE, 2010, Esri e USGS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 03: Classe de Solos e Aptidão Agrícola

out. 2020

Responsável Técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:
Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

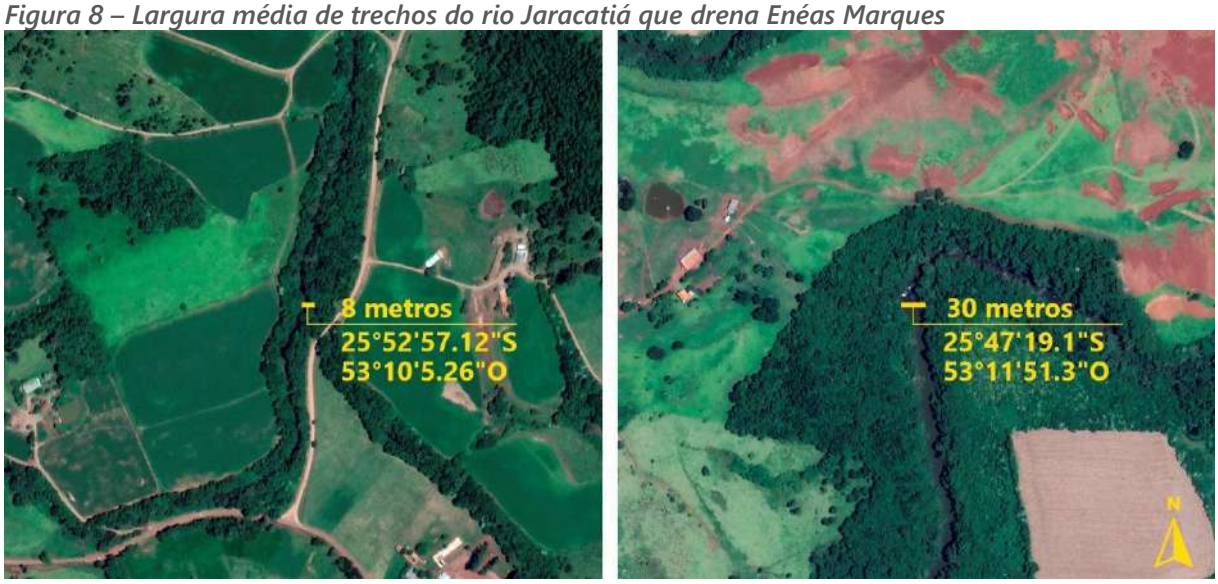
7.5 BACIA HIDROGRÁFICA E HIDROGRAFIA

Enéas Marques se insere na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, a maior bacia do Paraná, com uma área de 54.820,4 Km², cerca de 28% da área total do Estado, Mapa 4.

> O delineamento em antiplanos escalonados, formando sucessivos degraus, determina a ocorrência de saltos e corredeiras, que constituem aspectos característicos em grande parte dos rios da bacia hidrográfica do Rio Paraná.8

O Rio Jaracatiá, possui parte de seu trajeto como limite entre os municípios de Enéas Marques e de Nova Esperança do Sudoeste. Neste trecho, conforme demonstra a Figura 8, o rio possui leito médio variando entre 5 e 30 metros de largura.

Figura 8 – Largura média de trechos do rio Jaracatiá que drena Enéas Marques



Fonte: Google Earth, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Conforme consta no PDM de 2008, o município está localizado nas microbacias dos Rio Jaracatiá, Córrego Lajeado e Rio Bocó, e na área urbana atravessa os seguintes corpos hídricos: Rio Mata-Fome e Rio Jaracatiá.

O município conta com 214 nascentes, identificadas por meio de levantamento de imagens de satélite em escala 1:5.000, e em alguns casos não há o respeito ao Novo Código Florestal que visa um raio de 50 metros do ponto da nascente.

Com relação a hidrogeologia, segundo PDM de 2008, os mananciais subterrâneos na área são caracterizados por unidades Aquíferas, a saber:

[8] ENÉAS MARQUES, 2008, p. 66

- O Aquífero superficial ou livre, situado na base do lençol freático presente nas camadas superficiais de solo.

- O Aquífero livre dos depósitos aluvionares, que apresentam pouca consistência, com permeabilidade estimada na argila de 10-6 cm/s, nas areias de 10-4 cm/s e nos cascalhos da base de 10-2 a 10-3 cm/s e são pouco expressivos no município em função da paisagem com predominância de vales fechados e poucas planícies.

- Unidade Aquífera Serra Geral, com movimento de água concentrado nos lineamentos abertos de fratura e falha, possui permeabilidades secundárias muito variáveis. Este recobre o Aquífero Guarani que no Município está a cerca de 500m de profundidade.

274760 283315 291870

7144425 7135870 7127315

N W E S

Lajeado de Paula
Arroio Bela Vista
Arroio da Barra
Rio Jaracatiá
Rio Empossado
Rio da Areia
Córrego Preto
Rio Bocó
Córrego Pinhal
Córrego Boa União
Córrego Lajeado
Rio Vitória
Córrego Preto
Rio Mata Fome
Rio Jaracatiá
Rio Vista Alegre

Salto Do Lontra
Dois Vizinhos
Nova Esperança Do Sudoeste
Verê
Francisco Beltrão

0 2 4 km

Legenda

- Perímetro Urbano
- Microbacias
- Municípios Liimítrofes
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Curvas de Nível -10m



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2019; IBGE, 2010, GoogleEarth, Esri e USGS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 04: Hidrografia

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

7.6 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com o mapeamento realizado pelo ITCG em 2010 para a vegetação do Estado do Paraná, o município encontra-se no Terceiro Planalto Paranaense com a cobertura vegetal nativa: Floresta Ombrófila Mista Montana, Mapa 5.

A Floresta Ombrófila Mista Montana é caracterizada pela predominância da *Araucaria Angustifolia* em sua porção mais alta (dossel). Logo abaixo do dossel, existe o estrato arbustivo, rico em diferentes espécies de plantas, bactérias, fungos, musgos, folhas, galhos, cipós e epífitas, característicos de florestas sempre úmidas[9]. A ocorrência destas formações florestais é mais comum em altitudes superiores aos 700m.

De acordo com o Mapa 6 observa-se que os remanescentes florestais estão fragmentados e sem nenhuma conexão entre estas áreas, isso indica ambientes degradados e com pouca diversidade biológica. Distribuídos pelo território municipal, foram identificados aproximadamente 8.594,4 hectares de remanescentes de vegetação nativa.

Há algumas áreas de florestas plantadas, de espécies como pinus e eucalipto, para atender as necessidades das indústrias locais.

Sobre as unidades de conservação, o Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, estabelece dois tipos de áreas que devem, obrigatoriamente, ser preservadas: Área de Reserva Legal (ARL) e Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com a Lei nº 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais. O Código Florestal (artigos 21 a 23) permite que as ARL sejam utilizadas para exploração econômica, desde que seja através de manejo sustentável e de acordo com as regulações e licenciamentos previstos pela lei.

As APP são as áreas de mata ciliar, ou seja, vegetação às margens de nascentes, rios, lagos e cursos d'água. O Novo Código Florestal estabelece que rios, como no caso do Rio Jaracatiá, que apresenta trechos com largura de 10 a 50 metros devem ser constituídos de 50 metros de faixa de área de preservação permanente. Já os demais corpos hídricos presentes no município de Enéas Marques se enquadram na faixa mínima de APP que é de 30 metros. Para nascentes e olhos d'água, a Lei impõe um raio mínimo de 50 metros de APP.

[9] CAMPOS; SILVEIRA-FILHO, 2010.

277095

286650

7147140

7137585

7128030

N

W

E

S

Salto Do Lontra

Dois Vizinhos

Nova Esperança Do Sudoeste

Verê

Francisco Beltrão

0 2 4 km

Legenda

- Floresta Ombrófila Mista
- Remanescente Florestal
- Floresta Plantada
- APP
- Enéas Marques
- Municípios Limítrofes
- Perímetro Urbano

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG; SENTINEL 2A, 2019; IBGE, 2010; ESRI; HERE.

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 05: Fitogeografia e Vegetação

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

7.7 ARBORIZAÇÃO URBANA

O Município de Enéas Marques não elaborou o Plano de Arborização Urbana, ainda não realizou o estudo das espécies mais adequadas à área urbana e não padronizou o tipo de arborização das vias urbanas, conforme as Diretrizes e Proposições do PDM de 2008.

Para promover a padronização arbórea, o PDM de 2008 recomendou a troca de árvores existentes no centro e indicou que o porte das mudas deveria ter altura mínima de 1,80m e espaçamento adequado entre mudas e em relação à via e construções. Também enfatizou que a arborização deveria ser escolhida dando preferência as dimensões e o tipo caducifólia e apontou a utilização de ipês, pitanga e dedaleiro como preferência.

Antes de 2007, Enéas Marques já tinha a Licença de Corte fornecida pelo IAT (antigo IAP), para o corte das árvores na avenida de forma gradativa. No ano de 2010[10] o município apresentava 98,6% de arborização[11] das vias públicas e encontrava-se em 49º lugar no ranking de arborização estadual (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Ranking de arborização em relação aos demais municípios



Fonte: IBGE Cidades, 2019. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Com o questionário da Revisão do PDM encaminhado à Equipe Técnica Municipal, observa-se que por problemas com a interferência na fiação e com as raízes que rompem as calçadas, juntamente com a autorização de corte, os proprietários foram autorizados a remover as árvores e, em 2020, o município consta 30% de arborização urbana.

Figura 9 - Avenida Joaquim Bonetti: trechos com e sem arborização



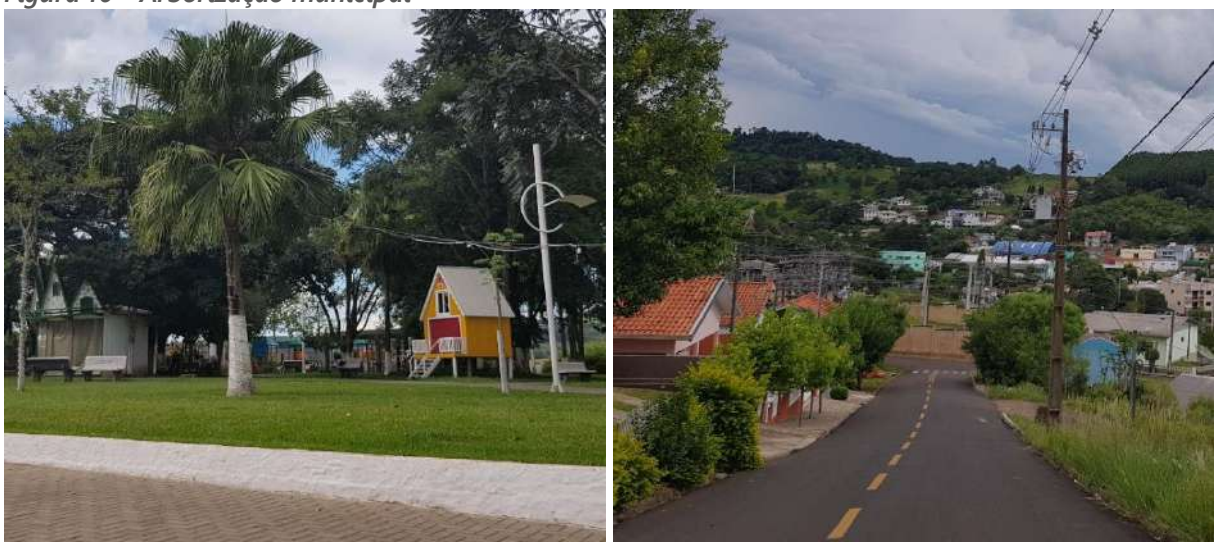
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

[10] IBGE @Cidades, 2010

[11] Arborização das vias públicas é a porcentagem de domicílios urbanos em face de quadra com arborização em relação ao total de domicílios urbanos.

A Praça Jaracatiá, foi revitalizada por volta de 2007 com plantio de gramíneas, pingo-de-ouro, arbustos diversos e retirada de algumas árvores. A Figura 10 mostra o espaço mais aberto, com mobiliário urbano e alguns equipamentos de lazer.

Figura 10 - Arborização municipal



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Conforme relatado no PDM de 2008, existia um interesse público de criar um parque linear no fundo de vale do Rio Jaracatiá, com intenção de preservar as águas que abastecem a cidade e a mata ciliar, não há registros de implementação.

Enéas Marques não conta mais com o Viveiro Municipal, nas proximidades do Centro de Eventos. A Revisão do PDM constatou que não há registros de continuidade com os serviços de plantio e destinação das espécies nativas à recomposição de Reserva Legal e APP e deixou de realizar a comercialização de espécies exóticas.

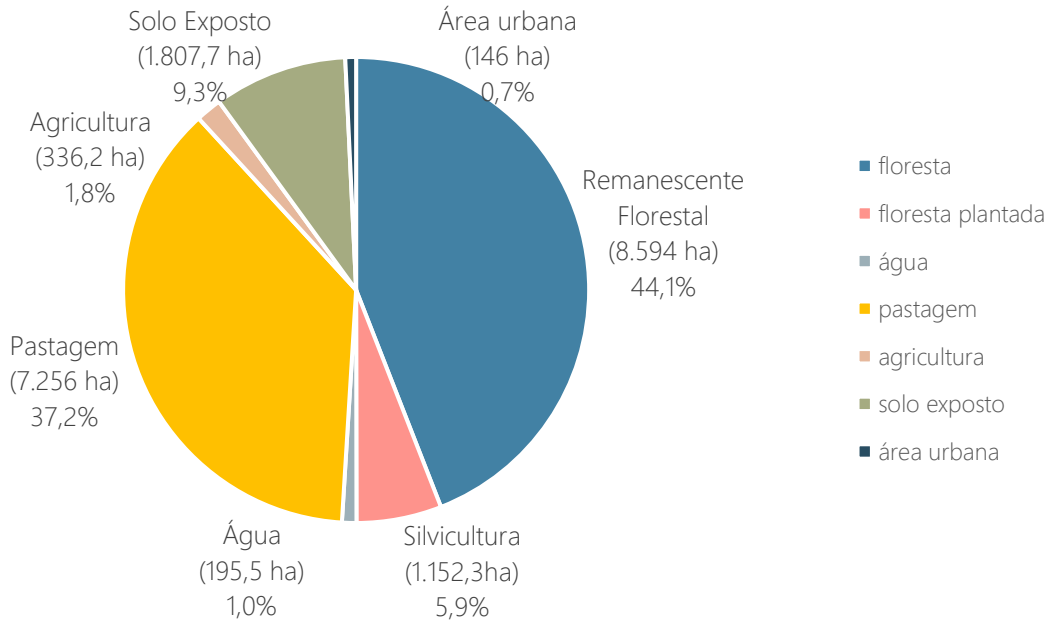
8. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

8.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

A classificação do uso e ocupação do solo de Enéas Marques foi elaborada a partir de imagens do satélite Sentinel 2A, cena T22JBS, de maio de 2019, com 10m de resolução espacial. No processo de classificação de imagens foram utilizadas seis bandas: azul, vermelho, verde, red edge, infravermelho próximo e infravermelho de ondas curtas. Esta composição de bandas foi submetida à classificação supervisionada por Máximo Verossimilhança (Maxver), com um total de sete classes: água, agricultura, pastagem, plantio florestal, remanescente e solo exposto.

Após a classificação supervisionada, foi realizada uma edição utilizando interpretação visual para corrigir áreas classificadas erroneamente. O resultado da classificação está representado no Mapa 6 e no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Uso do solo municipal atual



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

O território municipal é predominantemente ocupado pelo uso agrícola. Enéas Marques apresenta relevo acidentado em algumas áreas e por isso necessita de adequação na mecanização e manejo do solo correto para suportar diferentes culturas.

Através da análise do Gráfico 2, é possível compreender que **a área ocupada com pastagem, plantações agrícolas, floresta plantada e solo exposto totalizam 54,9% do território,** ou seja, mais de 10.699ha são destinados às atividades agropecuárias. No ano de 2006, havia 951 estabelecimentos agropecuários no município, já no ano de 2017, este número reduziu para 910

estabelecimentos. Entretanto, isso não significa que houve redução nas atividades agropecuárias, mas que aumentou a área de produção por estabelecimento.

É importante ressaltar que a área de solo exposto também contempla a área agricultável, pois, esta área recebe esta classificação devido serem colhidas recentemente ou estão com o solo preparado para receber o plantio.

A área urbanizada abrange cerca de 146 ha, apenas 0,7% do município, enquanto a área ocupada com água soma 1,0% do território. **As áreas de florestas constituem de 44,1% do município** onde encontram-se principalmente em Áreas de Preservação Permanente (topos e encostas de morros, mata ciliares e de nascentes) e Áreas de Reserva Legal. Este expressivo número pode estar associado a efetividade de programas de reflorestamento e ao cumprimento da legislação federal, que determina que ao menos as áreas de APP e 20% das propriedades rurais devem ser protegidas.

Além disso, as diferentes técnicas e materiais empregados no mapeamento interferem no resultado obtido. Por exemplo, na elaboração do uso do solo municipal atual de Enéas Marques foi utilizada uma imagem de satélite SENTINEL com resolução espacial de 10 m (tamanho do pixel na imagem), ou seja; em imagens cuja resolução seja diferente, pode haver discrepâncias com a realidade atual de uso e ocupação do solo. Quanto melhor a resolução espacial, mais elementos podem ser distinguidos numa imagem. Consequentemente, um fragmento de vegetação de 10 m por 10 m (100 m^2) não seria classificado como floresta se estivesse ao lado de uma plantação de 20 m x 20 m (400 m^2), pois a reflectância associada a esse pixel na resolução 30 m por 30 m seria majoritariamente agricultura.

As principais atividades agropecuárias intensivas à época do PDM 2008 eram milho, fumo, pinus e eucalipto; além da suinocultura e avicultura. Essa configuração se alterou, com a mudança das culturas cultivadas no município, com destaque para o aumento considerável da produção leiteira e das culturas temporárias da soja e trigo, Gráfico 3.

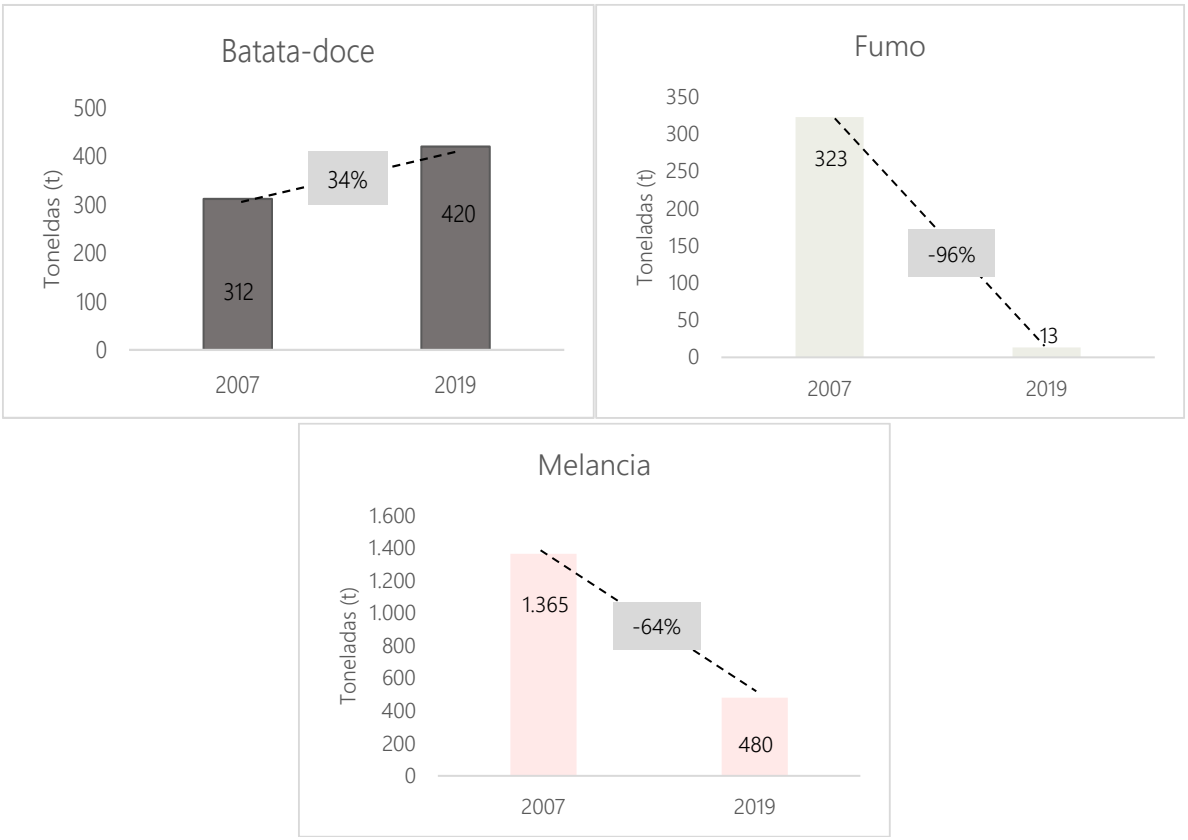
Gráfico 3 - Variação das principais atividades agropecuárias em Enéas Marques - PR



Fonte: IPARDES, 2019; IPARDES, 2007 Dados organizados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Além das culturas representadas acima, tradicionalmente cultivadas a nível nacional, existe em Enéas Marques o cultivo de batata-doce, fumo e melancia, onde estes dois últimos, com uma grande redução em sua produção nos últimos doze anos, Gráfico 4.

Gráfico 4 - Outras culturas praticadas em Enéas Marques - PR



Fonte: IPARDES, 2019; IPARDES, 2007. Dados Trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020

280990

Salto Do Lontra

Dois Vizinhos

Nova Esperança Do Sudoeste

Verê

Francisco Beltrão

7130845

7130845

0 2 4 Km

280990

Legenda

- Agricultura
- Pastagem
- Remanescente Florestal
- Floresta Plantada
- Solo Exposto
- Corpos Hídricos
- Área Urbana
- Municípios Limítrofes
- Enéas Marques
- Perímetro Urbano

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S |
Base de Dados:
Sentinel 2A (05.04.2020); Esri; HERE; Garmin.

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 06: Uso do Solo Municipal

abr. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

8.2 EVOLUÇÃO URBANA

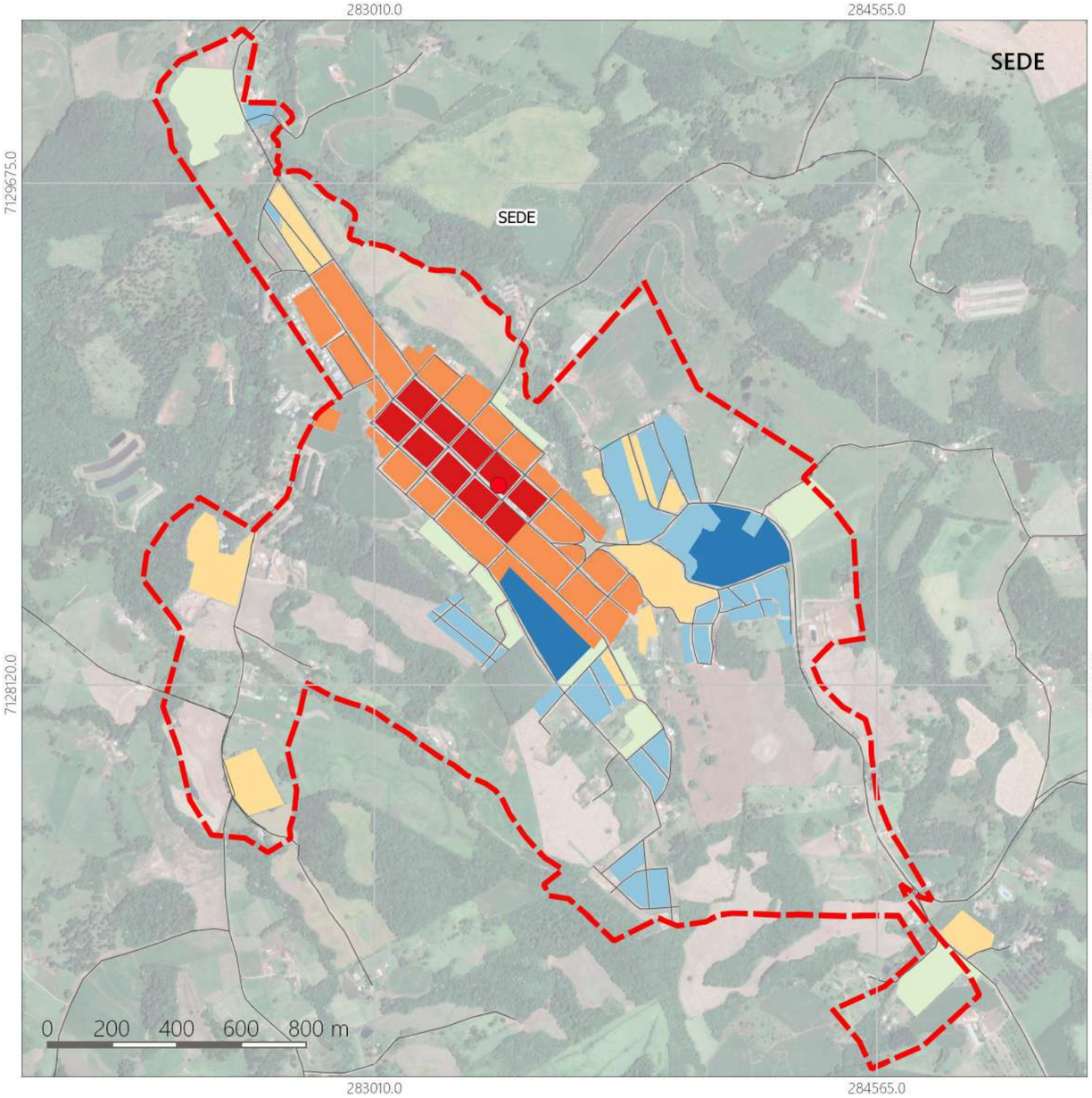
O primeiro núcleo de povoamento surgiu no período entre os anos de 1947 e 1961. Na área central da sede urbana, ao longo da Avenida Joaquim Bonetti, no trecho entre a Rua Érico Veríssimo e a Rua Antônio Vesslen, com a construção da igreja católica e a instalação de algumas edificações ao seu em torno.

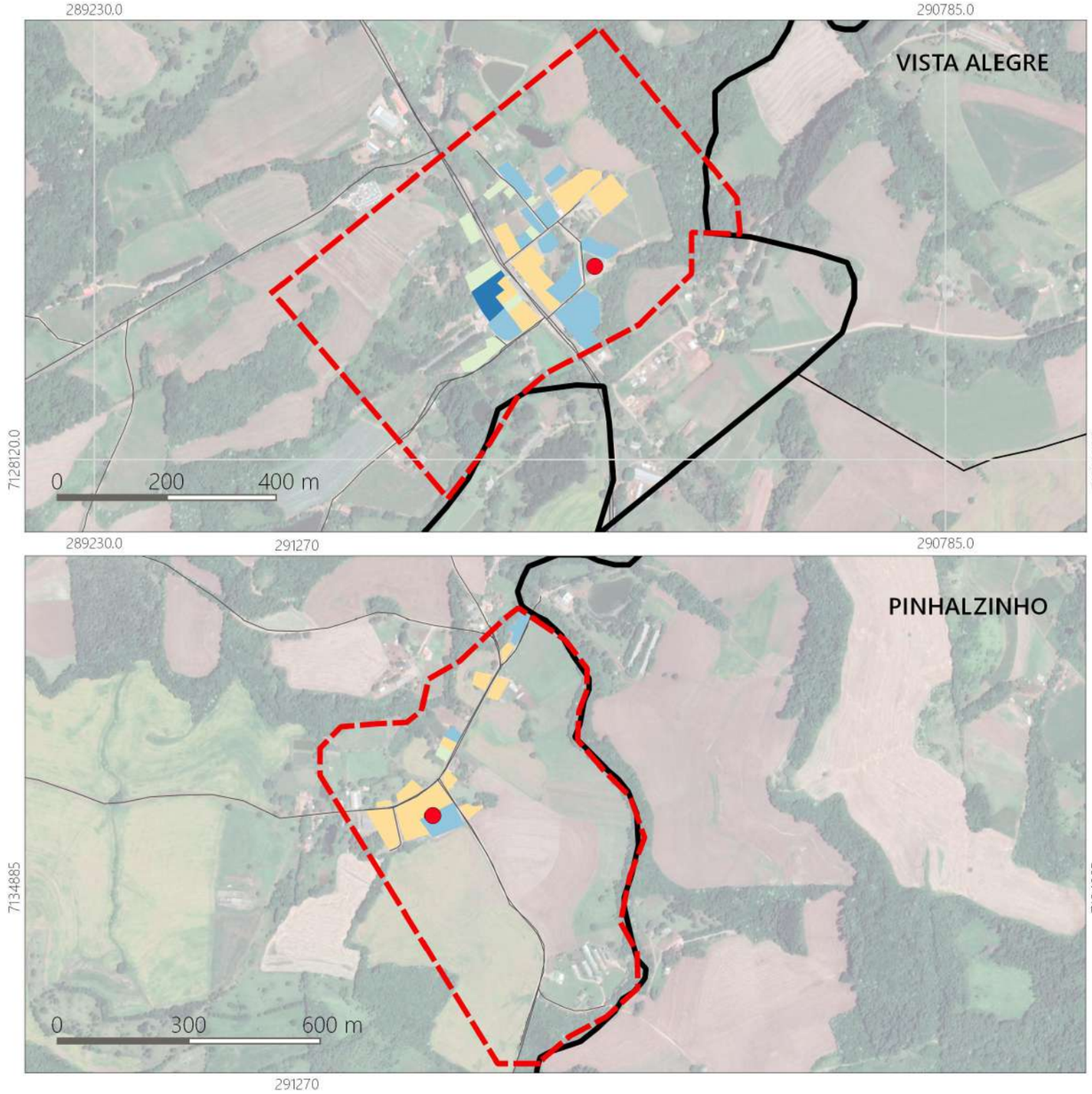
Em meados de 1987, o desenvolvimento continuou a ocorrer na área central, com ocupação ao longo da Avenida Joaquim Bonetti e nas extremidades da Avenida Presidente Dutra, saída para o município de Nova Esperança do Sudoeste e Francisco Beltrão. Verifica-se que a sede urbana de Enéas Marques se expandiu ao longo da PR-471.

Na década de 90 surgiu os loteamentos Jardim das Flores e Jandaia, e a instalação de um laticínio e de uma indústria de processamento de resíduos de abatedouros, ocorrendo um impulso no desenvolvimento do Município.

Já nos anos 2000 o crescimento da sede urbana ocorreu para a região Oeste, com os loteamentos Jaracatiá e Colina Verde. Houve também, ocupações irregulares e loteamentos clandestinos nesta região. Em 2020 foi constatado pela consultoria em visita técnica, a existência de dois loteamentos recentes que ainda apresentam quantidade significativa de lotes vazios.

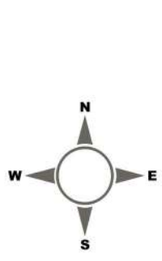
Sobre a evolução urbana dos distritos de Pinhalzinho e Vista Alegre existem poucas informações, os dados que contemplam este distrito são anteriores a 2008 e após este ano, as suas expansões foram pequenas.





Legenda

- Distritos Administrativos
  - até 1961
  - até 1987
  - até 2002
  - até 2012
  - após 2012
  - Não Ocupado
- APP
- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes
- Sistema Viário





Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, DRZ Gestão de Cidades e GoogleEarth, 2020

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 07: Evolução Urbana

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

8.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

A análise do uso e ocupação do solo urbano elaborada no PDM de 2008, identificou usos: residenciais, comerciais e de serviços, industriais, institucionais e especiais.

A análise preliminar do Mapa 8 aponta que as áreas residenciais ocorrem praticamente em toda a malha urbana, enquanto as áreas industriais localizam-se na borda do perímetro urbano, principalmente à Noroeste e Oeste da sede urbana. O uso comercial está concentrado nas Avenidas Joaquim Bonetti e Presidente Dutra. Por último, os vazios urbanos estão concentrados nos novos loteamentos.

O Quadro 7 apresenta uma comparação entre a configuração espacial estabelecida em 2007 com a configuração atual, procurando estabelecer as principais mudanças ocorridas entre uma versão e outra do Plano Diretor.

Nota-se a existência de diversas zonas para tratar do mesmo tipo de uso e ocupação do solo, situação que confunde e dificulta a diferenciação. A Revisão do PDM identifica que é necessário realizar a unificação de zonas por similaridade e padronização de nomenclatura.

A análise atual aponta que os equipamentos de áreas verdes, parques e lazer estão concentrados na Praça Jaracatiá, no eixo da Avenida Joaquim Bonetti.

A análise de uso do solo é utilizada para normatizar o zoneamento. A lei que regulamentou os parâmetros de uso e ocupação do solo de Enéas Marques no Plano Diretor é a Lei Complementar nº 07/2008 e foi alterada pelas seguintes leis:

- Lei Complementar nº 024/2010;
- Lei Complementar nº 027/2011;
- Lei Complementar nº 042/2012;
- Lei Complementar nº 046/2013;
- Lei Complementar nº 048/2013;
- Lei Complementar nº 049/2013;
- Lei Complementar nº 080/2019;
- Lei Complementar nº 081/2019.

Quadro 7 – Comparativo de Uso e Ocupação do Solo

Uso	Comparativo dos Últimos Anos		Zoneamento
	2008	2020	
Residencial	O uso residencial se encontra distribuído em todas as regiões da área urbana. A grande maioria das edificações são térreas, unifamiliares, de madeira ou alvenaria e lotes médios de 480m².   Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008	A configuração espacial descrita no PDM de 2008 foi alterada para permitir lotes com menor área. Tanto o uso residencial predomina por toda a malha urbana, quanto ao padrão construtivo das edificações.   Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020	**Zona de Média Densidade (ZMD):** Compreende as áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente residencial de média densidade, lotes com área mínima de 325m² (Lei Complementar nº 046/2013). **Zona de Baixa Densidade (ZBD):** Compreende as áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente residencial de baixa densidade, lotes com área mínima de 600m² (Lei Complementar nº 024/2010). **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):** Compreende áreas a dotar de infraestrutura, regularizar e de implementar novos parcelamentos sociais, lotes com área mínima de 200m². Para regularização dos parcelamentos já existentes serão tolerados lotes de 150 m² (Lei Complementar nº 048/2013).

Uso	Comparativo dos Últimos Anos		Zoneamento
	2008	2020	
Comercial e de Serviços	Comércios esparsos ao longo de toda a malha urbana, a maior concentração encontra-se na Avenida Joaquim Bonetti e na Avenida Pres. Dutra.  Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008 Presença de comércio caracterizado como "de bairro", com lojas de confecção, padarias, lanchonetes, supermercados, bares, lojas de material de construção e entre outros. Destacam-se também serviços de pequeno porte, como: salões de beleza, consultórios odontológicos, cabeleireiros, oficinas.	Comércios e serviços continuam concentrados nas Avenidas principais da sede urbana e os eixos comerciais e de serviços periféricos funcionam bem.   Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020	**Zona Especial de Comércio e Serviços (ZECS):** Compreende as áreas com testadas para as Avenidas Presidente Dutra e Joaquim Bonetti, trecho das ruas Rodolfo Vanderlinde, Gilvanei Baio, Maria Piva Michels, Raul Martins, Érico Veríssimo, Fredolino Koerich, entre as Avenidas Presidente Dutra e Joaquim Bonetti. **Zona de Serviços I (ZSI):** compreende as áreas destinadas aos serviços de médio porte com lotes mínimos de 600m² e permite-se o uso residencial (Lei Complementar nº 007/2008). **Zona de Serviços II (ZSII):** compreende as áreas destinadas aos serviços de médio e grande porte com lotes mínimos de 1.200m², permite-se o uso residencial e exige-se faixas marginais de acesso aos empreendimentos com testada para a via (Lei Complementar nº 007/2008). **Setor de Comércio e Serviços (SCS):** correspondente a uma faixa urbana de 100m de largura, sendo 15m destinado à faixa de domínio da PR 471 e testadas para a Rua Francisco Campos e trecho da Av. Pres. Dutra em sentido a Nova Esperança do Sudoeste com lotes de 675m² (Lei Complementar nº 042/2012). Para regularização fundiária, fica autorizada a testada mínima de 13m e área mínima de 338m² da Rua Getúlio Vargas até o acesso ao Conjunto Jandaia, saída para Nova Esperança do Sudoeste (Lei Complementar nº 046/2013). **Setor de Serviços (SS):** Correspondente a uma faixa urbana da PR 471, sentido Francisco Beltrão, com lotes de 600m² destinada ao uso de serviços de médio porte e permite-se uso residencial (Lei Complementar nº 007/2008).

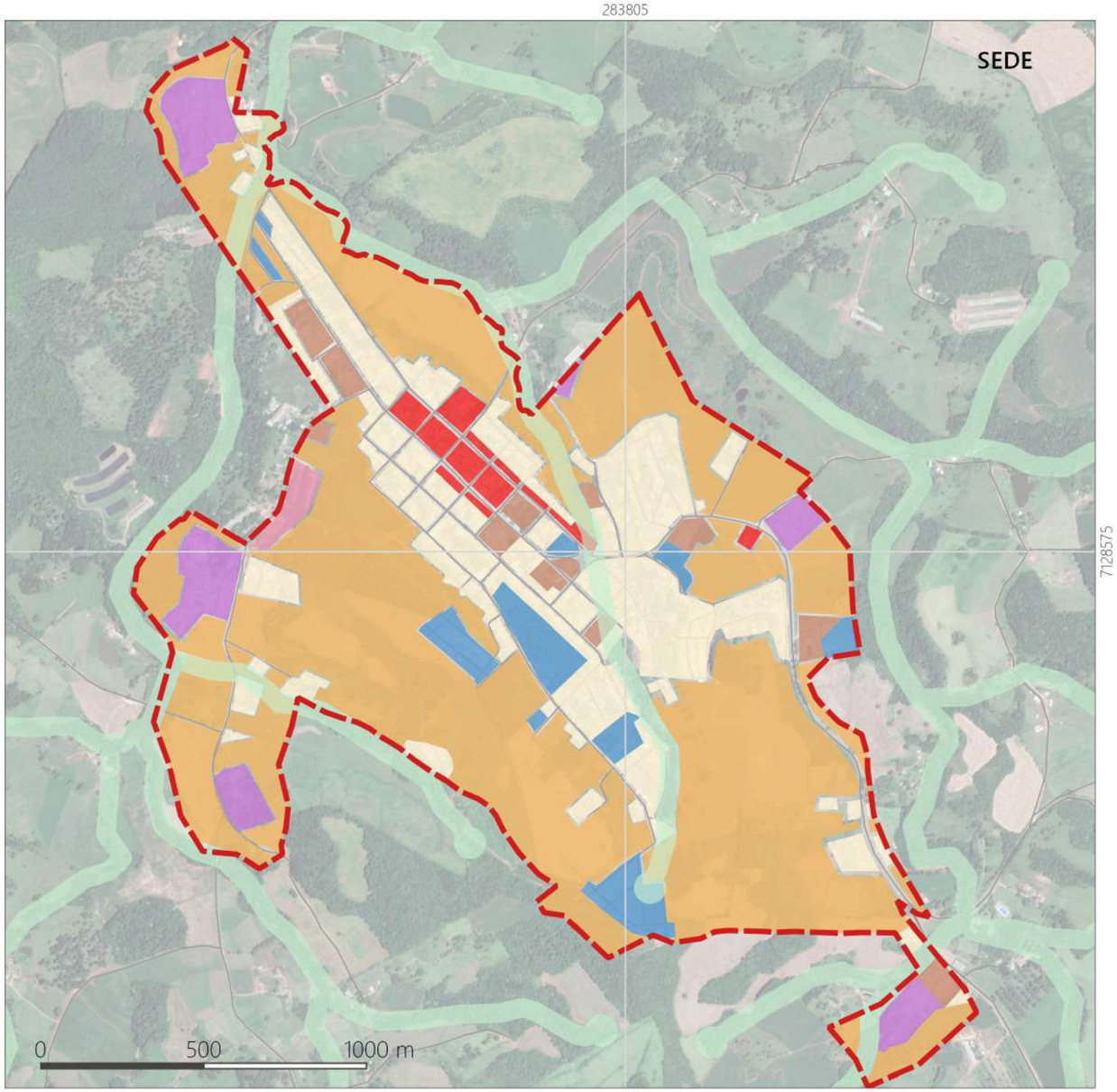
<table>
<tr><th rowspan="2">Uso</th><th colspan="2">Comparativo dos últimos anos</th><th rowspan="2">Zoneamento</th></tr>
<tr><th>2008</th><th>2020</th></tr>
<tr><td>Industrial</td><td>Dentre as indústrias existentes, destacam-se a de transformação da madeira, laticínio e farinha e derivados. O município possui um parque industrial na saída para Nova Esperança do Sudoeste.</td><td>Parque industrial continua existente.</td><td>Não há descrição específica.</td></tr>
<tr><td>Institucional</td><td>As áreas institucionais são aquelas onde estão localizadas a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, escolas, igreja, unidade de saúde, praças e demais equipamentos públicos.
 
 
Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008</td><td>As mesmas áreas institucionais permanecem existentes e estão localizadas principalmente na Avenida Joaquim Bonetti. A Câmara Municipal foi reformada.
 
 
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020</td><td>Zona Institucional (ZI): Compreende as áreas urbanas para o uso institucional tais como: prefeitura, câmara, igreja, departamentos, entre outros.
O objetivo é concentrar as atividades destinadas ao uso institucional e preservar a paisagem urbana no entorno da porção central da sede, ou seja, a praça central e a igreja.</td></tr>
</table>

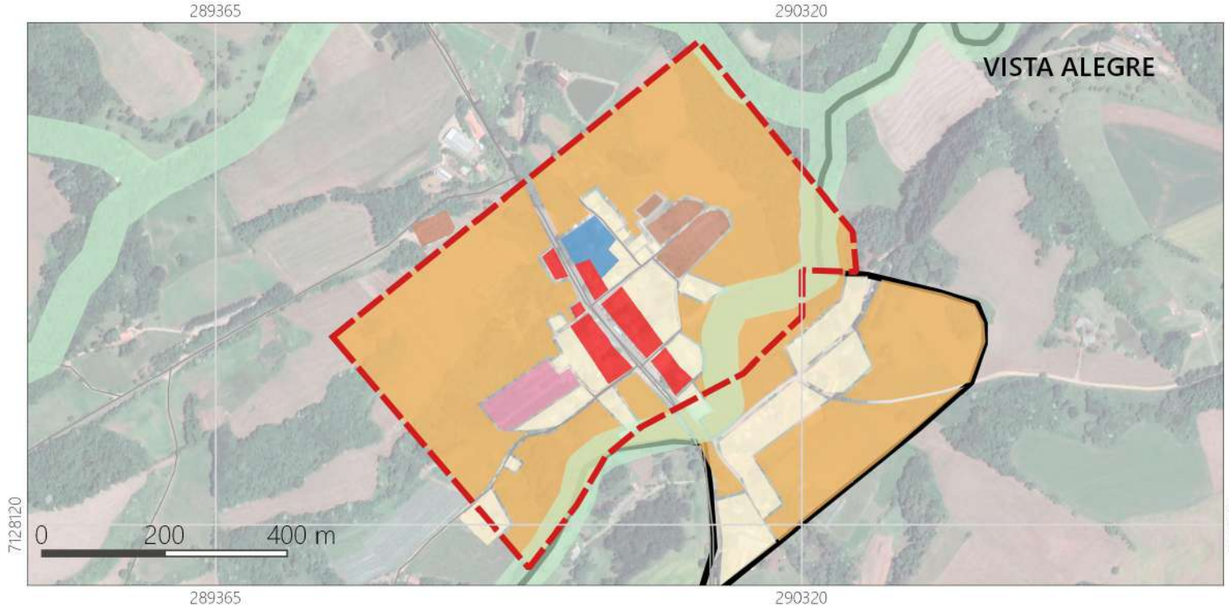
<table>
<tr><th rowspan="2">Uso</th><th colspan="2">Comparativo dos últimos anos</th><th rowspan="2">Zoneamento</th></tr>
<tr><th>2008</th><th>2020</th></tr>
<tr><td>Especial</td><td>Os cemitérios são considerados como uso especial, ao total o município contém 09 cemitérios, sendo 01 na sede urbana.
 
Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008
Locais de entretenimento e lazer como: Centro de Convenções, Centro de Orgânicos e seu entorno.</td><td>O cemitério da sede continua existente e, em 2020, foi constatado a necessidade de ampliação.
 
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020
Locais de entretenimento, lazer e recreação precisam de manutenção preventiva.
Abaixo o Centro de Eventos Municipal.
 
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020</td><td>Cemitério está classificado como uso de “comércio específico 2” que segue regras específicas de implementação e aprovação condicionada com órgãos ambientais.

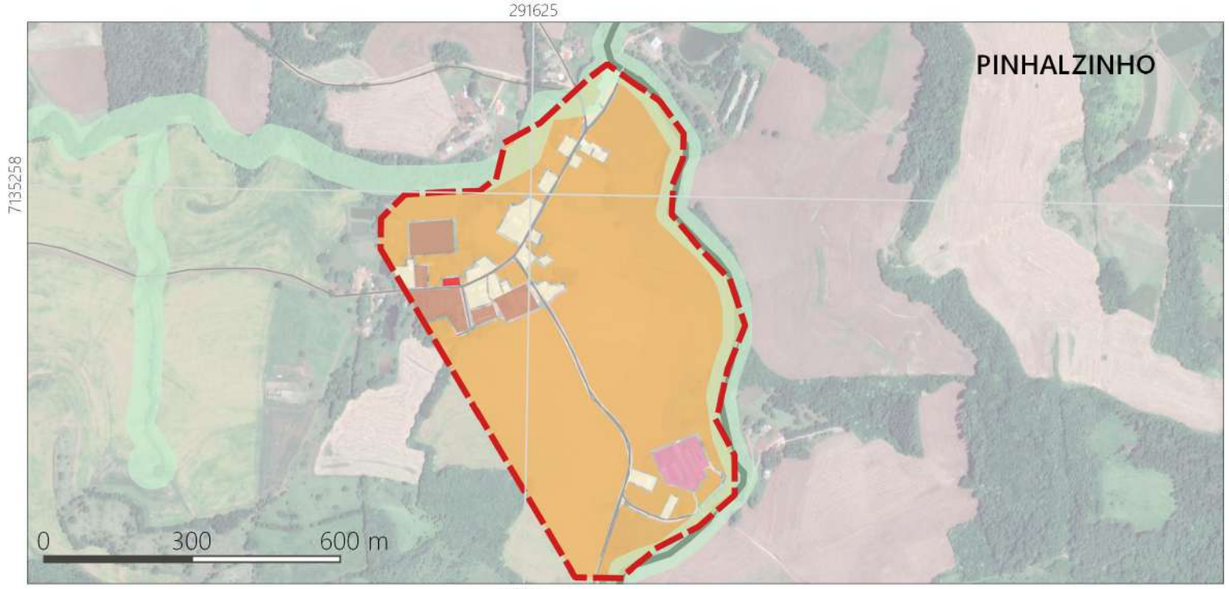
Zona Especial de Entretenimento e Lazer (ZEEP): atrair eventos locais e regionais proporcionando novas perspectivas para o setor econômico e captar novos empreendimentos a se instalarem em Enéas Marques, como também o desenvolvimento do turismo de negócios.

Zona Especial de Parque (ZEP): corresponde as áreas de atração e concentração de atividades de lazer e recreação e que proporcionem a conservação ambiental.</td></tr>
</table>

Nota: Não constam na tabela as atividades agropecuárias e áreas verdes e de lazer, pois estas não foram analisadas no plano diretor anterior.
Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020





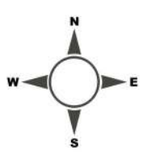


Legenda

- Curvas de Nível - 10m
- Sistema Viário
- APP
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal

Uso do Solo

- Agrícola
- Comercial
- Residencial
- Industrial
- Institucional
- Não Parcelado
- Vazio





Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S |
Base de Dados:
ITCG, 2019; IBGE, 2010, GoogleEarth, Esri e USGS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 08: Uso do Solo Urbano

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

283605.0

7127775.0

7127775.0

N

W

E

S

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques; ESRI, 2020; Here. Garmin.

0 300 600 m

283605.0

Legenda

- Perimetro Urbano
- Malha Urbana
- SCS - Setor de Comércio e Serviço
- SS - Setor de Serviço
- ZBD - Zona de Baixa Densidade
- ZECS - Zona Esecial de Comércio e Serviço
- ZEEL - Zona Especial de Entretenimento e Lazer
- ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
- ZEP - Zona de Parque
- ZI - Zona Institucional
- ZMD - Zona de Média Densidade
- ZS1 - Zona de Serviço 1
- ZS2 - Zona de Serviço 2

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 09: Zoneamento Vigente

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

4.3. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO

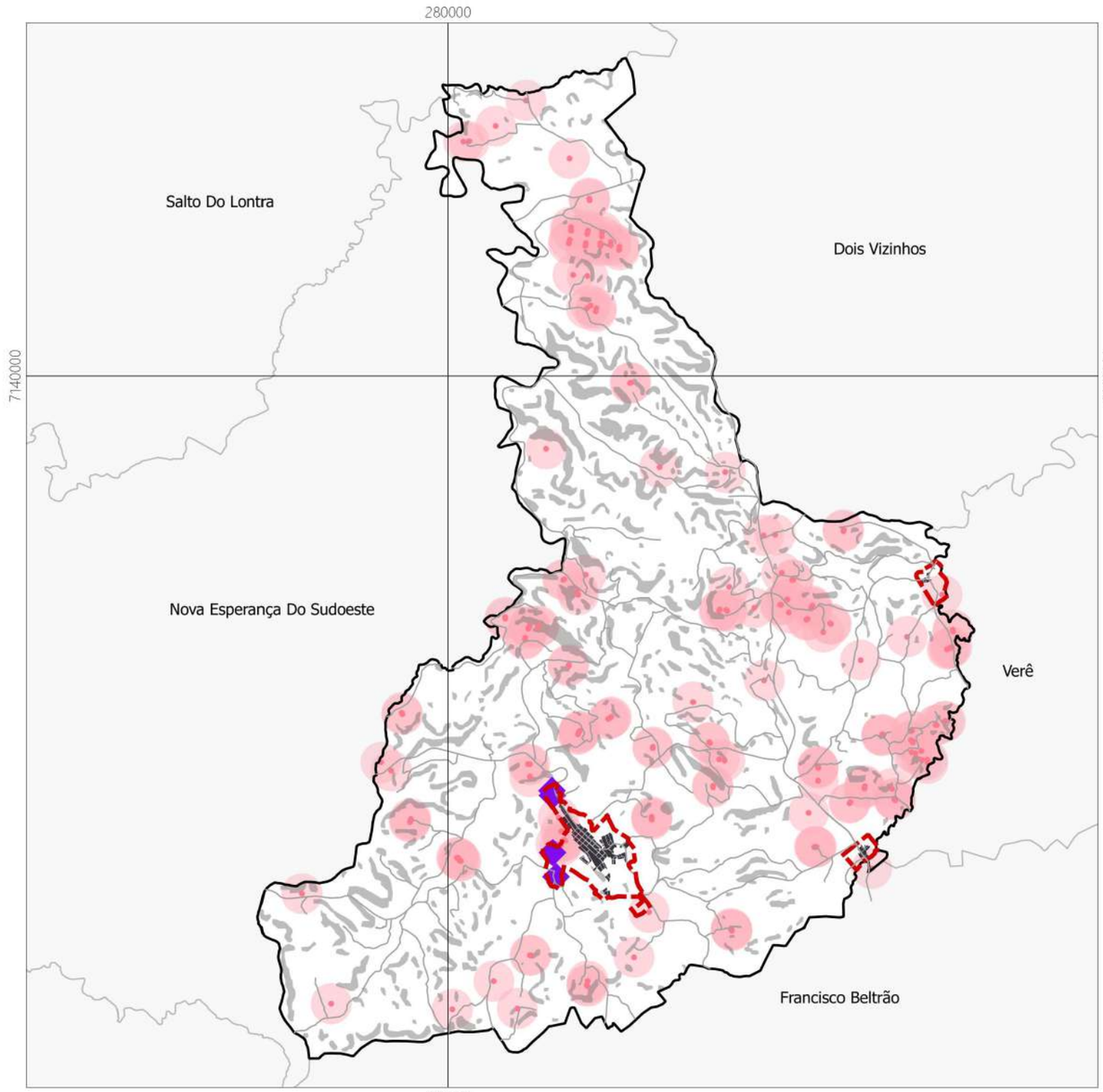
Os principais elementos restritivos da ocupação do solo são a alta declividade (acima de 30%), o solo erosivo, as áreas de preservação permanente, a vegetação nativa remanescente e usos incômodos (como as indústrias e granjas). As rodovias são também uma barreira para o crescimento da cidade, apesar de não ser impeditiva do parcelamento, por impor dificuldades aos pedestres e deslocamentos em geral. Assim, é importante que as gestões municipais atentem para os seguintes fatores quando da ocupação antrópica (Mapa 11):

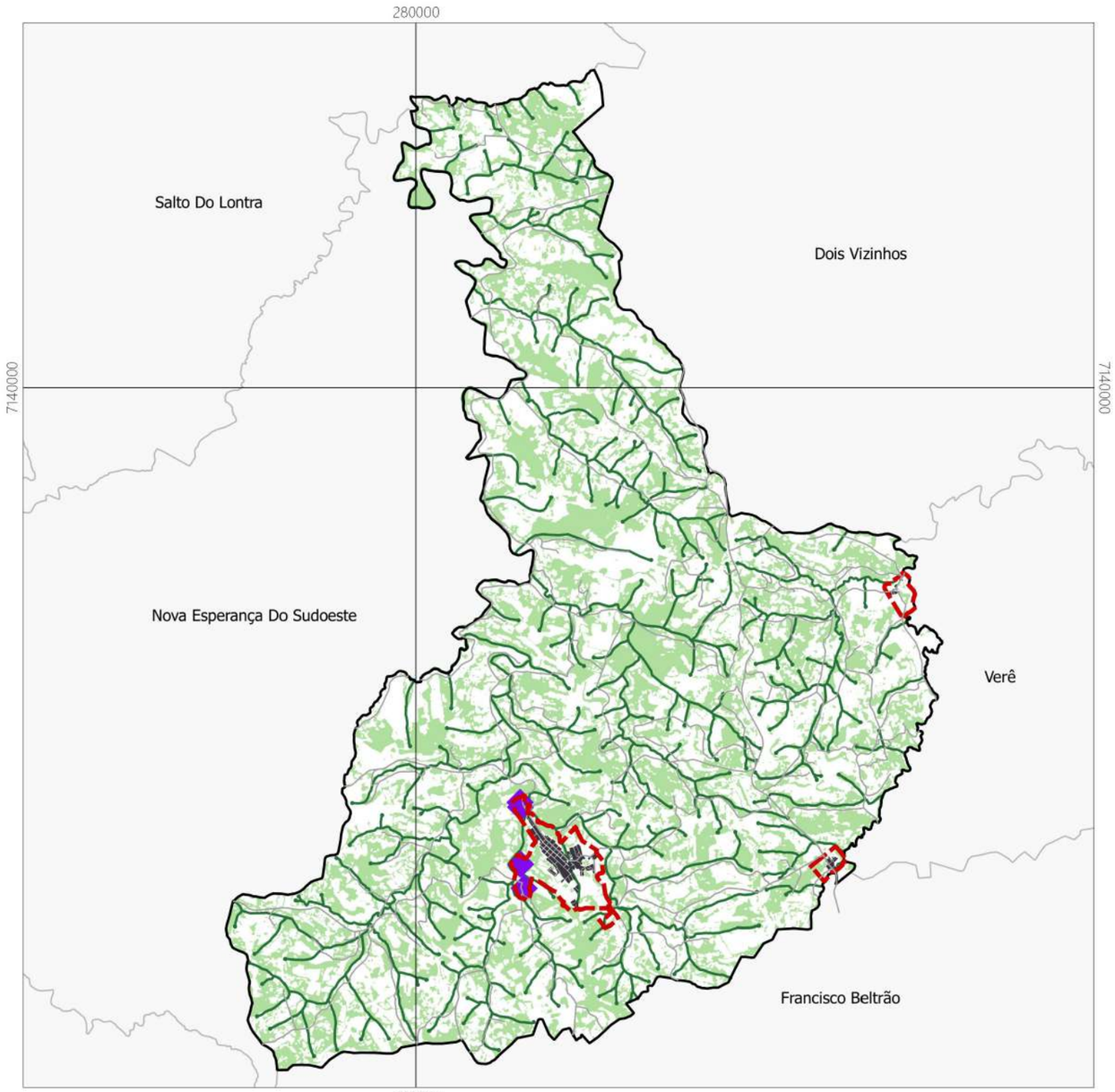
- **Preservar as áreas de APP, reserva legal e fragmentos de vegetação nativa** assinaladas no mapa, conforme estabelecido na Lei Federal n° 12.651/2012. Destaca-se que estas áreas, apesar de serem aptas em alguns casos, não podem ser ocupadas, salvo hipóteses previstas na Lei Federal;

- **Estimular o ordenamento territorial adequado, evitando conflitos relacionados ao zoneamento.** Neste sentido, as gestões futuras deverão orientar a expansão urbana residencial para os locais que não tenham aviários ou granjas de suínos, e até mesmo indústrias incômodas. Portanto, a expansão à Oeste do perímetro atual não é recomendada, pois existem aviários e indústrias naquela região;

- **Não ocupar as áreas com declividade igual ou superior a 30%, conforme Lei Federal n° 6.766/1979.** Considerando este dado, 3 porções na região Sul do perímetro urbano atual apresentam declividades acima de 25%. No que se refere à escala do município, as áreas com declividades altas encontram-se dispersas em todo o território. Estas áreas devem ser destinadas à preservação das florestas e campos naturais, assim como da beleza cênica da região.

A localização estratégica entre Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, além da vocação nata para a produção de suínos e atividades agrícolas; são fatores preponderantes no crescimento econômico do Município nos próximos anos, sendo um atrativo para investimentos e consequentemente o aumento da população. Em razão disto, é imprescindível que a administração pública observe os pontos elencados anteriormente na hora da aprovação de projetos de loteamento.





Legenda

- Limite Enéas Marques
- Indústrias
- Malha Urbana
- Localização das granjas
- Perímetro urbano
- Declividade > 25%
- APP
- Municípios Limítrofes
- Remanescentes florestais
- Granjas 500 m
- Sistema Viário

N
W E
S

0 2 4 6 km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, DRZ Gestão de Cidades e GoogleEarth, 2020

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 10: Áreas Inaptas ao nível do município

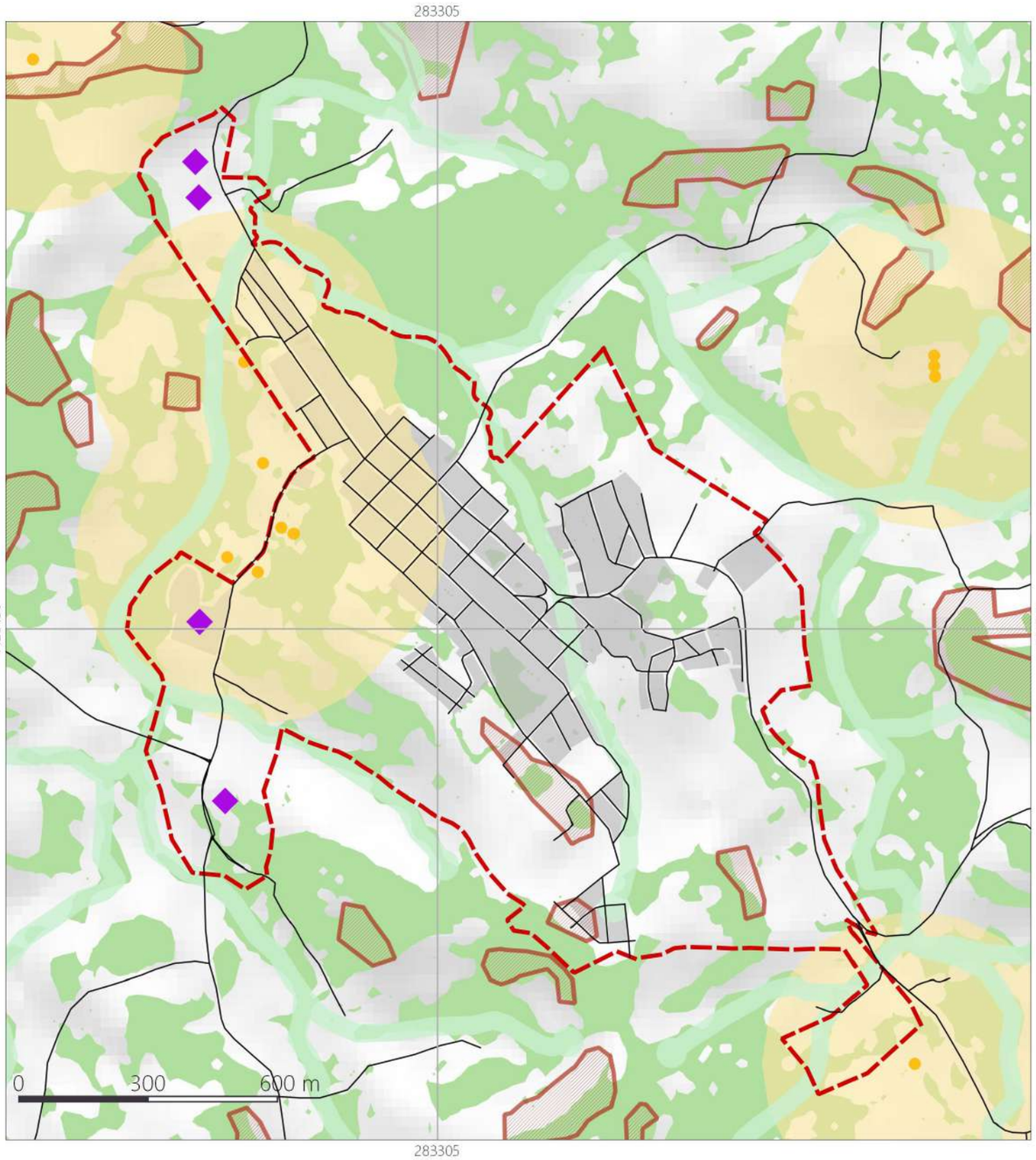
out. 2020

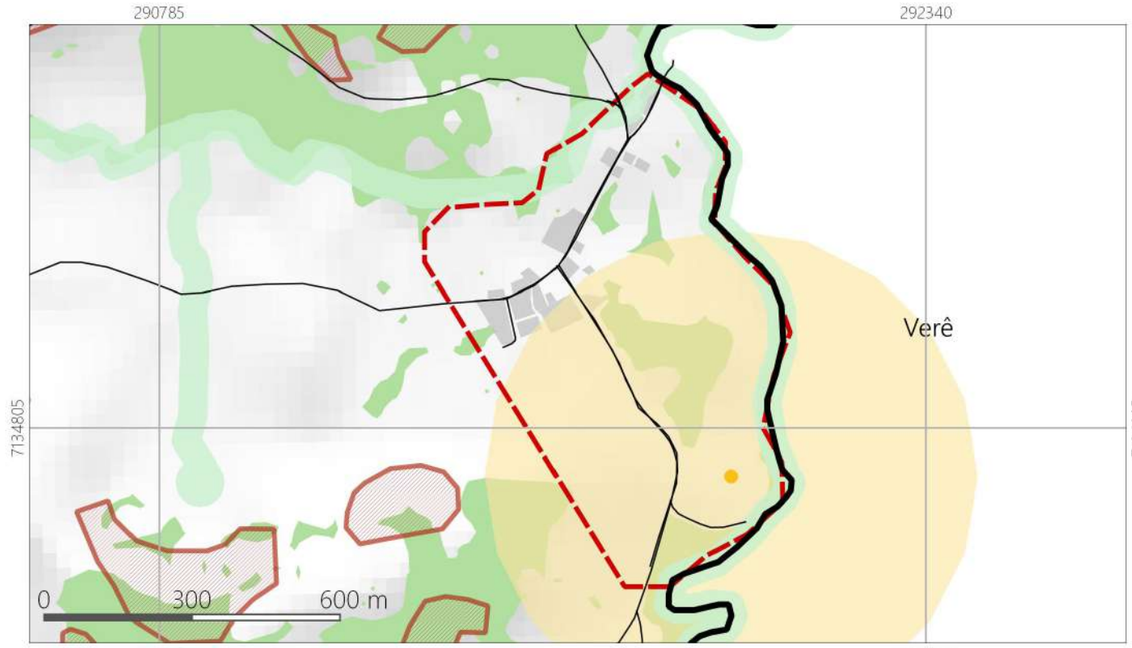
Responsável Técnico:

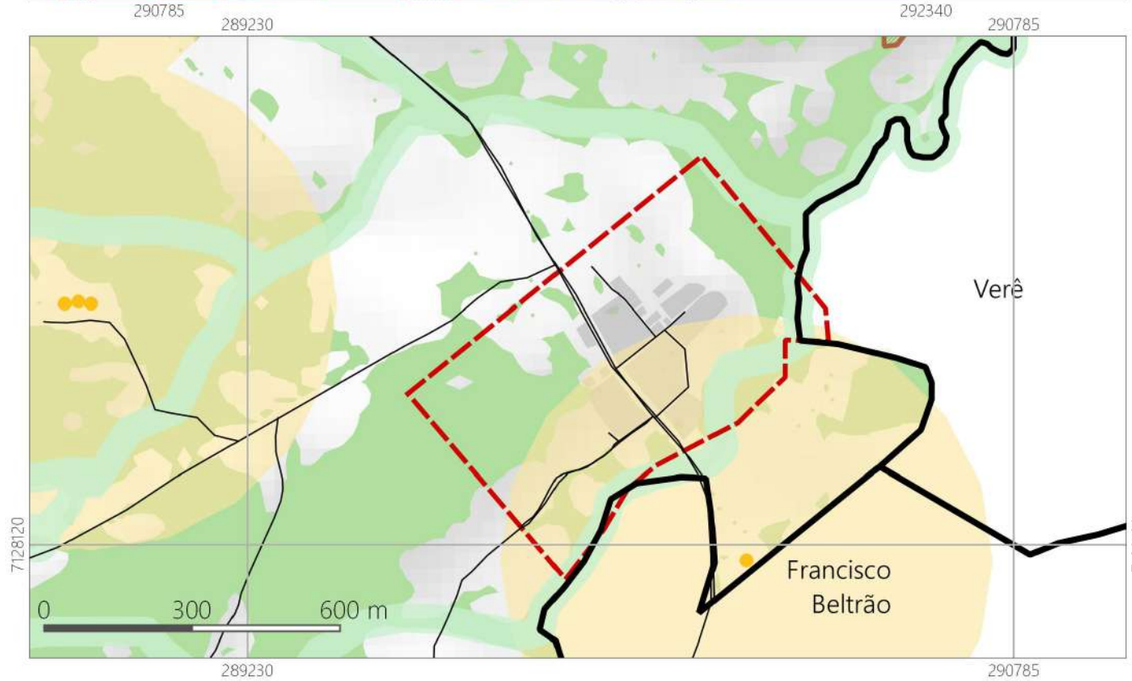
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva







Legenda

- Indústrias
- Granjas
- Granjas 500m
- Declidade maior que 30%
- APP
- Quadras

Perímetro Urbano

- Sistema Viário Municipal
- Remanescente Florestal

N W E S

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Google Earth, TopoData, 2010, ESRI e Garmin

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 11: Restrições ao uso e ocupação antrópica - sede urbana

out. 2020

Responsável Técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:
Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

9. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS

9.1 DEMOGRAFIA

Enéas Marques apresentou decréscimo constante da população entre as décadas de 1990 e 2010, conforme Tabela 1 e Gráfico 5. **A população total no período de 1991 a 2000 reduziu 48,51%.** No período de 2000 a 2010 a redução foi de 4,37% e ocorreu principalmente na população da área rural. Em 2010, ano do último Censo, o município tinha população de 6.103 habitantes e densidade demográfica de 31,55 hab./km².

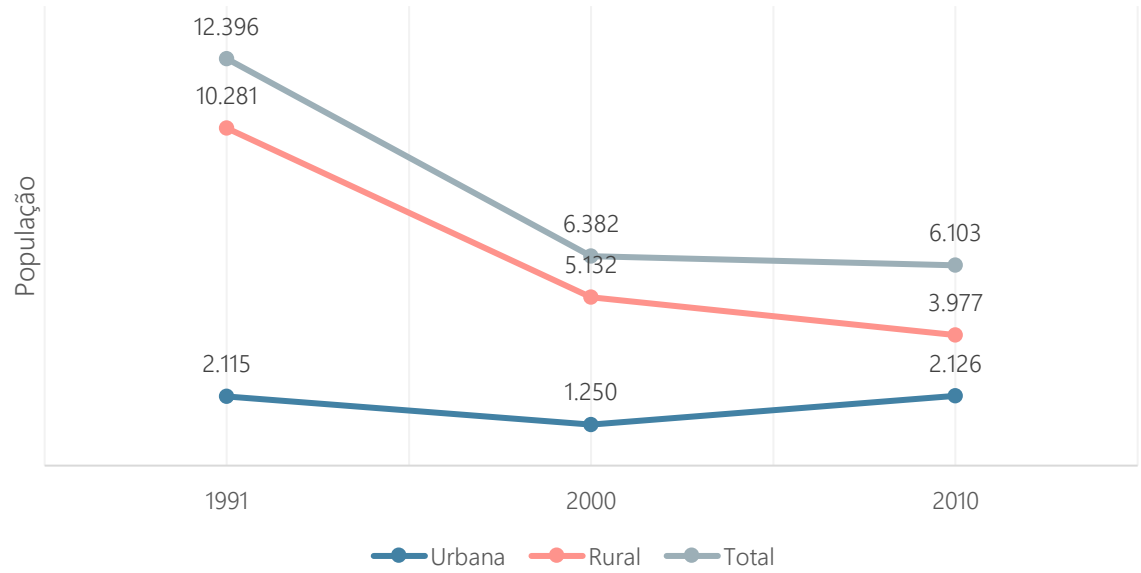
Ainda, analisando a Tabela 1 e Gráfico 5, nota-se o **predomínio da população rural sobre a urbana**, representando 65,17% da população total no ano de 2010, enquanto apenas 34,83% vivia na área urbana no mesmo ano.

Tabela 1 - População residente em Enéas Marques

População	1991	(%)	2000	(%)	2010	(%)
Urbana	2.115	17,06	1.250	19,58	2.126	34,83
Rural	10.281	82,94	5.132	80,42	3.977	65,17
Total	12.396	100,00	6.382	100,00	6.103	100,00

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Gráfico 5 – Demografia de Enéas Marques de 1991 a 2010



Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Em 2019, estima-se 5.961 habitantes[12] em Enéas Marques, tal valor, se confirmado no próximo censo, indicará novamente um decréscimo de 2,3% da população total, entre os anos de 2010 e 2019.

[12] IBGE, 2020.

Consequentemente, a densidade demográfica também apresentou decréscimo entre os anos de 2000 e 2010, de 32,99 hab/km² para 31,55 hab/km². A densidade demográfica[13] do Município, em 2019, corresponde à 30,68 hab/km².

Comparando a composição da população de Enéas Marques entre os anos de 2000 e 2010, observa-se que o equilíbrio entre os gêneros em cada faixa de idade foi mantido, assim como indicado no PDM anterior[14]. De acordo com o censo de 2010, a população é composta por 51,35% de homens e 48,65% de mulheres.

Tabela 2 – Composição da população por sexo

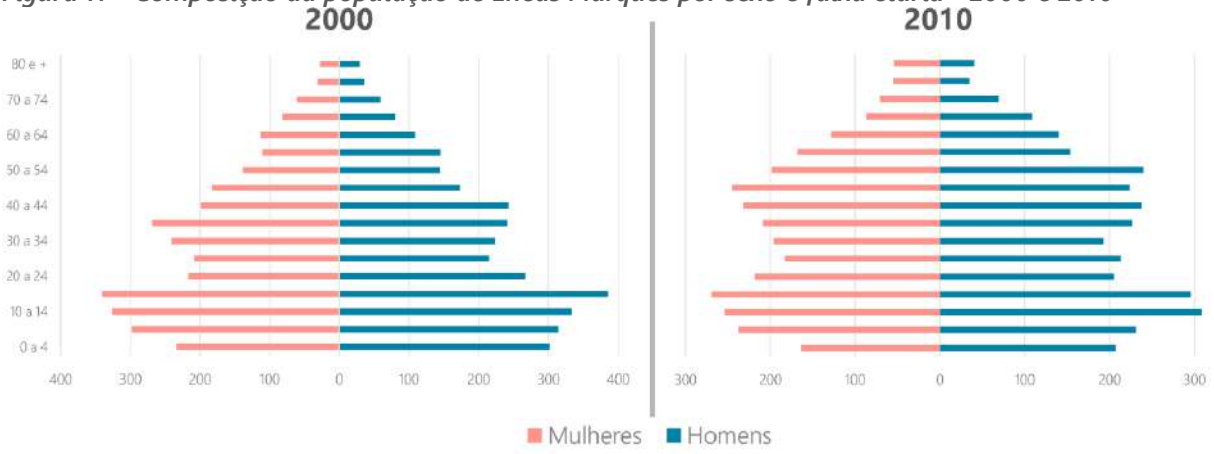
Ano	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	(%)
2000	3.301	51,72	3.081	48,28	6.382	100
2010	3.134	51,35	2.969	48,65	6.103	100

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Conforme demonstram os gráficos da Figura 11, quando comparado os dados dos anos 2000 e 2010, observa-se, na pirâmide mais recente, um estreitamento na base, representando diminuição da taxa de natalidade, e crescimento do topo, indicando aumento da expectativa de vida e o crescente envelhecimento da população.

Na faixa etária de 10 a 19 anos, que corresponde a crianças, adolescentes e jovens em idade escolar (ensino fundamental e médio), nota-se a redução de aproximadamente 18%, enfatizando a diminuição de nascimento ao longo do período analisado.

Figura 11 - Composição da população de Enéas Marques por sexo e faixa etária - 2000 e 2010



Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Quanto à população dependente, ou seja, aquela que se enquadra nas faixas até 15 anos e com mais 65 anos, a análise geral do índice indica uma redução de 13% entre 2000 e 2010. Em análise mais detalhada, verifica-se que, a faixa com menos de 15 anos apresentou diminuição de 22,40% e, a população com mais de 65 anos aumentou cerca 28%. Desta forma, fica evidente a

[13] IPARDES, 2020.
[14] ENÉAS MARQUES, 2008.

necessidade de o poder público promover políticas específicas direcionadas ao atendimento da população mais velha.

Em contraponto, **a população economicamente ativa (PEA)[15], apresentou alta, passando de 71,89% em 2000 para 72,18% em 2010.**

Com isso, Enéas Marques demonstra a diminuição da Razão de Dependência (Tabela 3), que passou de 53,11% para 46,03% no período analisado. O índice demonstra a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Tabela 3 – Estrutura Etária da População de Enéas Marques

Estrutura Etária	População (2000)	% do Total	População (2010)	% do Total
Menores de 15 anos	1.808	28,33	1.403	22,98
15 a 64 anos	4.168	65,31	4.179	68,49
População de 65 anos ou mais	406	6,36	521	8,53
Razão de dependência[16]	53,11%	-	46,03%	-
Taxa de envelhecimento[17]	6,36%	-	8,53%	-

Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Enéas Marques apresentava mais de 22% de pessoas com deficiência em relação à população total no ano de 2010[18]. Do total de pessoas analisadas, cerca de 17% apresentaram deficiência visual, 5,9% auditiva, 7,4% motora e 1,3% mental ou intelectual.

Esses habitantes têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, que podem minimizar e restringir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. A Revisão do PDM considera de extrema importância o atendimento às normas de acessibilidade universal e adequar a cidade, promovendo a interação, a facilidade de deslocamento e o acesso a todos os habitantes.

Tabela 4 - População 10 anos ou mais por tipo de deficiência em Enéas Marques

População		2010
		Total (pessoas)
Pelo menos uma das deficiências		1.365
Deficiência visual	não consegue de modo algum	-
	grande dificuldade	237
	alguma dificuldade	789
Deficiência auditiva	não consegue de modo algum	12
	grande dificuldade	73

[15] PEA – População Economicamente Ativa – é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.
[16] Razão de Dependência: percentual da população de menos de 15 anos e da população com mais de 65 anos (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).
[17] Taxa de envelhecimento: Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.
[18] IBGE, 2010

População		2010
		Total (pessoas)
Deficiência motora	alguma dificuldade	237
	não consegue de modo algum	38
	grande dificuldade	111
	alguma dificuldade	303
Mental ou intelectual		84
Nenhuma dessas deficiências		4.738
Sem declaração		-
Total		6.103

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

9.2 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) constitui um instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Os resultados são apresentados em uma escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Em Enéas Marques, observa-se uma melhora do Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos de 2000 e 2010[19]. Em 2000, o índice era de 0,347 e, em 2010, o valor caiu para 0,217. Comparado com seus municípios limítrofes, em 2010, Enéas Marques ficou abaixo somente dos municípios que são referência na região, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

Tabela 5 – IVS em Enéas Marques em relação a seus municípios limítrofes (2010)

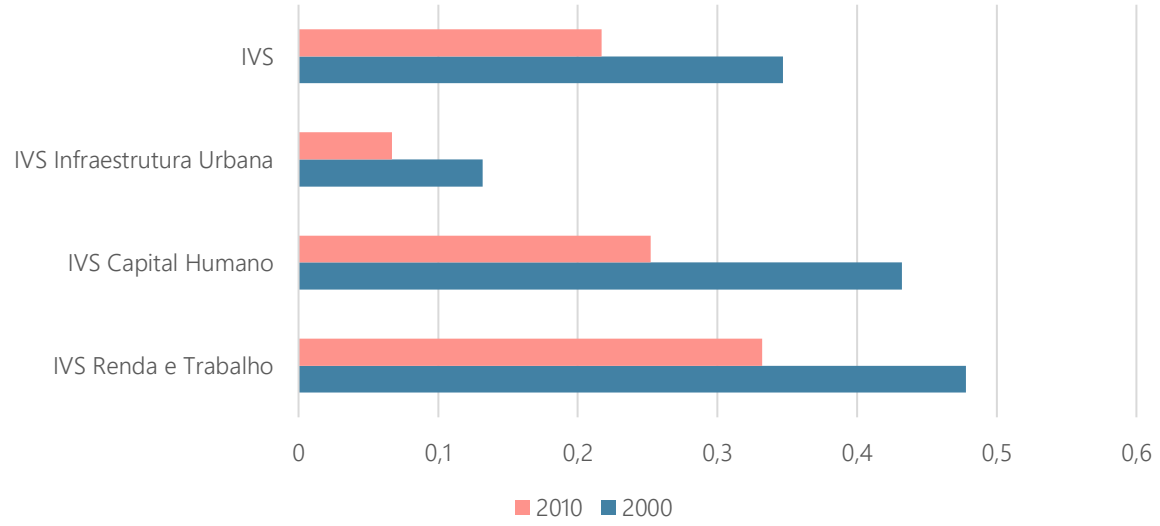
Municípios	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
Enéas Marques	0,217	0,067	0,252	0,332
Dois Vizinhos	0,199	0,052	0,257	0,289
Francisco Beltrão	0,167	0,04	0,237	0,223
Nova Esp. do Sudoeste	0,25	0,073	0,283	0,395
Salto do Lontra	0,242	0,041	0,369	0,315
Verê	0,232	0,06	0,242	0,394

Fonte: IPEA, 2015. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Além disso, conforme indicado no Gráfico 6, **o Município apresentou melhora em todos os componentes do IVS – Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho.** Deste modo, fica evidente que estratégias eficientes foram adotadas pelas gestões municipais no período analisado, e demonstra a importância de se atualizar e complementar as políticas para alcançar o desenvolvimento almejado.

[19] IPEA, 2015.

Gráfico 6 – Índice de Vulnerabilidade Social de Enéas Marques (2000 e 2010)



Fonte: IPEA, 2015. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020

9.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

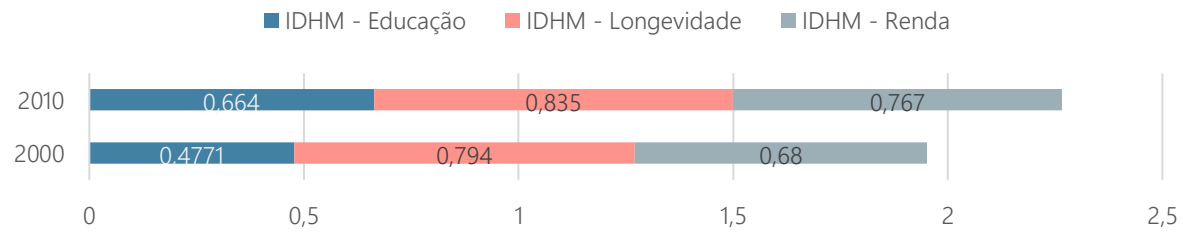
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população. O indicador de desenvolvimento humano inclui a média entre três indicadores:

- **Saúde**: medida pela expectativa de vida da população;
- **Educação**: medida pela escolaridade da população;
- **Renda**: medida pelo padrão de vida por pessoa.

O índice varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade 1 (um).

O IDHM de Enéas Marques, no ano de 2010, é 0,752, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. Conforme Gráfico 7, a dimensão que mais contribui para o IDHM do Município é a Longevidade, com índice de 0,835. Entre 2000 e 2010, a dimensão que apresentou maior avanço foi a Educação (+39,17%).

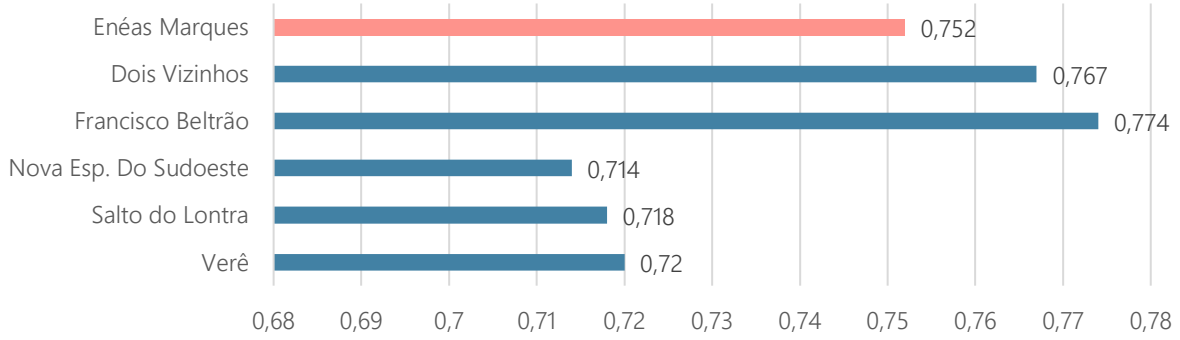
Gráfico 7 – Evolução das dimensões do IDHM de Enéas Marques



Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Comparando o IDHM de Enéas Marques com o de seus municípios limítrofes (Gráfico 8), nota-se um desenvolvimento acima da média da região (0,74).

Gráfico 8 – IDHM 2010: Comparativo de Enéas Marques com seus municípios limítrofes



Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

A seguir, estão apresentados os dados comparativos, referentes aos anos de 2000 e 2010, em cada dimensão que compõe o indicador.

Tabela 6 – Componentes do IDH-M RENDA de Enéas Marques, 2000-2010

Componentes	2000	2010	Δ
Renda per capita	551,86	948,70	71,9%
% de extremamente pobres	8,87	2,85	-67,9%
% de pobres	20,33	10,06	-50,5%
Índice de Gini	0,62	0,60	-3,2%

Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Tabela 7 – Componentes do IDH-M LONGEVIDADE de Enéas Marques, 2000-2010

Componentes	2000	2010	Δ
Esperança de vida ao nascer	72,7	75,1	3,3%
Mortalidade infantil	21,4	12,6	-41,1%
Mortalidade até 5 anos de idade	24,9	14,7	-41,0%
Taxa de fecundidade total	2,7	2,1	-22,2%

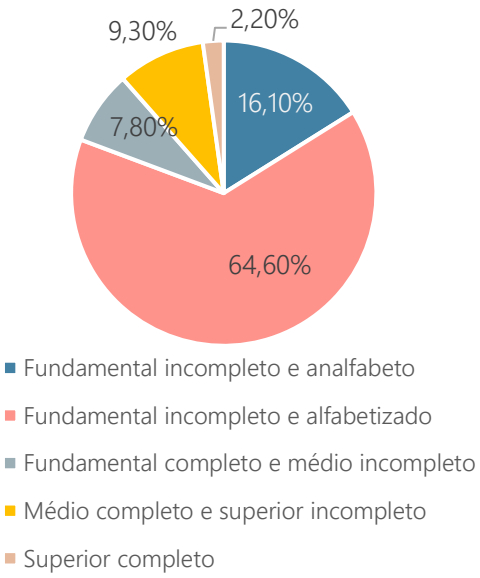
Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Tabela 8 – Componente do IDH M EDUCAÇÃO de Enéas Marques, 2000-2010

Componentes	2000	2010	Δ
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	27,15	43,71	61%
% de 5 a 6 anos na escola	67,59	96,72	43,1%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	80,09	96,96	21,1%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	62,67	73,53	17,3%
% de 18 a 20 anos com médio completo	37,07	60,16	62,3%

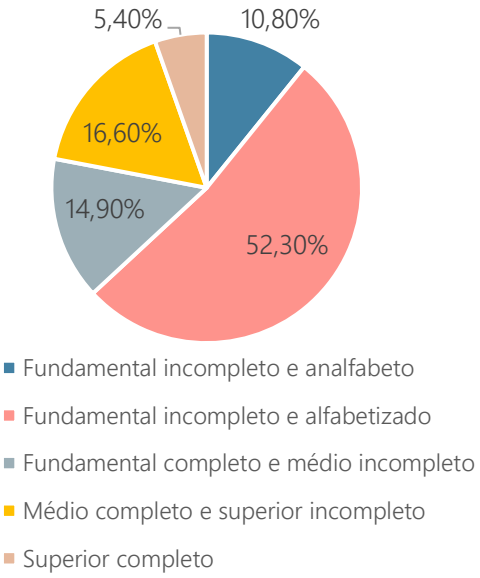
Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Gráfico 9 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais, no ano de 2000



Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Gráfico 10 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais, no ano de 2010



Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

9.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As variáveis utilizadas para medir o desenvolvimento econômico de Enéas Marques foram o PIB, o VABPB, o VAF, e os dados sobre Estabelecimentos Econômicos e Empregos. Para tanto, como metodologia utilizou-se os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos de Pesquisas e Órgãos Públicos. As variáveis do PIB e do VABPB foi do período de 2015 a 2017 e para o VAF, estabelecimentos das atividades econômicas e empregos o período foi 2016 a 2018 que são os dados e informações mais recentes publicados pelos órgãos: IBGE e IPARDES.

A atualização dos dados econômicos por meio de índices de atualização financeira possibilita uma análise real dos dados. Nesse contexto os valores financeiros serão deflacionados com a utilização de indicadores que medem e permitem as correções dos valores. Para os cálculos das variações entre os períodos de análise sempre serão considerados, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial das análises.

9.4.1 PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

Através da análise do comportamento do real do PIB, indicador mais relevante da economia, se constatará os níveis de evolução que dará a possibilidade de auxiliar na tomada de decisões, particularmente em Enéas Marques que no último ano se apresentou em uma situação de crescente.

Tabela 9 – Enéas Marques: Produto Interno Bruto de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2017e a Variação Real em percentual, período 2015-2017.

Ano	PIB de mercado (R$ 1,00)		PIB Per Capita (R$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real (%)	Valor Deflacionado	Variação Real (%)
2015	196.205.713,28	1,58	31.672,02	1,81
2016	222.961.708,00	13,64	36.006,43	13,87
2017	234.739.000,00	5,12	37.999,00	5,36
Média	217.848.807,09	6,78	35.245,82	7,01

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Considerando os resultados do PIB de mercado referente aos períodos 2014-2015, 2015-2016 e 2016-2017, a economia do Município de Enéas Marques apresentou crescimento médio de 6,78%. As razões principais são justificadas pelos relevantes resultados ocorridos nos anos de 2016 e 2017, que compensaram o baixo desempenho do ano de 2015 tendo desempenhos positivos pontuais identificados em determinadas atividades, tais como a indústria que na análise do VABPB apresentou taxas de crescimento positivas em todos os períodos. Denota-se que a economia do Município contrariou as questões macroeconômicas que insurgiu com os problemas políticos e econômicos iniciados no período 2013-2014 no Brasil.

Assim, o resultado só não foi melhor devido ao período de 2014-2015 com o menor índice de crescimento entre os períodos. No período de 2015-2016, o PIB de mercado do Município de Enéas Marques foi marcado por significativo crescimento de 13,64% quando comparados com crescimentos negativos do Paraná e Brasil que se apresentaram com os índices -2,6% e -3,3%, pela ordem. Esses dados paranaenses e brasileiros servem de alerta para minimizar as volatilidades que a economia pode oferecer para o mercado e por extensão para todas as atividades socioeconômicas.

Considerando os resultados do PIB *per capita* referente aos períodos 2014-2015, 2015-2016 e 2016-2017 o crescimento médio é de 7,01%, ocorrido devido aos desempenhos dos períodos com semelhanças nas variações do PIB de mercado. Denota-se que o índice positivo de crescimento no período de 2015-2016 de 13,84% foi responsável pela relevante média de crescimento (Tabela 9).

Em estudos mais aprofundados com valores reais do período 2015-2017, o PIB *per capita* médio no Estado Paraná apontou queda de 0,61%, e o Brasil teve decréscimo de 2,71%, enquanto no Município de Enéas Marques o crescimento atingiu 7,01%. Dessa forma, identifica-se uma vantagem comparativa no desempenho do PIB *per capita* nacional e estadual.

Sintetizando, o crescimento econômico acumulado do Município de Enéas Marques entre 2015 e 2017, apontou crescimento real de 19,46% no PIB Preços de Mercado, considerando os valores reais de R$196.205.713,28 e R$234.379.000,00. Paralelamente o crescimento acumulado do PIB *per capita* foi de 19,98%, em função do crescimento real de R$31.762,02 para R$37.999,00. A economia nacional e estadual teve crescimentos acumulados negativos em igual período. A

média real do PIB *per capita* é de R$35.245,82 e a média do PIB a preços de mercado é R$217.848.807,09 no período, conforme demonstra a Tabela 9.

Os resultados com o PIB de mercado foram relevantes devido aos comportamentos ocorridos, principalmente, nos anos de 2016 e 2017. Esses resultados auxiliam para vislumbrar entradas de investimentos diretos e indiretos para a implantação e materialização de empreendimentos com a finalidade de agregar na participação e decisões dos setores econômicos do município. O estimulante, nesse contexto, é que no ano de 2016 o índice do PIB foi significativo para conjecturar um horizonte de maior crescimento e desenvolvimento econômico e social do município.

9.4.2 VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS

Na distribuição do VABPB deflacionados por ramo de atividade no período de 2015 a 2017, o Município de Enéas Marques destoa do perfil nacional dos municípios, assim ao invés do setor de serviços, o setor agropecuário é o mais significativo de acordo com o PIB setorial, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Enéas Marques: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (R$ 1,00)

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	Participação (%)	Valor Deflacionado	Participação (%)	Valor Deflacionado	Participação (%)
Agropecuária	80.471.332,30	43,65	76.765.826,30	38,01	72.115.000,00	33,64
Indústria	39.519.852,92	21,43	54.802.403,70	27,13	68.158.000,00	31,79
Serviços[20]	64.389.467,47	34,92	70.407.886,00	34,86	74.113.000,00	34,57
Total	184.380.652,69	100,00	201.976.116,00	100,00	214.386.000,00	100,00

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Em relação à participação e desempenho médio dos setores econômicos, o Município de Enéas Marques, durante o período 2015-2017, tem a seguinte distribuição considerando os dados do VABPB:

- O **setor da agropecuária** corresponde a 38,44% de participação média do total do VABPB. Quanto ao desempenho apresentou crescimento médio de -6,50%, devido as constantes quedas em todos os períodos, ou seja, em: 2014-2015 (-8,85%); 2015-2016 (-4,60%) e 2016-2017 (-6,06%).

- O **setor de serviços** corresponde em média 34,78% de participação do total do VABPB, obtendo 3,88% de desempenho econômico resultado das variações dos períodos: 2014-2015 (-2,98%); 2015-2016 (9,35%) e 2016-2017 (5, 26%).

[20] O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.

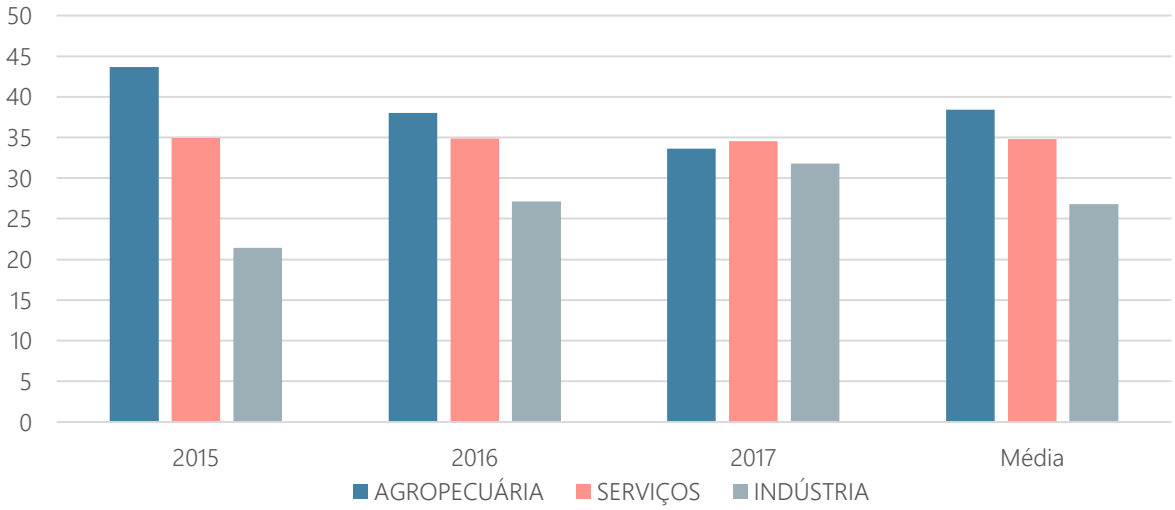
- O **setor de indústria** corresponde em média 26,78% de participação do total do VABPB. A Indústria apresentou crescimento médio de 37,94% que foi resultado das expressivas variações nos períodos: 2014-2015 (50,78%); 2015-2016 (38,67%) e 2016-2017 (24,37%).

Os dados mostram que a produção industrial vem num crescente ano pós ano e que, nesse ponto, é a mais representativa entre os setores econômicos com sinais de evolução, principalmente, no segmento da agroindústria. Também não deve desconsiderar sua imprescindível contribuição para o desenvolvimento local e regional, devido às potencialidades que os segmentos industriais na transformação e agregação de valores podem participar de forma determinante na geração de empregos e renda. Além de aumentar a arrecadação do Município, colaborando assim, com as questões socioeconômicas de Enéas Marques.

Não obstante, a atividade agropecuária desenvolvida no Município é bem diversificada, porém com redução de valores ao longo dos anos, demonstrando a perda da liderança no ano de 2018 para o setor de serviços.

Para visualizar o comportamento dos setores econômicos, por meio do VABPB, que reflete o andamento da economia dos países, das regiões e dos municípios, o Gráfico 11 tem a finalidade de resumir os dados apresentados na Tabela 10.

Gráfico 11– Enéas Marques: Participação percentual dos setores econômicos em relação ao Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de acordo com valores a preços constantes de 2017. Período 2015-2017



Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Como reflexo dos resultados das participações setoriais o crescimento acumulado do VABPB no período 2015-2017 foi excepcional, com o indicador de aumento de 16,27% apoiado nos valores de R$184.380.652,47 e R$214.386.000,00. Valores advindos das dinâmicas de crescimento acumulado de -10,38% do setor da agropecuária referente aos valores de R$80.471.332,30 e R$ 72.115.000,00; de 72,47% considerando os valores R$39.519.852,92 e 68.158.000,00 da indústria,

e 15,10% do para os valores de R$64.389.467,47 e 74.113.000,00 para o setor de serviços, conforme Gráfico 11.

Em relação ao VABPB, a administração pública, que compõe nesse estudo o setor de serviços, tem relevante participação de 13,74%, enquanto o comércio e os serviços participam com 34,78% em média, com isso, demonstra relevância na sustentação do processo econômico local.

O desempenho foi de certa forma confortável do ponto de vista econômico, quando nos deparamos com o cenário nacional. Independentemente dos resultados, a tônica da concentração para uma gestão mais segura para os anos seguintes é uma meta imprescindível para alcançar indicadores econômicos e sociais que venham cada vez mais ao encontro das necessidades da população local, notadamente, na geração de emprego e renda como pilares as soluções sociais de Enéas Marques.

9.4.3 VALOR ADICIONADO FISCAL

O Valor Adicionado[21] Fiscal é um indicador calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que indica a participação municipal no repasse do ICMS e do IPI, entre outros aos municípios.

Conforme a Tabela 11, a análise considerou o valor total e os índices de participação com a finalidade de identificar o comportamento dos setores produtivos do município., abrangendo o período 2016-2018. Esse conjunto de informações econômicas é referência de arrecadação para os municípios que se beneficiam dos resultados das atividades econômicas.

Tabela 11 – Enéas Marques: Valor Adicionado Fiscal com valores deflacionado a preços constantes de 2018 com valores deflacionados, período 2016-2018 (R$ 1,00)

Ramo de Atividade	2016		2017		2018	
	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%
Produção Primária	139.290.587,75	56,94	149.770.742,03	64,10	154.743.461,00	60,59
Indústria	75.069.529,79	30,69	44.791.177,56	19,17	54.458.041,00	21,32
Comércio e Serviços	30.264.811,64	12,36	39.085.168,91	16,73	46.263.128,00	18,11
Recursos/Autos[22]	20.065,88	0,01	0,00	0,00	-68.641,00	-0,03
Total	244.644.995,06	100	233.647.088,50	100	255.395.989,00	100

Fonte: SEFA-PR, 2018. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

O VAF médio do Município de Enéas Marques, ao longo dos anos de 2016, 2017 e 2018 atingiu o valor de R$244.562.690,85. Nesse período constatou-se o crescimento médio de 5,55% que foi

[21] Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).

[22] Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA-PR, 2018).

resultado do crescimento de 11,85% em 2016 e 9,31% em 2018 e da queda de 4,50% registrada no ano de 2017.

O setor da produção primária apresentou o maior valor no contexto do VAF. Os valores reais tiveram variações entre os períodos que culminou com crescimento de 5,19% em média. Segundo os dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, a produção primária apresenta a média de R$147.934.930,26 correspondendo a 60,49% de participação da totalidade média do VAF.

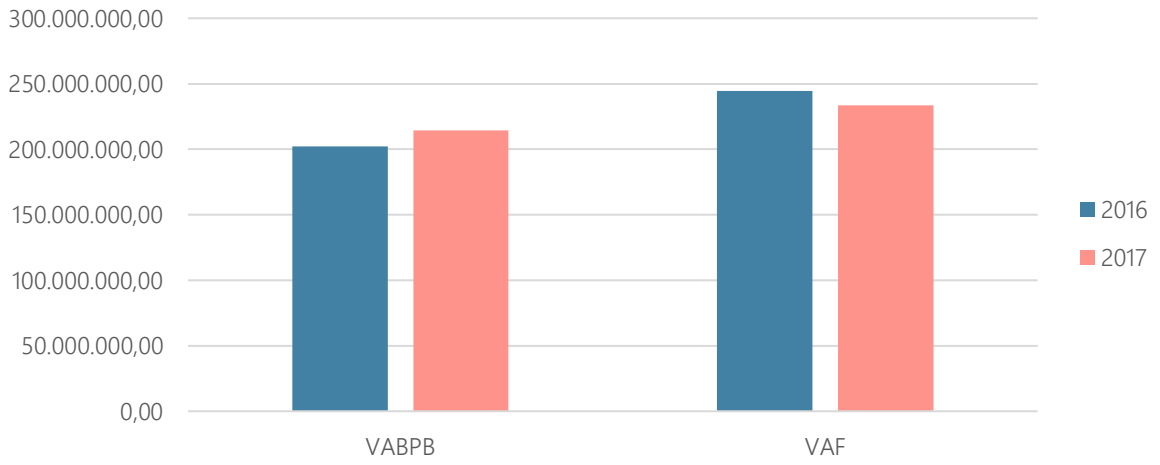
Sintetizando o desempenho da produção primária no VAF, durante o período 2016-2018, o crescimento médio do setor alcançou 5,19%, em função das variações de 4,73% em 2016; em 2017 com 7,52% e 3,32% em 2018. Esses dados mostraram que o setor atende economicamente a contextualização financeira e arrecadatória do Município.

O setor da indústria, classificado como o segundo setor no ranking municipal, com o valor médio durante o período com as cifras na ordem de R$58.106.249,45, respondendo a 23,75% de participação média em relação à totalização do VAF. Este setor apresentou crescimento médio de 37,94% no período 2016-2018, resultado advindo das seguintes variações: 50,78%; 38,67% e 24,37%, referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018 pela sequência.

O setor de comércio/serviços na totalidade do VAF atingiu a média de R$38.537.702,85 correspondendo, em média, a 15,76% de participação. Este setor apontou desempenho de 17,42% durante o período de 2016-2018, garças ao crescimento de 4,75%; de 29,14% e de 18,36% referentes aos períodos distribuídos entre 2016 e 2018.

O Gráfico 12 mostra o comportamento do VABPB e o VAF em que aponta desempenhos diferentes. Metodologicamente foram utilizados valores referentes a 2016-2017 para compor a mesma base temporal de dados para as duas variáveis. Na comparação entre as duas variáveis as relevâncias são demonstradas, principalmente, na participação mais efetiva do setor primário tanto no VABPB como no VAF.

Gráfico 12 – Enéas Marques: Comparativo entre o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Valor Adicionado Fiscal, com valores anos de 2016 e 2017 (R$ 1,00)



Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Assim, os dados relacionam essas duas variáveis de crescimento da economia local que influenciam diretamente nos níveis de desenvolvimento do Município. Como efeito comparativo, e utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA: 6,41% em 2014; 10,67% em 2015; 6,29% em 2016 e 2,95% em 2017, perfaz uma média inflacionária de 5,66% para o período 2015-2017. Percebe-se que o valor obtido foi inferior às variações do VABPB e do VAF em igual período, não causando enormes perdas inflacionárias nas contas públicas do Município.

Especificamente ao período 2016-2017 observa-se que os valores do VAF são superiores aos valores VABPB, porém a variação entre os dois agregados mostra que no VAF ocorreu queda de 4,5%, enquanto VABPB apontou crescimento de 6,14%, afetando diretamente as finanças públicas do Município pela perda de arrecadação, conforme demonstra o Gráfico 11.

Como análise complementar, para melhor entendimento do comportamento das atividades primárias no contexto do VAF, recorremos aos números do Valor Bruto da Produção (VBP), apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Enéas Marques: Valor Bruto da Produção por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R$ 1,00)

Ramo de Atividade	2016		2017		2018	
	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %
Agricultura	27.909.366,61	9,42	23.076.721,57	8,28	25.113.670,34	9,03
Florestais	4.887.142,40	1,65	4.743.355,98	1,70	3.823.498,64	1,38
Pecuária	263.538.179,80	88,93	251.049.134,66	90,02	249.116.361,55	89,59
Total	296.334.688,81	100,00	278.869.212,21	100,00	278.053.530,53	100,00

Fonte: SEAB-PR; DERAL, 2017. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Conforme a Tabela 12, o resultado identificado na safra 2016-2018 mostrou que, em média de participação, a agricultura foi responsável por 8,91%; a pecuária com 89,51% e florestais com 1,58% da totalidade do VBP.

Considerando o ano imediatamente anterior, a composição do VBP foi atendida com o desempenho 3,44% no ano de 2016; crescimento de -5,89% em 2017 e de -0,29% em 2018 culminando com crescimento médio de -2,16%.

O crescimento acumulado do VBP entre 2016 e 2018 foi de -6,17% considerando os valores de R$296.334.688,81 e R$278.053.530,53 em decorrência das quedas de: 10,02% na agricultura para os valores R$27.909.366,61 e R$25.113.670,34; de 5,47% na pecuária, que é o principal segmento do setor, para os valores de R$263.538.179 e R$249.116.361,55, e 21,76% no 315,49% do ramo florestais com os valores R$ 4.887.142,40 e 3.823.498,64. Portanto, o segmento da pecuária apresenta maior expressividade econômica das variáveis que formam o valor bruto da produção.

O desempenho médio das atividades: agricultura e pecuária que atingiram níveis negativos de crescimento, sendo: 0,29% para a agricultura; 11,96% florestais e 0,70% na pecuária. O desempenho mais fraco ficou com o ramo florestais, representando baixa participação financeira no contexto do VBP.

De acordo com dados levantados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB), tem-se que:

- no período 2016-2018, o VBP e seus respectivos ramos apresentaram crescimentos negativos devido as oscilações ocorridas ao longo do tempo, a pecuária é a principal atividade econômica do VBP com 89,51% de participação média no Município de Enéas Marques, apesar da redução do crescimento na ordem de 4,74% e 0,77% nos anos de 2017 e 2018.

- a agricultura tem apenas 8,91% de participação média no VBP. Ocorreu desempenho positivo no período 2015-2016 (7,61%) e 2017-2018 (8,83%), enquanto no período de 2016-2017 a quedas foi de 17,32%.

No ano de 2018 em relação ao VBP o valor total atingiu R$278 milhões valor praticamente igual ao do ano anterior, enquanto a agricultura somou 25 milhões; pecuária com R$249 milhões e florestais cerca de R$4 milhões. Esses números foram provenientes da produção dos rebanhos de suínos e gado leiteiro/vacas para reprodução, plantéis de frangos, produção de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiro, entre outros.

9.4.4 ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Em continuidade aos resultados e análises apresentados, considerar-se-á dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos estabelecimentos por atividades econômicas, que contribuem na geração de empregos do município de Enéas Marques durante o período compreendido entre 2016 e 2018 considerando as médias durante o período referido, e apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – Enéas Marques: Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2016-2018.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos			Empregos		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Indústria	12	10	11	368	335	321
Construção Civil	7	4	3	44	25	14
Serviços[23]	96	97	95	574	576	627
Agropecuária	28	25	25	121	123	127
Total Geral	143	136	135	1.107	1.059	1.089

Fonte: IPARDES, 2019. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

[23] Serviços está composto pelos dados do comércio atacado e varejo, serviços em geral e administração pública.

Na composição dos estabelecimentos, o setor de serviços participou com 69,57%; a construção civil com 3,38%; a indústria com 7,97%; e o setor agropecuário com 19,08% em relação à média da totalidade dos estabelecimentos. Os três últimos setores responderam por 30,43% dos estabelecimentos do município.

Na composição do emprego, o setor de serviços lidera a ocupação de trabalhadores do município que, em média, corresponde 54,59%, enquanto a construção civil com 2,55%, indústria com 31,46%, e a agropecuária com 11,40% dos postos de trabalho de Enéas Marques. Os três últimos setores, em média, somam 45,41% de participação na empregabilidade formal do município, com destaque para o setor industrial.

Sob a ótica do crescimento acumulado do quantitativo de estabelecimentos e de empregos entre os anos de 2016 e 2018, os setores tiveram o comportamento demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Enéas Marques: Crescimento acumulado das atividades econômicas, anos de 2016 e 2018

Estabelecimento/Atividade	Crescimento Acumulado	Emprego/Emprego	Crescimento Acumulado
Indústria	-8,33%	Indústria	-12,77%
Construção Civil	-57,14%	Construção Civil	-68,18%
Comércio e Serviços	-1,04%	Comércio e Serviços	9,23%
Agropecuária	-7,14%	Agropecuária	4,96%
Geral	-5,59%	Geral	-1,63%

Fonte: IPARDES, 2019. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

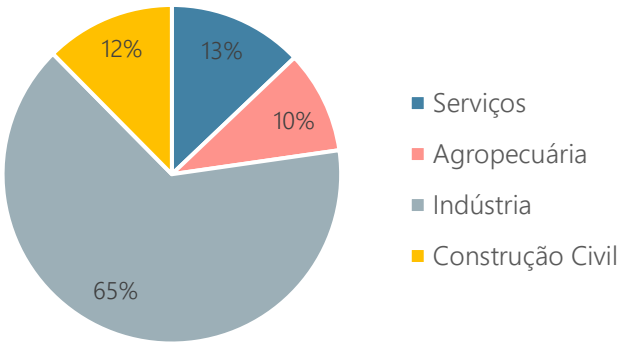
O crescimento acumulado de estabelecimentos decresceu 5,59% e no quesito emprego, a queda alcançou 1,63%. Os índices negativos foram resultados, sobretudo das reduções de estabelecimentos e empregos nos setores da indústria e da construção civil. Os setores de comércio/serviços e agropecuária apresentaram crescimentos acumulados positivos, quanto a emprego, na ordem de 9,23% e 4,96%, respectivamente. O setor do comércio/serviços sendo é o maior empregador do município, reflete na economia como um todo, inclusive nas finanças públicas.

Tratando-se de emprego por gênero, em média, os trabalhadores de sexo masculino predominam a ocupação do emprego no Município de Enéas Marques com 60,00% que representa em média 651 pessoas, enquanto do sexo feminino são representados por 40,00% correspondendo à média de 434 trabalhadores nos diversos setores[24].

O Gráfico 13 retrata a equivalência da relação entre a quantidade de empregos com a quantidade de estabelecimentos.

[24] RAIS, 2018.

Gráfico 13 – Enéas Marques: Ranking de emprego por estabelecimento – Média período 2016-2018



Fonte MTE/RAIS/IPARDES, 2018. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

A média geral é de 7,86 trabalhadores por estabelecimento, enquanto a equivalência média da quantidade de trabalhadores por estabelecimento obedece a seguinte ordem: a indústria lidera o ranking com 31,03, representando 65%; serviços por 6,17; representando 13%; construção civil com 5,93, representando 12%; e agropecuária com 4,70, representando 10%. Esses dados revelam a importância do setor industrial na geração de emprego e renda para fomentar a economia local.

Analisando os dados da população ocupada, com referência a média do período 2016-2018, no Município de Enéas Marques, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente, está alocada no setor de serviços, assim como ocorre na maioria dos municípios brasileiros. Os ramos que mais empregam estão distribuídos nas seguintes atividades, conforme a Tabela 15:

Tabela 15 – Enéas Marques: Principais atividades na geração de emprego e renda (Média entre 2016 e 2018)

Ramo de Atividade	Média de Emprego/Ramo	Participação (%)
Administração Pública	226	20,80
Indústria Alimentícia	191	17,60
Agropecuária	162	14,90
Comércio varejista	124	11,40
Transportes/Comunicação	116	10,69
Total	819	75,48

Fonte: MTE/RAIS/IPARDES, 2018. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

O cenário de geração de emprego e renda evidencia as principais fontes de emprego, representados pelas atividades econômicas que se constituem 75,39% dos empregos destinados aos trabalhadores do Município de Enéas Marques, com localização na administração pública, indústria alimentícia, comércio varejista, agropecuária e transportes e comunicação.

Devido à representação econômica, o Governo Municipal deverá estar atento para desenvolver políticas econômicas e estratégias para incentivar as empresas existentes nos diversos setores

econômicos, principalmente, proporcionar a entrada de novos estabelecimentos industriais devido a sua capacidade de promoção na geração de renda e emprego.

9.5 TURISMO E PATRIMÔNIO MUNICIPAL

No PDM de 2008 foi relatado que, em Enéas Marques, existe forte potencial para o turismo rural e de esportes radicais. Potencial que ainda não é muito explorado, decorrente da falta de políticas de incentivo ao turismo como a pouca divulgação e o não desenvolvimento de estabelecimentos de apoio, e a carência de um inventário dos espaços turísticos. Entre os locais de visitação, vale ressaltar a pista de Velocross, para a prática de esporte radicais e as duas quedas d'água (Figura 12):

- **Salto Justen:** Localizado no rio Gamela a 6 km da sede do Município;
- **Clube de Campo Águas do Jaracatiá:** PR 471-km 6 a 2km da sede do Município.

Figura 12- Quedas d'água



Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008

O PDM de 2008 destaca que o local para comercialização do artesanato, gastronomia e eventos no Município, se encontrava em estágio inicial de implementação. Em 2020, o Centro Municipal de Eventos Othamar Brckenbrock encontra-se finalizado e boas condições de funcionamento (Figura 13).

Figura 13 - Centro Municipal de Eventos Othamar Brchenbrock



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

O Plano Diretor de 2008 também aponta que o Município não apresenta atrativos histórico-culturais, como edifícios antigos preservados, e bens de patrimônio municipal para visitação turística, e, conforme levantamento de dados junto à Secretaria de Obras, essa realidade se mantém em 2020.

Enéas Marques ficou conhecida como "Capital da Charrete", por este ser um meio de transporte bastante utilizado e existir locais que fabricam estes veículos. Também ficou conhecida como "Capital do Beijo", devido ao chamamento do cavalo, animal de tração da charrete.

Figura 14 - Letreiro Enéas Marques



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Como eventos locais, Enéas Marques tem: Festa do Padroeiro São José, realizada no primeiro domingo de maio, a Festa do Leitão no segundo domingo de novembro e a Abertura do Natal, que acontece no primeiro final de semana de dezembro.

10. INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.1 SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico engloba os serviços, infraestruturas e instalações do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, visando alcançar salubridade ambiental[25], sendo de extrema necessidade para a saúde da população e para a preservação ambiental.

O município de Enéas Marques não se encontra em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações, pois ainda não elaborou o Plano Municipal de Saneamento Básico. Com isso, estratégias devem ser adotadas para realização do plano e adequação das estruturas municipais.

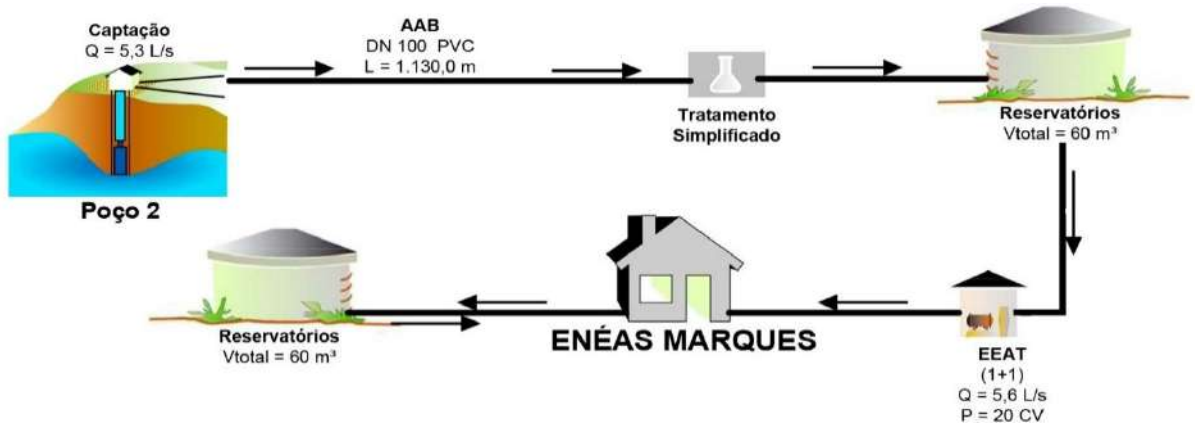
10.1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento de água potável na sede municipal de Enéas Marques é operado e administrado pela SANEPAR.

Enéas Marques é abastecido por manancial subterrâneo, do aquífero da Serra Geral e sua captação de água é realizada por poço artesiano e recebe tratamento simplificado (cloração e fluoretação) na Estação de Tratamento de Água que fica na região norte do perímetro urbano da sede (Figura 15).

O cenário elaborado para 2015[26] estabelece uma demanda urbana de água potável de 6 L/s. Visando a ampliação do sistema de abastecimento de água do Município de Enéas Marques para atender a demanda instalada, em 2021, dois novos poços estão sendo perfurados[27].

Figura 15 - Abastecimento de Água



Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, 2010.

[25] RIBEIRO e ROOKE, 2010.
[26] ANA, 2010.
[27] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

A Tabela 16 apresenta a variação do abastecimento de água em 10 anos. Observa-se que o consumo de água foi maior que o crescimento de economias ativas. Esse aumento considerável no consumo de água leva a necessidade de o Poder Público investir em campanhas de consumo consciente de água e em melhorias na infraestrutura urbana, para reduzir ligações clandestinas e perdas na distribuição. Outro fator é o consumo de água pelas indústrias, sendo uma categoria que consome uma elevada quantidade.

Tabela 16 - Variação do abastecimento de água em 10 anos

Informações	2008	2018	Variação 2008-2018 (%)
População total residente (habitantes)	6.100	5.990	- 1,80
População atendida com abastecimento de água	1.580	2.087	32,08
Quantidade de Ligações Ativas de Água (un.)	613	816	33,11
Quantidade de Ligações Totais de Água (un.)	659	852	29,28
Quantidade de Economias Ativas (un.)	682	911	33,57
Quantidade de Economias Residenciais Ativas	581	774	33,21
Extensão da Rede de Água (km)	15,59	18,24	17,00
Volume de Água Produzido (1000m³/ano)	111,38	197,85	77,63

Fonte: SNIS, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Enéas Marques atende a todos os parâmetros e padrões estabelecidos pela legislação vigente (Tabela 17).

Tabela 17 - Análise de água realizada em 28 de agosto de 2020 em Enéas Marques

Parâmetros	Média dos últimos 30 resultados	Mínimo / Máximo permitido	Unidade de medida
Cor	2,5	15,0	uH-Un.Cor
Fluoretos	0,9	0,6 a 1,1	mg/L
Turbidez	0,24	5,0	NTU
pH	9,0	6,0 a 9,5	Un. pH
Cloro Residual	1,4	0,2 a 5,0	mg/L
Alumínio	0,05	0,2	mg/L
Ferro Total	0,03	0,3	mg/L
Manganês	0,01	0,1	mg/L
Microcistinas	0	1,0	ug/L
Coliformes Totais	0	0	-
Escherichia Coli	0	0	-

Fonte: SANEPAR, 2020.

10.1.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Município ainda não possui rede coletora de esgoto sanitário. O efluente é lançado em fossas sépticas com sumidouro ou em fossas rudimentares. Ainda há ocorrência de lançamento direto em águas pluviais.

O lançamento de esgoto sanitário em fossas rudimentares e em águas pluviais pode ocasionar a poluição de córregos e lençóis freáticos, que afeta a fauna e flora aquática e oferece riscos à saúde por contágio de doenças que são transmitidas pela água, principalmente a cólera, diarreia e giardíase.

Como as construções das fossas são realizadas diretamente pelo proprietário ou por pessoa contratada por este, é importante que sejam fiscalizadas e os projetos aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal como garantia de controle hídrico e do lençol freático.

10.1.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Em Enéas Marques **a coleta de lixo atende toda área urbana (100%).** O serviço de coleta de resíduos orgânicos é terceirizado[28] e é realizado pela empresa Sabiá Ecológico, regulamentado pelo Contrato nº 34/2017. Ressalta-se que o Município não realiza trabalhos referentes a compostagem, deste modo, todo resíduo orgânico coletado é encaminhado pela empresa terceirizada para um aterro sanitário licenciado localizado no município de Nova Esperança do Sudoeste.

No Quadro 8 encontra-se a frequência e órgão responsável pela coleta de resíduos sólidos no município de Enéas Marques.

Quadro 8 - Coleta de resíduos por frequência e órgão responsável

Tipo de Resíduo	Órgão Responsável	Frequência	Destinação
Doméstico	Empresa terceirizada	3x por semana	Aterro Sanitário
Reciclável	Associação de Catadores de Enéas Marques (ACATEM)	1x por semana	Centro de triagem de resíduos sólidos
Hospitalares	Empresa terceirizada	2x ao mês	Autoclave
Industriais	Empresa terceirizada	1x ao mês	Aterro Industrial
Construção Civil	Prefeitura	Conforme demanda	Bota-Fora
Podas de árvores	Prefeitura	Conforme demanda	Propriedade da Prefeitura Municipal

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Em 2018 foram coletados no município 200 toneladas de resíduos sólidos urbanos. O serviço de coleta seletiva é realizado pela Associação de Catadores de Enéas Marques (ACATEM). No ano de 2018 foram recuperadas 50 toneladas de material reciclável[29].

Os resíduos hospitalares são recolhidos pela empresa Sabiá Ecológico que recebe o serviço terceirizado e atende às normas da ABNT NBR 12808/93 – Resíduo do Serviços de Saúde, a RDC nº 306/04 da ANVISA e pela resolução nº 358/05 do CONAMA.

Com relação aos resíduos industriais, por legislação, os geradores são obrigados a cuidar do gerenciamento, transporte, tratamento e destinação final de forma contínua e ininterrupta. Também podem estar sujeitos a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme Lei Federal nº 12.305/2010, Art. 20 a 24.

[28] ENÉAS MARQUES, 2020
[29] SNIS, 2018

Figura 16 - Coleta seletiva em Enéas Marques pela ACATEM.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O serviço de limpeza urbana (podas, capina, varrição e limpeza de terreno) é realizado por 5 garis, de segunda a sexta-feira, sendo que a varrição é realizada nas principais vias da cidade. Em 2018 foram geradas 178 toneladas de resíduos públicos, que foram destinadas a empresa terceirizada[30].

No calçadão da praça central de Enéas Marques, às sextas-feiras, são realizadas feiras livres organizada pelos agricultores, onde os resíduos gerados são coletados pelo Executivo Municipal, e posteriormente, destinadas a empresa terceirizada.

Ainda sobre a destinação de resíduos sólidos, Enéas Marques enfrenta[31] problema com a grande incidência de queimadas produzidas por particulares em lotes vazios ou nos quintais das residências.

10.1.4 DRENAGEM PLUVIAL

Os elementos da drenagem se subdividem em macrodrenagem e microdrenagem. A macrodrenagem é constituída por sistemas coletores de drenagem natural como rios, córregos, lagos e por conjunto de obras como canais, galerias de grande porte, reservatórios e lagos artificiais.

O sistema de microdrenagem ocorre através da microbacia do rio Jaracatiá, afluente e integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, que intercepta a área urbana. No segmento entre a Avenida Joaquim Bonetti e Avenida Presidente Dutra o rio é canalizado. Não houve registros de enchentes, alagamentos e congêneres.

[30] SNIS, 2018
[31] ETM. Oficina de Leitura Técnica para a RPDM, 2021.

O Município não tem o Plano de Drenagem Urbana (PDU), assim como os dados de mensuração da extensão da rede de drenagem pluvial não existem. Apesar de ter sido proposta no PDM 2008, em 2020, a implementação do PDU ainda não tinha sido realizada. Devido à ausência do estudo e de investimentos em drenagem, Enéas Marques ainda não atende a totalidade das vias pavimentadas da área urbana. Conforme o IBGE, **a cidade conta com apenas 32,3% de urbanização[32] de vias públicas**, e segundo dados fornecidos pelo Executivo Municipal mais de 80% das vias públicas dispõem de galerias que atendem o escoamento de águas pluviais.

10.2 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A distribuição de energia elétrica no município de Enéas Marques é realizada pela COPEL. A subestação de energia elétrica da COPEL está localizada na Rua Francisco Campos, próximo ao Centro Municipal de Saúde.

A Tabela 18 evidencia que, em 2010, somente 2 domicílios eram desprovidos de energia elétrica. Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Obras, em 2020, 98% da cidade e aproximadamente 100% da área rural contam com o abastecimento de energia elétrica.

Tabela 18 - Existência de energia elétrica, 2010

Existência de energia elétrica	Situação do Domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Tinham	1.934	700	1.234
Não tinham	2	-	2
Total	1.936	700	1.236

Fonte: SIDRA, 2020.

A Tabela 19 indica crescimento de aproximadamente de 72% do número de unidades consumidoras do uso residencial, mais de 5% do uso industrial e mais de 32% do uso comercial em 12 anos.

Tabela 19 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica, 2007-2019

Categorias	2007		2019		Variação Consumo (%)	Variação Unidade Consumidora (%)
	Consumo (Mwh)	Unidades consumidoras (1)	Consumo (Mwh)	Unidades consumidoras		
Residências	1.087	558	2.021	959	85,92	71,86
Indústrias	7.031	18	4.210	19	- 40,12	5,55
Comércios	654	113	1.104	150	68,80	32,74
Rural	7.774	1.240	9.911	1.240	27,48	0,0
Outras classes (2)	622	50	1.081	51	73,79	2,0
Consumo livre (indústria) (3)	-	-	4.047	2		200
Total	17.168	1.979	22.373	2.421	30,31	22,33

Notas: (1) Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio). (2) Inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público. (3) Refere-se ao consumo de energia elétrica e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

[32] Urbanização de vias públicas é a porcentagem de domicílios urbanos em face de quadra com boca de lobo e pavimentação e meio-fio e calçada em relação ao número de domicílios urbanos totais.

Fonte: IPARDES, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O PDM de 2008 apontava que não havia iluminação pública em trechos da região central da cidade e em alguns pontos isolados. Em 2020, somente uma pequena porção, aos fundos da nova escola (E.M. Prefeito Hélio Parzianello), é desprovida deste serviço.

Segundo informações disponibilizadas pelo Poder Público, a sede apresenta 98% de suas vias urbanas atendidas pela iluminação pública. Em 2021[33], todas as lâmpadas do sistema de iluminação pública existente estão sendo atualizadas para lâmpadas mais eficientes, do tipo LED. Os distritos de Pinhalzinho e Vista Alegre apresentam apenas parte de sua malha urbana com a infraestrutura disponível, sendo necessária a destinação de maiores investimentos para iluminação e manutenção destes locais.

A cidade não possui problemas graves com fornecimento de energia elétrica. O principal conflito enfrentado ocorre entre a iluminação pública e a arborização urbana.

O PDM de 2008 indicava a necessidade de aumento na potência instalada na subestação de Enéas Marques, esta ampliação estava prevista para 2009 e foi cumprida, satisfazendo a demanda necessária.

10.3 SAÚDE

Enéas Marques faz parte da 8ª Regional de Saúde do Estado[34], com sede em Francisco Beltrão. Existem 13 equipamentos municipais de saúde[35], conforme a Tabela 20. Com relação aos que apresentam o atendimento ao SUS – Sistema Único de Saúde, ficam evidenciados no Quadro 9.

Tabela 20 - Estabelecimentos de Saúde, segundo tipo de estabelecimento

Tipo de Estabelecimento	2007	2019
Academia da Saúde	-	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	-	-
Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	1	1
Clínica Especializada / Ambulatório Especializado	1	1
Consultórios	5	7
Hospital Geral	-	-
Policlínica	-	-
Posto de Saúde	3	-
Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)		-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar - Urgência / Emergência	-	-
Outros Tipos	-	3

[33] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

[34] As Regionais de Saúde constituem a instância administrativa intermediária da Secretaria de Estado da Saúde e Instituto de Saúde do Paraná (SESA/ISEP) que através delas, o Estado exerce apoio, cooperação técnica e investimentos nos municípios e nos consórcios.

[35] MS/ CNES, 2018

Tipo de Estabelecimento	2007	2019
Total	11	13

Fonte: IPARDES, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Enéas Marques não tem hospital municipal, por isso, não existem leitos hospitalares[36], os atendimentos são feitos em Francisco Beltrão através de consórcio municipal. Em relação aos leitos destinados ao pronto atendimento, foi identificado[37] que os existentes não suprem a demanda instalada.

O PDM de 2008 relatou a existência de atendimentos de saúde em localidades rurais de Pinhalzinho, Aparecida d'Oeste, Alto Pinhal, Cristo Rei que também atende à comunidade de Rio Areia, Alto Bela Vista, Vista Alegre, Rio Vitória, Bela União, Mata Fome Direito e Mata Fome Esquerdo e Rio Bocó. A Revisão do PDM verificou que os atendimentos nas localidades rurais foram destinados aos equipamentos na área urbana para melhor gestão e controle dos procedimentos.

Figura 17 - Centro Integrado de Saúde



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

[36] Caso seja implementado, o hospital municipal deverá prover no mínimo 12 leitos, visando atingir a média nacional de número de leitos por mil habitantes (2,1) ano de 2019.
[37] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

Quadro 9 - Situação dos Estabelecimentos Públicos de Saúde

Nome do estabelecimento	Academia de Saúde	Centro de Saúde NIS I	Laboratório Municipal	APAE Viva Viva
Localização	Avenida Joaquim Bonetti Lote 05 e 07 da Quadra 28	Rua Francisco Campos, 33	Rua Francisco Campos, 33	Rua 11 de Setembro, 1100
Gestão	Municipal	Municipal	Municipal	Municipal
Suficiente à demanda	✓	✓	✓	✓
Atende às Normas de Acessibilidade	✓	✓	✓	✓
Reformado na Vigência do PDM 2008	✓	✓	✓	✓
Condições atuais dos Espaços Físicos	👍	👍	👍	👍
Precisará de reforma até 2030	✓	✓	✓	✓
Justificativa de alteração/ reforma/ ampliação	A necessidade de manutenção e reparo de prédios públicos, para sua conservação			

Legenda: SIM ✓ NÃO ✗ | BOA 👍 REGULAR 👎 RUIM

Fonte: Enéas Marques, 2008 e Prefeitura Municipal. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Com relação a abrangência dos equipamentos da Saúde, conforme Mapa 12, todos equipamentos estão bem distribuídos na malha consolidada de Enéas Marques. No caso da instalação de novos empreendimentos de saúde, é interessante que sejam implantados na região noroeste da cidade.

Para atendimento à população, ainda são oferecidos alguns programas de prevenção, dentre os quais destacam-se:

- Programa de Saúde da Família – PSF e Programa de Saúde bucal – PSB;
- Programa de Investigação Epidemiológica e Programa de Vigilância Sanitária;
- Programa de Puericultura (acompanhamento de crianças de 0 a 2 anos);
- Programa de Assistência Integral a Saúde da Criança;
- Programa Clínica do Bebê;
- Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher;
- Programa de Prevenção de Câncer Cervico-Uterino;
- Programa de Planejamento Familiar;
- Programa voltado a Hipertensos, Diabéticos, Hanseníase, Tuberculose, Leishmaniose, Combate à Dengue;

- Programa Nacional de Imunização – PIN, SISVAN e Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS;
- Programa de Apoio e Diagnóstico (Patologia Clínica);
- Programa de incentivo à doação de sangue;
- Programa Saúde do Trabalhador;
- Programa de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

10.4 EDUCAÇÃO

O levantamento de dados realizado junto ao Executivo Municipal identificou que o Município de Enéas Marques conta com o Plano Municipal de Educação, e este estará vigente até 2025. Através da coleta de informações também foi possível averiguar que do PDM 2008 até 2020 apenas a Casa Familiar Rural foi desativada.

O Mapa 12 sintetiza a relação dos equipamentos públicos de educação em Enéas Marques e mostra a situação atual de cada um, seu atendimento à demanda e à acessibilidade. O quadro também pontua as instituições que apresentaram reformas e manutenções prediais no período analisado (2008-2020).

Enéas Marques tem à disposição o novo prédio para abrigar a demanda da Escola Municipal Criança Feliz que, devido a questões burocráticas, ainda não teve sua utilização liberada. A nova escola recebeu o nome de Escola Municipal Prefeito Hélio Parzianello.

Figura 18 - Colégio Estadual Castro Alves, 2006 e 2020



Fonte: Enéas Marques, 2008 e DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Figura 19 - Novas instalações da E.M. Prefeito Hélio Parzianello



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Enéas Marques conta com políticas de inclusão do ensino regular voltada à avaliação dos alunos como forma de diagnóstico e adaptação na turma mais adequada a necessidade. Segundo o Executivo Municipal, para ofertar o atendimento de educação especial, o Município tem parceria com a APAE e, em 2020, foi constatado que a demanda exige atendimento especial apenas para alunos com deficiência física, com dificuldade de aprendizado.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda não existe no Município de Enéas Marques. A Revisão do PDM identificou que deverá ser estudado a viabilidade de implementação, pois há uma demanda de 10,8% da população adulta que não completou o ensino fundamental ou é analfabeto[38].

Enéas Marques não conta com ensino profissionalizante, educação à distância e ensino superior. Aos alunos interessados nessas modalidades, o Município oferece ajuda e disponibiliza repasse semestral de verba, beneficiando cerca de 70 estudantes, para deslocamento até as cidades vizinhas como: Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

[38] Atlas Brasil 2013

Quadro 10 - Equipamentos Públicos de Ensino Regular em Enéas Marques

Estabelecimento	Escola Municipal Criança Feliz	CMEI Anjo da Guarda	Colégio Estadual Castro Alves	APAE Viva Vida	Escola Municipal 13 de Maio	Colégio Estadual de Pinhalzinho	Escola Estadual de Vista Alegre	Casa Familiar Rural
Endereço	Av. Joaquim Bonetti, 1115	Av. Joaquim Bonetti, s/n	Av. Joaquim Bonetti, 29	Rua 11 de Setembro, 1100	Distrito Pinhalzinho	Distrito Pinhalzinho	Distrito Vista Alegre	Localidade Bela União
Modalidade	Ed. Inf. e E. Fundam.	**Ed. Infantil**	E.Fundam. e Médio	Ed. Especial	Ed. Inf. e E. Fundam.	E. Fundam. e Médio	E. Fundam. e Médio	Técnico
PDM 2008	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Revisão PDM 2020	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗
Atende à Demanda	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	-
Atende à Normas de Acessibilidade	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-
Houve reforma na Vigência do PDM 2008	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	-
Foram executadas manutenções prediais com frequência	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	-
Condições atuais dos Espaços Físicos	👍	👍	👍	👍	👍	👍	👍	-
Precisará de reforma até 2030	✗	✓	✓	✓	✗	✓	✓	-

Legenda: SIM / Em Funcionamento ✓ NÃO / Desativado ✗ | BOA: 👍 REGULAR: 👍 RUIM: 👎

Fonte: Enéas Marques, 2008 e Prefeitura Municipal. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Em relação aos serviços de transporte escolar, 14 empresas prestam serviços no Município, disponibilizando 21 veículos nos 200 dias letivos, em funcionamento das 05h40min às 18h50min. São transportados 837 alunos, todos da zona rural. A dificuldade enfrentada são os trajetos longos, que ocasionam altos custos de manutenção, e por vezes geram atrasos no transporte. Deste modo é pertinente reavaliar os percursos para a otimizar os deslocamentos realizados pelos veículos.

Como política de gestão municipal, Enéas Marques destina as vagas nas creches e na educação infantil de acordo com a situação de vulnerabilidade da família, e foi identificada[39] a carência de vagas para suprir a demanda reprimida. O Município também fornece capacitação e formação continuada aos educadores através da parceria com o Estado e outras instituições educacionais.[40]

Com relação à abrangência dos estabelecimentos de ensino, Enéas Marques apresenta equipamentos bem distribuídos na malha urbana com as diferentes modalidades. Conforme observa-se no Mapa 12 as duas escolas municipais estão concentradas na parte norte da cidade, a aproximadamente 150 metros de distância. Desta forma, a implementação de novos equipamentos de educação, quando necessário, deverá considerar áreas mais centrais ou localizadas a sul na malha urbana.

Outra análise pertinente advinda da proximidade das escolas municipais, é a alta concentração de ônibus e microônibus na Avenida Joaquim Bonetti, conforme Figura 20, nos horários de entrada e saída dos alunos. Desta forma, estratégias devem ser adotadas para solucionar a situação, e evitando possíveis acidentes.

Figura 20 - Fluxo de veículos no horário de saída das escolas



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

[39] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.
[40] Enéas Marques. Questionário da Revisão do PDM, 2020.

10.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os equipamentos públicos de assistência social procuram assegurar os direitos sociais dos habitantes do município através de programas que visam promoção de ações básicas à saúde e à educação, incentivando a permanência dos jovens nas escolas, bem como à complementação da renda familiar para melhoria da alimentação e da qualidade de vida.

O serviço socioassistencial é prestado por equipamentos públicos que atendem no âmbito da assistência social e estão listados no Quadro 11.

Quadro 11 - Equipamentos Socioassistenciais de Enéas Marques

Equipamentos	Localização	Horário de Funcionamento	PDM 2008	Revisão do PDM 2020
CRAS	Av. Joaquim Bonetti, 1115	Das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00	✗	✓
Conselho Tutelar	Av. Presidente Dutra, 200	Das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00		✓
Centro de Convivência do Idoso	Av. Joaquim Bonetti, s/n	Das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00		✓
Secretaria de Assistência Social	Av. Joaquim Bonetti, 1115	Das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00		✓

Legenda: Existente ✓ | Inexistente ✗

Fonte: Prefeitura Municipal de Enéas Marques. Dados trabalhados pela DRZ-Gestão de Cidades, 2020

A construção do local que abriga o CRAS foi executada durante a vigência do PDM de 2008, e mesmo sendo recente, segundo informações do Executivo Municipal, o edifício está em estado regular de conservação. A infraestrutura existente é suficiente para atender a demanda e está adaptada conforme as normas de acessibilidade.

Figura 21 – Assistência Social



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Figura 22 – Centro de Convivência do Idoso



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Para o bom atendimento da população que usufrui dos serviços socioassistenciais, deve-se manter o Cadastro Único atualizado. No caso de Enéas Marques, esta ferramenta não representa a realidade do Município, havendo a necessidade de elaborar o banco de dados. Com essas informações as famílias são encaminhadas para os diversos programas de assistência social do governo. Conforme a Figura 23[41] estão cadastradas 921 famílias, representando mais de 15% da população de Enéas Marques em 2020. A Tabela 21 detalha a divisão da população inscritas no CADÚNICO.

Figura 23 - Informações do Cadastro Único de Enéas Marques



Fonte: MDS/SAGI, 2020.

Tabela 21 - Número de famílias e pessoas inscritas no CADÚNICO por renda per capita familiar, junho de 2019

Renda *per capita* familiar	Número de Famílias Cadastradas	Número de Pessoas Cadastradas
Até R$ 89,00	266	813
Entre R$ 89,01 e R$ 178,00	92	321
Entre R$ 178,01 e ½ salário-mínimo	316	976
Acima de ½ salário-mínimo	247	472
Total	921	2.582

Fonte: MDS/SAGI, 2020.

Figura 24 - Informações do Bolsa Família de Enéas Marques



Fonte: MDS/SAGI, 2020

[41] MDS/SAGI, 2019

Em 2020, Enéas Marques apresenta programas e projetos para atendimento à população em condição de vulnerabilidade social, atendendo em média mensal a 1.147 pessoas, com os programas listados no Quadro 12.

Quadro 12 – Programas fornecidos pela Assistência Social

Assistência Social	Programas
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
	Família Paranaense
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
	Programa Bolsa Família (Figura 24)
	Programa de Atendimento ao BPC – Benefício de Prestação Continuada
	Atualização Cadastral e Inclusão de Cadastro Único
	Programa de Atendimento ao Idoso
	Benefícios Básicos
	Benefícios Eventuais, tais como: Auxílio Alimentação, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, entre outros
	Benefícios Variáveis
	Benefício Variável Jovem (BVJ)
	Benefício Variável Nutriz (BVN)
	Benefício Variável Gestante (BVG)
	Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)

As atividades desenvolvidas pela Assistência Social em Enéas Marques englobam palestras aos interesses do público atendido, oficinas de arte, violão, artesanato, literatura, contação de história, teatro, atividades físicas, recreativas, lúdicas, orientações em conformidade com a campanha do mês, gincanas, jogos diversos, cursos voltados ao incentivo de profissionalização e aperfeiçoamento com intuito de melhor renda para a família. Os eventos são realizados nas instalações do CRAS, no Centro de Convivência dos Idosos, Praça Pública e pavilhões comunitários.

Os problemas mais enfrentados[42] pelo Departamento de Assistência Social e Assuntos da Família em Enéas Marques são:

- Deficiência no atendimento à Primeira Infância;
- Falta de Módulos Sanitários, principalmente na área rural do Município;
- Ineficiência na atenção e orientação familiar.

[42] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

10.6 CULTURA

Enéas Marques tem somente a Biblioteca Cidadã Jaracatiá, como equipamento cultural, que funciona em horário comercial e está localizada na Avenida Joaquim Bonetti.

Figura 25 – Biblioteca Cidadã Jaracatiá



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

10.7 ESPORTE E LAZER

A estrutura física para a prática esportivas na cidade passou por modificações desde o PDM de 2008. O Município conta, em 2020, com 1 ginásio de esportes, 1 quadra de areia, 6 campos de futebol, 3 quadras poliesportivas (anexas às escolas), 1 quadras de areia, 2 campos sintéticos de futebol e 2 canchas de bocha, além de 2 academias ao ar livre e 1 playground, no Quadro 13 encontram-se todos os equipamentos de esporte e lazer do município de Enéas Marques.

Quadro 13 – Equipamentos de esporte de Enéas Marques

Equipamento	Localização
Ginásio de Esportes Bonettão	Av. Joaquim Bonetti
Quadra de areia	-
Playground	Praça Jaracatiá
Campo de futebol	Centro / Alto Bela Vista / Pinhalzinho / ASPEM / Vassoureiro e Clube de Campo
Academia ao ar livre	Praça Jaracatiá / Luiz Eugênio
Campo sintético de futebol	Praça esportiva / Vista Alegre
Quadra coberta	Escolas Municipais / Pinhalzinho
Cancha de bocha	ASPEM / Clube de Campo

Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Figura 26 – Ginásio Municipal Bonettão



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Figura 27 – Academia ao ar livre



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O programa desenvolvido pela Divisão de Esportes de Enéas Marques são as escolinhas de futebol direcionadas ao público infantil e adolescente (9 a 15 anos). O Município também realiza eventos esportivos de: voleibol, futebol de campo e Society, futsal, bocha e entre outros.

Além dos equipamentos já citados, o Município conta com a Praça Jaracatiá, no centro da cidade, que contém diversos equipamentos para a prática esportiva, e mobiliários para atividades passivas. Em 2021, foi informado[43] que duas novas praças estão em execução na sede urbana, sendo uma localizada na porção noroeste, próxima a Escola Municipal Prefeito Hélio Parzianello, e outra à sudeste, próxima a empreendimento destinado a habitações sociais. No mesmo ano, a Praça Jaracatiá também sofreu atualização recebendo novos equipamentos públicos.

De forma geral os equipamentos apresentam boas condições. A Divisão de Esportes destacou a necessidade da realização manutenção mais frequente nos equipamentos de esporte e lazer do município.

Figura 28 – Praça Jaracatiá



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

[43] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

10.8 CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Enéas Marques tem um cemitério municipal na área urbana (Figura 29) e outros 15 cemitérios particulares[44], situados nas demais localidades do Município. Nenhum destes está regularizado perante o órgão ambiental estadual.

No PDM de 2008 foi salientado o problema decorrente da superlotação dos espaços. O cemitério municipal está funcionando em capacidade máxima, necessitando urgentemente de um novo espaço. A localização atual permite a ampliação do cemitério sem grandes obstáculos físicos, seu entorno se encontra vazio de construções, ocupado apenas com plantações. Vislumbrando o aumento da capacidade, propostas devem ser elaboradas nesta revisão do PDM.

Figura 29- Cemitério Municipal



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Outra problemática enfrentada pela população de Enéas Marques, e evidenciada na Oficina de Leitura Técnica, diz respeito à falta de acessibilidade no interior dos cemitérios, principalmente no situado na sede urbana. Os locais não apresentam vias de circulação para os pedestres, impossibilitando a mobilidade entre os jazigos.

O equipamento da sede também não dispõe de controle eficiente para sua gestão, assim como não existem dados georreferenciados do local.

10.9 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

Enéas Marques está integrado ao Destacamento de Polícia Militar pertencente ao 21º Batalhão da Polícia Militar, que trabalha com uma 1 viatura em condição de circulação. As principais ocorrências no Município são: ameaça, violência doméstica, perturbação do trabalho ou sossego e lesão corporal. Não há uma região específica na área urbana que apresente o maior número de registros/ocorrências. Na zona rural, o patrulhamento é realizado diariamente, e sem relatos

[44] Enéas Marques. Questionário da Revisão do PDM, 2020.

de graves ocorrências. Foi constatado[45] que a Patrulha Rural não dispõe de infraestrutura necessária para realizar a fiscalização.

Enéas Marques não possui Corpo de Bombeiros, sendo atendido pelo 10º Grupamento de Bombeiros de Francisco Beltrão. Em relação a Defesa Civil, existe uma comissão municipal de Defesa Civil e esta é reunida para pareceres ou levantamentos em casos de desastres.

No Mapa 12 encontra-se os equipamentos públicos de Enéas Marques, contemplando: saúde, educação, cultura, esporte e lazer, assistência social, cemitérios e segurança. Através do mapa percebe-se que a maioria dos equipamentos da Sede podem ser facilmente acessados a pé, com deslocamento máximo de 20 minutos. Apenas o Centro Municipal de Eventos Othamar Brckenbrock se localiza distante do centro urbano, esta estratégia mitiga os conflitos provocados pelos ruídos emitidos nos eventos ali promovidos. Com isso, é interessante não promover a ocupação residencial das áreas do seu entorno.

[45] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

SEDE

VISTA ALEGRE

PINHALZINHO

1	C.E. Castro Alves
2	E. M. Pref. Hélio Parzianello
3	CMEI Anjo da Gurada
4	E. M. Criança Feliz
5	Cemitério Sede
6	Praça Municipal
7	CRAS
8	Centro Municipal de Saúde
9	Pista de Velocross
10	Campo de Futebol
11	Centro de Convivência do Idoso
12	CEC Vista Alegre
13	Campo de Futebol
14	Cemitério Vista Alegre
15	E. E. Pinhalzinho
16	Cemitério Pinhalzinho
17	Estádio Bonetão
18	Centro Municipal de Eventos
19	Biblioteca Cidadã
20	Estação de Tratamento de Água

0 200 400 600 m

0 100 200 300 m

0 100 200 300 m

283010.0 284565.0 289000 290000 291000 291000.0 292000.0 7129675.0 7128120.0 7129000 7128000 7136000.0 7135000.0

Legenda

- Limite Municipal
- Perímetro urbano
- equipamentos
- Assistância social
- Cemitério
- Educação
- Lazer
- Saúde
- cultura
- saneamento

N W E S

PINHALZINHO SEDE VISTA ALEGRE

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S |
Base de Dados:
Prefeitura Municipal de Enéas Marques, DRZ Gestão de Cidades e GoogleEarth, 2020

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 12: Equipamentos Públicos

out. 2020

Responsável Técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:
Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

10.10 SISTEMA VIÁRIO

10.10.1 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

O acesso ao município de Enéas Marques é feito pela rodovia estadual PR-471, que atravessa o município no sentido Leste-Oeste e a malha urbana no sentido Norte-Sul. A rodovia estadual PR-471 liga Enéas Marques aos municípios de Francisco Beltrão e Nova Esperança do Sudoeste. A Rodovia PR-180, liga Enéas Marques, ao Sul, à Francisco Beltrão e a Norte, à Dois Vizinhos e Salto do Lontra. Também a Norte o município é cortado por um trecho da rodovia estadual PR-281.

Todas as rodovias que compõem o sistema viário municipal de Enéas Marques apresentam pavimentação asfáltica do tipo CBUQ e não são providas de acostamento. O principal conflito mencionado pelos órgãos competentes do executivo, é a dificuldade de integração de bairros e nas travessias para os transeuntes.

Enéas Marques conta com diversas estradas vicinais de escoamento da safra, além de estradas rurais. As vias rurais são cascalhadas e adequadas para escoamento das águas pluviais[46]. Já as estradas que dão acesso as comunidades rurais possuem pavimentação com pedras irregulares. O município possui aproximadamente 270 Km de estradas.

As principais estradas rurais para escoamento da produção são: PR-471 até o Rio Gamela seguindo o Rio Bocó; PR-471 até o Rio Vitória seguindo até o Km 29; PR-471 até a comunidade de Bela União; Comunidade de Alto Bela Vista até a Comunidade de Arroio de Paula; Comunidade Cristo Rei até o distrito de Pinhalzinho; PR-180 até o distrito de Pinhalzinho; PR-180 até a comunidade de Aparecida D'Oeste e PR-180 até a Linha Menegati.

O Mapa 13 mostra o Sistema Viário Municipal de Enéas Marques, composto por rodovias estaduais e estradas municipais vicinais e secundárias.

[46] Enéas Marques. Questionário da Revisão do PDM, 2020.

285312.0

7144688.0

7132800.0

N

W

E

S

Salto Do Lontra

Alto da
Bela Vista

PR-281

Dois Vizinhos

Arroio
Empossado

Bom Jesus

Rio da
Areia

Nova Esperança Do Sudoeste

Cristo Rei

Pinhalzinho

Alto do
Pinhal

PR-180

Rio Bocó

Rio Gamela

Aparecida
D'Oeste

Verê

São Pedro

Bela União

PR-471

Vista
Alegre

Rio
Vitória

Mata Fome

Francisco Beltrão

0 1 2 3 km

285312.0

Legenda

- Rodovia
- Vias Vicinais
- Vias Secundárias
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes
- Localidades

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2019; IBGE, 2010, GoogleEarth, Esri e USGS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 13: Sistema Viário Municipal

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

10.10.2 SISTEMA VIÁRIO URBANO

O sistema viário urbano de Enéas Marques é regido pela Lei Complementar 08/2008, cujos objetivos são induzir o desenvolvimento equilibrado da área urbana, adaptar a malha viária, hierarquizar as vias urbanas e prever a elaboração de estudos para implementação de alternativa para desvio de fluxo pesado.

Conforme o Art. 16. da Lei Complementar nº 08/2008, as vias são classificadas em: principal, integração, conectora e local, conforme Quadro 14.

Quadro 14 - Classificação e descrição das vias urbanas

Classificação	Descrição	Exemplos
Via Principal	Definida pela concentração do tráfego local de fluxo lento e predominância das atividades comerciais e de serviços. A via apresenta canteiro central e mão dupla.	Avenida Joaquim Bonetti.
Via de Integração	Integra a sede urbana à indústria de ração e laticínio. Esta via deve receber pavimentação e drenagem adequada, bem como ciclovia.	Via lateral ao cemitério.
Via Conectora	Via proposta para um futuro desvio de fluxo pesado do centro da cidade.	-
Via Local	Compreende as vias de mão dupla e baixa velocidade, com o objetivo de promover a distribuição do tráfego local.	Demais vias.

Fonte: ENÉAS MARQUES, 2008.

Esta Revisão do PDM identificou que não há grandes mudanças na estrutura do sistema viário de Enéas Marques. Uma das principais diretrizes propostas no PDM de 2008 para o sistema viário foi a implementação da via conectora, a fim de reduzir o tráfego de veículos pesados nas principais avenidas da área urbana, porém está diretriz não foi implementada.

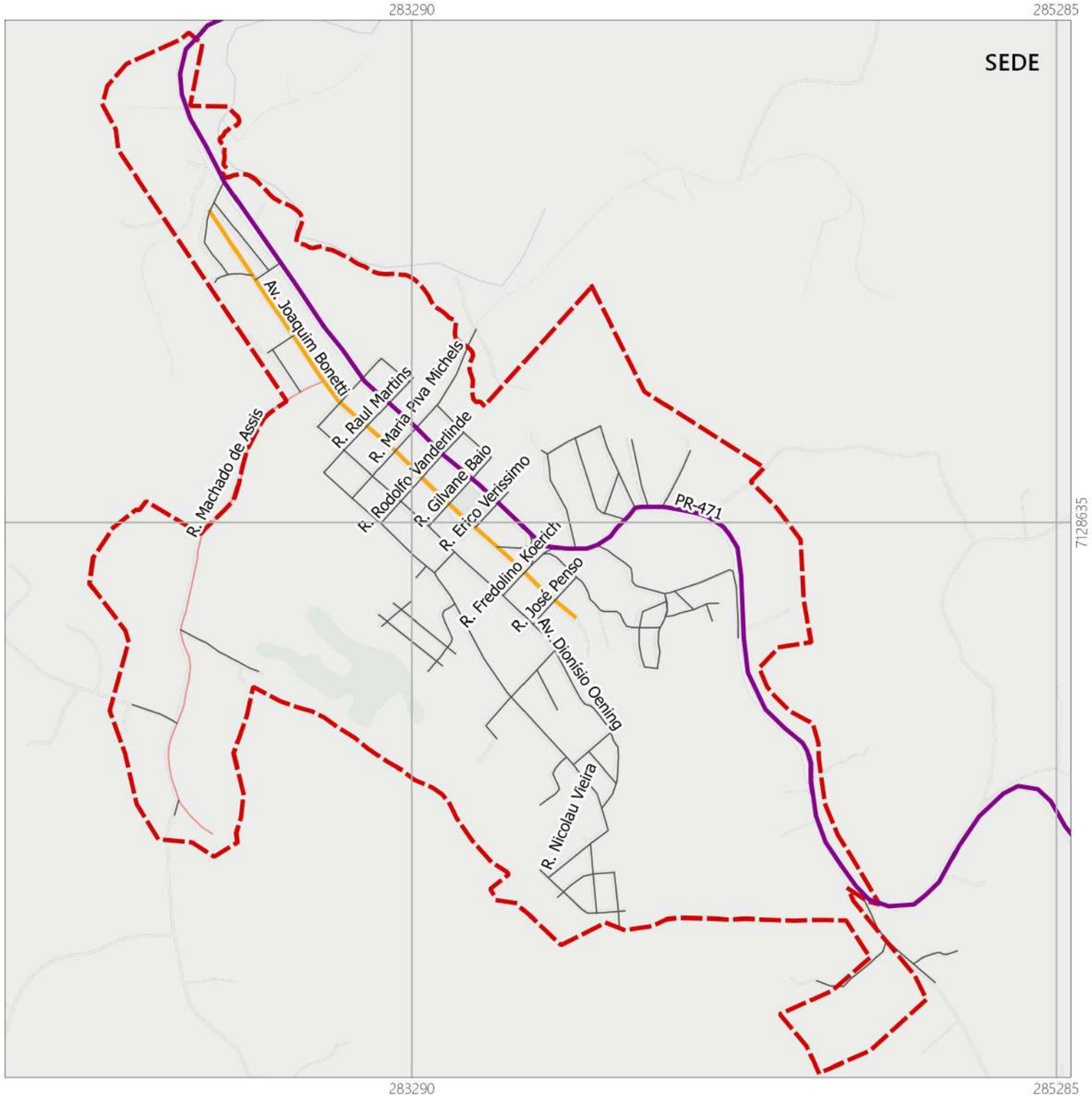
Em 2008, a maioria das vias urbanas eram de pedras irregulares, e somente as Avenidas Presidente Dutra e Joaquim Bonetti apresentavam asfalto. Com a Revisão do PDM verifica-se que, em 2020, a área urbana apresenta cerca de 90% das ruas pavimentadas, algumas em CBUQ, outras em paralelepípedo[47].

Figura 30 – Vias com asfalto (esq.) e vias com pedras irregulares (dir.)



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020

[47] Enéas Marques – Questionário Respondido para a Revisão do PDM.







Legenda

- Rodovia
- Principal
- Via de integração
- Local
- Malha Urbana
- Limite Municipal
- Perímetro Urbano

N W E S

0 300 600 900 m



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2019; IBGE, 2010, GoogleEarth, Esri e USGS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 14: Sistema Viário Urbano

abr. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 2

11. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

As análises sobre as condições fundiárias são relevantes para a formulação adequada das diretrizes de políticas na área habitacional no município. Os dados de 2000 (Censo Demográfico do IBGE), contribuíram para a elaboração do PDM de 2008 e os dados do IBGE em 2010 (último Censo), visam comparar os índices, juntamente com as informações adicionais, referentes às respostas dos questionários da Revisão do PDM, para identificar a situação atual.

11.1 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Em 2000, havia 1.861 domicílios particulares permanentes, após 10 anos este valor aumentou 14,83%. A Tabela 22 apresenta a divisão entre os domicílios rurais e urbanos.

Tabela 22 - Situação dos domicílios de Enéas Marques em 2000 e 2010

Domicílios Particulares Permanentes	2000	%	2010	%
Total	1.861	100,00	2.137	100,00
Urbano	395	21,23	755	35,33
Rural	1.466	78,77	1.382	64,67

Nota: (1) Domicílio Particular Permanente é o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2010).
Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Enéas Marques não apresenta edificações com verticalização significativa, a tipologia predominante, em 2010, demonstrava construções de madeira aparelhada, de 1 ou 2 dormitórios por domicílio, onde residem em média 2 ou 3 moradores (Tabela 23 e Tabela 24).

Figura 31 - Avenida Joaquim Bonetti



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Tabela 23 - Situação dos domicílios em 2010

Número de dormitórios	Total	Alvenaria		Madeira	
		Com Revestimento	Sem Revestimento	Aparelhada	Aproveitada
1 dormitório	663	265	19	379	-
2 dormitórios	742	227	15	497	3
3 dormitórios	465	170	11	280	4
4 dormitórios	66	35	-	31	-
Total	1.936	697	45	1.187	7

Nota: (1) Domicílio Particular Permanente é o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2010).

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Tabela 24 - Número de moradores por domicílio no ano de 2000 e 2010

Indicadores	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 morador	99	34	65	156	67	89
2 moradores	284	84	200	538	198	340
3 moradores	393	100	293	535	195	340
4 moradores	417	85	332	416	161	255
5 moradores	255	45	210	198	59	139
6 moradores	133	17	116	66	13	53
7 moradores	58	7	51	16	4	12
8 moradores	21	1	20	5	-	5
9 moradores	11	1	10	6	3	3
10 moradores ou mais	9	1	8	-	-	-
Total	1.680	375	1.305	1.936	700	1.237

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Em 10 anos, houve um aumento considerável (90,24%) no número de domicílios alugados, contrastando com o aumento de 11,88% na quantidade de domicílios próprios. Esta situação mostra que houve oferta de moradia, mas com baixo nível de aquisição de moradia própria, tendo em vista a depreciação do poder de compra devido ao aumento do valor do imóvel (Tabela 25).

Tabela 25 - Situação Domicílios Particulares Permanentes de Enéas Marques por condição de ocupação em 2000 e 2010

Condição de Ocupação	2000	%	2010	%	Variação 2000-2010 (%)
Próprio	1.346	80,12	1.506	77,79	11,88
Alugado	82	4,88	156	8,05	90,24
Cedido	241	14,35	266	13,75	10,37
Outra Condição	11	0,65	8	0,41	- 27,27
Total	1.680	100,00	1.936	100,00	15,23

Fonte: SIDRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Em relação ao atendimento de infraestruturas, do ano de 2000 para o ano de 2010, os indicadores energia elétrica e coleta de lixo, apresentados na Tabela 26, mostram melhorias da infraestrutura urbana. A mesma tabela indica uma pequena redução no número de domicílios servidos com água encanada. Este indicador requer uma atenção especial, inclusive na aplicação de investimentos, pois é um dos componentes essenciais para moradia digna.

Tabela 26 - Indicadores dos domicílios em 2000 e 2010

Indicadores	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	85,12	84,30
% da população em domicílios com energia elétrica	96,08	99,71
% da população em domicílios com coleta de lixo	92,88	96,51

Fonte: PNUD, 2013. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

11.1.1 NECESSIDADE HABITACIONAL

Segundo o Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná[48], é necessário analisar a situação das habitações paranaenses, sob o conceito de "necessidade habitacional" que considera o déficit e a inadequação habitacional.

De acordo com o conceito adotado, o déficit habitacional está relacionado diretamente às deficiências do estoque de moradias que englobam aquelas sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas.

Inclui-se ainda, no déficit habitacional, a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias conviventes), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. A moradia em imóveis e em locais com fins não residenciais também fazem parte desse conceito.

Três fatores compõem o cálculo de déficit habitacional: domicílios improvisados[49]; famílias conviventes;[50] coabitação disfarçada[51].

Vale destacar que esses dados são os mais recentes, porém possuem 10 anos de defasagem, podendo não corresponder à realidade atual. O déficit habitacional de Enéas Marques era de 88 moradias em 2010, sendo 54,54% na área urbana (Tabela 27).

[48] IPARDES, 2004.

[49] Domicílios Improvisados são os locais e imóveis sem fins residenciais e que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, pontes, viadutos, carros abandonados, cavernas, entre outros.

[50] Famílias Conviventes: mais de uma família residindo no mesmo domicílio.

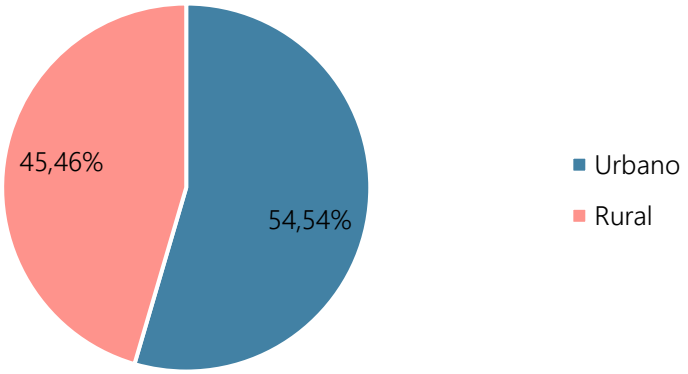
[51] Coabitação disfarçada: mais de uma família que apresenta laço de parentesco residindo no mesmo domicílio.

Tabela 27 - Déficit Habitacional em 2010

Déficit Habitacional	Total	Total Relativo (1)
Total	88	4,56
Urbano	48	6,98
Rural	40	3,19

Nota: (1) Porcentagem do déficit total em relação ao número de domicílios particulares permanentes.
Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Gráfico 14- Déficit Habitacional em 2010



Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A Tabela 28 apresenta os componentes do déficit habitacional. Em geral, os indicadores mostram que melhoraram os investimentos em novos empreendimentos, mas a oferta e a procura não foram proporcionais, o que é demonstrado pelo número de domicílios vagos.

Tabela 28 - Componentes do Déficit Habitacional em 2010

Componentes	Urbano	Rural	Total
Total de domicílios	698	1238	1.936
Domicílio precários	4	7	11
Coabitação familiar	29	32	61
Ônus excessivo com aluguel	17	*	17
Adensamento de domicílios alugados	-	-	-
Domicílios vagos	50	128	178

Nota (*) Ônus com aluguel somente foi avaliado para áreas urbanas.
Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A inadequação habitacional é balizada por padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade de infraestrutura de serviços e de critérios quantitativos de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família, ou seja, há inadequação segundo dois parâmetros:

- Adensamento habitacional (diferentemente dos componentes do déficit habitacional, este não contabiliza domicílios com famílias conviventes ou com cômodos alugados);
- Carência ou deficiência de infraestrutura.

Sobre este último, a carência de infraestrutura, o IBGE classifica os domicílios particulares permanentes de acordo com tais parâmetros e estipula as categorias de análise, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 - Classificação dos domicílios particulares permanentes em 2010

Categoria	Descrição	Domicílios	%
Adequada	Se refere as moradias com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório.	58	3
Semiadequada	Inclui os domicílios com pelo menos um serviço inadequado.	1.834	94,7
Inadequada	Inclui os domicílios com abastecimento de água proveniente de poço, nascente ou outra forma, sem banheiro sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar etc., lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.	45	2,3

Fonte: FJP (2010), IBGE (2010), Sidra (Tabela 3513) dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A Tabela 29 sintetiza que a inadequação era pelo sistema de esgotamento sanitário. Devido a inexistência de rede coletora e tratamento no município ou por ainda existir o tratamento rudimentar por fossas negras.

Tabela 29 - Inadequação habitacional de domicílios urbanos em 2010

Componentes	Domicílios urbanos
Inadequação por abastecimento de água (poço ou rede)	30
Inadequação por esgotamento sanitário	624
Inadequação por coleta e destinação do lixo	3
Inadequação por iluminação elétrica	-
Inadequação por banheiro exclusivo	-
Adensamento excessivo em domicílios próprios	3

Fonte: FJP (2010), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

11.1.2 OCUPAÇÕES IRREGULARES

Os loteamentos irregulares são aqueles que descumprem a legislação urbanística e/ou ambiental, civil, penal e do registro de imóveis, quando parcelam clandestinamente, demarcam e subdividem lotes e pavimentam ruas sem qualquer permissão do Poder Público.

O PDM de 2008 relatou a existência de ocupações irregulares e, em 2020, a situação ainda é recorrente[52] em Enéas Marques. A Figura 32, a Tabela 30 e o Mapa 15 demonstram essa realidade.

[52] Enéas Marques – Questionário Respondido para a Revisão do PDM.

Figura 32 - Ocupações Irregulares



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Tabela 30 - Loteamentos clandestinos ou irregulares em Enéas Marques

Ocupação	Características	Nº de domicílios	Tempo de existência	Risco
Torre Bela União	Terreno de propriedade pública, onde ocorreu a subdivisão de terrenos fora da legislação e ocupação de áreas de forma irregular	12	5 anos	Nenhum
Pedreira Municipal	Terreno de propriedade do município inicialmente destinado a extração de pedras.	14	29 anos	Nenhum
Creche/Escola	Terreno de propriedade pública, onde ocorreu a subdivisão de terrenos fora da legislação e ocupação de áreas de forma irregular.	18	4 anos	Nenhum
Morro do Lega	Subdivisão de terrenos fora da legislação e ocupação de áreas de forma irregular.	21	29 anos	Nenhum
Ceniro/ Validio	-	45	26 anos	

Fonte: COHAPAR, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

11.1.3 PROGRAMAS E PROJETOS HABITACIONAIS EXISTENTES

Enéas Marques não tem Plano Local de Habitação de Interesse Social, e este fato não foi obstáculo para implantar projetos habitacionais com o intuito de sanar o déficit de moradias, conforme o Quadro 16.

Quadro 16 - Empreendimentos Habitacionais

Ano	Empreendimento	Responsável pela Execução
1990	Conjunto Habitacional Jardim das Flores	COHAPAR - Beneficiários
1990	Conjunto Habitacional Jandaia	COHAPAR - Beneficiários
2000	Conjunto Habitacional Jaracatiá	COHAPAR - Beneficiários
2016	Conjunto Habitacional Colina Verde	COHAPAR - Beneficiários

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

No PDM de 2008 foram regulamentadas as Zonas Especiais de Interesse Social pela Lei Complementar nº 07/2008 e foi alterada pelas Leis Complementares 042/2012 e 46/2013 a fim de destinar área específica de regularização das ocupações irregulares e proporcionar empreendimento habitacional de iniciativa pública ou privada à população de baixa renda.

Considerando o crescimento populacional urbano, estima-se que a demanda por habitação tenha aumentado desde a aferição do último censo, em 2010.

283605

7130895

7128740

Jardim da Flores

Jandaia

Jaracatiá

Colina Verde

0 200 400 600 m

283605

Legenda

- Perímetro Urbano
- Loteamento de Interesse Social
- Ocupações Irregulares
- PR-471

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques e Google Earth.

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 15: Loteamentos de Interesse Social e Ocupações Irregulares

out. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

12. ESTIMATIVA DEMOGRÁFICA

Para realizar análise de estimativa demográfica são utilizados diversos métodos e modelos matemáticos aplicados aos estudos populacionais. Os dados históricos, socioeconômicos e dos Censos Demográficos, disponibilizados pelo IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Com base nas variáveis analisadas no item 9.1, optou-se por utilizar o Modelo Assintótico para a população total como método para estimativa demográfica até 2030, ou seja, o 10º ano de vigência desta revisão do PDM.

O modelo matemático estipula um limite máximo sustentável ou carga máxima de suporte de crescimento, com a taxa de variação da população no tempo, sujeita a um fator de proporcionalidade inibidor como: as guerras, doenças, espaço, alimentação, condições ambientais, entre outros. Este modelo, é dado por uma equação diferencial descrita por:

$$\mathrm{p}\,(\mathrm{t}) = \mathrm{L} - C_o\, e^{-at}$$

Onde: C_0, a: constante da equação exponencial; t: tempo; L: carga de suporte ou limite da população (constante) e P (t): população no tempo t.

A análise dos índices demográficos é realizada com o auxílio de *software* estatístico, que indica o valor dos componentes da fórmula descrita acima e indica o grau de confiabilidade dos resultados a serem gerados. O resultado é então projetado na mesma fórmula transcrita para o programa Excel, e estão apresentados no Quadro 17.

Quadro 17 - Estimativa demográfica até 2030

Ano	População Urbana[53]	População Rural	População Total
1991	2.115	10.281	12.396
2000	1.250	5.132	6.382
2010	2.126	3.977	6.103
2011	2.169	3.930	6.099
2012	2.206	3.891	6.097
2013	2.239	3.856	6.095
2014	2.266	3.827	6.093
2015	2.291	3.801	6.092
2016	2.313	3.779	6.092
2017	2.331	3.760	6.091
2018	2.346	3.744	6.090
2019	2.360	3.730	6.090
2020	2.372	3.718	6.090
2021	2.383	3.707	6.090
2022	2.391	3.699	6.090
2023	2.399	3.691	6.090

[53] Para estimar a população urbana, foram subtraídos da projeção da população total a população rural.

Ano	População Urbana[53]	População Rural	População Total
2024	2.406	3.684	6.090
2025	2.412	3.678	6.090
2026	2.416	3.674	6.090
2027	2.421	3.669	6.090
2028	2.423	3.666	6.089
2029	2.427	3.662	6.089
2030	2.429	3.660	6.089

Fonte: IBGE, 2000; 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O município mantém a tendência de decrescimento nos próximos 10 anos. A maior variação na população total, urbana e rural aconteceu na década de 1991-2000. De acordo com a estimativa populacional, o município de Enéas Marques sofrerá com uma pequena redução de sua população total e rural nos próximos 10 anos, já a população urbana haverá um aumento, indicando o processo de êxodo rural, como na maioria dos municípios brasileiros.

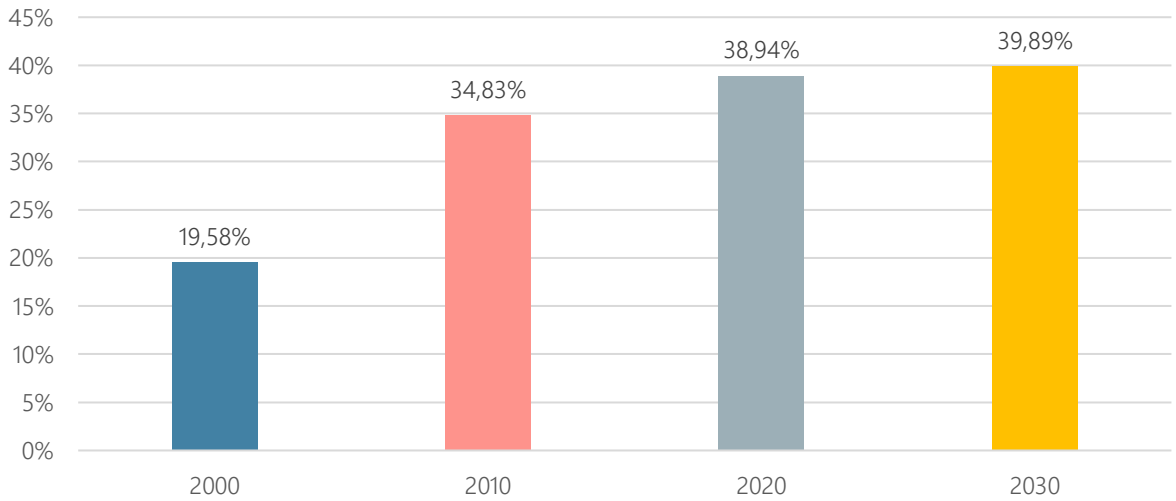
Tabela 31 - Variação da população total, urbana e rural

Período	Variação da População Urbana (%)	Variação da População Rural (%)	Variação da População Total (%)
2000 - 2010	70%	-22,5%	-4,3%
2010 - 2020	11,57%	-6,5%	-0,2%
2020 - 2030	2,4%	-1,5%	-

Fonte: IBGE, 2000; 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020. DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O Gráfico 15 mostra a variação da taxa de urbanização de 2000, 2010, 2020 e 2030. Podemos verificar que a taxa de urbanização aumentou em todos os anos analisados principalmente no período de 2000-2010.

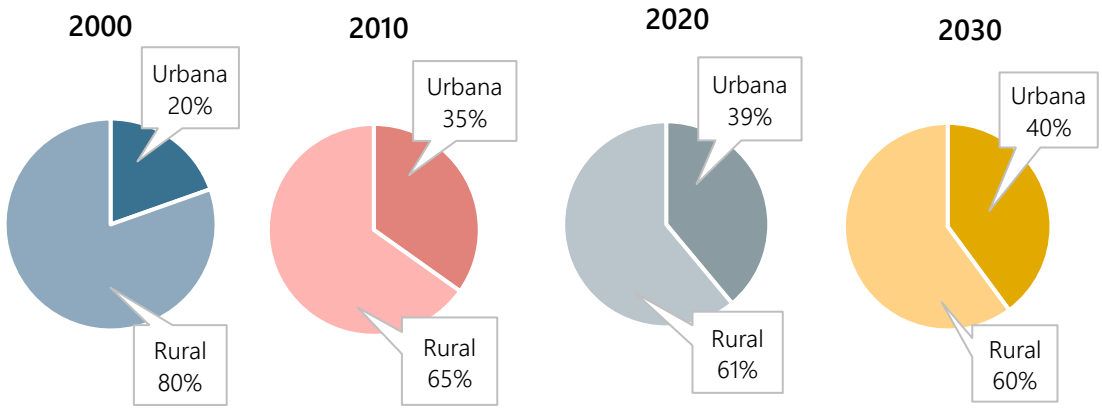
Gráfico 15 - Taxa de Urbanização: 2000, 2010, 2020, 2030



Fonte: IBGE, 2000; 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A situação se confirma ao analisar a situação do domicílio com o Gráfico 16, que dá ênfase na diminuição da população rural em todo o período analisado, mostrando que a tendência é o êxodo rural. Porém, ainda, nota-se que a população rural prevalece sob a população urbana.

Gráfico 16 - População Urbana e Rural: 2000, 2010, 2020, 2030



Fonte: IBGE, 2000; 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Estima-se que os equipamentos e serviços públicos existentes em Enéas Marques não apresentarão grandes dificuldades de suportar a demanda por expansão e crescimento da cidade.

13. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA

Com base no diagnóstico contido na Fase II desta revisão do PDM, neste presente tópico é feita a análise da adequação do uso e ocupação do solo atual e para os próximos 10 anos, em relação às capacidades de suporte ambiental, de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos em Enéas Marques.

13.1 CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL

Informações contidas nos itens 8 e 10 deste produto, foram a base para estimar a capacidade de suporte.



AMBIENTAL → **REGULAR**
Não há grandes problemas.

No município ocorrem a formação geomorfológica Serra Geral, onde à declividade predomina as declividades abaixo dos 20%, com áreas ultrapassando os 30% (vales dos rios Areia e Empossado). **Na região da Sede, predominam declividades inferiores a 20%, exceto em algumas regiões ao Sul do perímetro urbano, onde essas ultrapassam os 30%.** Assim, nem todas as áreas da sede urbana são aptas a ocupação antrópica, devido a declividade acentuada.

Com relação à hidrografia o município é bem servido com rios, córregos e ribeirões. O principal rio que banha o município é Rio Jaracatiá. Graças a variação de altitude, **os rios da região possuem vários saltos e cachoeiras, apresentando potencial turístico.**

Outro tópico importante a ser trabalhado na questão ambiental em Enéas **Marques é a regularização e ampliação do cemitério municipal, e a regularização dos 15 cemitérios distribuídos na área rural,** pois a contaminação do solo e água por agentes biológicos pode prejudicar a qualidade de vida dos moradores de Enéas Marques.

Com relação à vegetação, em área urbana, o município apresenta **30% das vias urbanas arborizadas,** índice que deve ser melhorado. Nas demais áreas, apresenta índice positivo, visto que, 44,1% do território municipal, ou seja, 8.594 hectares é coberto por remanescentes florestais, sendo classificada como Floresta Ombrófila-Mista.

A maior parte dos fragmentos florestais se encontram preservados ao longo de APP, e principalmente nas porções Norte do município, esses maiores fragmentos são encontrados na região Norte, justamente por ser a área que apresenta as maiores declividades.

O Município não possui Unidades de Conservação e Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), por isso recomenda-se o incentivo na criação dessas áreas para preservação dos fragmentos florestais nativos.

13.1.1 RESTRIÇÃO À OCUPAÇÃO

As restrições de urbanização em Enéas Marques contemplam as áreas inaptas à ocupação antrópica em áreas de APP, de fragmentos florestais nativos e de declividade superiores a 30%, localizadas principalmente na região Norte do Município.

As restrições encontradas na Sede correspondem as áreas com declividades acentuadas e vegetação nativa, principalmente na porção Sul, e áreas com indústrias e granjas na porção Oeste do perímetro urbano.

13.2 CAPACIDADE DE SUPORTE DA INFRAESTRUTURA

Informações contidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.10 deste produto, foram a base para estimar a capacidade de suporte.



INFRAESTRUTURA → **REGULAR**
Falta de rede coletora de esgoto sanitário.

Em Enéas Marques **a rede de abastecimento de água atende 100% da população**, sendo este serviço prestado pela SANEPAR. O Município ainda carece de rede e tratamento de esgoto sanitário. Referente aos serviços de coleta de lixo, varrição pública, rede de energia elétrica e iluminação pública, estes atendem a toda a área urbana.

Com relação à drenagem pluvial, **Enéas Marques apresenta maior parte das vias com urbanização adequada (boca de lobo, pavimentação e meio fio).** Os problemas de drenagem são as erosões que acontecem pelo grande volume e velocidade das águas próximas ao lançamento. O Município carece de um padrão de calçadas e de acessibilidade para mesma.

A capacidade suporte do sistema viário municipal, com a rodovia estadual e as estradas municipais é adequada para o Município. **O sistema viário urbano também é adequado, e é regulamentado por lei específica.** As rodovias estaduais são pavimentadas e precisam de manutenção e de sinalização viária. O sistema viário urbano precisa de adequações na hierarquia, devido ao crescimento da cidade e a implementação de novos loteamentos, além da manutenção da pavimentação.

13.3 CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Informações contidas nos itens 10.4 a 10.9 foram a base para estimar a capacidade de suporte.



EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS → **BOA**
Atende à demanda.

A capacidade de suporte dos equipamentos e serviços públicos oferecidos pelo Município, em geral, é considerada boa por se adequar à demanda de sua ocupação atual. Se faz necessário a atribuição de melhorias de estrutura física das instalações e dar agilidade aos procedimentos. A expansão dos equipamentos e serviços públicos deve ocorrer conforme a demanda dos próximos 10 anos.

14. EXPANSÃO URBANA

Conforme o Estatuto da Cidade[54], o Plano Diretor Municipal é um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. Isto é, para que a ocupação territorial ocorra de forma estruturada, é necessário que o Plano Diretor controle e ordene o crescimento do município, estabelecendo diretrizes, prioridades e os instrumentos necessários para incentivar e controlar o desenvolvimento urbano.

O planejamento do uso e ocupação do solo, da infraestrutura urbana e dos equipamentos e serviços públicos deve ser realizado levando em consideração a estimativa demográfica, nos próximos 10 anos. Considera-se que o perímetro urbano deve ser expandido aos poucos, somente onde há a intenção de efetivar uma urbanização em curto prazo.

Em Enéas Marques a ocupação teve início nas décadas de 40 e 50 do século passado, e foi motivada pela abertura de novas terras na região Sudoeste do Paraná. Do PDM de 2008 até 2020, houve mudanças consideráveis no tecido urbano, principalmente com a ocupação nos loteamentos Jaracatiá e Colina Verde. A Lei Complementar nº 06/2008 instituiu o Perímetro Urbano, e a Lei Complementar nº 076/2018 estabelece o perímetro vigente. Estima-se que o perímetro urbano precisará de alteração, objetivando incorporar ao traçado do perímetro todas as áreas com características urbanas que se apresentam na área rural.

O Mapa 16 indica a situação atual de Enéas Marques, baseada nas análises até aqui realizadas subdivididas em:

- **Perímetro Urbano Vigente:** consiste na delimitação da área urbana existente ou com loteamentos consolidados ou em fase de consolidação;
- **Expansão Urbana:** são as áreas ainda não urbanizadas ou que não apresentam construções, que estão contidas no perímetro urbano ou que podem se tornar urbanas para promoção do crescimento da cidade.

A proposta com macrozonas será preliminarmente elaborada na Fase III – Diretrizes e Propostas e legalmente definitiva na Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM, nas Leis do Plano Diretor Municipal.

14.1 EXPANSÃO URBANA CONSIDERANDO O ASPECTO AMBIENTAL

Para que o crescimento urbano ocorra sem gerar conflitos com o meio ambiente, todo empreendimento, sem exceção, só poderá ser realizado se estiver em área:

[54] BRASIL, 2001.

- Com declividade menor que 30%[55];
- Distante de um raio de 50 metros de qualquer nascente e de 30 metros de qualquer curso d'água, isto é, fora de qualquer APP[56];
- Fora de qualquer RPPN ou ARL[57];
- Sem remanescente de vegetação nativa.

Dentro ou fora do perímetro urbano, os empreendimentos com atividades modificadoras do meio ambiente, conforme o art. 2º da Resolução CONAMA nº 001/1986, além de cumprir os requisitos acima, devem elaborar uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), na forma de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) para que possa ser licenciado pelos órgãos competentes[58]. Os EIA/RIMA, documentos que constituem um conjunto, objetivam avaliar os impactos ambientais decorrentes da instalação de um empreendimento e estabelecer programas para monitoramento e mitigação desses impactos.

14.2 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Visando garantir condições dignas de moradia, formar uma unidade com área urbana consolidada e não sobrecarregar a infraestrutura existente, em todo novo loteamento deverão ser realizadas obras de:

- Construção e urbanização de vias, incluindo pavimentação adequada, sistema de drenagem pluvial, calçamento e arborização, dando continuidade ao sistema viário existente e de acordo com a legislação vigente – sob responsabilidade do loteador;
- Ligação à rede de distribuição de abastecimento de água (SANEPAR);
- Esgotamento sanitário, de acordo com a legislação vigente;
- Destinação dos resíduos sólidos no aterro sanitário.

Em Enéas Marques, para os próximos 10 anos, há necessidade de **direcionar ações principalmente para a infraestrutura esgotamento sanitário e padronização do calçamento das vias urbanas**, visando a melhoria das condições de habitabilidade, circulação e minimização de problemas urbanos.

[55] BRASIL, 1979.
[56] BRASIL, 2012.
[57] Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ou Área de Reserva Legal (ARL).
[58] Em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

283010
284565
7129675
7128120
N
W
E
S
0 200 400 600 m

Legenda

- Perímetro Urbano
- Declividade > 25%
- Expansão Urbana
- APP
- Malha Urbana
- Restrição pela Resistência de Granjas

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: TOPODATA, 2010; SENTINEL 2A, 2019; Esri; HERE; Google Earth.

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 16: Expansão Urbana

abr. 2020

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:

Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

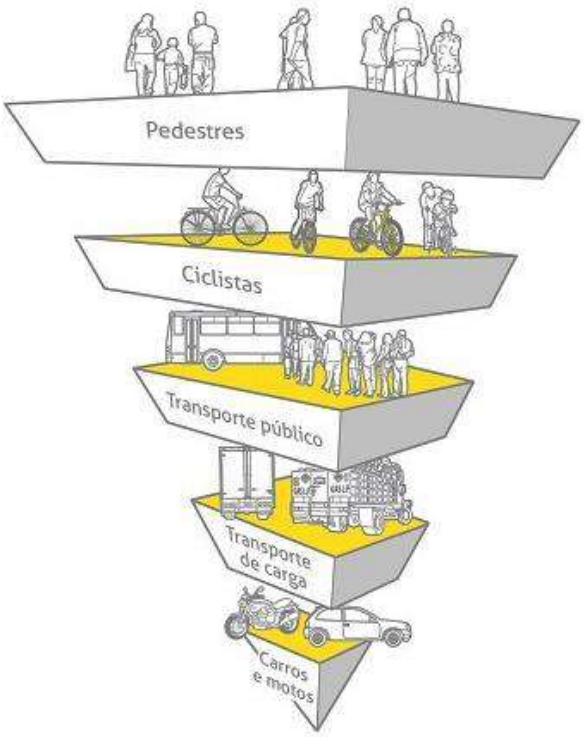
FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 3

15. MOBILIDADE URBANA

A Política Nacional de Mobilidade Urbana[59] fundamenta-se nos princípios de acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável, equidade no acesso ao transporte coletivo e ao espaço público, gestão democrática, segurança no deslocamento, justa distribuição de ônus e bônus e a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação de serviços de transporte.[60]

A visão predominante na gestão e no planejamento das cidades foi, por décadas, fazer com que a maior quantidade possível de automóveis se deslocasse de maneira eficaz. O crescimento vertiginoso da frota de veículos, porém, inviabilizou o crescimento proporcional da rede viária, proporcionou aumento da poluição, de acidentes e ocupou o espaço que poderia ceder lugar aos ambientes de convívio como: praças, parques e comércio.

Figura 33 - Hierarquia no sistema viário



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

O principal foco do Plano de Mobilidade Urbana é reverter este quadro, transformando o meio urbano em um espaço mais seguro e sustentável, através da definição de planos e propostas que incentivem a utilização dos meios de transporte não motorizados e favoreçam o transporte coletivo eficiente e de qualidade, visando beneficiar, democraticamente, a maioria da população e buscando, ao mesmo tempo, maior fluidez e segurança no trânsito. Além disso, a priorização dos modos de locomoção sustentáveis, conforme figura (IPTD Brasil), afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas, visto que alguns dos maiores problemas enfrentados nas cidades estão relacionados à dificuldade para realização dos deslocamentos cotidianos.

[59] A Lei nº 12.587/2012 estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá as diretrizes e instrumentos de gestão da mobilidade, em consonância com as orientações da Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade.
[60] Art. 5º da Lei nº 12.587/2012.

15.1 DESLOCAMENTO NÃO MOTORIZADO

Os modos de deslocamento não motorizados são os principais meios de locomoção em muitas cidades brasileiras, sobretudo as com até 100 mil habitantes[61]. A Lei Federal nº 12.587/2012, visa a prioridade do transporte não motorizado sobre o transporte individual motorizado.

Para avaliar a adequação atual e futura do deslocamento não motorizado, a análise será dividida em dois tipos: por bicicletas e a pé.

15.1.1 DESLOCAMENTO POR BICICLETA

Quanto às ciclovias, ainda são inexistentes no município de Enéas Marques, tanto na sede como nos distritos, não favorecendo com a promoção do uso ciclístico eficiente.

O PDM de 2008 propôs a hierarquização de "Via de Integração" com a finalidade de integrar a sede urbana às indústrias Folem e Laticínio Líder, através de uma via existente lateral ao cemitério municipal, que receberia pavimentação, drenagem e ciclovia. Esta Revisão do PDM verificou que a via recebeu pavimentação, mas que a ciclovia ainda não foi implementada.

O trecho apresento fluxo de ciclistas que se deslocam a trabalho, portanto, seria importante destinar um espaço exclusivo a este meio de transporte, vinculá-lo às avenidas principais e incentivar o uso recreativo e de lazer na Praça Jaracatiá.

Os deslocamentos por bicicletas são influenciados principalmente por:

Figura 34 – Deslocamentos por bicicletas



Requisito	Característica	Situação Atual
Distância ideal para circulação até 7,5km	Favorabilidade para deslocamento por bicicleta	São aprox. 3,6 km. Distância condiz com a solicitada.
Desempenho, agilidade e facilidade de utilização	Utilização para deslocamento ao trabalho	Implementação de ciclovias e ciclofaixas
Declividade Do terreno	Influência na facilidade ou dificuldade da rota	Relevo periférico apresenta-se íngreme. Avenidas propicias ao uso ciclístico.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Com relação à distância, o Município se apresenta apto à implantação e com relação à declividade, existem pontos nos extremos da malha urbana que o relevo dificulta o deslocamento.

[61] BRASIL, 2012.

15.1.2 DESLOCAMENTO A PÉ

O planejamento dos deslocamentos de pedestres é assegurado por Legislação Federal,62 relatando que é destinado parte do sistema viário urbano para utilização exclusiva do transporte não motorizado, preferencialmente ao modo pedonal, nas calçadas63. E este deverá conter:

Figura 35 – Deslocamentos de pedestres



Requisito	Característica	Situação Atual
Calçada Acessível	Faixa de caminhabilidade com pelo menos 1,20m e rampas, inclinação adequada.	Não há calçadas em algumas vias, não é respeitado a faixa de caminhabilidade para circulação de pedestres e o relevo dificulta a garantia da acessibilidade aos pedestres.
Equipamentos, mobiliário urbano, iluminação, sinalização e paisagismo	Faixa de serviço com dimensões adequadas e acessíveis a todos os pedestres	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

O Município apresenta aproximadamente 32,3% de urbanização adequada64 das vias públicas. Este índice é muito baixo, em relação ao número de vias pavimentadas: 90%.

Figura 36 - Trecho da Avenida Joaquim Bonetti com piso tátil



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

O Município ainda apresenta bairros inteiros e outros com trechos de vias que não apresentam calçadas. O PDM de 2008 elencou diretriz para a execução e padronização de calçadas, quanto ao tipo de piso e dimensionamento, até 2021 a ação não foi executada.

[62] Leis nº 9.503/1997, nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015;

[63] Calçada é a parte do logradouro, segregada e em nível diferente à via, destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas, quando este for dotado de ciclovia, e quando possível, dotada de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

[64] Urbanização engloba a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio nos lotes com frente para via (IBGE @Cidades);

Figura 37 - Avenida Dionísio Oenning com diferentes tipos de pavimentação de calçada



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Há pouca arborização, nas vias centrais, principalmente nas áreas comerciais e de serviços, dificultando melhores condições de circulação devido à falta de sombreamento. O Quadro 18 apresenta exemplos de vias com necessidades de melhorias na acessibilidade.

Quadro 18 -Acessibilidade em Enéas Marques

Acessibilidade em Enéas Marques	
Trecho da Avenida Dionísio Oenning sem calçadas.  Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.	Desníveis da Rua Nicolau Vieira evidencia a dificuldade de garantir a acessibilidade.  Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.
Cruzamento rotulado da Rua Francisco Campos sem calçada  Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.	Ausência de calçada no Distrito Vista Alegre  Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Visando promover a acessibilidade universal, algumas melhorias na circulação e acesso são importantes, tais como:

- Estudar qual o menor desnível da gleba a lotear para executar as vias, visando a menor inclinação possível;
- Implantar um padrão de calçada;
- Construir rampas de acessibilidade;
- Readequar e nivelar as calçadas existentes.

15.2 DESLOCAMENTO MOTORIZADO

A Lei Federal nº 12.587/2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo a prioridade do transporte não motorizado sobre o transporte individual motorizado, independentemente do tamanho das cidades. Entretanto, normalmente, a falta do transporte público coletivo e dos espaços para o transporte não motorizado, calçadas e ciclovias, faz crescer a utilização do transporte individual motorizado.



Enéas Marques apresentou um crescimento de 83,76% do total da frota de veículos, nos últimos 10 anos, conforme Tabela 32.

Tabela 32 - Frota por tipo de veículo de 2007 a 2017

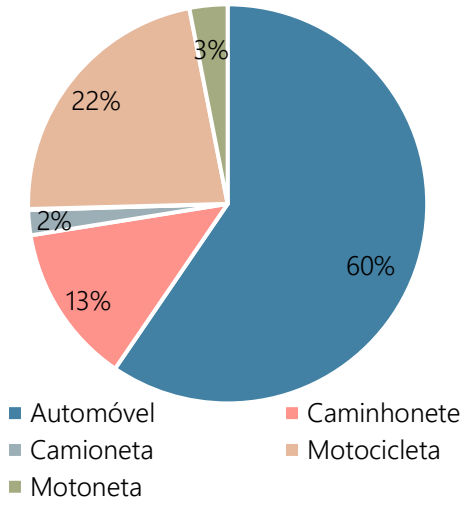
Tipo de Veículo	Ano		
	2007	2017	Δ (%)
Automóvel	1.175	2.029	72,68
Caminhão	127	216	70,08
Caminhão Trator	127	164	29,13
Caminhonete	98	441	350,00
Camioneta	61	69	13,11
Ciclomotor	3	3	0,00
Micro-ônibus	8	4	-50,00
Motocicleta	418	761	82,06
Motoneta	36	105	191,67
Ônibus	13	33	153,85
Reboque	12	26	116,67
Semi reboque	132	203	53,79
Utilitário	0	7	-
TOTAL	2.210	4.061	83,76

Fonte: IBGE @Cidades, pesquisas frota de veículo 2007 e 2017. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020

A análise da Tabela 32 mostra um grande aumento na quantidade de veículos pesados. Na década considerada a frota de caminhão cresceu cerca de 70%. O tráfego produzido por esses veículos provoca conflitos nas vias urbanas, e em 2021, foi apresentada[65] a necessidade de se regulamentar a rota de veículos pesados, a fim de nortear de maneira eficiente o fluxo produzido.

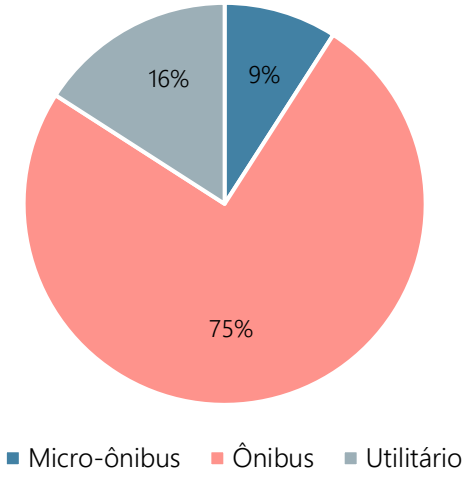
O Gráfico 17 indica a composição da frota de veículos individuais de Enéas Marques. Observa-se a supremacia de automóveis (60%) e caminhonete (13%). Já o Gráfico 18 mostra a predominância do ônibus (75%) como modal de transporte coletivo.

Gráfico 17 - Composição da frota de veículos individuais em 2017



Fonte: IBGE @Cidades, 2007 e 2017. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020

Gráfico 18 - Composição da frota de veículos coletivos em 2017



Fonte: IBGE @Cidades, 2007 e 2017. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020

O Quadro 19 correlaciona os meios de transporte motorizados com atendimento ao público de Enéas Marques.

Quadro 19 – Transporte Motorizado de Atendimento ao Público

Tipo de Transporte	Situação	Operador	Demanda	Origem	Destino
Escolar (Figura 38)	Em funcionamento	Município	Limite municipal	Residências	Instituições de Ensino
Coletivo Urbano	Inexistente	-	Não há demanda que viabilize o custo de implementação do sistema.		
Universitários	Em funcionamento	Terceirizado	Alunos de Enéas Marques	Enéas Marques	Universidade em Francisco Beltrão, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos.
Cargas	Em funcionamento (1)	Particular	Comércio e Serviços	Intermunicipal ou Enéas Marques	Enéas Marques ou Intermunicipal

[65] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

Tipo de Transporte	Situação	Operador	Demanda	Origem	Destino
Intermunicipal (Figura 39)	Em funcionamento	Viação Sudoeste	Intermunicipal	Terminal Rodoviário na Av. Joaquim Bonetti – Enéas Marques	Cap. Leônidas Marques, F. Beltrão, Nova P. do Iguaçu, Boa V. da Aparecida e Salto do Lontra.
Aeroviário	Inexistente em Enéas Marques, o mais próximo fica a 25km, em Francisco Beltrão.	Particular	-	-	-

Nota (1) O transporte de cargas ocasiona grande impacto na pavimentação e compromete a fluidez dos outros deslocamentos, pois o tráfego de veículos pesados, sobrecarrega as vias centrais, principalmente as Avenidas Presidente Dutra e Joaquim Bonetti. É importante regulamentar os locais e horários para o serviço, bem como estipular quais vias terão permissão de acesso e quais as vias que terão restrição de tráfego dos veículos pesados.

Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020

Figura 38 - Transporte Escolar



Fonte: DRZ- Gestão de Cidades, 2020.

Figura 39 - Terminal Rodoviário em 2006 (esq.) e 2020 (dir.)



Fonte: ENEAS MARQUES, 2008 e DRZ- Gestão de Cidades, 2020

283010.0 284565.0

7129675.0 7129675.0

7128120.0 7128120.0

N W E S

0 200 400 600 m

283010.0 284565.0

Legenda

- Perímetro Urbano
- Vias Asfaltadas
- Vias de Chão Batido
- Vias com Pedras Irregulares

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques e Google Earth.

Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques - PR

Mapa 17: Pavimentação Viária - Sede Urbana

out. 2020

Responsável Técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Equipe Técnica:
Edgar Lopes Balestri
Alindomar Lacerda Silva

16. GESTÃO MUNICIPAL

No contexto de revisão dos instrumentos de gestão, promover uma reflexão dos temas relacionados às questões municipais como a estrutura administrativa, os modelos de gestão, seu planejamento e a dependência das transferências intergovernamentais, se faz necessário em busca do avanço da qualidade da administração pública.

16.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA

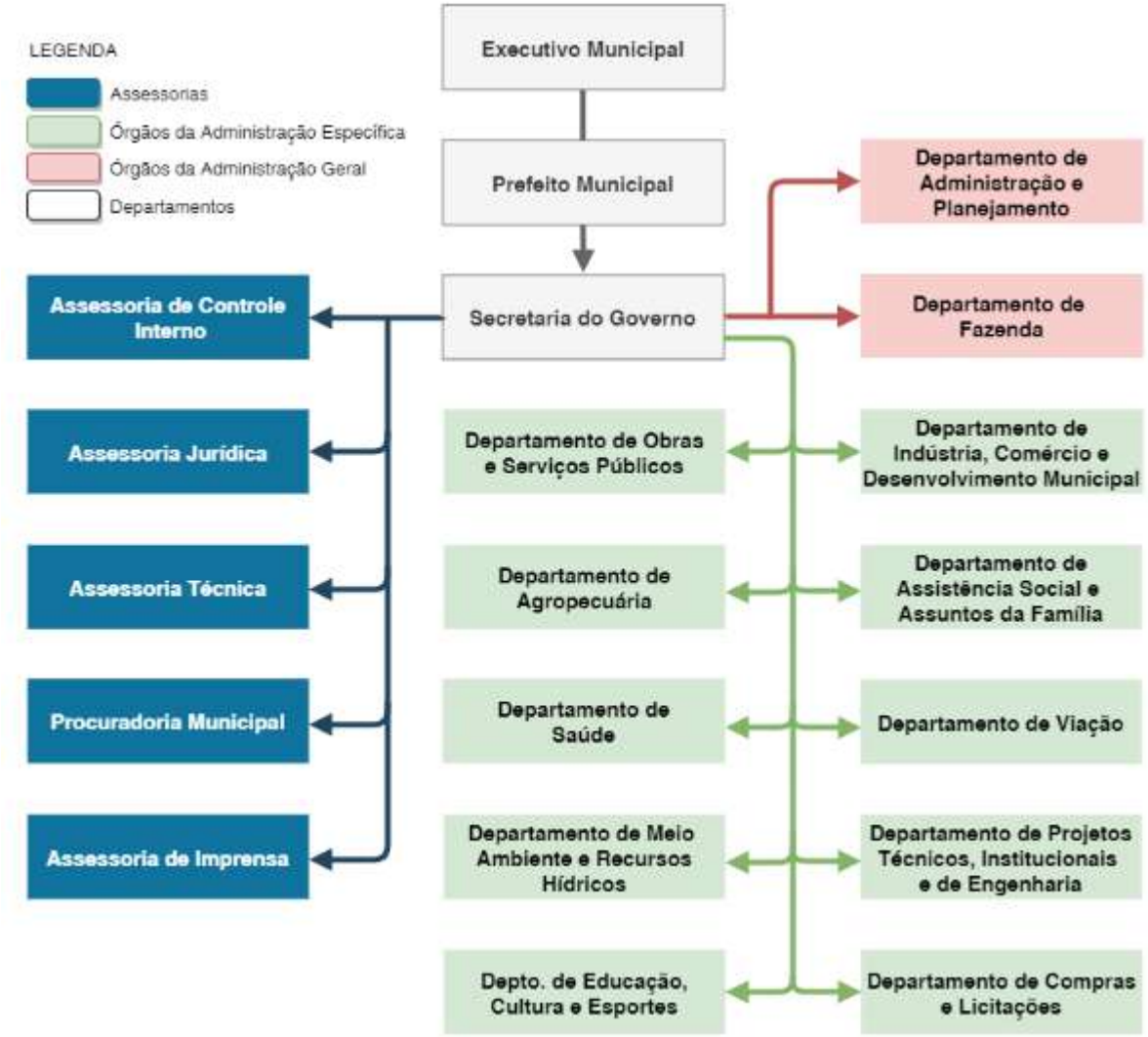
A estrutura organizacional foi instituída pela Lei nº 302/2003 e alterada pelas Leis Complementares nº 38/2012, nº 45/2012 e 77/2018, é hierarquizada, conforme Figura 40, da seguinte forma:

1. Assessorias;
2. Órgãos da Administração Específica;
3. Órgãos da Administração Geral;
4. Departamentos.

Considerando que a Revisão do PDM é um instrumento democrático e participativo de desenvolvimento, a administração municipal, através da Consultoria e Equipe Técnica Municipal (ETM), realiza audiências públicas e reuniões com os conselhos representativos.

A ETM, que acompanha o desenvolvimento de todas as etapas da Revisão do PDM, é formada por profissionais de diversas secretarias e coordenada por um profissional do Departamento de Obras e Serviços Públicos, isto é, o intermediador entre a Consultoria contratada e a Prefeitura Municipal, e ela que promove o direcionamento das ações e propostas do PDM, bem como sua revisão.

Figura 40 - Organograma administrativo



Fonte: Prefeitura Municipal de Enéas Marques. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

16.2 CONSELHOS MUNICIPAIS

O Quadro 20 mostra os conselhos existentes, sua área de atuação, data e lei de criação, nomeação, situação e frequência das reuniões. Todos os conselhos apresentados neste tópico têm suas contribuições a serem realizadas no PDM e são influenciados direta ou indiretamente pela Legislação e principalmente pelas peças orçamentárias que compõem o Plano Diretor.

Conforme demonstra o Quadro 20, a maioria dos conselhos se reúne mediante convocação, e foi constatada[66] a carência de realização destes encontros e da participação dos respectivos conselheiros.

[66] ETM. Oficina de Leitura Técnica da Revisão do PDM, 2021.

Quadro 20 - Síntese dos Conselhos Municipais

Conselho		Área de atuação	Leis Municipais		Última Nomeação	Situação	Reuniões/ Frequência
			Criação	Alteração			
1	Conselho de Desenvolvimento Municipal	Planejamento e Gestão Territorial	Lei nº 005/2008	-	Portaria nº 3062/2017	Ativo	Conforme convocação
2	Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	Educação	Lei nº 8.913/1994	-	Portaria nº 3233/2018	Ativo	Conforme convocação
3	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação / Conselho do FUNDEB	Educação	Lei nº 481/2007	-	Decreto nº 1.216/2017	Ativo	Mensal
4	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Educação/ Assistência Social	Lei nº 946/2014	-	Decreto nº 1.109/2015	Ativo	Conforme convocação
5	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência Social	Lei nº 122/95	Lei nº 679/2010	Decreto nº 1.232/2017	Ativo	Conforme convocação
6	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)	Assistência Social	Lei nº 564/2008	-	Decreto nº 1.326/2018	Ativo	Conforme convocação
7	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI)	Assistência Social	Lei nº 722/2011	Lei nº 893/2013		Ativo	Conforme convocação
8	Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural	Desenvolvi-mento	Lei nº 005/2008	-	Portaria nº 3177/2018	Ativo	Conforme convocação
9	Conselho Municipal de Saúde	Saúde	Lei nº 19/1991	Lei nº 89/2010	Decreto nº 1272/2018	Ativo	Conforme convocação
10	Conselho de Sanidade Animal (CSA)	Saúde	-		Portaria nº 3293/2019	Ativo	Conforme convocação

Conselho		Área de atuação	Leis Municipais		Última Nomeação	Situação	Reuniões/ Frequência
			Criação	Alteração			
11	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC)	Defesa Civil	Lei nº 749/2012		Portaria nº 2684/2014	Ativo	Conforme convocação

Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2020

Dentre os Conselhos Municipais existentes, o Conselho de Desenvolvimento Municipal é o que atua mais diretamente com o PDM. Ele foi instituído pela Lei Complementar nº 005/2008, e tem a responsabilidade de:

I. acompanhar, monitorar e incentivar a implementação do plano diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
II. coordenar as políticas setoriais de desenvolvimento socioeconômico implementadas no município;
III. deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à câmara municipal;
IV. emitir parecer sobre as propostas de alteração da lei do plano diretor, oriundas da câmara de vereadores antes da sanção ou veto por parte do poder executivo, de modo a subsidiar a decisão do prefeito municipal, desde que tais alterações estejam de acordo com as determinações do Art. 39 e Art. 83 desta lei.
V. gerir os recursos oriundos do fundo municipal de desenvolvimento;
VI. monitorar a concessão de outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso e a aplicação da transferência do direito de construir;
VII. aprovar a minuta de projeto de lei do poder executivo que trata do plano diretor antes de ser enviada para o legislativo;
VIII. acompanhar a implementação dos demais instrumentos para o desenvolvimento territorial (capítulo i, título iv, desta lei);
IX. deliberar alteração nos parâmetros e procedimentos nos termos da lei municipal de uso e ocupação do solo.
X. zelar pela integração das políticas setoriais elaboradas pelas secretarias municipais e conselhos setoriais de participação popular;
XI. deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
XII. convocar, organizar e coordenar as conferências e reuniões preparatórias;
XIII. convocar audiências públicas;
XIV. elaborar e aprovar o regimento interno.[67]

O Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser a instância máxima deliberativa do processo de planejamento, gestão municipal e do Plano Diretor Municipal, tendo como diretrizes:

[67] Art. 35 da Lei Municipal nº 005/2008.

I. constituir um espaço público para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar as ações e medidas referentes à política de desenvolvimento municipal;
II. mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, avaliação e formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas no município;
III. acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, planos, estratégias, programas e projetos expressos no plano diretor municipal;
IV. discutir e buscar articulação com outros conselhos setoriais;
V. acompanhar, avaliar e garantir a continuidade das políticas, programas e projetos de desenvolvimento municipal;
VI. acompanhar, avaliar e garantir a regularização fundiária e inclusão social no município;
VII. definir uma agenda para o município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.[68]

É muito importante que o Conselho de Desenvolvimento Municipal seja mais ativo nesta Revisão do PDM, que auxilie a Equipe Técnica Municipal promovendo reuniões mais frequentes.

[68] Art. 34 da Lei Municipal nº 005/2008.

17. FINANÇAS PÚBLICAS

Define-se finanças públicas como o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

De forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. Embora muito se tivesse ouvido dizer sobre redução de gastos governamentais e redução do "tamanho" do Estado, a sua participação na economia é de extrema importância, e inúmeras são as funções desempenhadas. Fica difícil decidir onde serão feitos os cortes: se na saúde, educação, defesa, policiamento, justiça ou, no investimento econômico-social.

Considerando dados estatísticos a partir das Receitas e Despesas relativos ao período de 2016 a 2018 do município de Enéas Marques, utilizou-se implicitamente os dados de 2015 para demonstrar a variação de 2016. As informações utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – Siconfi/Finbra, Prefeitura Municipal de Enéas Marques e IBGE. Os valores atribuídos para os documentos foram atualizados, ou seja, deflacionados a preços constantes de 2018 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores e aplicados pelos principais Institutos Oficiais do Brasil.

17.1 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Conceitualmente, as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas conforme previstos nos orçamentos públicos, normalmente as despesas ficam à mercê da restrição orçamentária dos municípios.

17.1.1 RECEITAS MUNICIPAIS

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes[69] que derivam para outras variáveis decorrentes dela e que exercem grande influência para gestão pública, notadamente na administração da arrecadação e principalmente como ela é alocada de acordo com as despesas por função, assim como nas análises das finanças públicos como um todo para município de

[69] Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.

Enéas Marques com a finalidade de mostrar a distribuição dos recursos que fazem frente às despesas de custeio e de investimentos.

Pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados para o Fundeb provoca uma redução na receita corrente, que conceitualmente resulta na formação da receita corrente líquida. A dedução das receitas correntes para formação do Fundeb tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

A seguir, as análises a partir das receitas orçamentárias do município de Enéas Marques com valores atualizados considerando os preços constantes de 2018 a partir da Tabela 33.

Tabela 33 – Enéas Marques: Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Receita Corrente (1)	Dedução da Receita Corrente (2)	Receita Corrente Líquida (3) (1-2)	Receita Capital (4)	Receita Corrente Intraorçamentária (5)	Receita Orçamentária (6) 1+4+5
2016	24.538.468,36	3.470.522,55	21.067.945,81	4.090.244,12	0,00	28.628.712,48
2017	24.748.794,43	3.505.773,34	21.243.021,09	3.090.293,25	0,00	27.839.087,68
2018	26.203.657,97	3.669.726,42	22.533.931,55	4.809.334,17	0,00	31.012.992,14
Média	25.163.640,25	3.548.674,10	21.614.966,15	3.996.623,85	0,00	29.160.264,10

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Durante o período 2016-2018, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis, em média, por 86,29% das receitas orçamentárias, que pode ser observado a partir da elevação das transferências constitucionais da União e do Estado. Enquanto as Receitas de Capital[70] representaram 13,71% de participação média (Tabela 33).

As deduções das receitas correntes legais não comprometem as receitas correntes, por atenderem orçamentos específicos de acordo com a Constituição Federal. Em valores reais, as deduções significam, em média, 2,19% da totalidade da receita orçamentárias referente ao período 2016-2018.

Considerando a evolução das receitas, em valores corrigidos, durante o período 2016-2018, verificou-se um aumento de 3,22%; a receita orçamentária teve crescimento de 6,15% e as receitas de capital, com crescimento de 38,24%, foi influenciada pelos significativos desempenhos nos períodos 2015-2016 e 2017-2018 com evolução de 83,54% e 55,63%, respectivamente, não obstante a retração de 24,45% ocorrida no período 2016-2017. No entanto, os baixos valores oriundos da receita de capital, especificamente, pouco possibilitam o município a adotar uma postura mais ousada na aplicação de recursos para os investimentos necessários.

[70] Receitas de Capital - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.

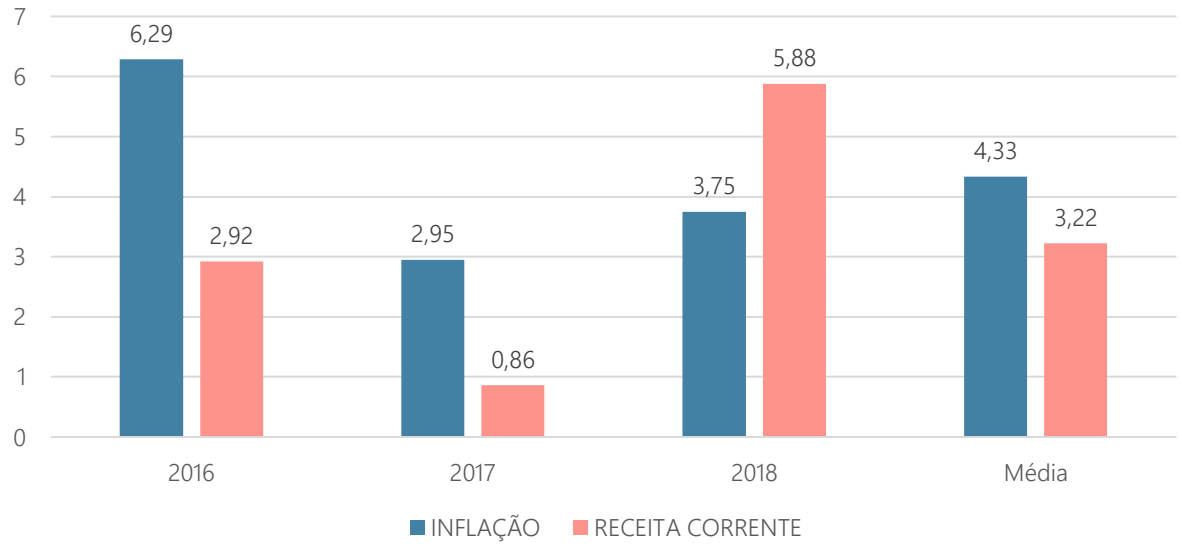
Considerando os anos de 2016 e 2018, o crescimento acumulado real da arrecadação do município de Enéas Marques apresentou os seguintes desempenhos:

- Receitas Orçamentárias – o crescimento atingiu a 8,33%, considerando os valores R$28.628.712,47e R$31.012.992,14;
- Receitas correntes aumentaram em 6,79%, considerando os valores R$24.538.468,364 e R$26.203.657,97 e;
- Receitas de capital com decréscimo de 17,58% na equivalência entre os valores R$4.090.244,12 e R$4.809.334,17.

A receita corrente é mais relevante rubrica de arrecadação municipal, considerando o ano imediatamente anterior, apontou acréscimo de 2,92% em 2016, no ano seguinte o crescimento de 0,86% que foi menor que o ano anterior, porém, com arrecadação de R$26.203.657,97, a recuperação atingiu 5,88% com a elevação dos níveis de crescimento em 2018.

A arrecadação municipal representada pela rubrica "receita corrente" do município, comparativamente com os índices de inflação do Brasil, medidos pelo IPCA, apresentaram comportamentos distintos, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19 - Enéas Marques: Comparação dos índices entre as receitas correntes e inflação brasileira durante o período 2016-2018 (Em R$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020

As receitas correntes, com exceção do ano de 2018, foi inferior aos índices de inflação, gerando uma perda financeira considerável nos anos de 2016 e 2017, comprometendo o planejamento das contas públicas, haja vista, que os orçamentos são projetados, no mínimo igual a inflação do período. A média entre os anos de 2016 e 2018 demonstrou que a inflação superou aos índices de crescimento das receitas correntes em 1,1% que só não foi maior ao excelente desempenho das receitas correntes no ano de 2018 que foi superior a inflação em 2,13%. O que realmente fez

a diferença negativamente foi o resultado de 2016, em que a inflação cresceu 3,37% a mais que a receita medida pelo IPCA (Gráfico 19).

As receitas correntes atualizadas referentes ao ano de 2018 representam ganhos para as finanças públicas de Enéas Marques, por superar os indicadores inflacionários do país, proporcionando aumento real de recursos para o atendimento às demandas dos enéas-marquenses.

17.1.2 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Tabela 34 mostra a relação entre a receita orçamentária e as transferências correntes e permite visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que quanto maior a equivalência, menor é a participação das receitas próprias do município.

Tabela 34 – Enéas Marques: Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Origem dos Recursos		Equivalência Receita e Transferência (%) (A/B)*100	Crescimento Real (%)	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2016	22.721.301,12	28.628.712,47	79,37	1,85	9,81
2017	23.204.907,62	27.839.087,68	83,35	2,13	-2,76
2018	24.452.384,40	31.012.992,14	78,85	5,38	11,40
Média	23.459.631,05	29.160.264,10	80,45	3,12	6,15

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Comparando as receitas orçamentárias com as transferências correntes (sem as deduções) recebidas pelo município de Enéas Marques, verificou-se que a equivalência média é de 80,45% no período 2016-2018.

As receitas orçamentárias obtiveram crescimento médio de 6,15% e as transferências correntes com crescimento de 3,12% no período de 2016-2018. Os níveis de crescimentos das receitas orçamentárias foram superiores as taxas das transferências correntes, com exceção das taxas negativas de ocorridas em 2017 – devido à queda de 24,45% nas receitas de capital que impactaram negativamente na movimentação total da conta.

As transferências constitucionais compostas pelas transferências correntes e transferência de capital serão delineadas a seguir conforme os dados presentes na Tabela 35:

Tabela 35 – Enéas Marques: Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital - Total (5)	Total (6) (4+5)
	União (1)	Estado (2)	Outras (3)	Total (4) (1+2+3)		
2016	11.249.992,11	8.976.115,37	2.495.493,65	22.721.601,12	4.018.719,77	26.740.320,89
2017	11.224.449,41	9.674.547,00	2.305.911,21	23.204.907,62	2.973.034,66	26.177.942,28
2018	11.759.988,52	10.335.716,46	2.336.679,42	24.452.384,40	4.358.084,17	28.810.468,57
Média	11.411.476,68	9.668.792,44	2.379.361,43	23.459.631,05	3.783.279,53	27.242.910,58

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Considerando as médias das evoluções do período de 2016-2018, no município de Enéas Marques, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações:

- nas transferências correntes (somatório das transferências da União, Estado e Outras Transferências) houve crescimento de 3,12%;
- as transferências correntes da União obtiveram crescimento de 3,82%;
- as transferências do Estado apresentaram evolução de 3,54%;
- outras transferências com recuo de 0,99%;
- as transferências de capital apresentaram crescimento de 33,63%, porém com baixa participação no montante das transferências totais; e
- as transferências totais o acréscimo foi de 5,65%.

Sintetizando, as principais transferências tiveram comportamento financeiro abaixo dos níveis médios de inflação do período 2016-2018, significando perda financeira na arrecadação.

O crescimento médio dos repasses das transferências totais apontou incremento de 5,65%, resultado das variações de: 8,98% (2016); -2,10% (2017) e 10,06% em 2018. Com exceção do ano de 2017, respaldado as condições da economia brasileira com baixo crescimento do PIB, que apontou variação real de 1,3%; a inflação fechando em 2,95% e taxa Selic acumulada em 7,40% como fatores ocorridos em função dos graves problemas políticos e econômicos e pelos níveis de desemprego (cerca de 14 milhões de mão-de-obra desocupada) no país que refletiram diretamente nas questões fiscais dos municípios brasileiros.

A participação das transferências constitucionais da União reflete na mais relevante contribuição na arrecadação do município de Enéas Marques. Em relação aos repasses do Governo Federal(Tabela 36), no período 2016-2018 as transferências estão representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), Serviço Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do Desenvolvimento da

Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR) e Outras Transferências da União e Lei Candir nº 87/96.

Cabe salientar que a regularidade dos repasses constitucionais federais, inclusive estaduais proporcionam condições de planejamento de gestão dos municípios para a utilização dos recursos transferidos. Nessa linha de análise, têm-se os valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros, considerando sua totalidade que oferece os seguintes níveis de participação: FPM (74,40%); CFEM (0,41%); SUS (12,18%); FNDE (3,39%); Outras Transferências (7,19%); FNAS (1,87%); L.C. 87/96 (0,48%) e ITR (0,08%). Esses dados mostram a relevância dos valores do FPM para a composição das finanças públicas do município de Enéas Marques.

Tabela 36 – Enéas Marques: Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média 2016-2018
	2016	2017	2018	
FPM	8.746.071,28	8.219.986,36	8.505.954,52	8.490.670,72
CFEM	0,0	0,0	141.669,11	47.223,03
SUS	1.132.602,02	1.558.128,68	1.480.068,90	1.390.266,53
FNAS	202.293.,35	215.955,98	220.153,61	212.800,98
FNDE	393.702,97	380.135,49	388.752,79	387.530,42
Lei Candir 87/96	51.124,89	55.770,04	55.459,56	54.118,16
ITR	8.443.,83	10.895,06	10.997,44	10.112,11
Outras Transferências	715.753,78	783.577,81	956.932,59	818.754,73
Total das Transferências	11.249.992,12	11.224.449,42	11.759.988,52	11.411.476,69

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais de responsabilidade da União nos repasses dos anos 2016 e 2018 se deram conforme segue:

I O FPM, transferência mais importante para as finanças do Município, apontou com crescimento médio de 1,21% devido à perda de repasse no ano de 2017 correspondendo a -6,02%. Tendo ganhos nos anos de 2017 (6,17%) e 2018 (3,48%) que amenizou o índice médio de crescimento, resultando tímida evolução para no período.

II O FNDE assinalou com crescimento médio de -3,04% devido as perdas de repasses nos anos de 2016 e 2017 correspondendo a 7,95% e 3,45%, respectivamente. Com ganho apenas no ano de 2018, assinalando decréscimo de 2,27%.

III O SUS assinalou com crescimento médio de 15,07% em virtude dos aumentos nos anos de 2016 (12,66%) e 2017 (37,57%). Durante o período de 2017-2018 o crescimento caiu 5,39%. Destaca-se o crescimento de cerca de 40,0% no ano de 2017 quando a

transferência de valores dessa rubrica foi de R$1.558.128,68 em detrimento ao ano anterior que alcançou a R$1.132.602,02.

IV O FNAS, a Lei Candir e o ITR que são as transferências de menor valor financeiro, apontaram crescimento médio de -5,70: -2,79%; 6,72%, respectivamente.

V Outras transferências da União cresceram, em média, 25,50%.

O crescimento acumulado entre 2016 e 2018, no âmbito das transferências da União para o município de Enéas Marques, foi de 4,53%.

No contraponto aos níveis de crescimento informados, a queda inflacionária de 6,29% para 3,75% durante os 2016 e 2018 mostra que o FPM, especificamente, conquistou perdas reais de 0,12% e 0,27%, em virtude de que os índices de inflação superaram os níveis de crescimento do FPM.

Na sequência das análises das Transferências Constitucionais, o Estado tem também participação expressiva na arrecadação do município de Enéas Marques, ainda que os valores transferidos sejam inferiores aos repasses da União.

Tabela 37 – Enéas Marques: Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Transferências do Estado (Variáveis)	Anos			Média 2016-2018
	2016	2017	2018	
ICMS	7.366.819,60	8.215.391,24	8.570.383,84	8.050.864,89
IPVA	1.075.241,13	900.830,72	969.851,57	981.974,47
SUS	177.892,15	90.097,87	150.315,08	139.435,03
IPI	104.919,22	125.983,78	150.569,35	127.157,45
Outras Transferências	251.243,27	342.243,38	127.157,45	240.214,70
Total das Transferências	8.976.115,37	9.674.547,00	10.355.716,46	9.668.792,94

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais do Estado nos repasses entre os anos de 2016 e 2018 apontaram que o SUS e o IPVA foram as rubricas com mais perdas financeiras durante o período, conforme análises a seguir:

I O ICMS, que é a principal fonte de arrecadação advinda do Estado, evoluiu no período 2016-2018, apresentando crescimento médio real de 3,16%. O resultado é referente aos acréscimos nos períodos de 2016-2017 e 2017-2018, com os índices 11,52% e 4,32%, respectivamente. A redução ocorreu somente no período 2015-2016 com a queda de 6,37%.

II O IPVA, com crescimento médio de 3,29%, é responsável pela segunda colocação no ranking das transferências correntes do Estado para o município. Os aumentos reais de

18,42% e 7,66% nos anos de 2016 e 2018, foram suficientes para suportar a redução de 16,22% identificada no ano 2017.

III O SUS assinalou com crescimento médio de 4,04%, face ao aumento de transferência de 66,84% no período de 2017-2018 que sustentou as quedas de 5,37% e 49,35% dos períodos anteriores.

IV O crescimento médio de 9,60% do IPI muito se deve ao comportamento atingido nos anos de 2017 e 2018 com os índices 20,08% e 19,51%, respectivamente. Este crescimento foi suficiente para recuperação das perdas ocorridas em 2016, de -10,78%.

V Outras transferências cresceram em média 70,42% devido as variações positivas em todos os períodos, 124,68% (2016); 36,22% (2017) e 22,12% (2018). A junção de outras transferências, ainda que de pequeno valor, perfizeram montante financeiro abaixo somente do ICMS e do IPVA.

Considerando as Transferências totais do Estado para Enéas Marques entre 2016 e 2018 em valores reais entre R$8.976.115,37e R$10.355.716,46 o crescimento acumulado atingiu 15,37%. Em relação ao ICMS, o crescimento acumulado foi de 16,32% na comparação dos valores de R$7.366.819,60 e R$8.570.383,84. Ressalta-se que o crescimento acumulado em relação as Transferências do Estado e, especificamente, ao ICMS foi superior ao movimento inflacionário entre 2016 e 2018.

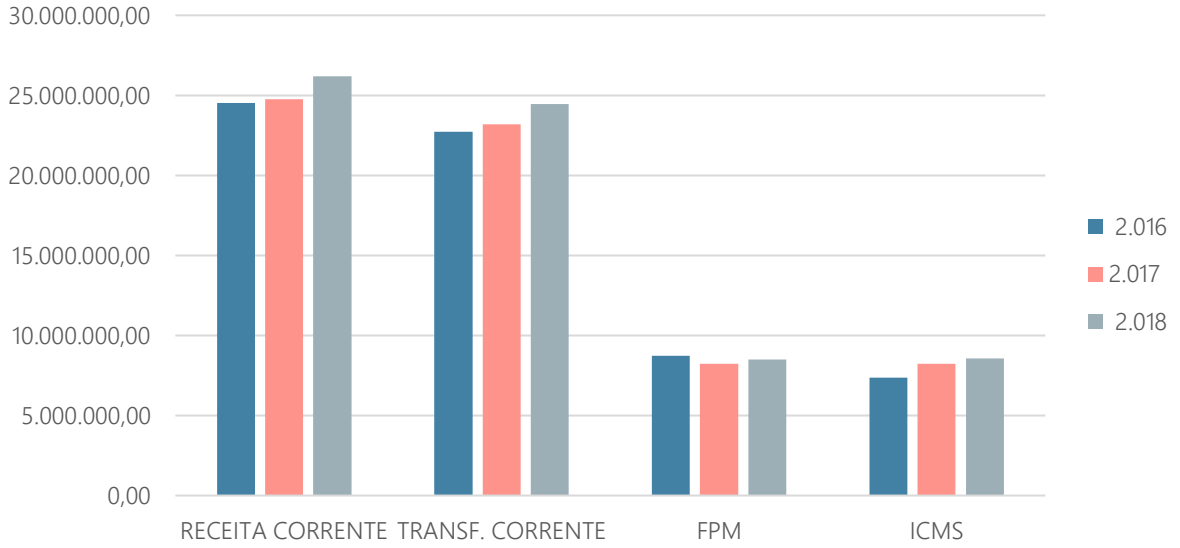
O IPVA teve crescimento acumulado negativo, com queda de 9,80%, apesar da frota de veículos do município ter aumentado 6,62% entre 2016 e 2018.

Sintetizando a análise sobre o crescimento acumulado entre os anos 2016 e 2018, os repasses do IPVA, SUS e Outras Transferências do Estado foram negativos, de outro lado, as demais Transferências do Estado, o ICMS e o IPI foram contempladas com índices positivos, que superaram todos os resultados em queda, o que propiciou crescimento acumulado positivo.

O repasse financeiro oriundo do ICMS é o mais relevante entre as transferências do Estado, por isso, propagandas institucionais a respeito da exigência da emissão de Notas Fiscais é uma medida para melhorar os índices de transferências.

Sintetizando a participação dos principais repasses constitucionais, o ICMS (do Estado) e o FPM (da União) representam expressiva contribuição para os cofres públicos municipais na comparação com as transferências correntes e receitas correntes, conforme Gráfico 20.

Gráfico 20 – Enéas Marques: Comparação do ICMS e FPM com as transferências correntes e receitas correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

A arrecadação advinda do ICMS, em média, durante o período 2016-2018, corresponde 31,99% das transferências correntes e 34,32% das receitas correntes, enquanto o FPM participa com 33,74% das transferências correntes e 36,19% das receitas correntes. Essas duas variáveis, que representam 65,73% das transferências correntes e 70,51% das receitas correntes, são recursos imprescindíveis para a administração pública municipal no cumprimento das obrigações de custeio.

Em continuação as variáveis principais de arrecadação municipal, em seguida serão tratadas sobre as receitas tributárias e próprias.

17.1.3 RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas próprias são representadas pelo IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas e contribuição de melhoria, enquanto as receitas tributárias são compostas pelas receitas próprias mais o IRRF. A análise que o ISSQN é principal fonte da arrecadação própria do Município.

Historicamente, os municípios se apresentam com dificuldades de aumentar a arrecadação devido às falhas de fiscalização e no processo de modernização tributária, além das fragilidades na fiscalização, dessa forma, os municípios devem estruturar sua Administração Tributária em função da responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa, com o objetivo de aumentar a arrecadação.

Tabela 38 – Enéas Marques: Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Receitas Municipais	Anos			Média do período 2016-2018	Crescimento Médio 2016-2018 (%)
	2016	2017	2018		
IPTU	213.572.36,	256.388,75	267.612,70	245.857,94	13,22

Receitas Municipais	Anos			Média do período 2016-2018	Crescimento Médio 2016-2018 (%)
	2016	2017	2018		
ISSQN	247.982,00	232.341,35	320.300,48	266.874,61	16,44
ITBI	123.153,55	171.447,41	144.340,34	146.313,77	-4,44
TAXAS	125.610,50	116.741,89	178.924,89	140.425,76	20,23
Contrib. e Melhoria	0,00	0,00	24,18	0,00	0,00
Receitas Próprias	710.318,41	776.919,40	911.202,59	799.472,08	9,36
IRRF	379.742,78	375.334,13	449.414,61	401.497,17	9,67
Receitas Tributárias	1.090.061,19	1.152.253,53	1.360.617,20	1.200.969,25	9,39

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2020.

No crescimento médio por imposto e taxas que compõem as receitas próprias municipais tiveram o seguinte comportamento:

I As taxas foram o destaque, com crescimento médio real de 20,23%, durante o período 2016-2018 - mostrando o melhor desempenho entre os componentes da receita tributária, resultado das variações de 14,49% em 2016 e sobretudo a elevação de 53,27% em 2018. Esses resultados foram suficientes para a recuperação da queda de 7,06% ocorrida em 2017.

II O ISSQN assegura a colocação no ranking das receitas próprias com o crescimento médio de 16,44%, devido as relevantes variações nos anos de 2016 (17,77%) e 2018 (37,86%) que suportaram a queda de 6,31% no ano de 2017.

III O IPTU, um dos principais impostos na composição da receita própria, apresentou crescimento médio de 13,22%. O índice médio alcançado foi resultado das variações de 15,28% (2016); 20,05% (2017) e 4,38% (2018). O desempenho de 2018, com queda brusca em relação ao ano anterior, é um ponto a ser observado pelo executivo sobre as causas desse comportamento.

IV O ITBI, que se refere a comercialização imobiliária apontou crescimento de -4,44% resultado das quedas 36,73% e 15,81% de desempenho nos anos de 2016 e 2018, respectivamente. O crescimento negativo só não foi maior em função da evolução de 39,21%.

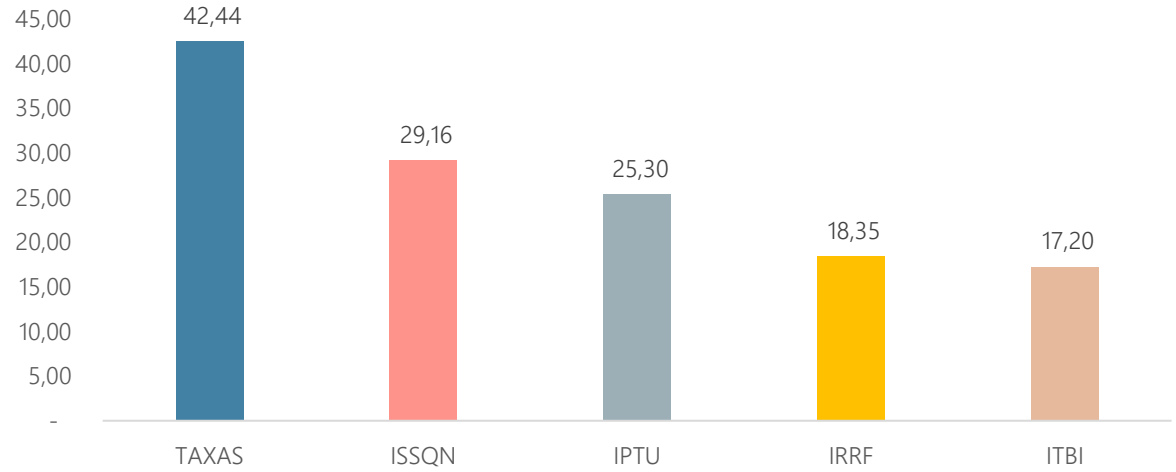
V O IRRF apresentou desempenho de 9,67% no período 2016-2018, adveio do crescimento de 10,42% e 19,74% nos anos de 2016 e 2018, entretanto foi surpreendido no ano de 2017 com queda de 1,16. Essa rubrica corresponde aos valores mais significativos entre as rubricas que compõem a Receita Tributária.

O resultado na arrecadação média das receitas tributárias do município, durante o período 2016-2018 refletiu no crescimento médio de 9,39% decorrente da variação de 4,39% em 2016; 5,71% em 2017 e 18,08% em 2018, enquanto a arrecadação própria do município obteve um aumento médio de 9,36% devido aos aumentos de 1,43%; 9,38% e 17,28% referentes aos anos de 2016; 2017 e 2018, respectivamente.

As médias de crescimento da receita própria e da receita tributária superou a média da inflação de 4,33% durante o período 2016-2018. Esse comparativo permite sustentar que as receitas municipais, em valores reais, atingiram ganhos financeiros (Tabela 38).

Analisando pelo lado do crescimento acumulado real com os valores de 2016 e 2018, o comportamento da Receita Tributária por meio das rubricas: Taxas, IRRF, ISSQN, IPTU, ITBI está distribuído conforme o Gráfico 21.

Gráfico 21 – Enéas Marques: Comparação do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Os valores mostram o relevante desempenho das Taxas e do ISSQN em relação aos demais componentes da estrutura tributária, considerando os valores R$247.982,00 no ano de 2016 e R$320.300,48 no ano de 2018, cujas variações acumuladas atingiram patamares elevados de 42,44% e 29,16% respectivamente.

Especificamente os valores da arrecadação com IPTU foram muito baixos, apresentando valor Per Capita de R$43,29 no ano de 2018.

Considerando o período 2016-2018 em valores atualizados, a arrecadação originada do ISSQN respondeu em média por 33,38% da arrecadação própria e 22,22% das receitas tributárias, representando o maior indicador entre as rubricas que correspondem as receitas próprias. A rubrica IRRF faz parte do plano das contas públicas direcionadas a Receita Total, por ser uma ação de responsabilidade do Governo Federal, porém com parte dos recursos destinados para o município.

17.1.4 RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA

A Tabela 39 mostra a relação das receitas tributárias e correntes do município de Enéas Marques com a finalidade de evidenciar a participação das receitas próprias e da retenção de imposto de renda que formam as receitas tributárias no contexto das receitas correntes

Tabela 39 – Enéas Marques: Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Receita Tributária (A) (R$)	Receita Corrente (B) (R$)	Indicador (A:B). 100 (%)
2016	1.090.061,69	24.538.468,36	4,44
2017	1.152.253,53	24.748.794,43	4,66
2018	1.360.617,20	26.203.657,97	5,19
Média	1.200.969,25	25.163.640,25	4,77

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A receita tributária do município de Enéas Marques apresentou crescimento médio real de 9,39% durante o período 2016-2018. Em média real, a receita tributária do município corresponde a 4,77% da receita corrente, refletindo um indicador de baixa participação nessa combinação. A melhor participação ocorreu no ano de 2018 com 5,19%.

17.2 DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

A despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital)[71].

Para fiscalização e planejamento das despesas, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é um instrumento que fixa limites para o endividamento das esferas governamentais, obrigando a definição de metas fiscais e anuais com as respectivas fontes de receita para cada despesa.

De acordo com a Tabela 40, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios.

Tabela 40 – Enéas Marques: Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Despesas Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Orçamentária	%
2016	19.340.449,03	90,59	2.008.904,62	9,41	21.349.353,65	100,00
2017	19.620.468,91	93,53	1.356.244,11	6,47	20.976.713,02	100,00
2018	20.892.889,57	76,46	6.430.578,91	23,54	27.323.468,48	100,00
Média	19.951.269,17	85,94	3.265.242,55	14,06	23.216.511,72	100,00

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

No município de Enéas Marques, durante o período 2016-2018, em média as Despesas Correntes corresponderam 85,94% e as Despesas de Capital 14,06% da participação nas Despesas

[71] JUND, 2008

Orçamentárias. Denota-se a baixa participação das despesas de capital ao longo do período, exceto o ano de 2018, demonstrando que os investimentos municipais são pequenos.

Durante o período 2016-2018, as despesas correntes, em média, apresentaram taxa de crescimento de 2,74%. No mesmo período, as despesas de capital mostraram crescimento de 93,72%, devido a variação positiva de 374,15% no ano de 2018, apesar disso, destaca-se a baixa participação das despesas de capital no contexto das despesas orçamentárias, principalmente nas quedas de despesas nos anos de 2016 (60,51%) e 2017 (32,49%). As despesas orçamentárias tiveram crescimento médio de 5,37%, ressaltando a variação positivas de 30,26% (2018) que compensou as quedas de 12,40% e 1,75% nos anos de 2016 e 2017, respectivamente.

Considerando valores atualizados, em média, o quadro geral das despesas e das receitas orçamentárias sinalizaram resultados de preocupação com os gastos públicos, quando comparados os indicadores de crescimento das finanças públicas municipais. Comparando os crescimentos médios, as receitas orçamentárias cresceram 0,78% a mais que as despesas orçamentárias, demonstrando que houve equivalência nos níveis de crescimento dessas variáveis, haja vista o ritmo mais agressivo puxado pelas despesas correntes e de capital sobretudo dos investimentos no ano de 2018.

A equivalência entre receitas e despesas demonstra situação confortável, conforme prevê teoria das finanças públicas, em que a arrecadação é suficiente para cobertura dos gastos, independente das taxas de crescimento de ambas as variáveis.

A Tabela 41 a seguir, tem como objetivo detalhar as informações sobre a composição das despesas, apontando as principais decisões tomadas para fazer frente aos níveis de arrecadação.

Tabela 41 – Enéas Marques: Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Elementos Contábeis	Anos			Média do Período 2016-2018
	2016	2017	2018	
1. Pessoal e encargos	10.752.815,91	11.118.076,04	11.352.133,47	11.074.341,81
2. Juros e encargos da dívida	35.859,11	9.938,79	0,00	15.265,97
3. Demais despesas correntes	8.551.774,01	8.492.454,08	9.540.756,10	8.861.661,39
4. Despesas Correntes (1+2+3)	19.340.449,03	19.620.468,91	20.892.889,57	19.951.269,17
1. Investimentos	1.519.062,19	1.167.526,98	6.351.824,28	3.012.804,48
2. Amortização da dívida	489.842,43	188.717,13	78.754,63	252.438,07
4. Despesas de Capital (1+2+3)	2.008.904,62	1.356.244,11	6.430.578,91	3.265.242,55
Despesas Orçamentárias (Capital + Corrente)	21.349.353,65	20.976.713,02	27.323468,48	23.216.511,72

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Os elementos contábeis disponíveis na Tabela 41 representam despesas habituais nas contas públicas. Pelos valores apresentados, os mais relevantes estão localizados nas despesas correntes, que sistematicamente tem aumentado ao longo do tempo, mantendo um padrão de

normalidade ao passo que as despesas de capital se mostram com reflexos de mais instabilidades. Nesse contexto, as despesas com pessoal continuam sendo as mais expressivas e geram as maiores preocupações dentro dessa vertente.

Considerando a média das despesas correntes e despesas de capital relativo ao período 2016-2018, em relação ao ano imediatamente anterior, destaca-se:

I Despesas correntes - os juros e encargos da dívida apresentaram crescimento médio real de -74,92% e as despesas com pessoal foram acrescidas em 4,08%. No ano de 2018 houve aumento de 2,11% nas despesas de pessoal e de outro lado, os pagamentos com juros reduziram 100% e que as quedas dos pagamentos de juros vinham em declínio nos anos de 2016 e 2017;

II Despesas de capital - os investimentos tiveram crescimento de 93,72% devido ao incremento de 374,15% em 2018. A conta amortizações da dívida reduziram em média 40,44%, que tem origem nas quedas de 1,57%; 61,47% e 58,27% referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018.

Duas variáveis merecem destaques na relação intrínseca: a redução das amortizações e o aumento na capacidade de investimentos. O ponto relevante se refere a redução sistemática nos pagamentos de juros no período e a elevação nos investimentos referente ao ano de 2018. As contas de capital tanto de receita como despesa precisam ser analisadas com critérios para repensar investimentos que venham de encontro com os anseios da população enéas-marquense.

17.2.1 DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função refletem as prioridades dadas pelo governo para alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos, de acordo com orçamento anual das receitas e despesas. As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital (Tabela 42).

Tabela 42 – Enéas Marques: Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Discriminação	Em Reais			Médias	
	2016	2017	2018	Valores (R$)	Participação (%)
Saúde	6.063.071,31	6.024.993,92	7.538.045,45	6.542.036,89	28,18
Educação	4.610.155,44	5.383.269,65	5.170.015,42	5.054.480,17	21,77
Administração	3.213.176,78	3.206.472,53	3.310.672,80	3.243.440,70	13,97
Transporte	2.089.340,30	1.964.008,07	3.840.776,47	2.631.374,95	11,33
Urbanismo	1.582.026,89	1.378.557,49	2.899.255,85	1.953.280,08	8,41
Agricultura	1.358.182,12	1.152.334,15	1.295.177,34	1.268.564,54	5,46
Assistência Social	1.133.675,12	977.485,92	1.139.252,86	1.083.471,30	4,67

Desporto e Lazer	224.677,06	213.909,29	1.211.459,45	550.015,27	2,37
Encargos Sociais	525.701,55	198.655,91	78.754,63	267.704,03	1,15
Energia	105.809,07	122.982,35	427.001,30	218.597,57	0,94
Ciência e Tecnologia	185.184,05	219.660,25	219.555,42	208.133,24	0,90
Gestão Ambiental	110.425,69	72.123,00	101.282,99	94.610,56	0,41
Indústria	0,00	55.122,36	84.265,50	46.462,62	0,20
Habitação	137.724,30	0,00	0,00	45.908,10	0,20
Cultura	10.203,98	7.138,14	7.953,00	8.431,71	0,04
Total Despesas	21.349.353,66	20.976.713,03	27.323.468,48	23.216.511,72	100,00

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Inicialmente as despesas orçamentárias atingiram crescimento médio real de 5,37%, superior à inflação média de 4,33% do período 2016-2018. Em Enéas Marques, os gastos públicos ficaram mais concentrados nas funções: Saúde, Educação e Administração. Estas três funções, em média, são responsáveis por 63,92% das despesas orçamentárias do município (Tabela 42).

O crescimento médio real das despesas com Saúde, Educação e Administração durante o período 2016-2018 obedeceu a seguinte escala:

- Saúde, com a maior representatividade entre os recursos destinados às despesas municipais, teve crescimento médio de 14,66%; distribuído em 19,50% em 2016; -0,63% em 2017 e de 25,11% no ano de 2018.

- Educação, com segunda maior representatividade, apontou crescimento médio negativo de 2,55%; destacando crescimento de -20,47% em 2016 e 16,77% no ano de 2017;

- As despesas municipais com a Administração apontaram crescimento médio negativo de 2,29%.

Ressalta-se o valor destinado ao setor industrial que, não tem representatividade no ano de 2016, foi cerca de R$140 mil nos anos de 2017 e 2018, colocando-o com 0,20% de participação no total das despesas por função.

Outro importante grupo de funções para o município está relacionado as despesas com transportes, urbanismo e agricultura, que foram contemplados com valores representando 11,33%; 8,41% e 5,46%, respectivamente – totalizando 25,20% de participação média nas despesas de Enéas Marques.

Os gastos municipais tendem a aumentar devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado pela União. Os municípios

absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da saúde e educação do ensino fundamental, por exemplo.

Indo além do estudo das despesas, cabe refletir também sobre a inovação qualitativa potencial, e em termos de impacto, dos processos e empreendimento realizados pelo município. A capacidade de impacto está ligada à inovação de uma ação governamental devido às carências inerentes aos pequenos municípios.

17.2.2 DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A análise dos gastos com pessoal está em consonância com os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF). A referida lei, em seu Art. 2º, § 3º, expressa os limites de gastos com pessoal sobre as receitas correntes líquidas, as quais são apuradas somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.

A Despesa Corrente municipal de Enéas Marques é encabeçada pela despesa com pessoal e encargos (Tabela 43).

Tabela 43 – Enéas Marques: Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2016	2017	2018
Receita Corrente Líquida (R$)	21.067.945,81	21.243.021,09	22.533.931,55
Despesa com Pessoal e Encargos (R$)	10.752.815,91	11.118.076,04	11.352.133,47
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	51,04	52,34	50,38
Limite Máximo (Par. UNICO, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF) 54%	11.376.690,74	11.471.231,39	12.168.323,04
Limite Prudencial (Parágrafo Único, Art. 22 da LRF) 57%	12.008.729,11	12.108.522,02	12.844.340,08
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	12.640.767,49	12.745.812,65	13.520.358,93

Fonte: STN, 2018. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal, em relação às receitas e despesas totais e correntes, mostram um bom desempenho. Os gastos com pessoal no Município atingiram uma média de 51,25% da RCL. No exercício de 2017 ocorreu o maior volume de gasto com pessoal, atingindo 52,34% - ainda abaixo do limite máximo em relação RLC (54%) estabelecido pela LRF.

Os resultados mostram que no período avaliado, os indicadores ficaram abaixo dos dispostos na LRF no que tange aos percentuais não permitidos dos gastos com pessoal incidentes sobre as receitas correntes líquidas, cabendo ao município continuar o gerenciamento para os anos seguintes. De qualquer forma os resultados, sempre remete o município a um processo de alerta, para evitar a extrapolação dos limites com a finalidade de manter a saúde financeira e aumentar os níveis de investimentos que venham promover o desenvolvimento do município.

Como parte fundamental das finanças públicas do município, o estudo seguinte permite a comparação entre as despesas e receitas orçamentárias com a finalidade de mostrar os caminhos a serem traçados para propiciar maior racionalidade econômica da gestão pública municipal.

17.2.3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas e despesas públicas são consideradas como indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira quando analisamos as finanças públicas.

Tabela 44 – Enéas Marques: Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Descrição	2016	2017	2018
Receita Orçamentária	28.628.712,48	27.839.087,68	31.012.992,14
Despesa Orçamentária	21.349.353,65	20.976.713,02	27.323.468,48
Superávit Orçamentário	7.279.358,03	6.862.374,66	3.689.523,66
Despesa/Receita (%)	74,57	75,35	88,10
Equilíbrio Orçamentário	25,43	24,65	11,90

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O superávit orçamentário mais expressivo ocorreu em 2018, com a participação de 88,10% da despesa em relação às receitas, que determinou 11,90% como equilíbrio orçamentário. A relação despesa/receita, em média, atingiu 79,34% no período 2016-2018, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 20,66%. Os dados demonstram que o município não correu risco de endividamento, mantendo relativa zona de conforto financeiro. No ano de 2017, as despesas e receitas ficaram mais próximas indicando menores níveis de poupança, porém longe de comprometer as finanças públicas de Enéas Marques (Tabela 44).

Para aperfeiçoar a gestão a pública municipal, os estudos e a compreensão relacionados aos indicadores econômicos e financeiros podem auxiliar os gestores na aplicação de recursos para investimentos e gastos, assim a gestão de resultados é um mecanismo utilizado para medir as estratégias utilizadas pelos gestores públicos no sentido de justificar as tomadas de decisão adotadas pelo município na administração dos recursos humanos.

17.3 INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar a gestão do patrimônio público. Os vários indicadores econômicos do Município possibilitam a caracterização das atividades e os impactos no mercado de trabalho, na renda familiar e nas finanças públicas municipais. Tais indicadores permitem observar aspectos do recente desenvolvimento econômico de Enéas Marques.

17.3.1 INDICADOR DE DEPENDÊNCIA

Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. A interpretação está no entendimento de "quanto mais próximo de 1" maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Tabela 45 – Enéas Marques: Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Receita Transferida (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A: B)
2016	26.740.320,89	21.349.3353,65	1,25
2017	26.177.942,28	20.976.713,02	1,25
2018	28.810.468,57	27.323.468,48	1,05
Média	27.242.910,58	23.216.511,72	1,17

*: Somatório da transferência corrente e transferência de capital.

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Com a média de 1,17 no indicador de dependência durante o período 2016-2018 o assinala que o Município tem alto grau de dependência sobre as transferências constitucionais dos Governos Federal e Estadual (Tabela 13). Esse indicador é decisivo para a gestão pública municipal avaliar as possibilidades de elevar a arrecadação da receita tributária como forma de minimizar a dependência dos repasses constitucionais.

O gestor público tem nesse indicador como uma forma de alerta para tomada de decisão evitando a elevação da dependência, tais como a adoção de políticas públicas para a criação de mecanismos de proteção das finanças públicas melhorando a arrecadação das receitas próprias.

17.3.2 INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS

O indicador de financiamento dos gastos públicos permite mostrar a relação entre despesas correntes e receita tributária; ou seja, em que medida o município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Nessa análise vale mentalizar que quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Enéas Marques tem baixa capacidade de arrecadação dos recursos próprios, devido ao esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente, em maior proporção, às despesas correntes. A Tabela 46 mostra o comportamento da receita tributária, cujos indicadores comprovam a dependência dos recursos de transferências.

Tabela 46 – Enéas Marques: Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2016	19.340.449,03	1.090.061,19	17,74
2017	19.620.468,91	1.152.253,53	17,03
2018	20.892.889,57	1.360.617,20	15,36
Média	19.951.269,17	1.200.969,25	16,61

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A receita tributária teve em média no período, crescimento médio real de 9,39% e as despesas correntes com crescimento de 2,74%. Esses números são resultantes da participação média de 6,02% da receita tributária em relação às despesas correntes que deixa o município no quadro de baixa média dos municípios paranaenses, esse é um indicador que deve ser monitorado com a finalidade de reduzir as fragilidades e aumentar a proteção dessa relação que impacta fortemente nas finanças públicas municipais.

Em média o indicador de financiamento dos gastos atingiu o indicador de 16,61 que significa e mostra os ditames para melhorar o desempenho da gestão municipal. No ano de 2018 detectou-se pior indicador com a menor participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos do município, ou seja, onde a receita tributária menos contribuiu para com as despesas correntes, onerando um pouco mais os recursos advindos das transferências constitucionais.

Com isso, percebe-se, cada vez mais, que com a modernização no processo de arrecadação própria. Com maior arrecadação tributária, os repasses constitucionais dos Governos Federal e Estadual poderão ser distribuídos com mais intensidade financeira para programas relevantes para atendimento à demanda dos munícipes de Enéas Marques.

17.3.3 INDICADOR DE POUPANÇA

A poupança pública corresponde à renda líquida municipal. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2016 a 2018. Se a arrecadação exceder os gastos do município apresenta um superávit público, ou seja, poupança pública positiva ao contrário ocorre um déficit público, com poupança pública negativa.

A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral. A poupança gera possibilidades para a projeção de novos investimentos priorizando as necessidades do município.

Tabela 47 – Enéas Marques: Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2016	24.538.468,36	19.340.449,03	5.198.019,33	1,27
2017	24.748.794,43	19.620.468,91	5.128.325,52	1,26
2018	26.203.657,97	20.892.889,57	5.310.768,40	1,25
Média	25.163.640,25	19.951.269,17	5.212.371,08	1,26

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Nessa análise, percebe-se que a poupança do município de Enéas Marques apresenta superávit público nos anos de 2016, 2017 e 2018, ou seja, as despesas correntes são menores que as receitas correntes oriundas de transferências, impostos e taxas cobrados. Em média a poupança do município obteve crescimento médio de 5,43% resultado das variações positivas de 14,08% no ano de 2016 e de 3,56% em 2018, pois no ano 2017 obteve queda de 1,34%. O crescimento acumulado da poupança entre 2016 a 2018 alcançou 21,65% considerando os valores de R$5.198.019,33e R$5.310.768,40.

A média dos indicadores de poupança do município foi de 1,26, com índices satisfatórios para a formação de reservas com os objetivos de incrementar os investimentos públicos. Tem-se que para cada R$1,00 de despesa corrente, há necessidade de R$ 1,26 de receita corrente. Isso reforça a tese de que os cuidados, a organização e a modernização tributária e de controles são necessários para que o município tenha mais capacidade financeira para atender as demandas da população.

Diante desses resultados, ganha força o argumento de que a poupança pública é um indicador que deveria ser sistematicamente monitorado pelos executivos públicos, caso o objetivo seja atingir taxas mais elevadas de crescimento.

17.3.4 INDICADOR CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Os demonstrativos descritos a seguir mostram o comportamento da capacidade de investimentos do município de Enéas Marques ao longo do período dessa análise, que vislumbram uma condição proativa para as tomadas de decisões que venham de encontro com os anseios da população local (Tabela 48).

Os dados da Tabela 48 mostram as variáveis que permitem a análise sobre a capacidade de investimento e o indicador de investimentos referente aos anos de 2016, 2017 e 2018. Alguns pontos, tais como, a montagem da receita efetiva e as despesas correntes somadas as amortizações são determinantes para mensurar os resultados sobre os investimentos realizados e as tendências e necessidades para o futuro.

Tabela 48 – Enéas Marques: Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R$ 1,00)

Variáveis	Valores Deflacionados (R$ 1,00)			
	2016	2017	2018	Média
Receita Orçamentária	28.628.712,48	27.839.087,68	31.012.992,14	29.160.264,10
Receita Corrente	24.538.468,36	24.748.794,43	26.203.657,97	25.163.640,25
Transferência Corrente	22.721.601,12	23.204.907,62	24.452.384,40	23.459.631,05
Receita Efetiva[72]	24.538.468,36	24.748.794,43	26.203.657,97	25.163.640,25
Despesa Corrente	19.340.449,03	20.892.889,57	20.892.889,57	19.951.269,17
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.519.062,19	1.167.526,98	6.351.824,28	3.102.804,48
Amortização da Dívida	489.842,43	188.717,13	78.754,63	252.438,07
Despesa corrente + amortização	19.830.291,46	19.809.186,04	20.971.644,20	20.203.707,24
Capacidade de Investimento[73]	4.708.176,90	4.939.608,39	5.232.013,77	4.959.933,01
Capacidade de Investimento (%)[74]	19,19	19,96	19,97	19,71
Investimento/receita orçamentária (%)	5,31	4,19	20,48	10,33
Indicador (investimento/receita orçamentária)	0,05	0,04	0,2	0,10

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Não obstante, algumas variáveis como o investimento e a amortização da dívida são termômetros para visualização das condições das possibilidades do Município no encaminhamento de novos empreendimentos e a capacidade de contrair novas operações de crédito que venham contemplar as propostas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).

Os investimentos do município de Enéas Marques durante o período 2016-2018 em relação à receita orçamentária em média apontaram 10,33% de participação. Os investimentos médios no período 2016-2018 foram de 118,00%, sendo derivados do crescimento negativo de 66,90% e 23,14% nos períodos de 2015-2016 e 2016-2017 e de 444,04% no período de 2017-2018, respectivamente.

Todas essas movimentações com valores destinados para investimentos no Município mostraram um crescimento acumulado de 318,14% no período 2016-2018 ao considerar os valores de R$1.519.062,19 para R$6.351.824,28.

Os resultados apresentados para a relação investimento e receita orçamentária no período foram preocupantes, mostrando que para cada R$1,00 de receita orçamentária, o Município investiu apenas R$0,05 e no ano de 2016; R$0,04 de receita orçamentária no ano de 2017 e R$0,20 de receita corrente no ano de 2018 e, assim identifica-se que os níveis de investimentos nos últimos

[72] Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito
[73] Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)
[74] Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva

três anos com média de R$0,10 são considerados baixos para a capacidade de investimento que Enéas Marques pode proporcionar.

A análise geral da despesa total é de que a mesma continuará aumentando anualmente em face de necessidade de maiores investimentos para atender a demanda local, por isso, a preocupação com a elevação dos níveis de arrecadação é extremamente desafiador pelo gestor público para cumprimento das peças orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei das Diretrizes Anual (LDO).

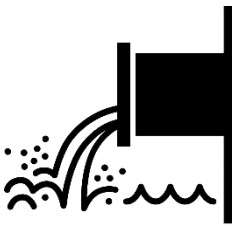
O município de Enéas Marques apresentou nos três anos analisados uma capacidade de investimento que precisa ser intensificada, apesar de que em todos os anos analisados as despesas correntes adicionadas às amortizações foram inferiores as receitas efetivas. No entanto, apesar das oscilações, esse comportamento proporciona a possibilidade de ampliar os indicadores com a capacidade de investimento partindo do pressuposto que essa capacidade existe. Essa movimentação se transporta para a relação investimento/receita orçamentária para se trabalhar no sentido de ampliar os níveis de investimentos para fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender as Leis orçamentárias e de responsabilidades.

18. SÍNTESE DA FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A Análise Temática Integrada refere-se à 2ª Fase do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2019 da Prefeitura do Município de Enéas Marques. O resultado dessa fase é o diagnóstico da realidade municipal, e é dividido em três partes: Análise comparativa baseada no PDM vigente (2008); Uso do solo e capacidade de suporte; mobilidade, acessibilidade, capacidade de investimentos e estrutura organizacional. Em termos gerais Enéas Marques apresenta uma infraestrutura que possibilita boas condições de atendimento às necessidades de sua população.

Na **Parte 1**, foram analisados os aspectos gerais de inserção do Município, áreas com restrições e suas condicionantes espaciais e socioespaciais, aspectos socioeconômicos, capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos. O Quadro 21 apresenta os pontos mais importantes desta etapa.

Quadro 21 - Síntese da Parte 1

área rural		✓ Apenas 34,83% da população vive na cidade, e 65,1% na área rural; ✓ O município em potencialidades para o desenvolvimento da agroindústria.
saneamento		× O município ainda não possui rede coletora de esgoto sanitário;
cemitério		× Conta com um cemitério municipal na área urbana e outros 15 cemitérios na área rural, nenhum regularizado perante o órgão ambiental estadual.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A **Parte 2** abrange a capacidade de suporte do meio ambiente por meio do levantamento sobre o uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e do estudo da expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. O Quadro 22 destaca as questões mais relevantes.

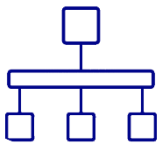
Quadro 22 - Síntese da Parte 2

áreas verdes		✓ A principal ocupação do solo é por remanescentes florestais (44,1%), enquanto a área urbana ocupa apenas 0,7% do território municipal.
capacidade de suporte		✓ Sobre a capacidade de suporte atual e futura, não apresenta grandes problemas que comprometam o desenvolvimento da cidade; × No contexto ambiental, deve-se investir na construção da rede de esgoto sanitário e seu tratamento; ✓ Os equipamentos e serviços públicos, em sua maioria, atendem à demanda municipal.
déficit habitacional		✓ A respeito das condições fundiárias na sede urbana, o município tem déficit habitacional moderado e investe na construção de novas de interesse social.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

A **Parte 3** contempla capítulos dedicados às condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana, à capacidade de investimento do município, e à estrutura e funcionamento da gestão e dos conselhos municipais. O Quadro 23 as principais questões apresentadas nesta etapa.

Quadro 23 - Síntese da Parte 3

mobilidade urbana		✓ Para a mobilidade urbana, incentivar a utilização de modais de transporte não motorizados, garantindo a qualidade e padronização dos passeios e das vias públicas.
administração		✓ A estrutura da gestão municipal atende à demanda, não sendo necessário modificá-la.
finanças públicas		✓ Sobre as Finanças Públicas, a análise mostrou que as receitas correntes são maiores que as despesas, porém o município necessita que a capacidade de investimento seja intensificada.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

Este diagnóstico apresenta o atual perfil do município de Enéas Marques descrevendo todos os setores que o compõe: características naturais e socioeconômicas, a infraestrutura instalada, e os equipamentos e serviços públicos fornecidos. Investimentos aplicados no município desde a implementação do PDM em 2008 proporcionaram melhora na qualidade de vida da população. Deste modo cabe ressaltar que, em 2020, 100% da área urbana conta com coleta de lixo, e o sistema de saúde disponibiliza equipamentos bem distribuídos e que atendem à demanda da população. Em contraponto a cidade não possui rede de esgoto sanitário e sistema para seu tratamento, implicando, principalmente, em problemas ambientais.

Vislumbrando o bem-estar dos cidadãos enéas-marqueses cabe às administrações públicas estarem cientes da importância do PDM e adotarem as estratégias para o cumprimento das ações estabelecidas neste plano. Ações estas que serão elaboradas visando estabelecer o equilíbrio entre os três eixos que promovem o desenvolvimento municipal de forma sustentável.

Quadro 24 - Tripé do desenvolvimento sustentável



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Desta maneira o resultado obtido na Análise Temática Integrada embasará a próxima fase da revisão do Plano Diretor – Fase 3: Diretrizes e Proposições, apontando diretrizes de curto, médio e longo prazo, para posterior revisão da legislação e elaboração do Plano de Ação e investimentos municipal.

FASE III - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

19. INTRODUÇÃO À FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS

O Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal aponta os princípios fundamentais norteadores do Plano Diretor, sendo eles:

- o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;
- o desenvolvimento sustentável;
- igualdade e justiça social; e
- a participação popular.

A Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º estabelece 19 diretrizes gerais da política urbana. Estes diretrizes têm o objetivo de "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana", sendo válido destacar:

- garantia do direito a cidades sustentáveis;
- gestão democrática por meio da participação da população;
- ordenação e controle do uso do solo;
- isonomia de condições para os agentes públicos e privados.

19.1 CIDADES INTELIGENTES

Em consonância com as normativas Federais e objetivando o desenvolvimento sustentável, o Decreto nº 9.612/2018, em seu Art. 6º, estabelece que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (atuais MCTI e MCOM) promoverá a implantação de infraestrutura e de serviços baseados em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinadas ao desenvolvimento de cidades digitais e inteligentes, por meio de uma série de iniciativas[75].

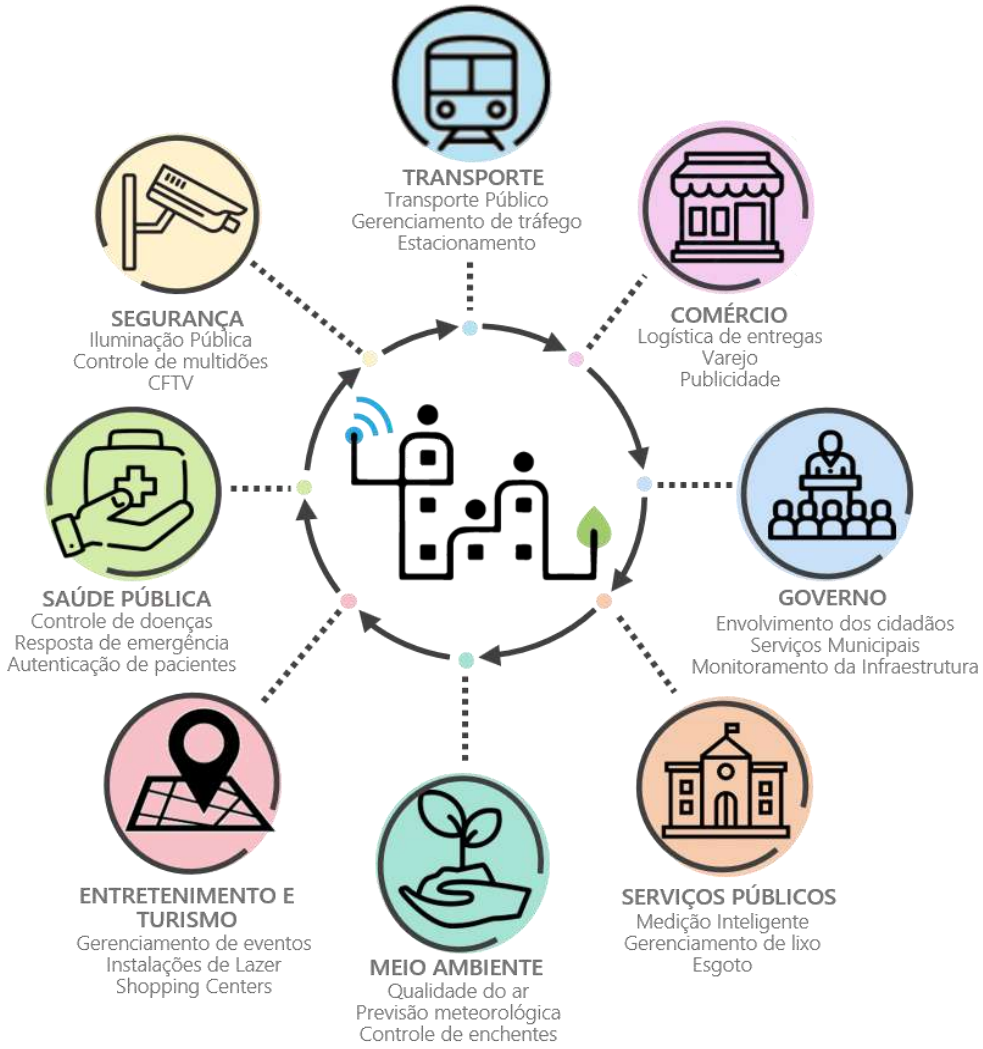
Por sua vez, o Decreto nº 9.854/2019 instituiu o Plano Nacional de Internet das Coisas e estabeleceu a criação de câmaras temáticas para Internet das Coisas (IoT). Cabe destacar a Câmara das Cidades 4.0, responsável pela elaboração da **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes é uma iniciativa da SMDRU/MDR, em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e com o Ministério das Comunicações (MCom). Ela expressa uma agenda pública brasileira sobre o tema da transformação digital nas cidades do país estabelecendo uma estratégia para a implementação de cidades inteligentes.

[75] Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) – Decreto Federal nº 9.612/2018.

As cidades inteligentes, ou *Smart Cities*, têm como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços aos cidadãos por meio da utilização das TIC para promover eficiência no planejamento, execução e manutenção dos serviços e infraestruturas urbanas, no melhor interesse dos envolvidos nestas cidades. As *Smart Cities* favorecem o desenvolvimento integrado e sustentável tornando-se mais inovadoras, competitivas, atrativas e resilientes, melhorando a qualidade de vida da população[1], e podem ser compostas por diferentes sistemas e serviços, conforme demonstra a Figura 41.

Figura 41 – Serviços para cidades inteligentes



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Vislumbrando a transformação digital no atual contexto municipal de Enéas Marques, os objetivos estabelecidos pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes serão analisados e, de acordo com a realidade local, implementados nas ações propostas para o desenvolvimento sustentável do Município.

19.2 AGENDA 2030

Ainda sobre o desenvolvimento sustentável, a ONU, em 2015, propôs uma agenda mundial, conhecida como Agenda 2030. O documento é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Figura 42 – e 169 metas. Os temas tratados pela Agenda podem ser divididos em quatro dimensões principais:

- **Social**: relacionada às necessidades humanas de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça;
- **Ambiental**: trata da preservação e conservação do meio ambiente, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas;
- **Econômica**: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos e o consumo de energia, entre outros;
- **Institucional**: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Figura 42 – Agenda 2030: os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2015.

Vale destacar o **ODS 11 – "Cidades e Comunidades Sustentáveis"** que propõe que, para o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é essencial transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos. As principais metas inclusas nesse objetivo tratam de temas intrinsecamente relacionados à urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, bem como sobre o planejamento e aumento de resiliência dos

assentamentos humanos, sempre considerando as diferentes necessidades das áreas rurais e urbanas[76].

Desta forma, para a elaboração desta revisão do PDM de Enéas Marques, os ODS foram analisados, contextualizados à realidade local e, quando necessário, integrados às diretrizes e propostas aqui presentes.

19.3 DIRETRIZES E PROPOSTAS

Vislumbrando cumprir as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, assim como compatibilizar o desenvolvimento local com demais políticas nacionais – como a de cidades inteligentes, mobilidade urbana, preservação do meio ambiente, entre outras – a revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques estabelece diretrizes e propostas essenciais para alcançar estes objetivos.

A terceira fase da RPDM tem como ponto de partida o diagnóstico construído na Fase II (Análise Temática Integrada), e busca atingir o cenário desejável para o Município, considerando um horizonte de 10 anos e a disponibilidade de recursos.

Para tanto, adota-se como ideia norteadora o desenvolvimento **sustentável** e **inteligente**. A realização desse modelo de cidade se dará através de diretrizes e propostas que englobem os aspectos social, econômico e ambiental.

As diretrizes e propostas estabelecidas para o Plano Diretor Municipal de Enéas Marques estão em consonância com a legislação federal e estadual, estão divididas em 6 vertentes, conforme a Figura 43 e são definidas da seguinte maneira:

- **DIRETRIZES** são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir, revelando os objetivos a serem alcançados a fim de promover a função social da cidade e o desenvolvimento urbano e rural; e
- **PROPOSTAS** são ações que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro, como realizações (programas, projetos, organizações, obras etc.) planejadas para curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

[76] ONU, 2015.

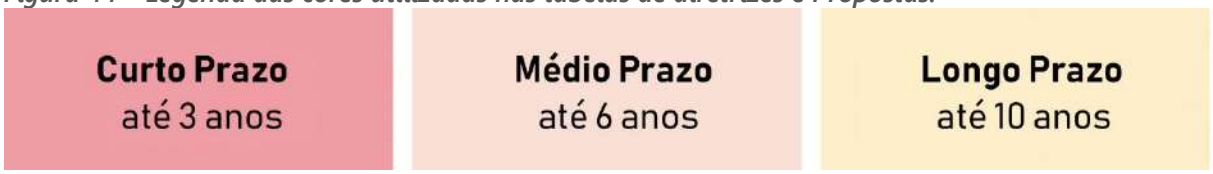
Figura 43 – Temáticas para as Diretrizes e Propostas



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Em cada vertente, as diretrizes e propostas foram classificadas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos), de acordo com a prioridade de ação de abrangência social, do custo de investimento e manutenção, capacidade de execução e atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal. Para melhor identificação foram estabelecidas cores para cada classificação, conforme Figura 44.

Figura 44 – Legenda das cores utilizadas nas tabelas de diretrizes e Propostas.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Nos quadros de Diretrizes e Propostas foram destacadas em **negrito** as ações sugeridas pela população, e em *itálico* as que visam o desenvolvimento de Cidades Inteligentes.

As Diretrizes e Propostas aqui apresentadas foram formuladas com base nas demandas diagnosticadas pela consultoria durante a elaboração da Fase II – Análise Temática Integrada, os principais apontamentos colhidos através dos representantes da sociedade civil, na leitura comunitária extraída das atividades de participação popular através das Audiências Públicas, Oficinas Comunitárias e formulário online encaminhado a todos os munícipes. Considerou-se também aspirações e determinações da Equipe Técnica Municipal (ETM), Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) e representantes de cada departamento consultado nos diversos diálogos com a Equipe Técnica da DRZ.

20. DESENVOLVIMENTO E REORDENAMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento e ordenamento físico territorial dependem do instrumento de indução territorial e ordenação do Município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, a densidade demográfica, a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários e o controle do meio ambiente, considerando o território municipal como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região tem uma diretriz dentro do planejamento territorial.

A finalidade prática do (re)ordenamento territorial é, na maioria dos casos, corrigir os desequilíbrios do espaço, pressupondo uma concepção de conjunto de um território e uma análise prospectiva. O ordenamento ou reordenamento territorial será orientado pela definição do macrozoneamento municipal, dos perímetros urbanos e suas áreas de expansão, do macrozoneamento urbano, do zoneamento urbano (uso e ocupação do solo), dos instrumentos urbanísticos pertinentes e da hierarquização do sistema viário.

20.1 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

O macrozoneamento é a base fundamental para definir o uso e a ocupação do solo, em concordância com as estratégias de política urbana. Tal como outros instrumentos do Plano Diretor, o macrozoneamento deve direcionar as ações do Poder Público relacionados ao desenvolvimento urbano.

Em Enéas Marques o macrozoneamento municipal é instituído pela Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 007/2008, e estabelece 8 áreas que, pelas definições estabelecidas, provocam conflitos no entendimento das suas funções. Para tanto são necessárias alterações, conforme demonstra o Mapa 18.

A proposta para o novo Macrozoneamento Municipal compreende 5 macrozonas municipais, sendo elas:

- **MPA** – Macrozona de Proteção Ambiental
- **MPM** – Macrozona de Proteção do Manancial, que corresponde à porção do território municipal inserida em Área de Proteção de Manancial, representada pela bacia do Jaracatiá, e tem como objetivo proporcionar a ocupação urbana de modo sustentável e compatível com a bacia de abastecimento público de água, de modo a não ferir o estabelecido na Política Nacional de Recursos Hídricos vigente;
- **MCU** – Macrozona de Consolidação Urbana;
- **MDI** – Macrozona de Desenvolvimento Industrial;
- **MPR** – Macrozona de Produção Rural.

A definição das diretrizes e propostas para a temática foi alicerçada no princípio de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas e rurais, conforme metas do Objetivo 11 da Agenda 2030.

Figura 45 - ODS 11 - Cidades e comunidade sustentáveis



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

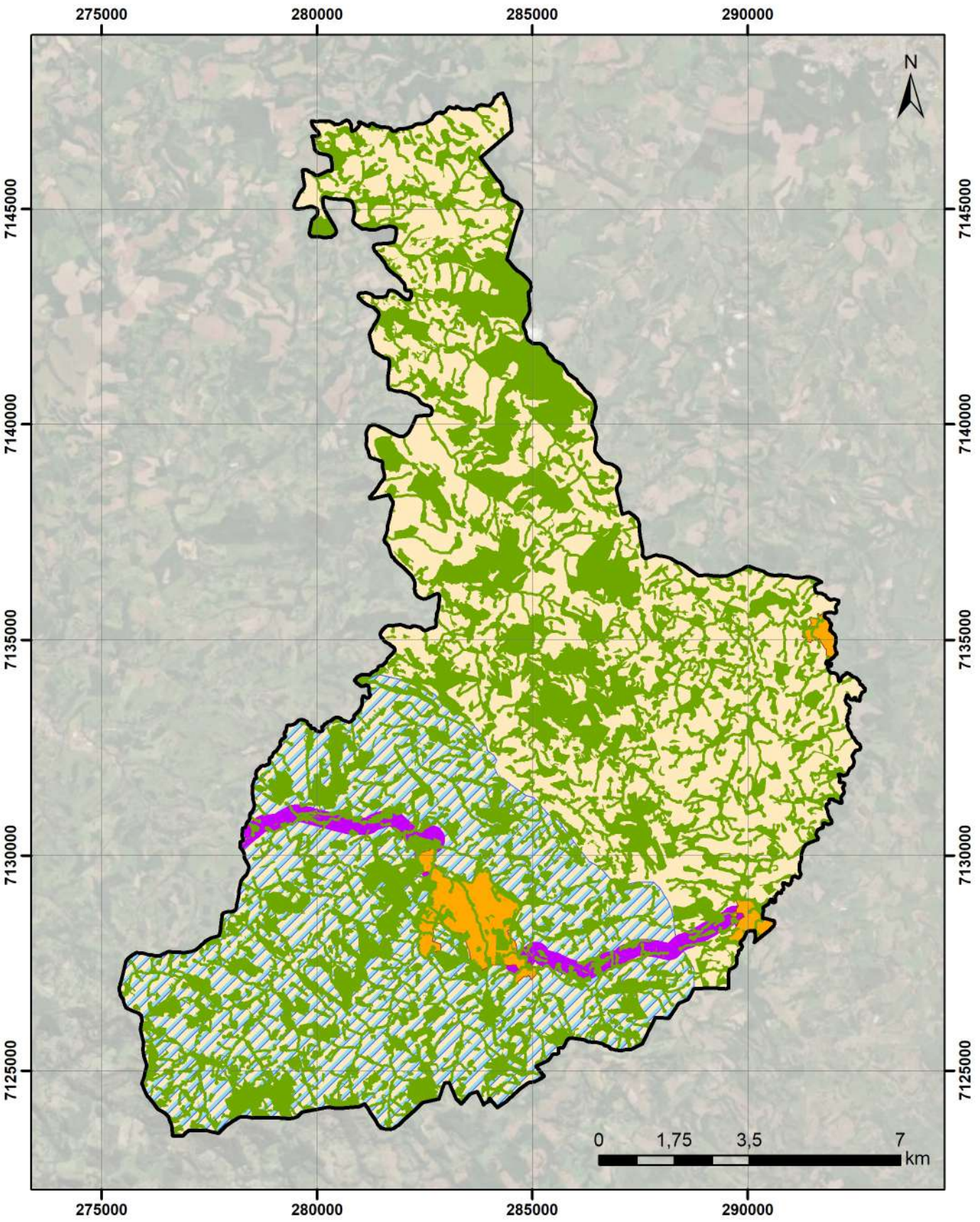
O Macrozoneamento Municipal Proposto para Enéas Marques pode ser observado no Mapa 18, e as diretrizes gerais e propostas para a temática constam no quadro a seguir.

Quadro 25 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Municipal

Diretrizes	Propostas		Prazo
1. Promover o desenvolvimento sustentável e diminuir conflitos de uso entre as diversas áreas do macrozoneamento.	1.1.	Respeitar as delimitações de cada área do macrozoneamento municipal, visando o desenvolvimento harmônico entre as atividades econômicas, sociais e ambientais.	C
	1.2.	Exigir o EIV e EIA/RIMA para indústrias a serem instaladas na Área de Proteção de Manancial e Áreas de Atividades Agrosilvipastoris I e II.	
	1.3.	**Controlar e orientar o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas à na Área de Proteção de Manancial e Áreas de Atividades Agrosilvipastoris I e II.**	
	1.4.	Orientar os produtores rurais sobre práticas sustentáveis e manejo adequado das culturas.	M
2. Identificar as diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas.	2.1.	Estabelecer critérios para implantação de atividades turísticas e recreativas na Área de Conservação Ambiental e Área de Proteção de Manancial, de forma a não causar impactos ambientais e respeitar o módulo fiscal mínimo estabelecido na legislação federal.	C
	2.2.	Revisar constantemente e atualizar, quando necessário, o Macrozoneamento Municipal.	L
	2.3.	*Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão de Infraestrutura Rural destinado à atualização e regularização fundiária dos espaços rurais do Município, bem como a atualização do cadastro dos imóveis rurais, auxiliando a fiscalização.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.



Legenda

- Limite Municipal
- MPA – Macrozona de Proteção Ambiental
- MCU – Macrozona de Consolidação Urbana
- MDI – Macrozona de Desenvolvimento Industrial
- MPM – Macrozona de Proteção do Manancial
- MPR – Macrozona de Produção Rural

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000
Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 18 - Macrozoneamento Municipal

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

20.2 PERÍMETRO URBANO

O perímetro urbano é a delimitação legal entre a área urbana e a área rural do município. As leis do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo, do Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, são vigentes somente nas áreas delimitadas por este perímetro.

A administração municipal é responsável por prover prestação de serviços e infraestrutura nas áreas internas aos perímetros urbanos, podendo para isso cobrar taxas e impostos, como o IPTU. Além disso, somente nas áreas urbanas pode ser prevista a aplicação dos instrumentos urbanísticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade, como a outorga onerosa, a transferência do direito de construir, a regularização fundiária (reurb), o direito de preempção e o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

Considerando os estudos de projeção populacional realizados na Fase II – Análise Temática Integrada, a população projetada para 2030 será de 6.089 habitantes, mantendo-se praticamente estável em relação aos números atuais.

Em análise da projeção populacional, levando em conta que o perímetro urbano atual da Sede possui aproximadamente 70% de áreas destinadas ao uso habitacional vazias, é possível compreender que não seriam necessários acréscimos de áreas no perímetro urbano para os próximos 10 anos. Entretanto, a projeção populacional foi feita com dados censitários até 2010 e, por isso, pode estar distante da realidade atual.

Considerando que as áreas vazias atuais são capazes de suportar o afluxo populacional previsto, mas que essas podem vir a ter outros usos, e em especial que a dinâmica socioeconômica de Enéas Marques poderá acarretar crescimento acima do previsto; e observando as condições geotécnicas do município (declividade, hipsometria etc.), propõe-se as alterações no perímetro urbano da sede de Enéas Marques, conforme Mapa 19.

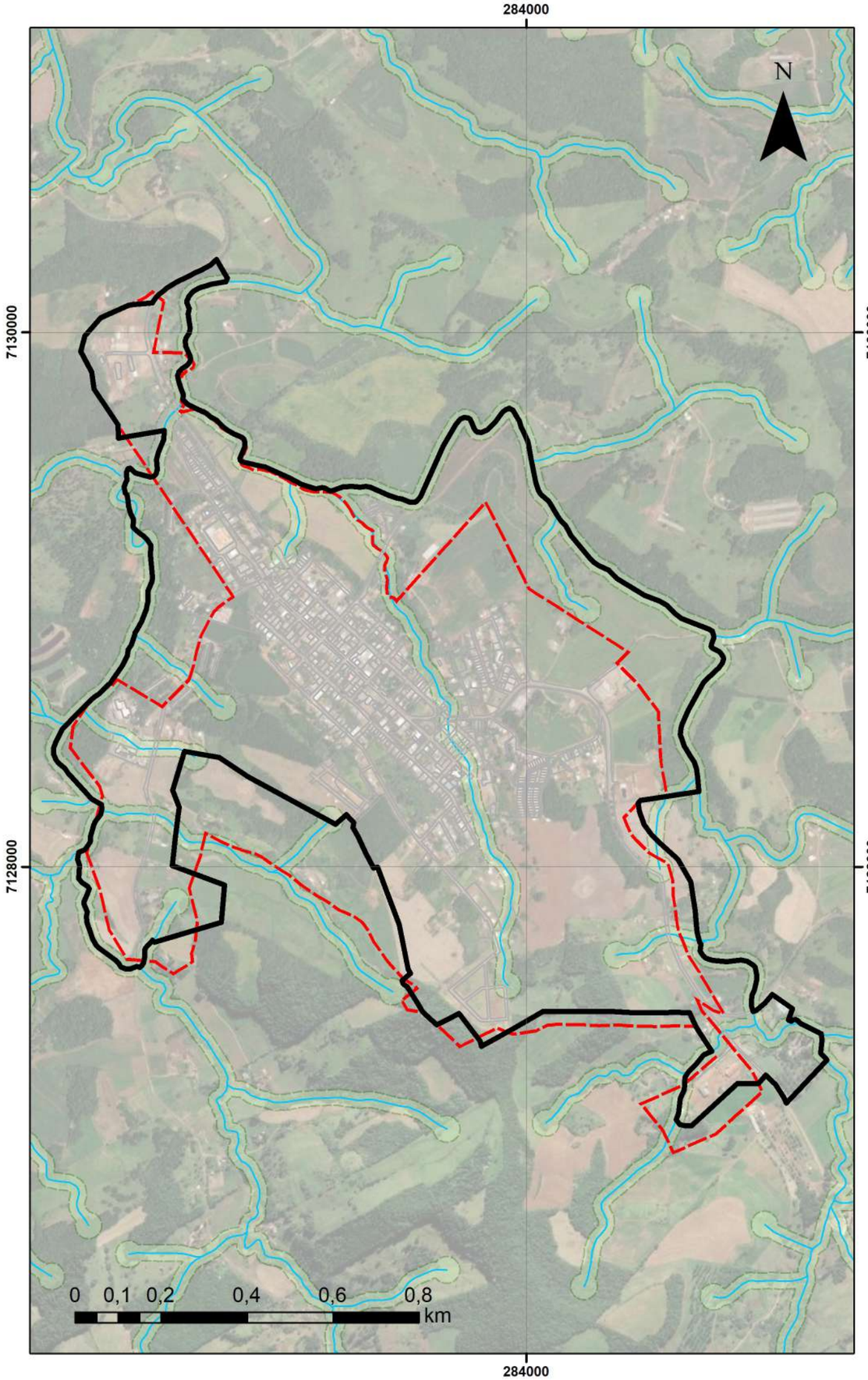
O perímetro atual da sede urbana de Enéas Marques tem uma área de 335,78 ha. Com as alterações propostas, passaria para 398,28 ha – aumento de aproximadamente 18%.

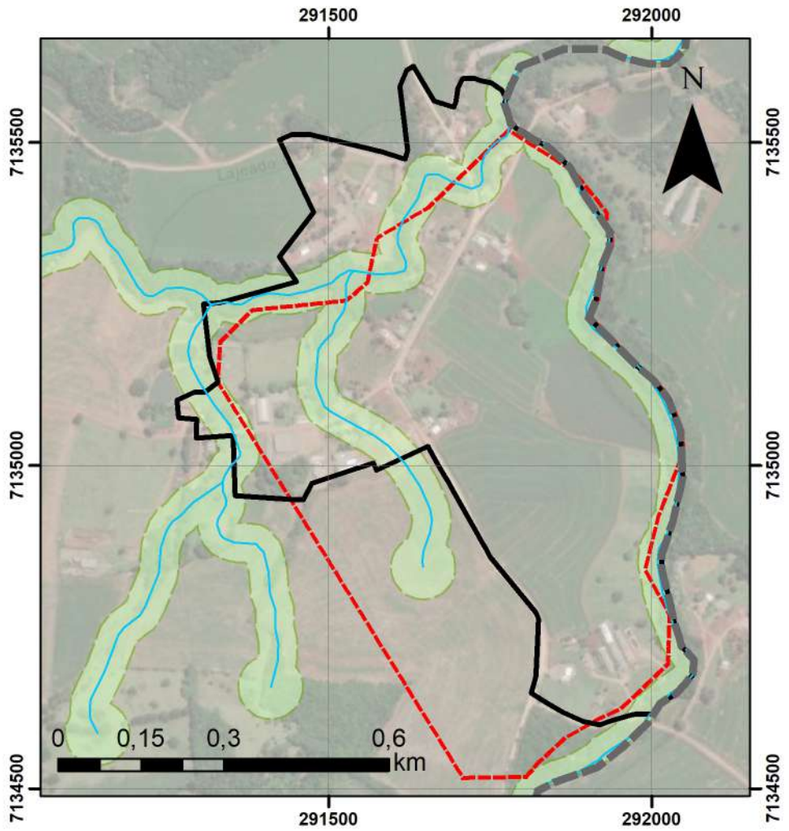
Quadro 26 – Diretrizes e Propostas para o Perímetro Urbano e de Expansão Urbana

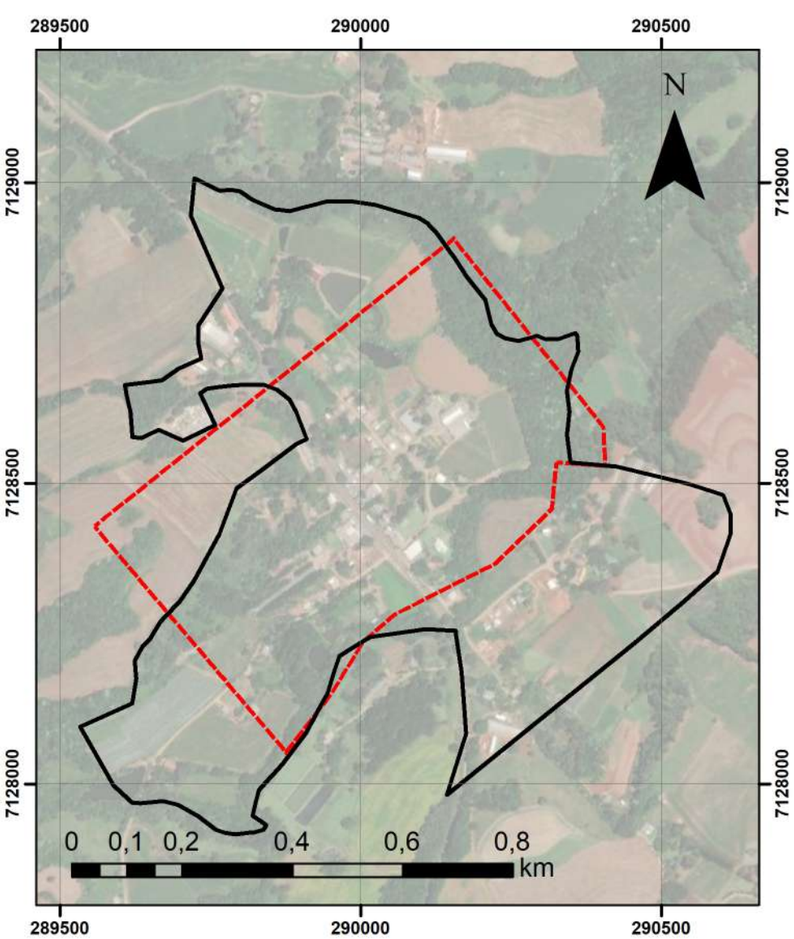
Diretrizes	Propostas	Prazo
3. Delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função social da propriedade e a otimização da infraestrutura existente.	3.1. Revisar, sempre que necessário, a ampliação dos perímetros urbanos, harmonizado com características do entorno como solo, relevo, bacias hidrográficas, APP etc.	L
	3.2. Buscar que a expansão urbana seja feita sempre em área mais próxima possível à área urbana consolidada, de forma a otimizar a infraestrutura existente e, consequentemente, os recursos municipais.	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	3.3. Verificar, quando houver demanda, a necessidade de criação de novos perímetros urbanos nas localidades do Município que se desenvolverem e tomarem características urbanas.	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.







Legenda

- Perímetro Urbano Proposto
- Perímetro Urbano Vigente
- Malha Urbana
- Limite Municipal
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 19 - Perímetro Urbano

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

20.3 MACROZONEAMENTO URBANO

O Macrozoneamento Urbano deve servir como um subsídio para Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, o zoneamento, e se caracteriza como um referencial geral para o Município. Em Enéas Marques, não há definição de Macrozoneamento Urbano implementada por lei.

Para facilitar a compreensão do Macrozoneamento Urbano foi proposta uma divisão baseada em seis macrozonas, organizadas de acordo com a aptidão das áreas que as compõem, cujas funções específicas serão detalhadas no zoneamento. As macrozonas urbanas propostas são:

I. **Macrozona Urbana Consolidada (MUC):** áreas já urbanizadas, cuja ocupação se dará através da intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação aos serviços, infraestrutura, equipamentos e meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos;

II. **Macrozona Urbana em Consolidação (MUEC):** áreas em processo de urbanização, caracterizada pela baixa densidade populacional, presença de lotes vazios e ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos;

III. **Macrozona Urbana Especial de Interesse Social (MUEIS):** áreas com ocupação predominantemente residencial, passíveis de regularização fundiária;

IV. **Macrozona Urbana de Produção Industrial (MUPI):** áreas ocupadas predominantemente pelo uso industrial que não gere degradação ambiental;

V. **Macrozona Urbana de Preservação Ambiental (MUPA):** áreas destinadas à proteção e preservação da fauna e da flora nativas em áreas de interesse ambiental, de remanescentes florestais e de interesse paisagístico;

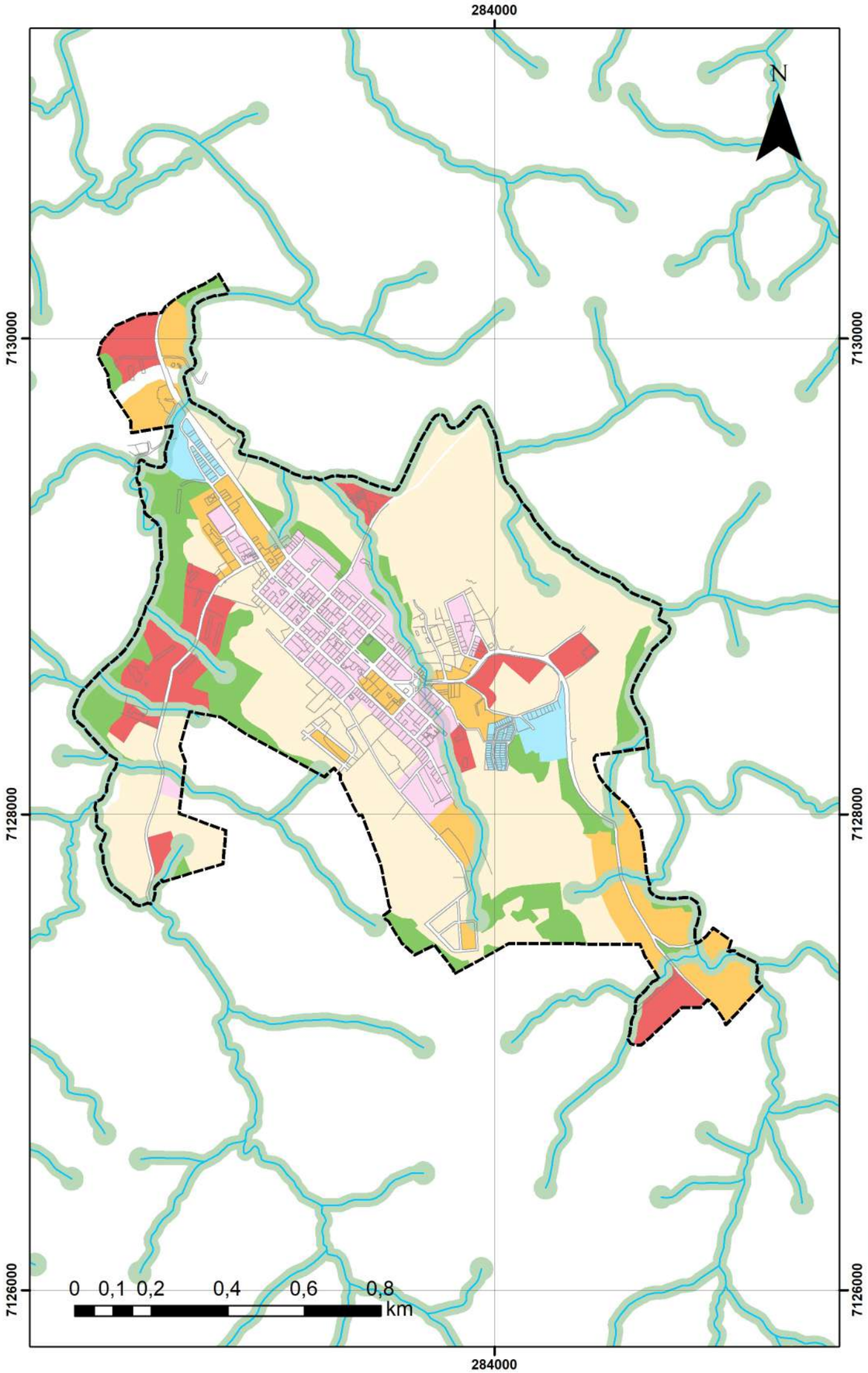
VI. **Macrozona Urbana de Expansão (MEU):** áreas contidas dentro dos limites do perímetro urbano, contiguas a áreas urbanizadas ou não, onde deverá ser estimulado o crescimento da cidade com a implantação e/ou qualificação da rede de serviços, infraestrutura e equipamentos.

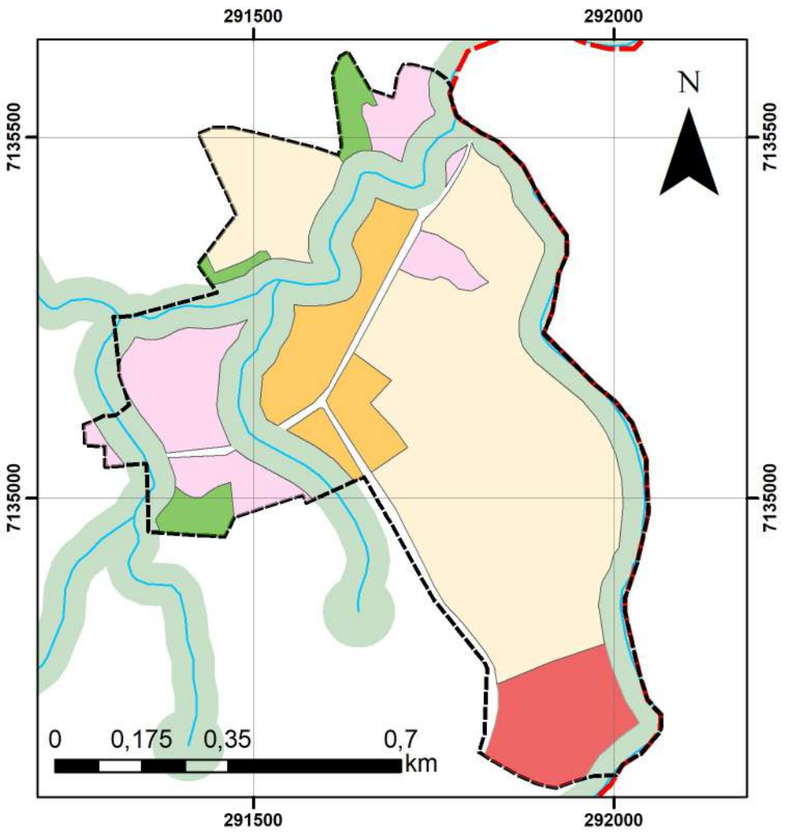
De forma a atender as mudanças ocorridas nos últimos anos, e visando o planejamento urbano para os próximos dez anos, no Mapa 20 é apresentada a proposta para o macrozoneamento urbano de Enéas Marques. O Quadro 27 contém diretrizes e propostas que deverão nortear o desenvolvimento urbano nos próximos anos.

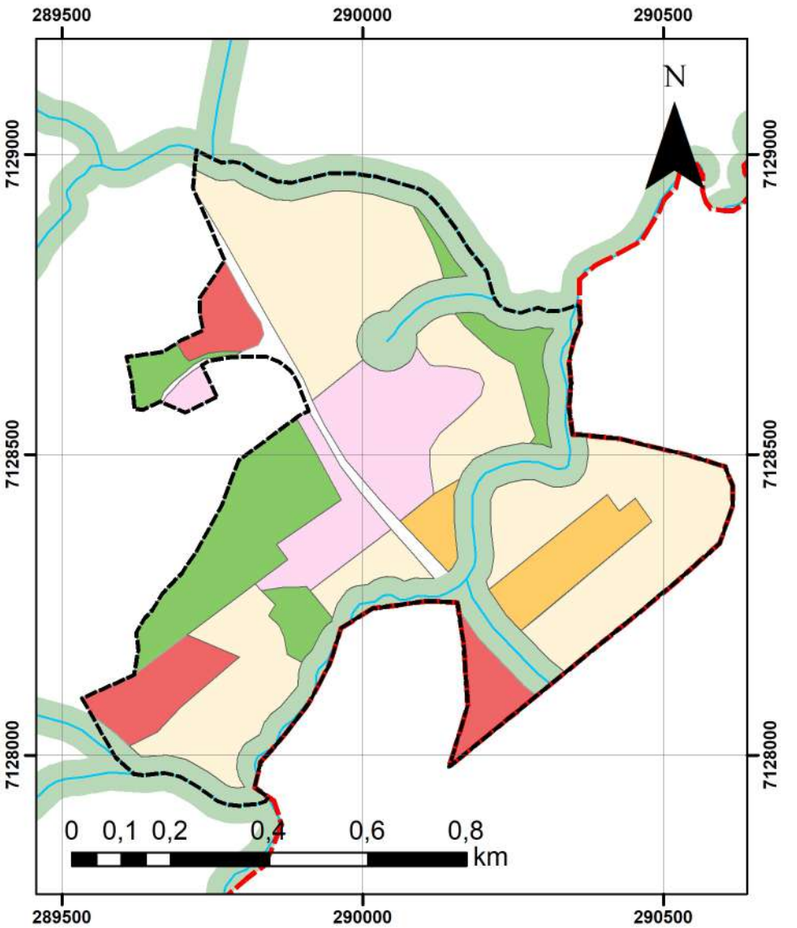
Quadro 27 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Urbano

Diretrizes	Propostas	Prazo
4. Promover o desenvolvimento sustentável e diminuir conflitos de uso entre as diversas atividades.	4.1. Respeitar as delimitações de cada área do Macrozoneamento Urbano, visando o desenvolvimento urbano harmônico.	C
	4.2. Coibir a expansão urbana de cunho residencial em direção as áreas de preservação ambiental.	
	4.3. Coibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas ao perímetro urbano, considerando a proximidade com áreas urbanizadas.	
	4.4. Fiscalizar constantemente as áreas da Macrozona Urbana de Preservação Ambiental, provendo a manutenção necessária.	
	4.5. Aplicar, quando necessário, os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano.	
5. Identificar diferentes realidades da área urbana, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, em especial aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	5.1. Atualizar constantemente o Macrozoneamento Urbano de Enéas Marques como subsídio para o Zoneamento Urbano.	M

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.







Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- MUC - Macrozona Urbana Consolidada
- MUEC - Macrozona Urbana em Consolidação
- MUEIS - Macrozona Urbana Especial de Interesse Social
- MUPI - Macrozona Urbana de Produção Industrial
- MEU - Macrozona Urbana de Expansão
- MUPA - Macrozona Urbana de Preservação Ambiental
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Limite Municipal

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 20 - Macrozoneamento Urbano

Responsável técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:
DRZ - Gestão de Cidades

20.4 ZONEAMENTO URBANO

O Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano é o dispositivo legal que divide a área urbana em diferentes zonas e determina onde são ou não permitidas atividades ou construções específicas, isto por meio do controle do uso do solo (residencial, comercial, industrial) da forma das edificações (tamanho, altura, posição etc.) e, com menor preponderância, do parcelamento do solo (testada e área mínima do lote) [77].

Em Enéas Marques, a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente é a Lei nº 007, de 17 de abril de 2008 e, conforme apresentado pela Fase II desta revisão, foi alterada 8 vezes desde sua instituição. Com isso, a atual divisão do zoneamento urbano estabelece as 11 áreas a seguir:

I. Zona Especial de Comércio e Serviços – **ZECS;**
II. Zona de Média Densidade – **ZMD;**
III. Zona de Baixa Densidade – **ZBD;**
IV. Zona Especial de Interesse Social – **ZEIS;**
V. Zona Institucional – **ZI**;
VI. Zona de Serviços I – **ZS-I;**
VII. Zona de Serviços II– **ZS-II;**
VIII. Zona Especial de Parque – **ZEP;**
IX. Zona Especial de Entretenimento e Lazer – **ZEEP;**
X. Setor de Comércio e Serviços – **SCS;**
XI. Setor de Serviços – **SS**.

Com base nos dados apresentados na Análise Temática Integrada da RPDM, é possível identificar que a organização atual do zoneamento dificulta o entendimento dos usos do solo para Enéas Marques. Uma vez que a nomenclatura da ZMD e ZBD se baseia no componente do zoneamento densidade, e não no uso em si, conforme as demais zonas, provocando a falta de compreensão.

Deste modo, propõe-se uma nova subdivisão do zoneamento com o objetivo de representar o contexto atual de Enéas Marques e promover melhor gestão do espaço urbano, caracterizando sua restruturação, conforme Quadro 28 e Mapa 21.

As diretrizes para o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano são apresentadas no Quadro 28 a seguir.

Quadro 28 – Proposta para alteração do Zoneamento Urbano

Zoneamento Vigente - Lei nº 07/2008	**Proposta**	**Zoneamento Proposto – RPDM 2021**	
Zonas Industriais			
Zona de Serviços I	→		Zona Industrial 01 – ZI1
Zona de Serviços II	→		Zona Industrial 02 – ZI2
Zonas de Comércio e Serviços			

[77] SABOYA, 2018.

Zoneamento Vigente - Lei nº 07/2008	Proposta	Zoneamento Proposto – RPDM 2021	
Zona Institucional	➔		Zona Institucional Central - ZIC
Zona Especial de Comércio e Serviços	➔		Zona de Comércio e Serviços 01 – ZCS1
Setor de Comércio e Serviços			
Setor de Serviços	➔		Zona de Comércio e Serviços 02 – ZCS2
Zonas Residenciais			
Zona de Média Densidade	➔		Zona Residencial 01 – ZR1
Zona de Baixa Densidade	➔		Zona Residencial 02 – ZR2
Zona Especial de Interesse Social	✓		Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
Zonas de Preservação Ambiental			
Zona Especial de Entretenimento e Lazer	✓		Zona Especial de Entretenimento e Lazer - ZEEL
Zona Especial de Parque	➔		Zona do Parque Jaracatiá – ZPJ
	✚		Zona de Proteção Ambiental - ZPA
	✚		Zona de Controle Ambiental - ZCA

✚ adicionar ✓ manter ➔ corresponde à

Notas: (1) Sem informação de legenda no anexo da Lei.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Dessa forma, propõe-se a definição das seguintes zonas de uso e ocupação do solo:

- **Zonas de Comércio e Serviços**: destinadas, prioritariamente, à instalação de atividades comerciais e de serviços, subdivididas em:

    - **Zona Institucional Central (ZIC):** corresponde à área urbana para ocupação preferencial por usos institucionais, atualmente comporta a Prefeitura e Câmara Municipal, Igreja Matriz, dentre outros. Tem o objetivo de concentrar as atividades destinadas ao uso institucional e preservar a paisagem urbana no entorno da porção central da sede urbana;

    - **Zona de Comércio e Serviço 01 (ZCS1):** correspondente à área urbana destinada ao uso predominantemente comercial e de serviços sendo permitido o uso residencial

    - **Zona de Comércio e Serviço 02 (ZCS2):** corresponde a uma faixa urbana ao longo da PR-471, destinada predominantemente ao uso de serviços de médio porte, com lotes de porte grande, sendo permissível o uso residencial.

- **Zonas Residenciais**: caracterizadas pelo uso preferencialmente residencial a ser mesclado com atividades de comércio e serviços de bairro e atividades industriais caseiras, compatíveis ao uso residencial. Subdivide-se em:

- **Zona Residencial 01 (ZR1):** zoneamento misto, tem a finalidade de atender predominantemente ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar, horizontal e vertical e de apoio residencial (comércio e serviço vicinal e central), caracterizada por lotes menores;

- **Zona Residencial 02 (ZR2):** corresponde às áreas destinadas predominantemente ao uso residencial com predominância de lotes de grande porte, sendo permissível o uso comercial e de serviço local (comércio de bairro).

- **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):** corresponde às áreas destinadas à implantação de loteamentos residenciais para população de baixa renda e às áreas compostas por ocupações e loteamentos irregulares passíveis de regularização fundiária.

- **Zonas Industriais**: destinadas preferencialmente às atividades industriais, subdivididas em:

  - **Zona Industrial 01 (ZI1)**: corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente de comércios e serviços e industriais de médio e grande porte, com atividades não incômodas, não nocivas e não perigosas ou com baixo grau de incomodidade, com lotes mínimos de porte grande, sendo permissível o uso residencial;

  - **Zona Industrial 02 (ZI2):** corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente de serviços de médio e grande porte e indústrias com atividades incômodas, nocivas ou perigosas, com lotes de grande porte, sendo permissível o uso residencial;

- **Zonas de Preservação e Proteção Ambiental**: destinadas à preservação das áreas vegetativas como APP, fragmentos de vegetação nativa, parques e áreas que necessitam de maior atenção no controle da área superficial e subterrânea.

  - **Zona Especial de Entretenimento e Lazer (ZEEL):** corresponde à área onde está localizado o Centro de Convenções, Clube de Campo Águas do Jaracatiá e o seu entorno, sendo permissível o uso residencial.

  - **Zona do Parque Jaracatiá (ZPJ):** corresponde às áreas destinadas ao uso restrito para lazer e recreação, e possível criação do Parque Jaracatiá no entorno do Rio Jaracatiá.

  - **Zona de Proteção Ambiental (ZPA):** corresponde às Áreas de Preservação Permanente (APP) dos cursos d'água e aos fragmentos de vegetação nativa internos aos perímetros urbanos.

- **Zona de Controle Ambiental (ZCA):** são áreas que correspondem ao Cemitério Municipal, não parceláveis, de preservação e recuperação do ambiente natural e controle da área superficial ou subterrânea.

A adequação dos parâmetros urbanísticos e definição de usos permitidos, toleráveis e proibidos de cada zona de uso e ocupação do solo proposta será realizada na próxima fase da Revisão do PDM (Fase IV- Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM), onde o zoneamento proposto será compatibilizado com a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

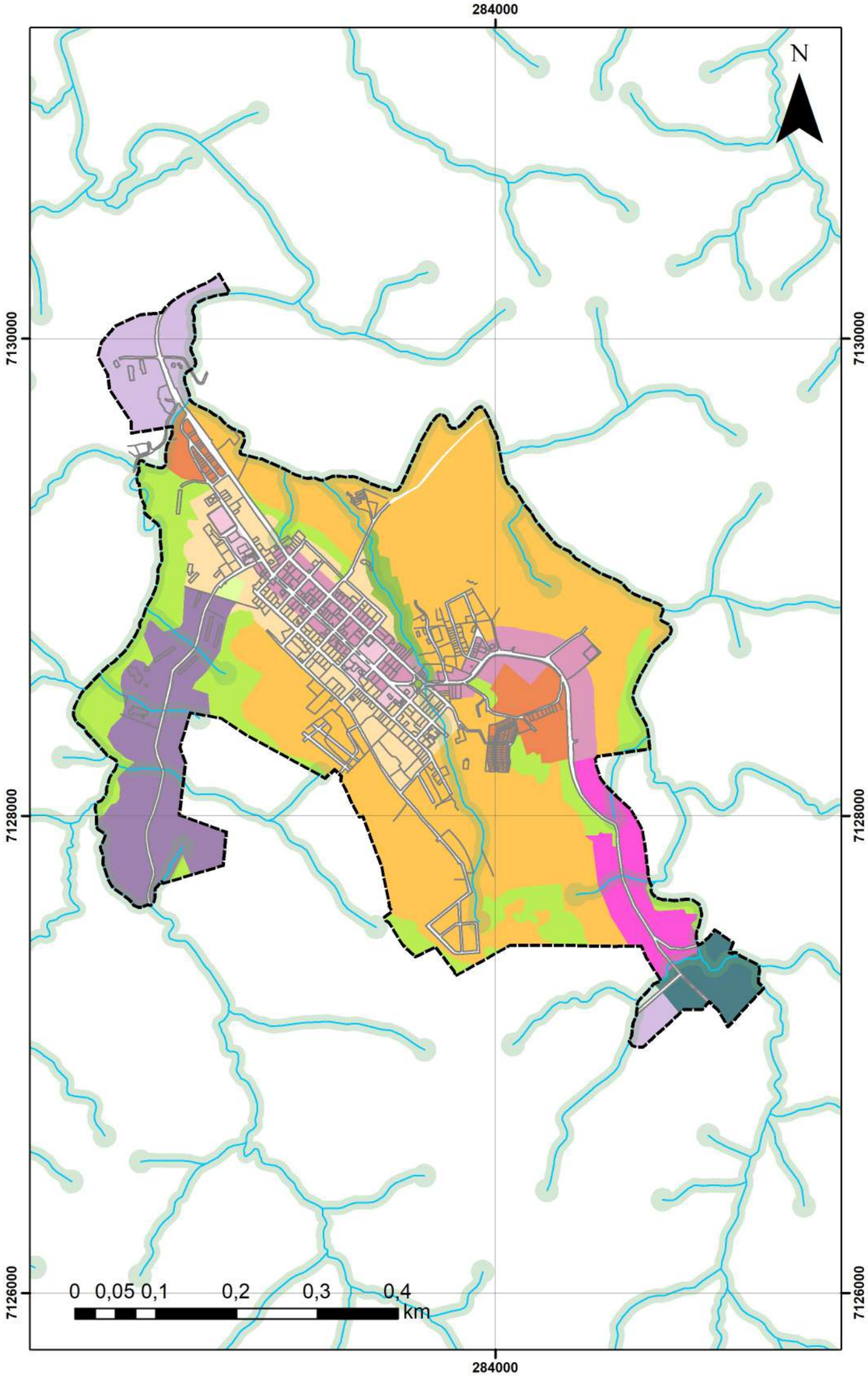
Para os próximos 10 anos, pensando no planejamento de cidades inteligentes, é importante incorporar o planejamento urbano a sistemas que auxiliem na fiscalização, organização das informações referentes ao uso e ocupação do solo, bem como garantir que essas informações estejam disponíveis à toda população por meio digital. As diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano são apresentadas no Quadro 29, a seguir.

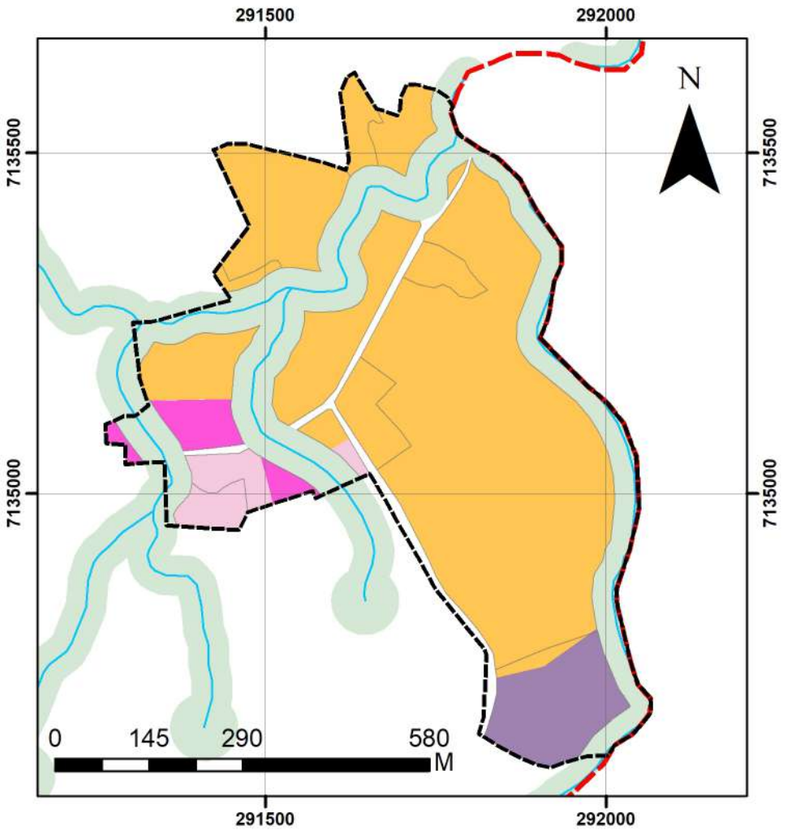
Quadro 29 - Diretrizes e Propostas para o Uso e Ocupação do Solo Urbano

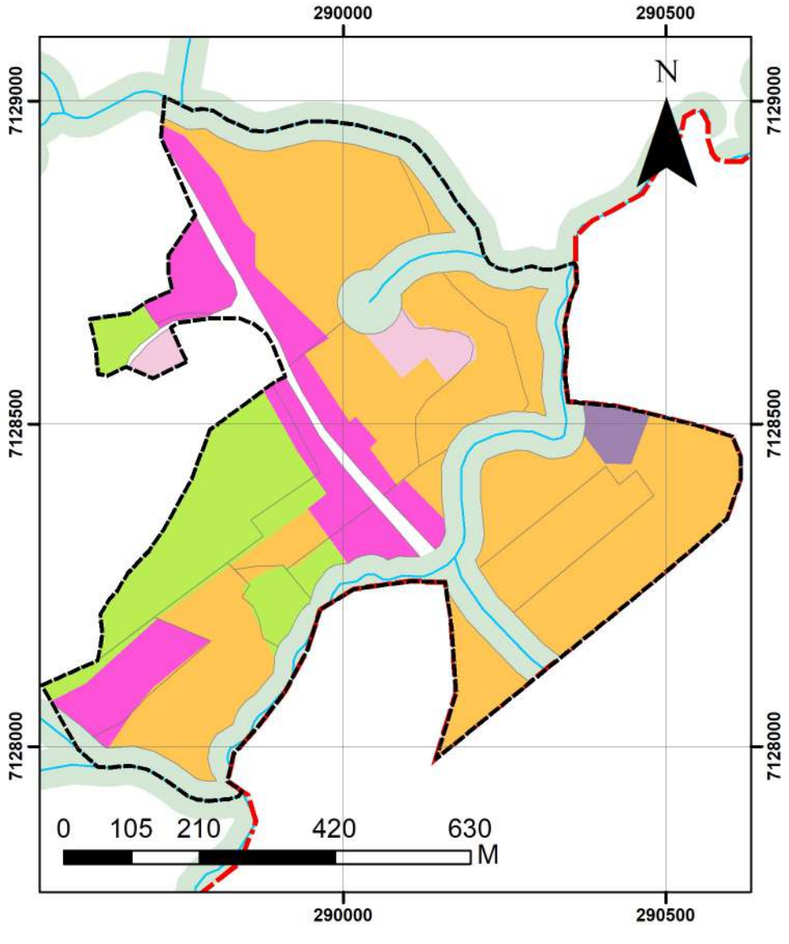
Diretrizes	Propostas		Prazo
6. Garantir o desenvolvimento e ordenamento territorial sustentável, minimizando conflitos de uso e exigindo o cumprimento da função social da propriedade.	6.1.	Dividir o território em zonas, em função de suas características ou potencialidade.	C
	6.2.	Instituir unidades de conservação além das APP.	
	6.3.	Assegurar a multiplicidade e a complementariedade de usos.	
	6.4.	Estabelecer condições para a implantação de atividades, considerando seu porte, a infraestrutura e os impactos na vizinhança, no sistema viário e no meio ambiente.	
	6.5.	Garantir que o Zoneamento seja respeitado para o crescimento urbano ordenado.	
	6.6.	**Atualizar a Planta Genérica de Valores (PGV), o Código Tributário e as alíquotas utilizadas para a composição dos tributos municipais a fim de adequar a arrecadação de impostos à realidade local.**	
	6.7.	Manter o zoneamento atualizado, representando fielmente a realidade de Enéas Marques.	M
	6.8.	*Atualizar e manter atualizado a base cadastral urbana por meio do recadastramento de lotes, quadras e logradouros do Município.*	
7. Promover a utilização de tecnologias que garantam a gestão eficaz do zoneamento de Enéas Marques.	7.1.	*Buscar a implementação de softwares que auxiliem na gestão inteligente do zoneamento urbano com sistema de informações georreferenciadas, e garantir que as informações estejam disponíveis para consulta da população.*	C

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.







Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Limite Municipal
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Zona Industrial 01 - ZI1
- Zona Industrial 02 - ZI2
- Zona Institucional Central - ZIC
- Zona de Comércio e Serviços 01 - ZCS1
- Zona de Comércio e Serviços 02 - ZCS2
- Zona Residencial 01 - ZR1
- Zona Residencial 02 - ZR2
- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- Zona Especial de Entretenimento e Lazer - ZEEL
- Zona do Parque Jaracatiá - ZPJ
- Zona de Proteção Ambiental - ZPA
- Zona de Controle Ambiental - ZCA

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 21 - Zoneamento Urbano

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

20.5 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O Estatuto da Cidade oferece instrumentos capazes de garantir o atendimento de seus princípios norteadores. Estes instrumentos, que até 2001 não estavam presentes no ordenamento ou necessitavam de regulamentação, consolidaram o direito urbanístico, viabilizando sua operação sistemática[78]. Estes instrumentos urbanísticos, institutos jurídicos e políticos regulamentados pelo Art. 4º do EC, de modo geral, visam cumprir três objetivos principais: a indução do desenvolvimento urbano, a regularização fundiária e a gestão democrática.

- **INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO**: Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamento em Títulos, Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preempção, Outorga Onerosa do Direito de Construir e Transferência do Direito de Construir;

- **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**: Usucapião Especial de Imóvel Urbano, Direito de Superfície e Demarcação de Áreas para Regularização Fundiária;

- **GESTÃO DEMOCRÁTICA**: Referendos Populares, Plebiscitos, Assistência Técnica e Jurídica Gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

Objetivando garantir a função social da propriedade urbana, o Quadro 30 apresenta as Diretrizes e Propostas para aplicação dos instrumentos urbanísticos. O Mapa 22 apresenta as áreas sujeitas à aplicação dos instrumentos urbanísticos.

Quadro 30 – Diretrizes e Propostas para a aplicação dos Instrumentos Urbanísticos

Diretrizes	Propostas	Prazo
8. Aplicar os instrumentos urbanísticos previstos na legislação municipal sempre que necessário, de forma a fazer cumprir a função social da propriedade e garantir o bem-estar e o desenvolvimento urbano.	8.1. Fiscalizar lotes vazios passíveis de aplicação de instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento urbano e conservá-los limpos.	C
	8.2. **Aplicar em imóveis ociosos internos ao perímetro urbano, prioritariamente na área urbana central abastecidas de infraestrutura, os instrumentos de Parcelamento, Edificação e IPTU Progressivo no Tempo.**	
	8.3. Elaborar regulamento específico para implementação dos instrumentos urbanísticos necessários, principalmente o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos de uso industrial.	
	8.4. Aplicar o instrumento da Regularização Fundiária em parcelamentos irregulares passíveis de regularização.	

[78] DALLARI e FERRAZ, 2010.

Diretrizes	Propostas	Prazo
	8.5. Aplicar os instrumentos de Gestão Democrática para o desenvolvimento sustentável e participativo do Município.	
9. Estudar continuadamente a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos.	9.1. Realizar constantemente estudos para identificar as áreas para aplicação dos instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento.	M
10. Promover a utilização de tecnologias que garantam a gestão eficaz do espaço urbano de Enéas Marques.	10.1. *Buscar a implementação de softwares que auxiliem na gestão inteligente do espaço urbano facilitando as decisões acerca da aplicação dos instrumentos urbanísticos em Enéas Marques, quando necessário.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

20.6 HABITAÇÃO

Partindo da premissa que a moradia é um direito básico e fundamental do ser humano, as condições básicas de habitação constituem-se como elementos fundamentais que asseguram qualidade de vida à população.

A partir do diagnóstico da Fase anterior, as principais ações necessárias para superar os problemas habitacionais em Enéas Marques são:

- Construção de novas unidades habitacionais de interesse social;
- Políticas de incentivo e subsídio parcial para construção de moradias para famílias que possuam terreno ou a substituição das unidades habitacionais construídas de forma precária;
- Regularização da titulação da propriedade, com o objetivo estimular a legalização da transação imobiliária e possibilitar às famílias de baixa renda o acesso às linhas de crédito habitacional.

A definição das diretrizes e propostas têm como objetivo solucionar as demandas atuais municipais e, assim como indicado no ODS 11 da Agenda 2030, garantir o acesso de toda população à habitação segura, adequada e a preço acessível.

Figura 46 - ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Para os próximos 10 anos, o município deve investir nas obras de regularização fundiária e na relocação das famílias que se encontram em ocupações irregulares, o Mapa 22 localiza as áreas a serem trabalhadas. No Quadro 31, a seguir, são apresentadas as diretrizes e propostas para melhorar as condições de moradia em Enéas Marques.

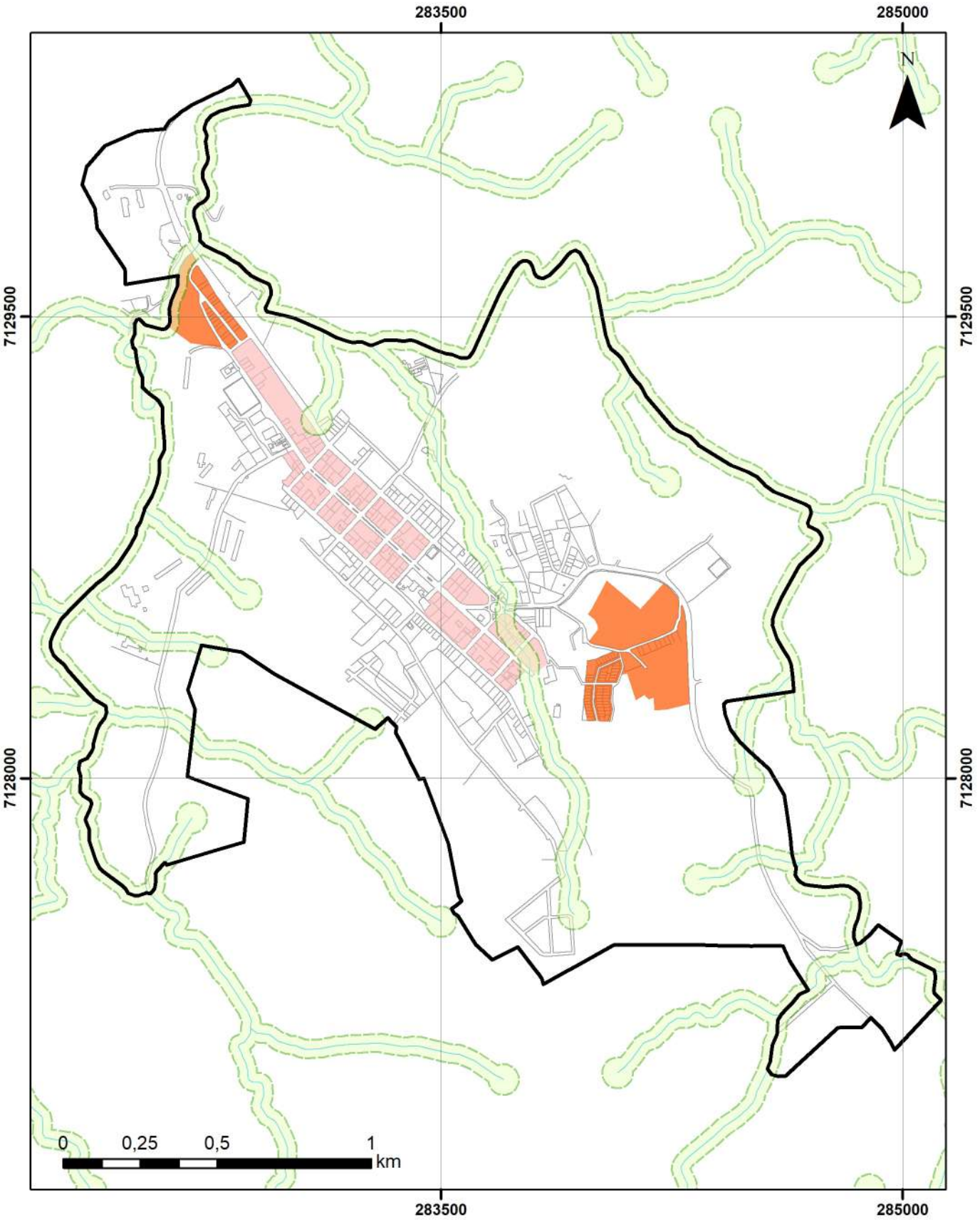
Quadro 31 – Diretrizes e Propostas para a Habitação

Diretrizes	Propostas	Prazo
11. Garantir política de habitação municipal adequada.	11.1. Elaborar estudo para levantar informações atuais sobre déficit habitacional municipal.	C
	11.2. Promover programa de oferta de lotes urbanizados associado à prestação de assistência técnica como forma de enfrentamento da reprodução de loteamentos clandestinos e irregulares.	
	11.3. **Rever a numeração das edificações.**	C
	11.4. Fortalecer a estrutura de fiscalização urbana para evitar práticas de ocupação irregular do solo urbano, conciliando ações preventivas com ações punitivas quando necessário.	
	11.5. **Promover a regularização fundiária em loteamentos e moradias irregulares.**	
	11.6. Contratar empresa de consultoria especializada para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	L
12. Garantir o direito à moradia digna e à terra urbana.	12.1. **Elaborar estudo de viabilidade para implementar incentivo municipal na manutenção de terrenos baldios.**	C
	12.2. Assegurar que todo cidadão de Enéas Marques tenha direito à moradia.	
	12.3. Implementar programa visando a construção de novas unidades habitacionais de interesse social	
	12.4. Priorizar o desenvolvimento urbano sustentável e integrado, incorporando o direito à infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento ambiental, equipamentos e serviços urbanos e sociais.	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	12.5. Aprovar projetos de loteamentos e de unidades habitacionais somente se estiverem em acordo à legislação municipal e garantirem o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.	
13. Implementar programas de apoio à construção habitacional para famílias de baixa renda.	13.1. Implantar projetos de habitação de interesse social, em parceria com a COHAPAR, juntamente com ações que facilitem a aquisição da moradia, visando erradicar o déficit habitacional.	L
	13.2. Ampliar o acesso ao mercado formal de habitação.	
	13.3. Subsidiar a construção de moradias para famílias que possuam lotes e subsidiar a substituição de unidades habitacionais precárias, sem possibilidade de ampliação ou reforma.	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.



Legenda

- Perímetro Urbano
- APP - Área de Preservação Permanente
- Regularização Fundiária
- IPTU Progressivo no Tempo
- Malha Urbana
- Hidrografia

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 22 - Áreas prioritárias para aplicação dos Instrumentos Urbanísticos

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

21. SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA

O saneamento básico é essencial para a saúde e qualidade de vida da população urbana e para a proteção do meio ambiente. O saneamento básico é composto por serviços, infraestruturas e instalações do sistema de abastecimento de água, da coleta e tratamento de esgoto sanitário, da gestão de resíduos sólidos e de drenagem das águas pluviais.

21.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As diretrizes e propostas definidas para solucionar as questões apresentadas sobre o abastecimento de água de Enéas Marques, estão embasadas nas metas apresentadas no Objetivo 6 da Agenda 2030[79], que buscam:

- Alcançar o acesso universal equitativo à água potável, segura e acessível para todos;
- Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água;
- Melhorar a qualidade da água, reduzido a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos.

Figura 47 - ODS 6 - Água Potável e Saneamento



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

As principais ações para suprir as demandas identificadas no diagnóstico são:

- Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PSMB);
- Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto;
- Melhorias no sistema de abastecimento de água, redução de ligações clandestinas e diminuição das perdas na distribuição.

O Quadro 32 apresenta as Diretrizes e Propostas para o abastecimento de água e esgotamento sanitário em Enéas Marques.

[79] ONU, 2015.

Quadro 32 – Diretrizes e Propostas para o Saneamento Básico

Diretrizes	Propostas	Prazo
14. Garantir política adequada de saneamento básico.	14.1. Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, e revisá-lo a cada 4 anos, de preferência em períodos coincidentes com os de vigência do PPA, conforme §2º do Art. 52 da Lei Federal 11.445/2007.	C
	14.2. Melhorar os índices municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando enquadrar o município na categoria "Rumo à universalização" do Ranking da Universalização do Saneamento.	
	14.3. **Implementar programas para orientar a comunidade na construção e manutenção adequada de fossas sépticas.**	
15. Dar continuidade aos serviços de saneamento básico.	15.1. Promover a manutenção e monitorar a qualidade da água dos Rios e poços de abastecimento comunitário.	
	15.2. Implementar programas ambientais visando a proteção dos mananciais de abastecimento de água.	
	15.3. *Elaborar estudo para a modernização do sistema de saneamento básico municipal, incluindo o georreferenciamento de das redes pluviais e de esgotamento sanitário.*	M
	15.4. **Realizar estudo de viabilidade para melhorias no saneamento das regiões do Interior, disponibilizando módulos sanitários e de saneamento básico.**	
16. Eliminar as fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos.	16.1. **Elaborar estudo de viabilidade para construção da rede de coleta e tratamento do esgoto.**	C
	16.2. **Realizar a fiscalização e exigir a eliminação das fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos nos cursos d'água ou outros escoadouros, exigindo a construção de fossas sépticas adequadas.**	M
	16.3. Realizar levantamento de todas as fossas rudimentares em áreas urbanas a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não adequarem a fossa em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.	L

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

21.2 DRENAGEM PLUVIAL

A drenagem pluvial urbana é essencial para prevenir enchentes e conservar a pavimentação das vias urbanas. Como identificado na Fase II da RPDM, a drenagem ainda é deficitária em Enéas Marques, não contando com o Plano de Drenagem Urbana (PDU) e contando com apenas 32,2% de urbanização de vias públicas[80].

Desta forma, os principais objetivos identificados nesta Revisão do PDM são:

Quadro 33 – Diretrizes e Propostas para o Sistema de Drenagem Urbana

Diretrizes	Propostas	Prazo
17. Garantir a drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas.	17.1. **Elaborar estudo com o objetivo de verificar quais áreas de Enéas Marques não são atendidas pela infraestrutura de drenagem pluvial.**	C
	17.2. Exigir que as obras de pavimentação sejam contempladas com sistema de drenagem.	
	17.3. Exigir a execução do sistema de drenagem pluvial, para a aprovação de novos loteamentos.	
	17.4. Realizar a manutenção e limpeza constante dos bueiros e galerias de águas pluviais.	
	17.5. Exigir a adequação das construções antigas com a construção de sumidouros de águas pluviais.	
	17.6. Promover a fiscalização efetiva sobre o descarte de lixo em vias públicas, áreas de nascentes, córregos municipais e lotes vazios, com a aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.	M
	17.7. Desenvolver estudo para levantar informações sobre os bueiros que apresentam algum tipo de inadequação (localização, tipo) e realizar sua substituição ou relocação.	
	17.8. Ampliar a rede municipal de drenagem pluvial para as áreas urbanas que não são atendidas pelo serviço, com a construção de emissários finais e dissipadores de energia.	L
	17.9. *Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão de Drenagem Urbana para auxiliar no processo de manutenção e desenvolvimento das malhas de escoamento urbano, visando minimizar danos à sociedade e ao ambiente.*	
	18.1. Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Drenagem Urbana.	C

[80] IBGE, 2021 - Urbanização de vias públicas é a porcentagem de domicílios urbanos em face de quadra com boca de lobo e pavimentação e meio-fio e calçada em relação ao número de domicílios urbanos totais.

Diretrizes	Propostas	Prazo
18. Garantir política adequada de drenagem pluvial.	18.2. Especificar, em legislação, parâmetros mínimos para os projetos de drenagem pluvial em novos loteamentos.	
	18.3. **Especificar, em legislação, parâmetros mínimos de taxa de permeabilidade para novos projetos.**	
19. Incentivar a construção de calçadas ecológicas e sistemas de biorretenção da água da chuva, buscando otimizar o sistema de drenagem.	19.1. Definir, em legislação, padrão para a construção das calçadas ecológicas.	
	19.2. Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas e sistemas de biorretenção da água da chuva com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais.	
	19.3. Conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução e manutenção/ conservação das calçadas ecológicas.	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

21.3 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As principais diretrizes definidas no PDM de 2008 para a coleta de resíduos sólidos englobavam principalmente promover a gestão e a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos e promover alternativas adequadas da destinação dos resíduos industriais. Neste período, de 2008 a 2021, setor obteve melhorias significativas, implementando sistema terceirizado de coleta de resíduos.

Atualmente, Enéas Marques não apresenta graves problemas com o serviço de coleta e destinação dos resíduos sólidos municipais. As principais demandas apontadas pela comunidade foram:

- Regulamentar a coleta de lixo eletrônico, incluindo o descarte correto de lâmpadas;
- Fiscalizar as empresas para que façam a destinação correta dos resíduos; e
- Regulamentar e reestruturar a coleta de resíduos recicláveis.

Em consonância com a meta 12.5 da Agenda 2030 da ONU, as diretrizes e propostas definidas para o serviço de Coleta de Resíduos Sólidos apresentam como objetivo: aprimorar a gestão e o planejamento da coleta de resíduos sólios municipais e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. A Figura 48 representa o ícone do ODS 12.

Figura 48 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

No Quadro 34 a seguir constam as diretrizes e Propostas para a coleta municipal de resíduos sólidos.

Quadro 34 – Diretrizes e Propostas para a Coleta de Resíduos Sólidos

Diretrizes	Propostas	Prazo
20. Aprimorar a gestão e o planejamento da coleta de resíduos sólidos municipais.	20.1. **Promover palestras e campanhas educativas para incentivar e orientar os munícipes na forma correta de separação e destinação do lixo, inclusive nas escolas.**	C
	20.2. Promover campanhas ambientais para orientar os moradores na triagem dos resíduos orgânicos e sólidos.	
	20.3. **Regulamentar a coleta de resíduos recicláveis**	
	20.4. **Regulamentar a coleta de lixo eletrônico, com enfoque no descarte correto de lâmpadas.**	
	20.5. **Elaborar estudo de viabilidade para reestruturação dos equipamentos utilizados no sistema de coleta de resíduos recicláveis.**	
	20.6. Fiscalizar o depósito de lixo em vias públicas, lotes vazios e áreas verdes, com aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.	
	20.7. **Promover a divulgação do cronograma de coleta de resíduos nos distritos.**	
	20.8. Contratar empresa especializada para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).	
	20.9. Contratar empresa especializada para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).	
	20.10. **Promover campanhas ambientais para orientar os munícipes no descarte correto de resíduos provenientes de medicamentos agro veterinários.**	M
	20.11. **Fiscalizar as empresas para que façam a destinação correta dos resíduos, com a previsibilidade de sanções a depender do caso.**	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	20.12. Revisar e atualizar o PGRS a cada 4 anos, de preferência em períodos coincidentes com a vigência do PPA, conforme §2º do Art. 52 da Lei Federal 11.445/2007.	L
21. Aprimorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos	21.1. Incentivar implantação de um sistema de compostagem municipal.	M
	21.2. Implantar pontos de coleta de resíduos sólidos, de recicláveis e eletrônicos e divulgar mapeamento dos pontos e áreas atendidas.	
	21.3. *Implementar sistemas inteligentes objetivando auxiliar na organização do processo de coleta de lixo municipal.*	

Nota: As propostas destacadas em **negrito** foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

21.4 ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

Um sistema de iluminação pública mais eficiente se traduz em economia e segurança, além de favorecer a utilização dos espaços públicos, o turismo e o comércio. Conforme a análise temática integrada, Enéas Marques não apresentar graves problemas com o fornecimento de energia elétrica e investimentos neste setor estão sendo realizados para ampliar a qualidade e os serviços fornecidos.

As diretrizes e propostas definidas para a Iluminação Pública e Energia Elétrica de Enéas Marques visam sanar a demanda atual municipal e alcançar as seguintes metas apresentadas no Objetivo 7 da Agenda 2030:

- expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis;
- assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

Figura 49 - ODS 7 - Energia acessível e limpa



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Com a Revisão do PDM propõe-se, principalmente, a implementação de iluminação rebaixada e a continuidade da substituição das lâmpadas existentes (não eficientes) pelas do tipo LED, com o

objetivo de garantir iluminação pública mais adequada e eficiente e diminuir os conflitos da iluminação pública com a arborização urbana.

As diretrizes e propostas para o tema constam no Quadro 35, a seguir.

Quadro 35 – Diretrizes e Propostas para a Iluminação Pública

Diretrizes	Propostas	Prazo
22. Garantir que toda a população tenha acesso à iluminação pública e energia elétrica.	22.1. Conciliar a expansão urbana com a ampliação da infraestrutura de iluminação pública e energia elétrica.	C
	22.2. Garantir que todas as vias urbanas possuam iluminação pública instalada e em funcionamento.	
	22.3. Garantir que todas as propriedades rurais tenham acesso à rede de energia elétrica.	
23. Exigir iluminação pública eficiente, moderna e econômica nos novos loteamentos.	23.1. *Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED.*	
	23.2. *Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Energia Elétrica (PLAMGE), instrumento norteador da Gestão Energética Municipal (GEM) que busca aperfeiçoar a qualidade e o planejamento dos serviços públicos, permitindo, dentre outros serviços, a avaliação georreferenciada dos postes de iluminação pública.*	C
	23.3. Implementar Iluminação pública em 100% da área urbana dos distritos de Vista Alegre e Pinhalzinho.	
	23.4. **Intensificar a manutenção à rede de energia elétrica e iluminação pública no Interior.**	
	23.5. *Continuar a substituição gradativa das luminárias convencionais por luminárias do tipo LED.*	
	23.6. *Instalar iluminação rebaixada em locais muito arborizados ou com maior movimentação noturna, priorizando estabelecimentos de Saúde, Educação, Esportes e Lazer e atrações turísticas.*	M
	23.7. Realizar estudo específico para proporcionar melhorias na iluminação pública existente, inclusive nos bairros mais afastados.	
24. Incentivar o uso de fontes de energia renováveis.	24.1. *Utilizar, nos edifícios da administração pública, lâmpadas tipo LED, painéis solares e ventilação natural, entre outros recursos sustentáveis para economia de energia elétrica.*	C

Diretrizes	Propostas	Prazo
	24.2. *Utilizar os postes de luz para a instalação de outras tecnologias que visem a transformação inteligente da cidade.*	M
	24.3. Capacitar a equipe técnica municipal de Arquitetos e Engenheiros para utilizar energias renováveis e obter selos de sustentabilidade nas edificações públicas.	
	24.4. *Buscar certificações e selos de sustentabilidade para os próximos edifícios a serem construídos pelo poder público municipal como AQUA, LEED, BREEAM, PROCELEDIFICA etc.*	L

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

22. MOBILIDADE URBANA

Entende-se por mobilidade urbana o deslocamento da população no espaço urbano, utilizando a infraestrutura existente, seja por meio individual ou coletivo, público ou privado, motorizado ou não motorizado. A infraestrutura de mobilidade urbana engloba diversos aspectos como o sistema viário, pavimentação, calçadas, arborização das vias, acessibilidade, sinalização, iluminação pública, trânsito e modais de transporte. Sendo assim, a melhoria da mobilidade urbana deve englobar melhorias em todo este conjunto de condicionantes, de forma a promover o acesso da população ao desenvolvimento sustentável ordenado.

22.1 MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO

A Lei do Sistema Viário vigente de Enéas Marques é a Lei nº 008, de 17 de abril de 2008. Esta lei estabelece a hierarquia do sistema viário municipal e urbano. A hierarquização atribui um nível de importância para cada via a partir da sua função, buscando prover um sistema viário contínuo, com capacidade adequada e garantindo o acesso à cidade e a minimização dos conflitos de tráfego.

Especificamente em relação à mobilidade a pé, conforme Nota Técnica Conjunta nº01/2018 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência e do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná, elaborada com base nos art. 60 e 61 da Lei Brasileira de Inclusão, os Municípios devem assumir a construção, a adequação e a conservação das calçadas dentro dos padrões técnicos de acessibilidade, através de diretrizes para padronização e da implantação de uma rede de rotas acessíveis.

Segundo a NBR 9050 vigente da ABNT, entende-se por rota acessível o "trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que passa ser sinalizado, de forma autônoma e segura, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida".

Sob este aspecto, é proposto o Plano de Rotas Acessíveis de Enéas Marques, conforme Mapa 24, que indica as vias prioritárias para implantação e reforma de calçadas acessíveis, pelo Município, considerando a localização dos principais equipamentos públicos e as principais vias comerciais, de forma a promover e qualificar o uso do espaço público e priorizar os modais de transporte não motorizados sobre os motorizados e valorizar os deslocamentos a pé.

As novas diretrizes e propostas para o sistema viário e mobilidade urbana de Enéas Marques constam no Quadro 36 e Mapa 24.

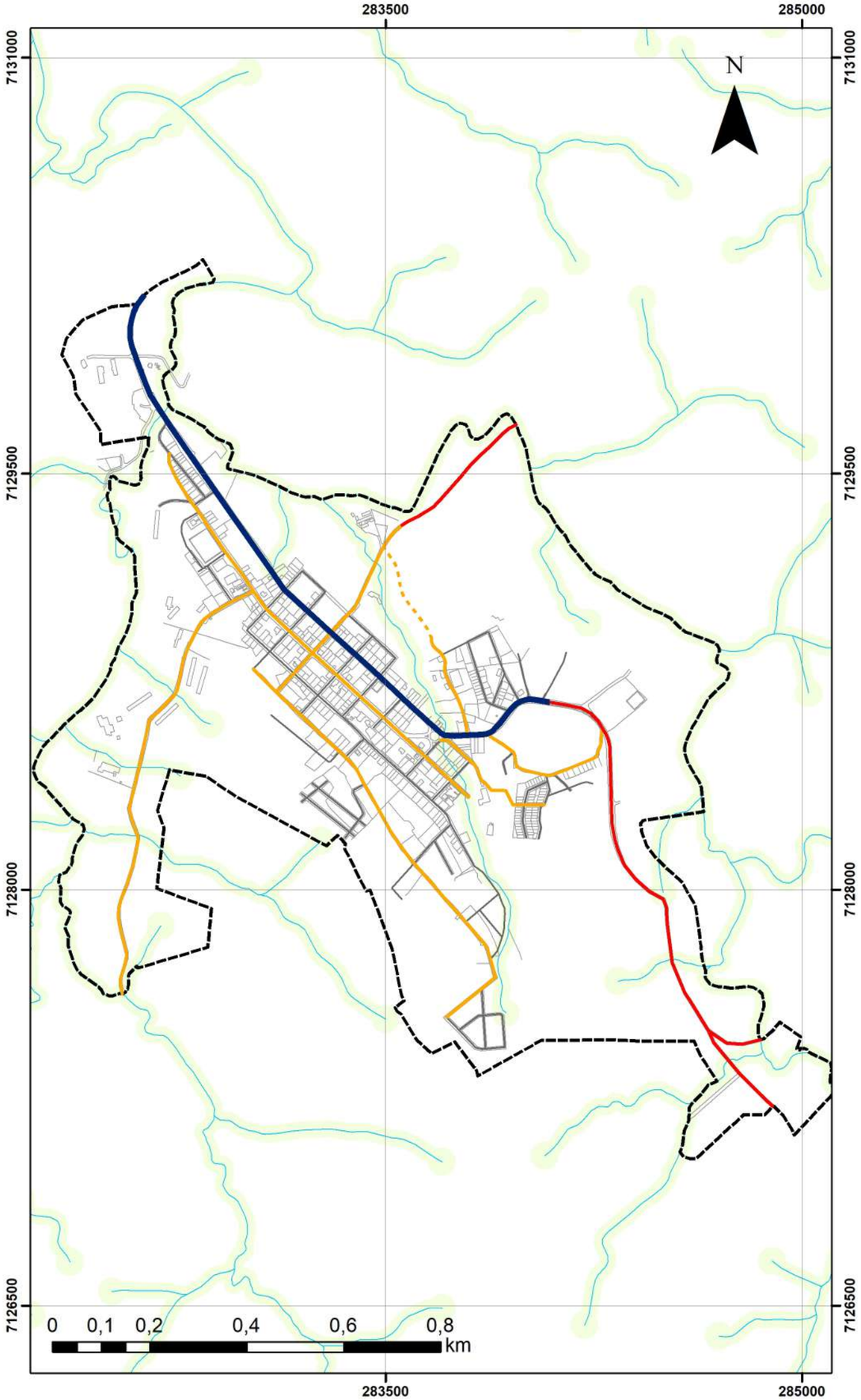
Quadro 36 – Diretrizes e propostas para a Mobilidade Urbana e o Sistema Viário

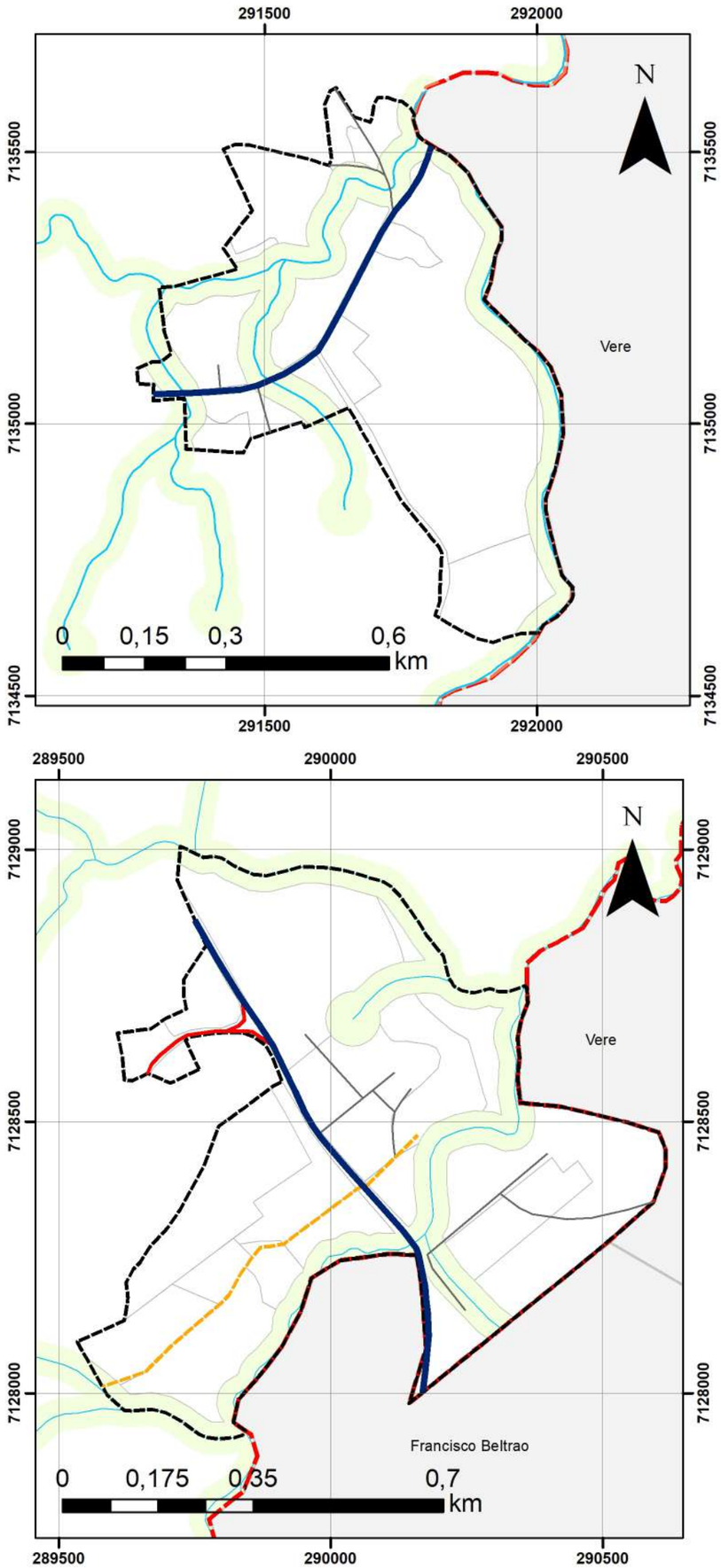
Diretrizes	Propostas		Prazo
25. Melhorar a circulação urbana e facilitar a acessibilidade.	25.1.	Realizar fiscalização das calçadas de maneira a garantir que não haja obstruções temporárias que dificultem o trajeto do pedestre ou da população, Pessoas com Deficiência (PcD) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR).	C
	25.2.	Implantar redutores de velocidade (quebra-molas) nas vias pertencentes a áreas residenciais visando a segurança dos pedestres.	
	25.3.	**Adequar as calçadas em concordância com a NBR 9.050/2020.**	
	25.4.	**Implementar, por meio de legislação, a adoção do padrão de calçadas ecológicas para Enéas Marques.**	
	25.5.	**Exigir a execução de rampas de acessibilidade em edificações que tenham acesso ao público.**	
	25.6.	Elaborar projetos de intervenção viária nos pontos de maior conflito viário, visando otimizar o fluxo e a segurança.	
	25.7.	**Implantar o Plano de Rotas Acessíveis (**Mapa 24**), com tratamento adequado de calçadas, de maneira que toda a população possa usufruir do espaço público, inclusive PCD e PMR, por meio de projetos integradores que qualifiquem os espaços públicos e contribuam para aumentar o sentimento de pertencimento da população à cidade.**	
26. Planejar adequadamente o sistema viário urbano e municipal.	26.1.	Garantir que novos loteamentos só sejam aprovados quando proverem continuidade às vias existentes e em conformidade com a Lei do Sistema Viário.	
	26.2.	**Implementar regulamentação para organizar o tráfego de veículos pesados na área urbana, especificando em lei os horários e rotas permitidas.**	
	26.3.	Implantar um Sistema Cicloviário, por meio de projetos integradores que qualifiquem os espaços públicos e contribuam para aumentar o sentimento de pertencimento da população à cidade.	
	26.4.	Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de acordo com as premissas da política nacional para o setor, deste Plano Diretor e da legislação urbanística que o complementa.	L
	26.5.	Realizar o monitoramento e manutenção de travessias (pontes, dutos, entre outros) nas estradas municipais que dão acesso às propriedades rurais.	

Diretrizes	Propostas		Prazo
	26.6.	Revisar constantemente e atualizar, quando necessário, a Hierarquia Viária de Enéas Marques.	
27. Recuperar e ampliar a malha pavimentada urbana.	27.1.	Alcançar 100% de pavimentação das vias urbanas do Município, com recape ou pavimentação asfáltica	C
	27.2.	Realizar permanentemente obras de manutenção das vias pavimentadas da área urbana, conforme a demanda, priorizando as vias de maior fluxo.	
28. Melhorar a manutenção da malha rodoviária da zona rural.	28.1.	Promover melhorias nos acessos às propriedades rurais, por meio da manutenção, adequação e cascalhamento das estradas rurais municipais.	
	28.2.	Adequar as estradas rurais, de acordo com a legislação do sistema viário vigente;	M
29. Incentivar o uso de modais de transporte não motorizados.	29.1.	*Elaborar estudo visando implementar um sistema integrado de ciclovias, contemplando todos os bairros de Enéas Marques.*	
	29.2.	Implantar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização de bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.	
	29.3.	Promover ações de educação no trânsito, conscientizando a população sobre segurança e respeito aos pedestres e ciclistas.	
30. Incentivar a implantação de um sistema de transporte público coletivo.	30.1.	Elaborar um estudo de viabilidade para implantar no município um sistema público de transporte coletivo.	L
31. Implantar Contorno Viário e Acesso Secundário à cidade.	31.1.	Contratar empresa especializada, através de licitação, para elaborar o projeto do Contorno Viário Sul (Mapa 23).	
	31.2.	**Implantar o Contorno Viário Sul, visando aumentar a segurança para veículos, ciclistas e pedestres, melhorar a fluidez do tráfego e manter as vias urbanas em bom estado de conservação, evitando a degradação e a necessidade de manutenções recorrentes da pavimentação.**	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.





Legenda

- Via Arterial
- Via de Trânsito Rápido
- Via Coletora
- Projeção Via Coletora
- Via Local
- Limite Municipal
- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

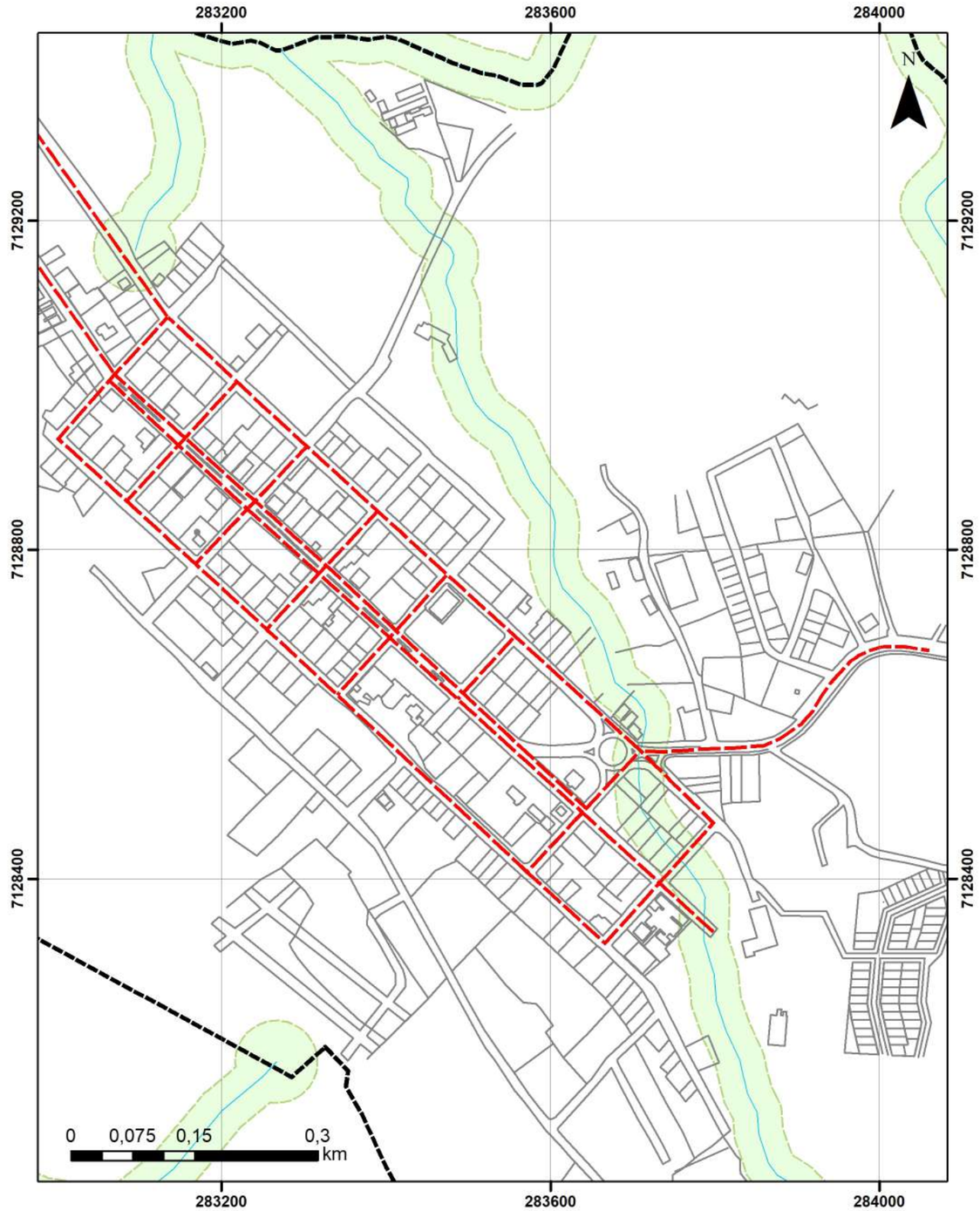
Mapa 23 - Diretrizes e Hierarquias Viárias

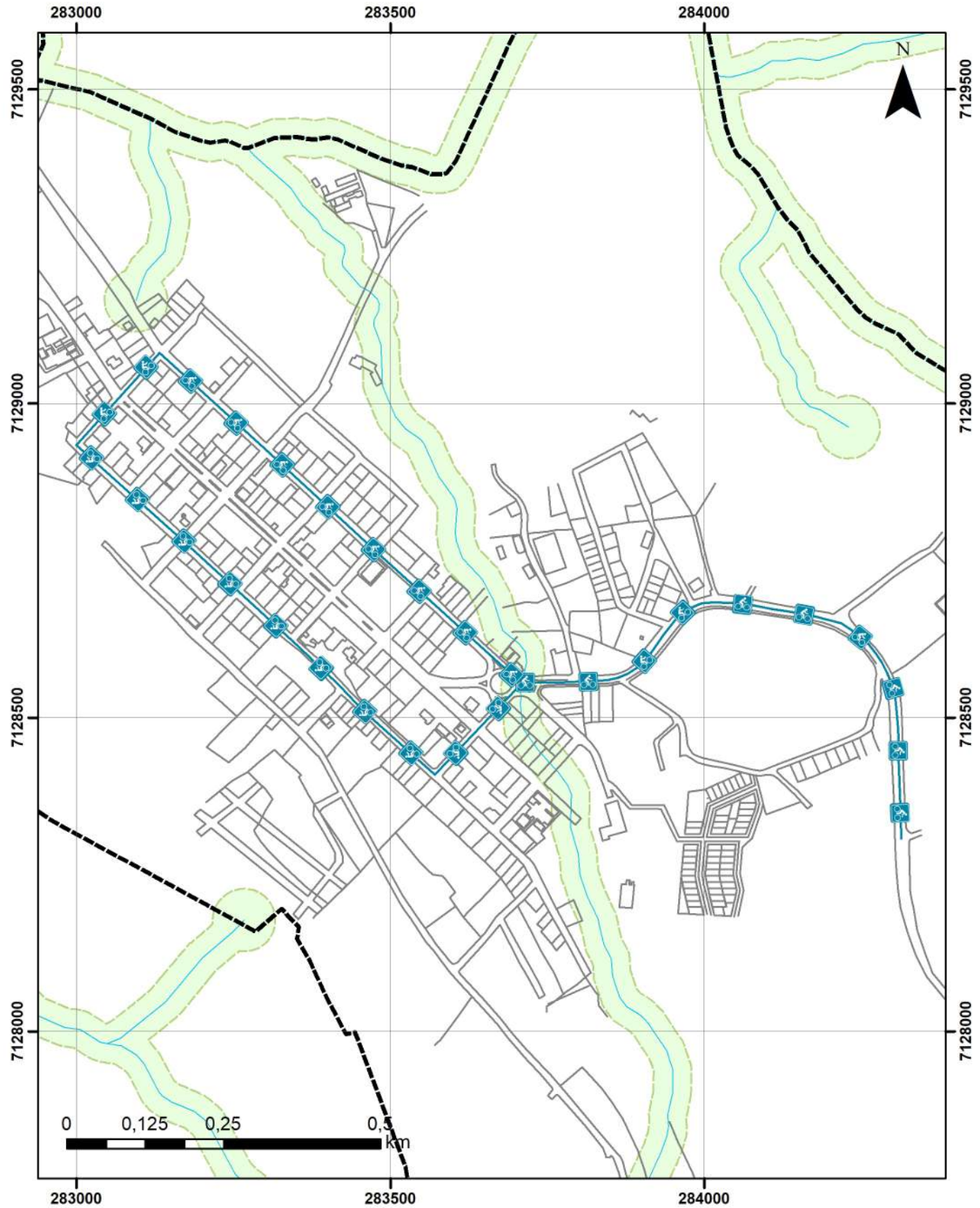
Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades





Legenda

- Rotas Acessíveis
- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Proposta de Ciclovia

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mapa 24 - Propostas de Rotas Acessíveis e Ciclovia

Responsável técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:
DRZ - Gestão de Cidades

23. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Uma cidade sustentável deve garantir o uso dos recursos naturais sem causar o esgotamento do meio ambiente e garantir uma boa qualidade aos cidadãos e para as gerações futuras. Neste capítulo são tratadas as diretrizes e propostas para a arborização urbana, preservação e recuperação ambiental e cemitérios e serviços funerários.

23.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Conforme apresentado na Fase anterior da revisão do Plano Diretor, Enéas Marques possui um rico ambiente a ser preservado para as gerações futuras. O Município conta com mais de 200 nascentes, diferentes mananciais subterrâneos e 44% de seu território coberto por florestas (aproximadamente 8.600 hectares).

Em conformidade com os objetivos 13 e 15 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, para os próximos 10 anos Enéas Marques deve promover a gestão ambiental integrada do território a partir de uma pauta que considere o clima urbano, os efeitos das mudanças climáticas, a proteção, recuperação e promoção sustentável dos ecossistemas terrestres, e o desenvolvimento de uma política que valorize a sócio biodiversidade.

Figura 50 - ODS 13 e 15 da Agenda 2030



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

No Quadro 37 estão descritas as diretrizes e propostas para a proteção e preservação do meio ambiente no âmbito municipal.

Quadro 37 – Diretrizes e Propostas para a Proteção e Preservação Ambiental

Diretrizes	Propostas	Prazo
32. Promover política adequada de Proteção e Preservação Ambiental.	32.1. Estabelecer, nos processos de licenciamento de novos parcelamentos para fins urbanos, diretrizes urbanísticas que favoreçam a qualificação ambiental e paisagística da cidade.	C

Diretrizes	Propostas	Prazo
	32.2. **Desenvolver programas e projetos que contribuam para a qualificação ambiental, direcionados principalmente para recuperação de áreas degradadas e de matas ciliares e nascentes dos rios, arborização urbana, criação de unidades de conservação, praças municipais e manutenção da permeabilidade do solo.**	C
	32.3. **Promover palestras e campanhas educativas para conscientizar os munícipes em sobre proibição e consequências de queimadas em território municipal.**	
33. Promover ações visando formar consciência coletiva sobre a necessidade de preservação e manutenção da qualidade ambiental.	33.1. **Promover campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.**	C
	33.2. Realizar campanhas de educação ambiental junto aos produtores rurais, com intuito de evitar o derramamento indevido de pesticidas nos abastecedouros durante o abastecimento das máquinas ou nas estradas, no percurso entre os abastecedouros e local da aplicação.	
	33.3. Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública e população em geral, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas, quanto atividades práticas.	M
	33.4. Apoiar a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e planos de recuperação de áreas degradadas de produtores familiares.	
34. Dar suporte a fiscalização visando a Proteção e Preservação Ambiental.	34.1. Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados ao licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, em especial nas áreas protegidas.	C
	34.2. *Promover a modernização do processo de fiscalização, com aquisição de softwares e equipamentos que auxiliem nas atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.*	M
35. Garantir a proteção e a recuperação das áreas de preservação permanente e demais áreas com vegetação nativa remanescente, bem como investir na criação de novas áreas de valor ambiental.	35.1. Elaborar estudo visando levantar informações a respeito das áreas de risco ambiental.	C
	35.2. Preservar as áreas de valor ambiental e de interesse turístico.	
	35.3. Desenvolver programas para monitorar a recuperação e preservação das reservas legais.	
	35.4. Incentivar a criação de áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	35.5. Desenvolver projetos de proteção das nascentes, entre outras medidas que favoreçam a proteção das nascentes e sua incorporação à cidade como elemento de qualificação do espaço urbano.	M
	35.6. Desenvolver projeto de parque linear (Zona do Parque Jaracatiá) ao longo do trecho urbano do Rio Jaracatiá.	
	35.7. Implantar o Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

23.2 ARBORIZAÇÃO URBANA

A arborização urbana adequada traz inúmeros benefícios à população como a amenização das amplitudes térmicas, proteção do solo contra a erosão, melhoria na qualidade do ar e diminuição a poluição sonora e atmosférica e, entre outras vantagens ao meio ambiente, estimula a mobilidade ativa, ou seja, os deslocamentos a pé e por bicicleta.

Na Análise Temática Integrada constatou-se que as principais demandas apresentadas pelo Município advêm dos conflitos entre a arborização e a iluminação pública, do plantio de espécies inadequadas que comprometem a condição da calçada e a necessidade de elaboração e implementação do Plano Municipal de Arborização Urbana.

O Quadro 38 apresenta as diretrizes e propostas para a arborização urbana.

Quadro 38 – Diretrizes e Propostas para a Arborização Urbana

Diretrizes	Propostas	Prazo
36. Regulamentar e garantir a arborização urbana adequada.	36.1. **Elaborar e implementar o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), estabelecendo, dentre outras questões, as práticas corretas para manejo das espécies adotadas.**	C
	36.2. **Capacitar os servidores públicos responsáveis pela poda das árvores visando, principalmente, evitar os conflitos com a rede pública de eletricidade.**	
	36.3. Fiscalizar a aplicação de penalidades em casos de podas e remoções não autorizadas, conforme multa estabelecida no Código de Obras.	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	36.4. Ampliar a cobertura vegetal na área urbana, com a arborização de vias, principalmente da Avenida Joaquim Bonetti, para amenizar as ilhas de calor, bem como a criar áreas de vegetação urbana com a minimização do desconforto térmico, relacionando-a diretamente com a redução do consumo de energia elétrica.	C
	36.5. Promover divulgação dos locais de destinação de resíduos de podas de árvore.	
	36.6. Realizar constante manutenção nas praças e canteiros municipais.	
	36.7. **Identificar e substituir, conforme estabelecido no PMAU, as espécies de árvores exóticas por nativas adequadas à arborização urbana.**	M
	36.8. Criar programa de incentivo à realização de SISLEG (Sistema Estadual de implantação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal) para pequenas propriedades rurais, pela prefeitura ou através de parcerias público-privadas.	
	36.9. *Implementar sistema digital e georreferenciada de avaliação das árvores do Município permitindo a abertura de solicitações de manutenção e zeladoria da arborização urbana.*	L
	36.10. **Implementar o viveiro municipal e estimular a produção de mudas de espécies nativas.**	
	36.11. **Promover a distribuição aos munícipes das mudas produzidas no viveiro municipal.**	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

23.3 CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Em busca de suprir a demanda identificada na Fase anterior da RPDM, a principal diretriz para os próximos 10 anos é construção de um novo cemitério municipal ou ampliação do cemitério existente. Esta ação deve ser realizada cumprindo as normas e resoluções vigentes dos órgãos ambientais. O Quadro 39 apresenta as diretrizes e propostas para o tema.

Quadro 39 – Diretrizes e Propostas para os Cemitérios

Diretrizes	Propostas	Prazo
37. Adequar os cemitérios de Enéas Marques.	37.1. **Ampliar o cemitério municipal da sede urbana a fim de adequar a capacidade de suporte à realidade do Município.**	C

Diretrizes	Propostas	Prazo
	37.2. **Garantir que os cemitérios municipais obedeçam à Resolução CONAMA nº 335/2003 e tenham licenciamento conforme determinações do IAT.**	
	37.3. Implementar iluminação interna ao cemitério da sede.	
	37.4. Monitorar, junto aos órgãos ambientais, o solo e os lençóis freáticos próximos ao cemitério para detectar contaminações.	
	37.5. Monitorar constantemente possíveis focos de insetos transmissores de doenças no cemitério, através da Vigilância Epidemiológica e dos Agentes de Controle de Endemias.	
	37.6. **Promover a construção de ossuário no cemitério municipal.**	M
	37.7. **Construção de Capela mortuária no cemitério da sede urbana**	L
38. Garantir o bom estado de conservação do cemitério Municipal.	38.1. **Construir as vias internas do cemitério municipal e garantir acessibilidade conforme NBR 9050 vigente.**	C
	38.2. Controlar e monitorar a capacidade de atendimento do cemitério conforme a demanda do Município	
	38.3. *Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão do Cemitério Municipal da sede urbana, a fim de providenciar a manutenção e o gerenciamento adequados, organizando os cadastros físicos, ativos e obsoletos, de forma rápida e eficaz.*	L

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Neste capítulo, Desenvolvimento Socioeconômico, estão as diretrizes e propostas para economia e para as políticas municipais de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, segurança pública e habitação.

24.1 ECONOMIA

Os números apresentados na Análise Temática Integrada sugerem a necessidade de atenção aos setores produtivos da economia, incentivando a criação de mais empregos nas atividades privadas para minimizar dependência de administração pública e das transferências de rendas do governo federal.

Embora os índices mostrem a importância do setor público na geração de emprego e renda, fomentar e dar condições de estruturas para as atividades privadas deve se tornar uma política pública, visando a atração de empresas e empreendedores para o desenvolvimento econômico do Município.

Para equilibrar a distribuição das riquezas do município por setor, considerando em especial o Valor Adicionado Fiscal, recomenda-se:

- investimentos mais elevados no setor industrial – através de incentivos fiscais, patrimoniais *etc.*;
- buscar alternativas para retornar o desempenho do setor agropecuário, devido às quedas nos anos de 2016 e 2017;
- manter os níveis avançados do setor de serviços, que concentra praticamente no domínio econômico com atividades nas áreas de serviços, comércio e administração pública.

Deve-se também estabelecer metas, programas de incentivos e parcerias com instituições e cooperativas. Assim como deve-se buscar parcerias entre o setor comércio/serviços e a agropecuária, como forma de prospectar indicadores sociais e econômicos, contribuindo com a população e promovendo o desenvolvimento local.

24.1.1 AGROPECUÁRIA

Para os próximos 10 anos, o Município deve promover o crescimento do setor agropecuário por meio da implementação de políticas econômicas municipais com o objetivo de estimular a geração de empregos e renda. As diretrizes e propostas para a agropecuária em Enéas Marques constam no Quadro 40 a seguir:

Quadro 40 – Diretrizes e Propostas para a Agropecuária

Diretrizes	Propostas	Prazo
39. Fomentar a agricultura familiar e pequenos produtores rurais.	39.1. Realizar de forma continuada, investimentos e atividades de incentivo aos pequenos produtores.	C
	39.2. Valorizar a agricultura familiar e as comunidades tradicionais para a conservação ambiental, estimulando a produção orgânica e a geração de renda dos pequenos produtores na área rural.	
	39.3. Dar suporte aos pequenos produtores rurais por meio da disponibilização ou facilitação na aquisição de sementes, mudas, calcários e insumos agrícolas.	
	39.4. Fortalecer a rede de contatos elaborada para a comercialização dos produtos agrícolas e beneficiados do Município.	
	39.5. Promover palestras e cartilhas, de forma a realizar ações conjuntas para ampliar as possibilidades de inserção econômica.	M
	39.6. *Promover a capacitação dos pequenos produtores rurais, no que se refere à modernização tecnológica.*	
	39.7. Apoiar a implantação de projetos de criação de pequenos animais, para aumentar a renda e incentivar a permanência da população na área rural.	
	39.8. Priorizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) para os pequenos produtores, de acordo com a Pnater, instituída pela Lei 12.188/2010.	
40. Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.	40.1. Implantar o Centro de Processamento e Comercialização de produtos orgânicos.	
	40.2. Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas, ações administrativas, institucionais ou convênios que promovam campanhas, cursos, capacitação e incentivos.	C
41. Garantir a qualidade dos Produtos de Origem Animal.	41.1. Dar suporte a comercialização de produtos de origem animal e vegetal inspecionados e legalizados, oriundos da agropecuária local, por meio da realização de feiras do produto ou outros meios que incentivem a comercialização dos produtos.	
	41.2. Fomentar a produção artesanal de produtos de origem animal por meio de cursos, treinamentos e assistência técnica especializada.	
	41.3. Implementar e regulamentar o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal do Município de Enéas Marques, para se adequar aos requisitos do Sistema Brasileiro de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).	M

Diretrizes	Propostas	Prazo
	41.4. Promover a capacitação técnica para implantação, manutenção e execução dos serviços de Inspeção Municipal de produtos de origem animal.	
	41.5. Implementar Selo de Qualidade Municipal para os alimentos de origem animal, garantindo que tais alimentos sigam os padrões de segurança determinados pelas leis federais e estaduais pertinentes ao produto comercializado.	L

Nota: As propostas em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.1.2 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a economia nacional, o setor industrial é um segmento de forte representatividade para composição do Valor Adicionado Fiscal e, nessa linha de pensamento, são necessários ajustes e mecanismos políticos e econômicos para dinamizar o setor.

Investimentos mais elevados no setor secundário, por certo, favorecerá na agregação de valor na produção, buscando com isso o equilíbrio na distribuição de riquezas e o fortalecimento na arrecadação do Município.

Sendo assim, o crescimento e a diversificação do setor industrial, considerando a produção agropecuária a ser transformada internamente, dará um novo desenho para o aproveitamento das potencialidades locais no processamento industrial dos produtos primários como forma de agregação de valores. Além da importância das indústrias para a geração do emprego e renda, considerando a relação emprego/estabelecimento deste tipo de empreendimento.

Para o setor terciário, recomenda-se atenção especial das instituições, como associação comercial local, SEBRAE, SENAC, SENAI, e do próprio Poder Executivo para dar apoio e estimular os diferentes segmentos do setor.

Para a elaboração das diretrizes e propostas para a temática, foram usadas como referência os ODS 8 e 9 da **Agenda 2030** (Figura 51) que visam promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, o trabalho decente para todos e a industrialização inclusiva e sustentável.

Partindo desses princípios e do diagnóstico apresentado sobre o território de Enéas Marques, cabe ao Município promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem atividades produtivas, geração de empregos dignos, empreendedorismo, criatividade e inovação, além de incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. O Quadro 41, a seguir, contém diretrizes e propostas para a temática.

Figura 51 - ODS 8 e 9 da Agenda 2030



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Quadro 41 – Diretrizes e Propostas para a Indústria, Comércio e Serviços

Diretrizes	Propostas	Prazo
42. Promover o fortalecimento do setor do comércio e serviços.	42.1. **Apoiar a implantação descentralizada de estabelecimentos comerciais e de serviços, para o desenvolvimento local.**	C
	42.2. Promover políticas de desenvolvimento local para dinamização da economia, com geração de empregos, renda e arrecadação, que se constituam em alternativas sustentáveis baseadas no reconhecimento do território, arranjos sociais existentes e ativos ambientais presentes no Município.	
	42.3. Buscar formas de financiamento à projetos, de obtenção de crédito para capital de giro, ampliação de atividades e produção,	
	42.4. Apoiar e fortalecer atividades empreendedoras.	
	42.5. **Elaborar estudo de viabilidade para implementação de sistema físico e digital para divulgar vagas de emprego no município.**	
	42.6. Incentivar a formalização e legalização das empresas municipais.	M
	42.7. Incentivar startups e incubadoras, principalmente na área de Alimentos e Vestuário, através de programas municipais ou via convênios e parcerias com instituições privadas.	
	42.8. *Promover melhoria na qualificação profissional da população para formar mão de obra especializada e assegurar maior inovação, produtividade e qualidade.*	
43. Incentivar a realização de ações e projetos de capacitação e parceria com Instituições.	43.1. Implementar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação profissional oferecidos pelo SEBRAE, SENAC e SENAI.	
	43.2. Implementar ações conjuntas entre as Instituições bancárias e Agência Fomento Paraná com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento para auxílio aos empresários.	
	43.3. *Promover e participar de eventos sobre cidades inteligentes para buscar soluções e ideias inovadoras para o Município.*	

Diretrizes	Propostas	Prazo
44. Implementar políticas voltadas à atividade comercial.	44.1. **Promover cursos de gestão empreendedora e visitas a municípios que já realizaram tais trabalhos e colhem os frutos.**	C
	44.2. **Incentivar o desenvolvimento do artesanato e da gastronomia local.**	
	44.3. **Promover cursos de capacitação econômica e empreendedora aos comerciantes e agricultores locais.**	
	44.4. **Promover eventos e amostras locais, de maneira recorrente, para que os empreendedores e comerciantes possam apresentar seus produtos aos cidadãos e ao poder público.**	
	44.5. **Promover palestras e workshop para capacitação de jovens profissionais.**	
	44.6. **Elaborar políticas de incentivo à inserção aos jovens no mercado de trabalho.**	M
45. Fomentar o setor industrial local.	45.1. Criar áreas para localização estratégica de atividades produtivas implantando o Parque Industrial de Enéas Marques.	C
	45.2. Ampliar a atuação do governo local na área e atração de empreendimentos e captação de novos investimentos.	
	45.3. Promover incentivos à implantação de indústrias e agroindústrias, através de benefícios como a adequação dos tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município.	
	45.4. Identificar possíveis linhas de crédito para renovação ou aquisição de equipamentos e implementos industriais.	M
	45.5. *Modernizar e facilitar o processo de abertura de novas empresas no Município.*	
	45.6. Investir na construção de barracões de modo a oferecer infraestrutura adequada para a instalação de novas indústrias.	L

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em itálico são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.1.3 TURISMO

O desenvolvimento do turismo pode alavancar o desenvolvimento local como um todo, trazendo ganhos econômicos para o município, como o aumento de renda da população e do produto interno e redistribuição de renda. A Agenda 2030 determina como meta para ser alcançada no ODS 8: elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Para que o turismo possa contribuir para melhores condições socioeconômicas das populações locais, é necessário um planejamento adequado da atividade física por parte da gestão local[81]. Com isso, é essencial que o Município invista em ações que tenham como objetivo orientar e promover o desenvolvimento do turismo local, conforme ações apresentadas no Quadro 42.

Quadro 42 – Diretrizes e Proposições para o Turismo

Diretrizes	Propostas	Prazo
46. Fomentar o turismo de Enéas Marques.	46.1. **Implementar políticas de incentivo ao turismo.**	C
	46.2. Incentivar o turismo ecológico e às iniciativas particulares de abertura de estabelecimentos voltados ao turismo.	
	46.3. **Incentivar a criação de rotas gastronômicas rurais e urbanas.**	
	46.4. Implementar políticas de turismo e esportes na busca de promover o cicloturismo no território municipal.	
	46.5. **Prever o incentivo para a realização de eventos culturais, como feiras para exposição de trabalhos artesanais.**	
	46.6. **Prever local para a realização de feiras e eventos culturais.**	M
	46.7. Implementar um sistema de identificação visual de informações sobre os locais de turismo.	
	46.8. Elaborar cartilha com os principais pontos de turismo municipal, com enfoque nas quedas d'águas.	
	46.9. **Garantir a continuidade dos Festivais gastronômicos municipais.**	
	46.10. Implantar, em etapas, um circuito de turismo rural, tirando partido da paisagem natural e da história da ocupação humana de cada porção territorial.	
	46.11. *Divulgar periodicamente, nos meios de comunicação e redes sociais, as atividades turísticas no Município.*	
	46.12. Realizar manutenção e ampliação da sinalização turística no Município, tanto na área urbana quanto na área rural, indicando a direção e distância até os pontos turísticos especificados no catálogo municipal.	L
47. Estimular o desenvolvimento e a conscientização do comércio e serviços locais para atender o turista.	47.1. Incentivar a abertura de estabelecimentos que favoreçam o turismo como pousadas, restaurantes e agências de turismo, inclusive próximo às atrações turísticas potenciais.	M
	47.2. Capacitar o comércio local em parceria com entidades como o SEBRAE.	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

[81] SILVA e MIRANDA, 2013.

24.2 SAÚDE

A Lei Orgânica de Saúde (Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Federal nº 8.142/90) estabelece que a saúde é um direito universal do ser humano e é um dever do Estado prover qualidade de vida através da garantia da atenção à saúde. Dessa forma, cabe ao Município atender às demandas locais e às exigências do Ministério da Saúde, focando na prestação de um atendimento de qualidade no setor.

A **Agenda 2030** estabelece metas integradas que abordam a promoção da saúde e bem-estar como essenciais ao fomento das capacidades humanas. A abordagem é realizada, principalmente, através do aumento substancial dos investimentos na saúde e no recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção dos profissionais da área e na cobertura universal da saúde. As ações incluem a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Figura 52 - ODS 3 Saúde e Bem-estar



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Deste modo, o Quadro 43, a seguir, contém as diretrizes e propostas atuais para a temática.

Quadro 43 – Diretrizes e Propostas para a Saúde

Diretrizes	Propostas	Prazo
48. Adequar os edifícios públicos do setor da saúde às suas necessidades variadas.	48.1. Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de Saúde, conforme NBR 9050 vigente.	C
	48.2. Garantir a manutenção frequente dos edifícios de saúde.	
	48.3. **Elaborar estudo de viabilidade para aquisição de gerador de energia para a UBS, com o intuito de promover os serviços de saúde do município.**	
	48.4. Realizar estudo econômico-financeiro para verificar a viabilidade de ampliação da estrutura física dos equipamentos de saúde visando atender adequadamente a demanda e os serviços ofertados	L
	48.5. **Elaborar estudo de viabilidade para implementação de leito isolado, com intuito de atender pacientes em situação de doenças altamente contagiosas.**	

Diretrizes	Propostas	Prazo
49. Investir nos consórcios de saúde existentes.	49.1. Realizar incentivos junto aos consórcios de saúde existentes no Município.	M
50. Incentivar os programas e ações do setor da Saúde.	50.1. Realizar palestras em conjunto com a Educação para difundir os conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal.	C
	50.2. Ofertar palestras com médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, além de outros profissionais da área da saúde, sobre educação sexual e conscientização de vacinação.	
	50.3. Realizar palestras nas escolas sobre dengue e outras doenças em geral.	
	50.4. Garantir a continuidade dos programas e ações ofertadas pela Secretaria Municipal de Saúde.	
	50.5. Desenvolver campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.	
51. Garantir a modernização do setor da Saúde.	51.1. ***Implementar sistema digital e georreferenciado na Gestão de Saúde da Família para obtenção de informações precisas sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS), automatizar processos e elevar a eficiência e resolutividade dos procedimentos.***	M
	51.2. *Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de Saúde.*	
	51.3. Adquirir equipamentos, materiais e medicamentos para todos os setores do atendimento à saúde.	
52. Investir na capacitação dos servidores da área da saúde	52.1. Oferecer capacitação dos profissionais do setor administrativo e atendimento no público, relacionados à área de saúde.	C
53. Promover o fortalecimento institucional da Secretaria de Saúde,	53.1. Fiscalizar e realizar manutenção constante dos veículos do setor de saúde, de modo a não oferecer riscos no transporte dos pacientes.	
	53.2. Ampliar a frota de veículos para o setor da saúde, conforme demanda e respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.	M

Diretrizes	Propostas	Prazo
	53.3. **Realizar estudo econômico-financeiro para verificar a viabilidade de contratação dos profissionais de saúde que se fizerem necessários para atender a demanda municipal, observando o limite disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.**	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.3 EDUCAÇÃO

Conforme dados apresentados na Análise Temática Integrada, os investimentos mais importantes à curto prazo são a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o fortalecimento das políticas de incentivo à permanência nas escolas.

Além destas ações, considerando os 10 anos de vigência desta revisão do PDM, a Equipe Técnica Municipal ressaltou a importância de:

- manutenção preventiva e ampliação das escolas;
- adequação dos espaços às normas de acessibilidade;
- construção de novas creches para o atendimento da demanda futura.

Sobre a temática, o objetivo 4 da Agenda 2030 busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Figura 53 - ODS Educação de Qualidade



Fonte: ONU, 2015 – Figura trabalhada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Deste modo, o Quadro 44 apresenta as diretrizes e propostas para fortalecer o setor educacional de Enéas Marques.

Quadro 44 – Diretrizes e Propostas para a Educação

Diretrizes	Propostas	Prazo
54. Ampliar e realizar manutenção das	54.1. Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem a norma de acessibilidade (NBR 9050 vigente).	C

Diretrizes	Propostas	Prazo
instalações das escolas e centros de ensino.	54.2. Realizar obras de manutenção periódica que se fizerem necessárias.	
	54.3. ***Implementar sistema para disponibilizar aos munícipes serviços via web com consulta de notas e realização de matrículas.***	M
55. Incentivar a implementação de novos programas educacionais e garantir a continuidade dos existentes.	55.1. Dar continuidade aos programas educacionais ofertados pelo Município.	C
	55.2. Garantir investimentos para a implementação de novos programas educacionais.	
	55.3. **Elaborar estudo de viabilidade para a implantação de ensino integral na rede municipal de ensino**	M
56. Ampliar a formação técnica e profissional dos professores e demais profissionais da educação, estimulando o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores.	56.1. **Garantir investimentos para aprimorar a formação dos professores e servidores.**	C
	56.2. **Incentivar a formação continuada dos docentes na área de Educação Especial e Inclusão.**	
	56.3. *Promover a formação dos docentes em mídias, tecnologias e cultura digital.*	M
57. Garantir a qualidade da merenda escolar.	57.1. Garantir a continuidade dos serviços de merenda escolar com qualidade nutricional e acompanhamento de profissional especializado, bem como a aquisição, preparo e distribuição das refeições nas escolas da rede municipal.	C
58. Garantir que toda a população tenha acesso à equipamentos de educação.	58.1. **Realizar estudo técnico financeiro com o objetivo de verificar a viabilidade de construção de creche municipal.**	
59. Monitorar o crescimento da população em idade escolar.	59.1. Realizar recenseamento periódico (a cada 4 anos por exemplo) da população infantil em idade escolar.	M
60. Garantir a qualidade do serviço de transporte escolar.	60.1. Elaborar estudo para verificar a demanda de renovação e/ou ampliação da frota de veículos existente.	
	60.2. Realizar a manutenção periódica da frota de veículos do setor da Educação.	L
61. Estimular e garantir a permanência do aluno na escola.	61.1. Ampliar a oferta de cursos que incentivem jovens a aprenderem novas habilidades cognitivas como música, línguas, esportes, dança e artesanato, entre outros.	C
	61.2. **Implementar e garantir ensino de informática nas escolas, com equipamentos e o suporte necessário.**	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	61.3. **Prever a inserção da temática do Plano Diretor na educação básica, com intuito de desenvolvimento cidadão desde a infância.**	M

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.4 ASSITÊNCIA SOCIAL

Conforme consta na Análise Temática Integrada, mais de 15% da população de Enéas Marques está cadastrada no Cadastro Único. São cerca de 291 famílias[82] que usufruem ou podem usufruir dos serviços socioassistenciais.

O Quadro 45 apresenta as diretrizes e propostas definidas para a temática.

Quadro 45 – Diretrizes e Propostas para o Assistência Social

Diretrizes	Propostas	Prazo
62. Garantir o atendimento e acompanhamento dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.	62.1. Implementar o Plano Municipal de Assistência Social	C
	62.2. Elaborar programa educacional sobre situações de risco e/ou vulnerabilidade social a ser implementado nas escolas (nos moldes do PROERD).	
	62.3. **Prever incentivos para dar celeridade ao desenvolvimento dos atendimentos voltados à primeira infância.**	
	62.4. Manter e ampliar os serviços socioassistenciais.	M
	62.5. Garantir a atualização periódica do PMAS.	L
63. Assegurar instalações físicas e equipamentos apropriados para o exercício das atividades de assistência social.	63.1. Promover reforma nos edifícios do CRAS.	C
	63.2. Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem a norma de acessibilidade (NBR 9050 vigente).	
64. Dar continuidade aos projetos que o município oferece.	64.1. Dar continuidade aos serviços de Proteção Social de baixa, média e alta complexidade.	
	64.2. **Incentivar os projetos e ações municipais da Assistência Social, assim como a implementação de oficinas e aulas com as crianças assistidas pelo CRAS.**	M

[82] Dados referentes ao mês de abril de 2020.

Diretrizes	Propostas	Prazo
65. Garantir a modernização da Assistência Social.	65.1. *Implementar sistema integrado e georreferenciado de informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.*	
	65.2. *Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de Assistência Social.*	
	65.3. *Implementar banco de dados da população que usufruirá dos serviços socioassistenciais.*	
66. Investir nos recursos humanos na área de Assistência Social.	66.1. **Elaborar estudo financeiro para verificar a viabilidade de contratação de novos funcionários para atender a demanda do Departamento de Assistência Social e Assuntos da Família, observando o limite disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.**	C

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.5 CULTURA, ESPORTE E LAZER

A partir do diagnóstico da Fase anterior, as prioridades para os próximos 10 anos devem ser:

- a diversificação dos espaços e atividades culturais;
- a manutenção e o aprimoramento dos espaços existentes para esporte e lazer.

O Quadro 46 apresenta as diretrizes e propostas para promoção da cultura, esporte de lazer do Município.

Quadro 46 – Diretrizes e Propostas para Cultura, Esporte e Lazer

Diretrizes	Propostas	Prazo
67. Promover política adequada, assegurar instalações físicas e construção de espaços físicos apropriados para o exercício das atividades culturais e de esporte e lazer.	67.1. **Realizar estudo de viabilidade para a implementação de academias ao ar livre no interior.**	C
	67.2. Promover a utilização do Centro Municipal de Eventos Othamar Brchenbrock como espaço para a valorização e venda do artesanato local.	
	67.3. Elaborar estudo de viabilidade financeira para construção de equipamentos culturais como concha acústica, entre outros.	
	67.4. Realizar a manutenção da Biblioteca Cidadã promovendo a acessibilidade conforme NBR vigente.	M

Diretrizes	Propostas	Prazo
68. Estimular a formação, produção e difusão cultural.	68.1. Implementar incentivo à realização de concursos, feiras e exposições municipais, fomentando a produção e possibilitando a divulgação de trabalhos produzidos no Município.	C
	68.2. Dar continuidade às atividades culturais municipais.	
	68.3. Promover a divulgação e atualização do Calendário Oficial Anual de Eventos Festivos.	
	68.4. Fomentar as atividades nas escolas como espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares.	M
	68.5. Promover festivais culturais, buscando parcerias com os municípios vizinhos, possibilitando intercâmbios culturais.	
	68.6. Adquirir os materiais necessários para as atividades culturais realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura.	L
69. Garantir a modernização do setor da Cultura.	69.1. *Implementar sistema integrado de informações da Cultura, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.*	
	69.2. *Realizar estudo econômico-financeiro para ofertar internet em todos os equipamentos culturais.*	
70. Melhorar a estrutura física dos espaços públicos de esporte e lazer.	70.1. Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à norma de acessibilidade (NBR 9050 vigente).	C
	70.2. Proporcionar manutenção e limpeza constante nos campos de futebol, quadras esportivas, ginásios, e academias ao ar livre.	M
	70.3. Para os novos loteamentos, exigir a implantação de áreas verdes com infraestrutura como bancos, arborização, parque infantil, academia ao ar livre, mesas para jogos etc.	
	70.4. Implantar equipamentos esportivos, conforme demanda, dando preferência aos bairros que ainda não são contemplados com tais equipamentos.	L
71. Incentivar o uso recreativo (para lazer e práticas esportivas) das áreas verdes por parte da população.	71.1. Realizar limpeza e manutenção constante nas áreas verdes, visando proporcionar um ambiente mais limpo, seguro e atrativo para a população.	C
	71.2. **Elaborar estudo de viabilidade para fomentar a prática de novas modalidade esportivas, além do futebol.**	
	71.3. Dar continuidade aos projetos esportivos desenvolvidos no Município.	L

Diretrizes	Propostas	Prazo
	71.4. Realizar eventos esportivos abertos ao público nas áreas verdes e praças.	
	71.5. Promover requalificação da Praça Municipal Jaracatiá.	
	71.6. **Elaborar estudo de viabilidade para implementação de internet e disponibilização de acesso gratuito nana Praça Municipal Jaracatiá.**	
72. Garantir a modernização do setor do Esporte e Lazer.	72.1. *Implementar sistema integrado de informações da Secretaria Municipal de Esportes, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.*	M
	72.2. *Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de esporte e lazer.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

24.6 SEGURANÇA PÚBLICA

O Art. 144 da Constituição Federal estabelece que a segurança pública é um dever do Estado, um direito do cidadão e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Visando o aprimoramento dos serviços de Segurança Pública de Enéas Marques, o Quadro 47 apresenta as diretrizes e propostas para a temática.

Quadro 47 – Diretrizes e Propostas para a Segurança Pública

Diretrizes	Propostas	Prazo
73. Melhorar as ações de Segurança Pública.	73.1. Contratar empresa especializada, por meio de processo licitatório, para elaboração do Plano de Defesa Civil.	C
	73.2. **Instalar câmeras de monitoramento nos acessos às áreas urbanas do Município.**	
	73.3. **Incentivar a continuidade do Programa "Comunidade Segura".**	
	73.4. Realizar parcerias junto ao Governo do Estado, visando obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município.	L
74. Modernizar o setor de Segurança Pública.	74.1. *Instalar sistema de monitoramento por câmeras de segurança em diversos pontos estratégicos de Enéas Marques.*	

Diretrizes	Propostas	Prazo
	74.2. *Implementar Centro Integrado de Comando (CEIC), o qual será o polo de monitoramento e operação da cidade.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

25. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e propostas estabelecidas nesta revisão do PDM, faz-se necessário o desenvolvimento institucional do Poder Público Municipal, fomentado pelos instrumentos de democratização da gestão urbana e baseado nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

25.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme a análise das finanças municipais, realizada na Fase anterior da RPDM, o principal caminho para o fortalecimento institucional de Enéas Marques deve ser a busca por alternativas com mecanismos eficazes de atualização e modernização fiscal e tributária, com a finalidade de contribuir para melhorar os índices de arrecadação com vistas a ampliar os benefícios dos serviços públicos para a comunidade através de investimentos, além de reduzir a dependência financeira vindas das transferências constitucionais.

Para vislumbrar um ambiente mais consolidado economicamente para o Município, faz-se necessário:

- Modernizar e atualizar o cadastro imobiliário e a planta genérica de valores[83];
- Aumentar a captação de recursos próprios através de reestruturação da fiscalização e do sistema tributário;
- Atentar-se à utilização de recursos originários dos fundos perdidos;
- Ampliar os cuidados com as transferências de convênios que exigem contrapartida do município.

Quanto à estrutura organizacional da Prefeitura, não é necessário o aumento do número de servidores. Os dados apresentados na Fase anterior mostram que o Município tem trabalhado próximo aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda que esteja dentro dos limites da LRF, é importante manter, para os próximos anos, a atenção na gestão de recursos humanos, fazendo ajustes, quando for necessário, para cumprir a legislação em vigor.

O Quadro 48 apresenta as diretrizes e propostas para a estrutura organizacional e física da administração municipal.

[83] Especificamente os valores da arrecadação com IPTU foram muito baixos, apresentando valor *per capita* de R$43,29 no ano de 2018.

Quadro 48 – Diretrizes e Propostas para o fortalecimento institucional

Diretrizes	Propostas	Prazo
75. Aumentar a receita própria do município.	75.1. Realizar cobrança sistemática dos tributos municipais, impondo sanções a contribuintes inadimplentes como multas, juros, atualização monetária, inclusão de CPF ou CNPJ no SERASA.	C
	75.2. Conscientizar o produtor rural, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sobre a importância de emitir Nota Fiscal do Produtor Rural, que pode gerar linhas e crédito e aposentadoria.	
	75.3. *Contratar empresa especializada para a atualização do Cadastro imobiliário e da Planta Genérica de Valores do Município, promovendo um aumento gradativo e justo no IPTU.*	
	75.4. Atentar-se à utilização de recursos originários dos fundos perdidos.	
	75.5. Ampliar os cuidados com as transferências de convênios que exigem contrapartida do município.	
	75.6. Contingenciar equipe para cobrança de dívida pública relacionada aos impostos municipais com a finalidade de fortalecer a receita do Município.	
	75.7. Aumentar a captação de recursos próprios através de reestruturação da fiscalização e do sistema tributário.	M
76. Inventariar os bens de Patrimônio do Município.	76.1. *Atualizar o levantamento dos bens, móveis e imóveis, pertencentes ao Patrimônio Municipal existente, preferencialmente de forma digital e georreferenciada, quando for o caso.*	C
77. Promover a modernização e atualização administrativa.	77.1. *Conservar a transparência da administração pública.*	
	77.2. *Modernizar e informatizar a administração pública municipal.*	
	77.3. Criar o estatuto regimentar e a implementação da Agenda 2030.	
	77.4. Realizar esforços para continuar melhorando a classificação do Município de Enéas Marques no *ranking* do Índice de Transparência da Administração Pública – ITP, do Tribunal de Contas no Estado do Paraná – TCEPR.	
	77.5. *Promover palestras, workshop e eventos para implementar e difundir os conceitos da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.*	M
	77.6. Promover a participação dos servidores públicos em cursos de capacitação, palestras, feiras e congressos, de forma a possibilitar sua capacitação.	

Diretrizes	Propostas	Prazo
78. Manter a conservação dos edifícios públicos.	78.1. Realizar a manutenção periódica dos prédios públicos.	
79. Implantar Almoxarifado Central.	79.1. Prover prédio para o funcionamento do Almoxarifado Central.	M
	79.2. *Contratar assessoria para elaboração de Plano de Estruturação para Almoxarifado Público, contemplando a estrutura física, pessoal e tecnológica.*	
	79.3. *Contratar assessoria para elaboração de Projeto de Gestão de Almoxarifado Público, visando maximizar a eficiência deste serviço.*	
80. Revisar a atualizar a estrutura organizacional administrativa (organograma).	80.1. Realizar estudo detalhado sobre a estrutura organizacional administrativa com o objetivo de promover maior autonomia nos gastos de cada área, sem onerar excessivamente o Poder Público Municipal.	L
	80.2. Junto com a revisão do organograma, revisar também o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.	
	80.3. Realizar estudo de viabilidade financeira para contratação de funcionários que se fizerem necessários para atender a demanda municipal para o setor administrativo, observando o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.	

Nota: As propostas destacadas em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

25.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

A administração pública, em função de suas competências e responsabilidades sociais, deve organizar e manter atualizado o acervo de informações sobre o Município. O conteúdo dessa base de dados é utilizado constantemente tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas.

O Executivo deverá manter um Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal, com o objetivo de fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor Municipal e na implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O Sistema de Informações tem como objetivo fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do PDM, e na implementação do SIG. Esta é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada.

Alguns sistemas de informações geográficas oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão com custo de treinamento e aquisição bastante acessível, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios com a vantagem de terem maiores oportunidades de disciplinar adequadamente o uso do território seja pelo baixo grau de urbanização como menores conflitos e demandas menos complexas.

Neste contexto, o Quadro 49 apresenta as diretrizes e propostas para a temática.

Quadro 49 – Diretrizes e Propostas para o Sistema de Informações

Diretrizes	Propostas	Prazo
81. Implementar, realizar a manutenção e modernização de Sistema de Planejamento Integrado.	81.1. *Garantir a atualização da base de dados municipal, incluindo dados geoambientais, e disponibilizá-la à população e às Secretarias Municipais através da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG).*	C
	81.2. *Implantar infraestrutura de Dados Espaciais da Prefeitura de Enéas Marques, criando políticas e padrões de coleta, armazenamento, manipulação, análise e compartilhamento de dados geoespaciais referentes ao território do município.*	
	81.3. *Padronizar a cartografia por meio do desenvolvimento do Banco de Dados Geoespaciais, para consolidar em um ambiente único de armazenamento, manipulação e análise da geoinformação.*	
	81.4. *Elaborar estudo econômico-financeiro para a aquisição de novos equipamentos para o Departamento de Informática.*	M
	81.5. *Capacitar profissionais dos departamentos e divisões municipais na execução do SIG, para que possam realizar e padronizar os procedimentos administrativos.*	
	81.6. *Credenciar e preparar o município de Enéas Marques para desenvolver e disponibilizar soluções tecnológicas voltadas para plataforma de Cidades Inteligentes – "Smart City" e aplicações em dispositivos mobiles para as ações de fiscalização da prefeitura e para os processos de gestão colaborativa para os cidadãos.*	L
	81.7. ***Desenvolver aplicações WEB para transformar o Cadastro Técnico Municipal em um Cadastro Técnico Multifinalitário com múltiplas aplicações, principalmente ao planejamento urbano e gestão territorial.***	
82. Garantir o acesso da população aos serviços	82.1. *Capacitar à população por meio de palestras para a utilização dos serviços ofertados por meios digitais.*	C

Diretrizes	Propostas	Prazo
ofertados pela Prefeitura Municipal.	82.2. *Desenvolver e distribuir material de divulgação sobre os serviços ofertados por meios digitais pela Prefeitura Municipal.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

25.3 GESTÃO PARTICIPATIVA

Um dos princípios norteadores da Política Urbana Nacional, estabelecida no Estatuto da Cidade, são os processos de gestão democrática e participativa nas cidades, possibilitando que os cidadãos participem da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

As Diretrizes e Proposições para Gestão Participativa buscam fortalecer a participação dos diversos setores da sociedade nas tomadas de decisões dos poderes executivo e legislativo, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e socioeconômico.

Quadro 50 – Diretrizes e Propostas para a Gestão Participativa

Diretrizes	Propostas	Prazo
83. Incentivar e fortalecer a gestão participativa.	83.1. Organizar debates, palestras e consultas, audiências e conferências públicas para concretizar o Plano Diretor Municipal, de forma a incentivar o processo participativo e iniciativas populares de formulação de projetos de lei.	C
	83.2. *Garantir, por meio de ações administrativas e institucionais, a participação de todas as secretarias, departamentos, divisões municipais e órgãos atuantes no município em todos os processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal.*	
	83.3. Realizar audiências públicas quando houver propostas de grandes mudanças no Município, de forma a considerar as opiniões da população.	
	83.4. Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade, fazendo com que a Câmara legisle cada vez mais em favor do bem-estar e interesse comum.	
	83.5. *Desenvolver e implantar app (aplicativo para smartphone) gratuito para fortalecer a gestão participativa e colocar na palma da mão do cidadão e do gestor público todas as demandas da cidade.*	L

Diretrizes	Propostas	Prazo
	83.6. ***Implementar sistema eletrônico de Gestão do Plano Diretor, de forma que a população possa controlar e validar as diretrizes e as propostas implementadas, e as leis vigentes no município, de maneira georreferenciada.***	
84. Promover a participação do CDM no acompanhamento e implementação do PDM.	84.1. **Incentivar a participação do CDM para fazer cumprir os objetivos e diretrizes do PDM, bem como a execução das ações elencadas no Plano.**	C
	84.2. Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do município.	C
	84.3. **Incentivar os conselheiros a participarem dos debates e reuniões dos respectivos conselhos municipais.**	
	84.4. Executar os Instrumentos da Cidade em parceria com o CDM.	M
85. Utilizar a tecnologia de smartphones e mídias sociais para uma gestão mais participativa.	85.1. *Possibilitar a participação da população na gestão pública através de mídias sociais, de forma organizada e construtiva, para ampliar a participação popular em Enéas Marques.*	C
	85.2. *Manter constantemente atualizas as redes sociais oficiais da Prefeitura.*	

Nota: As propostas destacadas em negrito foram sugeridas pela população e as em *itálico* são propostas para o desenvolvimento de uma Cidade Inteligente.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

26. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA FASE III

Este produto se refere à Fase III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques. As diretrizes e propostas aqui estabelecidas foram embasadas no diagnóstico elaborado na Análise Temática Integrada (Etapa II), nas vistorias técnicas realizadas pela Equipe Técnica da DRZ, na leitura comunitária extraída das atividades de participação popular através das Audiências Públicas, Oficinas Comunitárias e formulário online encaminhado a todos os munícipes, e nas reuniões com a ETM.

O Plano Diretor Municipal de 2008 buscou criar um processo de Planejamento contínuo para promover o desenvolvimento, ampliar os serviços públicos e a infraestrutura, prevenir os problemas urbanos, ordenar a ocupação do solo a expansão urbana, promover a preservação ambiental, garantir a participação da população no processo de planejamento e construção da cidade, proporcionar qualidade de vida a todos os cidadãos e garantir a função social da propriedade urbana.

Deste modo, a Revisão do Plano Diretor Municipal busca propor diretrizes que almejam impulsionar Enéas Marques para uma nova fase. Partindo da análise da situação e necessidades atuais do Município, e do parecer da população, foram idealizadas novas ações para diferentes setores, e propostos ajustes no sistema de informações para o sistema de planejamento e gestão municipal, fundamentada nos três pilares do desenvolvimento sustentável: **Econômico, Ambiental e Social**.

O resultado desta etapa, por sua vez, servirá de base para a elaboração da Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor Municipal.

FASE IV
P.A.I. E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

27. INTRODUÇÃO AO PAI E À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

A partir deste capítulo o material desenvolvido refere-se à Fase IV da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, e contém o Plano de Ação e Investimentos – PAI – para os próximos 5 anos, e as minutas de anteprojetos de Leis que caracterizam a institucionalização do PDM.

O **Plano de Ação e Investimentos (PAI)** apresenta as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos, considerando a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, o Plano Plurianual (PPA) e outros planos governamentais setoriais correlatos, analisando a capacidade de investimento e endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

A **legislação** pode ser entendida como o conjunto de regras, gerais ou específicas de uma comunidade. É pertinente que uma lei que seja, ao mesmo tempo, adequada às circunstâncias e que tenha capacidade de expressar os destinos da comunidade. Nesse sentido, o reconhecimento da importância da legislação fundamenta-se em sua efetiva aplicação no dia a dia. A soberania popular, tornando-se ela mesma a origem do poder, impõe a si própria uma autoridade na qual se reconhece, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto. Sujeito por ser sua fonte e objeto por se curvar a seus ditames.

São partes integrantes desta Revisão do Plano Diretor Municipal as seguintes Minutas de Anteprojeto de Leis:

I. Lei do Plano Diretor Municipal;

II. Lei dos Perímetros Urbanos;

III. Lei do Parcelamento do Solo e da Regularização Fundiária;

IV. Lei do Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo;

V. Lei do Sistema Viário;

VI. Lei do Código de Obras;

VII. Lei do Código de Posturas.

Desta forma, o Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal e os demais anteprojetos de lei que o complementam são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso do Município de Enéas Marques.

28. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) indica as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, embasado principalmente nas diretrizes e proposições apresentadas na Fase III da Revisão do PDM. As ações que compõem o PAI encontram-se divididas em 11 (onze) dimensões, correspondendo aos Departamentos da atual estrutura organizacional do Município, visando facilitar a implementação das ações e investimentos.

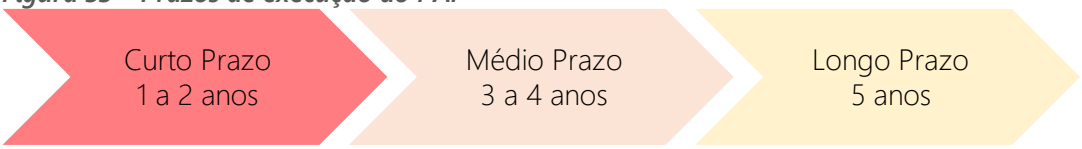
Neste item constam as estimativas de custo de instalações e implantação de programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária. Desta forma, cada ação é classificada em categorias, conforme Figura 54, distribuídas em um horizonte de exequibilidade em curto, médio e longo prazo, conforme Figura 55.

Figura 54 – Categorias para identificação das ações do PAI



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021

Figura 55 – Prazos de execução do PAI



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021

Os custos destas ações serão compatibilizados com a projeção orçamentária e outros planos governamentais setoriais correlatos, analisando a capacidade de investimento e endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido. Foi considerada a execução do Plano Plurianual com vigência de 2018 a 2021, cujos valores orçamentários já estão em execução, além do custo de exequibilidade das propostas de acordo com a capacidade de Investimento Municipal.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate das deficiências e potencialidades encontradas no território municipal, em discussões constantes entre os diversos atores, cujos principais foram a Equipe Técnica Municipal (ETM), Poder Legislativo Municipal, Equipe Técnica da DRZ e o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD).

28.1 RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos para Enéas Marques, nos primeiros cinco anos de vigência da Revisão do Plano Diretor Municipal, somam:

R$ 15.670.360,00 (quinze milhões seiscentos setenta mil trezentos e sessenta reais)

Este montante está distribuído da seguinte forma, conforme Tabela 49:

- Curto prazo: R$ 6.798.430,00 (ou 43,38% do total);
- Médio prazo: R$ 5.415.430,00 (ou 34,56% do total);
- Longo prazo: R$ 3.456.500,00 (ou 22,06% do total).

Tabela 49 – Síntese das ações do Plano de Ação e Investimentos

Departamentos	Custo Estimado (C+M+L) (R$ no mín.)	CURTO (C) (R$ no mín.)		MÉDIO (M) (R$ no mín.)		LONGO (L) (R$ no mín.)
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
de Administração e Gestão	770.860,00	130.215,00	240.215,00	105.215,00	155.215,00	140.000,00
de Fazenda	1.585.000,00	232.000,00	407.000,00	402.000,00	422.000,00	122.000,00
de Obras e Serviços Públicos	2.070.000,00	475.000,00	730.000,00	355.000,00	105.000,00	405.000,00
de Educação, Cultura e Esportes	1.787.000,00	295.000,00	305.000,00	420.000,00	417.000,00	350.000,00
de Saúde	1.682.500,00	637.500,00	637.500,00	142.500,00	142.500,00	122.500,00
de Assistência Social e Assuntos da Família	1.340.000,00	190.000,00	190.000,00	360.000,00	360.000,00	240.000,00
de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal	2.475.000,00	270.000,00	315.000,00	150.000,00	165.000,00	1.575.000,00
de Agropecuária	390.000,00	52.500,00	52.500,00	130.000,00	120.000,00	35.000,00
de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	2.415.000,00	632.000,00	477.000,00	517.000,00	422.000,00	367.000,00
de Viação	1.155.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	260.000,00	100.000,00
de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.670.360,00	3.179.215,00	3.619.215,00	2.846.715,00	2.568.715,00	3.456.500,00
(%)	100%	20,29%	23,10%	18,17%	16,39%	22,06%

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Conceitualmente, o cenário das receitas, despesas e investimentos são alguns dados que permitem avaliar a capacidade de investimento do poder público municipal, influenciando diretamente a circulação financeira no território municipal.

De maneira geral, a receita, por ser de diversas fontes, varia em função da população, da área e das atividades econômicas desenvolvidas no território. Assim como grande parte dos municípios, Enéas Marques tem dependência significativa das transferências governamentais no contexto da arrecadação municipal, em função do baixo desempenho na arrecadação de impostos e taxas que compõem as receitas próprias e receitas tributárias.

Os investimentos do município de Enéas Marques durante o período 2016-2018 em relação à receita orçamentária em média apontaram 10,33% de participação. Os investimentos médios no período 2016-2018 foram de 118,00% derivados da queda de 66,90% no ano de 2016 e queda de 23,14% em 2017 e de aumento de 444,04% em 2018.

Tais dados indicam a necessidade de readequar a administração com esse tipo de gasto, como mediada de precaução para salvaguardar a saúde financeira do Município. Além disso, os investimentos podem ser ampliados com a elevação da arrecadação própria do Município, especialmente se realizadas estratégias de modernização e atualização da gestão tributária. A Tabela 50, a seguir, é um recorte da análise do Indicador de Capacidade de Investimento, parte integrante da Fase II – Análise Temática Integrada desta Revisão do PDM.

Tabela 50 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (em R$ 1,00)

Variáveis	Valores Deflacionados (R$ 1,00)			
	2016	2017	2018	Média
Receita Orçamentária	28.628.712,48	27.839.087,68	31.012.992,14	29.160.264,10
Receita Corrente	24.538.468,36	24.748.794,43	26.203.657,97	25.163.640,25
Transferência Corrente	22.721.601,12	23.204.907,62	24.452.384,40	23.459.631,05
Receita Efetiva[84]	24.538.468,36	24.748.794,43	26.203.657,97	25.163.640,25
Despesa Corrente	19.340.449,03	20.892.889,57	20.892.889,57	19.951.269,17
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.519.062,19	1.167.526,98	6.351.824,28	3.102.804,48
Amortização da Dívida	489.842,43	188.717,13	78.754,63	252.438,07
Despesa corrente + amortização	19.830.291,46	19.809.186,04	20.971.644,20	20.203.707,24
Capacidade de Investimento[85]	4.708.176,90	4.939.608,39	5.232.013,77	4.959.933,01
Capacidade de Investimento (%)[86]	19,19	19,96	19,97	19,71
Investimento/receita orçamentária (%)	5,31	4,19	20,48	10,33
Indicador (investimento/receita orçamentária)	0,05	0,04	0,2	0,10

Fonte: STN, 2018 e Prefeitura Municipal de Enéas Marques (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

[84] Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

[85] Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

[86] Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva

Para a definição das ações apresentadas no PAI, foi adotada a Capacidade de Investimento referente a 2018, quando o Município apontou índice de 19,97%. Os resultados apresentados para a relação investimento e receita orçamentária no período foram preocupantes, visto que os níveis de investimentos nos últimos três anos tiveram média de R$0,10 (para cada R$1,00 de receita orçamentária), valor considerado baixo levando-se em consideração as potencialidades econômicas de Enéas Marques.

Apesar das oscilações verificadas no período, esse comportamento proporciona a possibilidade de ampliar os indicadores da Capacidade de Investimento, visto que essa movimentação se transporta para relação investimento/receita orçamentária para trabalhar no sentido de ampliar os níveis de investimentos, fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender às leis orçamentárias e de reponsabilidades.

Assim, o comportamento das receitas próprias e tributárias de Enéas Marques mostra a necessidade permanente de investimentos na modernização da gestão tributária, com a finalidade de angariar recursos que possam auxiliar o custeio de investimentos municipais e tornar o Município menos dependente das receitas de transferência do Estado e da União.

29. AÇÕES E INVESTIMENTOS PROPOSTOS

29.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES

A análise da implantação das ações será realizada através da verificação da exequibilidade das medidas indicadas em curto, médio e longo prazo. Estas informações servirão também para monitorar o crescimento urbano no Município, alcançando as metas e ações já estipuladas no PPA e que também estão contempladas no PAI.

29.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES

Todas as ações definidas no PAI deverão ser viabilizadas nos anos previstos. O monitoramento das ações será feito através da verificação da execução das atividades em curto, médio e longo prazo, avaliadas conforme os Indicadores de Resultados apresentados no Item 29.4 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

.

29.3 CUSTOS DE EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os custos de execução das ações são estimados e podem sofrer variações no ato de implementação. As ações de cuidado, revisão, controle e fiscalização, que são consideradas "AÇÕES ADMINISTRATIVAS", já estão em execução pelo Poder Executivo no decorrer de suas funções cotidianas. Outras ações, eventualmente, podem sofrer alterações dos valores atribuídos a elas, visando maior agilidade aos procedimentos cabíveis a cada situação elencada e sendo descritas como ações de "CUSTOS VARIÁVEIS[87]".

Além destas, há situações que demandam a elaboração de estudo mais aprofundado para estipular valores, como a implementação de projetos e planos específicos, sendo descritas como ações "ATRELADAS À ELABORAÇÃO DE PROJETO ESPECÍFICO", que podem ter valores variando conforme o custo do processo licitatório, dificuldade de execução da obra, aquisição de terreno e necessidade de mão de obra especializada, entre outros.

Do item 29.3.1 ao item 29.3.11 são apresentadas as ações propostas conforme a organização administrativa e sua divisão por Departamentos Municipais.

87 O PAI deverá ser atualizado quando as ações com custos variáveis obtiverem estudos específicos de custos.

29.3.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Quadro 51 – Ações para o Departamento Municipal de Administração e Gestão

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
MACROZONEAMENTO MUNICIPAL									
1	Respeitar as delimitações de cada área do macrozoneamento municipal, visando o desenvolvimento harmônico entre as atividades econômicas, sociais e ambientais.	Ação Administrativa						Município	1
2	Controlar e orientar o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas à Área de Proteção Ambiental e Produção Rural.	Ação Administrativa						Município	1
3	Orientar os produtores rurais sobre práticas sustentáveis e manejo adequado das culturas.	Ação Administrativa						Município	1
4	Estabelecer critérios para implantação de atividades turísticas e recreativas na Macrozona de Proteção Ambiental, de forma a não causar impactos ambientais e respeitar o módulo fiscal mínimo estabelecido na legislação federal.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
5	Revisar constantemente e atualizar, quando necessário, o Macrozoneamento Municipal.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
6	Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão de Infraestrutura Rural destinado à atualização e regularização fundiária dos espaços rurais do Município, bem como a atualização do cadastro dos imóveis rurais, auxiliando a fiscalização.	R$ 150.000,00				R$ 50.000,00	R$ 100.000,00	Município / MCTI	4
Subtotal		R$ 150.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00	R$ 100.000,00		
PERÍMETRO URBANO E EXPANSÃO URBANA									
7	Revisar, sempre que necessário, a ampliação do perímetro urbano, harmonizado com	Ação Administrativa						Município	1

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	características do entorno como solo, relevo, bacias hidrográficas, APP etc.								
8	Buscar que a expansão urbana seja feita sempre em área mais próxima possível à área urbana consolidada, de forma a otimizar a infraestrutura existente e, consequentemente, os recursos municipais	Ação Administrativa						Município	1
Subtotal		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		
MACROZONEAMENTO URBANO									
9	Respeitar as delimitações de cada área do Macrozoneamento Urbano, visando o desenvolvimento urbano harmônico	Ação Administrativa						Município	1
10	Coibir a expansão urbana de cunho residencial em direção as áreas de preservação ambiental.	Ação Administrativa						Município	1
11	Coibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas ao perímetro urbano, considerando a proximidade com áreas urbanizadas.	Ação Administrativa						Município	1
12	Fiscalizar constantemente as áreas da Macrozona Urbana de Preservação Ambiental, provendo a manutenção necessária.	R$ 80.860,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00		Município	1
13	Aplicar, quando necessário, os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
14	Atualizar constantemente o Macrozoneamento Urbano de Enéas Marques como subsídio para o Zoneamento Urbano.	Ação Administrativa						Município	1
Subtotal		R$ 80.860,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00	R$ 20.215,00	R$ 0,00		
ZONEAMENTO URBANO									
15	Dividir o território em zonas, em função de suas características e potencialidades.	Ação Administrativa						Município	1 e 3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
16	Instituir unidades de conservação além das Áreas de Preservação Permanentes.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
17	Assegurar a multiplicidade e a complementariedade de usos, mitigando a possibilidade de conflitos.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
18	Estabelecer condições para a implantação de atividades, considerando seu porte, a infraestrutura e os impactos na vizinhança, no sistema viário e no meio ambiente.	R$ 150.000,00	R$ 70.000,00	R$ 80.000,00				Município	4
19	Garantir que o Zoneamento seja respeitado para o crescimento urbano ordenado.	Ação Administrativa						Município	1
20	Atualizar o Código Tributário e as alíquotas utilizadas para a composição dos tributos municipais a fim de adequar a arrecadação de impostos à realidade local.	R$ 100.000,00		R$ 100.000,00				Município / Estado	1 e 3
21	Atualizar e manter atualizado a base cadastral urbana por meio do recadastramento de lotes, quadras e logradouros do Município.	R$ 100.000,00			R$ 50.000,00	R$ 50.000,00		Município / Estado	1 e 3
22	Manter o zoneamento atualizado, representando fielmente a realidade de Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município	1
23	Buscar a implementação de softwares que auxiliem na gestão inteligente do zoneamento urbano com sistema de informações georreferenciadas, e garantir que as informações estejam disponíveis para consulta da população	R$ 80.000,00	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00				Município / MCTI	1
Subtotal		R$ 430.000,00	R$ 110.000,00	R$ 220.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 0,00		
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS									

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
24	Fiscalizar lotes vazios passíveis de aplicação de instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento urbano e conservá-los limpos.	Ação Administrativa						Município	1
25	Aplicar em imóveis ociosos internos ao perímetro urbano, prioritariamente na área urbana central abastecidas de infraestrutura, os instrumentos de Parcelamento, Edificação e IPTU Progressivo no Tempo.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
26	Elaborar regulamento específico para implementação dos instrumentos urbanísticos necessários, principalmente o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV) para empreendimentos de uso industrial.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
27	Aplicar o instrumento da Regularização Fundiária em parcelamentos irregulares passíveis de regularização.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / COHAPAR	1
28	Aplicar os instrumentos de Gestão Democrática para o desenvolvimento sustentável e participativo do Município.	Ação Administrativa						Município	1
29	Realizar constantemente estudos para identificar as áreas para aplicação dos instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento.	Ação Administrativa						Município	3
30	Buscar a implementação de softwares que auxiliem na gestão inteligente do espaço urbano facilitando as decisões acerca da aplicação dos instrumentos urbanísticos em Enéas Marques, quando necessário	R$ 110.000,00			R$ 35.000,00	R$ 35.000,00	R$ 40.000,00	Município / MCTI	1
Subtotal		R$ 110.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 35.000,00	R$ 35.000,00	R$ 40.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 770.860,00	R$ 130.215,00	R$ 240.215,00	R$ 105.215,00	R$ 155.215,00	R$ 140.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.2 DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Quadro 52 – Ações para o Departamento de Fazenda

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL									
31	Realizar cobrança sistemática dos tributos municipais, impondo sanções a contribuintes inadimplentes como multas, juros, atualização monetária, inclusão de CPF ou CNPJ no SERASA.	Ação Administrativa						Município	1
32	Conscientizar o produtor rural, em parceria com o Departamento Municipal de Meio Ambiente, sobre a importância de emitir Nota Fiscal do Produtor Rural, que pode gerar linhas e crédito e aposentadoria.	Ação Administrativa						Município	5
33	Contratar empresa especializada para a atualização do Cadastro imobiliário e da Planta Genérica de Valores do Município, promovendo um aumento gradativo e justo no IPTU.	R$ 375.000,00		R$ 125.000,00	R$ 125.000,00	R$ 125.000,00		Município / Paranacidade	3
34	Atentar-se à utilização de recursos originários dos fundos perdidos.	Ação Administrativa						Município	1
35	Ampliar os cuidados com as transferências de convênios que exigem contrapartida do município.	Ação Administrativa						Município	1
36	Contingenciar equipe para cobrança de dívida pública relacionada aos impostos municipais com a finalidade de fortalecer a receita do Município.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	1
37	Aumentar a captação de recursos próprios através de reestruturação da fiscalização e do sistema tributário.	R$ 55.000,00		R$ 25.000,00	R$ 30.000,00			Município / Estado	1 e 4
38	Atualizar o levantamento dos bens, móveis e imóveis, pertencentes ao Patrimônio Municipal	Atrelado à elaboração de	Variável	Variável				Município / Estado	1 e 4

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	existente, preferencialmente de forma digital e georreferenciada, quando for o caso.	projeto específico							
39	Conservar a transparência da administração pública.	Ação Administrativa						Município	1
40	Modernizar e informatizar a administração pública municipal.	R$ 105.000,00	R$ 55.000,00	R$ 50.000,00				Município / Estado / MCTI	6
41	Criar uma agenda pública municipal visando a implementação de ações de acordo com a Agenda 2030.	Ação Administrativa						Município	1
42	Realizar esforços para continuar melhorando a classificação do Município de Enéas Marques no ranking do Índice de Transparência da Administração Pública – ITP, do Tribunal de Contas no Estado do Paraná – TCEPR.	Ação Administrativa						Município	1
43	Promover palestras, workshop e eventos para implementar e difundir os conceitos da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.	R$ 50.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00				Município / MCTI	4
44	Promover a participação dos servidores públicos em cursos de capacitação, palestras, feiras e congressos, de forma a possibilitar sua capacitação.	R$ 50.000,00			R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		Município / Estado / Parceria Público - Privado	5
45	Realizar a manutenção periódica dos prédios públicos.	R$ 145.000,00	R$ 20.000,00	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	R$ 40.000,00	Município / Estado	6
46	Prover prédio para o funcionamento do Almoxarifado Central.	R$ 240.000,00			R$ 120.000,00	R$ 120.000,00		Município / Estado	6
47	Contratar assessoria para elaboração de Plano de Estruturação para Almoxarifado Público, contemplando a estrutura física, pessoal e tecnológica.	R$ 40.000,00				R$ 40.000,00		Município / Estado	6

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
48	Contratar assessoria para elaboração de Projeto de Gestão de Almoxarifado Público, visando maximizar a eficiência deste serviço.	R$ 30.000,00				R$ 30.000,00		Município / Estado	3
49	Realizar estudo detalhado sobre a estrutura organizacional administrativa com o objetivo de promover maior autonomia nos gastos de cada área, sem onerar excessivamente o Poder Público Municipal.	Ação Administrativa						Município	3
50	Junto com a revisão do organograma, revisar também o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.	Ação Administrativa						Município	3
51	Realizar estudo de viabilidade financeira para contratação de funcionários que se fizerem necessários para atender a demanda municipal para o setor administrativo, observando o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Ação Administrativa						Município	3
Subtotal		R$ 1.090.000,00	R$ 100.000,00	R$ 250.000,00	R$ 330.000,00	R$ 370.000,00	R$ 40.000,00		
SISTEMA DE INFORMAÇÕES									
52	Garantir a atualização da base de dados municipal, incluindo dados geoambientais, e disponibilizá-la à população e aos Departamentos Municipais através da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG).	R$ 100.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00				Município / Estado / Caixa Econômica Federal	1
53	Implantar infraestrutura de Dados Espaciais da Prefeitura de Enéas Marques, criando políticas e padrões de coleta, armazenamento, manipulação, análise e compartilhamento de dados geoespaciais referentes ao território do município.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / MCTI / BNDES / PMAT	4 e 6
54	Padronizar a cartografia por meio do desenvolvimento do Banco de Dados	R$ 140.000,00	R$ 70.000,00	R$ 70.000,00				Município / MCTI /	4 e 6

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	Geoespaciais, para consolidar em um ambiente único de armazenamento, manipulação e análise da geoinformação.							BNDES / PMAT	
55	Elaborar estudo econômico-financeiro para a aquisição de novos equipamentos para o setor de Tecnologia de Informação.	Ação Administrativa						Município	3
56	Capacitar profissionais dos departamentos e divisões municipais na execução do SIG, para que possam realizar e padronizar os procedimentos administrativos.	R$ 45.000,00		R$ 25.000,00	R$ 20.000,00			Município / MCTI / BNDES / PMAT	5
57	Desenvolver aplicações WEB para transformar o Cadastro Técnico Municipal em um Cadastro Técnico Multifinalitário com múltiplas aplicações, principalmente ao planejamento urbano e gestão territorial.	R$ 80.000,00			R$ 40.000,00	R$ 40.000,00		Município / MCTI / BNDES / PMAT	3
58	Capacitar a população por meio de palestras para a utilização dos serviços ofertados por meios digitais.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / Estado / Parceria Público - Privado	5
59	Desenvolver e distribuir material de divulgação sobre os serviços ofertados por meios digitais pela Prefeitura Municipal.	R$ 40.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município	4
Subtotal		R$ 405.000,00	R$ 130.000,00	R$ 155.000,00	R$ 70.000,00	R$ 50.000,00	R$ 0,00		
GESTÃO PARTICIPATIVA									
60	Organizar debates, palestras e consultas, audiências e conferências públicas para concretizar o Plano Diretor Municipal, de forma a incentivar o processo participativo e iniciativas populares de formulação de projetos de lei.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável	Variável	Município	5
61	Garantir, por meio de ações administrativas e institucionais, a participação de todas os	Ação Administrativa						Município	3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	departamentos, departamentos, divisões municipais e órgãos atuantes no município em todos os processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal.								
62	Realizar audiências públicas quando houver propostas de grandes mudanças no Município, de forma a considerar as opiniões da população.	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	Município	3
63	Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade, fazendo com que a Câmara legisle cada vez mais em favor do bem-estar e interesse comum.	Ação Administrativa						Município	4
64	Desenvolver e implantar app (aplicativo para smartphone) gratuito para fortalecer a gestão participativa e colocar na palma da mão do cidadão e do gestor público todas as demandas da cidade.	R$ 80.000,00					R$ 80.000,00	Município / MCTI / BNDES / PMAT	4
65	Implementar sistema eletrônico de Gestão do Plano Diretor, de forma que a população possa controlar e validar as diretrizes e as propostas implementadas, e as leis vigentes no município, de maneira georreferenciada.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / MCTI / BNDES / PMAT	5
66	Incentivar a participação do CDM para fazer cumprir os objetivos e diretrizes do PDM, bem como a execução das ações elencadas no Plano.	Ação Administrativa						Município	4
67	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do município.	Ação Administrativa						Município	1
68	Incentivar os conselheiros a participarem dos debates e reuniões dos respectivos conselhos municipais.	Ação Administrativa						Município	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
69	Executar os Instrumentos da Cidade em parceria com o CDM.	Ação Administrativa						Município	1
70	Possibilitar a participação da população na gestão pública através de mídias sociais, de forma organizada e construtiva, para ampliar a participação popular em Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município	4
71	Manter constantemente atualizada as redes sociais oficiais da Prefeitura.	Ação Administrativa						Município	1 e 4
Subtotal		R$ 90.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 82.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 1.585.000,00	R$ 232.000,00	R$ 407.000,00	R$ 402.000,00	R$ 422.000,00	R$ 122.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.3 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Quadro 53 – Ações para o Departamento de Obras e Serviços Públicos

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
SEGURANÇA PÚBLICA									
72	Rever a numeração das edificações.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	1 e 4
73	Elaborar estudo de viabilidade para implementar incentivo municipal na manutenção de terrenos baldios.	Ação Administrativa						Município	3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
74	Contratar empresa especializada, por meio de processo licitatório, para elaboração do Plano de Defesa Civil.	R$ 80.000,00			R$ 40.000,00	R$ 40.000,00		Município / Estado	3
75	Incentivar a continuidade do Programa "Comunidade Segura".	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	3
76	Realizar parcerias junto ao Governo do Estado, visando obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado	3
77	Instalar sistema de monitoramento por câmeras de segurança em diversos pontos estratégicos de Enéas Marques.	R$ 155.000,00	R$ 75.000,00	R$ 80.000,00				Município / Estado	3
78	Implementar Centro Integrado de Comando (CEIC), o qual será o polo de monitoramento e operação da cidade.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado / União	6
Subtotal		R$ 235.000,00	R$ 75.000,00	R$ 80.000,00	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00	R$ 0,00		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA									
79	Conciliar a expansão urbana com a ampliação da infraestrutura de iluminação pública e energia elétrica.	Ação Administrativa						Município	1
80	Garantir que todas as vias urbanas possuam iluminação pública instalada e em funcionamento.	Ação Administrativa						Município	1
81	Garantir que todas as propriedades rurais tenham acesso à rede de energia elétrica.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	1 e 6

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
82	Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Energia Elétrica (PLAMGE), instrumento norteador da Gestão Energética Municipal (GEM) que busca aperfeiçoar a qualidade e o planejamento dos serviços públicos, permitindo, dentre outros serviços, a avaliação georreferenciada dos postes de iluminação pública.	R$ 50.000,00		R$ 25.000,00	R$ 25.000,00			Município / Estado / União	3
83	Implementar Iluminação pública em 100% da área urbana dos distritos de Vista Alegre e Pinhalzinho.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / Estado	6
84	Intensificar a manutenção à rede de energia elétrica e iluminação pública no Interior.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	1 e 6
85	Continuar a substituição gradativa das luminárias convencionais por luminárias do tipo LED.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado	6
86	Instalar iluminação rebaixada em locais muito arborizados ou com maior movimentação noturna, priorizando estabelecimentos de Saúde, Educação, Esportes e Lazer e atrações turísticas.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / Estado	6
87	Realizar estudo específico para proporcionar melhorias na iluminação pública existente, inclusive nos bairros mais afastados.	Ação Administrativa						Município	3
88	Utilizar, nos edifícios da administração pública, lâmpadas tipo LED, painéis solares e ventilação natural, entre outros recursos sustentáveis para economia de energia elétrica.	R$ 800.000,00	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00				Município / MCTI / BNDES / PMAT	6

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
89	Utilizar os postes de luz para a instalação de outras tecnologias que visem a transformação inteligente da cidade.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / Estado / União / Parceria Público-privado	3 e 6
90	Capacitar a equipe técnica municipal de Arquitetos e Engenheiros para utilizar energias renováveis e obter selos de sustentabilidade nas edificações públicas.	R$ 35.000,00			R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 5.000,00	Município / Estado / Parceria Público-Privado	5
Subtotal		R$ 885.000,00	R$ 400.000,00	R$ 425.000,00	R$ 40.000,00	R$ 15.000,00	R$ 5.000,00		
CEMITÉRIOS									
91	Ampliar o cemitério municipal da sede urbana a fim de adequar a capacidade de suporte à realidade do Município.	R$ 300.000,00		R$ 150.000,00	R$ 150.000,00			Município / Estado	6
92	Garantir que os cemitérios municipais obedeçam à Resolução CONAMA nº 335/2003 e tenham licenciamento conforme determinações do IAT.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / SEDS / Paranacidade	7
93	Implementar iluminação interna ao cemitério da sede.	R$ 100.000,00			R$ 50.000,00	R$ 50.000,00		Município / SEDS / Paranacidade	3
94	Monitorar, junto aos órgãos ambientais, o solo e os lençóis freáticos próximos ao cemitério para detectar contaminações.	Ação Administrativa						Município	1
95	Monitorar constantemente possíveis focos de insetos transmissores de doenças no cemitério, através da Vigilância Epidemiológica e dos Agentes de Controle de Endemias.	Ação Administrativa						Município	1
96	Promover a construção de ossuário no cemitério municipal.	Atrelado à elaboração de			Variável	Variável		Município	6

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
		projeto específico							
97	Construção de Capela mortuária no cemitério da sede urbana.	R$ 250.000,00					R$ 250.000,00	Município	6
98	Construir as vias internas do cemitério municipal e garantir acessibilidade conforme a Norma Técnica brasileira vigente.	R$ 150.000,00		R$ 75.000,00	R$ 75.000,00			Município	6
99	Controlar e monitorar a capacidade de atendimento do cemitério conforme a demanda do Município.	Ação Administrativa						Município	1
100	Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão do Cemitério Municipal da sede urbana, a fim de providenciar a manutenção e o gerenciamento adequados, organizando os cadastros físicos, ativos e obsoletos, de forma rápida e eficaz.	R$ 150.000,00					R$ 150.000,00	Município / SEDS / Paranacidade / MCTI	5
Subtotal		R$ 950.000,00	R$ 0,00	R$ 225.000,00	R$ 275.000,00	R$ 50.000,00	R$ 400.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 2.070.000,00	R$ 475.000,00	R$ 730.000,00	R$ 355.000,00	R$ 105.000,00	R$ 405.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.4 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Quadro 54 – Ações para o Departamento de Educação, Cultura e Esporte

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
EDUCAÇÃO									
101	Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem a norma de acessibilidade vigente.	R$ 40.000,00	R$ 15.000,00	R$ 25.000,00				Município / PDDE / FNDE / SEED / BNDES	7
102	Realizar obras de manutenção periódica que se fizerem necessárias.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	7
103	Implementar sistema para disponibilizar aos munícipes serviços via web com consulta de notas e realização de matrículas.	R$ 250.000,00			R$ 150.000,00	R$ 100.000,00		Município / Estado / União	4
104	Dar continuidade aos programas educacionais ofertados pelo Município.	R$ 70.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	Município / Estado / União	4
105	Garantir investimentos para a implementação de novos programas educacionais.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável	Variável	Município / Estado / União	1
106	Elaborar estudo de viabilidade para a implantação de ensino integral na rede municipal de ensino	Ação Administrativa						Município	3
107	Garantir investimentos para aprimorar a formação dos professores e servidores.	R$ 65.000,00	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	Município / PDDE / FNDE / SEED	1
108	Incentivar a formação continuada dos docentes na área de Educação Especial e Inclusão.	R$ 50.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	Município / PDDE / FNDE / SEED	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
109	Promover a formação dos docentes em mídias, tecnologias e cultura digital.	40.000,00			R$ 20.000,00	R$ 20.000,00		Município / PDDE / FNDE / SEED	4
110	Garantir a continuidade dos serviços de merenda escolar com qualidade nutricional e acompanhamento de profissional especializado, bem como a aquisição, preparo e distribuição das refeições nas escolas da rede municipal.	Ação Administrativa						Município	1
111	Realizar estudo técnico financeiro com o objetivo de verificar a viabilidade de construção de creche municipal.	Ação Administrativa						Município	1
112	Realizar recenseamento periódico (a cada 4 anos por exemplo) da população infantil em idade escolar.	R$ 20.000,00			R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município	3
113	Elaborar estudo para verificar a demanda de renovação e/ou ampliação da frota de veículos existente.	Ação Administrativa						Município	3
114	Realizar a manutenção periódica da frota de veículos do setor da Educação.	R$ 250.000,00					R$ 250.000,00	Município / SEED	7
115	Ampliar a oferta de cursos que incentivem jovens a aprenderem novas habilidades cognitivas como música, línguas, esportes, dança e artesanato, entre outros.	R$ 200.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00				Município / PDDE / FNDE / SEED	4
116	Implementar e garantir ensino de informática nas escolas, com equipamentos e o suporte necessário.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / PDDE / FNDE / SEED	4
117	Prever a inserção da temática do Plano Diretor na educação básica, com intuito de desenvolvimento cidadão desde a infância.	Ação Administrativa						Município	3
Subtotal		R$ 985.000,00	R$ 155.000,00	R$ 160.000,00	R$ 215.000,00	R$ 165.000,00	R$ 290.000,00		

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
CULTURA, ESPORTE E LAZER									
118	Realizar estudo de viabilidade para a implementação de academias ao ar livre no interior.	Ação Administrativa						Município	3
119	Promover a utilização do Centro Municipal de Eventos Othamar Brchenbrock como espaço para a valorização e venda do artesanato local.	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município	4
120	Elaborar estudo de viabilidade financeira para construção de equipamentos culturais como concha acústica, entre outros.	Ação Administrativa						Município	3
121	Realizar a manutenção da Biblioteca Cidadã Jaracatiá promovendo a acessibilidade conforme NBR vigente.	R$ 350.000,00			R$ 150.000,00	R$ 200.000,00		Município / PDDE / FNDE / SEED	6
122	Implementar incentivo à realização de concursos, feiras e exposições municipais, fomentando a produção e possibilitando a divulgação de trabalhos produzidos no Município.	R$ 50.000,00	R$ 20.000,00	R$ 30.000,00				Município / PDDE / FNDE / SEED	4
123	Dar continuidade às atividades culturais municipais.	R$ 25.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	Município	4
124	Promover a divulgação e atualização do Calendário Oficial Anual de Eventos Festivos.	R$ 15.000,00	R$ 5.000,00		R$ 5.000,00		R$ 5.000,00	Município	4
125	Fomentar as atividades nas escolas como espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares.	R$ 10.000,00			R$ 5.000,00	R$ 5.000,00		Município	4
126	Promover festivais culturais, buscando parcerias com os municípios vizinhos, possibilitando intercâmbios culturais.	R$ 20.000,00			R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município	4
127	Adquirir os materiais necessários para as atividades culturais realizadas pelo Departamento de Educação, Cultura e Esportes.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / PDDE / FNDE / SEED / BNDES	7

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
128	Implementar sistema integrado de informações da Cultura, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / PDDE / FNDE / SEED / BNDES	8
129	Realizar estudo econômico-financeiro para ofertar internet em todos os equipamentos culturais.	Ação Administrativa						Município	3
130	Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à norma técnica brasileira de acessibilidade em vigor.	R$ 200.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00				Município / Estado / União	6
131	Proporcionar manutenção e limpeza constante nos campos de futebol, quadras esportivas, ginásios, e academias ao ar livre.	Ação Administrativa						Município	1 e 6
132	Implantar equipamentos esportivos, conforme demanda, dando preferência aos bairros que ainda não são contemplados com tais equipamentos.	R$ 30.000,00					R$ 30.000,00	Município	6
133	Realizar limpeza e manutenção constante nas áreas verdes, visando proporcionar um ambiente mais limpo, seguro e atrativo para a população.	Ação Administrativa						Município	1 e 6
134	Elaborar estudo de viabilidade para fomentar a prática de novas modalidade esportivas, além do futebol.	Ação Administrativa						Município	3
135	Dar continuidade aos projetos esportivos desenvolvidos no Município.	Ação Administrativa						Município	3
136	Realizar eventos esportivos abertos ao público nas áreas verdes e praças.	R$ 60.000,00			R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	Município / Estado / União	4
137	Promover requalificação da Praça Municipal Jaracatiá.	Atrelado à elaboração de					Variável	Município / Estado / União	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
		projeto específico							
138	Elaborar estudo de viabilidade para implementação de internet e disponibilização de acesso gratuito nana Praça Municipal Jaracatiá.	Ação Administrativa						Município	3
139	Implementar sistema integrado de informações do Departamento de Educação, Cultra e Esportes, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.	R$ 22.000,00			R$ 10.000,00	R$ 12.000,00		Município	5
140	Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de esporte e lazer.	Ação Administrativa						Município	3
Subtotal		R$ 802.000,00	R$ 140.000,00	R$ 145.000,00	R$ 205.000,00	R$ 252.000,00	R$ 60.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 1.787.000,00	R$ 295.000,00	R$ 305.000,00	R$ 420.000,00	R$ 417.000,00	R$ 350.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.5 DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Quadro 55 – Ações para o Departamento de Saúde

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
SAÚDE									
141	Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de Saúde, conforme NBR 9050 vigente.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município/ Estado / União	3
142	Garantir a manutenção frequente dos edifícios de saúde.	R$ 400.000,00	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	Município	1 e 6
143	Elaborar estudo de viabilidade para aquisição de gerador de energia para a UBS, com o intuito de promover os serviços de saúde do município.	Ação Administrativa						Município	3
144	Realizar estudo econômico-financeiro para verificar a viabilidade de ampliação da estrutura física dos equipamentos de saúde visando atender adequadamente a demanda e os serviços ofertados	Ação Administrativa						Município	3
145	Elaborar estudo de viabilidade para implementação de leito isolado, com intuito de atender pacientes em situação de doenças altamente contagiosas.	Ação Administrativa						Município	3
146	Realizar palestras em conjunto com a Educação para difundir os conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal.	R$ 30.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00				Município	4
147	Ofertar palestras com médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, além de outros profissionais da área da saúde, sobre educação sexual e conscientização de vacinação.	R$ 75.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	Município / Convênios / Parceria Público-Privado	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
148	Realizar palestras nas escolas sobre dengue e outras doenças em geral.	Ação Administrativa						Município	4
149	Garantir a continuidade dos programas e ações ofertadas pelo Departamento de Saúde.	Ação Administrativa						Município / SESA	4
150	Desenvolver campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.	R$ 75.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	Município / SESA	3
151	Implementar sistema digital e georreferenciado na Gestão de Saúde da Família para obtenção de informações precisas sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS), automatizar processos e elevar a eficiência e resolutividade dos procedimentos.	R$ 40.000,00			R$ 20.000,00	R$ 20.000,00		Município / SESA / ParanaCidade	4
152	Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de Saúde.	Ação Administrativa						Município	3
153	Adquirir equipamentos, materiais e medicamentos para todos os setores do atendimento à saúde.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / SESA	6

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
154	Oferecer capacitação dos profissionais do setor administrativo e atendimento no público, relacionados à área de saúde.	R$ 62.500,00	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00	Município / SESA / ParanaCidade	5
155	Fiscalizar e realizar manutenção constante dos veículos do setor de saúde, de modo a não oferecer riscos no transporte dos pacientes.	R$ 1.000.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00				Município/ Estado do Paraná/ União	1 e 7
156	Ampliar a frota de veículos para o setor da saúde, conforme demanda e respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / SESA / ParanaCidade	7
157	Realizar estudo econômico-financeiro para verificar a viabilidade de contratação dos profissionais de saúde que se fizerem necessários para atender a demanda municipal, observando o limite disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	Ação Administrativa						Município	3
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 1.682.500,00	R$ 637.500,00	R$ 637.500,00	R$ 142.500,00	R$ 142.500,00	R$ 122.500,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.6 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

Quadro 56 – Ações para o Departamento De Assistência Social E Assuntos Da Família

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
HABITAÇÃO									
158	Elaborar estudo para levantar informações atuais sobre déficit habitacional municipal.	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município / COHAPAR / ParanaCidade	3
159	Promover programa de oferta de lotes urbanizados associado à prestação de assistência técnica como forma de enfrentamento da reprodução de loteamentos clandestinos e irregulares.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / COHAPAR / ParanaCidade	3
160	Fortalecer a estrutura de fiscalização urbana para evitar práticas de ocupação irregular do solo urbano, conciliando ações preventivas com ações punitivas quando necessário.	Ação Administrativa						Município	1
161	Promover a regularização fundiária em loteamentos e moradias irregulares.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / COHAPAR / COHAB / Caixa Econômica Federal	4
162	Contratar empresa de consultoria especializada para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	R$ 150.000,00		R$ 75.000,00	R$ 75.000,00			Município / COHAPAR / COHAB / Caixa Econômica Federal	3
163	Assegurar que todo cidadão de Enéas Marques tenha direito à moradia.	Atrelado à elaboração de	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / Estado	1

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
		projeto específico							
164	Implementar programa visando a construção de novas unidades habitacionais de interesse social.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / Estado / COHAPAR	4
165	Priorizar o desenvolvimento urbano sustentável e integrado, incorporando o direito à infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento ambiental, equipamentos e serviços urbanos e sociais.	Ação Administrativa						Município	1
166	Implantar projetos de habitação de interesse social, em parceria com a COHAPAR, juntamente com ações que facilitem a aquisição da moradia, visando erradicar o déficit habitacional.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município / Estado / COHAPAR	4
167	Subsidiar a construção de moradias para famílias que possuam lotes e subsidiar a substituição de unidades habitacionais precárias, sem possibilidade de ampliação ou reforma.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / Estado / COHAPAR	4
Subtotal		R$ 170.000,00	R$ 10.000,00	R$ 85.000,00	R$ 75.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00		
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
168	Implementar o Plano Municipal de Assistência Social.	R$ 50.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00				Município	3
169	Elaborar programa educacional sobre situações de risco e/ou vulnerabilidade social a ser implementado nas escolas (nos moldes do PROERD).	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município	4
170	Prever incentivos para dar celeridade ao desenvolvimento dos atendimentos voltados à primeira infância.	R$ 50.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	Município / SEDS / FNAS	3

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
171	Manter e ampliar os serviços socioassistenciais.	Ação Administrativa						Município	4
172	Garantir a atualização periódica do PMAS.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
173	Promover reforma no edifício do CRAS.	R$ 100.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00				Município / SEDS / FNAS	6
174	Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem a norma de acessibilidade (NBR 9050/2020).	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / SEDS / FNAS	6
175	Dar continuidade aos serviços de Proteção Social de baixa, média e alta complexidade.	Ação Administrativa						Município	4
176	Incentivar os projetos e ações municipais da Assistência Social, assim como a implementação de oficinas e aulas com as crianças assistidas pelo CRAS.	R$ 400.000,00			R$ 150.000,00	R$ 150.000,00	R$ 100.000,00	Município / SEDS / FNAS	3
177	Implementar sistema integrado e georreferenciado de informações do Departamento de Assistência Social e Assuntos de Família, visando automatizar processos municipais que antes eram feitos de forma manual.	R$ 50.000,00			R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	Município / SEDS / FNERAM	4
178	Realizar estudo econômico-financeiro para viabilizar a ofertar de internet em todos os equipamentos de Assistência Social.	Ação Administrativa						Município	3
179	Implementar banco de dados da população que usufruirá dos serviços socioassistenciais.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município	3
180	Elaborar estudo financeiro para verificar a viabilidade de contratação de novos funcionários para atender a demanda do	Ação Administrativa						Município	3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	Departamento de Assistência Social e Assuntos da Família, observando o limite disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.								
Subtotal		R$ 670.000,00	R$ 95.000,00	R$ 95.000,00	R$ 180.000,00	R$ 180.000,00	R$ 120.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 1.340.000,00	R$ 190.000,00	R$ 190.000,00	R$ 360.000,00	R$ 360.000,00	R$ 240.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.7 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Quadro 57 – Ações para o Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS									
181	Apoiar a implantação descentralizada de estabelecimentos comerciais e de serviços, para o desenvolvimento local.	Ação Administrativa						Município	1
182	Promover políticas de desenvolvimento local para dinamização da economia, com geração de empregos, renda e arrecadação, que se constituam em alternativas sustentáveis baseadas no reconhecimento do território, arranjos sociais existentes e ativos ambientais presentes no Município.	R$ 80.000,00	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00				Município	3

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
183	Buscar formas de financiamento à projetos, de obtenção de crédito para capital de giro, ampliação de atividades e produção.	Ação Administrativa						Município / Estado / União	1
184	Apoiar e fortalecer atividades empreendedoras.	Ação Administrativa						Município	4
185	Elaborar estudo de viabilidade para implementação de sistema físico e digital para divulgar vagas de emprego no município.	Ação Administrativa						Município	3
186	Incentivar a formalização e legalização das empresas municipais.	Ação Administrativa						Município	3
187	Promover melhoria na qualificação profissional da população para formar mão de obra especializada e assegurar maior inovação, produtividade e qualidade.	R$ 25.000,00			R$ 10.000,00	R$ 15.000,00		Município	5
188	Implementar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação profissional oferecidos pelo SEBRAE, SENAC e SENAI.	Ação Administrativa						Município / Estado / União	5
189	Implementar ações conjuntas entre as Instituições bancárias e Agência Fomento Paraná com o Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal para auxílio aos empresários.	Ação Administrativa						Município / Estado / União	4
190	Promover e participar de eventos sobre cidades inteligentes para buscar soluções e ideias inovadoras para o Município.	Ação Administrativa						Município / Estado / União	4
191	Promover cursos de gestão empreendedora e visitas a municípios que já realizaram tais trabalhos e colhem os frutos.	Ação Administrativa						Município	5
192	Incentivar o desenvolvimento do artesanato e da gastronomia local.	R$ 35.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00				Município / Estado / União	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
193	Promover cursos de capacitação econômica e empreendedora aos comerciantes e agricultores locais.	R$ 35.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00				Município / Estado / União	5
194	Promover eventos e amostras locais, de maneira recorrente, para que os empreendedores e comerciantes possam apresentar seus produtos aos cidadãos e ao poder público.	R$ 100.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 25.000,00	Município / Estado / União	4
195	Promover palestras e workshop para capacitação de jovens profissionais.	R$ 10.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00				Município / Estado / União	5
196	Elaborar políticas de incentivo à inserção aos jovens no mercado de trabalho.	Ação Administrativa						Município	2 e 3
197	Criar áreas para localização estratégica de atividades produtivas implantando o Parque Industrial de Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município / SEEC	4
198	Ampliar a atuação do governo local na área e atração de empreendimentos e captação de novos investimentos.	Ação Administrativa						Município	1 e 3
199	Promover incentivos à implantação de indústrias e agroindústrias, através de benefícios como a adequação dos tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no Município.	Ação Administrativa						Município	3
200	Identificar possíveis linhas de crédito para renovação ou aquisição de equipamentos e implementos industriais.	Ação Administrativa						Município / Estado	1
201	Modernizar e facilitar o processo de abertura de novas empresas no Município.	Atrelado à elaboração de projeto específico						Município	4 e 6

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
202	Investir na construção de barracões de modo a oferecer infraestrutura adequada para a instalação de novas indústrias.	R$ 500.000,00					R$ 500.000,00	Município	6
Subtotal		R$ 785.000,00	R$ 90.000,00	R$ 105.000,00	R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	R$ 525.000,00		
Turismo									
203	Implementar políticas de incentivo ao turismo.	Ação Administrativa						Município	3
204	Incentivar o turismo ecológico e às iniciativas particulares de abertura de estabelecimentos voltados ao turismo.	Ação Administrativa						Município	3
205	Incentivar a criação de rotas gastronômicas rurais e urbanas.	Ação Administrativa						Município	3
206	Implementar políticas de turismo e esportes na busca de promover o cicloturismo no território municipal.	Ação Administrativa						Município	3 e 4
207	Prever o incentivo para a realização de eventos culturais, como feiras para exposição de trabalhos artesanais.	Ação Administrativa						Município	3
208	Prever local para a realização de feiras e eventos culturais.	Ação Administrativa						Município	3
209	Implementar um sistema de identificação visual de informações sobre os locais de turismo.	R$ 20.000,00			R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município	4
210	Elaborar cartilha com os principais pontos de turismo municipal, com enfoque nas quedas d'águas.	Ação Administrativa						Município	4
211	Garantir a continuidade dos Festivais gastronômicos municipais.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município	1 e 3

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
212	Implantar, em etapas, um circuito de turismo rural, tirando partido da paisagem natural e da história da ocupação humana de cada porção territorial.	R$ 100.000,00			R$ 50.000,00	R$ 50.000,00		Município / Estado	4
213	Divulgar periodicamente, nos meios de comunicação e redes sociais, as atividades turísticas no Município.	Ação Administrativa						Município	3
214	Realizar manutenção e ampliação da sinalização turística no Município, tanto na área urbana quanto na área rural, indicando a direção e distância até os pontos turísticos especificados no catálogo municipal.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município	3 e 6
215	Incentivar a abertura de estabelecimentos que favoreçam o turismo como pousadas, restaurantes e agências de turismo, inclusive próximo às atrações turísticas potenciais.	Ação Administrativa						Município	3
216	Capacitar o comércio local em parceria com entidades como o SEBRAE.	Ação Administrativa						Município / Estado	5
Subtotal		R$ 1.690.000,00	R$ 180.000,00	R$ 210.000,00	R$ 120.000,00	R$ 130.000,00	R$ 1.050.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 2.475.000,00	R$ 270.000,00	R$ 315.000,00	R$ 150.000,00	R$ 165.000,00	R$ 1.575.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.8 DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Quadro 58 – Ações para o Departamento de Agropecuária

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
Agropecuária									
217	Realizar de forma continuada, investimentos e atividades de incentivo aos pequenos produtores.	R$ 100.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	Município	4
218	Valorizar a agricultura familiar e as comunidades tradicionais para a conservação ambiental, estimulando a produção orgânica e a geração de renda dos pequenos produtores na área rural.	Ação Administrativa						Município / BNDES / MAPA	4
219	Dar suporte aos pequenos produtores rurais por meio da disponibilização ou facilitação na aquisição de sementes, mudas, calcários e insumos agrícolas.	R$ 50.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	Município / BNDES / MAPA	4
220	Fortalecer a rede de contatos elaborada para a comercialização dos produtos agrícolas e beneficiados do Município.	R$ 25.000,00	R$ 12.500,00	R$ 12.500,00				Município / BNDES / MAPA	4
221	Promover palestras e cartilhas, de forma a realizar ações conjuntas para ampliar as possibilidades de inserção econômica.	Ação Administrativa						Município / BNDES / MAPA	4
222	Promover a capacitação dos pequenos produtores rurais, no que se refere à modernização tecnológica.	R$ 25.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	Município / Parceria Iniciativa Privada	5
223	Apoiar a implantação de projetos de criação de pequenos animais, para aumentar a renda e incentivar a permanência da população na área rural.	Ação Administrativa						Município / Parceria Iniciativa Privada	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
224	Priorizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) para os pequenos produtores, de acordo com a Pnater, instituída pela Lei 12.188/2010.	R$ 20.000,00			R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município / BNDES / MAPA	4
225	Implantar o Centro de Processamento e Comercialização de produtos orgânicos.	R$ 50.000,00			R$ 30.000,00	R$ 20.000,00		Município / BNDES / SEEC	4
226	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas, ações administrativas, institucionais ou convênios que promovam campanhas, cursos, capacitação e incentivos.	Ação Administrativa						Município / BNDES / SEEC	3
227	Dar suporte a comercialização de produtos de origem animal e vegetal inspecionados e legalizados, oriundos da agropecuária local, por meio da realização de feiras do produtor ou outros meios que incentivem a comercialização dos produtos.	R$ 20.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00		Município / BNDES / SEEC	4
228	Fomentar a produção artesanal de produtos de origem animal por meio de cursos, treinamentos e assistência técnica especializada.	Ação Administrativa						Município / BNDES / SEEC	4
229	Implementar e regulamentar o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal do Município de Enéas Marques, para se adequar aos requisitos do Sistema Brasileiro de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).	R$ 20.000,00			R$ 10.000,00	R$ 10.000,00		Município	3
230	Promover a capacitação técnica para implantação, manutenção e execução dos serviços de Inspeção Municipal de produtos de origem animal.	R$ 80.000,00			R$ 40.000,00	R$ 40.000,00		Município / Parceria Iniciativa Privada	5
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 390.000,00	R$ 52.500,00	R$ 52.500,00	R$ 130.000,00	R$ 120.000,00	R$ 35.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.9 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Quadro 59 – Ações para o Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
SANEAMENTO BÁSICO									
231	Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, e revisá-lo a cada 4 anos, de preferência em períodos coincidentes com os de vigência do PPA, conforme §2º do Art. 52 da Lei Federal 11.445/2007.	R$ 100.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00				Município / Estado / União	3
232	Melhorar os índices municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando enquadrar o município na categoria "Rumo à universalização" do Ranking da Universalização do Saneamento.	R$ 500.000,00	R$ 125.000,00	R$ 125.000,00	R$ 125.000,00	R$ 125.000,00		Município / Estado / União	4
233	Implementar programas para orientar a comunidade na construção e manutenção adequada de fossas sépticas.	R$ 45.000,00	R$ 20.000,00	R$ 25.000,00				Município / Estado	4
234	Promover a manutenção e monitorar a qualidade da água dos Rios e poços de abastecimento comunitário.	R$ 100.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	Município / Sanepar / SAMA	1
235	Implementar programas ambientais visando a proteção dos mananciais de abastecimento de água.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado / União	3
236	Elaborar estudo para a modernização do sistema de saneamento básico municipal, incluindo o georreferenciamento de das redes pluviais e de esgotamento sanitário.	R$ 200.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00		Município / Estado / União	3
237	Realizar estudo de viabilidade para melhorias no saneamento das regiões do Interior,	Atrelado à elaboração de			Variável	Variável		Município	3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	disponibilizando módulos sanitários e de saneamento básico.	projeto específico							
238	Elaborar estudo de viabilidade para construção da rede de coleta e tratamento do esgoto.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	3
239	Realizar a fiscalização e exigir a eliminação das fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos nos cursos d'água ou outros escoadouros, exigindo a construção de fossas sépticas adequadas.	Ação Administrativa						Município	1
240	Realizar levantamento de todas as fossas rudimentares em áreas urbanas a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não adequarem a fossa em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.	Ação Administrativa						Município	3
Subtotal		R$ 945.000,00	R$ 265.000,00	R$ 270.000,00	R$ 195.000,00	R$ 195.000,00	R$ 20.000,00		
DRENAGEM PLUVIAL									
241	Elaborar estudo com o objetivo de verificar quais áreas de Enéas Marques não são atendidas pela infraestrutura de drenagem pluvial.	Ação Administrativa						Município	3
242	Realizar a manutenção e limpeza constante dos bueiros e galerias de águas pluviais.	R$ 125.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	Município	1
243	Exigir a adequação das construções antigas com a construção de sumidouros de águas pluviais.	Ação Administrativa						Município	1
244	Promover a fiscalização efetiva sobre o descarte de lixo em vias públicas, áreas de nascentes, córregos municipais e lotes vazios,	Ação Administrativa						Município	1

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	com a aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.								
245	Desenvolver estudo para levantar informações sobre os bueiros que apresentam algum tipo de inadequação (localização, tipo) e realizar sua substituição ou relocação.	Atrelado à elaboração de projeto específico						Município	3
246	Ampliar a rede municipal de drenagem pluvial para as áreas urbanas que não são atendidas pelo serviço, com a construção de emissários finais e dissipadores de energia.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município	6
247	Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão de Drenagem Urbana para auxiliar no processo de manutenção e desenvolvimento das malhas de escoamento urbano, visando minimizar danos à sociedade e ao ambiente.	R$ 120.000,00					R$ 120.000,00	Município / MCTI	3
248	Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Drenagem Urbana.	R$ 100.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 50.000,00			Município / Estado / União	3
249	Especificar, em legislação, parâmetros mínimos para os projetos de drenagem pluvial em novos loteamentos.	Ação Administrativa						Município	3
250	Especificar, em legislação, parâmetros mínimos de taxa de permeabilidade para novos projetos.	Ação Administrativa						Município	3
251	Definir, em legislação, padrão para a construção das calçadas ecológicas.	Ação Administrativa						Município	3
252	Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas e sistemas de biorretenção da água da chuva com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais.	Ação Administrativa						Município	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
253	Conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução e manutenção/ conservação das calçadas ecológicas.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável	Variável	Variável		Município	4
Subtotal		R$ 345.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 75.000,00	R$ 25.000,00	R$ 145.000,00		
COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS									
254	Promover palestras e campanhas educativas para incentivar e orientar os munícipes na forma correta de separação e destinação do lixo, inclusive nas escolas.	R$ 30.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00				Município	4
255	Promover campanhas ambientais para orientar os moradores na triagem dos resíduos orgânicos e sólidos.	R$ 30.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00				Município	4
256	Regulamentar a coleta de resíduos recicláveis.	Ação Administrativa						Município	3
257	Regulamentar a coleta de lixo eletrônico, com enfoque no descarte correto de lâmpadas.	Ação Administrativa						Município	3
258	Elaborar estudo de viabilidade para reestruturação dos equipamentos utilizados no sistema de coleta de resíduos recicláveis.	Ação Administrativa						Município	3
259	Fiscalizar o depósito de lixo em vias públicas, lotes vazios e áreas verdes, com aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.	Ação Administrativa						Município	1
260	Promover a divulgação do cronograma de coleta de resíduos nos distritos.	Ação Administrativa						Município	4
261	Contratar empresa especializada para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00					Município / ParanaCidade / Estado	3

	Ação	Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
262	Contratar empresa especializada para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00					Município / ParanaCidade / Estado	3
263	Promover campanhas ambientais para orientar os munícipes no descarte correto de resíduos provenientes de medicamentos agro veterinários.	R$ 30.000,00			R$ 15.000,00	R$ 15.000,00		Município /Estado / Parceria Público-Privado	4
264	Fiscalizar as empresas para que façam a destinação correta dos resíduos, com a previsibilidade de sanções a depender do caso.	Ação Administrativa						Município	1
265	Revisar e atualizar o PGRS a cada 4 anos, de preferência em períodos coincidentes com a vigência do PPA, conforme §2º do Art. 52 da Lei Federal 11.445/2007.	R$ 40.000,00					R$ 40.000,00	Município / ParanaCidade / Estado	3
266	Incentivar implantação de um sistema de compostagem municipal.	R$ 30.000,00			R$ 15.000,00	R$ 15.000,00		Município	4
267	Implantar pontos de coleta de resíduos sólidos, de recicláveis e eletrônicos e divulgar mapeamento dos pontos e áreas atendidas.	R$ 50.000,00			R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		Município / ParanaCidade	6
268	Implementar sistemas inteligentes objetivando auxiliar na organização do processo de coleta de lixo municipal.	R$ 100.000,00			R$ 50.000,00	R$ 50.000,00		Município / Estado / MCTI	6
Subtotal		R$ 470.000,00	R$ 190.000,00	R$ 30.000,00	R$ 105.000,00	R$ 105.000,00	R$ 40.000,00		
PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL									
269	Estabelecer, nos processos de licenciamento de novos parcelamentos para fins urbanos, diretrizes urbanísticas que favoreçam a qualificação ambiental e paisagística da cidade.	Ação Administrativa						Município	1
270	Desenvolver programas e projetos que contribuam para a qualificação ambiental,	R$ 40.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00				Município	3

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	direcionados principalmente para recuperação de áreas degradadas e de matas ciliares e nascentes dos rios, arborização urbana, criação de unidades de conservação, praças municipais e manutenção da permeabilidade do solo.								
271	Promover palestras e campanhas educativas para conscientizar os munícipes em sobre proibição e consequências de queimadas em território municipal.	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município / MAPA / ParanaCidade	4
272	Promover campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.	R$ 20.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00		Município / MAPA / ParanaCidade	4
273	Realizar campanhas de educação ambiental junto aos produtores rurais, com intuito de evitar o derramamento indevido de pesticidas nos abastecedouros durante o abastecimento das máquinas ou nas estradas, no percurso entre os abastecedouros e local da aplicação.	R$ 20.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00		Município / MAPA / ParanaCidade	4
274	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública e população em geral, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas, quanto atividades práticas.	R$ 25.000,00			R$ 15.000,00	R$ 10.000,00		Município	4
275	Apoiar a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e planos de recuperação de áreas degradadas de produtores familiares.	Ação Administrativa						Município	4
276	Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados ao licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, em especial nas áreas protegidas.	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município	1 e 3
277	Promover a modernização do processo de fiscalização, com aquisição de softwares e equipamentos que auxiliem nas atividades	Atrelado à elaboração de			Variável	Variável		Município / Estado / ParanaCidade	3 e 4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	realizadas pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.	projeto específico							
278	Elaborar estudo visando levantar informações a respeito das áreas de risco ambiental.	R$ 20.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00				Município / IAT / MMA / SEMA / EMATER	3
279	Preservar as áreas de valor ambiental e de interesse turístico.	Ação Administrativa						Município	1
280	Desenvolver programas para monitorar a recuperação e preservação das reservas legais.	Ação Administrativa						Município	4
281	Incentivar a criação de áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), passíveis de recebimento de ICMS Ecológico.	Ação Administrativa						Município	3
282	Desenvolver projetos de proteção das nascentes, entre outras medidas que favoreçam a proteção das nascentes e sua incorporação à cidade como elemento de qualificação do espaço urbano.	R$ 50.000,00			R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		Município / EMATER / SEMA	4
283	Implantar o Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos	R$ 70.000,00			R$ 50.000,00	R$ 20.000,00		Município	1 e 3
Subtotal		R$ 285.000,00	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00	R$ 100.000,00	R$ 65.000,00	R$ 0,00		
ARBORIZAÇÃO URBANA									
284	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), estabelecendo, dentre outras questões, as práticas corretas para manejo das espécies adotadas.	R$ 50.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00				Município / Estado / ParanaCidade / SEMA	3
285	Capacitar os servidores públicos responsáveis pela poda das árvores visando, principalmente, evitar os conflitos com a rede pública de eletricidade.	R$ 100.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 20.000,00		Município / SEDS / ParanaCidade	5

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
286	Fiscalizar a aplicação de penalidades em casos de podas e remoções não autorizadas, conforme multa estabelecida no Código de Obras.	Ação Administrativa						Município	1
287	Ampliar a cobertura vegetal na área urbana, com a arborização de vias, principalmente da Avenida Joaquim Bonetti, para amenizar as ilhas de calor, bem como a criar áreas de vegetação urbana com a minimização do desconforto térmico, relacionando-a diretamente com a redução do consumo de energia elétrica.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / SEMA / Parceria Público-Privado	4
288	Promover divulgação dos locais de destinação de resíduos de podas de árvore.	R$ 10.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00				Município / SEDS / ParanaCidade	4
289	Realizar constante manutenção nas praças e canteiros municipais.	R$ 60.000,00	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00	Município / SEMA	1 e 4
290	Identificar e substituir, conforme estabelecido no PMAU, as espécies de árvores exóticas por nativas adequadas à arborização urbana.	Ação Administrativa						Município	1 e 4
291	Criar programa de incentivo à realização de SISLEG (Sistema Estadual de implantação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal) para pequenas propriedades rurais, pela prefeitura ou através de parcerias público-privadas.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / SEMA	4
292	Implementar sistema digital e georreferenciada de avaliação das árvores do Município permitindo a abertura de solicitações de manutenção e zeladoria da arborização urbana.	R$ 50.000,00					R$ 50.000,00	Município / SEDS / ParanaCidade	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
293	Implementar o viveiro municipal e estimular a produção de mudas de espécies nativas.	R$ 100.000,00					R$ 100.000,00	Município / SEDS / ParanaCidade	6
294	Promover a distribuição aos munícipes das mudas produzidas no viveiro municipal.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / SEDS / ParanaCidade	4
Subtotal		R$ 370.000,00	R$ 67.000,00	R$ 67.000,00	R$ 42.000,00	R$ 32.000,00	R$ 162.000,00		
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 2.415.000,00	R$ 632.000,00	R$ 477.000,00	R$ 517.000,00	R$ 422.000,00	R$ 367.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.10 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

Quadro 60 – Ações para o Departamento de Viação

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
MOBILIDADE URBANA									
295	Realizar fiscalização das calçadas de maneira a garantir que não haja obstruções temporárias que dificultem o trajeto do pedestre ou da população, Pessoas com Deficiência (PcD) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR).	Ação Administrativa						Município / Estado / União	1
296	Implantar redutores de velocidade (quebra-molas) nas vias pertencentes a áreas residenciais visando a segurança dos pedestres.	R$ 30.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00				Município / Estado / União	6

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
297	Adequar as calçadas em concordância com as Normas Técnicas brasileiras em vigor.	R$ 500.000,00	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00				Município / ParanaCidade / União	6
298	Implementar, por meio de legislação, a adoção do padrão de calçadas ecológicas para Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município	3
299	Implantar o Plano de Rotas Acessíveis, com tratamento adequado de calçadas, de maneira que toda a população possa usufruir do espaço público, inclusive PCD e PMR, por meio de projetos integradores que qualifiquem os espaços públicos e contribuam para aumentar o sentimento de pertencimento da população à cidade.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / ParanaCidade / União	6
300	Implementar regulamentação para organizar o tráfego de veículos pesados na área urbana, especificando em lei os horários e rotas permitidas.	Ação Administrativa						Município	1
301	Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de acordo com as premissas da política nacional para o setor, deste Plano Diretor e da legislação urbanística que o complementa.	R$ 100.000,00					R$ 100.000,00	Município / ParanaCidade	3
302	Revisar constantemente e atualizar, quando necessário, a Hierarquia Viária de Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município	1
303	Alcançar 100% de pavimentação das vias urbanas do Município, com recape ou pavimentação asfáltica	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado / União	1 e 6
304	Realizar permanentemente obras de manutenção das vias pavimentadas da área	Atrelado à elaboração de	Variável	Variável				Município / Estado / União	1 e 6

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
	urbana, conforme a demanda, priorizando as vias de maior fluxo.	projeto específico							
305	Promover melhorias nos acessos às propriedades rurais, por meio da manutenção, adequação e cascalhamento das estradas rurais municipais.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município / Estado / União	6
306	Adequar as estradas rurais, de acordo com a legislação do sistema viário vigente.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável		Município / Estado / União	6
307	Elaborar estudo visando implementar um sistema integrado de ciclovias, contemplando todos os bairros de Enéas Marques.	Ação Administrativa						Município	3
308	Implantar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização de bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.	R$ 500.000,00			R$ 250.000,00	R$ 250.000,00		Município / ParanaCidades / União	6
309	Promover ações de educação no trânsito, conscientizando a população sobre segurança e respeito aos pedestres e ciclistas.	R$ 25.000,00			R$ 15.000,00	R$ 10.000,00		Município / ParanaCidades / União	4
310	Contratar empresa especializada, através de licitação, para elaborar o projeto do Contorno Viário Sul.	Atrelado à elaboração de projeto específico					Variável	Município / ParanaCidades / União	3
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 1.155.000,00	R$ 265.000,00	R$ 265.000,00	R$ 265.000,00	R$ 260.000,00	R$ 100.000,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.3.11 DEPARTAMENTO DE PROJETOS TÉCNICOS, INSTITUCIONAIS E DE ENGENHARIA

Quadro 61 – Ações para o Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
311	Aprovar projetos de loteamentos e de unidades habitacionais somente se estiverem em acordo à legislação municipal e garantirem o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.	Ação Administrativa						Município	1
312	Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED.	Ação Administrativa						Município	1
313	Garantir que novos loteamentos só sejam aprovados quando proverem continuidade às vias existentes e em conformidade com a Lei do Sistema Viário.	Ação Administrativa						Município	2
314	Para os novos loteamentos, exigir a implantação de áreas verdes com infraestrutura como bancos, arborização, parque infantil, academia ao ar livre, mesas para jogos etc.	Ação Administrativa						Município	1
315	Exigir o EIV e EIA/RIMA para indústrias a serem instaladas nas Macrozonas de Produção Rural e Macrozona de Proteção Ambiental.	Ação Administrativa						Município	1
316	Exigir que as obras de pavimentação sejam contempladas com sistema de drenagem.	Ação Administrativa						Município	1
317	Exigir a execução do sistema de drenagem pluvial, para a aprovação de novos loteamentos.	Ação Administrativa						Município	1
318	Exigir a execução de rampas de acessibilidade em edificações que tenham acesso ao público.	Ação Administrativa						Município	1
319	Elaborar projetos de intervenção viária nos pontos de maior conflito viário, visando otimizar o fluxo e a segurança.	Atrelado à elaboração de projeto específico	Variável	Variável				Município	4

Ação		Custo total estimado (R$)	Custo por prazo (R$)					Possível fonte de recurso	Mecanismo de Avaliação
			Curto (1 a 2 anos)		Médio (3 a 4 anos)		Longo (5 anos)		
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano		
320	Desenvolver projeto de parque linear (Zona do Parque Jaracatiá) ao longo do trecho urbano do Rio Jaracatiá.	Atrelado à elaboração de projeto específico			Variável	Variável			3
TOTAL DEPARTAMENTO		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

29.4 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

Indicadores de resultados são meios para se avaliar o desempenho da administração pública em relação à eficiência na realização das ações propostas pelo PDM. A partir deles, consegue-se visualizar a situação destas ações no decorrer do prazo estabelecido e permite-se que estratégias específicas sejam elaboradas ou ajustadas no decorrer do tempo para a obtenção da meta.

Como sistema complementar à definição dos indicadores de resultados, os Mecanismos de Avaliação indicam como deve ser realizada a análise do progresso de cada ação. Estes mecanismos são expressos no Quadro 62, e integram o Quadro 63 para auxiliar os responsáveis pelas avaliações.

Quadro 62 – Mecanismos de Avaliação

CÓD.	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO
1	Fiscalização e monitoramento frequente.
2	Requisição de estudo específico à Prefeitura Municipal: EIV, PCA, EIA/RIMA etc.
3	Implementação ou elaboração de um plano, estudo ou legislação específica.
4	Implementação de campanhas, projetos e ações de incentivo.
5	Realização de cursos de capacitação.
6	Construção/Ampliação/Adequação/Reforma/Manutenção\Implementação de infraestrutura, equipamento e/ou software.
7	Adequação/Ampliação da frota veicular.
8	Adequação do quadro de funcionários e da estrutura administrativa.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2021.

Para obter um diagnóstico de efetividade das ações do Poder Executivo desprendidas para atingir as metas estabelecidas, propõe-se a realização de avaliações periódicas, executadas semestralmente, entre o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) e a Equipe Técnica Municipal (ETM).

Para isso, deve-se considerar todas as etapas envolvidas no processo para a realização de cada ação, definindo a porcentagem de 100% para o serviço executado por completo e, a cada 6 (seis) meses, realizar análise elencando os serviços executados, remetendo à porcentagem de progresso e, desta forma, obtendo-se o Indicador de Resultado de cada ação.

Esta metodologia deve ser implementada através da utilização do Quadro 63, destacando o prazo para a realização das ações e o espaçamento para cada avaliação. Após a avaliação individual de cada ação, tem-se o indicador parcial de resultado e, ao final, ainda na mesma tabela, obtém-se o Indicador Total de Resultado, que mede a eficiência da administração pública no que se refere à implementação do PDM.

Deste modo, o Poder Executivo Municipal tem controle detalhado sobre o progresso de todas as ações estabelecidas no PAI e tem os parâmetros necessários para elaborar estratégias específicas para executar cada uma delas.

Quadro 63 - Indicador de Resultado

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
Macrozoneamento Municipal						
1				1	0%	0,00
2				1	0%	0,00
3				1	0%	0,00
4				1 e 3	0%	0,00
5				1 e 3	0%	0,00
6				4	0%	0,00
Perímetro Urbano						
7				**1**	0%	0,00
8				**1**	0%	0,00
Macrozoneamento Urbano						
9				1	0%	0,00
10				1	0%	0,00
11				1	0%	0,00
12				1	0%	0,00
13				1 e 3	0%	0,00
14				1	0%	0,00
Zoneamento Urbano						
15				1 e 3	0%	0,00
16				1 e 3	0%	0,00
17				1 e 3	0%	0,00
18				4	0%	0,00
19				1	0%	0,00
20				1 e 3	0%	0,00
21				1 e 3	0%	0,00
22				1	0%	0,00
23				1	0%	0,00
Instrumentos Urbanísticos						
24				1	0%	0,00
25				1 e 3	0%	0,00
26				1 e 3	0%	0,00
27				1	0%	0,00
28				1	0%	0,00
29				3	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
30											1	0%	0,00
Fortalecimento Institucional													
31											1	0%	0,00
32											5	0%	0,00
33											3	0%	0,00
34											1	0%	0,00
35											1	0%	0,00
36											1	0%	0,00
37											1 e 4	0%	0,00
38											1 e 4	0%	0,00
39											1	0%	0,00
40											6	0%	0,00
41											1	0%	0,00
42											1	0%	0,00
43											4	0%	0,00
44											5	0%	0,00
45											6	0%	0,00
46											6	0%	0,00
47											6	0%	0,00
48											3	0%	0,00
49											3	0%	0,00
50											3	0%	0,00
51											3	0%	0,00
Sistema de Informações													
52											1	0%	0,00
53											4 e 6	0%	0,00
54											4 e 6	0%	0,00
55											3	0%	0,00
56											5	0%	0,00
57											3	0%	0,00
58											5	0%	0,00
59											4	0%	0,00
Gestão Participativa													
60											5	0%	0,00
61											3	0%	0,00
62											3	0%	0,00
63											4	0%	0,00
64											4	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
65											5	0%	0,00
66											4	0%	0,00
67											1	0%	0,00
68											4	0%	0,00
69											1	0%	0,00
70											4	0%	0,00
71											1 e 4	0%	0,00
Segurança Pública													
72											1 e 4	0%	0,00
73											3	0%	0,00
74											3	0%	0,00
75											3	0%	0,00
76											3	0%	0,00
77											3	0%	0,00
78											6	0%	0,00
Iluminação Pública e Energia Elétrica													
79											1	0%	0,00
80											1	0%	0,00
81											1 e 6	0%	0,00
82											3	0%	0,00
83											6	0%	0,00
84											1 e 6	0%	0,00
85											6	0%	0,00
86											6	0%	0,00
87											3	0%	0,00
88											6	0%	0,00
89											3 e 6	0%	0,00
90											5	0%	0,00
Cemitérios													
91											6	0%	0,00
92											7	0%	0,00
93											3	0%	0,00
94											1	0%	0,00
95											1	0%	0,00
96											6	0%	0,00
97											6	0%	0,00
98											6	0%	0,00
99											1	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
100											5	0%	0,00
Educação													
101											7	0%	0,00
102											7	0%	0,00
103											4	0%	0,00
104											4	0%	0,00
105											1	0%	0,00
106											3	0%	0,00
107											1	0%	0,00
108											4	0%	0,00
109											4	0%	0,00
110											1	0%	0,00
111											1	0%	0,00
112											3	0%	0,00
113											3	0%	0,00
114											7	0%	0,00
115											4	0%	0,00
116											4	0%	0,00
117											3	0%	0,00
Cultura, Epsorte e Lazer													
118											3	0%	0,00
119											4	0%	0,00
120											3	0%	0,00
121											6	0%	0,00
122											4	0%	0,00
123											4	0%	0,00
124											4	0%	0,00
125											4	0%	0,00
126											4	0%	0,00
127											7	0%	0,00
128											8	0%	0,00
129											3	0%	0,00
130											6	0%	0,00
131											1 e 6	0%	0,00
132											6	0%	0,00
133											1 e 6	0%	0,00
134											3	0%	0,00
135											3	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
136				4	0%	0,00
137				4	0%	0,00
138				3	0%	0,00
139				5	0%	0,00
140				3	0%	0,00
Saúde						
141				3	0%	0,00
142				1 e 6	0%	0,00
143				3	0%	0,00
144				3	0%	0,00
145				3	0%	0,00
146				4	0%	0,00
147				4	0%	0,00
148				4	0%	0,00
149				4	0%	0,00
150				3	0%	0,00
151				4	0%	0,00
152				3	0%	0,00
153				6	0%	0,00
154				5	0%	0,00
155				1 e 7	0%	0,00
156				7	0%	0,00
157				3	0%	0,00
Habitação						
158				3	0%	0,00
159				3	0%	0,00
160				1	0%	0,00
161				4	0%	0,00
162				3	0%	0,00
163				1	0%	0,00
164				4	0%	0,00
165				1	0%	0,00
166				4	0%	0,00
167				4	0%	0,00
Assistência Social						
168				3	0%	0,00
169				4	0%	0,00
170				3	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
171											4	0%	0,00
172											1 e 3	0%	0,00
173											6	0%	0,00
174											6	0%	0,00
175											4	0%	0,00
176											3	0%	0,00
177											4	0%	0,00
178											3	0%	0,00
179											3	0%	0,00
180											3	0%	0,00
Indústria, comércio e Serviços													
181											1	0%	0,00
182											3	0%	0,00
183											1	0%	0,00
184											4	0%	0,00
185											3	0%	0,00
186											3	0%	0,00
187											5	0%	0,00
188											5	0%	0,00
189											4	0%	0,00
190											4	0%	0,00
191											5	0%	0,00
192											4	0%	0,00
193											5	0%	0,00
194											4	0%	0,00
195											5	0%	0,00
196											2 e 3	0%	0,00
197											4	0%	0,00
198											1 e 3	0%	0,00
199											3	0%	0,00
200											1	0%	0,00
201											4 e 6	0%	0,00
202											6	0%	0,00
Turismo													
203											3	0%	0,00
204											3	0%	0,00
205											3	0%	0,00
206											3 e 4	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
207				3	0%	0,00
208				3	0%	0,00
209				4	0%	0,00
210				4	0%	0,00
211				1 e 3	0%	0,00
212				4	0%	0,00
213				3	0%	0,00
214				3 e 6	0%	0,00
215				3	0%	0,00
216				5	0%	0,00
Agropecuária						
217				4	0%	0,00
218				4	0%	0,00
219				4	0%	0,00
220				4	0%	0,00
221				4	0%	0,00
222				5	0%	0,00
223				4	0%	0,00
224				4	0%	0,00
225				4	0%	0,00
226				3	0%	0,00
227				4	0%	0,00
228				4	0%	0,00
229				3	0%	0,00
230				5	0%	0,00
Saneamento Básico						
231				3	0%	0,00
232				4	0%	0,00
233				4	0%	0,00
234				1	0%	0,00
235				3	0%	0,00
236				3	0%	0,00
237				3	0%	0,00
238				3	0%	0,00
239				1	0%	0,00
240				3	0%	0,00
Drenagem Pluvial						
241				3	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
242				1	0%	0,00
243				1	0%	0,00
244				1	0%	0,00
245				3	0%	0,00
246				6	0%	0,00
247				3	0%	0,00
248				3	0%	0,00
249				3	0%	0,00
250				3	0%	0,00
251				3	0%	0,00
252				4	0%	0,00
253				4	0%	0,00
Coleta de Resíduos Sólidos						
254				4	0%	0,00
255				4	0%	0,00
256				3	0%	0,00
257				3	0%	0,00
258				3	0%	0,00
259				1	0%	0,00
260				4	0%	0,00
261				3	0%	0,00
262				3	0%	0,00
263				4	0%	0,00
264				1	0%	0,00
265				3	0%	0,00
266				4	0%	0,00
267				6	0%	0,00
268				6	0%	0,00
Proteção e Preservação Ambiental						
269				1	0%	0,00
270				3	0%	0,00
271				4	0%	0,00
272				4	0%	0,00
273				4	0%	0,00
274				4	0%	0,00
275				4	0%	0,00
276				1 e 3	0%	0,00
277				3 e 4	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
278				3	0%	0,00
279				1	0%	0,00
280				4	0%	0,00
281				3	0%	0,00
282				4	0%	0,00
283				1 e 3	0%	0,00
Arborização Urbana						
284				3	0%	0,00
285				5	0%	0,00
286				1	0%	0,00
287				4	0%	0,00
288				4	0%	0,00
289				1 e 4	0%	0,00
290				1 e 4	0%	0,00
291				4	0%	0,00
292				4	0%	0,00
293				6	0%	0,00
294				4	0%	0,00
Mobilidade Urbana						
295				1	0%	0,00
296				6	0%	0,00
297				6	0%	0,00
298				3	0%	0,00
299				6	0%	0,00
300				1	0%	0,00
301				3	0%	0,00
302				1	0%	0,00
303				1 e 6	0%	0,00
304				1 e 6	0%	0,00
305				6	0%	0,00
306				6	0%	0,00
307				3	0%	0,00
308				6	0%	0,00
309				4	0%	0,00
310				3	0%	0,00
Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia						
311				1	0%	0,00
312				1	0%	0,00

Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Mecanismo de Avaliação	Total	Indicadores de resultados
313											2	0%	0,00
314											1	0%	0,00
315											1	0%	0,00
316											1	0%	0,00
317											1	0%	0,00
318											1	0%	0,00
319											4	0%	0,00
320											3	0%	0,00
									Indicador de Resultado			**0,00%**	**0,00**

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

30. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Um índice relevante para definição da exequibilidade do PAI, é a Capacidade de Investimento, elaborado através de análise do cenário das receitas, despesas e investimentos municipais. Em Enéas Marques, o índice atinge o percentual de 19,97% da receita orçamentária (2018), com isso, para a execução das ações é recomendável que o Poder Executivo desempenhe função importante para angariar recursos oriundos de fontes alternativas, como parcerias com governo estadual e federal.

Após análise dos quadros de ações e investimentos apresentados para cada departamento no item 29.3 CUSTOS DE EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, é possível verificar que a quantidade mais expressiva, representando 13,2% do valor total, é destinada ao Departamento de Obras e Serviços Públicos.

Conforme apresentado na Tabela 49 o investimento médio realizado anualmente durante a vigência do PAI é de R$3.134.072,00. Este dado não significa que o Município deva investir esta quantia a cada ano. Em análise detalhada verifica-se que do valor total (R$15.670.340,00), 43,38% é destinado para os dois primeiros anos, 34,56% para o terceiro e quarto ano de vigência do PAI, e 22,06% para o último ano do plano.

O presente produto apresentou o Plano de Ação e Investimentos da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, elencando a importância da manutenção e atualização do PDM para alcançar a tríplice definição de uma cidade com planejamento e visão de futuro, que são:

- **Eficácia**: atendimento aos objetivos e metas propostas;
- **Eficiência**: relação entre o resultado alcançado e os recursos utilizados;
- **Efetividade**: impacto real das políticas implantadas sobre as condições sociais da população.

Essa análise considerou que o Município de Enéas Marques deverá administrar os investimentos do PAI buscando a eficácia na relação entre novos investimentos e ampliação dos benefícios sociais e econômicos, respondendo às necessidades da população por serviços públicos de qualidade.

Para a implementação das ações definidas no Plano de Ação e Investimentos, o Município deverá buscar, sempre, a eficácia de gestão para a formação da capacidade de poupar, além de envidar esforços por meio da modernização da estrutura municipal na gestão tributária com vistas a obter melhores resultados e atender às demandas futuras da população de Enéas Marques.

31. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

O Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal e os demais anteprojetos de lei que o complementam são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso do Município, e estão elencados neste documento na seguinte ordem:

I Lei do Plano Diretor Municipal;

II Lei dos Perímetros Urbanos;

III Lei do Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;

IV Lei do Uso e Ocupação do Solo;

V Lei da Mobilidade Urbana e Sistema Viário;

VI Lei do Código de Obras;

VII Lei do Código de Posturas.

As propostas para a legislação surgiram após amplo debate da sociedade local, de forma a nortear os interesses envolvidos dentro de uma leitura comunitária e técnica.

Os Anteprojetos de Lei serão analisados pelo Poder Executivo e pelas equipes designadas, e encaminhados à Câmara de Vereadores como Projetos de Leis. Esta, dentro de sua competência, fará a análise final dos projetos e, após a aprovação dos senhores Vereadores e sanção pelo Prefeito Municipal a legislação dará, ao Executivo, instrumentos legais e eficazes para conduzir o desenvolvimento do Município.

31.1 MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

SÚMULA: INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL, ESTABELECE OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS PARA AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, com fundamentos na Constituição Federal; na Constituição do Estado do Paraná; no Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257/01; na Lei Orgânica do Município, bem como atendidos dispositivos da Lei Estadual 15.229/06.

§1º - Esta Lei se aplica a toda extensão territorial do Município, considerando as especificidades das áreas urbanas e rurais.

§2º - Esta lei do Plano Diretor deverá ser aplicada considerando-se ainda o Plano de Ações e Investimentos, integrante do Plano Diretor, observando que:

I - cada ação deverá ser tratada dentro do prazo indicado, seguindo as prioridades apontadas no Plano Diretor, de forma flexível, permitindo a implementação das referidas ações, de acordo com disponibilização de recursos, na forma do Art. 130 -desta lei;

II - os valores dos investimentos estão sugeridos no referido Plano, merecendo adequação por ocasião da implementação das respectivas ações.

§3º - Todas as legislações municipais que apresentarem conteúdo relacionado à matéria tratada no Plano Diretor e às legislações de uso, parcelamento e ocupação do solo deverão obedecer às disposições contidas neste Plano Diretor e demais leis correlatas.

§4º - As políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender o que está estabelecido nesta Lei, e nas Leis que integram o Plano Diretor.

Art. 2º - O município deverá manter o Plano Diretor de Defesa Civil em conformidade com os Planos Nacional e Estadual, bem como voltado para as diretrizes e ações deste Plano Diretor Municipal.

TÍTULO I
DA FUNDAMENTAÇÃO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - O Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, nos termos desta Lei, aplica-se em toda a sua extensão territorial, e definirá:

I - a função social da cidade e da propriedade;

II - as estratégias de desenvolvimento municipal, configuradas pelos eixos, diretrizes e ações prioritárias de desenvolvimento municipal;

III - o processo de planejamento, acompanhamento e revisão do plano diretor;

IV - o traçado do perímetro urbano;

V - as áreas de expansão urbana e áreas urbanizáveis;

VI - o uso e ocupação do solo urbano e rural;

VII - o disciplinamento do parcelamento e implantação de loteamentos;

VIII - a hierarquização e classificação das vias urbanas e municipais bem como as questões de mobilidade;

IX - a estruturação dos instrumentos de planejamento: consórcio imobiliário; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir; transferência do direito de construir; estudo de impacto de vizinhança (EIV) e compulsoriedade do uso do solo.

X - a atualização do código de obras e do código de posturas.

Art. 4º - As políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei, e nas Leis que integram o Plano Diretor Municipal de Enéas Marques.

Art. 5º - Além desta Lei Complementar, integram o presente Plano Diretor Municipal de Enéas Marques:

I - o produto final do Contrato nº denominado Plano Diretor Municipal de Enéas Marques – Revisão 2021, que compreende:

a) Mobilização;
b) Análise Temática Integrada;
c) Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;
d) Plano de Ação e Investimentos- PAI;
e) Institucionalização do Plano Diretor Municipal;
f) Relatórios de Atividades.

II - os seguintes instrumentos legais:

a) Lei dos Perímetros Urbanos;
b) Lei de Mobilidade e Sistema Viário;

c) Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal;
d) Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
e) Código de Obras;
f) Código de Posturas;
g) Lei do Direito de Preempção;
h) Lei da Compulsoriedade do Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Parágrafo único. Outras leis e decretos integrarão o Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, desde que, cumulativamente:

I - tratem de matéria relativa ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;

II - sejam leis complementares, observado o rito processual descrito na lei orgânica do município;

III - mencionem expressamente em seu texto a condição de integrante do conjunto de leis componentes do plano diretor municipal de Enéas Marques; e

IV - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre dispositivos seus e os das outras leis, já componentes do plano diretor municipal de Enéas Marques, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS GERAIS
Seção I
Dos Princípios

Art. 6º - O Plano Diretor Municipal de Enéas Marques tem por princípios:

I - a justiça social e a redução das desigualdades sociais e regionais;

II - a gestão democrática, participativa e descentralizada, ou seja, a participação de diversos setores da sociedade civil e do governo, como: técnicos da administração municipal e de órgãos públicos, estaduais e federais, movimentos populares, representantes de associações de bairros e de entidades da sociedade civil, além de empresários de vários setores da produção;

III - o direito universal à cidade, compreendendo à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à segurança, à saúde e à educação;

IV - a preservação e recuperação do ambiente natural e construído;

V - o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

VI - a garantia da qualidade ambiental;

VII - o fortalecimento da regulação pública e o controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade; e

VIII - a integração horizontal entre os órgãos da prefeitura, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do plano, consubstanciadas em suas políticas, programas e projetos, prevendo o cidadão como beneficiário direto de toda ação do poder público.

Seção II
Dos Objetivos

Art. 7º - O objetivo principal do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques consiste em disciplinar o desenvolvimento municipal, garantindo qualidade de vida à população, preservando a memória cultural da cidade, bem como preservando e conservando os recursos naturais locais.

Art. 8º - São objetivos específicos do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques:

I - ordenar o crescimento urbano do Município, em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, cultural e administrativo, dentre outros;

II - promover o máximo aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município;

III - ordenar o uso e ocupação do solo, em consonância com a função socioeconômica da propriedade;

IV - promover a regularização fundiária na área urbana;

V - promover o desenvolvimento rural de forma a assegurar:

a) a qualidade das vias municipais;

b) a regulamentação das atividades agrossilvipastoris;

c) a proteção ambiental.

VI - promover a instalação de agroindústrias e indústrias no município;

VII - promover a equilibrada e justa distribuição espacial da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais, visando:

a) garantir a plena oferta dos serviços de abastecimento de água potável em toda a área urbanizada do Município;

b) prever a ampliação do um sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário em toda a área urbanizada do Município;

c) prever a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos;

d) assegurar a qualidade e a regularidade da oferta dos serviços de infraestrutura de interesse público, acompanhando e atendendo ao aumento da demanda;

e) promover melhorias e constante manutenção da malha viária urbana, como pavimentação e sinalização;

f) promover, em conjunto com as concessionárias de serviços de interesse público, a universalização da oferta dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações e de transporte coletivos.

VIII - intensificar o uso das regiões bem servidas de infraestrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;

IX - garantir a ordenação da cidade e o aproveitamento e utilização da propriedade, de modo a atender, no mínimo, os seguintes princípios básicos:

a) o cumprimento às leis e códigos que definem as formas e critérios de aproveitamento da propriedade urbana;

b) promoção das oportunidades que garantem o acesso à moradia e do aproveitamento e utilização da propriedade urbana, de forma a compatibilizar-se com a capacidade de atendimento de infraestrutura e equipamentos urbanos e dos serviços públicos já existentes;

c) a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

X - direcionar o crescimento da cidade para áreas propícias à urbanização, evitando problemas ambientais, sociais e de trânsito;

XI - compatibilizar o uso dos recursos naturais e cultivados, além da oferta de serviços, com o crescimento urbano, de forma a controlar o uso e ocupação do solo;

XII - evitar a centralização excessiva de serviços, observando-se as atribuições determinadas por lei a cada Departamento constante da Estrutura Administrativa Municipal;

XIII - proteger o meio ambiente de qualquer forma de degradação ambiental, mantendo a qualidade da vida urbana e rural, com as finalidades de:

a) consolidar e atualizar as ações municipais para a gestão ambiental, em consonância com as legislações estaduais e federais;

b) promover a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico do Município;

c) recuperar e conservar as matas ciliares;

d) preservar as margens dos rios, fauna e reservas florestais do Município, coibindo a ocupação na área rural, dos locais com declividade acima de 30%, das áreas sujeita à inundação e dos fundos de vale;

e) recuperar áreas degradadas e despoluir os rios;

f) garantir o desenvolvimento industrial de forma a minimizar a degradação ambiental e paisagística atento aos níveis de poluição;

g) melhorar a limpeza urbana, a redução do volume de resíduo gerado, a reciclagem do lixo urbano, o tratamento e destino final dos resíduos sólidos.

XIV - dotar o município de Enéas Marques de instrumentos técnicos e administrativos capazes de prevenir os problemas do desenvolvimento urbano futuro e, ao mesmo tempo, indicar soluções para as questões atuais;

XV - promover a integração da ação governamental municipal com os órgãos federais e estaduais e a iniciativa privada;

XVI - propiciar a participação da população na discussão e gestão da cidade e na criação de instrumentos legais de decisão colegiada, considerando essa participação como produto cultural do povo, com vistas a:

a) aperfeiçoar o modelo de gestão democrática da cidade por meio da participação dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos para o desenvolvimento da cidade;

b) ampliar e democratizar as formas de comunicação social e de acesso público às informações e dados da administração;

c) promover avaliações do modelo de desenvolvimento urbano, social e econômico adotado.

Parágrafo único. A inobservância dos princípios básicos estabelecidos no inciso IX deste artigo poderá configurar abuso de direito e da função social da propriedade urbana, e, em especial, quando a propriedade urbana permanecer não edificada, subutilizada ou não utilizada, ou ainda quando prejudicar o patrimônio natural estabelecido pelo Plano Diretor.

Seção III
Da Função Social da Cidade

Art. 9º - A função social da cidade de Enéas Marques se dará pelo pleno exercício de todos os direitos à cidade, entendido este como direito à terra; aos meios de subsistência; ao trabalho; à saúde; à educação; à cultura; à moradia; à proteção social; à segurança; ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; ao saneamento; ao transporte público; ao lazer; à informação; e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

Art. 10 - A função social da cidade será garantida por meio:

I - da integração de ações públicas e privadas;

II - da gestão democrática participativa e descentralizada;

III - da promoção da qualidade de vida e do ambiente;

IV - da observância das diretrizes de desenvolvimento do Município de Enéas Marques e sua articulação com o seu contexto regional;

V - da cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento cultural da cidade;

VI - do acesso à moradia digna, com a adequada oferta de habitação para as faixas de baixa renda;

VII - da priorização na elaboração e execução de programas, planos e projetos para grupos de pessoas que se encontre em situações de risco, vulneráveis e desfavorecidas.

Art. 11 - O não cumprimento do disposto no Art. 10 -, por ação ou omissão, configura lesão à função social da cidade, sem prejuízo do disposto na Lei federal nº 10.257/2001, bem como do disposto na Constituição Federal, Art. 182, § 2º e 186.

Seção IV
Da Função Social da Propriedade Urbana e Rural

Art. 12 - A propriedade urbana, pública ou privada, cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, critérios, objetivos e graus de exigência estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, e nas leis integrantes a este, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos fundamentais individuais e sociais e ao desenvolvimento econômico e social;

II - compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, como também com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e com a segurança, bem-estar e saúde de seus moradores, usuários e vizinhos;

III - a preservação dos recursos naturais do município e a recuperação das áreas degradadas ou deterioradas;

IV - compatibilização da ocupação do solo com os parâmetros definidos pela lei de uso e ocupação do solo.

§1º - O direito de propriedade sobre o solo não acarreta, obrigatoriamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§2º - Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

§3º - Haverá descumprimento dos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação quando o proprietário não preencher as condições determinadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, complementar a presente Lei.

§4º - No caso de descumprimento da função social da propriedade urbana aplicam-se os dispositivos do artigo 182 da Constituição Federal, Art. 5 a 8 e 52 do Estatuto das Cidades e deste Plano Diretor.

Art. 13 - A propriedade rural cumprirá sua função social quando houver a correta utilização econômica da terra e a sua justa distribuição, de modo a atender o bem-estar social da coletividade, mediante a produtividade e a promoção da justiça social, tendo em vista:

I - o aproveitamento racional e adequado do solo;

II - a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - a observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§1º - A propriedade rural deve ainda cumprir a função socioambiental, com vistas aos requisitos ambientais, simultaneamente aos demais elementos, quando cumprir as disposições e condutas discriminadas nas seguintes leis:

I - Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Novo Código Florestal;

II - Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 – Lei dos Agrotóxicos;

III - Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

IV - Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 – que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

V - Lei 9.974, de 06 de junho de 2000 - Altera a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

VI - Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 – Política Nacional dos Recursos Hídricos;

VII - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais;

VIII - Lei estadual 12.726, de 26 de novembro 1989 – Política Estadual dos Recursos Hídricos.

IX - Lei federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências

§2º - Em caso de descumprimento das regras impostas por essas leis, o Poder Executivo Municipal deverá aplicar a pena de multa nos limites e condições estabelecidas por legislação específica, tais como Código de Obras, Código de Posturas e Meio Ambiente, sem prejuízo de outras.

§3º - O Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município será responsável pela fiscalização das propriedades rurais, bem como pela aplicação e respectiva cobrança das penalidades descritas na legislação complementar.

§4º - O valor arrecadado com as multas aplicadas pelo descumprimento da função socioambiental da propriedade rural será revertido para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e gerenciado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nos termos do Art. 151 -desta Lei.

§5º - O cumprimento das normas descritas no parágrafo 1º do *caput* deste artigo não exime o proprietário do cumprimento de todas as demais leis de preservação ambiental de competência do Estado e da União.

CAPÍTULO III

DO ORDENAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Seção I

Do Macrozoneamento

Art. 14 - O Macrozoneamento tem como finalidade fixar as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes e instrumentos para o ordenamento territorial de forma a atender aos princípios e políticas de desenvolvimento municipal, objetivos gerais, programas e ações deste Plano Diretor.

Art. 15 - O Macrozoneamento do Município de Enéas Marques é composto pela:

I - Macrozona de Proteção Ambiental – MPA – formada pelas Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d'agua e fragmentos remanescentes de floresta, observada a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

II - Macrozona de Proteção do Manancial – MPM – corresponde à porção do território municipal inserida em área de proteção de manancial, representada pela bacia do Jaracatiá, e tem como objetivo proporcionar a ocupação urbana de modo sustentável e compatível com a bacia de abastecimento público de água, de modo a não ferir o estabelecido na Política Nacional de Recursos Hídricos vigente;

III - Macrozona de Desenvolvimento Industrial – MDI – formada pelas áreas situadas ao longo da PR-471, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais, sujeitas à legislação ambiental e anuência o Instituto Água e Terra do Paraná – IAT, ou órgão que vier a substituir;

IV - Macrozona de Produção Rural – MPR – é formada por áreas destinadas à produção agropecuária, florestal ou agroindustrial;

V - Macrozona de Consolidação Urbana – MUC – formada pelas áreas internas aos perímetros urbanos da sede e dos distritos, as quais são passíveis de parcelamento do solo e urbanização, deve servir como subsídio para a lei do uso e da ocupação do solo, e são subdivididas em:

a) Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC – áreas em processo de urbanização, caracterizada pela baixa densidade populacional, presença de lotes vazios e ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos;

b) Macrozona Urbana Especial de Interesse Social – MUEIS – áreas com ocupação predominantemente residencial, passíveis de regularização fundiária;

c) Macrozona Urbana de Produção Industrial – MUPI – áreas ocupadas predominantemente pelo uso industrial que não gere degradação ambiental;

d) Macrozona Urbana de Preservação Ambiental – MUPA – áreas destinadas à proteção e preservação da fauna e da flora nativas em áreas de interesse ambiental, de remanescentes florestais e de interesse paisagístico;

e) Macrozona Urbana de Expansão – MEU – áreas contidas dentro dos limites do perímetro urbano, contiguas a áreas urbanizadas ou não, onde deverá ser estimulado o crescimento da cidade com a implantação e/ou qualificação da rede de serviços, infraestrutura e equipamentos.

Parágrafo único. O Macrozoneamento Municipal de Enéas Marques e Macrozoneamento Urbano estão definidos nos Anexos I *usque* IV, partes integrantes desta lei.

TÍTULO II
DOS EIXOS E DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO

Art. 16 - A consecução dos objetivos do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques dar-se-á com base na implementação de políticas integradas, visando ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo o seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

Art. 17 - A política de desenvolvimento do Município compõe-se por 5 (cinco) eixos e as respectivas diretrizes, ambos definidos de acordo com as condicionantes, deficiências e potencialidades do Município.

Parágrafo único. Os eixos de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques são os seguintes:

I - Estruturação do território rural e fortalecimento do apoio ao agricultor;

II - Alavancagem das atividades de transformação e serviços;

III - Garantia da qualidade ambiental;

IV - Estruturação urbana;

V - Desenvolvimento social.

Art. 18 - As diretrizes estabelecidas nesta lei deverão ser observadas de forma integral e simultânea pelo Poder Público, visando garantir a sustentabilidade do Município.

CAPÍTULO I
ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL E FORTALECIMENTO DO APOIO AO AGRICULTOR

Art. 19 - O Eixo "Estruturação do Território Rural e Fortalecimento do Apoio ao Agricultor" foi estabelecido uma vez que a agricultura, representada na agricultura familiar é o principal pilar econômico e de fonte de renda da população de Enéas Marques.

Art. 20 - O poder público, a iniciativa privada e organizações sociais promoverão a "Estruturação do Território Rural e Fortalecimento do Apoio ao Agricultor" a partir das seguintes diretrizes:

I - fomentar a agricultura familiar e de pequenos produtores rurais;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;

III - garantir a qualidade dos produtos de origem animal, fomentando a produção artesanal por meio de cursos, treinamentos e assistência técnica especializada;

IV - promover a formação e fortalecimento de cooperativas e/ou associações de agricultores e incremento do apoio ao pequeno agricultor;

V - comercializar a produção agrícola no próprio município e ampliar convênios para seu escoamento;

VI - realizar melhorias nas estradas municipais e nos acessos às propriedades rurais;

VII - fomentar a instalação de agroindústrias no município e agregar valor aos produtos locais;

VIII - expandir a prática de outras culturas agrícolas;

IX - incentivo a ampliação da fruticultura e manejo sustentável de reflorestamento comercial;

X - promover melhorias na mobilidade;

XI - garantir acesso ao atendimento de saúde, educação, segurança, lazer e moradia digna para todos;

XII - promover estudos para regularizações fundiárias das propriedades rurais;

XIII - promover parceria entre empresas/profissionais para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural - CAR;

XIV - promover melhorias nas propriedades rurais possibilitando a aplicação de novas técnicas e aumento da produção.

CAPÍTULO II

ALAVANCAGEM DAS ATIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS

Art. 21 - O eixo "Alavancagem das Atividades de Transformação e Serviços" visa a agregar valor aos produtos locais e desenvolver de forma mais contundente o setor de serviços

Art. 22 - O poder público, a iniciativa privada e organizações sociais promoverão a Alavancagem das Atividades de Transformação e Serviços a partir das seguintes diretrizes:

I - promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços,

II - incentivar a realização de ações e projetos de capacitação e parceria com Instituições públicas e privadas;

III - implementar políticas voltadas à atividade comercial;

IV - incentivar o consumo no comércio local pelo município;

V - prever local adequado para a instalação de indústrias (zona industrial e de serviços);

VI - fomentar o setor industrial;

VII - fomentar o turismo em Enéas Marques;

VIII - estimular o desenvolvimento e a conscientização do comércio e serviços locais para atender o turista.

CAPÍTULO III

GARANTIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 23 - O Eixo para Garantia da Qualidade Ambiental tem como objetivo a conservação do meio ambiente.

Art. 24 - O poder público, a iniciativa privada e organizações sociais promoverão a Garantia da Qualidade Ambiental a partir das seguintes diretrizes:

I - promover política adequada de Proteção e Preservação Ambiental;

II - promover ações visando formar consciência coletiva sobre a necessidade de preservação e manutenção da qualidade ambiental;

III - dar suporte à fiscalização visando a Proteção e Preservação Ambiental;

IV - garantir a proteção e a recuperação das áreas de preservação permanente e demais áreas com vegetação nativa remanescente, bem como investir na criação de novas áreas de valor ambiental;

V - proteger áreas de mananciais do município compatibilizando o uso dos recursos naturais existentes com o desenvolvimento municipal;

VI - proibir a instalação de indústrias potencialmente poluidoras na área de manancial, e promover a readequação e fiscalização permanente daquelas já instaladas;

VII - promover a gestão dos resíduos municipais;

VIII - aprimorar a gestão e o planejamento da coleta de resíduos sólidos municipais;

IX - aprimorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos;

X - promover alternativas adequadas da destinação dos resíduos industriais;

XI - minimizar a utilização de agrotóxicos, principalmente na área de manancial;

XII - restringir, recuperar e/ou realocar a ocupação em áreas ambientalmente frágeis e de riscos;

XIII - adequar os cemitérios de Enéas Marques;

XIV - garantir o bom estado de conservação do cemitério municipal.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURAÇÃO URBANA

Art. 25 - O Eixo Estruturação Urbana visa proceder à realização de incrementos na sede urbana, principalmente na infraestrutura (pavimentação, circulação, sinalização), arborização pública, acesso a serviços, dentre outros, preservando as características concernentes ao local.

Art. 26 - O poder público, a iniciativa privada e organizações sociais promoverão a Estruturação Urbana através das seguintes diretrizes:

I - organizar o crescimento urbano, promovendo o máximo aproveitamento dos espaços, de forma sustentável;

II - melhorar a circulação urbana e facilitar a acessibilidade

III - planejar adequadamente o sistema viário urbano e municipal;

IV - melhorar a manutenção da malha rodoviária da zona rural;

V - incentivar o uso de modais de transporte não motorizados;

VI - implantar Contorno Viário e Acesso Secundário à cidade;

VII - regulamentar e garantir a arborização urbana adequada;

VIII - aumentar a receita própria do Município;

IX - inventariar os bens de Patrimônio do Município;

X - promover a modernização e atualização administrativa;

XI - manter a conservação dos edifícios públicos;

XII - implantar o Almoxarifado Central;

XIII - dotar a sede urbana de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário;

XIV - garantir política adequada de saneamento básico;

XV - dar continuidade aos serviços de saneamento básico;

XVI - eliminar as fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos;

XVII - garantir a drenagem e manejo das águas pluviais;

XVIII - incentivar a construção de calçadas ecológicas e sistemas de biorretenção da água da chuva, buscando otimizar o sistema de drenagem;

XIX - elaborar um estudo de alternativa para desvio do fluxo de veículos pesados;

XX - garantir que toda a população tenha acesso à iluminação pública e energia elétrica;

XXI - exigir iluminação pública eficiente, moderna e econômica nos novos loteamentos;

XXII - Incentivar o uso de fontes de energia renováveis.

CAPÍTULO V
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 27 - As Políticas Sociais vinculam-se, basicamente, com os seguintes temas:

I - saúde;

II - educação;

III - assistência social;

IV - habitação;

V - cultura, esporte e lazer;

VI - segurança pública.

Seção I
Da Saúde

Art. 28 - A política municipal de saúde objetiva estabelecer o acesso de toda a população ao atendimento da saúde, considerando os seguintes âmbitos de atuação, a fim de melhorar a qualidade de vida com:

I - acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação;

II - ênfase em programas de ação preventiva;

III - humanização do atendimento;

IV - gestão participativa do sistema municipal de saúde.

Parágrafo único. Entende-se como saúde o bem-estar físico, social e mental do ser humano.

Art. 29 - Para aplicação da política de saúde municipal, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

I - adequar os edifícios públicos do setor da saúde às suas necessidades variadas.

II - investir nos consórcios de saúde existentes;

III - incentivar os programas e ações do setor da saúde;

IV - garantir a modernização do setor da saúde;

V - investir na capacitação dos servidores da área da saúde;

VI - promover o fortalecimento institucional da Secretaria de Saúde.

Seção II
Da Educação

Art. 30 - A política municipal de educação objetiva estabelecer o acesso de toda a população à oferta adequada da educação infantil e do ensino fundamental, e para sua aplicação devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - ampliar e realizar manutenção das instalações das escolas e centros de ensino;

II - incentivar a implementação de novos programas educacionais e garantir a continuidade dos existentes;

III - ampliar a formação técnica e profissional dos professores e demais profissionais da educação, estimulando o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores;

IV - garantir a qualidade da merenda escolar;

V - garantir que toda a população tenha acesso à equipamentos de educação;

VI - monitorar o crescimento da população em idade escolar;

VII - garantir a qualidade do serviço de transporte escolar;

VIII - estimular e garantir a permanência do aluno na escola.

Seção III
Da Assistência Social

Art. 31 - O objetivo da política municipal de assistência social é garantir a proteção e a defesa dos direitos do cidadão em situação de vulnerabilidade social, apoiando ações de zelo e proteção às famílias e indivíduos e o desenvolvimento da comunidade.

Art. 32 - A política municipal de assistência social tem como diretrizes:

I - garantir o atendimento e acompanhamento dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

II - assegurar instalações físicas e equipamentos apropriados para o exercício das atividades de assistência social;

III - dar continuidade aos projetos que o município oferece;

IV - garantir a modernização da Assistência Social;

V - investir nos recursos humanos na área de Assistência Social.

Seção IV
Da Habitação

Art. 33 - Para promoção da política municipal da habitação devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - implementar programas de melhorias de habitação para famílias de baixa renda;

II - promover estudos para regularização fundiária das ocupações irregulares na sede urbana;

III - realizar estudos para relocação de famílias instaladas em áreas de risco.

IV - Garantir política de habitação municipal adequada;

V - Garantir o direito à moradia digna e à terra urbana;

VI - Implementar programas de apoio à construção habitacional para famílias de baixa renda.

Seção V

Da Cultura, Esporte e lazer

Art. 34 - O objetivo da política municipal de cultura, esporte e lazer é promover ações, programas e investimentos, a fim de fomentar e estimular a prática esportiva, cultural e de descontração, melhorando as condições de saúde, a qualidade de vida e a integração social, garantindo acesso a todos cidadãos e segmentos da sociedade.

Art. 35 - A política de cultura, esporte e lazer tem como diretrizes:

I - criar espaços para o desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e esporte nas comunidades rurais e nas áreas urbanas;

II - promover política adequada, assegurar instalações físicas e construção de espaços físicos apropriados para o exercício das atividades culturais e de esporte e lazer;

III - estimular a formação, produção e difusão cultural;

IV - garantir a modernização do setor da Cultura;

V - melhorar a estrutura física dos espaços públicos de esporte e lazer;

VI - incentivar o uso recreativo (para lazer e práticas esportivas) das áreas verdes por parte da população.

VII - garantir a modernização do setor do Esporte e Lazer.

Seção VI

Da Segurança Pública

Art. 36 - A política municipal de segurança pública objetiva propiciar aos munícipes meios para uma convivência pacífica e segura, orientando-se pelo princípio da adoção de providências de prevenção à violência, de caráter educacional e corretiva.

Art. 37 - São diretrizes da política de segurança pública:

I - melhorar as ações de Segurança Pública.

II - modernizar o setor de Segurança Pública.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS EM GERAL

Art. 38 - Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, o Município de Enéas Marques adotará, quando pertinente, os instrumentos de política de desenvolvimento municipal, previstos no art. 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e alterações, sem prejuízo de outros instrumentos de política urbana.

§1º - Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem-se por legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

§2º - A utilização de instrumentos para o desenvolvimento municipal deve ser objeto de controle social, garantindo a informação e a participação de entidades da sociedade civil e da população, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Art. 39 - Para os fins deste Plano Diretor, deverão ser utilizados, dentre outros julgados pertinentes, os seguintes instrumentos de planejamento, sem prejuízo de outros:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Seção I
Do Plano Plurianual

Art. 40 - O Plano Plurianual é o principal Instrumento de Planejamento das Ações da Prefeitura Municipal de Enéas Marques, tanto para garantir a manutenção dos investimentos públicos em áreas sociais quanto para estabelecer os programas, valores e metas do Município.

Art. 41 - O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias e Conselhos Municipais, deverá atender as seguintes diretrizes:

I - em todas as suas Diretrizes Orçamentárias, o Plano Anual e o Plurianual deverão adequar suas linhas mestras e suas previsões ao Plano Diretor;

II - deverão ser compatibilizadas as atividades do planejamento municipal com as diretrizes do Plano Diretor e com a execução orçamentária, anual e Plurianual;

III - o Plano Plurianual deverá ter abrangência de todo o território e sobre todas as matérias de competência municipal.

Seção II
Das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual

Art. 42 - As Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual estabelecerão as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração do orçamento municipal e disporão sobre alterações na legislação tributária, com o estabelecimento da política de aplicação das Agências Financeiras de Fomento.

Art. 43 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as Despesas de Capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária.

§1º - Nenhuma despesa pública municipal poderá ser executada fora do Orçamento Municipal.

§2º - Todas as ações da Prefeitura Municipal deverão ser disciplinadas e registradas nas leis orçamentárias do Município, inclusive as oriundas de parcerias com outros entes federados, da Administração Direta ou Indireta, para obtenção de recursos.

Art. 44 - A Lei Orçamentária Anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS

Art. 45 - Para os fins deste Plano Diretor Municipal, poderão ser utilizados, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal, os seguintes instrumentos jurídicos e urbanísticos dentro do perímetro urbano municipal, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal n.º 10.257/2001, sem prejuízo de outros:

I - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;

II - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;

III - Desapropriação com Pagamento mediante Títulos da Dívida Pública;

IV - Outorga Onerosa do Direito de Construir;

V - Transferência do Direito de Construir;

VI - Operações Urbanas Consorciadas;

VII - Consórcio Imobiliário;

VIII - Direito de Preempção;

IX - Direito de Superfície;

X - Zonas Especiais de Interesse Social;

XI - Concessão de Direito Real de Uso;

XII - Concessão de Uso Especial para fins de Moradia;

XIII - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV;

XIV - Estudo de Impacto Ambiental - EIA

XV - Tombamento;

XVI - Desapropriação;

XVII - Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental;

XVIII - Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único. Os instrumentos constantes dos incisos do caput deste artigo devem ser instituídos por leis específicas, mediante audiência pública ou consulta pública, quando sua aplicação se fizer oportuna, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Seção I
Direito de Preempção

Art. 46 - O Poder Executivo Municipal terá preferência na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos das disposições contidas nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade e nesta Lei, no caso de o Poder Público Municipal necessitar do imóvel para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Parágrafo único. As áreas indicadas pelo Poder Público Municipal para exercer o direito de preempção poderão estar enquadradas em uma ou mais das finalidades enumeradas neste artigo.

Art. 47 - O direito de preferência será aplicado na:

I - Macrozona Urbana Consolidada;

II - Macrozona Urbana em Consolidação; e

III - Macrozona Urbana de Expansão.

Art. 48 - Definido o interesse público sobre determinado imóvel por parte do Município, este fará publicar, em órgão oficial e em jornal de grande circulação local, declaração manifestando o propósito de exercer direito de preferência na aquisição do referido imóvel e comunicará, por escrito, tal intenção ao seu proprietário.

§1º - A vigência do direito de preempção sobre o imóvel referido no *caput* será de até 5 (cinco) anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§2º - O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência constante do §1º - deste artigo, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

§3º - O Município fará averbar a incidência do direito de preempção sobre imóvel objeto de seu interesse, conforme referido no *caput* deste artigo, a qual será anotada à margem da respectiva matrícula imobiliária.

Art. 49 - O proprietário de imóvel incluído nos termos do Art. 48 -desta Lei deverá, antes de proceder à alienação, notificar o Poder Executivo Municipal e o Conselho de Desenvolvimento Municipal sobre sua intenção, juntamente com as informações sobre preço, condições de pagamento, prazo de validade e proposta de compra assinada por terceiro na aquisição do imóvel.

§1º - A partir do recebimento da notificação prevista no *caput* deste artigo o Poder Executivo Municipal terá 30 (trinta) dias para se manifestar por escrito sobre a aceitação da proposta, devendo publicar em jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§2º - Transcorridos 30 (trinta) dias da notificação prevista no *caput* sem manifestação do Poder Executivo Municipal, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§3º - Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§4º - A alienação a terceiros processada em condições diversas da proposta apresentada poderá ser considerada nula de pleno direito, nos termos do disposto no § 5º, do art. 27, da Lei Federal nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade.

§5º - Na ocorrência da hipótese prevista no §4º - deste artigo, o Poder Público poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Art. 50 - Durante o prazo de vigência do direito de preempção, o organismo competente da administração municipal, a ser definido dependendo da finalidade pela qual o imóvel está preempto, deverá ser consultado no caso de alienações, solicitações de parcelamento do solo, emissão de licenças para construção e funcionamento de atividades.

Seção II
Do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios

Art. 51 - O Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios do solo urbano visam garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas localizadas na Macrozona de Consolidação Urbana, nos termos das disposições contidas nos artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade e desta Lei.

Art. 52 - A utilização do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios do solo urbano objetiva:

I - otimizar a ocupação de regiões da cidade dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos, inibindo a expansão urbana na direção de áreas não servidas de infraestrutura, bem como nas áreas ambientalmente frágeis;

II - aumentar a oferta de lotes urbanizados na malha urbana existente;

III - combater o processo de periferização;

IV - combater a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não edificação.

V - Em caso de descumprimento dos parâmetros urbanísticos descritos pela legislação vigente, deverão ser utilizados os instrumentos referentes à não utilização, não edificação ou subutilização, constantes no Art. 45 -desta Lei.

§1º - Entende-se por não utilização a edificação que estiver desocupada há mais de 03 (três) anos consecutivos, independentemente da área construída.

§2º - Entende-se por não edificação o lote ou gleba, com qualquer dimensão, cujo coeficiente de aproveitamento seja igual a zero.

§3º - Entende-se por subutilização o lote ou gleba edificados, nas seguintes condições:

I - quando o aproveitamento do solo for inferior ao coeficiente mínimo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

II - imóveis com edificações paralisadas ou em ruínas, situado e qualquer área.

§4º - Para efeitos desta Lei, considera-se coeficiente de aproveitamento a relação entre a área computável e a área do terreno.

Art. 53 - Ficam excluídos da obrigação estabelecida no Art. 51 -desta Lei, após comprovação técnica pelo órgão municipal competente, os imóveis:

I - integrantes das áreas de proteção ambiental;

II - em áreas de parques de conservação, de lazer e lineares, de bosques de lazer e de conservação, de reservas biológicas e as unidades de conservação específicas;

III - com bosques nativos relevantes, onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel;

IV - com áreas de preservação permanente, conforme o estabelecido na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel;

V - com bosques nativos relevantes ou áreas de preservação permanente estabelecidas na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja inferior a 50% (cinquenta por cento), mas incidam outras limitações administrativas que prejudiquem sua adequada ocupação, nos termos da lei do uso e da ocupação do solo urbano;

VI - que necessitem de áreas construídas menores para o desenvolvimento de atividades econômicas, conforme o disposto no código de obras do Município de Enéas Marques;

VII - com exploração de produtos hortifrutigranjeiros vinculados a programas municipais de abastecimento alimentar, devidamente registrados nos órgãos competentes;

VIII - ocupados por clubes sociais ou de lazer ou associações de classe;

IX - de interesse do patrimônio cultural, tombados, provisória ou definitivamente, por órgão competente.

Art. 54 - Compete ao Departamento de Administração e Planejamento do Município de Enéas Marques estabelecer, em procedimento próprio, a listagem dos imóveis sujeitos ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, observados os critérios desta Lei, tomando por base:

I - os cadastros municipais de informações imobiliárias;

II - diligências e vistorias;

III - imagens aéreas ou similares;

IV - informações constantes nos registros públicos de imóveis ou de notas;

V - informações fornecidas pelas empresas concessionárias de serviços públicos, como de água e esgoto, de coleta e de destinação de resíduos e de energia elétrica; e

VI - outros levantamentos e informações havidos como idôneos pelo Poder Público Municipal.

Art. 55 - Para a aplicação do instrumento do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Poder Executivo Municipal promoverá a notificação dos proprietários dos imóveis, acompanhada de laudo técnico que atesta a situação do imóvel como não edificado, subutilizado ou não utilizado, intimando-os a dar o aproveitamento adequado para os respectivos imóveis.

§1º - O laudo técnico conterá todas as informações necessárias à identificação do imóvel como não edificado, subutilizado ou não utilizado.

§2º - A notificação será feita do seguinte modo:

I - por servidor municipal competente, pessoalmente, ao proprietário do imóvel, no endereço constante no cadastro imobiliário municipal, ou no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração, devendo ser colhido o recebo deste em segunda via;

II - por edital, quando frustrada, por 3 (três) vez, a tentativa de notificação na forma prevista no inciso I -deste §2º - .

§3º - Concluída a notificação em qualquer de suas modalidades, conforme previsto no §2º - deste artigo, a mesma deverá ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Enéas Marques, à margem da matrícula do imóvel notificado.

Art. 56 - Independentemente da averbação, o proprietário poderá impugnar a notificação de que trata o Art. 54 -desta Lei, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente da notificação, sem a suspensão ou interrupção de prazos para o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel.

§1º - A impugnação será dirigida ao Departamento de Administração e Planejamento e instruída com ao menos os seguintes elementos:

I - título de propriedade ou atribuição de direitos reais, e em se tratando de pessoa jurídica, a qualificação de seu preposto com poderes de representação;

II - comprovação da edificação ou utilização, conforme o caso;

III - demonstração da condição de atividade econômica que prescinde de edificação para o exercício de suas finalidades, não explicitada no código de obras do Município de Enéas Marques

§2º - Caberá ao Conselho do Desenvolvimento Municipal decidir quanto à impugnação, ouvidos os demais órgãos da administração direta ou indireta do Município, quando pertinente.

§3º - Da decisão caberá recurso administrativo ao chefe do Departamento de Administração e Planejamento.

§4º - O prazo para decisão quanto a eventual impugnação e recurso será, respectivamente, de até 30 (trinta) dias.

§5º - A impugnação ou o recurso administrativo não suspende ou interrompe os prazos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

Art. 57 - O cumprimento da obrigação de parcelar ou edificar deverá observar os seguintes prazos:

I - 1 (um) ano, a partir da notificação, para que seja protocolado, na Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o pedido de expedição de alvará de construção, parcelamento ou utilização, instruído do cronograma para execução do empreendimento;

II - 2 (dois) anos, a partir da aprovação do projeto de construção ou parcelamento, para iniciar as obras do empreendimento;

III - 5 (cinco) anos, contados a partir do início das obras, para comunicar a conclusão de parcelamento ou desmembramento do solo ou de construção do imóvel.

§1º - Os empreendimentos de grande porte, sujeitos ao EIV, excepcionalmente poderão ser executados em etapas, em prazo superior ao prazo superior ao previsto nos incisos do caput deste artigo, desde que o projeto seja aprovado na íntegra, juntamente com o cronograma de execução de todas as etapas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Enéas Marques.

§2º - O descumprimento de qualquer dos prazos previstos neste artigo implicará na imediata caracterização do imóvel como não edificado, subutilizado ou não utilizado,

e dará ensejo à cobrança do imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, nos termos desta Lei.

Art. 58 - O proprietário notificado poderá propor a formalização de consórcio imobiliário, a fim de que se cumpra a obrigação de parcelamento ou edificação compulsórios, quando então serão suspensos os prazos para parcelamento ou edificação compulsórios, apenas até a decisão do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A proposta de consórcio imobiliário será considerada apenas para provimento de Habitação de Interesse Social, conforme definição da legislação própria, e a conveniência de sua adoção, em cada caso, será determinada pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos de Enéas Marques.

Art. 59 - As edificações não utilizadas terão prazo de 1 (um) ano, a partir da notificação, para que sejam ocupadas.

Parágrafo único. Os proprietários notificados deverão comunicar o Departamento de Administração e Planejamento o início da utilização do imóvel.

Art. 60 - A transmissão do imóvel, por ato intervivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios previstas nesta Seção ao novo proprietário ou sucessores, sem interrupção de quaisquer prazos.

Art. 61 - Após a notificação para parcelar, edificar ou utilizar, os imóveis sujeitos à obrigação terão indeferidos os pedidos de desmembramento ou desdobro sem apresentação de projetos para as áreas resultantes.

Art. 62 - Serão aceitos como formas de aproveitamento de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados a construção de equipamentos comunitários ou espaços livres arborizados, averbados no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que seja previsto o uso público e garantida a melhoria da qualidade ambiental, conforme diretrizes fornecidas pelo Poder Executivo Municipal e análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal e Grupo Técnico Permanente.

Seção III
Do IPTU Progressivo no tempo e da desapropriação com Pagamento mediante Títulos da Dívida Pública

Art. 63 - A aplicação do IPTU progressivo no tempo objetiva:

I - cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas;

II - fazer cumprir o disposto na Seção II do Capítulo III, Título IV, desta Lei, que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória;

III - aumentar a oferta de lotes urbanizados na malha urbana existente;

IV - combater o processo de periferização;

V - inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Art. 64 - O IPTU progressivo no tempo deverá ser aplicado na Macrozona de Consolidação Urbana.

Art. 65 - O IPTU progressivo no tempo constitui imposto real com a finalidade extrafiscal de assegurar o cumprimento da função social da propriedade predial e territorial urbana, definida no artigo 182 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Art. 66 - Em caso do descumprimento das condições e prazos previstos na Seção II, Capítulo III, Título IV desta Lei, o Poder Executivo Municipal procederá, no exercício fiscal seguinte àquele em que expirar o prazo, a aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, progressivo no tempo.

Art. 67 - O Poder Executivo Municipal procederá a aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) exercícios fiscais consecutivos, independente de atualização anual dos valores venais.

§1º - A alíquota do IPTU progressivo no tempo será de 3% (três por cento).

§2º - A majoração da alíquota a ser aplicada a cada ano será de 3% (três por cento), obedecido o prazo máximo de 5 (cinco) anos, da seguinte forma:

I - no primeiro exercício: 3% (três por cento);

II - no segundo exercício: 6% (seis por cento);

III - no terceiro exercício: 9% (nove por cento);

IV - no quarto exercício: 12% (doze por cento);

V - no quinto exercício: 15% (quinze por cento).

§3º - Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida em 05 (cinco) anos, o Poder Executivo Municipal:

I - manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a obrigação prevista no Art. 51 -desta Lei; ou

II - poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§4º - É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que se trata este artigo.

Art. 68 - Os títulos da dívida pública, previstos no inciso II -do §3º - do Art. 67 -desta Lei, terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis porcento) ao ano.

§1º - O valor real da indenização:

I - corresponde ao valor venal estabelecido na planta genérica de valores na data da primeira notificação, prevista no Art. 55 -;

II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§2º - O valor da parcela do imóvel a ser entregue ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das intervenções públicas, observado o § 2º, do art. 8º, da Lei Federal nº 10.257 de 2001.

§3º - Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§4º - A partir da incorporação do imóvel ao patrimônio público, o Poder Executivo Municipal procederá ao seu adequado aproveitamento no prazo máximo de 05 (cinco) anos, diretamente ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observado nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§5º - Ficam mantidas para o adquirente de imóvel as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, previstas nesta Lei.

Art. 69 - O pagamento e o parcelamento do IPTU progressivo no tempo serão nos mesmos termos aplicados ao IPTU pelo Código Tributário do Município de Enéas Marques.

Seção IV
Do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV

Art. 70 - O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) constitui instrumento de planejamento e controle urbano e subsídio à decisão do Poder Público Municipal para aprovação de projeto, emissão de autorização ou licença para implantação, construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades, públicos ou privados, em área urbana ou rural, que possam colocar em risco a qualidade de vida da população, a ordenação urbanística do solo e o meio ambiente, causar-lhes dano ou exercer impacto sobre eles.

Art. 71 - Os empreendimentos que causam grande impacto urbanístico e ambiental, definidos nesta Lei, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração e à aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV – a ser apreciado pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal e aprovados pelo Grupo Técnico Permanente de Enéas Marques, nos termos desta Lei através de emissão de atestado de viabilidade.

§1º - A realização do EIV não pode ser aplicada para autorizar a implantação de empreendimentos e atividades em discordância com as normas urbanísticas.

§2º - O EIV deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana, em torno do empreendimento.

§3º - O atestado de viabilidade referido no *caput* deste artigo é o documento que autoriza e orienta a aprovação de projetos e a emissão de autorização ou licença para

implantação, construção, ampliação ou funcionamento para os casos previstos nesta Lei, emitido pelo Grupo Técnico Permanente.

§4º - Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte, o interessado deverá publicar no periódico local de maior circulação um resumo do projeto pretendido, indicando a atividade principal e sua localização, que também deverá ser afixado em edital pelo Poder Executivo.

Art. 72 - O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV – deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - uso e ocupação do solo;

III - valorização imobiliária;

IV - áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII - poluição sonora e do ar;

IX - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 73 - Considera-se empreendimento ou atividades que requerem a apresentação do EIV e a emissão do atestado de viabilidade, quer públicos ou privados:

I - edificações residenciais com área computável superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados),

II - empreendimentos residenciais com 70 (setenta) ou mais unidades habitacionais;

III - conjuntos de habitações populares com número de unidades maior ou igual a 100 (cem);

IV - edificações destinadas a outro uso, com área da projeção da edificação superior a 3.000m² (três mil metros quadrados);

V - parcelamentos do solo com área superior a 100.000m² (cem mil metros quadrados);

VI - parcelamentos do solo em áreas lindeiras aos cursos d'água;

VII - cemitérios e crematórios;

VIII - exploração mineral;

IX - interdição temporária ou definitiva de ruas e avenidas.

X - condomínios de lotes;

XI - operação urbana consorciada;

XII - as edificações destinadas a templos religiosos, implantadas em imóveis próprios, cedidos ou alugados, cuja área de construção de nave seja superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados);

XIII - ampliações acima de 25% (vinte e cinco por cento) na área já existente de empreendimentos, que por força desta Lei, já tenham o EIV previamente aprovado.

XIV - as seguintes atividades, independente da área construída:

a) centrais de carga;

b) centrais de abastecimento;

c) estações de tratamento de água e de efluentes

d) terminais de transporte;

e) transportadoras com carga e descarga interna ao estabelecimento, sem atividade de manutenção, oficina e serviços concorrentes;

f) garagem de veículos de transporte de passageiros;

g) presídios;

h) postos de serviço, com venda de combustível;

i) depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP), com capacidade de armazenamento superior a 1.560Kg (um mil e quinhentos e sessenta quilogramas) de GLP;

j) supermercados e hipermercados;

k) estações de rádio base;

l) depósitos e fábricas de material explosivo;

m) aterro sanitário;

n) aterro, incineradores ou instalações de armazenagem de resíduos tóxicos e perigosos;

o) usinas de compostagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos;

p) emissários de esgoto;

q) incineradores de resíduos de serviços de saúde;

r) usinas termoelétricas e termonucleares;

s) estações de transmissão de energia elétrica e subestações de transformação;

t) casas noturnas.

Parágrafo único. Quando entender necessário, o Poder Executivo Municipal poderá, em lei municipal, definir outros empreendimentos ou atividades potencialmente geradoras de impactos urbanos e ambientais não mencionados expressamente neste artigo.

Art. 74 - Os elementos mínimos necessários para nortear a elaboração do EIV estarão indicados no Termo de Referência - TR, documento oficial a ser elaborado pelo Grupo Técnico Permanente, de modo a possibilitar a análise qualificada de todos os aspectos que compõem o estudo.

§1º - Os aspectos as serem exigidos pelo TR devem ser definidos em função:

I - do porte do empreendimento;

II - do tipo de atividade;

III - do impacto na infraestrutura instalada;

IV - das características físicas e ambientais da área e do entorno;

V - da dinâmica de emprego e renda no local e na sua área de influência;

VI - de outros aspectos relevantes.

§2º - O TR deve ter a seguinte composição mínima:

I - objetivos e diretrizes que devem nortear a elaboração do EIV;

II - equipe técnica necessária para a elaboração do EIV;

III - conteúdo a ser abordado;

IV - área de influência da implantação do empreendimento ou da atividade a ser considerada de acordo com os impactos gerados sobre o sistema viário, o tráfego de veículos e as demais variáveis, na vizinhança direta e indiretamente afetada.

Art. 75 - O EIV deverá incluir:

I - caracterização da atividade ou do empreendimento proposto;

II - identificação dos profissionais responsáveis por sua elaboração e dos empreendedores;

III - documento comprovante de responsabilidade técnica do EIV no conselho de classe profissional competente;

IV - delimitação e caracterização da área de influência direta e indiretamente atingida pelo empreendimento ou pela atividade, abrangendo todas as unidades imobiliárias passíveis de alteração de índices urbanísticos;

V - caracterização e análise da morfologia urbana da área do estudo com e sem a implantação do projeto e na fase de implantação, orientada para identificação e avaliação de impactos relacionados ao sistema de transportes, meio ambiente, infraestrutura básica, estrutura socioeconômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões:

a) adensamento populacional;

b) equipamentos urbanos e comunitários;

c) uso e ocupação do solo;
d) valorização e desvalorização imobiliária;
e) geração de tráfego e demanda por transporte público;
f) ventilação e iluminação;
g) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
h) poluição ambiental e poluição urbana, incluindo as formas de poluição sonora, atmosférica e hídrica;
i) vibração e trepidação;
j) geração de periculosidade e insalubridade;
k) geração de resíduos sólidos;
l) transformações urbanísticas provocadas pelo empreendimento ou atividade;
m) benefícios, ônus e problemas futuros relacionados à implantação da atividade ou empreendimento;
n) impacto socioeconômico na população residente ou atuante na área.

VI - conclusão, de forma objetiva e de fácil compreensão, sobre as vantagens e desvantagens associadas à implantação do projeto, em confronto com o diagnóstico realizado sobre a área de intervenção e proximidades;

VII - medidas de prevenção, recuperação, mitigação e compensação de impactos em função dos efeitos dos impactos gerados para adequar e viabilizar a inserção do empreendimento em harmonia com as condições do local pretendido e seu entorno, caso necessárias;

VIII - custos, cronograma e responsáveis pela implantação, planos e programas de monitoramento das medidas propostas, quando houver.

Parágrafo único. Os aspectos previstos no inciso V -do *caput* deste artigo devem levar em consideração as especificidades do empreendimento ou atividade, sendo conteúdos mínimos aqueles previstos nas alíneas a à g deste artigo.

Art. 76 - As informações, os dados e os demais elementos apresentados no EIV são de responsabilidade da equipe técnica ou do profissional que elaborou o estudo, sobre os quais o interessado deve estar ciente.

Parágrafo único. O EIV deverá ser elaborado por profissional ou empresa habilitado junto ao conselho de classe competente, sendo que as medidas mitigadoras, compatibilizadoras, recuperadoras, compensatórias e similares apresentadas pelo empreendedor serão analisadas pelo Grupo Técnico Permanente, estando sujeitas às respectivas e necessárias adequações.

Art. 77 - Os estudos urbanísticos, os planos de ocupação e os demais estudos aprovados para a área do empreendimento ou da atividade podem, a critério do Grupo Técnico Permanente, ser aceitos, total ou parcialmente, como conteúdo do EIV.

Parágrafo único. Deve ser exigida a complementação e a atualização dos estudos de que trata o *caput* deste artigo quando eles não forem suficientes para a avaliação dos impactos dos empreendimentos e das atividades.

Art. 78 - O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, e baseado no EIV, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

I - ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VI - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;

VII - percentual de habitação de interesse social no empreendimento;

VIII - possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade.

Parágrafo único. Poderão ser exigidas ações diferentes das previstas neste artigo, por proposição do interessado ou do Grupo Técnico Permanente, quando o impacto do empreendimento na região assim o permitir e houver fundamento no EIV e nas audiências públicas.

Art. 79 - Os empreendimentos de impacto e as proposições para eliminação ou minimização de impactos, sugeridos pelo EIV serão aprovados pela população através do Grupo Técnico Permanente de Enéas Marques.

§1º - Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, antes da aprovação do empreendimento, que ficarão disponíveis para consulta e manifestação no órgão competente do Poder Executivo Municipal, por qualquer interessado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, após anúncio sobre a disponibilidade de tal documento através de meio oficial de comunicação.

§2º - O Grupo Técnico Permanente de Enéas Marques deverá realizar audiência pública antes da aprovação do empreendimento, nos termos estabelecidos na Seção I deste Capítulo.

Art. 80 - As medidas de compensação de que trata o Art. 78 - devem ser exigidas por danos não recuperáveis ou mitigáveis, com parâmetros ou valores fixados de modo proporcional ao grau do impacto provocado pela implantação do empreendimento ou pelo funcionamento da atividade, podendo contemplar o custeio direto ou indireto das seguintes ações:

I - implantação de paisagismo em área pública;

II - doação da área do empreendimento para implantação de equipamento comunitário ou regional;

III - preservação de bens de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

IV - qualificação, revitalização ou renovação de áreas comerciais e industriais em processo de decadência ou degradação;

V - implantação, urbanização e requalificação de área pública;

VI - implantação e manutenção de equipamento comunitário ou regional;

VII - implantação e manutenção de mobiliário urbano;

VIII - implantação de obras de arte e outros equipamentos urbanos;

IX - implantação de obras e serviços para facilitar a circulação de pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

X - compensação pecuniária.

Parágrafo único. Poderão ser exigidas ações diferentes das previstas neste artigo, por proposição do interessado ou do Grupo Técnico Permanente, quando o impacto do empreendimento na região assim o permitir e houver fundamento no EIV e nas audiências públicas.

Art. 81 - Compete à Departamento de Administração e Planejamento:

I - analisar os requerimentos de aprovação de projetos e de licenciamento de construção e funcionamento de atividades e identificar os casos em que é exigido o EIV, na forma desta Lei;

II - comunicar o interessado quanto à exigência de EIV, para manifestação de continuidade do licenciamento;

III - submeter ao Grupo Técnico Permanente os processos relativos aos empreendimentos e às atividades sujeitos a EIV.

Art. 82 - Compete ao Grupo Técnico Permanente, além do estabelecido na Seção III deste Capítulo:

I - elaborar o TR para o EIV;

II - verificar a conformidade do EIV com os requisitos exigidos para sua elaboração;

III - examinar a consistência técnica do EIV;

IV - solicitar esclarecimentos e complementação das informações apresentadas;

V - recomendar ou exigir ajustes;

VI - acompanhar a realização de audiência pública;

VII - recomendar a dispensa de elaboração de EIV quando for julgado que todos os elementos necessários estão contemplados em estudos existentes;

VIII - emitir parecer sobre o EIV do projeto submetido à sua consideração, recomendando o aceite ou a rejeição do documento, de modo parcial ou total;

IX - emitir recomendações acerca da adequação do projeto e das medidas de prevenção, recuperação, mitigação ou compensação a serem adotadas, quando for o caso;

X - elaborar o Atestado de Viabilidade, a ser submetido à autoridade competente;

XI - manifestar-se quanto à prorrogação da validade do atestado de viabilidade;

XII - manifestar-se quanto a recursos interpostos pelo interessado;

XIII - propor ajustes sobre o EIV na legislação;

XIV - realizar outras atribuições definidas no regulamento desta Lei.

Art. 83 - O Grupo Técnico Permanente pode solicitar a participação de representantes de órgãos que não integram sua composição para colaborarem com a emissão do TR e com outros trabalhos desenvolvidos pelo GTP.

Art. 84 - O prazo para elaboração do TR é de, no máximo, 20 (vinte dias) úteis, contados da solicitação do interessado junto ao Departamento de Administração e Planejamento.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

Art. 85 - O interessado tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da expedição do TR, para apresentar o EIV, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério do Departamento de Administração e Planejamento.

Parágrafo único. Caso o interessado não apresente o EIV no prazo previsto no *caput* deste artigo e se manifeste pela continuidade do processo, deve ser emitido novo TR e devem ser reiniciados os prazos.

Art. 86 - O prazo para análise do EIV pelo Grupo Técnico Permanente é de 60 (sessenta) dias úteis, contados do recebimento do estudo, e pode ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

Parágrafo único. Caso o EIV não seja apresentado nos termos exigidos no TR, deve ser exigida sua complementação em até 60 (sessenta) dias úteis e reiniciada a contagem do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 87 - O Grupo Técnico Permanente deve emitir relatório final com pronunciamento sobre a viabilidade ou inviabilidade da atividade ou do empreendimento observado os prazos previstos no Art. 86 -e as condicionantes previstas neste Capítulo.

§1º - O relatório final de que trata o *caput* deste artigo deve ser imediatamente submetido à autoridade superior do Departamento de Administração e Planejamento para aprovação em até 30 (trinta) dias.

§2º - O relatório final deve ser encaminhado para aprovação prévia do Conselho de Desenvolvimento Municipal nos casos:

I - de operação urbana consorciada;

II - de elaboração de EIV pelo Poder Público Municipal;

III - em que as medidas de mitigação determinem reestruturação viária;

IV - em que seja indicada definição ou alteração de parâmetros urbanísticos;

V - em que, excepcionalmente, o Grupo Técnico Permanente julgar conveniente.

Art. 88 - O Grupo Técnico Permanente deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 89 - O Departamento de Administração e Planejamento deve posicionar-se definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do relatório final do Grupo Técnico Permanente, sobre a conveniência da implantação, da construção, da ampliação ou do funcionamento de empreendimentos e atividades e dar conhecimento ao interessado da decisão final.

§1º - O interessado pode interpor recurso à decisão final, nos termos do Art. 93 -

§2º - Se o interessado, expressamente, desistir de interpor recurso no prazo do Art. 93 -, o Departamento de Administração e Planejamento deve dar sequência aos procedimentos administrativos.

§3º - Nos casos em que houver necessidade de medidas de prevenção, recuperação, mitigação e compensação de impactos, deve ser firmado termo de compromisso entre o interessado e o Município, acompanhado de escritura pública de caução dos valores de responsabilidade do interessado.

§4º - A lavratura e a assinatura do termo de compromisso devem ser providenciadas pelo Município previamente à emissão do atestado de viabilidade.

Art. 90 - O atestado de viabilidade tem validade de 2 (dois) anos, contados da publicação.

§1º - No caso de parcelamento do solo urbano e condomínio de lotes, o atestado de viabilidade tem validade de 4 (quatro) anos.

§2º - O prazo de validade pode ser prorrogado por até 2 (dois) anos, a critério do Departamento de Administração e Planejamento, mediante solicitação fundamentada do interessado.

§3º - Pode ser exigida a atualização dos dados ou informações do EIV aprovado para prorrogação de validade.

Art. 91 - Após a publicação da decisão final, o processo deve ser encaminhado ao órgão responsável pela aprovação de projeto ou de licenciamento em empreendimento ou atividade para ciência e demais providências.

§1º - A aprovação e o licenciamento devem respeitar as disposições contidas no atestado de viabilidade e no termo de compromisso.

§2º - O Grupo Técnico Permanente deve ser comunicado quanto à aprovação ou licenciamento do empreendimento ou da atividade para conhecimento e acompanhamento da implementação das medidas de prevenção, recuperação, mitigação e compensação.

§3º - Devem constar nos documentos de aprovação de projeto e de licenciamento todas as disposições do atestado de viabilidade e do termo de compromisso, quando houver.

Art. 92 - A emissão da carta de habite-se ou da licença de funcionamento fica condicionada à comprovação de que foram implementadas todas as medidas de prevenção, recuperação, mitigação e compensação.

§1º - Excetuam-se do previsto no *caput* deste artigo as medidas de caráter contínuo.

§2º - No caso de medidas de caráter contínuo em que o cronograma exceda a data de emissão da carta de habite-se ou da licença de funcionamento, o Grupo Técnico Permanente deve indicar executor para acompanhar o cumprimento do termo de compromisso conforme as respectivas competências.

§3º - O descumprimento das medidas indicadas no §2º - deste artigo tem efeito suspensivo da carta de habite-se e da licença de funcionamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 93 - Da decisão final de que trata o Art. 89 - cabe recurso administrativo, no prazo de trinta dias, contados da publicação.

§1º - O recurso é dirigido à autoridade que proferiu a decisão, acompanhado de fundamentação sintética e organizada, podendo-se juntar documentos que se julgarem convenientes.

§2º - O Departamento de Administração e Planejamento tem o prazo de 20 (vinte) dias úteis para se pronunciar.

§3º - O Departamento de Administração e Planejamento pode decidir encaminhar o recurso à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§4º - Nos casos previstos no § 3º deste artigo, o Conselho de Desenvolvimento Municipal tem o prazo de 30 (trinta) dias úteis para se pronunciar, contados do recebimento dos autos.

§5º - Os prazos previstos nos §2º - e §4º - deste artigo podem ser prorrogados por igual período.

Art. 94 - Confirmada a decisão inicial pelo Departamento de Administração e Planejamento, cabe recurso do interessado ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, mesmo nos casos em que a decisão inicial tenha sido proferida por este órgão colegiado.

Parágrafo único. A decisão final do Conselho de Desenvolvimento Municipal, em segundo ato, exaure a esfera administrativa do recurso.

Art. 95 - Toda ação ou omissão que importe na inobservância dos preceitos desta Seção ou de seu regulamento é considerada infração, especialmente:

I - apresentar projeto, plano, estudo, memorial descritivo ou outro documento ou informação que induza o agente público a erro de análise sobre a necessidade de exigência ou dispensa de EIV;

II - apresentar dados, informações e levantamentos incorretos no EIV;

III - omitir dados, informações e levantamentos no EIV, de forma culposa ou dolosa;

IV - descumprir medidas de prevenção, recuperação, mitigação ou compensação, recomendações e condicionantes para implantação das atividades e dos empreendimentos objeto de EIV.

Parágrafo único. O infrator é obrigado a indenizar e reparar os danos causados a terceiros, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na ocorrência das infrações previstas neste artigo.

Art. 96 - Sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, as infrações às normas indicadas no Art. 95 -devem ser submetidas, isolada ou cumulativamente, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos por órgão ou entidade do Município;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito do Município.

§1º - A advertência deve indicar o prazo para regularização da situação, sob pena de aplicação de multa e demais sanções previstas nesta Seção.

§2º - As sanções previstas nos incisos I -e II -do *caput* deste artigo devem ser aplicadas pela fiscalização do órgão competente.

§3º - Quando se tratar de incidência de infração relativa ao EIV na fase de instrução, análise e definição da viabilidade ou não, o Departamento de Administração e Planejamento pode aplicar a sanção prevista no inciso I -do *caput* deste artigo.

§4º - As sanções previstas nos incisos III -e IV -do *caput* deste artigo devem ser aplicadas por meio de ato declaratório de perda, restrição ou suspensão pela autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamentos, mediante comunicação do órgão responsável pela fiscalização.

Art. 97 - As multas pelas infrações previstas nesta Seção devem ser aplicadas ao proprietário do empreendimento ou estabelecimento quando os termos da advertência não forem atendidos no prazo estipulado.

§1º - As multas devem ser aplicadas de acordo com a gravidade da infração e conforme a área do empreendimento, no valor-base de:

I - 500 URMEM (quinhentas Unidades Referência do Município de Enéas Marques) por infração prevista nos incisos I -II -e III -do Art. 95 -;

II - 1000 URMEM (mil Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) por infração prevista no inciso IV -do Art. 95 -.

§2º - As multas aplicadas aos empreendimentos no caso de operação urbana consorciada devem ser calculadas com base nos valores definidos no § 1º deste artigo, multiplicados pelo índice "k", referente à área da poligonal do empreendimento objeto da infração, de acordo com os seguintes valores:

I - até 20 (vinte) hectares: k=1;

II - acima de 20 (vinte) hectares e até 40 (quarenta) hectares: k=2;

III - acima de 40 (quarenta) hectares e até 60 (sessenta) hectares: k=3;

IV - acima de 60 (sessenta) hectares: k=4.

§3º - As multas devem ser aplicadas em dobro e de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada.

§4º - Considera-se infração continuada a manutenção do fato ou da omissão após 30 (trinta) dias da aplicação da multa anterior.

§5º - No caso de infração continuada, a multa deve ser aplicada até cessar a infração.

§6º - Considera-se reincidente o infrator autuado mais de uma vez no período de 12 (doze) meses, pela mesma infração, após o julgamento definitivo do auto de infração originário.

§7º - Ao responsável técnico pela obra ou pela elaboração do EIV, a multa, quando cabível, corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor aplicado como multa ao proprietário.

§8º - Não se aplica a multa prevista no § 7º deste artigo quando o responsável técnico comunicar previamente a irregularidade à autoridade competente.

Art. 98 - Deve ser aplicada, simultaneamente à sanção prevista no §3º - do Art. 97 -, a sanção de perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito do Município.

Art. 99 - As multas previstas nesta Seção devem ser recolhidas em parcela única diretamente na conta do Fundo de Desenvolvimento Municipal.

Art. 100 - Fica criada a taxa de análise de EIV no valor-base de 10 URMEM (dez Unidades de Referência do Município de Enéas Marques), constituindo como fato gerador a prestação de serviço de exame do estudo, sem prejuízo dos valores correspondentes a outros procedimentos.

§1º - A taxa de análise de EIV deve ser paga antecipadamente à prática de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência.

§2º - Para empreendimentos no caso de operação urbana consorciada, a taxa de análise de EIV tem por base o valor definido no caput, multiplicado pelo índice "y", referente à área da poligonal do empreendimento, consideradas as seguintes faixas de cobrança:

I - até 10 (dez) hectares: y=2;

II - acima de 10 (dez) hectares e até 20 (vinte) hectares: y=3;

III - acima de 20 (vinte) hectares e até 30 (trinta) hectares: y=4;

IV - acima de 30 (trinta) hectares a até 40 (quarenta) hectares: y=5;

V - acima de 40 (quarenta) hectares e até 50 (cinquenta) hectares: y=6;

VI - acima de 50 (cinquenta) hectares e até 60 (sessenta) hectares: y=7;

VII - acima de 60 (sessenta) hectares: y=8.

§3º - A partir da segunda listagem de exigências para correção ou complementação de informações previstas no TR, é cobrada nova taxa no valor de 50% (cinquenta por cento) da cobrada inicialmente, exceto quando for relativa a itens não listados anteriormente.

Art. 101 - A taxa de análise de EIV inclui o exame do estudo, a emissão de pareceres e relatórios e a listagem de exigências.

Art. 102 - Ficam criadas as taxas de emissão de TR e de atestado de viabilidade no valor de 2 URMEM (duas Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) cada, as quais devem ser recolhidas previamente à emissão.

Art. 103 - As taxas previstas nesta Seção devem ser recolhidas em parcela única diretamente na conta do Fundo de Desenvolvimento Municipal.

Art. 104 - Compete ao interessado público ou privado arcar com as despesas relativas:

I - à elaboração e à apresentação do EIV;

II - ao cumprimento de exigências, esclarecimentos e complementação de informações no curso da análise técnica do EIV;

III - à divulgação e à realização de audiências públicas;

IV - à implementação das medidas de adequação de projeto, prevenção, recuperação, mitigação e compensação de impactos e, quando necessário, do respectivo plano ou programa de monitoramento;

V - ao cumprimento das condições e das medidas estabelecidas e ajustadas com o Grupo Técnico Permanente, quando necessárias.

Art. 105 - O Poder Público Municipal poderá elaborar o EIV sempre que julgar necessário.

§1º - As despesas da elaboração, os procedimentos que envolvam o estudo e as medidas de prevenção, recuperação, mitigação e compensação devem ser cobradas dos proprietários dos empreendimentos e das atividades contempladas no estudo.

§2º - As despesas previstas no § 1º deste artigo devem ser cobradas de forma proporcional ao potencial construtivo das unidades imobiliárias abrangidas pelo estudo.

§3º - A forma de cobrança deve ser prevista no atestado de viabilidade.

§4º - Nos casos em que houver interesse público ou coletivo, as despesas previstas no § 1º deste artigo poderão ser dispensadas de forma total ou parcial.

Art. 106 - O EIV de 2 (dois) ou mais empreendimentos ou atividades pode ser elaborado coletivamente, desde que tecnicamente comprovada a viabilidade de análise junto ao Grupo Técnico Permanente.

Art. 107 - Os projetos de iniciativa particular devem ser analisados obedecendo a ordem cronológica contabilizada a partir do protocolo no Departamento de Administração e Planejamento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica nos casos de empreendimentos vinculados a políticas de interesse social e projetos de interesse público, que terão prioridade sobre os demais.

Art. 108 - Alterações nos ritos e procedimentos administrativos para a análise do EIV poderão ser realizadas por meio de Portaria específica do Departamento de Administração e Planejamento, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas nesta Lei.

Art. 109 - O disposto nesta Seção não se aplica aos empreendimentos e às atividades com licença de construção ou funcionamento válidas e emitidas até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Excetuam-se do estabelecido no *caput* deste artigo os casos em que a atividade pretendida não esteja prevista na licença de construção e no respectivo projeto aprovado.

Art. 110 - Os processos de regularização fundiária não são sujeitos às disposições contidas nesta Seção.

Art. 111 - Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), que ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, no órgão municipal competente.

Art. 112 - São nulos a aprovação de projeto e o licenciamento de qualquer natureza realizados sem a observância das disposições nesta Seção.

Art. 113 - A elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental estadual e federal.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL

Art. 114 - Para implementar a Regularização Fundiária e a Inclusão Social, o Município atenderá a Política Municipal de Regularização Fundiária instituída em Lei específica.

Art. 115 - Para os fins deste Plano Diretor, poderão ser utilizados, dentre outros, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal, os seguintes instrumentos de regularização fundiária, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal N.º 10.257/01, sem prejuízo de outros:

I - Zonas Especiais de Interesse Social;

II - Concessão de Direito Real de Uso;

III - Concessão de Uso Especial para fins de Moradia; e

IV - Assistência Técnica e Jurídica Gratuita para as Comunidades e Grupos Sociais Menos Favorecidos.

Parágrafo único. Fica estabelecido como instrumento de Regularização Fundiária e Inclusão Social a instituição de áreas especiais de Interesse Social nas áreas determinadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, integrante desta Lei do Plano Diretor.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO URBANA

Art. 116 - O objetivo da gestão democrática da política urbana é nortear e monitorar de forma permanente e democrática o desenvolvimento municipal em conformidade com o Plano Diretor Municipal e suas revisões e atualizações, com o Estatuto da Cidade e com os demais instrumentos de planejamento.

Parágrafo único. A Gestão Democrática dar-se-á por meio de instrumentos democráticos de deliberação, consulta, fiscalização, monitoramento, avaliação e revisão de políticas públicas.

Art. 117 - A gestão da política urbana deverá estar em consonância com a democracia representativa e participativa, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade civil organizada.

Art. 118 - A função do Poder Público municipal, para exercer o processo de gestão democrática, será de:

I - mobilizar e catalisar a ação cooperativa e integrada dos diversos setores e agentes sociais e econômicos;

II - coordenar e articular ações com os órgãos públicos estaduais e federais;

III - incentivar a organização da sociedade civil na perspectiva de ampliar os canais de comunicação e participação popular;

IV - coordenar o processo de formulação de planos e projetos para o desenvolvimento urbano e rural.

Art. 119 - O papel do cidadão no exercício da gestão democrática será:

I - difundir valores histórico-culturais do Município;

II - corresponsabilizar-se no processo de decisão e aplicação das políticas públicas;

III - acompanhar permanentemente as ações e projetos de iniciativa popular e de órgãos públicos em todas as esferas;

IV - fiscalizar o processo de aplicação dos projetos e programas de interesse comunitário;

V - participar e fiscalizar as ações dos Conselhos Municipais Representativos.

Art. 120 - É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, mediante as seguintes instâncias de participação:

I - Assembleias Regionais de Política Municipal;

II - Audiências e Consultas Públicas;

III - Iniciativa Popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;

IV - Conselhos correlatos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal;

V - Conselho de Desenvolvimento Municipal;

VI - Fundo de Desenvolvimento Municipal;

VII - Assembleias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal;

VIII - Programas e projetos com gestão popular;

IX - Sistema Municipal de Informações;

X - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

XI - Grupo Técnico Permanente.

Art. 121 - A participação dos munícipes em todo processo de planejamento e gestão da cidade deverá basear-se na plena informação, disponibilizada com antecedência pelo Executivo, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - anualmente, o Executivo apresentará à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, relatório de gestão da política urbana e plano de ação atualizado para o próximo período, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município;

II - o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Participativo e o Orçamento Anual incorporarão e observarão as diretrizes e prioridades estabelecidas em legislação específica,

III - a elaboração, revisão, aperfeiçoamento, implementação e acompanhamento do Plano Diretor e de planos, programas e projetos setoriais e especiais de urbanização serão efetuados mediante processo de planejamento, implementação e controle, de caráter permanente, descentralizado e participativo, como parte do modo de gestão democrática da cidade para a concretização das suas funções sociais;

IV - o Executivo promoverá entendimentos com municípios vizinhos, podendo formular políticas, diretrizes e ações comuns que abranjam a totalidade ou parte de seu território, baseadas em lei específica, destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênios ou consórcios com este objetivo, sem prejuízo de igual articulação com o Governo do Estado do Paraná;

V - os planos integrantes do processo de gestão democrática da cidade deverão ser compatíveis entre si e seguir as políticas de desenvolvimento urbano contidas na legislação específica, bem como considerar os planos intermunicipais de cuja elaboração a Prefeitura tenha participado;

VI - revisar e atualizar a estrutura organizacional administrativa;

VII - implantar e realizar a manutenção e modernização de Sistema de Planejamento Integrado;

VIII - garantir o acesso da população aos serviços ofertados pela Prefeitura Municipal;

IX - incentivar e fortalecer a gestão participativa;

X - utilizar a tecnologia de smartphones e mídias sociais para uma gestão mais participativa.

Seção I

Das Audiências e Consultas Públicas

Art. 122 - A Audiência Pública é um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

Parágrafo único. Este instrumento será utilizado, necessariamente, para definir alterações na legislação urbanística.

Art. 123 - As audiências Públicas serão promovidas pelo Poder Público para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 124 - Todos os documentos relativos ao tema da Audiência Pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de realização da respectiva Audiência Pública.

Seção II

Do Sistema Municipal de Informações

Art. 125 - O Sistema Municipal de Informações estabelece estruturas e processos de gestão e planejamento democráticos do município de forma transparente e permanente, visando à eficiência e eficácia da gestão municipal em Enéas Marques a partir dos princípios, políticas, instrumentos e programas contidos e/ou decorrentes deste Plano Diretor.

Art. 126 - Para garantir a gestão democrática, o Poder Executivo manterá atualizado, permanentemente, o Sistema Municipal de Informações socioeconômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, ambientais e físico-territoriais, inclusive cartográficas, e outras de relevante interesse para o Município, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - deverá ser assegurada sucinta e periódica divulgação dos dados do Sistema Municipal de Informações, em especial aos Conselhos, às entidades representativas de participação popular e às instâncias de participação e representação regional, por meio de publicação em jornais locais, na página eletrônica da Prefeitura Municipal e outros;

II - o Sistema Municipal de Informações deverá atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

§1º - o Sistema Municipal de Informações deverá ser estruturado e apresentado publicamente no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da aprovação deste Plano Diretor Municipal;

§2º - Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no Município, deverão fornecer ao Executivo Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da estruturação do sistema, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Municipal de Informações;

§3º - Estas determinações aplicam-se também às pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado;

§4º - É assegurado, a qualquer interessado, o direito à ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 127 - O Sistema de Informações de Enéas Marques será organizado em três subsistemas:

I - Subsistema de banco de dados;

II - Subsistema de indicadores;

III - Subsistema documental;

IV - Subsistema de expectativas da sociedade.

Art. 128 - O Subsistema de banco de dados deverá seguir, no mínimo, as seguintes ações:

I - levantamento, classificação e reagrupamento de bases de dados, existentes e demais classes de informações para migração e armazenamento em banco de dados;

II - elaboração de base cartográfica digital, em escala adequada;

III - integração com o cadastro imobiliário, planta genérica de valores e setores censitários do IBGE;

IV - utilização de um gerenciador de banco de dados;

V - priorização da aquisição de uma coleção de imagens orbitais com resolução mínima de 70 (setenta) centímetros. ou escala 1:20.000;

VI - objetivar o cadastro único multifinalitário, que reunirá informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal.

Art. 129 - O Subsistema de Indicadores deverá prever uma sistematização e acompanhamento frequente da evolução dos resultados.

§1º - Deverão ser utilizados inicialmente os indicadores previstos no Plano Diretor Municipal, bem como os valores de base e meta, os quais foram definidos de forma participativa.

§2º - Cada departamento deverá repassar ao mínimo bimestralmente as informações afins a respeito dos indicadores, alimentando o subsistema com informações atualizadas.

§3º - O subsistema de indicadores deverá possuir ferramentas que possibilitem gerar alternativas estatísticas e visuais que servirão de apoio ao planejamento municipal e possibilitar melhor conhecimento da realidade municipal.

Art. 130 - O Subsistema Documental deverá registrar todos os documentos legais e outros produtos elaborados em um sistema único, incluindo leis, decretos, portarias, planos, programas, projetos e outros.

Art. 131 - O Subsistema de Expectativas da Sociedade deverá configurar um canal direto de comunicação com toda a população municipal e proceder a um adequado compilamento do processo de gestão democrática, em que:

I - sugestões, críticas e observações sejam processadas e encaminhadas para a estrutura municipal correspondente;

II - os procedimentos e materiais relativos à gestão democrática municipal, seja em material de divulgação, relatórios e atas de audiências públicas, audiovisual e demais materiais correlatos, sejam armazenados, compilados e atualizados.

Seção III
Do Conselho de Desenvolvimento Municipal e
do Fundo Municipal de Desenvolvimento

Art. 132 - Esta Lei dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Municipal e do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Enéas Marques.

Art. 133 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Enéas Marques, instituído pela Lei nº 5, de 10 de abril de 2008, é órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva.

Art. 134 - O Fundo Municipal de Desenvolvimento, instituído pela Lei nº 05, de 10 de abril de 2008, tem a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os princípios, políticas, objetivos gerais, programas, ações e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou decorrentes desta Lei, da Lei Federal 10.257/2001 e no que couber da Lei Federal 11.124/2005, em obediência às prioridades nelas estabelecidas.

Subseção I
Do Conselho de Desenvolvimento Municipal

Art. 135 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, conservando sua autonomia.

Parágrafo único. A integração do Conselho à Estrutura Administrativa Municipal visa a disponibilização do suporte administrativo, operacional e financeiro necessário para sua implementação e pleno funcionamento.

Art. 136 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser considerado de instância máxima deliberativa do processo de planejamento e gestão municipal e do Plano Diretor Municipal, tendo como diretrizes:

I - constituir um espaço público para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar as ações e medidas referentes à política de desenvolvimento municipal;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, avaliação e formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas no município;

III - acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, planos, estratégias, programas e projetos expressos no plano diretor municipal;

IV - discutir e buscar articulação com outros conselhos setoriais;

V - acompanhar, avaliar e garantir a continuidade das políticas, programas e projetos de desenvolvimento municipal;

VI - acompanhar, avaliar e garantir a regularização fundiária e inclusão social no município;

VII - definir uma agenda para o município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 137 - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Municipal:

I - acompanhar, monitorar e incentivar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;

II - coordenar as políticas setoriais de desenvolvimento socioeconômico implementadas no Município;

III - deliberar sobre projetos de Lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;

IV - emitir parecer sobre as propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, oriundas da Câmara de Vereadores antes da sanção ou veto por parte do Poder Executivo, de modo a subsidiar a decisão do Prefeito Municipal, desde que tais alterações estejam de acordo com as determinações do Art. 141 -e Art. 162 -desta Lei.

V - gerir os recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento;

VI - monitorar a concessão de Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso e a aplicação da transferência do direito de construir;

VII - aprovar a minuta de Projeto de Lei do Poder Executivo que trata do Plano Diretor antes de ser enviada para o Legislativo;

VIII - acompanhar a implementação dos demais instrumentos para o desenvolvimento territorial;

IX - deliberar alteração nos parâmetros e procedimentos nos termos da lei municipal de uso e ocupação do solo.

X - zelar pela integração das políticas setoriais elaboradas pelas Secretarias Municipais e Conselhos Setoriais de participação popular;

XI - deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;

XII - convocar, organizar e coordenar as conferências e reuniões preparatórias;

XIII - convocar audiências públicas;

XIV - elaborar e aprovar o regimento interno.

§1º - Para a deliberação sobre projetos de lei determinada no inciso III do *caput* deste artigo, o Executivo Municipal deverá encaminhá-lo com justificativa da necessidade de sua aprovação ao Conselho Municipal que, em no máximo 3 (três) sessões deverá deliberar sobre sua viabilidade, podendo sugerir alteração de seu conteúdo.

§2º - Os projetos de lei de interesse da política urbana deverão seguir os princípios instituídos por esta Lei, pela Lei Federal 10.257/2001 e pela Constituição Federal da República.

§3º - Durante a discussão de projetos de lei, poderão ser convocadas Audiências Públicas, seguindo os requisitos dos Art. 122 - e Art. 123 -desta Lei.

Art. 138 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá estar constituído e aprovado juntamente com esta Lei, e seu Regimento Interno deverá ser aprovado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da aprovação desta Lei de Plano Diretor.

Art. 139 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Enéas Marques será composto de 20 (vinte) membros com direito a voto e pelo mesmo número de suplentes, respeitando a seguinte representação:

I - 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal e seus respectivos suplentes, sendo:

a) 01 Representante do Dep. de Administração e Planejamento;
b) 01 Representante do Dep. de Fazenda;
c) 01 Representante do Dep. de Saúde;
d) 01 Representante do Dep. de Assistência Social e Assuntos da Família;
e) 01 Representante do Dep. de Agropecuária;
f) 01 Representante do Dep. de Educação, Cultura e Esportes;
g) 01 Representante do Dep. de Obras e Serviços Públicos;
h) 01 Representante do Poder Legislativo.

II - 12 (doze) Representantes da Sociedade Civil Local, sendo:

a) 01 Representante da Sede Municipal;
b) 01 Representante do Distrito de Pinhalzinho;
c) 01 Representante do Distrito de Vista Alegre;

d) 01 Representante do CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

e) 01 Representante da ACIEM – Associação Comercial e Industrial de Enéas Marques;

f) 01 Representante do COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil;

g) 01 Representante da AMS – Associação Municipal dos Suinocultores;

h) 01 Representante da APL – Associação dos Produtores de Leite;

i) 01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

j) 01 Representante da IDR-PARANÁ;

k) 01 Representante dos Professores atuantes na rede municipal de ensino de Enéas Marques;

l) 01 Representante da ASPEM – ASSOCIAÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS.

§1º - O mandato dos(as) Conselheiros(as) será de no máximo 2 (dois) anos, sendo possível à reeleição, não coincidindo com o início ou término e gestões municipais.

§2º - Os representantes da sociedade civil, referidos no inciso II do *caput* deste artigo serão indicados previamente em reuniões preparatórias e eleitos e empossados na Conferência da Cidade, que será realizada a cada 2 (dois) anos.

§3º - Os representantes do Poder Público serão indicados pelo respectivo órgão e poderão ser reconduzidos por, no máximo, 1 (um) mandato, havendo, necessariamente, renovação de pelo menos 1/3 (um terço) dos(as) conselheiros(as) indicados(as) a cada mandato.

§4º - O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal será eleito entre os(as) conselheiros(as) na primeira reunião de cada mandato;

§5º - Os(as) conselheiros(as) não serão remunerados no exercício de suas funções.

Art. 140 - Serão convocados a participar do Conselho de Desenvolvimento Municipal, na qualidade de observadores, sem direito a voto:

I - demais representantes dos órgãos colegiados do Município;

II - representantes de órgãos estaduais relacionados ao planejamento territorial e ambiental;

III - representantes de municípios limítrofes;

IV - representantes das demais organizações da sociedade civil.

Art. 141 - O quórum mínimo de instalação das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal é de 50% (cinquenta por cento) mais um dos (as) conselheiros (as) com direito a voto.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Municipal serão válidas quando aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros com direito a voto presentes na reunião.

Art. 142 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos a critério de suas deliberações internas.

Parágrafo único. O regimento interno deverá regulamentar o processo de criação, funcionamento e extinção das câmaras técnicas e grupos de trabalho.

Art. 143 - O Poder Executivo Municipal garantirá o suporte técnico, operacional e financeiro necessário ao pleno funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal e aos Conselhos Setoriais.

Parágrafo único. O suporte técnico, operacional e financeiro deverá ser garantido a fim de permitir que os conselhos cumpram seus objetivos, tendo infraestrutura, pessoal e espaço físico adequados.

Subseção II
Do Fundo Municipal de Desenvolvimento

Art. 144 - O Fundo Municipal de Desenvolvimento com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os princípios, políticas, objetivos gerais, programas, ações e projetos urbanísticos e ambientais determinados nesta Lei, será formado pelos seguintes recursos:

I - dotações orçamentárias do Município e de recursos adicionais a ele legalmente estabelecidos em cada exercício;

II - transferências intergovernamentais;

III - transferências de instituições privadas;

IV - transferências do exterior;

V - transferências de pessoa física;

VI - receitas provenientes da Concessão do Direito Real de Uso de áreas públicas, exceto nas Zonas Especiais de Interesse Social;

VII - receitas provenientes de Outorga Onerosa do Direito de Construir e da Transferência do Direito de Construir;

VIII - rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

IX - doações;

X - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

Art. 145 - O Fundo Municipal de Desenvolvimento será gerido integralmente pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Enéas Marques, que determinará de forma autônoma os programas, projetos e ações em que serão investidos seus recursos.

Parágrafo único. Os recursos destinados de competência deste Fundo serão depositados em conta bancária específica, para gerenciamento dos membros do Conselho, na forma que dispuser seu regimento interno, contemplando as seguintes finalidades:

I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária;

II - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

III - execução de programas e projetos de infraestrutura e saneamento ambiental, priorizando a população de baixa renda, tanto na área urbana quanto rural;

IV - implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes, priorizando as áreas de interesse social.

Art. 146 - O Fundo Municipal de Desenvolvimento integra o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social instituído pela Lei Federal nº 11.124/2005, podendo se beneficiar dos recursos dos Fundos Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único. Os recursos recebidos dos Fundos Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social, bem como os destinados pelo Orçamento Municipal, serão alocados especificamente para os projetos habitacionais de interesse social, nos termos da Lei Federal 11.124/2005.

Seção IV

Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e
do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Art. 147 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural com foro e sede no Município de Enéas Marques passa a integrar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, com caráter consultivo, orientativo, deliberativo e de funcionamento permanente.

Art. 148 - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Parágrafo único. A prorrogação do mandato de que trata o *caput* do presente artigo somente poderá atingir 2/3 (dois terços) dos seus membros, na forma do regimento interno.

Art. 149 - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural compete:

I - promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal, órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do Município;

II - aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução;

III - exercer vigilância sobre as execuções das ações previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR;

IV - sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural;

V - sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio ambiente, ao fomento agropecuário à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do município;

VI - assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município;

VII - promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;

VIII - acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, bem como, propor modificações no decorrer do desenvolvimento do Plano, desde que estas modificações venham a corrigir metas visando otimizar a ampliação dos recursos e beneficiar maior número de pessoas;

IX - indicar um(a) representante da sociedade civil e respectivo suplente para compor o Conselho de Desenvolvimento Municipal;

X - gerir integralmente o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de forma a determinar a aplicação de seus recursos.

Art. 150 - Na gestão dos recursos disponíveis no Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural possui a competência de:

I - determinar os projetos, programas e ações em que serão aplicados todos os recursos disponíveis para o Fundo, bem como a definição de contrapartidas em suas realizações;

II - acompanhar as execuções destes projetos, programas e ações;

III - possuir conta bancária específica para gerenciamento dos recursos;

IV - prestar contas dos recursos utilizados, obedecendo as disposições da legislação federal, estadual e municipal e com as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

V - aprovar propostas de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;

VI - aprovar o regimento interno e outras normas de funcionamento do Conselho;

VII - estimular e promover a melhoria da eficácia e da eficiência dos sistemas de produção agropecuário, agroflorestal, agroindustrial, ambiental, aquícola e socioeconômico e disponibilizar as informações.

Art. 151 - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural deverá receber os recursos arrecadados com a cobrança das multas aplicadas em decorrência do descumprimento das leis ambientais e da função social da propriedade rural, nos termos do §2º - Art. 13 -, desta Lei.

Art. 152 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural deve ser composto por:

I - 26 (vinte e seis) representantes das comunidades rurais;

II - representante do Departamento de Agropecuária e/ou Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - representante das Categorias Representativas da Organização dos Agricultores;

IV - representante da Assistência técnica oficial – IAT;

V - representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária;

VI - representante das Empresas Privadas do Setor Agropecuário.

Seção V

Do Grupo Técnico Permanente

Art. 153 - Fica instituído o Grupo Técnico Permanente (GTP), órgão de consultoria obrigatória e permanente da administração municipal e do Conselho Municipal de Desenvolvimento para assuntos relacionados à implementação e execução do Plano Diretor Municipal e de legislação correlata.

Art. 154 - O GTP é responsável pela assessoria técnica ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão em seu objetivo de assegurar a produção, atualização, monitoramento e compartilhamento de informações indispensáveis à implementação do Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. O Grupo Técnico Permanente (GTP), torna-se responsável pelo processo contínuo de acompanhamento do Plano Diretor, e monitoramento do desenvolvimento municipal, integrando as diversas políticas setoriais, visando melhor desempenho, articulação e equilíbrio das ações governamentais.

Art. 155 - O Grupo Técnico Permanente de Enéas Marques terá a seguinte composição:

I - o chefe do Departamento de Administração e Planejamento;

II - o chefe do Departamento de Obras e Serviços Públicos;

III - o chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal;

IV - 01 (um) representante do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

V - 01 (um) representante do Departamento de Agropecuária;

VI - 01 (um) representante do Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia.

§6º - O Presidente do Grupo Técnico Permanente será o chefe do Departamento de Administração e Planejamento e, na sua ausência, o chefe do Departamento de Obras e Serviços Públicos.

§7º - O Secretário Executivo do GTP será o chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal, e na sua ausência, um membro a ser escolhido pelo Grupo Técnico Permanente.

Art. 156 - O Grupo Técnico Permanente se reunirá, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou pelo Prefeito Municipal.

Art. 157 - Caberá ao GTP, dentre outras funções:

I - implantar e gerenciar o Sistema Municipal de Informações;

II - promover, apoiar e integrar estudos e projetos que embasem as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos que visem a sua implementação;

III - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais secretarias, da proposta de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual nos aspectos condizentes às previsões do Plano Diretor Municipal;

IV - criar grupos técnicos temáticos, quando houver a necessidade, para discussão de linhas específicas do Plano Diretor Municipal;

V - promover a articulação técnica intersetorial e interinstitucional para consecução dos objetivos do grupo;

VI - manifestar-se em todos os processos de implantação de loteamentos, expedição de diretrizes, análise da documentação, aprovação e fiscalização, bem como regularização de parcelamentos existentes;

VII - elaborar o Relatório de Avaliação do Plano Diretor com estudo técnico que aborde a atualidade e eficácia das propostas contidas no plano, bem como a eficiência da sua implementação;

VIII - pronunciar-se e dar despacho, quando consultado, sobre processos referentes a edificações, nos termos da legislação do zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano e do Código de Obras do Município e demais legislação vigente;

IX - auxiliar na atualização de informações urbanísticas sobre o Município de Enéas Marques;

X - estudar alterações na legislação urbanística em vigor;

XI - dar publicidade quanto aos documentos e informações produzidos pelo GTP;

XII - implantar, implementar e gerenciar o cadastro técnico territorial multifinalitário;

XIII - atender outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Poder Executivo Municipal, visando aos fins dispostos nesta Lei.

Art. 158 - O GTP poderá criar, conforme a necessidade, Câmaras Técnicas e/ou Grupos Temáticos, permanentes ou temporários, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões.

Parágrafo único. A composição das Câmaras Técnicas e dos Grupos Temáticos será definida pelo Grupo Técnico Permanente, devendo haver em cada um deles a participação de, pelo menos, um dos membros do GTP.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 159 - O presente Plano Diretor Municipal deverá ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos ou sempre que fatos significativos o requeiram, de acordo com o Artigo 40, § 3° da Lei Federal N^{o} 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 160 - Fica assegurada a orientação das ações por parte do Poder Público Municipal pelo Plano de Ações e Investimentos, elaborado de forma participativa em conjunto com o Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. O Plano de Ações e Investimentos deverá ser revisto sempre que julgado pertinente, de acordo com prioridades e restrições da administração municipal.

Art. 161 - Fica assegurada, de forma permanente e continuada se for o caso, a execução de ações cotidianas e programas e/ou projetos em andamento, sem prejuízo da implementação deste Plano Diretor Municipal.

Art. 162 - Fica assegurada a validade das licenças e dos demais atos praticados antes da vigência desta lei, de acordo com a legislação aplicável a época.

Parágrafo único. Extinguindo-se os efeitos do ato, por qualquer motivo, qualquer novo requerimento deverá ser apreciado à luz desta lei.

Art. 163 - Fazem parte integrante desta Lei Complementar os seguintes anexos:

I - Anexo 01 – Mapa do Macrozoneamento Municipal;

II - Anexo 02 – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede;

III - Anexo 03 – Mapa do Macrozoneamento Urbano de Pinhalzinho;

IV - Anexo 04 – Mapa do Macrozoneamento Urbano de Vista Alegre;

V - Anexo 05 – Instrumentos Urbanísticos.

Art. 164 - Fica revogada:

I - a Lei nº 05, de 10 de abril de 2008;

II - a Lei nº 12, de 18 de abril de 2008;

III - a Lei nº 13, de 18 de abril de 2008;

Art. 165 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em _____de _____ de 2022.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

277500
285000
292500
7147500
7140000
7132500
7125000

Salto Do Lontra
Dois Vizinhos
Nova Esperanca Do Sudoeste
Vere
Francisco Beltrao

N

0 1,5 3 6 Km

Legenda

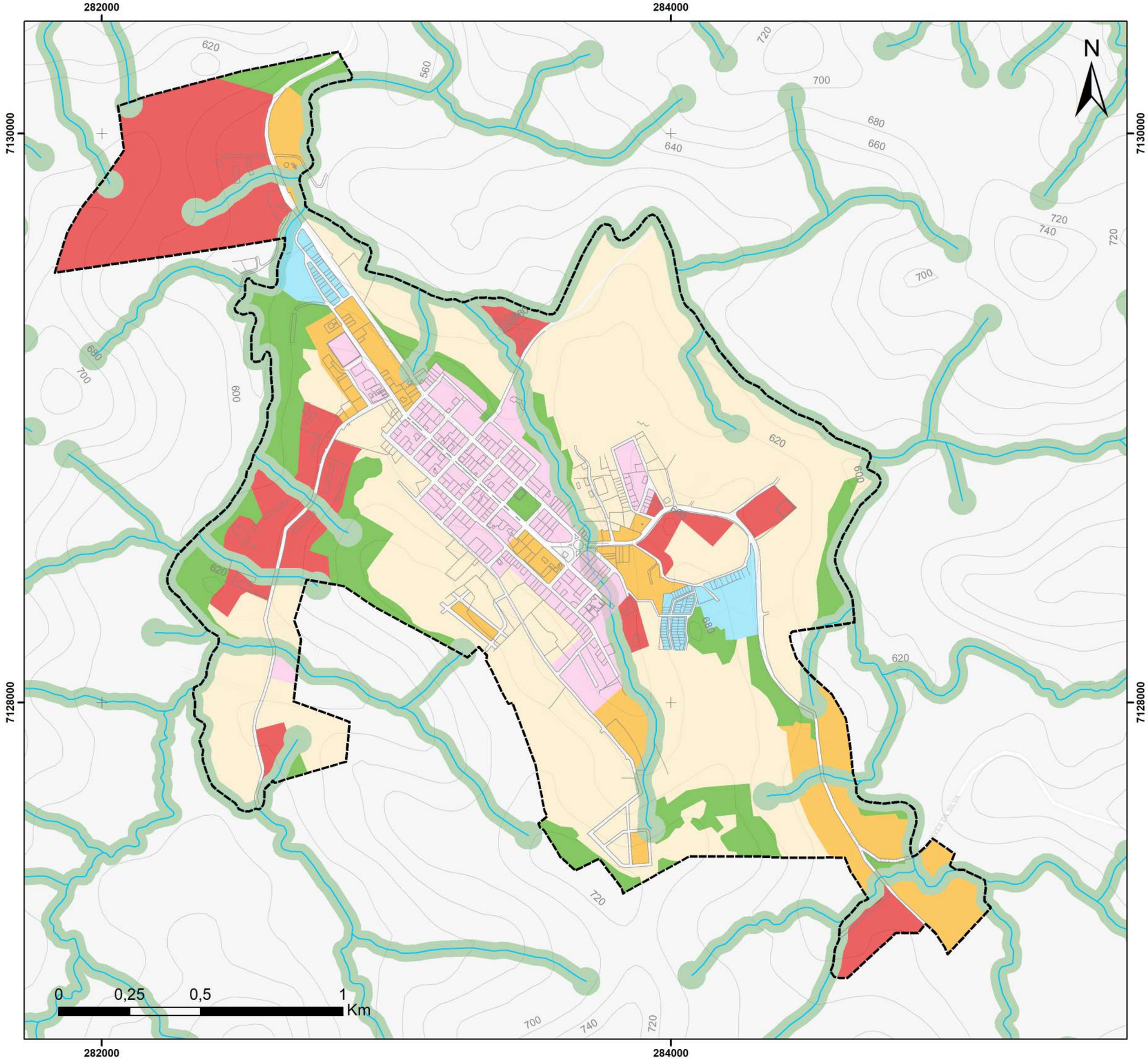
- Limite Municipal
- MPA – Macrozona de Proteção Ambiental
- MDI – Macrozona de Desenvolvimento Industrial
- MCU – Macrozona de Consolidação Urbana
- MPM – Macrozona de Proteção do Manancial
- MPR – Macrozona de Produção Rural

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo I - Mapa do Macrozoneamento Municipal

Responsável técnico:
José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:
DRZ - Gestão de Cidades



Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- MUC - Macrozona Urbana Consolidada
- MUEC - Macrozona Urbana em Consolidação
- MUEIS - Macrozona Urbana Especial de Interesse Social
- MUPI - Macrozona Urbana de Produção Industrial
- MEU - Macrozona Urbana de Expansão
- MUPA - Macrozona Urbana de Preservação Ambiental
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Limite Municipal
- Curvas de Nível (20m)

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

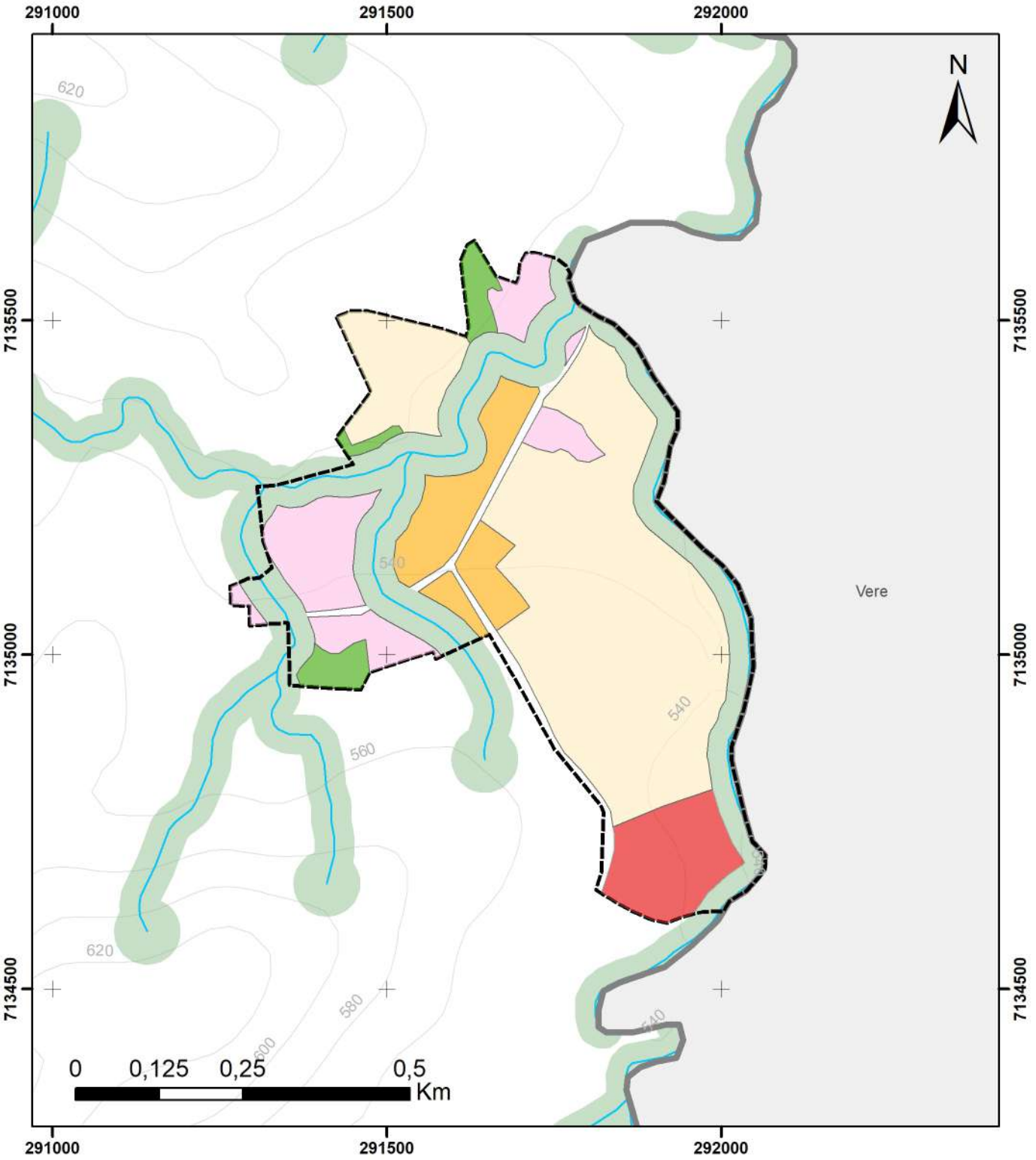
Anexo II - Macrozoneamento Urbano - Sede Urbana

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades



Legenda

- Perímetro Urbano
- MEU
- MUC
- MUEC
- MUEIS
- MUPA
- MUPI
- Limite Municipal
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Curvas de Nível (20m)
- Municípios Limítrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

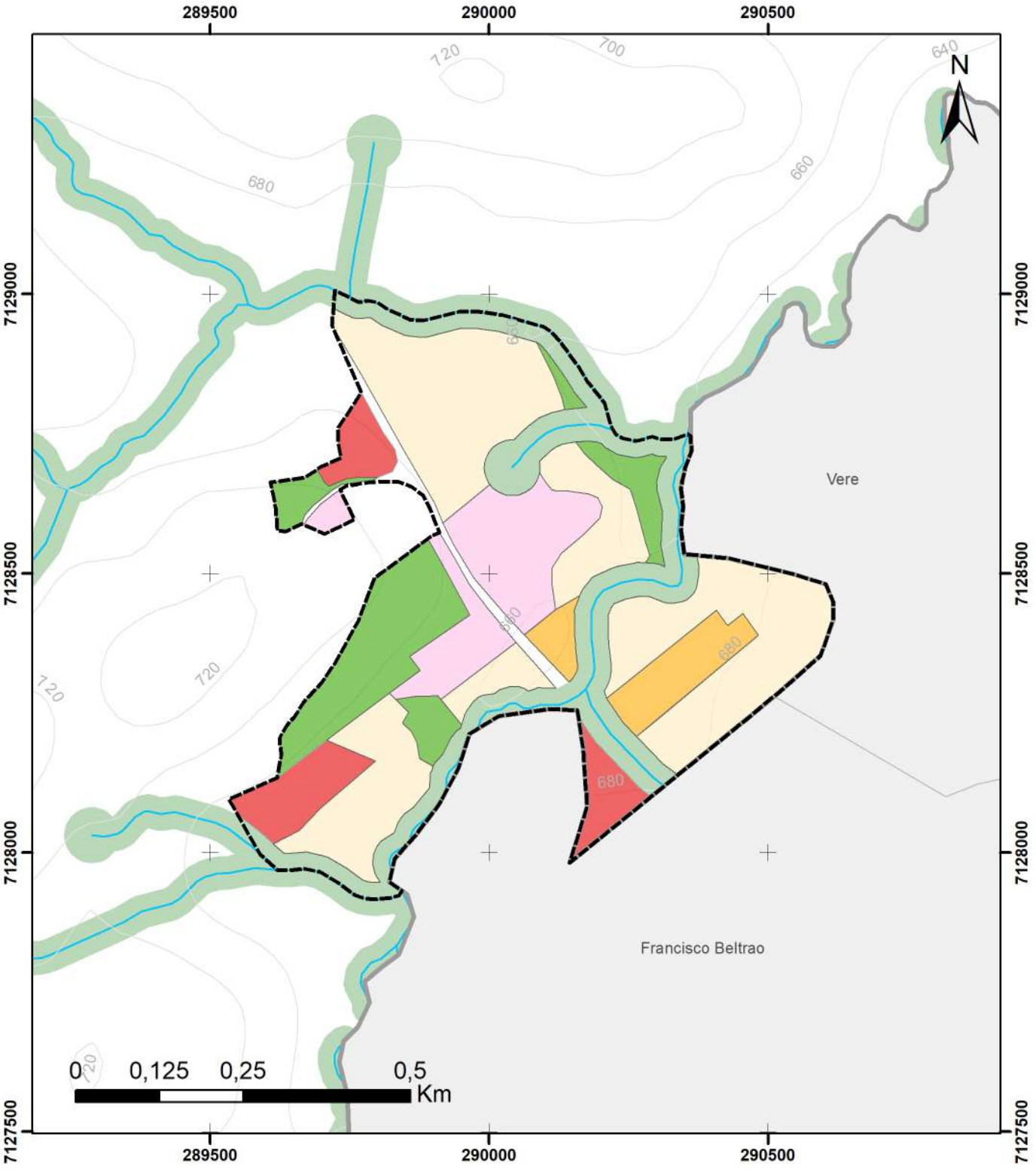
Anexo III - Macrozoneamento Urbano - Pinhalzinho

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades



Legenda

- MEU
- MUC
- MUEC
- MUPA
- MUPI
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- Curvas de Nível (20m)
- Municípios Limítrofes
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

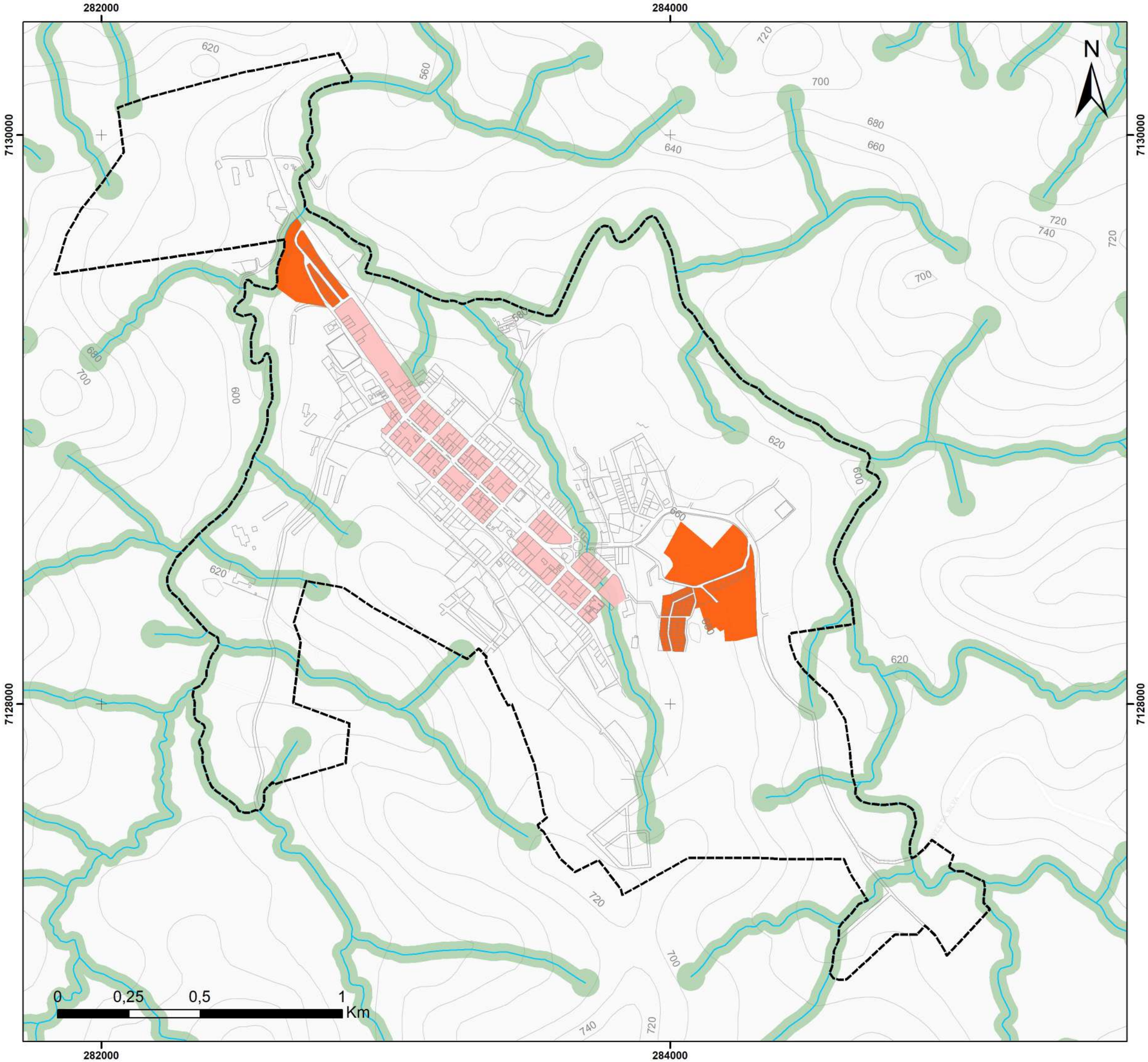
Anexo IV - Macrozoneamento Urbano - Vista Alegre

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades



Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Regularização Fundiária
- Áreas passíveis de PEUC + IPTU Progressivo no Tempo
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Limite Municipal
- Curvas de Nível (20m)

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo V - Instrumentos Urbanísticos

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

31.2 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DOS PERÍMETROS URBANOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º. .....

DISPÕE SOBRE OS PERÍMETROS DAS ZONAS URBANAS E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei define os perímetros das zonas urbanas do Município de Enéas Marques.

Art. 2º - O território do Município de Enéas Marques é dividido, para fins urbanos e tributários, em Áreas Urbanas e Área Rural.

Art. 3º - Ficam definidos por esta Lei os memoriais descritivos dos perímetros das Áreas Urbanas e as representações cartográficas conforme os seguintes Anexos, partes integrantes desta Lei:

I - Anexo 01 – Mapa do Perímetro Urbano da Sede;

II - Anexo 02 – Memorial descritivo do Perímetro Urbano da Sede

III - Anexo 03 – Mapa do Perímetro Urbano do Distrito de Pinhalzinho;

IV - Anexo 04 – Memorial descritivo do Perímetro Urbano do Distrito de Pinhalzinho;

V - Anexo 05 – Mapa do Perímetro Urbano do Distrito de Vista Alegre;

VI - Anexo 06 – Memorial descritivo do Perímetro Urbano do Distrito de Vista Alegre.

Parágrafo único – O território não compreendido na descrição das Áreas Urbanas, respeitada a legislação federal, constitui a área rural do Município de Enéas Marques, podendo nela serem criados, por lei específica, novos perímetros urbanos.

Art. 4º - Fica revogada a Lei nº 006, de 10 de abril de 2008, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em ___ de _____ de 2021.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

282000

284000

7130000

7128000

N

Legenda

- Vértices SEDE
- Perímetro Urbano
- Hidrografia

0 0,2 0,4 0,8 Km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator
UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo I - Perímetro Urbano - Sede Urbana

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE;

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, definido pelas coordenadas E: 282.875,930 m e N: 7.130.188,670 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 200° 03' 05,08'' e distância de 468,70 m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 282.715,230 m e N: 7.129.748,380 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 121° 29' 36,07'' e distância de 654,04 m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 283.272,930 m e N: 7.129.406,710 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 97° 43' 18,02'' e distância de 312,67 m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 283.582,760 m e N: 7.129.364,700 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 30° 11' 52,49'' e distância de 366,45 m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 283.767,080 m e N: 7.129.681,420 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 131° 29' 31,41'' e distância de 86,10 m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 283.831,570 m e N: 7.129.624,380 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 48° 55' 06,85'' e distância de 138,75 m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 283.936,160 m e N: 7.129.715,560 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 137° 54' 04,77'' e distância de 1.140,51 m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 284.700,770 m e N: 7.128.869,310 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 185° 19' 48,11'' e distância de 589,50 m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 284.646,010 m e N: 7.128.282,360 m com azimute 261° 30' 49,27'' e distância de 221,79 m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 284.426,650 m e N: 7.128.249,630 m com azimute 217° 19' 43,60'' e distância de 13,98 m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 284.418,170 m e N: 7.128.238,510 m com azimute 171° 58' 05,63'' e distância de 30,49 m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 284.422,430 m e N: 7.128.208,320 m com azimute 160° 20' 49,49'' e distância de 42,55 m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 284.436,740 m e N: 7.128.168,250 m com azimute 145° 51' 18,04'' e distância de 62,18 m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 284.471,640 m e N: 7.128.116,790 m com azimute 134° 32' 33,33'' e distância de 47,83 m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 284.505,730 m e N: 7.128.083,240 m com azimute 131° 49' 08,62'' e distância de 81,05 m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 284.566,130 m e N: 7.128.029,200 m com azimute 149° 57' 37,21'' e distância de 98,36 m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 284.615,370 m e N: 7.127.944,050 m com azimute 172° 25' 57,40'' e distância de 165,31 m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 284.637,140 m e N: 7.127.780,180 m com azimute 174° 25' 08,10'' e distância de 28,17 m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 284.639,880 m e N: 7.127.752,140 m com azimute 165° 28' 34,40'' e distância de 53,87 m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 284.653,390 m e N: 7.127.699,990 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 140° 54' 15,99'' e distância de 310,49 m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 284.849,190 m e N: 7.127.459,020 m com azimute 69° 36' 12,35'' e distância de 12,19 m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 284.860,620 m e N: 7.127.463,270 m com azimute 44° 48' 07,61'' e distância de 83,94 m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 284.919,770 m e N: 7.127.522,830 m com azimute 125° 04' 01,25'' e distância de 93,26 m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 284.996,100 m e N: 7.127.469,250 m com azimute 200° 26' 37,91'' e distância de 44,83 m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 284.980,440 m e N: 7.127.427,240 m com azimute 124° 45' 45,26'' e distância de 27,41 m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 285.002,960 m e N: 7.127.411,610 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 109° 26' 36,02'' e distância de 105,84 m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 285.102,760 m e N: 7.127.376,380 m; seguindo pelo RIO JARACATIÁ com azimute 167° 56' 37,99'' e distância de 100,45 m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 285.123,740 m e N: 7.127.278,150 m com azimute 222° 58' 47,73'' e distância de 221,46 m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 284.972,760 m e N: 7.127.116,130 m com azimute 335° 30' 22,67'' e distância

de 25,74 m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 284.962,090 m e N: 7.127.139,550 m com azimute 327° 12' 30,74'' e distância de 55,71 m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 284.931,920 m e N: 7.127.186,380 m com azimute 314° 32' 01,68'' e distância de 50,40 m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 284.895,990 m e N: 7.127.221,730 m com azimute 221° 51' 12,87'' e distância de 42,38 m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 284.867,710 m e N: 7.127.190,160 m com azimute 269° 43' 35,39'' e distância de 77,51 m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 284.790,200 m e N: 7.127.189,790 m com azimute 227° 13' 58,72'' e distância de 233,20 m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 284.619,000 m e N: 7.127.031,440 m com azimute 269° 46' 13,29'' e distância de 24,95 m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 284.594,050 m e N: 7.127.031,340 m com azimute 284° 28' 10,02'' e distância de 21,17 m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 284.573,550 m e N: 7.127.036,630 m com azimute 325° 05' 54,46'' e distância de 22,83 m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 284.560,490 m e N: 7.127.055,350 m com azimute 21° 30' 32,95'' e distância de 25,12 m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 284.569,700 m e N: 7.127.078,720 m com azimute 6° 56' 26,25'' e distância de 55,11 m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 284.576,360 m e N: 7.127.133,430 m com azimute 24° 03' 50,29'' e distância de 36,69 m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 284.591,320 m e N: 7.127.166,930 m com azimute 3° 08' 17,35'' e distância de 48,04 m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 284.593,950 m e N: 7.127.214,900 m com azimute 32° 08' 08,24'' e distância de 19,12 m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 284.604,120 m e N: 7.127.231,090 m com azimute 48° 39' 40,63'' e distância de 119,59 m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 284.693,910 m e N: 7.127.310,080 m com azimute 327° 07' 34,08'' e distância de 112,73 m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 284.632,720 m e N: 7.127.404,760 m com azimute 336° 42' 52,80'' e distância de 54,64 m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 284.611,120 m e N: 7.127.454,950 m com azimute 270° 00' 29,43'' e distância de 210,25 m até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 284.400,870 m e N: 7.127.454,980 m com azimute 272° 48' 49,34'' e distância de 81,08 m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 284.319,890 m e N: 7.127.458,960 m com azimute 269° 55' 25,93'' e distância de 255,88 m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 284.064,010 m e N: 7.127.458,620 m com azimute 240° 54' 08,90'' e distância de 265,78 m até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 283.831,770 m e N: 7.127.329,370 m com azimute 346° 54' 17,02'' e distância de 19,20 m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E: 283.827,420 m e N: 7.127.348,070 m com azimute 322° 36' 01,44'' e distância de 130,23 m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 283.748,320 m e N: 7.127.451,530 m com azimute 243° 29' 24,05'' e distância de 93,07 m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 283.665,040 m e N: 7.127.409,990 m com azimute 312° 08' 57,86'' e distância de 71,95 m até o vértice 54, definido pelas coordenadas E: 283.611,700 m e N: 7.127.458,270 m com azimute 328° 37' 28,99'' e distância de 110,08 m até o vértice 55, definido pelas coordenadas E: 283.554,390 m e N: 7.127.552,250 m com azimute 303° 15' 26,22'' e distância de 16,16 m até o vértice 56, definido pelas coordenadas E: 283.540,880 m e N: 7.127.561,110 m com azimute 335° 11' 47,69'' e distância de 15,57 m até o vértice 57, definido pelas coordenadas E: 283.534,350 m e N: 7.127.575,240 m com azimute 51° 01' 50,52'' e distância de 41,06 m até o vértice 58, definido pelas coordenadas E: 283.566,270 m e N: 7.127.601,060 m com azimute 331° 04' 20,05'' e distância de 19,74 m até o vértice 59, definido pelas coordenadas E: 283.556,720 m e N: 7.127.618,340 m com azimute 348° 46' 04,71'' e distância de 170,19 m até o vértice 60, definido pelas coordenadas E: 283.523,570 m e N: 7.127.785,270 m com azimute 339° 27' 04,67'' e distância de 228,32 m até o vértice 61, definido pelas coordenadas E: 283.443,430 m e N: 7.127.999,060 m com azimute 256° 09' 51,45'' e distância de 14,55 m até o vértice 62, definido pelas coordenadas E: 283.429,300 m e N: 7.127.995,580 m com azimute 331° 46' 13,33'' e distância de 62,20 m até o vértice 63, definido

pelas coordenadas E: 283.399,880 m e N: 7.128.050,380 m com azimute 335° 16' 44,24'' e distância de 68,79 m até o vértice 64, definido pelas coordenadas E: 283.371,110 m e N: 7.128.112,870 m com azimute 330° 10' 16,50'' e distância de 39,83 m até o vértice 65, definido pelas coordenadas E: 283.351,300 m e N: 7.128.147,420 m com azimute 8° 02' 55,53'' e distância de 18,93 m até o vértice 66, definido pelas coordenadas E: 283.353,950 m e N: 7.128.166,160 m com azimute 316° 44' 32,69'' e distância de 40,23 m até o vértice 67, definido pelas coordenadas E: 283.326,380 m e N: 7.128.195,460 m com azimute 228° 13' 35,77'' e distância de 54,77 m até o vértice 68, definido pelas coordenadas E: 283.285,530 m e N: 7.128.158,970 m com azimute 298° 35' 12,11'' e distância de 373,34 m até o vértice 69, definido pelas coordenadas E: 282.957,700 m e N: 7.128.337,610 m com azimute 304° 00' 26,81'' e distância de 128,68 m até o vértice 70, definido pelas coordenadas E: 282.851,030 m e N: 7.128.409,580 m com azimute 279° 54' 43,82'' e distância de 132,34 m até o vértice 71, definido pelas coordenadas E: 282.720,670 m e N: 7.128.432,360 m com azimute 196° 40' 45,76'' e distância de 151,94 m até o vértice 72, definido pelas coordenadas E: 282.677,060 m e N: 7.128.286,810 m com azimute 159° 46' 29,02'' e distância de 68,32 m até o vértice 73, definido pelas coordenadas E: 282.700,680 m e N: 7.128.222,700 m com azimute 186° 49' 19,36'' e distância de 219,55 m até o vértice 74, definido pelas coordenadas E: 282.674,600 m e N: 7.128.004,700 m com azimute 110° 12' 18,62'' e distância de 209,85 m até o vértice 75, definido pelas coordenadas E: 282.871,540 m e N: 7.127.932,220 m com azimute 185° 15' 22,27'' e distância de 140,27 m até o vértice 76, definido pelas coordenadas E: 282.858,690 m e N: 7.127.792,540 m com azimute 253° 27' 29,75'' e distância de 261,32 m até o vértice 77, definido pelas coordenadas E: 282.608,190 m e N: 7.127.718,140 m com azimute 314° 37' 18,04'' e distância de 9,64 m até o vértice 78, definido pelas coordenadas E: 282.601,330 m e N: 7.127.724,910 m; seguindo pelo RIO MATA-FOME com azimute 320° 00' 49,23'' e distância de 429,80 m até o vértice 79, definido pelas coordenadas E: 282.325,140 m e N: 7.128.054,220 m; seguindo pelo RIO MATA-FOME com azimute 11° 27' 12,02'' e distância de 1.610,97 m até o vértice 80, definido pelas coordenadas E: 282.645,030 m e N: 7.129.633,110 m com azimute 261° 25' 56,00'' e distância de 819,04 m até o vértice 81, definido pelas coordenadas E: 281.835,130 m e N: 7.129.511,090 m com azimute 17° 09' 31,28'' e distância de 144,53 m até o vértice 82, definido pelas coordenadas E: 281.877,770 m e N: 7.129.649,190 m com azimute 29° 35' 57,60'' e distância de 104,00 m até o vértice 83, definido pelas coordenadas E: 281.929,140 m e N: 7.129.739,620 m com azimute 38° 47' 55,28'' e distância de 114,68 m até o vértice 84, definido pelas coordenadas E: 282.001,000 m e N: 7.129.829,000 m com azimute 34° 57' 22,00'' e distância de 135,95 m até o vértice 85, definido pelas coordenadas E: 282.078,890 m e N: 7.129.940,420 m com azimute 352° 21' 17,00'' e distância de 157,77 m até o vértice 86, definido pelas coordenadas E: 282.057,900 m e N: 7.130.096,790 m com azimute 71° 27' 23,65'' e distância de 115,24 m até o vértice 87, definido pelas coordenadas E: 282.167,160 m e N: 7.130.133,440 m com azimute 75° 14' 03,92'' e distância de 332,49 m até o vértice 88, definido pelas coordenadas E: 282.488,670 m e N: 7.130.218,180 m com azimute 78° 34' 43,27'' e distância de 352,08 m até o vértice 89, definido pelas coordenadas E: 282.833,780 m e N: 7.130.287,900 m com azimute 151° 10' 15,93'' e distância de 98,38 m até o vértice 90, definido pelas coordenadas E: 282.881,220 m e N: 7.130.201,710 m com azimute 202° 04' 52,17'' e distância de 14,07 m até o vértice 1, encerrando este perímetro.

Área: 4.331.547,83 m² ou 433,1548 ha
Perímetro: 14.779,22 m

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso

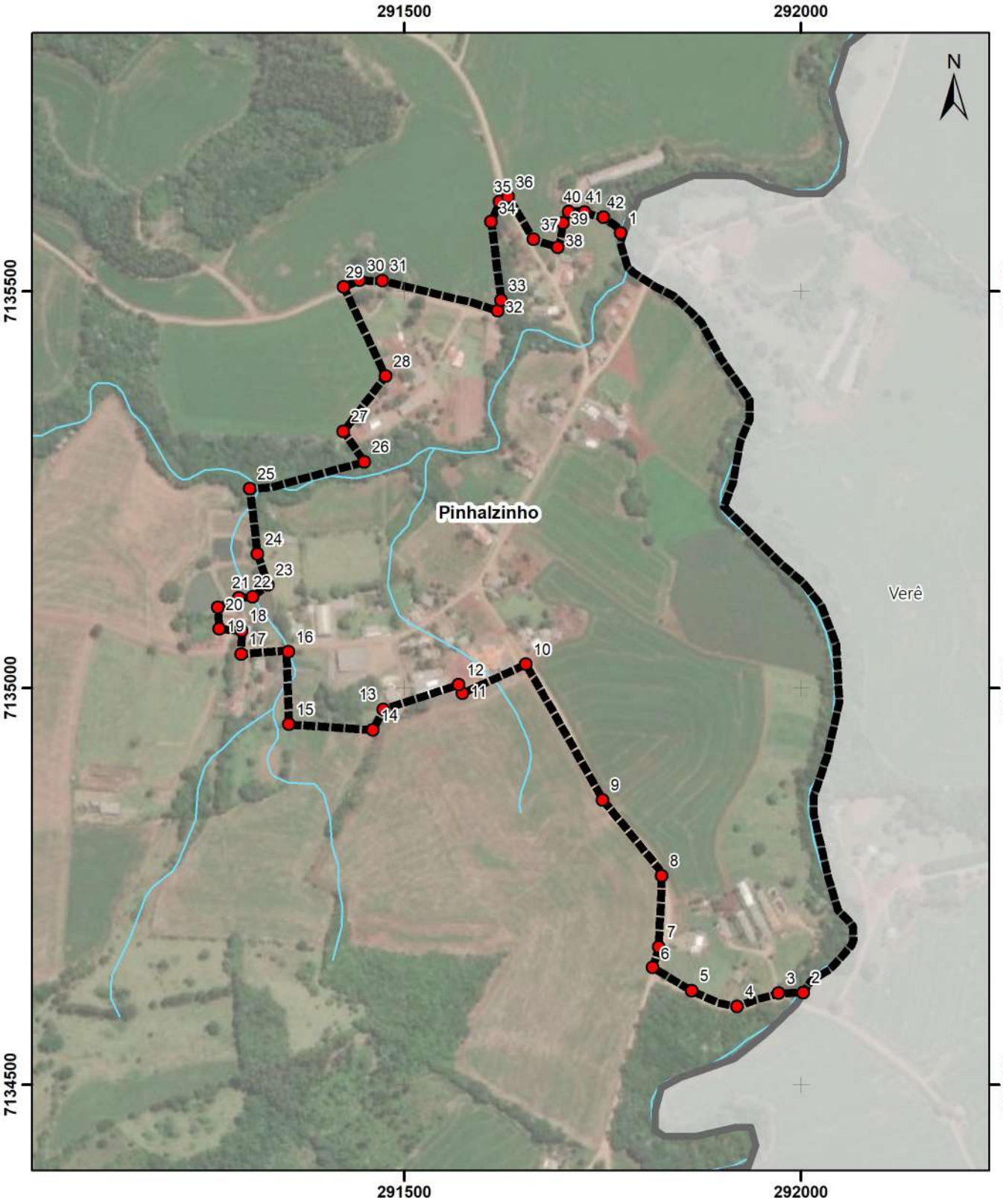
22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
1	282875,93	7130188,67
2	282715,23	7129748,38
3	283272,93	7129406,71
4	283582,76	7129364,70
5	283767,08	7129681,42
6	283831,57	7129624,38
7	283936,16	7129715,56
8	284700,77	7128869,31
9	284646,01	7128282,36
10	284426,65	7128249,63
11	284418,17	7128238,51
12	284422,43	7128208,32
13	284436,74	7128168,25
14	284471,64	7128116,79
15	284505,73	7128083,24
16	284566,13	7128029,20
17	284615,37	7127944,05
18	284637,14	7127780,18
19	284639,88	7127752,14
20	284653,39	7127699,99
21	284849,19	7127459,02
22	284860,62	7127463,27
23	284919,77	7127522,83
24	284996,10	7127469,25
25	284980,44	7127427,24
26	285002,96	7127411,61
27	285102,76	7127376,38
28	285123,74	7127278,15
29	284972,76	7127116,13
30	284962,09	7127139,55
31	284931,92	7127186,38
32	284895,99	7127221,73
33	284867,71	7127190,16
34	284790,20	7127189,79
35	284619,00	7127031,44

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
36	284594,05	7127031,34
37	284573,55	7127036,63
38	284560,49	7127055,35
39	284569,70	7127078,72
40	284576,36	7127133,43
41	284591,32	7127166,93
42	284593,95	7127214,90
43	284604,12	7127231,09
44	284693,91	7127310,08
45	284632,72	7127404,76
46	284611,12	7127454,95
47	284400,87	7127454,98
48	284319,89	7127458,96
49	284064,01	7127458,62
50	283831,77	7127329,37
51	283827,42	7127348,07
52	283748,32	7127451,53
53	283665,04	7127409,99
54	283611,70	7127458,27
55	283554,39	7127552,25
56	283540,88	7127561,11
57	283534,35	7127575,24
58	283566,27	7127601,06
59	283556,72	7127618,34
60	283523,57	7127785,27
61	283443,43	7127999,06
62	283429,30	7127995,58
63	283399,88	7128050,38
64	283371,11	7128112,87
65	283351,30	7128147,42
66	283353,95	7128166,16
67	283326,38	7128195,46
68	283285,53	7128158,97
69	282957,70	7128337,61
70	282851,03	7128409,58

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
71	282720,67	7128432,36
72	282677,06	7128286,81
73	282700,68	7128222,70
74	282674,60	7128004,70
75	282871,54	7127932,22
76	282858,69	7127792,54
77	282608,19	7127718,14
78	282601,33	7127724,91
79	282325,14	7128054,22
80	282645,03	7129633,11

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
81	281835,13	7129511,09
82	281877,77	7129649,19
83	281929,14	7129739,62
84	282001,00	7129829,00
85	282078,89	7129940,42
86	282057,90	7130096,79
87	282167,16	7130133,44
88	282488,67	7130218,18
89	282833,78	7130287,90
90	282881,22	7130201,71



Legenda

- Vértices
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes
- Hidrografia

0 0,1 0,2 0,4 Km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo III - Perímetro Urbano - Pinhalzinho

Responsável técnico:

Henrique Ferrarini Ferreira
CAU A132542-6

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE PINHALZINHO;

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, definido pelas coordenadas E: 291.773,040 m e N: 7.135.572,960 m; seguindo pelo RIO VISTA ALEGRE com azimute 166° 29' 02,31'' e distância de 984,09 m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 292.003,040 m e N: 7.134.616,120 m com azimute 268° 01' 23,43'' e distância de 31,31 m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 291.971,750 m e N: 7.134.615,040 m com azimute 252° 26' 40,28'' e distância de 54,80 m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 291.919,500 m e N: 7.134.598,510 m com azimute 289° 13' 33,13'' e distância de 60,25 m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 291.862,610 m e N: 7.134.618,350 m com azimute 300° 52' 18,83'' e distância de 57,76 m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 291.813,030 m e N: 7.134.647,990 m com azimute 16° 54' 12,81'' e distância de 26,86 m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 291.820,840 m e N: 7.134.673,690 m com azimute 2° 19' 03,82'' e distância de 89,51 m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 291.824,460 m e N: 7.134.763,130 m com azimute 322° 11' 52,96'' e distância de 121,11 m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 291.750,230 m e N: 7.134.858,820 m com azimute 330° 24' 37,09'' e distância de 196,46 m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 291.653,220 m e N: 7.135.029,660 m com azimute 245° 28' 26,02'' e distância de 87,74 m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 291.573,400 m e N: 7.134.993,240 m com azimute 336° 41' 32,45'' e distância de 11,73 m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 291.568,760 m e N: 7.135.004,010 m com azimute 251° 57' 17,77'' e distância de 99,91 m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 291.473,760 m e N: 7.134.973,060 m com azimute 206° 36' 00,30'' e distância de 29,26 m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 291.460,660 m e N: 7.134.946,900 m com azimute 273° 46' 47,91'' e distância de 106,18 m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 291.354,710 m e N: 7.134.953,900 m com azimute 359° 25' 00,17'' e distância de 91,35 m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 291.353,780 m e N: 7.135.045,250 m com azimute 267° 32' 50,96'' e distância de 59,12 m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 291.294,710 m e N: 7.135.042,720 m com azimute 0° 54' 08,00'' e distância de 29,21 m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 291.295,170 m e N: 7.135.071,930 m com azimute 274° 30' 31,28'' e distância de 28,37 m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 291.266,890 m e N: 7.135.074,160 m com azimute 356° 05' 00,45'' e distância de 27,52 m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 291.265,010 m e N: 7.135.101,620 m com azimute 65° 47' 05,50'' e distância de 29,01 m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 291.291,470 m e N: 7.135.113,520 m com azimute 85° 54' 43,47'' e distância de 17,67 m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 291.309,100 m e N: 7.135.114,780 m com azimute 51° 47' 36,05'' e distância de 24,09 m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 291.328,030 m e N: 7.135.129,680 m com azimute 341° 38' 25,14'' e distância de 40,92 m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 291.315,140 m e N: 7.135.168,520 m com azimute 353° 21' 05,94'' e distância de 82,75 m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 291.305,560 m e N: 7.135.250,710 m com azimute 76° 43' 25,73'' e distância de 148,10 m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 291.449,700 m e N: 7.135.284,720 m com azimute 325° 29' 58,90'' e distância de 46,68 m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 291.423,260 m e N: 7.135.323,190 m com azimute 37° 26' 32,61'' e distância de 87,47 m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 291.476,440 m e N: 7.135.392,640 m com azimute 334° 49' 35,91'' e distância de 124,11 m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 291.423,650 m e N: 7.135.504,960 m com azimute 67° 14' 05,18'' e distância de 21,53 m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 291.443,500 m e N: 7.135.513,290 m com azimute 90° 46' 16,61'' e distância de 28,97 m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 291.472,470 m e N: 7.135.512,900 m com azimute 104°

33' 10,56'' e distância de 150,08 m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 291.617,730 m e N: 7.135.475,190 m com azimute 18° 41' 58,53'' e distância de 13,69 m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 291.622,120 m e N: 7.135.488,160 m com azimute 352° 46' 49,75'' e distância de 100,02 m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 291.609,550 m e N: 7.135.587,390 m com azimute 22° 48' 03,66'' e distância de 27,25 m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 291.620,110 m e N: 7.135.612,510 m com azimute 60° 19' 06,50'' e distância de 12,34 m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 291.630,830 m e N: 7.135.618,620 m com azimute 149° 06' 47,33'' e distância de 62,61 m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 291.662,970 m e N: 7.135.564,890 m com azimute 107° 59' 01,72'' e distância de 32,13 m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 291.693,530 m e N: 7.135.554,970 m com azimute 11° 44' 31,46'' e distância de 31,20 m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 291.699,880 m e N: 7.135.585,520 m com azimute 26° 32' 56,44'' e distância de 15,97 m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 291.707,020 m e N: 7.135.599,810 m com azimute 91° 07' 32,04'' e distância de 19,85 m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 291.726,870 m e N: 7.135.599,420 m com azimute 105° 20' 37,56'' e distância de 25,51 m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 291.751,470 m e N: 7.135.592,670 m com azimute 132° 25' 12,37'' e distância de 29,22 m até o vértice 1, encerrando este perímetro.

Área: 328.993,85 m² ou 32,8994 ha
Perímetro: 3.363,74 m

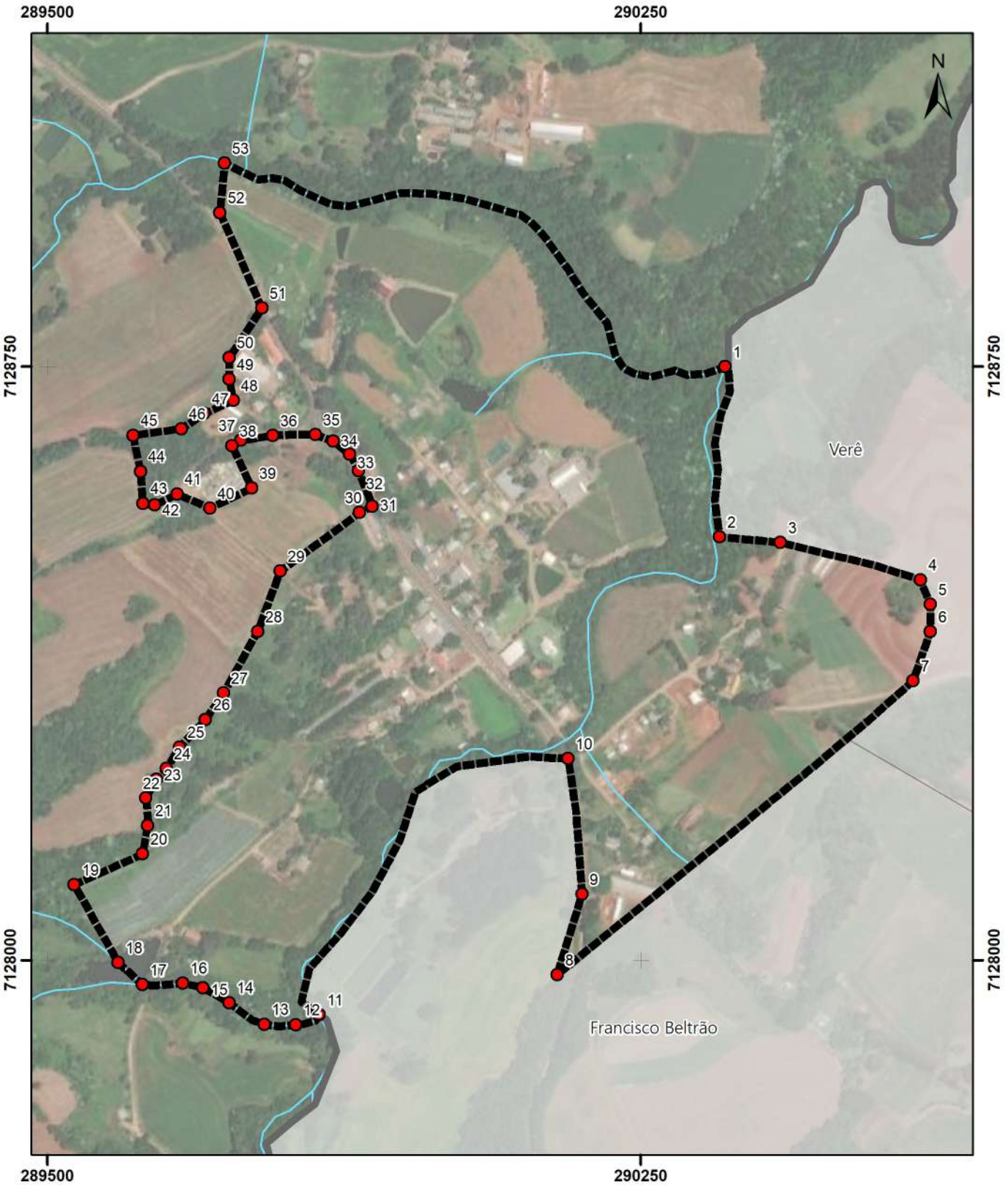
Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
1	291773,04	7135572,96
2	292003,04	7134616,12
3	291971,75	7134615,04
4	291919,50	7134598,51
5	291862,61	7134618,35
6	291813,03	7134647,99
7	291820,84	7134673,69
8	291824,46	7134763,13
9	291750,23	7134858,82
10	291653,22	7135029,66
11	291573,40	7134993,24
12	291568,76	7135004,01
13	291473,76	7134973,06
14	291460,66	7134946,90
15	291354,71	7134953,90

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
16	291353,78	7135045,25
17	291294,71	7135042,72
18	291295,17	7135071,93
19	291266,89	7135074,16
20	291265,01	7135101,62
21	291291,47	7135113,52
22	291309,10	7135114,78
23	291328,03	7135129,68
24	291315,14	7135168,52
25	291305,56	7135250,71
26	291449,70	7135284,72
27	291423,26	7135323,19
28	291476,44	7135392,64
29	291423,65	7135504,96
30	291443,50	7135513,29

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
31	291472,47	7135512,90
32	291617,73	7135475,19
33	291622,12	7135488,16
34	291609,55	7135587,39
35	291620,11	7135612,51
36	291630,83	7135618,62

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
37	291662,97	7135564,89
38	291693,53	7135554,97
39	291699,88	7135585,52
40	291707,02	7135599,81
41	291726,87	7135599,42
42	291751,47	7135592,67



Legenda

- Vértices
- Perímetro Urbano
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Municípios Limítrofes

0 0,1 0,2 0,4 Km

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo V - Perímetro Urbano - Vista Alegre

Responsável técnico:

Henrique Ferrarini Ferreira
CAU A132542-6

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE VISTA ALEGRE.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, definido pelas coordenadas E: 290.356,500 m e N: 7.128.749,540 m; seguindo pelo RIO VISTA ALEGRE com azimute 181° 57' 31,25'' e distância de 215,05 m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 290.349,150 m e N: 7.128.534,620 m com azimute 95° 18' 12,12'' e distância de 77,14 m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 290.425,960 m e N: 7.128.527,490 m com azimute 104° 53' 43,33'' e distância de 183,27 m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 290.603,070 m e N: 7.128.480,380 m com azimute 158° 11' 09,23'' e distância de 33,53 m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 290.615,530 m e N: 7.128.449,250 m com azimute 180° e distância de 34,24 m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 290.615,530 m e N: 7.128.415,010 m com azimute 199° 17' 50,73'' e distância de 65,97 m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 290.593,730 m e N: 7.128.352,750 m com azimute 230° 27' 44,03'' e distância de 583,20 m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 290.143,960 m e N: 7.127.981,490 m com azimute 17° 05' 44,22'' e distância de 106,61 m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 290.175,300 m e N: 7.128.083,390 m com azimute 354° 12' 25,93'' e distância de 172,00 m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 290.157,940 m e N: 7.128.254,510 m; seguindo pelo RIO VISTA ALEGRE com azimute 224° 12' 20,91'' e distância de 451,48 m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 289.843,150 m e N: 7.127.930,870 m com azimute 247° 01' 37,56'' e distância de 32,33 m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 289.813,380 m e N: 7.127.918,250 m com azimute 270° 44' 10,94'' e distância de 39,68 m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 289.773,700 m e N: 7.127.918,760 m com azimute 301° 38' 55,32'' e distância de 51,93 m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 289.729,490 m e N: 7.127.946,010 m com azimute 300° 02' 37,96'' e distância de 38,03 m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 289.696,570 m e N: 7.127.965,050 m com azimute 282° 55' 29,87'' e distância de 26,51 m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 289.670,730 m e N: 7.127.970,980 m com azimute 267° 46' 45,15'' e distância de 50,84 m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 289.619,930 m e N: 7.127.969,010 m com azimute 312° 12' 07,40'' e distância de 41,43 m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 289.589,240 m e N: 7.127.996,840 m com azimute 330° 30' 46,73'' e distância de 113,00 m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 289.533,620 m e N: 7.128.095,200 m com azimute 65° 47' 47,37'' e distância de 94,86 m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 289.620,140 m e N: 7.128.134,090 m com azimute 10° 00' 48,33'' e distância de 36,58 m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 289.626,500 m e N: 7.128.170,110 m com azimute 356° 03' 07,11'' e distância de 34,71 m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 289.624,110 m e N: 7.128.204,740 m com azimute 29° 32' 04,32'' e distância de 27,37 m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 289.637,600 m e N: 7.128.228,550 m com azimute 43° 16' 20,08'' e distância de 18,53 m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 289.650,300 m e N: 7.128.242,040 m com azimute 31° 42' 03,52'' e distância de 31,72 m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 289.666,970 m e N: 7.128.269,030 m com azimute 42° 59' 17,57'' e distância de 47,74 m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 289.699,520 m e N: 7.128.303,950 m com azimute 34° 37' 24,96'' e distância de 40,52 m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 289.722,540 m e N: 7.128.337,290 m com azimute 28° 51' 12,49'' e distância de 88,82 m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 289.765,400 m e N: 7.128.415,080 m com azimute 20° 33' 09,90'' e distância de 81,38 m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 289.793,970 m e N: 7.128.491,280 m com azimute 53° 31' 08,51'' e distância de 124,63 m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 289.894,180 m e N: 7.128.565,380 m com azimute 64° 01' 45,31'' e distância de 18,11 m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 289.910,460 m e N: 7.128.573,310 m com azimute 338° 43' 05,02'' e distância de 48,13 m até o vértice 32, definido pelas coordenadas

E: 289.892,990 m e N: 7.128.618,160 m com azimute 331° 19' 08,38'' e distância de 23,98 m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 289.881,480 m e N: 7.128.639,200 m com azimute 308° 15' 40,81'' e distância de 26,27 m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 289.860,850 m e N: 7.128.655,470 m com azimute 290° 32' 30,92'' e distância de 23,74 m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 289.838,620 m e N: 7.128.663,800 m com azimute 268° 44' 12,74'' e distância de 53,98 m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 289.784,650 m e N: 7.128.662,610 m com azimute 261° 33' 28,84'' e distância de 40,53 m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 289.744,560 m e N: 7.128.656,660 m com azimute 238° 09' 05,37'' e distância de 13,55 m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 289.733,050 m e N: 7.128.649,510 m com azimute 154° 48' 46,39'' e distância de 58,77 m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 289.758,060 m e N: 7.128.596,330 m com azimute 244° 10' 49,52'' e distância de 58,78 m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 289.705,150 m e N: 7.128.570,730 m com azimute 293° 33' 52,30'' e distância de 45,02 m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 289.663,880 m e N: 7.128.588,730 m com azimute 244° 17' 28,51'' e distância de 31,72 m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 289.635,300 m e N: 7.128.574,970 m com azimute 278° 06' 30,37'' e distância de 14,96 m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 289.620,490 m e N: 7.128.577,080 m com azimute 355° 28' 45,50'' e distância de 40,35 m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 289.617,310 m e N: 7.128.617,300 m com azimute 348° 11' 05,87'' e distância de 46,50 m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 289.607,790 m e N: 7.128.662,810 m com azimute 82° 08' 35,56'' e distância de 61,96 m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 289.669,170 m e N: 7.128.671,280 m com azimute 56° 18' 19,10'' e distância de 34,34 m até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 289.697,740 m e N: 7.128.690,330 m com azimute 65° 26' 31,08'' e distância de 40,73 m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 289.734,790 m e N: 7.128.707,260 m com azimute 348° 40' 24,28'' e distância de 26,99 m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 289.729,490 m e N: 7.128.733,720 m com azimute 0° e distância de 27,51 m até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 289.729,490 m e N: 7.128.761,230 m com azimute 33° 27' 54,20'' e distância de 74,86 m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E: 289.770,770 m e N: 7.128.823,680 m com azimute 336° 18' 59,70'' e distância de 131,75 m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 289.717,850 m e N: 7.128.944,330 m com azimute 5° 22' 43,84'' e distância de 62,73 m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 289.723,730 m e N: 7.129.006,780 m; seguindo pelo CURSO D'ÁGUA com azimute 112° 07' 23,59'' e distância de 683,06 m até o vértice 1, encerrando este perímetro.

Área: 597.348,66 m² ou 59,7349 ha
Perímetro: 4.631,40 m

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
1	290356,50	7128749,54
2	290349,15	7128534,62
3	290425,96	7128527,49

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
4	290603,07	7128480,38
5	290615,53	7128449,25
6	290615,53	7128415,01

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
7	290593,73	7128352,75
8	290143,96	7127981,49
9	290175,30	7128083,39
10	290157,94	7128254,51
11	289843,15	7127930,87
12	289813,38	7127918,25
13	289773,70	7127918,76
14	289729,49	7127946,01
15	289696,57	7127965,05
16	289670,73	7127970,98
17	289619,93	7127969,01
18	289589,24	7127996,84
19	289533,62	7128095,20
20	289620,14	7128134,09
21	289626,50	7128170,11
22	289624,11	7128204,74
23	289637,60	7128228,55
24	289650,30	7128242,04
25	289666,97	7128269,03
26	289699,52	7128303,95
27	289722,54	7128337,29
28	289765,40	7128415,08
29	289793,97	7128491,28
30	289894,18	7128565,38

VÉRTICE	E (X)	N (Y)
31	289910,46	7128573,31
32	289892,99	7128618,16
33	289881,48	7128639,20
34	289860,85	7128655,47
35	289838,62	7128663,80
36	289784,65	7128662,61
37	289744,56	7128656,66
38	289733,05	7128649,51
39	289758,06	7128596,33
40	289705,15	7128570,73
41	289663,88	7128588,73
42	289635,30	7128574,97
43	289620,49	7128577,08
44	289617,31	7128617,30
45	289607,79	7128662,81
46	289669,17	7128671,28
47	289697,74	7128690,33
48	289734,79	7128707,26
49	289729,49	7128733,72
50	289729,49	7128761,23
51	289770,77	7128823,68
52	289717,85	7128944,33
53	289723,73	7129006,78

31.3 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DE MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA E HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a mobilidade urbana e hierarquização do sistema viário de Enéas Marques.

Art. 2º - São partes integrantes desta Lei:

I - Anexo 01 - Tabelas de características geométricas das vias municipais;

II - Anexo 02 - Tabelas de características geométricas das vias urbanas;

III - Anexo 03 - Perfis das vias rurais;

IV - Anexo 04 - Perfis das vias urbanas;

V - Anexo 05 - Dimensões mínimas para retornos;

VI - Anexo 06 - Mapa de hierarquização do sistema viário municipal;

VII - Anexo 07 - Mapa de hierarquização do sistema viário urbano;

VIII - Anexo 08 – Mapa de hierarquização do sistema viário urbano – Distritos;

IX - Anexo 09 – Demarcação de áreas de estacionamento e avanços de calçadas;

X - Anexo 10 – Plano de Rotas Acessíveis.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - A função da reestruturação do sistema viário consiste em garantir locomoção com segurança e fluidez, priorizando os modos de deslocamentos não motorizados, como a pé e bicicleta, sobre os motorizados, como ônibus, carros, motocicletas dentre outros modais, e o de transporte público sobre o de transporte individual motorizado, conforme estabelecido na Lei Federal nº12.587/2011.

Art. 4º - A mobilidade urbana privilegia o uso das vias pelos pedestres através de atividades de lazer, de vizinhança, comunitárias e de trabalho.

Art. 5º - As vias possuem o papel de ordenação da ocupação urbana, tornando-se eixos de desenvolvimento da malha urbana, possuindo usos ou atividades diferenciadas, necessitando por isso diferentes dimensões e tipos de pavimentação, arborização ou iluminação e demarcações de faixas de estacionamento.

Art. 6º - Constituem objetivos da presente Lei:

I - induzir o desenvolvimento equilibrado da área urbana do Município, a partir da relação entre circulação e uso e ocupação do solo, face aos vínculos existentes entre o ordenamento da mobilidade e sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;

II - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;

III - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego, de modo a assegurar segurança e conforto na locomoção do usuário;

IV - prever a elaboração de estudos para implementação de alternativa para desvio de fluxo pesado do centro da cidade;

V - assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos parcelamentos do solo no Município; e

VI - implementar sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer, proporcionando segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas.

Art. 7º - O sistema de transporte público do Município deverá ser objeto de plano específico, quando justificado por suficiente demanda, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei do Plano Diretor Municipal, bem como com o estabelecido por esta Lei.

Art. 8º - Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - acesso: o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

a) logradouro público e propriedade pública ou privada;
b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.

II - acostamento: é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando:

a) permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta;
b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para estacionar fora da trajetória dos demais veículos;
c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.

III - alinhamento predial: a linha divisória entre o terreno e o espaço público;

IV - caixa de rolamento: distância entre os meios-fios e/ou sarjetas da via;

V - calçada: parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível acima da pista de rolamento, subdividida em:

a) o faixa de serviço: faixa com função para acomodar o mobiliário urbano, canteiros, árvores e os postes de iluminação ou sinalização, infraestruturas de saneamento, medindo, no mínimo, 1,00 m (um metro);

b) o faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, sendo livre de qualquer obstáculo, sendo contínua e de no mínimo 1,20m (um metro e vinte) de largura;

c) o faixa de acesso: espaço de passagem da área pública para o lote, nesta área se localiza a faixa tátil, afastada 80cm (oitenta centímetros) afastada do alinhamento predial.

VI - faixa de estacionamento: parte da caixa de rolamento, devidamente sinalizada, destinada à imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros;

VII - faixa de segurança de vias: faixa paralela à pista de rolamento das vias municipais, em ambos os lados destinada à manutenção da pista de rolamento e conservação do revestimento vegetal lindeiro a esta pista;

VIII - logradouro público: é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo, calçada);

IX - malha urbana: o conjunto de vias urbanas do município;

X - meio-fio: a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento;

XI - perfil da via: a largura total mínima da via, sendo a distância entre os alinhamentos prediais para as vias urbanas;

XII - pista de rolamento: a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, canteiros centrais e acostamentos;

XIII - sistema viário: o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas; e

XIV - via de circulação: o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, passeios, acostamentos e canteiros centrais;

XV - via rural: as vias do município, excluídas as vias urbanas, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional;

XVI - via urbana: as vias da sede urbana classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional, e de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 9º - A Prefeitura Municipal será responsável pelo disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

I - ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

II - ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento.

III - à estruturação de vias de circulação para pedestres, a partir da reabilitação urbanística da sede urbana e do incentivo ao turismo;

IV - ao estudo sobre a necessidade da instalação de placas de sinalização, redutores de velocidade e semáforos nos cruzamentos das vias de Tráfego Especial e Principal, objetivando agilizar o tráfego dos veículos nestas vias, ficando a cargo do Município, por meio do Departamento de Obras e Serviços Públicos;

V - ao estabelecimento de normas sobre as condições para a implantação de locais de paradas de ônibus ao longo das vias, se for o caso;

VI - à colocação de placas e mobiliário urbano ao longo das vias;

VII - ao procedimento de rebaixamento dos meio-fio e instalação de outros dispositivos de modo a possibilitar e facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Art. 10 - É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei em todos os empreendimentos imobiliários, loteamentos, desmembramentos, unificações ou arruamentos que vierem a ser executados no município de Enéas Marques.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Enéas Marques fiscalizará a execução das vias de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 11 - Os atos administrativos necessários para o cumprimento do disposto nesta Lei, serão definidos através de decreto.

CAPÍTULO II
DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS RURAIS

Art. 12 - Para efeito desta Lei, a hierarquia viária do Município de Enéas Marques compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 01 (Características Geométricas), Anexo 03 (Perfil das Vias Rurais) e Anexo 06 (Mapa de Hierarquização do Sistema Viário Municipal):

I - Rodovias Estaduais: compreende a PR-471, ligação de Enéas Marques a Francisco Beltrão e a Nova Esperança do Sudoeste, e a PR-281, ligação de Enéas Marques a Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Salto do Lontra, tem começo e fim dentro dos limites geográficos de um mesmo Estado, e sua construção e manutenção são de responsabilidade do Estado respectivo;

II - Vias Municipais Principais: compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre as principais comunidades rurais, e onde trafega o transporte escolar, com a finalidade de promover a circulação no interior do município;

III - Vias Municipais Secundárias: compreende as demais vias rurais do município, caracterizadas pelo deslocamento do tráfego local, de baixa velocidade, interligando as localidades dentro de um mesmo município.

CAPÍTULO III

DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS

Art. 13 - Para efeito desta Lei, a hierarquia viária urbana de Enéas Marques compreende as seguintes categorias de vias:

I - Via Arterial Principal: via federal ou estadual, interna ao perímetro urbano municipal, e caracteriza-se por intersecção em nível, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

II - Via Arterial Secundária: aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

III - Via Coletora; aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias arteriais, possibilitando o deslocamento dentro das regiões da cidade;

IV - Via Local: aquela caracterizada por interseções em nível, não semaforizada, destinada preferencialmente ao acesso local ou a áreas restritas;

V - Via Paisagística: aquela caracterizada por intersecções em nível, destinada preferencialmente ao acesso local ou a áreas restritas, que se desenvolve acompanhando os cursos d´água, delimitando as áreas de fundo de vale, podendo ser semaforizada;

VI - Ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum de veículos motorizados;

VII - Ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, ciclo é definido como veículo de pelo menos duas rodas a propulsão humana, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro

Art. 14 - A classificação das vias do sistema viário urbano de Enéas Marques, está representada no Anexo 07 – Mapa de hierarquização do sistema viário urbano, parte integrante desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI

DAS VIAS

Art. 15 - As vias a serem criadas em novos loteamentos ou oficializadas em projeto urbanístico da Prefeitura serão classificadas de acordo com a função a ser desempenhada, atendendo as diretrizes estabelecidas pela presente Lei.

§1º - Os parâmetros de novas vias deverão seguir as dimensões mínimas constantes nos Anexos 01, 02, 03 e 04, partes integrantes da presente Lei.

§2º - As vias poderão ter gabaritos maiores do que os dispostos na tabela do Anexo 02, conforme determinação técnica do Executivo Municipal.

§3º - Nos casos de abertura de novas ruas e calçadas ou reforma das existentes, é obrigatória, nas confluências de vias, a execução de rampa para acesso de Pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade reduzida.

§4º - Nas vias existentes, principalmente nas vias arteriais, deverão ser adaptadas rampas para acesso de pessoas com necessidades especiais, de acordo com a norma técnica brasileira de acessibilidade.

Art. 16 - Para abertura de novas vias deverá ser seguida a fluência do traçado do entorno, evitando a falta de continuidade de vias.

Parágrafo único. As vias arteriais e coletoras não poderão ter seu traçado interrompido na abertura de novos loteamentos, devendo ser prevista a sua continuidade.

Art. 17 - Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário estadual será obrigatório o respeito à faixa de domínio determinada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR).

Art. 18 - Novas vias poderão ser definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com esta Lei, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e urbanização da cidade.

Art. 19 - As vias deverão ter sinalizações horizontal e vertical, de acordo com critérios estabelecidos na legislação nacional de trânsito.

CAPÍTULO VII
DAS CICLOVIAS

Art. 20 - Considera-se a implantação de ciclovias como uma alternativa de meio de transporte e lazer.

Art. 21 - Na implantação das ciclovias são necessárias a execução de sinalização vertical e horizontal e a implantação de paraciclos em pontos próximos a espaços de uso público como escolas, postos de saúde, praças.

Art. 22 - A via que inicialmente deverá receber implantação da ciclovia é a via arterial secundária.

CAPÍTULO VIII
DO PLANO DE ROTAS ACESSÍVEIS

Art. 23 - Cabe ao Município garantir a acessibilidade das calçadas e passeios dentro do perímetro urbano, no mínimo, nas vias demarcadas como rotas acessíveis, conforme Anexo 10 – Plano de Rotas Acessíveis, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 24 - O Plano de Rotas Acessíveis, estabelecido pelo Anexo 10 desta Lei, define quais calçadas têm prioridade de implantação ou reforma, a ser executada pelo Município, com vistas a garantir acessibilidade universal aos equipamentos urbanos.

§1º - Cabe ao Município elaborar o cronograma físico financeiro para a execução do Plano de Rotas Acessíveis.

§2º - As ações mitigadoras exigidas em Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) poderão incluir a execução de trechos das rotas acessíveis.

Art. 25 - Todos os passeios devem ser acessíveis, de acordo com as normas técnicas brasileiras de acessibilidade e suas complementações.

CAPÍTULO IX
DAS DIMENSÕES DAS VIAS
Seção I
Das Vias Rurais

Art. 26 - O dimensionamento mínimo da seção transversal das vias rurais municipais segundo sua classificação, será conforme segue:

I - Via Municipal Principal:

a) caixa da via com largura mínima de 12,00m (doze metros);

b) pista de rolamento com largura mínima de 6,00m (seis metros), mais 1,00m (um metro) de faixa de segurança de cada lado;

c) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

d) 2 (duas) faixas de acostamento com largura mínima de 2,00m (dois metros) cada;

e) faixa de domínio com largura mínima de 10,00m (dez metros) para cada lado, contados a partir do eixo da pista de rolamento;

f) inclinação transversal: entre 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento).

II - Municipal Secundária:

a) caixa da via com largura mínima de 10,00m (dez metros);

b) pista de rolamento com largura mínima de 6,00m (seis metros), mais 1,00m (um metro) de faixa de segurança de cada lado;

c) 2 (duas) faixas de rolamento, com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

d) 2 (duas) faixas de acostamento, com largura mínima de 1,00m (um metro) cada;

e) faixa de domínio com largura mínima de 10,00m (dez metros) para cada lado, contados a partir do eixo da pista de rolamento;

f) inclinação transversal: entre 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento).

Art. 27 - Os perfis das vias rurais estão representados no Anexo 03 – Perfil das Vias Rurais, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 28 - É obrigatório recuo mínimo de 15,00 m (quinze metros) para as novas edificações em vias municipais principais e secundárias, a partir da faixa de segurança.

Seção II
Das vias Urbanas

Art. 29 - O dimensionamento mínimo da seção transversal das vias urbanas segundo sua classificação funcional, parte integrante e complementar desta Lei, será conforme segue:

I - Via Arterial Secundária: deverá conter caixa da via com largura mínima de 27,00m (vinte e sete metros):

a) canteiro central com largura mínima de 4,00m (quatro metros), contendo 2 (duas) ciclovias unidirecionais com largura mínima de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) cada;

b) 4 (quatro) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros e cinquenta centímetros) cada;

c) 2 (duas) faixas de estacionamento com largura mínima de 2,50m (dois metros e vinte e cinco) cada;

d) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

e) Não poderá terminar em via sem saída.

II - Via Coletora; deverá conter caixa da via com largura mínima de 21,00m (vinte e um metros):

a) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;

b) 2 (duas) faixas de estacionamento com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

c) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

d) 2 (duas) ciclovias unidirecionais com largura mínima de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) adjacentes às calçadas, com 1 (um) separador entre ciclovia e a faixa de estacionamento com largura mínima de 25cm (vinte e cinco centímetros);

e) Não poderá terminar em via sem saída.

III - Via Local: deverá conter caixa de via com largura mínima de 14,00m (quatorze metros):

a) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) cada;

b) 2 (duas) calçadas com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

c) poderá terminar em rua sem saída, desde que possua bolsa de retorno – Cul de sac.

IV - Via Paisagística: deverá conter caixa de via com largura mínima de 17,00m (dezessete metros):

a) 2 (duas) faixas de rolamento com largura mínima de 3,00m (três metros) cada;

b) 1 (uma) faixa de estacionamento com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

c) 1 (uma) calçada com largura mínima de 3,00m (três metros) adjacente aos lotes;

d) 1 (uma) calçada com largura mínima de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) adjacente à área de preservação, composta por 1 (um) separador entre a ciclovia e a faixa de rolamento com largura mínima de 1,00m (um metro), uma ciclovia bidirecional adjacente ao separador com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), e área para trânsito dos pedestres com largura mínima de 2,00m (dois metros) entre a área de preservação e a ciclovia:

e) não poderá terminar em via sem saída.

V - Ciclovia e ciclofaixa: largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) quando bidirecional, e 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) quando unidirecional.

§1º - Os perfis das vias urbanas estão representados no Anexo 04 – Perfil das Vias Urbanas, parte integrante e complementar desta Lei.

§2º - As áreas de estacionamento deverão ser demarcadas e ter a sinalização vertical e horizontal implantadas, determinando-se as áreas de estacionamento permitidas e estabelecendo-se critérios de porte de veículos permitidos e horários.

CAPÍTULO X
DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

Art. 30 - A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias para a abertura das vias e implantação de edificações.

Art. 31 - O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às normas técnicas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como os Anexos 01, 02, 03 e 04.

Art. 32 - As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem naturais ou córregos, sendo aceitáveis rampas de até 20% (vinte por cento) em trechos não superiores a 150,00 m (cento e cinquenta metros).

Art. 33 - Deve ser evitada a remoção de vegetação e implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente de o fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 34 - A implantação de vias deverá estar vinculada a um projeto paisagístico de suas calçadas, de modo a proporcionar qualidade paisagística e, em alguns casos, para promover a desaceleração dos veículos.

CAPÍTULO XII
DA REMOÇÃO DE BARREIRAS NAS CALÇADAS

Art. 35 - A remoção de barreiras nas calçadas consiste na retirada de quaisquer obstáculos, empecilhos, desníveis abruptos, tocos de árvores entre outros, que possam existir nos passeios calçados ou locais de concentração de pessoas como praças, para proporcionar trânsito livre para idosos, pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e população em geral, e evitar acidentes.

§1º - O plantio de árvores deverá obedecer ao projeto de arborização elaborado pela Prefeitura.

§2º - Fica proibida a colocação de placas de propaganda ao longo das calçadas.

§3º - A instalação de estacionamento de bicicletas deverá ser realizada somente nos locais pré-determinados pela prefeitura municipal.

CAPÍTULO XIII
DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 36 - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará ao infrator multa de 700 URMEM a 4000 URMEM vigentes à época da infração.

§1º - A multa será aplicada a contar da notificação da irregularidade emitida pelo Órgão Público competente.

§2º - O infrator deverá custear com recursos próprios as obras de reparo por atos praticados que venham a ferir o disposto nesta Lei.

§3º - As sanções previstas no *caput* deste artigo não excluem demais penalidades previstas em Leis Federais e Lei Estadual, por atos lesivos que venham contribuir para a ocorrência de danos ambientais.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 - A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, tais como loteamentos e condomínios urbanísticos, são de inteira responsabilidade do empreendedor, sem custos para o município, salvo casos específicos previstos por Lei.

Parágrafo único. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de arruamento onde constará a orientação para o traçado das vias, onde for necessário, de acordo com esta Lei.

Art. 38 - Na implementação de novos loteamentos, os loteadores deverão adotar projeto de pavimentação com a implantação de avanço de calçadas nas esquinas, em frente às escolas, hospitais, locais de instalação de paraciclos entre outros, que facilite a visualização dos locais de estacionamento conforme Anexo 09, parte integrante desta Lei.

Art. 39 - Fica revogada:

I - a Lei Complementar nº 08, de 17 de abril de 2008;

II - a Lei Complementar nº 47, de 25 de setembro de 2013.

Art. 40 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em _____de _____ de 2021.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO 01 - TABELAS DE CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS RURAIS

Categorias das vias	Perfil da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixa de segurança (m)	Faixa de rolamento (m)	Faixa de acostamento (m)	Faixa de domínio (m)	Inclinação mínima (1) (%)
Via Municipal Principal	12,00	6,00	1,00	3,00	2,00	10,00	1,5 – 2,0
Via Municipal Secundária	11,00	5,00	1,00	2,50	2,00	15,00	1,5 – 2,0

(1) Da seção transversal tipo.

ANEXO 02 - TABELA DE CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS (DIMENSÕES MÍNIMAS)

Categorias Das vias	Perfil mínimo da via(m)	Faixa de rolamento (m)	Faixa de estacionamento (m)	Calçadas (m)	Canteiro central (m)	Inclinação mínima (1) (%)	Rampa máxima (2) (%)	Ciclovias (m)
Arterial Secundária	26,00	3,00	2,50	3,00	4,00	1,50	20	1,25
Coletora	21,00	3,50	2,50	3,00	-	1,50	20	1,25
Local	14,00	4,50		2,50	-	1,50	20	-
Paisagística	17,00	3,00	2,50	3,00(4)	-	1,50	20	2,50
Ciclovia e Ciclofaixa							20	1,25 (5) 2,50 (6)

(1) Da seção transversal tipo.

(2) Rampas aceitáveis em trecho de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros).

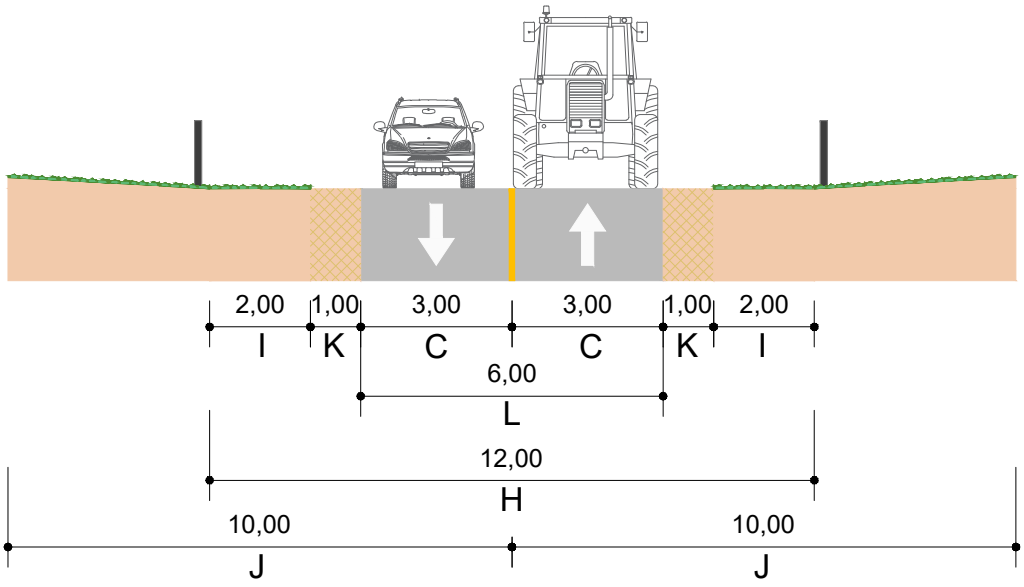
(3) Características geométricas desta via, poderão ser alteradas de acordo com estudo específico. Após elaboração deste estudo, esta Lei deverá ser complementada.

(4) As calçadas definidas para as vias paisagísticas deverão atender ao disposto no inciso IV -do Art. 29 -desta Lei.

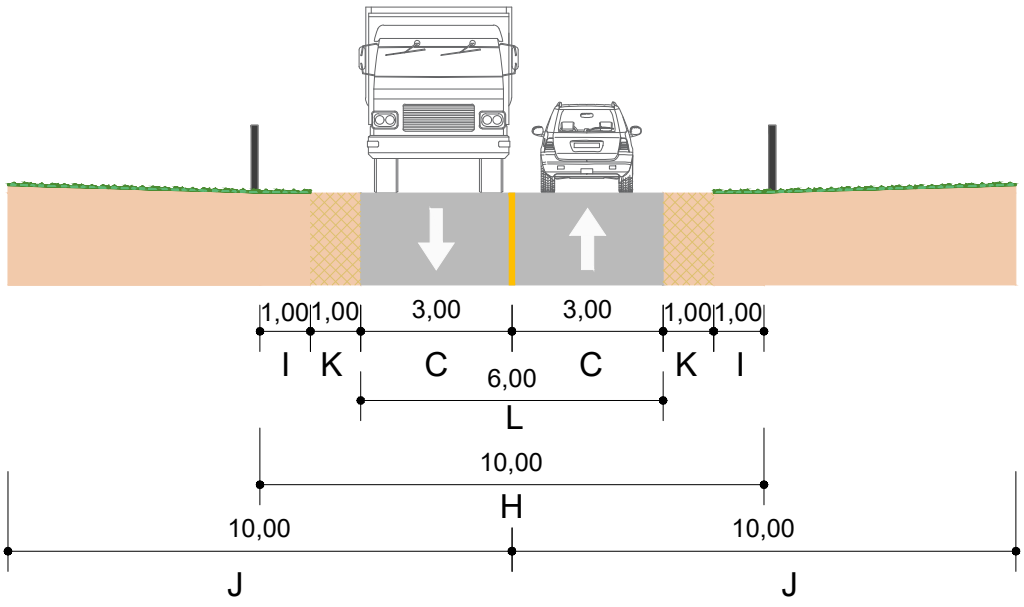
(5) Quando unidirecional;

(6) Quando bidirecional.

ESTRADA MUNICIPAL PRINCIPAL



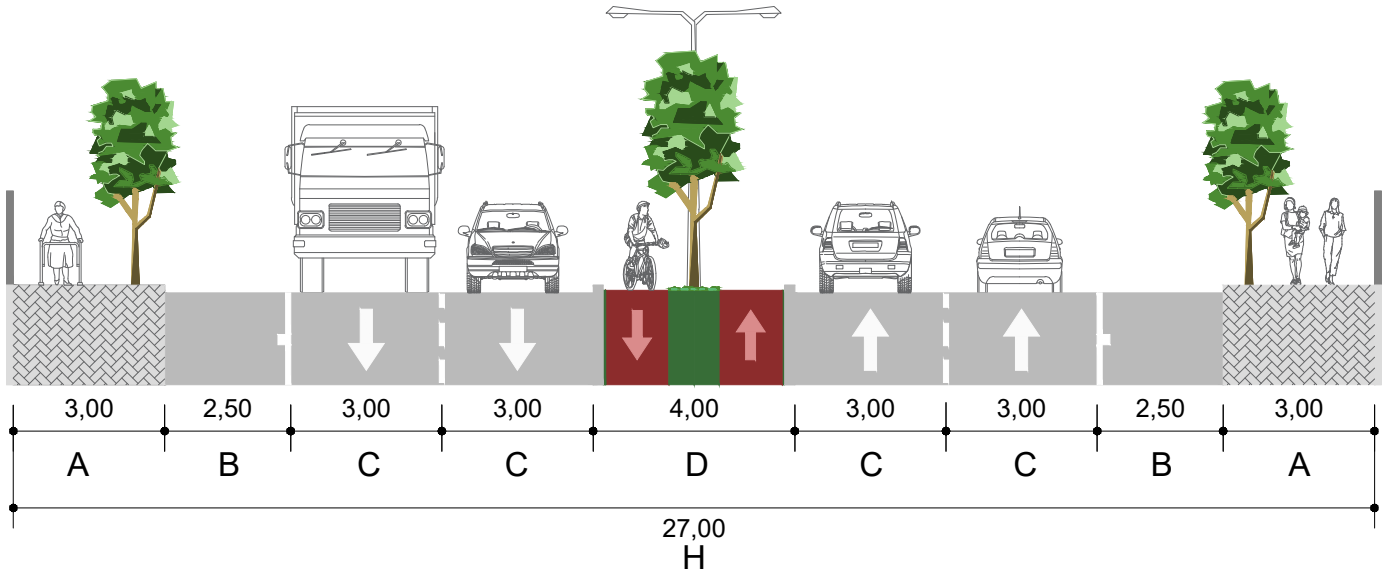
ESTRADA MUNICIPAL SECUNDÁRIA



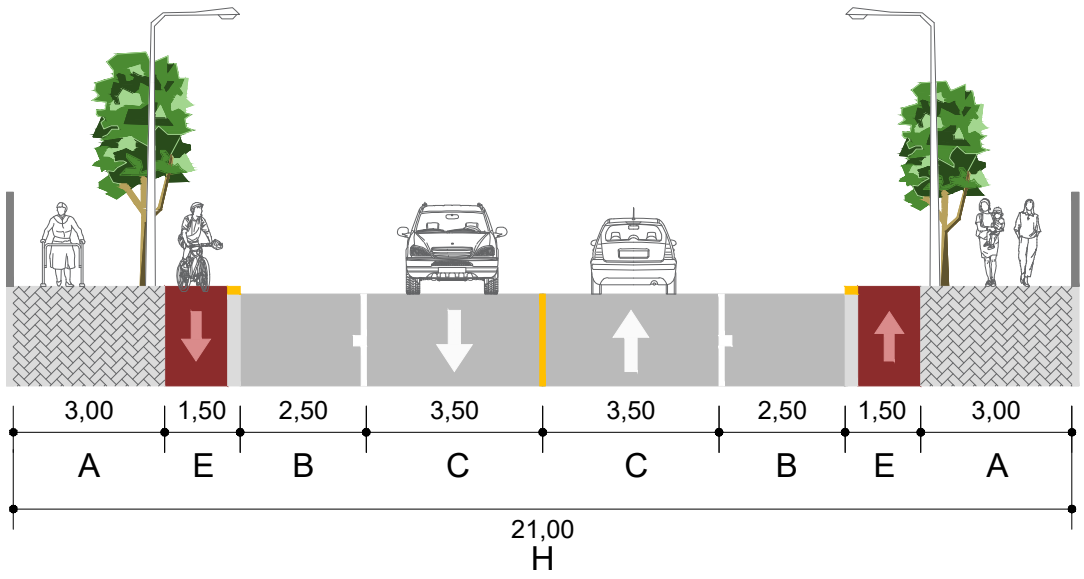
LEGENDA
C - Faixa de Rolamento
D - Canteiro Central
H - Caixa da Via
I - Faixa de Acostamento
J - Faixa de Domínio
K - Faixa de Segurança
L - Pista de Rolamento

Plano Diretor Municipal de Enéas Marques	
Anexo 03 - Perfil das Vias Rurais	
Responsável Técnico:	Henrique F. Ferreira CAU A132542-6
Elaboração:	DRZ Gestão de Cidades jan. 2022

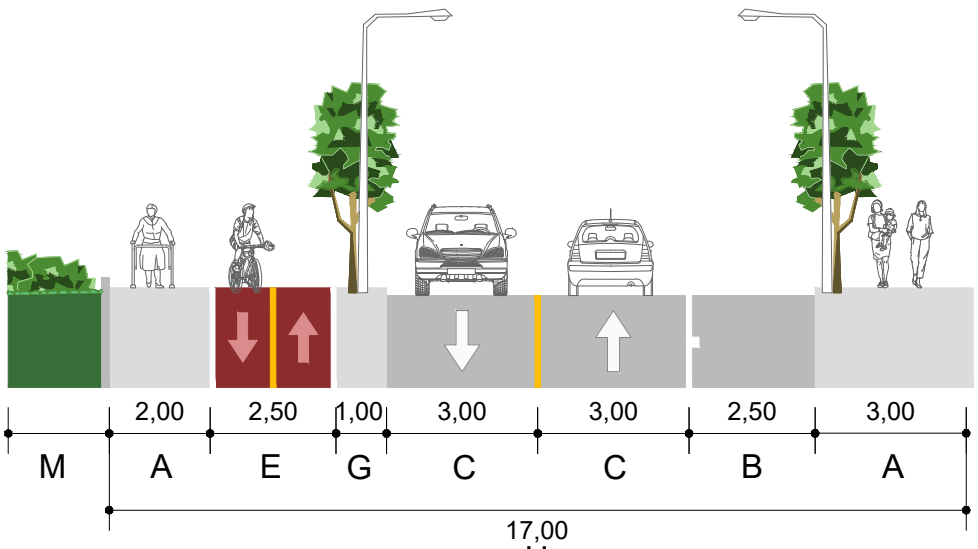
VIAS ARTERIAIS



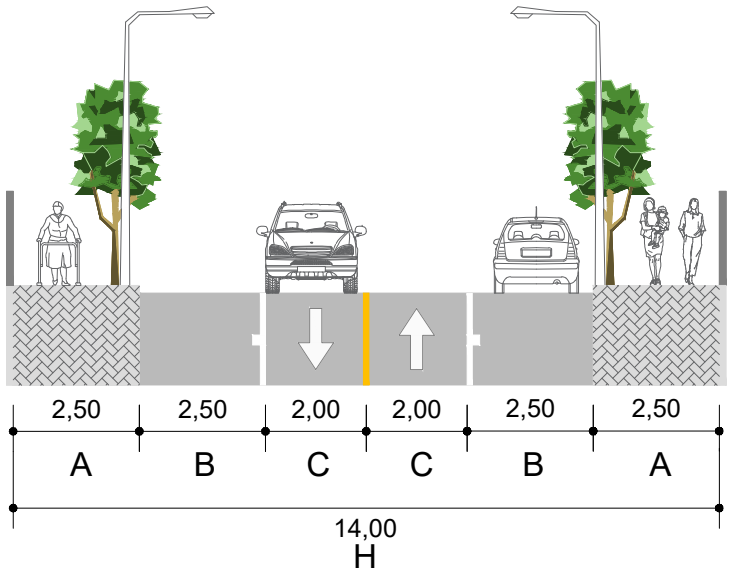
VIAS COLETORAS



VIAS PAISAGÍSTICAS



VIAS LOCAIS



LEGENDA
A - Calçada
B - Faixa de Estacionamento
C - Faixa de Rolamento
D - Canteiro Central
E - Ciclovia Bidirecional
F - Ciclovia Unidirecional
G - Separação Física
H - Caixa da Via
I - Faixa de Acostamento
L - Pista de Rolamento
M - Área de Preservação Permanente (APP)

NOTA:
1. Via Local poderá terminar em rua sem saída, desde que possua bolsa de retorno - Cul de sac;
2. Via Paisagística não poderá terminar em rua sem saída.

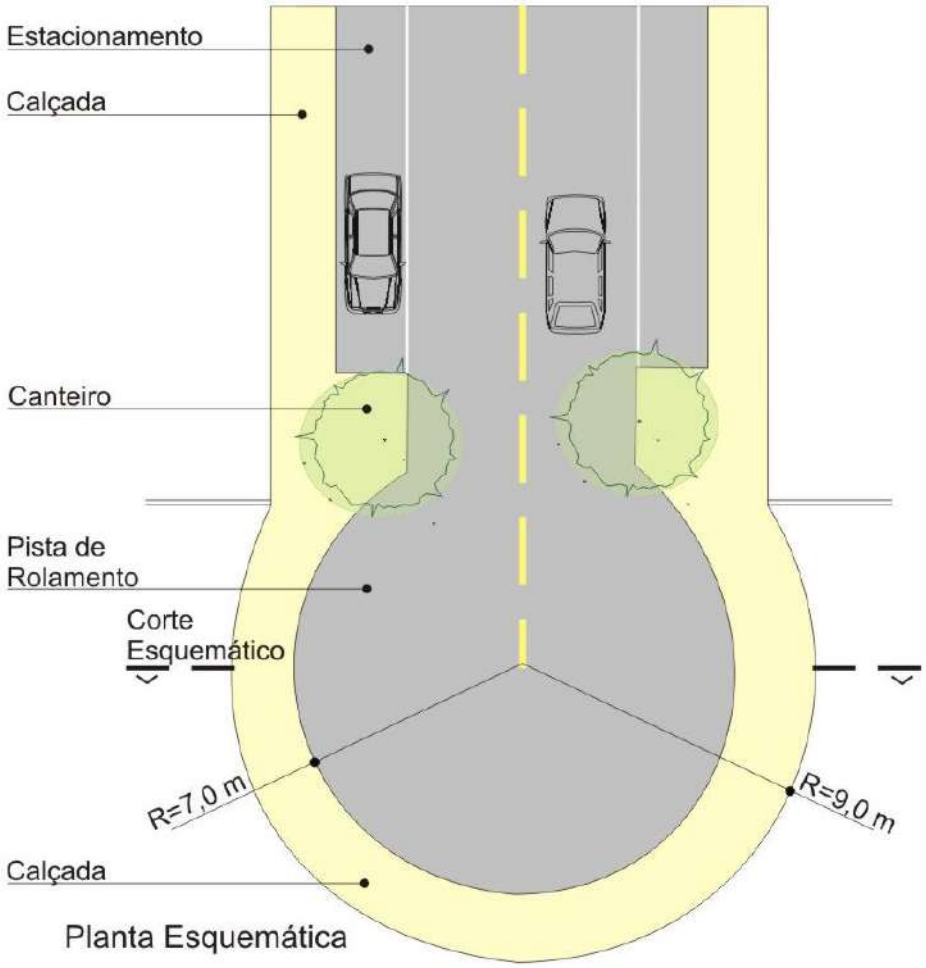
Plano Diretor Municipal de Enéas Marques

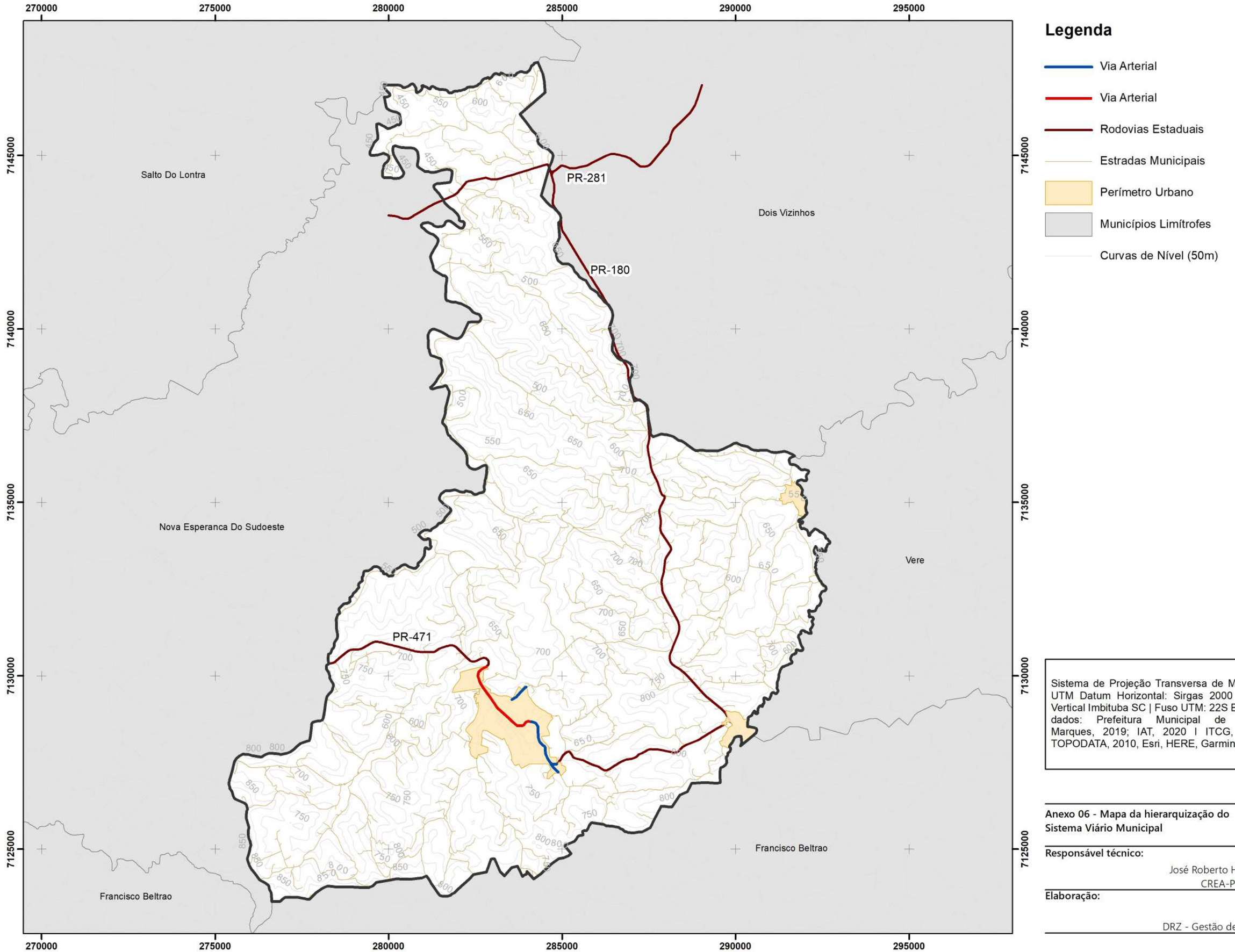
Anexo 04 - Perfil das Vias Urbanas

Responsável Técnico: Henrique F. Ferreira
CAU A132542-6

Elaboração: DRZ Gestão de Cidades
jan. 2022

ANEXO 05 - DIMENSÕES MÍNIMAS PARA RETORNOS (m)





Legenda

- Via Arterial
- Via Arterial
- Rodovias Estaduais
- Estradas Municipais
- Perímetro Urbano
- Municípios Limítrofes
- Curvas de Nível (50m)

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

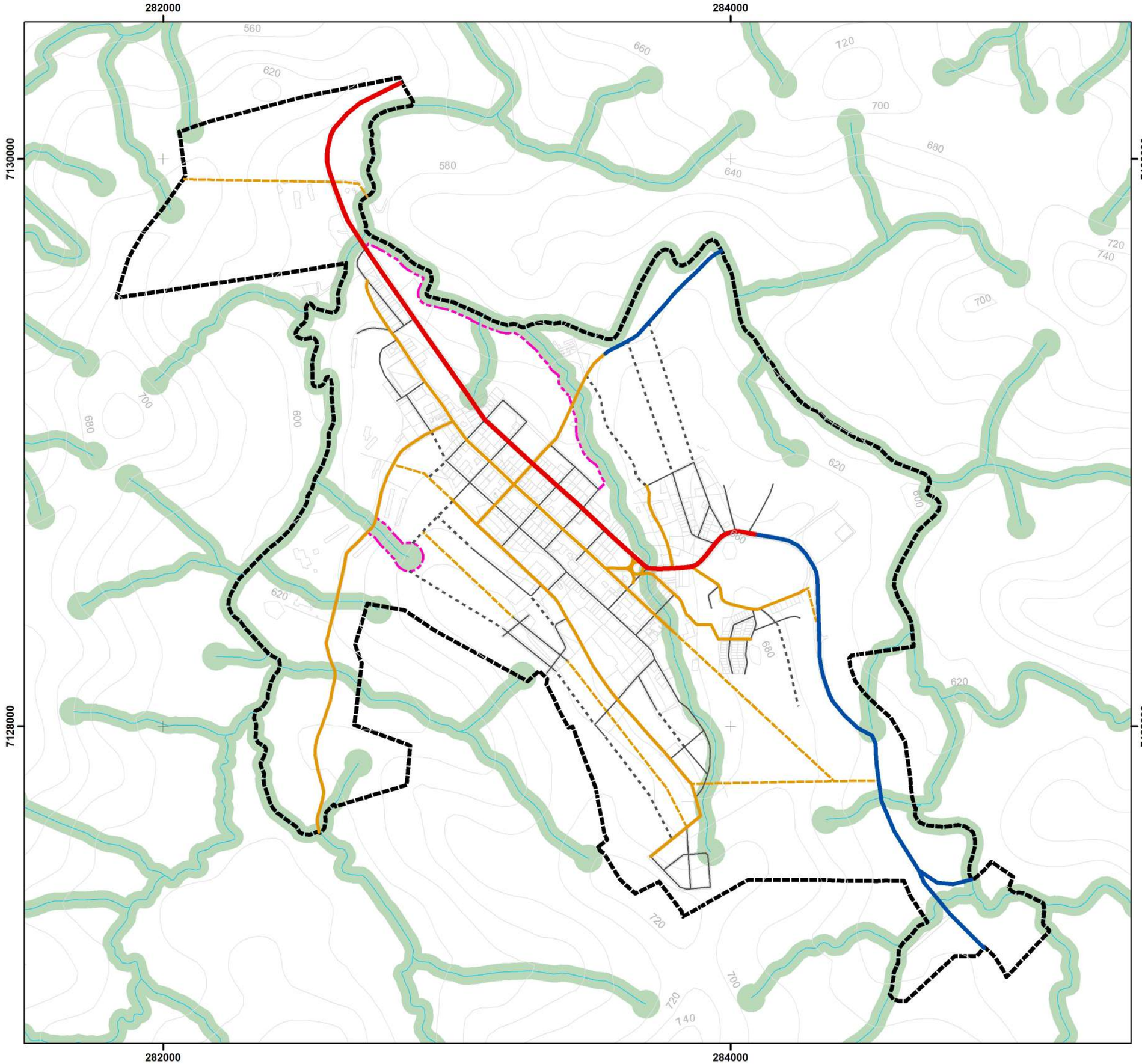
Anexo 06 - Mapa da hierarquização do Sistema Viário Municipal

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades



Legenda

- Via Arterial
- Via Arterial
- Via Coletora
- Projeção Via Coletora
- Via Local
- Projeção Via Local
- Projeção Via Paisagística
- Curvas de Nível (20m)
- Perímetro Urbano
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

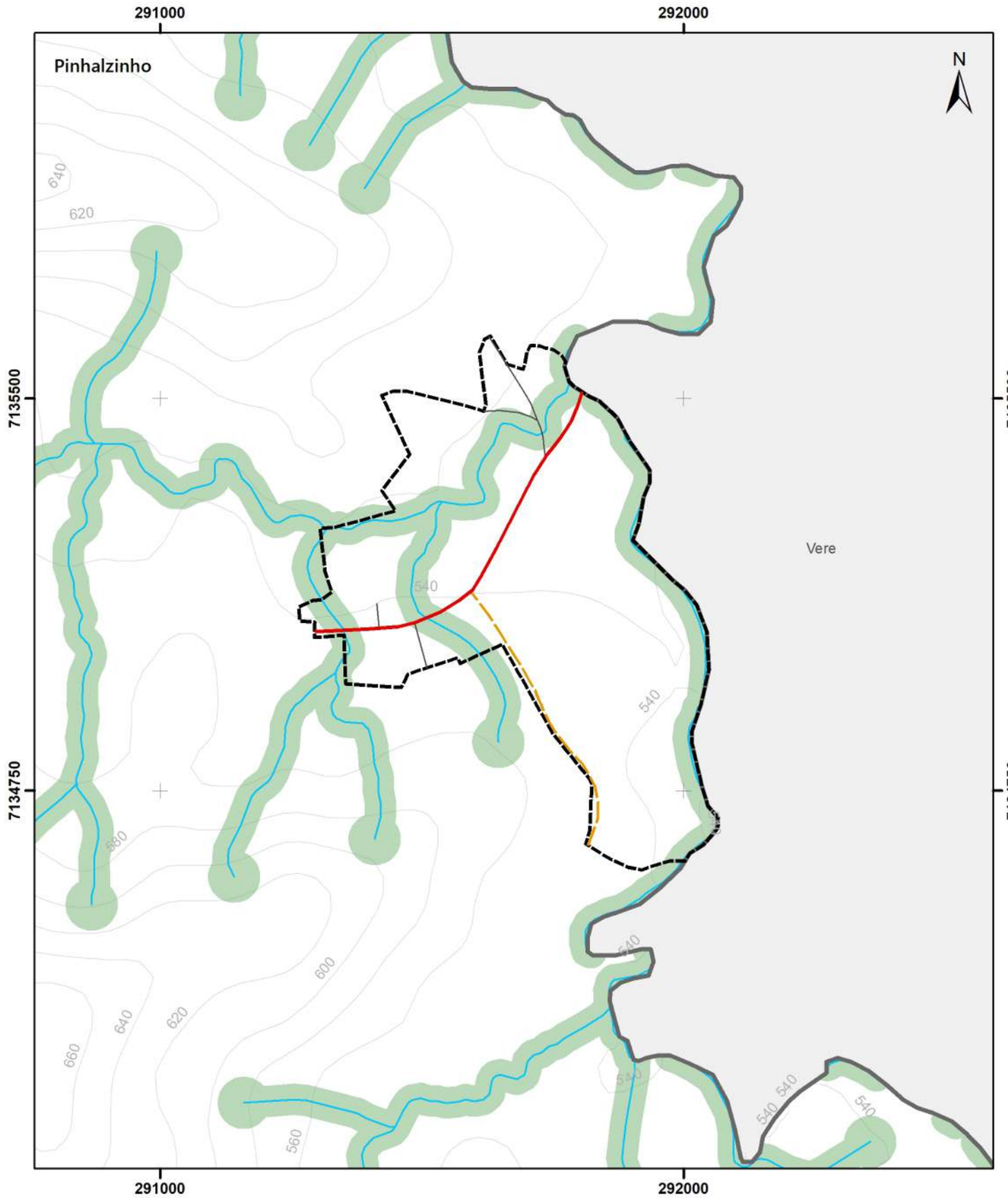
Anexo 07 - Mapa da hierarquização do sistema viário urbano - Sede

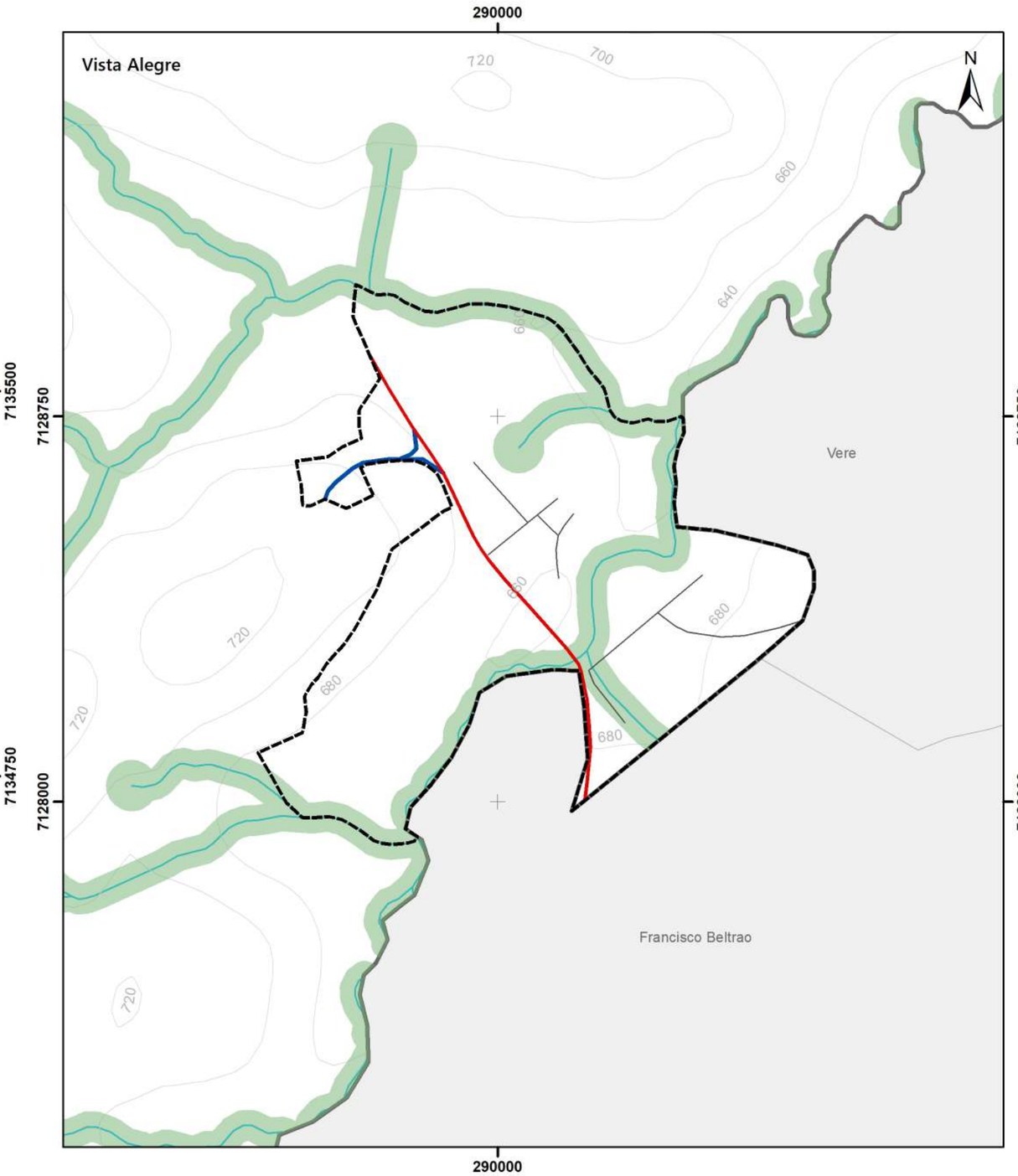
Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades





Legenda

- Via Arterial Primária
- Via Arterial Secundária
- Projeção de Via Coletora
- Via Local
- Perímetro Urbano
- Limite Municipal
- APP - Área de Preservação Permanente
- Hidrografia
- Municípios Limítrofes
- Curvas de Nível (20m)

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

0 0,15 0,3 0,6 km

Anexo 08 - Mapa de hierarquização do sistema viário urbano – Distritos

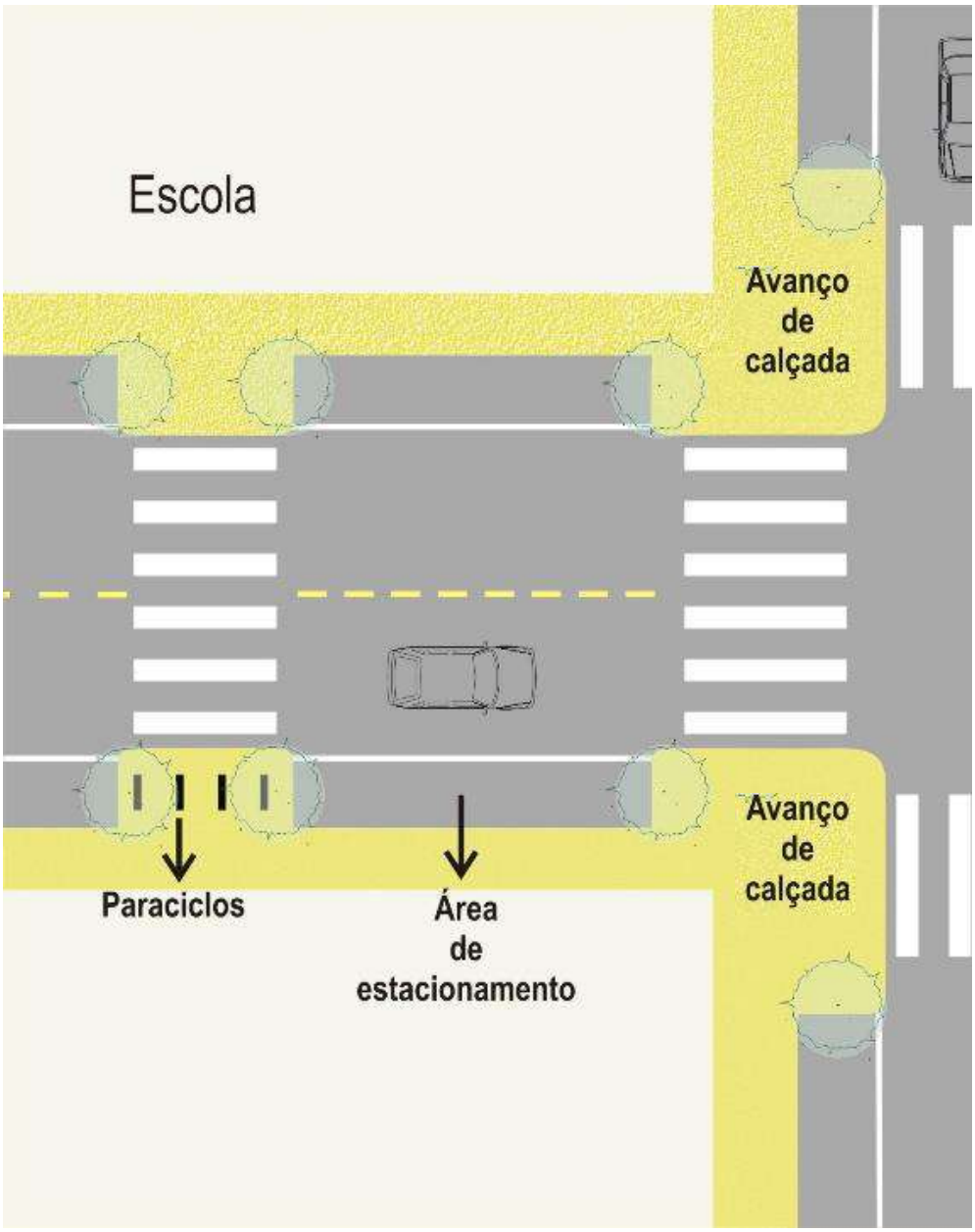
Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

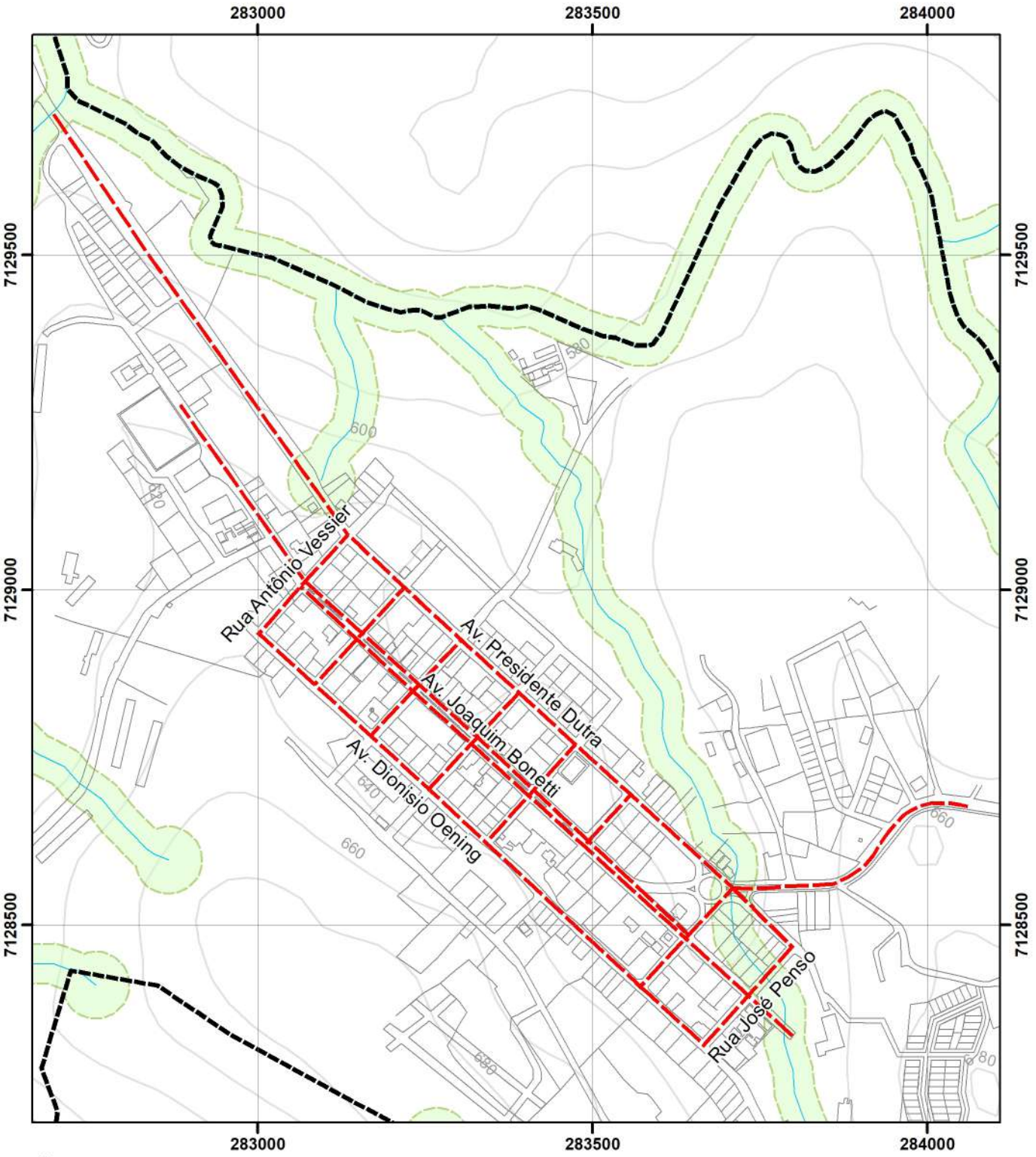
Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

ANEXO 09 – DEMARCAÇÃO DE ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E AVANÇOS DE CALÇADAS



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007.



N

0 0,15 0,3 0,6 km

Legenda

- Rotas Acessíveis
- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Curvas de Nível (20m)

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

Anexo 10 - Mapa do Plano de Rotas Acessíveis

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

31.4 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Parcelamento do solo para fins urbanos e a Regularização Fundiária de áreas urbanas, no Município de ENÉAS MARQUES, será regido por esta Lei, em conformidade com as Leis Federais 10.257/01 e 6.766/79 e suas alterações.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 2º - Buscando promover o predomínio do interesse coletivo sobre o particular, a presente lei visa, dentre outros, os seguintes objetivos:

I - orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique em parcelamento do solo para fins urbanos;

II - possibilitar à população a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos e comunitários para assegurar-lhe condições dignas de habitação, trabalho, lazer e circulação no espaço urbano;

III - facilitar ao poder público municipal o planejamento de obras e serviços públicos;

IV - prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

V - ordenar o crescimento da cidade;

VI - garantir a continuidade da malha urbana, evitando ociosidade de infraestrutura;

VII - assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

Art. 3º - Para os fins desta lei, consideram-se as seguintes definições:

I - aprovação: legitima uma nova situação física/geométrica/locacional do lote;

II - área rural: a parcela do território cujo emprego envolve atividade de exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial.

III - área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano por lei municipal específica, que não se enquadre na definição de área rural; destinado à moradia, ao comércio, à indústria, delimitado pelo perímetro urbano e nele incidindo O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

IV - áreas destinadas a uso comum dos condôminos: aquelas referentes ao sistema viário interno e as demais áreas integrantes de condomínios urbanísticos não caracterizadas como unidades autônomas;

V - áreas destinadas a uso público: aquelas referentes ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários, a espaços livres de uso público e a outros logradouros públicos;

VI - condomínio urbanístico: a divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação e áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, podendo haver abertura de vias internas de domínio privado;

VII - desmembramento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem que haja necessidade de abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes;

VIII - empreendedor:

a) o proprietário do imóvel a ser parcelado, que responde pela implantação do parcelamento;

b) o compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou o superficiário, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou do superficiário, em caso de extinção do contrato;

c) o poder público, quando proprietário do imóvel a ser parcelado, ou nos casos de imissão prévia na posse com o objetivo de implantação de parcelamento habitacional de interesse social ou regularização fundiária;

d) a pessoa física ou jurídica contratada pelo proprietário do imóvel a ser parcelado ou pelo poder público para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no serviço de registro de imóveis;

e) as cooperativas habitacionais, as associações de moradores e as associações de proprietários ou compradores, que assumam a responsabilidade pela implantação do parcelamento.

IX - equipamentos comunitários: os equipamentos de educação, cultura, saúde, segurança, esporte, lazer e convívio social;

X - fração ideal: índice de participação abstrata e indivisa de cada condômino nas coisas comuns do condomínio, expresso sob forma decimal, ordinária ou percentual;

XI - habitação: moradia digna inserida no contexto urbano, provida de infraestrutura básica, de serviços urbanos e de equipamentos urbanos básicos;

XII - infraestrutura básica: consideram-se os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas;

XIII - lote: parcela de terra delimitada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com pelo menos uma divisa lindeira à via de circulação oficial, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos por Lei específica, no zoneamento em que se situe;

XIV - loteamento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes;

XV - parcelamento: subdivisão de glebas, áreas ou terrenos indivisos em lotes, podendo ser realizado mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições das legislações federais, estaduais e municipais pertinentes;

XVI - registro: legitima a propriedade do lote, assim, o registro se dá após a aprovação, e um não substitui o outro, deverá ser obedecido o prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação para que se proceda ao registro do lote e, caso isto não aconteça, a aprovação será considerada sem efeito;

XVII - regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visem a adequar assentamentos preexistentes, informais ou irregulares, às conformações legais, de modo a garantir o direito a cidades sustentáveis e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana;

XVIII - unidade autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação, resultante de condomínio urbanístico realizado nos termos desta lei;

XIX - vias públicas: são consideradas vias públicas aquelas que figuram em plantas de parcelamento do solo aprovadas e que constituam testadas de lotes ou aquelas pavimentadas pelo poder público municipal.

Art. 4º - O parcelamento do solo para fins urbanos e a regularização fundiária em áreas urbanas, observarão as diretrizes gerais da política urbana, conforme dispõe o art. 2º da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, e os seguintes princípios:

I - função social da cidade e da propriedade;

II - garantia do direito à moradia e ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos;

III - urbanismo como função pública e respeito à ordem urbanística;

IV - prevalência do interesse público sobre o interesse privado;

V - ocupação prioritária dos vazios urbanos;

VI - recuperação pelo poder público das mais-valias urbanas decorrentes da ação do poder público;

VII - acesso universal aos bens de uso comum do povo;

VIII - preservação do interesse público como elemento determinante na destinação dos imóveis públicos.

TÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - Está sujeito às normas da legislação federal, estadual e municipal, o parcelamento do solo urbano e rural.

§1º - O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico, observadas as disposições desta Lei, bem como da legislação federal e estadual vigente.

§2º - O parcelamento do solo rural observará as normas federais vigentes, bem como ao disposto nesta lei.

§3º - O parcelamento do solo poderá ser dividido em etapas de execução discriminadas no projeto completo.

Art. 6º - Qualquer modalidade de parcelamento do solo ficará sujeita à aprovação prévia do Poder Executivo Municipal, nos termos das disposições desta e de outras leis pertinentes.

Art. 7º - A tramitação dos processos de parcelamento compreende as etapas de Consulta Prévia, onde são requeridas diretrizes de parcelamento para o Poder Executivo Municipal, elaboração e apresentação de projeto ao Executivo Municipal, expedição de licença, vistoria e expedição de alvará de conclusão de obra, obedecidas às normas desta lei, da Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1.979 e suas alterações e leis estaduais pertinentes.

Art. 8º - O parcelamento do solo para fins urbanos deverá respeitar as diretrizes do Plano Diretor quanto ao arruamento e à destinação das áreas, de forma a permitir o desenvolvimento urbano integrado.

Parágrafo único. Para a aprovação de novos parcelamentos deverão ser priorizados os vazios urbanos, e considerados os imóveis sujeitos a compulsoriedade do Uso do Solo.

Art. 9º - O parcelamento do solo para fins urbanos só será permitido nas áreas inseridas no perímetro urbano do Município, conforme definido no Lei dos Perímetros Urbanos do Município de Enéas Marques.

Parágrafo único. Não será permitido o parcelamento do solo em:

I - terrenos alagadiços e em locais sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

IV - terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação por serem áreas de risco de deslizamento;

V - áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

VI - terrenos contíguos a cursos d'água, represas e demais recursos hídricos sem a prévia manifestação dos órgãos competentes;

VII - áreas fora do alcance de equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável, das galerias de águas pluviais e de energia elétrica;

VIII - áreas que não sejam adjacentes à malha urbana existente.

Parágrafo único. O Município somente aprovará loteamento de glebas distantes da mancha urbana cuja implantação exija a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana, inclusive de vias de acesso, se tais obras e serviços forem executados pelo loteador, às suas próprias custas, conectando à infraestrutura existente.

Art. 10 - Não serão objetos de indenização em caso de desapropriações, as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos parcelados, ou parceláveis, para fins de indenização, as glebas parceladas sem a devida autorização.

Art. 11 - As exigências referentes a áreas livres de uso público e a áreas de equipamentos urbanos ou comunitários aplicam-se aos desmembramentos e desdobros quando estes tiverem por finalidade abrigar empreendimentos imobiliários, para fins residenciais ou mistos, gerando aumento de densidade populacional não previsto nos parâmetros iniciais do loteamento.

Art. 12 - A responsabilidade pelas diferenças constatadas entre as dimensões existentes nos lotes e a planta aprovada, ou pelos custos de compatibilização das ruas com o sistema viário existente ou planejado será exclusivamente do empreendedor.

Art. 13 - Para regularizar a situação de loteamentos clandestinos o Executivo Municipal notificará seus responsáveis para promoverem os atos necessários às aprovações no prazo de 60 (sessenta) dias.

§1º - Findo o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, sem que os notificados requeiram a aprovação, os adquirentes de terrenos ou lotes poderão fazê-lo e, sendo concedida a aprovação, as taxas devidas serão distribuídas entre os proprietários da área beneficiada e arrecadadas juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do ano subsequente.

§2º - Havendo parte do loteamento ou ruas em condições de serem aprovadas, poderá ser efetuada a aprovação parcial.

Art. 14 - O Poder Executivo Municipal poderá promover notificação ao empreendedor sobre a necessidade do registro do loteamento e, consequentemente, da necessidade de regularização do mesmo para torná-lo capaz de ser registrado, sendo esta notificação feita pessoalmente ao notificado, que deverá assinar comprovante do recebimento.

Art. 15 - O empreendedor que parcelar sem autorização do Município ou em desacordo com o projeto aprovado será obrigado a reparar os danos ambientais provenientes de escavações e quaisquer outras obras ou serviços executados no imóvel.

Parágrafo único. O Órgão Municipal Competente estipulará o prazo que não excederá a 180 (cento e oitenta) dias para o proprietário regularizar o loteamento e iniciar as obras de reparação, nos termos do *caput* deste artigo, após análise de cada caso concreto.

Seção I
Dos Requisitos Urbanísticos para o Parcelamento

Art. 16 - Os parcelamentos devem atender ao disposto nesta lei, bem como à ordem urbanística expressa em leis municipais, Lei do Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei de Mobilidade e do Sistema Viário, e aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas ao sistema viário, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a áreas verdes de uso público, deverão ser proporcionais à gleba e nunca inferiores a 30% (trinta por cento) da área loteável, dos quais:

a) no máximo de 20% (vinte por cento) deverá destinar-se à implantação do sistema viário;

f) as áreas verdes públicas deverão ser, no mínimo, iguais a 5% (cinco por cento) da área loteável;

g) 5% (cinco por cento) deverá ser destinado à implantação de equipamentos públicos comunitários de educação, cultura, saúde, esporte e lazer.

II - as áreas públicas destinadas a equipamentos públicos comunitários a serem entregues ao Município deverão possuir, no mínimo, 500m² (quinhentos metros quadrados), onde possa ser inscrito um círculo com raio mínimo de 15,0 m (quinze metros), e em terreno com declividade inferior a 20% (vinte por cento);

III - a localização das áreas verdes públicas e das áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos ou comunitários será definida de acordo com os interesses do Município, pelo Poder Executivo Municipal;

IV - não serão computados como áreas verdes públicas os canteiros centrais ao longo das vias e as áreas de preservação permanente;

V - quando do interesse do poder público municipal, as áreas verdes públicas e destinadas à implantação de equipamentos públicos poderão ser definidas fora do perímetro da gleba onde for realizado o loteamento;

VI - os lotes obedecerão às dimensões mínimas estabelecidas na Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano,

VII - ao longo das águas correntes e dormentes, será obrigatória a reserva de área *non aedificandi* de, no mínimo, 30m (trinta metros) de cada margem, a partir da cota mais alta já registrada pelo curso d'água em épocas de inundação, limitada por uma via paisagística;

VIII - ao longo das faixas de domínio público das rodovias e dutos será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de cada lado, com largura de, no mínimo, 15 (quinze) metros, contados a partir do limite da faixa de domínio, salvo outras exigências superiores da legislação específica.

§1º - A área definida no inciso VII e VIII do *caput* deste artigo passarão ao domínio do Município, sem ônus para este.

§2º - Caso o sistema viário seja solucionado, de forma eficiente, com área menor que a porcentagem estabelecida na alínea "a" do inciso I do *caput* deste artigo, o restante deverá ser transferido ao Município como área destinada aos equipamentos públicos comunitários.

Art. 17 - As áreas de equipamento públicos comunitários, os espaços de uso público e áreas verdes deverão ser implantadas pelo empreendedor, conforme diretrizes fornecidas pelo Poder Executivo Municipal, e deverão ser mantidas e conservadas por este até o recebimento das obras.

Art. 18 - A ocupação do solo por meio de parcelamentos deverá ocorrer de forma a respeitar o meio ambiente, assegurando condições de acessibilidade e resolução de questões de risco geológico e inundações.

Art. 19 - Os lotes deverão possuir as áreas e testadas mínimas previstas, definidas no Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 20 - As vias do loteamento deverão:

I - harmonizar-se com a topografia local e sua seção transversal deverá obedecer ao disposto na Lei de Mobilidade e Sistema Viário, parte integrante do Plano Diretor Municipal;

II - articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas de acordo com as diretrizes constantes no mapa da Lei de Mobilidade e do Sistema Viário e

apresentar pavimentação conforme as especificações técnicas mínimas exigidas pelas normas brasileiras vigentes de acordo com a hierarquia estabelecida na Lei de Mobilidade e do Sistema Viário, de modo a garantir tempo de vida útil do pavimento de, no mínimo, 05 (cinco) anos, a contar da data de emissão do Termo de Vistoria e Recebimento da Obra.

Parágrafo único. As especificações exigidas no inciso II deste artigo deverão estar vinculadas a estudo técnico pontual, devidamente acompanhado do documento que comprove responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente.

Art. 21 - O comprimento das quadras dos loteamentos residenciais não poderá ser superior a 150,00 m (cento e cinquenta metros) e inferior a 50,00 m (cinquenta metros).

Art. 22 - As tubulações que não passarem pelas vias públicas deverão possuir faixas sanitárias *non aedificandi* com largura mínima conforme projeto aprovado pelo órgão competente.

Art. 23 - Se implantados loteamentos caracterizados como de interesse social, a infraestrutura consistirá em no mínimo:

I - vias de circulação devidamente pavimentadas;

II - escoamento das águas pluviais;

III - rede de abastecimento de água potável;

IV - rede de esgotamento sanitário;

V - rede de energia elétrica e iluminação pública.

Parágrafo único. O lote mínimo em áreas caracterizadas como de interesse social será de acordo com os parâmetros definidos para cada zona na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 24 - Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento de água, este deverá funcionar em sistema de condomínio, do qual participarão todos os compradores de lotes e o empreendedor.

Art. 25 - No caso de terrenos em nível inferior ao da rua, deverá haver rede complementar para escoamento das águas na parte mais baixa do terreno.

Art. 26 - As áreas a serem transferidas ao Município passarão a integrar o domínio do Município no ato do registro do loteamento.

Seção II
Dos Condomínios Urbanísticos

Art. 27 - Serão admitidos loteamentos cujo perímetro seja murado e o acesso seja restrito na Zona Residencial 01 – ZR1, conforme termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. A restrição de acesso a que se refere o *caput* deste artigo não se aplica a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, membros das Forças Armadas, e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, de qualquer esfera do Poder, desde que no exercício de suas funções.

Art. 28 - As vias internas do Condomínio Urbanístico serão obrigatoriamente pavimentadas e devem seguir as características de vias locais estabelecidas na Lei de Mobilidade e Sistema Viário, parte integrante do Plano Diretor Municipal.

Art. 29 - Independentemente da área pública com as dimensões definidas no Art. 16 -da presente lei, que será obrigatoriamente externa ao perímetro murado, destinará o Condomínio Urbanístico, para recreação de seus integrantes, uma área comum não inferior a 8% (oito por cento) da área total contida no perímetro murado.

Parágrafo único. Mediante proposta do interessado, o Poder Executivo Municipal poderá aceitar outra área equivalente, desde que a região onde esteja situado o condomínio urbanístico se encontre servida por equipamento público nos termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Art. 30 - O muro em torno do Condomínio deve ser construído com altura não superior a 3,00 (três) metros, em material que proporcione estabilidade e segurança, sendo proibida a colocação de cacos de vidro, arame farpado, fios eletrificados ou qualquer outro material que possa causar dano físico a pessoas ou a animais.

Art. 31 - A extensão máxima de muros que confrontam com vias públicas não poderá ser superior a 50% do comprimento de cada face individual de quadra.

Parágrafo único. O restante da porcentagem da extensão do muro de que se trata o *caput* deste artigo deverá ser de material e solução construtiva que não ofereça bloqueio visual às vias públicas.

Art. 32 - A implementação de condomínios urbanísticos não poderá interromper a projeção das vias arteriais e coletoras, classificadas conforme Lei de Mobilidade e Sistema Viário do Município de Enéas Marques.

Seção III
Das Responsabilidades

Art. 33 - Todos os atores envolvidos, como empreendedor, Poder Público, condôminos, autoridade licenciadora e responsáveis técnicos estão obrigados a esta lei, bem como à Lei Federal pertinente, sem prejuízo das normas ambientais e de proteção ao Consumidor.

Subseção I
Do Empreendedor

Art. 34 - É obrigatória, para a execução de loteamento, a prestação de caução.

Art. 35 - No ato de recebimento do Alvará de Licença e da cópia do projeto aprovado pelo Poder Executivo Municipal, o interessado assinará um termo de Compromisso, ao qual deve estar anexado proposta de instrumento de garantia de execução das obras a seu cargo.

§1º - O instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor, referido no *caput* deste artigo, pode ser representado por hipoteca de lotes ou unidades autônomas no próprio empreendimento, com o devido registro na matricula dos imóveis dado em garantia; hipoteca de outros imóveis; fiança bancária ou pessoal; depósito ou caução de títulos da dívida pública; seguro garantia correspondendo ao mesmo valor orçado para as obras de urbanização, ou por qualquer outra espécie de garantia prevista em lei.

§2º - Se a caução se der na forma de carta de fiança bancária, a mesma ficará em depósito na Divisão da Fazenda, contendo cláusula de correção monetária e prazo de no mínimo o previsto no cronograma das obras acrescido de 12 (doze) meses e, sendo necessário na emissão do alvará de urbanização, poderá ser exigido a renovação da caução, com prazo de validade mínima ao do cronograma acrescido de 6 (seis) meses.

Art. 36 - É de responsabilidade, ainda, do empreendedor:

I - executar os serviços previstos no Art. 38 -da presente Lei;

II - executar as obras de infraestrutura de acordo com os projetos apresentados e aprovados pelo Poder Executivo Municipal;

III - não outorgar qualquer escritura da venda dos lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos deste artigo e de cumpridas as demais obrigações impostas por esta lei ou assumidas no Termo de Compromisso;

IV - fazer constar dos compromissos de compra e venda de lotes a condição de que as mesmas só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas na presente lei; e

V - facilitar a fiscalização permanente do Poder Executivo Municipal durante a execução das obras e serviços.

§1º - As obras de que se trata o presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§2º - O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo será combinado, entre empreendedor e o Poder Executivo Municipal, quando da aprovação do loteamento, não podendo ser este prazo superior a 02 (dois) anos.

Art. 37 - Será exigida, em todos os loteamentos liberados para a execução das obras de infraestrutura, a instalação de placa com dimensões mínimas de 2 (dois) por 3 (três) metros, fixada em local visível, contendo as seguintes informações:

I - nome do empreendimento;

II - nome do responsável pelo empreendimento;

III - nome e número de registro junto ao conselho de classe competente do responsável técnico devidamente habilitado;

IV - número do alvará de licença para a execução de obras, fornecido pelo município;

V - os seguintes dizeres:

"Este empreendimento está liberado para implantação de infraestrutura, estando proibida a venda de lotes, conforme a Lei Federal N°6.766/79 e a Lei Federal N°9.785/99 e suas posteriores alterações. Consulte o Poder Executivo Municipal antes de comprar um lote"

Art. 38 - De posse do alvará de licença para o início das obras, o empreendedor deverá executar, no mínimo, os seguintes serviços e infraestrutura, conforme os projetos liberados:

I - demarcação das quadras com marcos de concreto;

II - abertura, terraplenagem e pavimentação de todas as ruas;

III - implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV - obras de consolidação e arrimo, pontilhões e qualquer obra necessária à conservação das ruas;

V - rede de abastecimento de água potável, com sistema de captação e tratamento se for o caso;

VI - rede de esgotamento de águas pluviais, com bocas de lobo em alvenaria de tijolo maciço e grelha de ferro ou concreto armado, conforme modelo fornecido pelo município;

VII - pavimentação das vias de acordo com o estabelecido no Art. 20 -da presente Lei;

VIII - recobrimento vegetal de todos os taludes com declividade superior a 1(horizontal) para 2 (vertical);

IX - rede de esgoto e sistema de tratamento de efluentes, quando for o caso.

X - tratamento paisagístico dos passeios;

XI - implantação da rede de energia elétrica e iluminação tipo LED nas vias e praças públicas;

XII - tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de Área de Preservação Permanente, de acordo com as diretrizes do órgão municipal responsável pela fiscalização da preservação ambiental, nos termos da Lei;

XIII - tratamento das áreas destinadas às áreas verdes com vegetação nativa quando não houver cobertura vegetal remanescente;

XIV - execução da arborização de vias e praças públicas;

XV - afixação de placas indicativas da nomenclatura de todas as vias públicas do loteamento;

XVI - implantação da sinalização horizontal e vertical de trânsito em todas as vias públicas do loteamento.

Parágrafo único. Toda infraestrutura básica deverá conectar-se com as redes existentes e estrar de acordo com os planos setoriais, quando for o caso.

Art. 39 - Nos parcelamentos sob forma de desmembramento deverá ser implantada a seguinte infraestrutura mínima:

I - implantação do sistema de abastecimento de água;

II - captação, condução e disposição das águas pluviais;

III - coleta e interligação à rede pública de esgotos existente e Estação de Tratamento de Esgotos – ETE;

IV - demarcação das quadras e lotes com marcos de concreto;

V - tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de Área de Preservação Permanente, de acordo com as diretrizes do órgão municipal responsável pelo meio ambiente.

Art. 40 - Antes de o empreendedor iniciar a pavimentação das ruas, deverá fazer comunicação por escrito neste sentido ao Departamento de Obras e Serviços Públicos, a fim de possibilitar o acompanhamento da obra.

Parágrafo único. Durante a execução das obras deverão ser respeitados os cuidados com a limpeza e o sossego público previstos no Código de Obras e Posturas.

Art. 41 - O empreendedor deve comunicar à autoridade licenciadora quaisquer alterações ocorridas no registro de imóveis quanto à propriedade, direitos reais e ônus relativos à gleba ou ao lote.

Subseção II
Do Poder Público

Art. 42 - É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários:

I - a implantação dos elementos de infraestrutura complementar não exigidos do empreendedor, nos loteamentos e desmembramentos;

II - a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar, nos loteamentos e desmembramentos e das áreas destinadas a uso público nos parcelamentos.

§1º - A implantação, operação e manutenção dos equipamentos comunitários a cargo do Poder Público devem respeitar as orientações especificas das licenças urbanística e ambiental, bem como as diretrizes das respectivas políticas setoriais.

§2º - Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas a uso público.

§3º - Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas ao uso público, externas a condomínios urbanísticos.

Art. 43 - Admite-se a contratação de parceria público-privada, nos termos da lei, para o cumprimento das exigências previstas neste Capítulo.

Subseção III
Dos Condôminos

Art. 44 - Cabe aos condôminos a manutenção do sistema viário, das áreas de uso comum dos condôminos e da infraestrutura básica e complementar interna dos condomínios urbanísticos, a partir da averbação da convenção de condomínio no Serviço de Registro de Imóveis competente.

CAPÍTULO II
DO PROJETO DE PARCELAMENTO

Art. 45 - O projeto de parcelamento deve ser elaborado em conformidade com Lei Federal 6766/79 e suas alterações e com as diretrizes formuladas pelo Município, considerando:

I - a valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico;

II - a previsão da execução das obras necessárias em sequência que impeça a instauração de processo erosivo e seu desenvolvimento;

III - a reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada.

Art. 46 - Desde o registro do seu contrato, os adquirentes de lotes ou unidades autônomas podem apresentar projetos de construção à autoridade municipal competente, ficando, porém, condicionada a expedição de "habite-se" ou ato equivalente ao termo de vistoria e recebimento de obras do parcelamento.

Seção I
Da Consulta Prévia e das Diretrizes

Art. 47 - Antes da elaboração do projeto, o interessado é obrigado a solicitar ao Município a Consulta Prévia que resulte nas diretrizes relativas:

I - ao uso e ocupação do solo e aos parâmetros urbanísticos, conforme lei municipal;

II - ao traçado do sistema viário e diretrizes, conforme Lei Municipal específica;

III - à reserva de áreas destinadas a uso público, inclusive quanto a sua localização;

IV - à reserva de faixas não edificáveis;

V - às linhas sanitárias.

Art. 48 - Para a solicitação de diretrizes previstas no Art. 47 - da presente Lei, o empreendedor deve apresentar requerimento específico e planta do imóvel à autoridade licenciadora.

Parágrafo único. O requerimento a que se refere o *caput* deste artigo deve ser instruído com:

I - prova de propriedade da gleba ou lote, ou de direito para parcelar, conforme disposto nesta lei;

II - certidão de matrícula da gleba ou lote, expedida pelo serviço de registro de imóveis competente.

III - planta planialtimétrica da área a ser loteada, em 2 (duas) vias na escala 1:1000 (um para mil), georreferenciada com coordenadas oficiais, assinada pelo responsável técnico junto ao conselho de classe competente e pelo proprietário ou seu representante legal, contendo, no mínimo:

a) as divisas da gleba ou lote, com indicação de suas medidas perimetrais e área, e das vias lindeiras ao seu perímetro;

b) as curvas de nível com espaçamento equidistante de 1 (um) metro;

c) a localização dos cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios e nascentes, áreas de preservação permanente, áreas com vegetação significativa, árvores de porte isoladas e construções existentes na gleba ou lote;

d) indicação do norte verdadeiro ou magnético;

e) arruamento contíguo a todo perímetro, com localização exata de todas as vias de circulação, no raio de 300 (trezentos) metros de todas as divisas da área a ser parcelada;

f) o tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina e uma estimativa do número de unidades habitacionais, no caso de uso residencial.

IV - licença prévia expedida pelo Instituto Água e Terra (IAT);

V - planta da situação da gleba em escala 1:10.000 (um para dez mil) com destaque para o perímetro da área e para seus pontos notáveis.

Art. 49 - Deve ser comunicada à autoridade licenciadora qualquer alteração na situação jurídica da gleba ou lote objeto de análise para fins de formulação de diretrizes, obrigando à revisão das diretrizes formuladas.

Art. 50 - Será indeferido pela autoridade licenciadora a solicitação de diretrizes, para os casos previstos no Art. 9º - da presente Lei, podendo ainda declarar a impossibilidade de implantação do empreendimento com base na análise dos seguintes fatores:

I - a compatibilidade do empreendimento com o Plano Diretor;

II - a situação jurídica da gleba ou lote.

Art. 51 - A autoridade licenciadora ao deferir a solicitação de diretrizes, deve formulá-las, indicando, no mínimo:

I - o traçado básico do sistema viário principal e diretrizes, no caso de loteamento;

II - a localização das áreas destinadas a uso público;

III - a localização das áreas com restrição ao uso e ocupação em razão da legislação federal, estadual ou municipal;

IV - as faixas não edificáveis;

V - os usos admissíveis na gleba ou lote, com as respectivas localizações de acordo com o zoneamento estabelecido na Lei de Uso e Ocupação do solo;

VI - os requisitos a serem cumpridos para o licenciamento ambiental, se for o caso.

§1º - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 01 (um) ano a partir da data de expedição, após o qual deverá ser solicitada nova Consulto Prévia.

§2º - A expedição da consulta prévia e a sua aceitação por parte do loteador não implicam em aprovação da proposta de loteamento ou desmembramento.

Art. 52 - O prazo para a análise da solicitação das diretrizes e sua formulação será de 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação.

Art. 53 - A autoridade licenciadora deve dar ampla publicidade às solicitações de diretrizes e das diretrizes formuladas, especialmente para a Câmara de Vereadores e para o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Seção II
Da Documentação

Art. 54 - Cumprida a etapa da Consulta Prévia, o interessado no parcelamento apresentará projeto de loteamento, que será analisado para efeito de liberação do alvará de licença para início das obras.

Art. 55 - O pedido de autorização para aprovação de projeto de loteamento e início das obras será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário, responsável legal ou pelo empreendedor, com firma reconhecida;

II - proposta de instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor; conforme estabelecido na Subseção I da Seção III do Capítulo I deste Título que tratam da responsabilidade do empreendedor;

III - certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, com no máximo 90 (noventa) dias;

IV - instrumento de alteração de uso do solo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando for o caso;

V - certidões negativas de tributos municipais;

VI - levantamento Planialtimétrico Georreferenciado no sistema de coordenadas oficial, em meio digital, contendo planta na escala 1:1000 (um para mil), com curvas de nível a cada 1 (um) metro, e arruamento;

VII - licença de Instalação expedida pelo Instituto Água e Terra (IAT);

VIII - cronograma físico de implantação das obras do loteamento;

IX - laudo técnico hidrogeológico, com respectiva responsabilidade técnica de profissional habilitado, junto ao conselho de classe competente;

X - 03 (três) vias impressas dos projetos urbanísticos e complementares e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pelo Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido pelos Art. 57 -e Art. 58 -da presente Lei.

XI - documento que comprove a responsabilidade técnica dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução junto ao conselho de classe competente;

XII - laudo geológico-geotécnico do loteamento;

XIII - autorização para corte da cobertura vegetal do terreno, expedida pelo órgão competente, quando for o caso.

Parágrafo único. Em casos de projetos de loteamento de parte do terreno, as plantas do projeto urbanístico deverão abranger a totalidade do imóvel;

Art. 56 - O pedido de autorização para aprovação de projeto de desmembramento será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário e/ ou empreendedor, com firma reconhecida;

II - certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

III - certidões negativas de tributos municipais, expedidos pelos órgãos competentes;

IV - 03 (três) vias impressas do projeto urbanístico preferencialmente nas escalas 1:200 e 1:500, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pelo Poder Executivo Municipal, contemplando no mínimo:

a) rumos e distâncias das divisas;
b) área resultante;
c) indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;
d) indicação precisa de edificações existentes;
e) indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas.

V - documento que comprove a responsabilidade técnica dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução junto ao conselho de classe competente;

VI - comprovação da existência de rede de abastecimento d'água e de energia elétrica no local;

VII - memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Subseção Única
Do Conteúdo do Projeto de Loteamento

Art. 57 - O projeto urbanístico de loteamento deverá ser apresentado em 03 (três) vias impressas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pelo Poder Executivo Municipal, contemplando no mínimo:

I - planta geral de localização, que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na respectiva lei;

II - planta planialtimétrica, na escala mínima de 1:500, indicando:
a) norte magnético e verdadeiro;
b) pontos de amarração ou de referência da obra;
c) cursos d'água e áreas alagadiças se houver;
d) alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
e) edificações existentes;
f) subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração;
g) sistema de vias com a respectiva hierarquia e denominação provisória (Rua A, B);
h) dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
i) perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
j) marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;
k) todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo, em planta e perfis;

l) praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em lei;

m) áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas "non aedificandi" estabelecidas pela legislação vigente;

n) linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio se houver;

o) áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água se houver;

III - quadro estatístico, inclusive com taxas percentuais, das diversas áreas indicadas no projeto, discriminando:

a) número total de lotes e quadras;

b) número de lotes por quadra;

c) áreas das vias públicas, dos espaços livres e dos espaços destinados a edifícios públicos;

d) área total da gleba a ser loteada;

e) áreas de preservação permanente de acordo com legislações ambientais vigentes.

IV - memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Art. 58 - Os projetos complementares deverão constar de:

I - projeto e memorial descritivo de Arborização contendo a arborização das praças e vias públicas, indicando as espécies fitológicas;

II - projeto e Memorial Descritivo de Terraplanagem, contendo os perfis longitudinais no eixo de cada uma das vias do loteamento, em escala 1:1.000 (um para mil);

III - projeto e Memorial de Drenagem Urbana, contendo:

a) galerias de águas pluviais, com memorial de cálculo em função da vazão;

b) em caso de ligação com galeria existente, apresentar dimensionamento da tubulação existente considerando a capacidade de captação de sua área de contribuição.

IV - projeto e memorial de Rede de Água Potável, devidamente aprovado pela concessionária competente;

V - projeto de Rede de Esgotos e, quando necessário, de sistema de tratamento de efluentes devidamente aprovado pelo órgão competente;

VI - projeto e memorial de Rede de Energia e Iluminação Pública, devidamente aprovado pela concessionária competente;

VII - projeto e Memorial de Arruamento e Pavimentação, contendo:

a) projeto de pavimentação de todas as vias de circulação;

b) ensaio CBR – Índice de Suporte Califórnia, em pontos críticos conforme laudo geológico considerando a locação e hierarquia da via;

c) planilha de dimensionamento da pavimentação;

d) meio-fio com sarjetas;

VIII - projeto e memorial de Calçada, Ciclovias/Ciclofaixas, conforme o caso, atendendo o estabelecido nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade;

Parágrafo único. O projeto de Drenagem Urbana, conforme inciso III do *caput* deste artigo, deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA) e projeto municipal, quando existente;

Art. 59 - Será necessária a apresentação de parecer do Departamento de Agropecuária e do Departamento do Meio Ambiente e Recursos Hídricos favorável ou sugerindo restrições a que a gleba seja parcelada, para os casos de empreendimentos que poderão gerar grandes impactos, tais como em terrenos:

I - com área superior a 2.500,0 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);

II - com presença de nascentes, cursos d'água, represas, qualquer recurso hídrico e vegetação arbórea significativa;

III - que constituam áreas alagáveis, aterradas com material nocivo à saúde pública, geomorfologicamente degradadas ou com declividade superior a 30% (trinta por cento).

Art. 60 - Todas as pranchas dos projetos deverão conter assinatura do proprietário e responsável técnico, anexado o respectivo documento que comprove a responsabilidade técnica junto ao conselho de classe competente.

Seção III
Da Aprovação dos Projetos

Art. 61 - A implantação de parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Enéas Marques depende de análise e aprovação do projeto, com a emissão da respectiva licença urbanística pela autoridade licenciadora, observando-se:

I - a exigência de licenciamento ambiental do parcelamento do solo para fins urbanos, pelo órgão ambiental competente;

II - admite-se a exigência de renovação periódica da licença ambiental, a critério do órgão licenciador ambiental;

III - a licença ambiental do parcelamento não pressupõe a licença ambiental das obras e atividades a serem implantadas nos lotes ou unidades autônomas produzidos, a qual deve ser feita na forma da legislação ambiental, pelo órgão ambiental competente;

IV - os parcelamentos e os desmembramentos que não resultem em mais de 10 (dez) unidades de lotes dispensam a licença ambiental.

Art. 62 - Recebido o projeto de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências da Seção II deste Capítulo, o Poder Executivo Municipal procederá ao exame das plantas e do memorial descritivo, podendo recusar a indicação das áreas a serem

doadas ou dos lotes a serem caucionados e escolher outros, bem como exigir modificações que se façam necessárias.

§1º - O Poder Executivo Municipal disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se, ouvidas as autoridades competentes para a aprovação ou não do projeto de loteamento, e 60 (sessenta) dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.

§2º - Transcorridos os prazos sem a manifestação do Poder Público, o projeto será considerado rejeitado ou as obras recusadas, assegurada a indenização por eventuais danos derivados da omissão.

Art. 63 - A aprovação do projeto de loteamento ficará condicionada à arborização das vias e dos locais destinados à área verde sob responsabilidade do empreendedor, conforme solicitação do Departamento de Obras e Serviços Públicos.

Art. 64 - Poderá ser negada a aprovação do projeto de loteamento, subdivisão de terrenos ou abertura de via ou logradouro que se contraponham ao interesse público ou sacrifiquem o desenvolvimento e planejamento do Município.

Art. 65 - O Município poderá aprovar parcelamentos com as obras de infraestrutura incompletas ou parciais, desde que o empreendedor ofereça como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação do órgão competente.

Seção IV
Do Alvará de Licença

Art. 66 - Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, conforme estabelecido na Seção III deste Capítulo, o Poder Executivo Municipal expedirá um Alvará de Licença para Parcelamento e Início das Obras no qual deverão constar:

I - as condições em que o loteamento é autorizado;

II - as obras a serem realizadas;

III - o prazo para execução;

IV - a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de seu registro; e

V - a descrição das áreas caucionadas por força desta Lei.

Parágrafo único. Expedido o alvará de que se trata o *caput* deste artigo, o empreendedor poderá dar início às obras, mediante comunicação dirigida ao Executivo Municipal notificando o início das mesmas para o acompanhamento e fiscalização da equipe técnica municipal em cada etapa da execução dos serviços.

Art. 67 - O prazo para execução das obras será de 02 (dois) anos, conforme definido no cronograma físico de implantação das obras do loteamento, contados a partir da

data da autorização, o qual poderá ser anualmente renovado, mediante apresentação de justificativa técnica adequada do empreendedor.

Parágrafo único. O empreendedor que não cumprir o prazo disposto no *caput* deste artigo ficará sujeito à multa estabelecida nesta Lei, até a conclusão da obra.

Art. 68 - O loteador deverá fixar, no loteamento, após a sua aprovação, em local perfeitamente visível, placa indicativa contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do loteamento;

II - nome do loteador;

III - telefone para contato;

IV - número do Alvará de Parcelamento e Início das Obras, e data de sua expedição;

V - nome do responsável técnico pelo loteamento, com o respectivo número de registro no conselho de classe competente.

Art. 69 - Não serão fornecidos Alvarás de Licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pelo Município.

Seção V
Da Entrega das Obras

Art. 70 - Uma vez realizadas as obras e estando quitados os tributos municipais, o Poder Executivo Municipal, a requerimento do interessado, analisará e deliberará sobre a aprovação do parcelamento após a realização de devida vistoria, fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis pelo interessado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Após a finalização da execução das obras por parte do loteador, o requerente deverá solicitar ao Município o Termo de Vistoria e Recebimento de Obras (TVRO), apresentando para este fim, os seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo proprietário ou representante legal;

II - guia de responsabilidade técnica de execução de todos os serviços pertinentes às obras do loteamento, dos profissionais habilitados junto ao conselho de classe competente;

III - Certidão Negativa do Imóvel;

IV - cópia do Contrato Social, em caso de pessoa jurídica;

V - termo de recebimento das concessionárias de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública;

VI - termo de recebimento do diretor do Departamento de Agropecuária e Departamento do Meio Ambiente e Recursos Hídricos se for o caso;

VII - relatório fotográfico da execução, com no mínimo 5 (cinco) fotos por etapa;

VIII - guia de recolhimento da segunda parcela da Taxa de Fiscalização de Obras Particulares quitada.

§1º - Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor.

§2º - A apresentação de exigências pela autoridade licenciadora interrompe o prazo previsto para o recebimento, que recomeça a fluir depois de cumpridas as exigências pelo empreendedor.

§3º - Por ocasião da vistoria, se for constatado que a obra foi executada em desacordo com o projeto aprovado, e com o avençado no Termo de Acordo, o profissional responsável técnico pela obra, assim como o proprietário serão notificados para adequação.

§4º - Na hipótese prevista no §3º - deste artigo, não será aprovado o loteamento, nem expedido o competente Termo de Vistoria, antes do pleno cumprimento das exigências estabelecidas pelo Município.

Art. 71 - O Termo de Vistoria e Recebimento das Obras, só será emitido após a conclusão das obras e nele deve constar:

I - o nome do bairro;

II - número dos quarteirões aprovados;

III - os nomes das firmas executoras e consultora;

IV - a assinatura do "responsável" técnico pelo acompanhamento das obras e do diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos.

Art. 72 - Na entrega das obras, exige-se que as quadras, lotes ou as unidades autônomas do parcelamento estejam devidamente demarcadas, admitindo-se a tolerância de 5% (cinco por cento) em relação às medidas lineares previstas no projeto.

§1º - Havendo diferença de medida, ainda que dentro do limite de tolerância, o empreendedor deve providenciar a devida retificação no Serviço de Registro de Imóveis, sem prejuízo das consequências contratuais.

§2º - No caso de a diferença ser superior ao limite de tolerância, a retificação depende de revisão da licença urbanística.

Art. 73 - O empreendedor deve solicitar averbação do Termo de Vistoria e Recebimento de Obras na matrícula em que se acha registrado o parcelamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua expedição.

Art. 74 - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, estadual ou federal, bem como os concessionários ou permissionários de serviços públicos, subordina-se a todas as condições prescritas nesta lei.

CAPÍTULO III
DO REGISTRO DO PARCELAMENTO

Art. 75 - O Registro Imobiliário do parcelamento deve ser feito no Cartório de Registro de Imóveis na forma prevista em lei, contendo, entre outros dados:

I - o nome do empreendimento;

II - a indicação das licenças concedidas e suas datas;

III - a indicação das áreas, em metros quadrados, destinadas aos lotes ou unidades autônomas, bem como das áreas destinadas ao uso público ou comum dos condôminos;

IV - os nomes dos futuros logradouros públicos, se os mesmos constarem do projeto aprovado;

V - as restrições administrativas, convencionais e legais;

VI - o prazo previsto de término da execução das obras e serviços;

VII - quadro contendo a identificação de cada lote ou unidade autônoma, com sua quadra e número e o número de sua matrícula.

Parágrafo único. O parcelamento não pode ser registrado se a descrição do imóvel constante da matrícula não corresponder ao projeto aprovado.

Art. 76 - Juntamente com o registro do parcelamento, devem ser abertas as matrículas correspondentes a cada um dos lotes ou unidades autônomas, cuja descrição deve conter:

I - o número do lote e quadra, o nome do logradouro que faz frente, as medidas perimetrais e área, e os lotes confrontantes com os números de suas respectivas matrículas;

II - quanto às unidades autônomas, o seu número e quadra, as medidas perimetrais e área, a fração ideal da área comum e as unidades confrontantes com o número de suas respectivas matrículas.

Art. 77 - As restrições administrativas, convencionais e legais, bem como os Ônus, devem ser transportados para as matrículas abertas por meio de averbação.

Art. 78 - O empreendedor deve requerer o registro do parcelamento dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data de aprovação do projeto, sob pena de caducidade das respectivas licenças, acompanhado dos seguintes documentos:

I - título de propriedade da gleba ou lote;

II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhado das respectivas certidões expedidas pelo Oficial do Registro de Imóveis;

III - certidões negativas nos termos da lei;

IV - cópias autênticas:

a) das licenças urbanísticas e ambientais do parcelamento;

b) dos projetos conforme Art. 57 -e Art. 58 -da presente Lei;

c) do memorial descritivo e do cronograma físico;

d) do instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor.

V - das cláusulas padronizadas que regem os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas;

VI - da autorização do cônjuge do empreendedor ao parcelamento, salvo no caso de separação absoluta de bens;

VII - do instrumento de instituição e convenção do condomínio urbanístico, quando for o caso.

§1º - Caso o empreendedor não for o proprietário do imóvel, serão exigidos:

I - certidões de ações penais e cíveis condenatórias nos termos da lei;

II - autorização do cônjuge do proprietário do imóvel, ou do promitente comprador, ou cessionário, ou promitente cessionário ou superficiário, conforme o caso;

III - declaração do proprietário do imóvel dando anuência ao empreendimento, e responsabilizando-se, no caso de rescisão de contrato com o empreendedor, pelas obrigações assumidas;

IV - contrato de parceria firmado nos termos desta lei.

§2º - Na hipótese de o empreendedor ser o Poder Público, fica dispensada a apresentação:

I - das certidões e a autorização de que trata o parágrafo 1º deste artigo;

II - do documento constante no inciso II do *caput* deste artigo, no caso de imóvel desapropriado por interesse social com prévia imissão de posse registrada na matrícula.

Art. 79 - O Oficial do Registro de Imóveis tem o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo do pedido de registro do parcelamento, para o exame dos documentos apresentados, conforme estabelecido no Art. 78 -da presente Lei, e comunicar ao empreendedor as eventuais exigências para o registro.

§1º - Estando em ordem a documentação de que se trata o *caput* deste artigo, o Oficial do Registro de Imóveis deve autuar o requerimento com os documentos e, informar o fato à autoridade licenciadora, providenciar a publicação de edital, contendo um resumo do pedido de parcelamento e um desenho simplificado da localização do imóvel.

§2º - O Edital se processará na forma da Lei que regula os Registros Imobiliários em vigor, bem como as providências cabíveis no que tange as impugnações.

Art. 80 - Registrado o parcelamento, o Oficial do Registro de Imóveis deve encaminhar à autoridade licenciadora a certidão correspondente.

Art. 81 - A partir do registro do parcelamento, as áreas destinadas ao uso público, constante do projeto, passam a integrar o domínio do Município, independentemente de qualquer instrumento de sua outorga.

§1º - O disposto no *caput* se aplica também aos parcelamentos do solo para fins urbanos efetuados sobre imóveis de propriedade da União ou do Estado, condicionando-se a apresentação de termo de anuência destes.

§2º - Na hipótese de o Município dar outra destinação ao imóvel, retirando-lhe o uso público, o domínio das áreas afetadas ao uso comum do povo reverte à União ou ao Estado, através do termo de reversão da titularidade dominial, expedido pela autoridade federal ou estadual.

Art. 82 - O registro do parcelamento só pode ser cancelado, ouvido o Ministério Público:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento do empreendedor, se não houver lotes ou unidades autônomas vendidos, com a anuência da autoridade licenciadora;

III - a requerimento do empreendedor, em conjunto com todos os adquirentes de lotes ou unidades autônomas, com anuência da autoridade licenciadora;

IV - a requerimento da autoridade licenciadora, no caso de parcelamento registrado há mais de 10 (dez) anos e não implantado, cuja licença urbanística não atenda as normas em vigor;

V - no caso em que à área seja objeto de regularização fundiária, que havia sido objeto de parcelamento anterior, registrado, mas não executado, ou executado em desconformidade com seu licenciamento.

Art. 83 - Os parcelamentos e desmembramentos que não resultem em mais de 10 (dez) unidades devem ser requerido pelo empreendedor e instruído com a devida licença urbanística, plantas e memoriais descritivos da gleba ou lote e das parcelas a serem criadas, obedecidas às normas contidas na Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 84 - O registro de condomínio urbanístico rege-se pelo disposto nesta lei, e suplementarmente, pela Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 85 - Nenhum imóvel pode ser alienado sem antes estar devidamente matriculado no Serviço de Registro de Imóveis, bem como, não podem ser objeto de alienação partes destacadas de terreno, sem antes ter sido o imóvel devidamente parcelado ou regularizado nos termos desta lei.

CAPÍTULO IV
DOS CONTRATOS

Art. 86 - A alienação dos lotes ou unidades autônomas pode ser contratada por qualquer uma das formas previstas em lei, sendo vedada à cláusula de arrependimento nos contratos preliminares, sob pena de considerar-se não escrita.

Art. 87 - Os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas são regidos por disposições especificas a cada contratação e por cláusulas padronizadas, nos termos da Legislação Federal pertinente.

Art. 88 - A alienação de imóvel parcelado caracteriza-se como uma relação de consumo, submetendo-se à Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e à Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações.

Art. 89 - O contrato deve ser prenotado no Serviço de Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias de sua celebração.

§1º - A obrigação de promover o registro do contrato é do Empreendedor, podendo exigir do adquirente o reembolso das despesas.

§2º - Decorrido o prazo previsto no *caput*, o empreendedor não pode exigir do adquirente do lote ou unidade autônoma o cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no contrato antes do seu registro.

§3º - O contrato preliminar pode ser realizado por instrumento particular e, cumpridas as obrigações estipuladas, qualquer das partes pode exigir a celebração do contrato definitivo.

§4º - Na cessão de direitos ou na promessa de cessão feita pelo empreendedor não proprietário, cumpridas as obrigações pelo adquirente, não pode o proprietário recusar-se a outorgar o contrato definitivo de transferência da propriedade.

§5º - Apresentadas as certidões obrigatórias no ato do registro do contrato preliminar, fica dispensada sua apresentação na transferência posterior do domínio.

Art. 90 - O contrato preliminar, desde que registrado, vale como título para o registro da propriedade do lote ou unidade autônoma adquiridos, quando acompanhado da respectiva prova de quitação.

Parágrafo único. Decorrido o prazo prescricional, contado a partir da data prevista para o pagamento da última parcela, presume-se quitado o contrato com a comprovação da inexistência de ação de cobrança, de notificação pelo Serviço de Registro de Imóveis ou de rescisão contratual.

Art. 91 - Admite-se a cessão da posse provisória Municipal pelo Poder Público referida na alínea "c" do inciso VIII do Art. 3º desta Lei, por instrumento particular de imóvel, atribuindo-se, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando as restrições do art. 108 do Código Civil.

§1º - A cessão da posse referida no *caput*, cumpridas as obrigações do cessionário, constitui direito contra o expropriante, de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais.

§2º - Registrada a sentença que, em processo de desapropriação, fixar o valor da indenização, a posse referida no *caput* converte-se em propriedade, a caução em hipoteca, a sua cessão em compromisso ou contrato de compra e venda, ou outra modalidade contratual colimada, conforme haja obrigações a cumprir ou estejam elas cumpridas, circunstâncias que, demonstradas ao Serviço de Registro de Imóveis, devem ser averbadas na respectiva matrícula.

Art. 92 - Na desapropriação, a imissão de posse registrada na matrícula é um direito real, passível de cessão ou promessa de cessão e, quando outorgado pelo desapropriante, mediante termo ou contrato da administração pública, independe de testemunhas e reconhecimento de firmas, não se aplicando as restrições do art. 108 do Código Civil.

Parágrafo único. O direito real de que trata o *caput* pode ser dado em garantia nos contratos de financiamentos habitacionais.

Art. 93 - As questões de insolvência ou de falência, bem como cessão, são regidas pela Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações.

Art. 94 - Vencida e não paga a prestação, o contrato fica rescindido de pleno direito 60 (sessenta) dias depois de constituído em mora o devedor, e os procedimentos legais estão amparados na legislação federal pertinente.

Art. 95 - Em qualquer caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis, desde que realizadas em conformidade com o contrato e com a lei, por ele levadas a efeito no imóvel, deverão ser indenizadas, sendo de nenhum efeito qualquer disposição em contrário.

Art. 96 - Ocorrendo o cancelamento do registro por inadimplemento do contrato, o Oficial do Registro de Imóveis mencionará este fato no ato do cancelamento, indicando a quantia paga.

§1º - Somente será efetuado novo registro relativo ao mesmo lote ou unidade autônoma, se for comprovada a restituição do valor pago pelo vendedor ao titular do registro cancelado, ou mediante depósito em dinheiro à sua disposição junto ao Registro de Imóveis.

§2º - Ocorrendo o depósito mencionado no §1º deste artigo, o Oficial do Registro de Imóveis deve notificar o interessado para receber o valor no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser devolvido ao depositante.

§3º - No caso de não ser encontrado o interessado, o Oficial do Registro de Imóveis depositará quantia em estabelecimento de crédito, em conta de poupança, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

Art. 97 - O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só pode ser cancelado:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento conjunto das partes contratantes;

III - quando houver rescisão comprovada do contrato.

Art. 98 - Após a quitação do preço, deve ser efetivada a lavratura da escritura de compra e venda no prazo de 30 (trinta) dias, observado o disposto no Art. 91 - da presente Lei, e observadas demais regulamentações previstas em lei.

Art. 99 - Com a certidão expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente atestando que o contrato está quitado, o Poder Público, a requerimento do adquirente, deve fazer a transferência do lançamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote ou unidade autônoma para o nome do adquirente.

Art. 100 - As pessoas jurídicas de direito público interno estão dispensadas da lavratura de escritura pública, assim como do reconhecimento de firma, para os atos translativos de direitos reais, bastando que o instrumento seja lavrado em papel timbrado e que possua a assinatura do agente público competente para o ato, não se aplicando as restrições do art. 108 do Código Civil.

Art. 101 - Será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o parcelamento não estiver regularmente registrado.

CAPÍTULO V
DA INTERVENÇÃO

Art. 102 - No caso de o empreendedor estar executando o parcelamento sem registro, em desacordo com o projeto aprovado ou em descumprimento ao cronograma físico, a autoridade licenciadora deve notificá-lo para, no prazo e nas condições fixadas, regularizar a situação, sem prejuízo da aplicação das devidas sanções administrativas.

§1º - Além do previsto no *caput* deste artigo, a autoridade licenciadora deve comunicar a irregularidade ao Ministério Público, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

§2º - Havendo a omissão da autoridade licenciadora, o Ministério Público também pode promover a notificação do empreendedor prevista no *caput* deste artigo.

Art. 103 - Qualquer pessoa pode comunicar ao Poder Público municipal a existência de parcelamento irregular, devendo os agentes públicos competentes tomar imediatamente as providências cabíveis, na forma do Art. 102 -desta Lei, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 104 - Decorrido o prazo previsto no Art. 102 -desta Lei, sem regularização e havendo risco de a irregularidade vir a causar dano à ordem urbanística, a autoridade licenciadora pode decretar a intervenção no empreendimento, nos termos da Lei Federal nº 6.766 e alterações.

TÍTULO III
DO PARCELAMENTO RURAL

Art. 105 - Na área rural só será permitido o parcelamento do solo para fins rurais, sendo vedado o parcelamento do qual resultem áreas de terreno de dimensão inferior à do módulo rural da região, estabelecido pelo Órgão Federal competente.

§1º - O loteamento para fins rurais deve criar novas unidades rurais, respeitado o módulo ou a fração mínima de parcelamento, com vistas à exploração agrícola, ou pecuária ou extrativa e agroindustrial.

§2º - O parcelamento rural está sujeito às regras do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937; Estatuto da Terra e decretos regulamentadores.

Art. 106 - Nos termos da legislação federal o parcelamento de imóvel rural pode ser:

I - parcelamento de imóvel rural, para fins urbanos, localizado em zona urbana ou de expansão urbana; rege-se pelas disposições da Lei nº 6.766/79, legislações estaduais e municipais pertinentes, cabendo ao INCRA proceder a requerimento do interessado, à atualização do cadastro rural, desde que o parcelamento seja aprovado pelo Poder Executivo Municipal e registrado no Registro de Imóveis;

II - parcelamento para fins urbanos, de imóvel rural localizado fora de zona urbana ou de expansão urbana; rege-se pelas disposições do art. 96 do Decreto nº 59.428/66 e art. 53 da Lei nº 6.766/79, e Instrução INCRA nº 17-b, de 11/12/80, cabendo ao INCRA unicamente sua prévia audiência, sendo que constituem esta modalidade:

a) formação de núcleos urbanos;
b) formação de sítios de recreio;
c) parcelamento destinado à industrialização.

III - parcelamento, para fins agrícolas, de imóvel rural localizado fora de zona urbana ou de expansão urbana; rege-se pelas disposições do art. 61 da Lei 4.504/64, art. 10 da Lei 4.947/66; art. 93 e seguintes do Decreto 59.428/66 e do art. 8º da Lei 5.868/72, cabendo ao INCRA a prévia aprovação do projeto e, neste caso, os projetos de loteamento deverão observar os seguintes preceitos:

a) os estabelecidos na Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal);
b) nenhum lote poderá ser colocado à venda sem a prévia aprovação do projeto pelo INCRA e sem o respectivo registro no Registro de Imóveis;
c) a área mínima a ser loteada não poderá ser inferior a 5 (cinco) vezes o módulo da exploração prevista, da respectiva zona típica;
d) a área mínima de cada lote, não poderá ser inferior ao módulo da exploração prevista ou à fração mínima de parcelamento, da respectiva zona típica;
e) os loteamentos da espécie deverão estar localizados próximos a núcleos urbanos, que lhes sirvam de apoio, ou neles deverá estar prevista a formação de núcleos urbanos.

TÍTULO IV
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107 - Fica instituída a Política Municipal de Regularização Fundiária Urbana, para regularização de loteamentos irregulares, cujas diretrizes estão pautadas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, por previsão legal na Lei do Plano Diretor Municipal, e nas seguintes orientações:

I - observância das determinações do plano diretor;

II - articulação com as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, nos diversos níveis de governo;

III - prioridade para a permanência da população na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;

IV - controle visando a evitar novas ocupações ilegais na área objeto de regularização;

V - articulação com iniciativas públicas e privadas voltadas à integração social e à geração de emprego e renda.

Art. 108 - Para a efetivação do direito social à moradia e à cidade e em reconhecimento a direitos reais legalmente constituídos, o Município busca promover a regularização fundiária de interesse social, nos seguintes casos:

I - assentamentos informais, ocupados predominantemente por população de baixa renda, inseridos em área urbana, existentes na data de publicação desta lei;

II - parcelamentos irregulares, assim entendidos como aqueles não licenciados ou executados sem observância das determinações do ato administrativo de licença, ocupados predominantemente por população de baixa renda, inseridos em área urbana, existentes na data de publicação desta lei.

Parágrafo único. Excepcionalmente, para evitar lesão aos padrões de desenvolvimento urbano, na garantia do direito social à moradia e no fomento ao desenvolvimento econômico-social, o Município, discricionariamente, buscará promover a regularização fundiária de parcelamentos irregulares, existentes na data de publicação desta Lei, não enquadrados no inciso II deste artigo.

Art. 109 - As regularizações de assentamentos informais e os parcelamentos irregulares, ocupados predominantemente por população de baixa renda inseridos em área urbana, além de observar as permissões para o parcelamento constantes nesta lei, devem:

I - ser objeto de projeto de consolidação e regularização urbanístico-ambiental específico, elaborado com a participação da comunidade envolvida;

II - garantir a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;

III - não agravar a situação dos corpos hídricos utilizados para a captação de água destinada ao abastecimento humano;

IV - garantir a segurança da população em relação a inundações, erosão e deslizamento de encostas;

V - prever solução de realocação, preferencialmente na mesma área ou em área adjacente, para a população que não puder permanecer no local.

Parágrafo único. A observância dos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo, deve ser demonstrada por meio de estudos ambientais simplificado, específicos, com conteúdo definido pelo órgão responsável pela licença ambiental.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção I

Dos Procedimentos de Regularização Fundiária Urbana

Art. 110 - A política de regularização fundiária no Município tem como escopo a identificação e titulação dos possuidores de imóveis em áreas urbanas com ocupação informal ou irregular, bem como prescrever e implementar ações que visem a proporcionar à população a moradia com condições essenciais de sustentabilidade, habitabilidade, acessibilidade urbana e segurança.

§1º - Para a titulação referida no *caput*, ficam estabelecidas as seguintes providências:

I - elaboração e registro do projeto do loteamento;

II - realização das obras de urbanização e sua aceitação pelo Poder Executivo Municipal;

III - entendimentos com Cartórios de Registro de Imóveis;

IV - participação da comunidade;

V - instituição de Comissão, com participação obrigatória de representantes de:

a) Divisão de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;
b) Procuradoria Geral do Município;
c) Ministério Público e Defensoria Pública;
d) SANEPAR;
e) População organizada, através de associações de moradores;

VI - Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§2º - A comissão referida no inciso V do § 1º deste artigo deve ser instituída por decreto ou lei municipal, como um espaço de articulação técnica e política, para discutir, definir e encaminhar soluções e prioridades da política de loteamentos para o Município, com reuniões periódicas envolvendo todos os componentes.

Art. 111 - As ações da Política Municipal de Regularização Fundiária envolvem:

I - levantamento da área a ser regularizada, identificando-se as condições ambientais, os riscos à segurança e a capacidade de infraestrutura existente;

II - identificação das unidades ocupadas e seus ocupantes, contendo todas as informações necessárias ao projeto de regularização, incluindo coordenadas georreferenciadas;

III - apresentação de projeto de consolidação e regularização urbanístico-ambiental.

Parágrafo único. Deve compor o Projeto:

IV - desenhos indicando:

a) as áreas passíveis de consolidação;

b) a criação de vias de circulação ou a ampliação das existentes, bem como a integração com o sistema viário adjacente existente ou projetado;

c) a reserva de áreas destinadas a uso público, quando possível;

d) as parcelas a serem regularizadas ou remanejadas.

V - memorial descritivo com a indicação de todos os elementos considerados relevantes para a implantação do projeto, incluindo, no mínimo:

a) a identificação do imóvel objeto de regularização, com as medidas perimetrais, área total e coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites;

b) a descrição das unidades a serem regularizadas, identificadas por seu número e quadra, e das áreas referidas nas alíneas "a" à "c", do inciso I deste parágrafo, com indicação de sua área, medidas perimetrais, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e seus confrontantes.

VI - informações sobre:

a) a solução para a realocação da população, se necessária;

b) as medidas para garantir a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;

c) as medidas ambientais mitigadoras e compensatórias necessárias;

d) as ações para melhoria da qualidade ambiental da bacia hidrográfica em que a área está inserida, em especial em relação aos corpos hídricos utilizados para captação destinada ao abastecimento humano;

e) a densidade de ocupação admissível e a necessidade de adequação da infraestrutura básica;

f) processos e mecanismos de gestão de regularização fundiária, incluindo, obrigatoriamente, a participação da comunidade envolvida;

g) mecanismos de fiscalização e controle das construções nas ocupações consolidadas;

h) acessibilidade aos espaços públicos e coletivos e aos equipamentos comunitários;

i) as condições para garantir a segurança da população em relação a inundações, erosão e deslizamento de encostas.

j) as obras e os serviços a serem realizados, bem como o prazo recomendado para a sua execução.

Art. 112 - A iniciativa da regularização fundiária é facultada a qualquer pessoa física ou jurídica, para agir individual ou coletivamente, inclusive:

I - ao próprio beneficiário, tendo em vista a garantia de seus direitos nos foros competentes;

II - às cooperativas habitacionais, associações de moradores ou outras associações civis.

Art. 113 - Fica assegurada ampla participação comunitária em todas as etapas da regularização fundiária, como condição indispensável para sua validade, legitimidade e sustentabilidade social.

Parágrafo único. É obrigatório que a proposta de regularização passe por, no mínimo, uma audiência pública coordenada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 114 - No caso de regularização fundiária de interesse social realizada nos termos desta Lei, cabe ao Município ou, quando for o caso, a seus concessionários, a implantação:

I - do sistema viário;

II - da infraestrutura básica;

III - da infraestrutura complementar necessária;

IV - dos equipamentos comunitários necessários.

Art. 115 - Todos os projetos de consolidação e regularização urbanístico-ambiental devem ser submetidos a licenciamento ambiental, sujeitos aos procedimentos estabelecidos pela autoridade licenciadora.

Art. 116 - A autoridade licenciadora pode estabelecer procedimentos simplificados para análise do projeto de consolidação e regularização urbanístico-ambiental, em razão das especificidades da regularização fundiária de interesse social.

Art. 117 - A regularização fundiária pressupõe, entre outras ações, a regularização jurídica da situação dominial das áreas ocupadas irregularmente que pode ser precedente, concomitante ou superveniente à implantação de projeto de consolidação e regularização urbanístico-ambiental, particularmente quando promovida em reconhecimento a direitos reais legalmente constituídos.

Parágrafo único. Não constitui impedimento à realização de obras de implantação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários pelo Poder Público, o fato de a regularização jurídica não ter sido concluída.

Art. 118 - A regularização pode ser realizada por meio de retificação coletiva do registro, nos locais já urbanizados e sem necessidade de qualquer implemento na infraestrutura, desde que a irregularidade se limite a falta de abertura de matrículas, imprecisão do registro, omissão de dados ou diferenças de medidas na implantação do parcelamento.

§1º - Para cada quadra, deve ser elaborada planta com indicação de todos os lotes ou unidades autônomas de acordo com as ocupações consolidadas, com suas medidas perimetrais, áreas e preferencialmente, com as coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, acompanhada do memorial descritivo.

§2º - Os proprietários devem ser notificados para, em 15 (quinze) dias, manifestarem sua concordância com a nova descrição.

§3º - Ocorrendo impugnação e verificado que o seu teor envolve questão de demarcação a ser resolvida na esfera judicial, os lotes ou unidades autônomas envolvidos devem ser excluídos da retificação.

§4º - Aprovada a planta com as eventuais ressalvas do § 3º deste artigo, ela deve ser encaminhada, acompanhada do memorial descritivo, ao Oficial do Registro de Imóveis, para serem averbadas nas matrículas as descrições retificadas, bem como para a abertura das matrículas restantes.

§5º - Retificada a descrição, poderão ser registrados os títulos que atendam aos requisitos previstos na Lei.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E TRANSITÓRIAS

Art. 119 - Nos termos do inciso V do §1º e do §2º do Art. 110 - da presente Lei, deverá ser constituída a Comissão ali referida, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da aprovação da presente lei, para que seja iniciada a Política Municipal de Regularização Fundiária, no Município de Enéas Marques.

Art. 120 - O registro de imóveis realizado no âmbito da regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas rege-se pelo disposto na Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, bem como pelas demais normas federais pertinentes.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 121 - Os infratores da presente lei estarão sujeitos às penalidades impostas por infrações administrativas contra a Ordem Urbanística, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, em especial as prevista na Lei n º 6766/ 79 e suas alterações, bem como da obrigação de reparar os danos causados à ordem urbanística e a terceiros.

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ORDEM URBANÍSTICA

Art. 122 - Aquele(a) que der início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da

licença urbanística está sujeito(a) à multa de 2.000 URMEM (duas mil Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) e ao embargo do empreendimento.

Art. 123 - Está sujeito(a) à multa de 5.000 URMEM (cinco mil Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) aquele(a) que expedir:

I - licença urbanística sem a observância das disposições desta Lei;

II - título de legitimação de posse a quem não preencher os requisitos exigidos em lei.

Parágrafo único. Comete também a infração prevista no inciso II do caput aquele que, mediante declaração falsa ou outro meio fraudulento, contribui para a expedição indevida do título de legitimação de posse, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 124 - Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o agente público incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando estimular, permitir ou omitir-se em relação a:

I - parcelamentos do solo para fins urbanos efetivados em desacordo com esta Lei;

II - ocupações informais ou irregulares do solo urbano.

Parágrafo único. Incorre igualmente em improbidade administrativa o agente público que deixar de cumprir, injustificadamente, os prazos e outras determinações previstas nesta Lei para a prática dos atos de sua competência.

Art. 125 - As infrações previstas neste Capítulo aplicam-se também aos condomínios urbanísticos implantados na forma do art. 8º da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 126 - A regularização fundiária efetivada nos termos desta Lei, posterior ao parcelamento, ou a celebração de termo de ajustamento de conduta, não extinguem a punibilidade.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 127 - O empreendedor deve manter conta corrente única e específica em sua contabilidade relativa a cada empreendimento regido por esta Lei, para a movimentação dos recursos recebidos dos adquirentes de lotes ou unidades autônomas.

Parágrafo único. Além do disposto no *caput* deste artigo, os empreendimentos regulados por esta Lei podem ser constituídos sob regime de patrimônio de afetação, a critério do empreendedor.

Art. 128 - Ocorrendo a execução de parcelamento licenciado, mas não registrado, a localização, dimensão e finalidade das áreas destinadas a uso público não podem ser alteradas, sob pena de aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

§1º - Na hipótese de execução de parcelamento não licenciado, a autoridade licenciadora deve definir, no processo de regularização fundiária, a localização, dimensão e finalidade das áreas de que trata o *caput* deste artigo.

§2º - Caso não seja possível alcançar o percentual de áreas destinadas a uso público exigido por lei municipal, o empreendedor deve ressarcir o Município, em pecúnia ou em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas e as efetivamente destinadas.

Art. 129 - Os condomínios civis em que os moradores sejam proprietários de frações ideais do terreno, mas exerçam posses localizadas, podem, por decisão de 2/3 (dois terços) dos proprietários das frações, transformá-las em condomínios urbanísticos, dispensando-se a aprovação de projeto, se já possuírem um aprovado anteriormente pela autoridade licenciadora, observando-se o que segue:

I - elaboração de projeto específico;

II - atender o contido no Art. 9º - da presente Lei;

III - atender os requisitos para o parcelamento, contidos na Seção I, do Capítulo I, do Título II da presente Lei, ressalvada a possibilidade de redução, a critério da autoridade licenciadora, do percentual de áreas destinadas a uso público, definido na Seção I, do Capítulo I, do Título II da presente Lei.

§1º - Os clubes de campo que, pelas características de ocupação, sejam parcelamentos do solo para fins urbanos de fato, podem ser regularizados na forma do *caput*, com a extinção da associação proprietária do terreno e com a transferência aos sócios cotistas das frações ideais do terreno.

§2º - Os condomínios de que trata este artigo não podem incorporar como áreas de uso comum do condomínio os logradouros que já tenham sido afetados pelo uso à utilização pública.

Art. 130 - Nas ações de usucapião de imóveis regularizados nos termos desta Lei, assim como na ação visando à obtenção da concessão de uso especial sobre eles, o autor pode optar pelo procedimento previsto no Art. 226, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 131 - Nas desapropriações, não são considerados como parcelados ou parceláveis, para fins de indenização, os lotes ou unidades autônomas ainda não vendidos ou compromissados, objeto de parcelamento não registrado.

Parágrafo único. No valor de indenização devem ser descontados os custos em que o Poder Público incorrer para a regularização do parcelamento.

Art. 132 - O Município pode desapropriar áreas urbanas de interesse social, para promoção de parcelamentos, inseridos em planos de urbanização, de renovação urbana ou de operações urbanas consorciadas.

Art. 133 - O empreendedor, ainda que já tenha vendido todos os lotes ou unidades autônomas, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação judicial destinada

a impedir construção e uso em desacordo com restrições legais ou contratuais, ou para promover a demolição da construção desconforme.

Art. 134 - Se o empreendedor integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do parcelamento irregular, é solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos adquirentes de lotes ou unidades autônomas e ao Poder Público.

§1º - Também são solidariamente responsáveis os copossuidores e coproprietários do imóvel objeto do parcelamento, ainda que não tenham anuído com sua implantação.

§2º - A autoridade judicial pode decretar em ação civil pública ou cautelar a desconsideração da pessoa jurídica e a indisponibilidade dos bens necessários das pessoas referidas no presente artigo, como medida liminar destinada a garantir a regularização do empreendimento ou o ressarcimento dos danos.

Art. 135 - O foro competente para os procedimentos judiciais previstos nesta Lei é sempre o da comarca da situação do lote ou da unidade autônoma, observado o disposto no art. 107 do Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 136 - Considera-se nulo o fechamento de perímetro de loteamentos implantados até a entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo fechamento, considerado nulo na forma do *caput* deste artigo, devem providenciar a desconstituição dos meios de fechamento adotados, ou a regularização nos termos desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 137 - Após a entrada em vigor desta Lei, a implantação de parcelamentos do solo para fins urbanos em área fechada e com controle de acesso somente é admitida na forma de condomínio urbanístico.

Art. 138 - Os loteamentos aprovados antes da vigência da presente Lei e ainda não totalmente executados, terão um prazo de 03 (três) meses para iniciar a implantação do projeto aprovado, e após este prazo estarão sujeitos às exigências das mesmas.

Art. 139 - Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terreno arruado ou loteado sem prévia licença do Poder Executivo Municipal.

Art. 140 - Esta lei complementa as normas da legislação referente ao Plano Diretor Municipal de Enéas Marques.

Art. 141 - Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal em análise conjunta com o Grupo Técnico Permanente.

Art. 142 - Fica revogada a Lei nº 009/2008, de 18de abril de 2008.

Art. 143 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em _____de _____ de 2021.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

31.5 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, REVOGA DISPOSIÇÕES CONTRÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Uso e Ocupação do Solo do Município de Enéas Marques serão regidos pelos dispositivos desta Lei e de seus anexos integrantes.

Parágrafo único. Esta Lei também estabelece critérios para incentivos construtivos em área urbana.

Art. 2º - São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

I - Anexo 01 – Ilustrações dos Parâmetros Urbanísticos;

II - Anexo 02 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Sede;

III - Anexo 03 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano - Distritos;

IV - Anexo 04 – Quadros I e II de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

V - Anexo 05 – Classificação das Atividades de Uso do Solo Urbano

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - As disposições desta lei devem ser observadas obrigatoriamente:

I - na concessão de alvarás de construção, reformas e ampliações;

II - na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas;

III - na execução de planos, programas, projetos, obras, e serviços referentes a edificações de qualquer natureza;

IV - na urbanização de áreas;

V - no parcelamento do solo urbano;

VI - na implantação de atividades no meio rural que estejam estabelecidos nos parâmetros de uso desta lei.

Seção I

Dos Objetivos

Art. 4º - A presente Lei tem por objetivos:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo municipal, tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana;

II - orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis;

III - definir áreas e zonas, em âmbito municipal e urbano, respectivamente, estabelecendo parâmetros de uso e ocupação do solo;

IV - promover por meio de um regime urbanístico adequado, a qualificação do ambiente urbano;

V - prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo municipal, como medida para a gestão do bem público, da oferta de serviços públicos e da conservação do meio ambiente;

VI - compatibilizar usos e atividades complementares entre si, tendo em vista a eficiência do sistema produtivo e da eficácia dos serviços e da infraestrutura;

VII - delimitar as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

Seção II

Das Definições

Art. 5º - Para os efeitos de interpretação e aplicação desta lei, adotam-se os conceitos e definições adiante estabelecidas:

I - zona – é a delimitação de uma parte do espaço do município, definida por suas características físicas, sociais e ambientais e sobre onde incidirá parâmetros específicos de uso e ocupação do solo.

II - uso do solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, sendo esses usos definidos como permitido (ou adequado), permissível (ou tolerado) e proibido, conforme estabelecido na Seção III do Capítulo II desta Lei

III - ocupação do solo é a maneira como a edificação ocupa o terreno, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos.

IV - alinhamento predial – linha divisória entre o lote e o logradouro público

V - parâmetros urbanísticos, ilustrados no Anexo 01, parte integrante desta Lei, são definidos como:

a) coeficiente de aproveitamento (CA): valor numérico que se deve multiplicar com a área do terreno para se obter a área computável a construir, determinando o potencial construtivo do lote;

b) taxa de ocupação máxima (TO): percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação sobre o plano horizontal e a área total do lote;

c) taxa de permeabilidade mínima (TP): percentual expresso pela relação entre a área permeável do lote e a área total do lote;

d) altura da edificação ou gabarito: é a dimensão vertical máxima da edificação, em números de pavimentos a partir do térreo, inclusive;

e) lote mínimo: área mínima de lote, para fins de parcelamento do solo;

f) testada mínima: dimensão mínima da menor face do lote confrontante com uma via.

g) recuo: é a distância estabelecida entre a edificação e a divisa do lote podendo ser frontal, lateral ou de fundos;

h) afastamento: é a menor distância entre duas edificações, ou a menor distância perpendicular permitida entre uma edificação e as linhas divisórias laterais e do fundo do lote onde ela se situa, desde que as mesmas possuam abertura para ventilação e iluminação, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos no Código de Obras;

VI - área computável – área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno e taxa de ocupação máxima.

CAPÍTULO II

DO USO DO SOLO URBANO

Seção I

Das Zonas Urbanas

Art. 6º - As áreas urbanas do Município de Enéas Marques, conforme Mapas dos Anexo 02 e 03, partes integrantes desta Lei, ficam divididas em zonas urbanas de usos e ocupações distintas, definidas e delimitadas de acordo com os critérios de usos predominantes, objetivando a ordenação do território e o desenvolvimento urbano, seguindo parâmetros urbanísticos desejáveis pelo Plano Diretor Municipal.

Art. 7º - As áreas urbanas do Município ficam divididas nas seguintes zonas de usos e ocupações do solo:

I - **Zonas Residenciais** subdivide-se em:

a) Zona Residencial 01 – ZR1;

b) Zona Residencial 02 – ZR2;

c) Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

II - **Zonas de Comércio e Serviços**, subdivididas em:

a) Zona Institucional Central – ZIC;

b) Zona de Comércio e Serviços 01 – ZCS1;

c) Zona de Comércio e Serviços 02 – ZCS2

III - **Zonas de Preservação e Proteção Ambiental**, são subdivididas em:

a) Zona Especial de Entretenimento e Lazer – ZEEL;

b) Zona do Parque Jaracatiá – ZPJ;

c) Zona de Proteção Ambiental – ZPA;
d) Zona de Controle Ambiental – ZCA;

IV - **Zonas Industriais**, subdivididas em:
a) Zona Industrial 01 – ZI1; e
b) Zona Industrial 02 – ZR2.

Parágrafo único. Os critérios de uso e ocupação do solo nas diversas zonas estão contidos nos Quadros do Anexo 04, parte integrante desta Lei.

Art. 8º - As Zonas Residenciais são caracterizadas pelo uso preferencialmente residencial a ser mesclado com atividades de comércio e serviços de bairro e atividades industriais caseiras, compatíveis ao uso residencial, subdividida em:

I - **Zona Residencial 01** – ZR1: zoneamento misto, tem a finalidade de atender predominantemente ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar, horizontal e vertical e de apoio residencial (comércio e serviço vicinal e central), caracterizada por lotes menores;

II - **Zona Residencial 02** – ZR2, corresponde às áreas destinadas predominantemente ao uso residencial com predominância de lotes de grande porte, sendo permissível o uso comercial e de serviço local (comércio de bairro).

III - **Zona Especial de Interesse Social** – ZEIS, corresponde às áreas destinadas à implantação de loteamentos residenciais para população de baixa renda e às áreas compostas por ocupações e loteamentos irregulares passíveis de regularização fundiária.

Parágrafo único. Nas ZEIS, conforme estabelecido no inciso III deste artigo, fica definido que para novos parcelamentos incidirá o lote mínimo de 200 m² (duzentos metros quadrados), e para fins de regularização dos parcelamentos consolidados até a data de publicação desta Lei serão tolerados lotes de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 9º - Zonas de Comércio e Serviços, destinadas, prioritariamente, à instalação de atividades comerciais e de serviços, subdivididas em:

I - **Zona Institucional Central** – ZIC, corresponde à área urbana para ocupação preferencial por usos institucionais, atualmente comporta a Prefeitura e Câmara Municipal, Igreja Matriz, dentre outros, tem o objetivo de concentrar as atividades destinadas ao uso institucional e preservar a paisagem urbana no entorno da porção central da sede urbana;

II - **Zona de Comércio e Serviços 01** – ZCS1, correspondente à área urbana destinada ao uso predominantemente comercial e de serviços sendo permitido o uso residencial;

III - **Zona de Comércio e Serviços 02** – ZCS2, corresponde a uma faixa urbana ao longo da PR-471, destinada predominantemente ao uso de serviços de médio porte, com lotes de porte grande, sendo permissível o uso residencial.

Art. 10 - Zonas de Preservação e Proteção Ambiental, destinadas à preservação das áreas vegetativas como APP, fragmentos de vegetação nativa, parques e áreas que necessitam de maior atenção no controle da área superficial e subterrânea, são subdivididas em:

I - **Zona Especial de Entretenimento e Lazer** – ZEEL, corresponde à área onde está localizado o Centro de Eventos, Clube de Campo Águas do Jaracatiá e o seu entorno;

II - **Zona do Parque Jaracatiá** – ZPJ, corresponde às áreas destinadas ao uso restrito para lazer e recreação, e possível criação do Parque Jaracatiá no entorno do Rio Jaracatiá;

III - **Zona de Proteção Ambiental** – ZPA, corresponde às Áreas de Preservação Permanente (APP) e aos fragmentos de vegetação nativa internos aos perímetros urbanos;

IV - **Zona de Controle Ambiental** – ZCA, são áreas não parceláveis, de preservação e recuperação do ambiente natural e controle da área superficial ou subterrânea, incluindo a área do Cemitério Municipal.

§1º - A ZEEL, conforme estabelecida no inciso I deste artigo, tem como objetivo priorizar as ações de conservação e melhoria de infraestrutura com a finalidade de atrair eventos locais e regionais proporcionando novas perspectivas para o setor econômico e captar novos empreendimentos a se instalarem em Enéas Marques, como também o desenvolvimento do turismo de negócios.

§2º - A implantação de novo uso ou nova edificação na ZCA só poderá ser autorizada mediante elaboração e execução de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), que comprove a viabilidade técnico-ambiental para a implantação.

§3º - Não serão permitidos parcelamentos na Zona de Controle Ambiental e na Zona de Proteção Ambiental.

Art. 11 - **Zonas Industriais**, destinadas preferencialmente às atividades industriais, subdivididas em:

I - **Zona Industrial 01** – ZI1, corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente de comércios e serviços e industriais de médio e grande porte, com atividades não incômodas, não nocivas e não perigosas ou com baixo grau de incomodidade, com lotes mínimos de porte grande, sendo permissível o uso residencial; e

II - **Zona Industrial 02** – ZI2, corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente de serviços de médio e grande porte e indústrias com atividades incômodas, nocivas ou perigosas, com lotes de grande porte.

Seção II

Da Classificação dos Usos do Solo Urbano

Art. 12 - Para efeito desta lei os usos do solo urbano ficam classificados:

I - quanto às atividades;

II - quanto ao porte;

III - quanto à natureza.

Art. 13 - As atividades, segundo suas categorias, classificam-se em:

I - Uso Habitacional: edificações destinadas à habitação permanente ou transitória podendo ser:

a) unifamiliar (HU): uma única unidade destinada a servir de moradia a uma só família por lote;

b) coletiva (HC): edificação composta por mais de 1 (uma) unidade residencial autônoma em um mesmo lote, agrupadas vertical ou horizontalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;

II - Uso Institucional (UI): edifícios públicos, destinados a comportar atividades executadas pelo poder público. Incluem Prefeitura, Câmara de Vereadores, Unidade de Saúde, entre outros.

III - Usos Comunitários: destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos, são classificados em:

a) Uso Comunitário 1 (UC1): atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial;

b) Uso Comunitário 2 (UC2): atividades que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, altos níveis de ruídos e padrões viários especiais;

c) Uso Comunitário 3 (UC3): atividades de grande porte, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos não adequados ao uso residencial e sujeitas a controle específico.

IV - Comércio e Serviço: atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual, subdivido em:

a) Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro (CSVB): atividade comercial varejista de pequeno e médio porte, destinada ao atendimento de determinado bairro ou zona;

b) Comércio e Serviço Setorial (CSS): atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas ao atendimento de maior abrangência;

c) Comércio e Serviço Geral (CSG): atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços, destinados a atender à população em geral, que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria;

d) Comércio e Serviço Específico 1 (CSE1): atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial;

e) Comércio e Serviço Específico 2 (CSE2): atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial.

V - Industrial: atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos, subdividida em:

a) Indústria Tipo 1 (IT1): atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno;

b) Indústria Tipo 2 (IT2): atividades industriais compatíveis ao seu entrono e aos parâmetros construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos;

c) Indústria Tipo 3 (IT3): atividades industriais em estabelecimentos que implique na fixação de padrões específicos, quando as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados.

Parágrafo único. As descrições detalhadas das classificações das atividades de uso do solo estão contidas no Anexo 05, parte integrante desta lei.

Art. 14 - As atividades urbanas constantes nas categorias de Uso Comercial, de Serviços e Industrial classificam-se quanto à natureza em:

I - Perigosas: atividades que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras, exalação de detritos danosos à saúde ou que eventualmente possam pôr em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas;

II - Nocivas: atividades que impliquem a manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, o solo e/ou os cursos d'água;

III - Incômodas: atividades que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego, induções à implantação de atividades urbanisticamente indesejáveis, que venham incomodar a vizinhança e/ou contrariem o zoneamento do município.

Parágrafo único. A permissão para a localização de qualquer atividade de natureza perigosa, incômoda ou nociva dependerá de licença ambiental expedida pelo órgão competente.

Art. 15 - As atividades urbanas constantes nas categorias de Uso Habitacional, Comercial e de Serviços classificam-se quanto ao porte em:

I - Pequeno porte: área de construção até 100,00 m² (cem metros quadrados);

II - Médio porte: área de construção superior a 100,00 m² (cem metros quadrados) até 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados);

III - Grande porte: área de construção superior a 400,01 m² (quatrocentos metros quadrados).

Art. 16 - As atividades urbanas constantes das categorias de Uso Industrial classificam-se quanto ao porte em:

I - Pequeno porte: área de construção até 500,00 m² (quinhentos metros quadrados);

II - Médio porte: área de construção superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados) até 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados);

III - Grande porte: área de construção superior a 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 17 - As atividades não especificadas no Anexo 05 nesta Lei serão analisadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal que estabelecerá alternativas de localização e eventuais medidas mitigadoras.

Seção III
Da Ocupação do Solo

Art. 18 - Os parâmetros urbanísticos referentes à ocupação do solo em cada zona de uso e ocupação do solo urbano serão aqueles expressos nas ilustrações do Anexo 01 e nos quadros do Anexo 04 e, partes integrantes desta Lei, onde são estabelecidos:

I - usos permitidos, permissíveis e proibidos;

II - coeficiente de aproveitamento (CA);

III - taxa de ocupação (TO);

IV - taxa de permeabilidade (TP);

V - recuos mínimos;

VI - lote mínimo;

VII - testada mínima;

VIII - altura máxima ou gabarito da edificação.

Art. 19 - Os limites de ocupação do solo são determinados pela aplicação simultânea da taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, lote mínimo, testada mínima, recuos mínimos, altura máxima da edificação, taxa de permeabilidade.

Subseção I
Dos Usos Permitidos, Permissíveis e Proibidos

Art. 20 - De acordo com sua categoria, porte e natureza, em cada zona, os usos serão considerados como:

I - usos permitidos (ou adequados) – compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da área ou zona correspondente;

II - usos permissíveis (ou tolerados) – compreendem atividades cuja compatibilização depende da análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal ou regulamentação específica, para cada caso, em função de seus impactos ambientais, urbanísticos e de circulação.

III - proibido - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da área ou zona correspondente.

§1º - Os usos que não estiverem classificados como permitidos ou permissíveis são considerados como proibidos para a respectiva zona.

§2º - As atividades permissíveis serão apreciadas pela Conselho de Desenvolvimento Municipal, podendo este solicitar a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos vizinhos ao imóvel em questão e, quando observada, a obrigatoriedade do EIV.

§3º - A anuência a vizinhos a que se refere o §1º deste artigo obedecerá aos seguintes critérios:

a) serão consultados quatro vizinhos laterais ao imóvel em questão (dois vizinhos de cada lado), dois vizinhos à frente e dois vizinhos aos fundos do imóvel em questão;

b) não deverá ser considerado o vizinho cujas atividades comerciais, de serviços e industriais, no local, possam ser concorrentes ao requerente pretendido;

c) não deverão ser considerados vizinhos aqueles que apresentem graus de parentesco com o requerente;

d) se os imóveis, lindeiros e/ou imediatos, estiverem sem edificações ou em casos que não devam ser considerados, deverá ser obtida a anuência do vizinho mais próximo, mantendo um total de consultas a 8 (oito) vizinhos;

e) o Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, a seu critério, poderá ampliar o número de consultas, permanecendo a obrigatoriedade de 75% (setenta e cinco por cento) de anuência total de vizinhos consultados.

§4º - Os usos que não constam no Anexo 05 da presente Lei deverão ser submetidos a análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Subseção II
Do Coeficiente de Aproveitamento

Art. 21 - O Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o valor numérico, multiplicado pela área do lote, que determina a área total máxima de edificação.

Parágrafo único. O CA terá um valor numérico mínimo, básico e máximo, permitidos para cada zona, conforme o Anexo 04– Quadros I e II de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei, sendo que:

I - Coeficiente de Aproveitamento Mínimo (CA Min.): refere-se ao parâmetro mínimo de ocupação do solo, para que um lote urbano seja considerado ocupado;

II - Coeficiente de Aproveitamento Básico (CA Bas.): não oneroso, refere-se ao parâmetro construtivo permitido para a zona, isento da aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

III - Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CA Max.): refere-se ao parâmetro máximo edificável na propriedade, só atingido mediante a aquisição através da Outorga Onerosa do Direito de Construir conforme estabelecido no Capítulo VI da presente Lei.

Subseção III
Da Taxa de Ocupação

Art. 22 - A Taxa de Ocupação (TO) é o percentual da área do lote que pode ser ocupada pela área de projeção da edificação.

§1º - A TO terá um valor percentual adequado para cada zona, conforme Anexo 04, parte integrante desta Lei.

§2º - Não são computados para o cálculo da taxa de ocupação pergolados, beirais de até 1,00 (um) metro e marquises de até 2,00 (dois) metros, respeitadas as restrições dispostas na Lei do Código de Obras do Município de Enéas Marques.

§3º - É proibida a construção ou a projeção em balanço de edificações ou de suas partes sobre os logradouros públicos, salvo a projeção de marquises, conforme estabelecido na Lei do Código de Obras do Município de Enéas Marques.

Subseção IV
Da Taxa de Permeabilidade

Art. 23 - A Taxa de Permeabilidade (TP) destina-se a prover cobertura de solo do lote com vegetação, que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana.

§1º - A TP representará um percentual da área de cada lote e terá um valor adequado para cada zona, conforme Anexo 05, parte integrante desta Lei;

§2º - A TP poderá sofrer redução de 5% (cinco por cento) na taxa, caso, no lote, seja executada a instalação de cisterna com estudo técnico que comprove sua eficiência acompanhado da devida anotação de responsabilidade técnica de profissional com registro ativo no conselho de classe apropriado.

§3º - Para fins desta Lei, para comprovar sua eficiência referida no §2º deste artigo, a cisterna deverá comportar, no mínimo, o volume de água estabelecido pela relação de 50% (cinquenta por centro) da área de cobertura da edificação pelo volume do maior valor do índice pluviométrico histórico registrado.

Subseção V
Dos Recuos Mínimos

Art. 24 - Recuos mínimos são a menor distância entre a face externa da edificação e limite do lote, considerando:

I - afastamento frontal: é a distância mínima entre a face externa da edificação e a testada do lote, não sendo considerada a projeção dos beirais;

II - afastamento de fundo: é a menor distância entre a face externa da edificação e as divisas de fundo do lote, não sendo considerada a projeção dos beirais;

III - afastamento lateral: é a distância mínima entre a face externa da edificação e as divisas laterais do lote, não sendo considerada a projeção dos beirais.

Art. 25 - Os afastamentos frontais mínimos para edificações no Município, serão os estabelecidos no Anexo 05, parte integrante desta Lei.

§1º - Os lotes com mais de uma testada voltada para logradouros públicos, ou seja, com mais de uma frente para o logradouro público, e desde que não sejam de esquina, deverão obedecer ao afastamento frontal em todas as testadas de frente.

§2º - As edificações localizadas em lotes de esquina deverão atender, em um de suas testadas, ao afastamento frontal mínimo de acordo com os parâmetros estabelecidos na presente Lei, podendo, na outra testada, este afastamento atender ao afastamento lateral.

§3º - Serão permitidos avanços em relação ao afastamento frontal mínimo conforme o estabelecido no Código de Obras do Município de Enéas Marques.

Art. 26 - Os afastamentos mínimos laterais e de fundo estabelecidos para as construções no Município serão os estabelecidos a seguir, sendo que:

I - quando não houver aberturas, os afastamentos são facultativos;

II - quando houver aberturas, deverá ser respeitado o recuo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. Os afastamentos mínimos de que se trata o *caput* deste artigo fazem parte dos parâmetros apresentados no Anexo 04 da presente Lei.

Art. 27 - Para a Zonas Industriais o afastamento frontal mínimo será de 5,00m (cinco metros) e os afastamentos mínimos laterais e de fundo serão:

I - de 3,00m (três metros), quando houver aberturas;

II - facultativos quando não houver aberturas.

Parágrafo único. Os recuos para a ZI são os definidos neste artigo, salvo quando exigências de normas técnicas específicas para cada tipo de indústria exigirem maiores dimensões.

Art. 28 - Nas edificações de madeira, independentemente da não existência de aberturas para iluminação e ventilação, são obrigatórios os recuos frontais, laterais e de fundos de acordo com o estabelecido na Lei do Código de Obras do Município de Enéas Marques.

CAPÍTULO V
DAS ÁREAS NÃO COMPUTÁVEIS

Art. 29 - Consideram-se área não computável as áreas edificadas que não serão consideradas no cálculo do coeficiente de aproveitamento.

Art. 30 - São consideradas áreas não computáveis:

I - superfície ocupada por escadas enclausuradas, à prova de fumaça e com até 15,00 m² (quinze metros quadrados), poço de elevadores, central de gás, central elétrica (de transformadores) e central de ar-condicionado;

II - sacadas, balcões ou varandas de uso exclusivo da unidade até o limite de 6,00 m² (seis metros quadrados) por unidade imobiliária;

III - floreiras de janela projetadas no máximo 50,0 cm (cinquenta centímetros) além do plano da fachada;

IV - reservatórios e respectivas bombas, ar-condicionado, geradores e outros equipamentos de apoio, desde que com altura máxima de 2,00 m (dois metros);

V - áreas ocupadas com casas de máquinas, caixa d'água e barrilete;

VI - até 100% da área mínima exigida para área de recreação desde que de uso comum;

VII - sótão em residência, desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço; e

VIII - ático não sendo considerado no cálculo do número de pavimentos, desde que atendidos os seguintes itens:

a) projeção da área coberta sobre a laje da cobertura do último pavimento, desde que não ultrapasse o máximo de 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior, sendo no ático permitido todos os compartimentos necessários para a instalação de casa de máquinas, caixa d'água, áreas de circulação comum do edifício e parte superior de unidade duplex nos edifícios de habitação coletiva;

b) afastamento mínimo de 3,0 m (três metros) em relação à fachada frontal e de 2,0 m (dois metros) em relação à fachada de fundos do pavimento imediatamente inferior;

c) será tolerado somente o volume da circulação vertical no alinhamento das fachadas frontais e de fundos;

d) pé-direito máximo para a parte superior da unidade duplex de 3,20 m (três metros e vinte centímetros);

§1º - São toleradas áreas destinadas a nichos, que constituam elementos de composição das fachadas e que atendam as condições estabelecidas no código de obras e posturas.

§2º - Para efeito de verificação da taxa de ocupação, não serão considerados os elementos constantes nas alíneas de I a III deste artigo.

CAPÍTULO VI
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 31 - A outorga onerosa do direito de construir no Município de Enéas Marques poderá ser exercida pelo Executivo Municipal, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, de acordo com as condições estabelecidas nesta Lei.

§1º - Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida ao Poder Público

municipal, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a zona e dentro dos parâmetros determinados no Anexo 04 da presente Lei

§2º - A concessão da outorga onerosa do direito de construir poderá ser negada pelo Poder Público municipal caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 32 - A outorga onerosa do direito de construir só poderá ser utilizada no perímetro urbano da sede municipal, nas seguintes zonas:

I - Zona de Comércio e Serviços 01 – ZCS1;

II - Zona Residencial 01 – ZR1.

Parágrafo único. O aumento do coeficiente de aproveitamento resultante da outorga onerosa do direito de construir terá como limites:

III - o coeficiente de aproveitamento máximo (CA Max.) permitido para a ZCS1 e ZR1, identificado pelos números colocados na coluna de Coeficiente de Aproveitamento Máximo, constante no Anexo 04, parte integrante desta Lei; e

IV - o gabarito de altura definido para a respectiva zona, constante na coluna "Gabarito de Altura Máxima (Pavimentos)", no Anexo 04, parte integrante desta Lei.

Art. 33 - A outorga onerosa do direito de construir dependerá da prévia análise do pedido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal e pelo Grupo Técnico Permanente.

Parágrafo único. O requerimento para a outorga onerosa do direito de construir deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - planta de situação do imóvel, com a indicação da zona em que está inserido;

II - matrícula do imóvel em nome do requerente;

III - consulta prévia para a edificação;

IV - o uso e destinação da edificação;

V - o coeficiente de aproveitamento a ser acrescido;

VI - o número de pavimentos da edificação.

Art. 34 - No cálculo do valor total em reais para a outorga onerosa do direito de construir serão considerados o coeficiente de aproveitamento a ser adquirido, o coeficiente de aproveitamento permitido para a respectiva zona e o valor venal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VT = \frac{\text{CA x VVT}}{\text{CP}}$$

em que:

VT = Valor total em reais da outorga do direito de construir;

CA = Coeficiente de aproveitamento a ser adquirido;

VVt = Valor venal do terreno conforme o Imposto Sobre a Transmissão de bens Imóveis (ITBI), em reais;

CP = Coeficiente de aproveitamento básico permitido para a zona.

§1º - O cálculo estabelecido pelo *caput* deste artigo refere-se a contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§2º - A análise do cálculo do potencial construtivo adicional e da respectiva contrapartida financeira será realizada pelo Grupo Técnico Permanente.

Art. 35 - Quando da utilização da outorga onerosa do direito de construir, a expedição do "Habite-se" estará subordinada à comprovação do pagamento total do valor apurado nos termos do Art. 34 -, pagamento esse que deverá ocorrer no prazo máximo de até 6 (seis) meses contados da data da expedição do alvará de construção.

Parágrafo único. No caso de pagamento parcelado da contrapartida financeira, conforme previsto no *caput* deste artigo, a expedição do alvará de construção estará subordinada à formalização de confissão da dívida e acordo de parcelamento em prestações mensais e sucessivas reajustáveis, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal, e à quitação da primeira parcela, que corresponderá à entrada.

Art. 36 - São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Enéas Marques.

Art. 37 - A expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação do empreendimento que apresentar proposta de Outorga Onerosa do Direito de Construir fica condicionada à expedição de Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional pelo Grupo Técnico Permanente.

Art. 38 - O Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional deverá ser emitido pelo Grupo Técnico Permanente em 15 (quinze) dias contados do pagamento à vista da contrapartida financeira, ou da quitação da primeira parcela, conforme parágrafo único do Art. 35 -da presente Lei.

§1º - O Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional deverá conter:

I - identificação do empreendedor;

II - endereço e identificação fiscal do imóvel a receber o potencial construtivo adicional;

III - valor total da contrapartida financeira e as condições de pagamento;

IV - eventuais condições adicionais para expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação do empreendimento;

V - potencial adicional construtivo adquirido, em metros quadrados; e

VI - assinatura de representante legal do Grupo Técnico Permanente.

§2º - A aprovação dos projetos arquitetônicos da construção ou ampliação fica condicionada à apresentação do Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional.

Art. 39 - Os recursos auferidos com a Outorga Onerosa do Direito de Construir deverão ser aplicados em:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; e

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

IX - execução de reurbanização de ruas.

Parágrafo único. Os recursos da contrapartida financeira serão depositados em fundo municipal criado exclusivamente para este fim.

Art. 40 - Os impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação.

CAPÍTULO VII
AS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Para áreas rurais, o parcelamento do solo segue o disposto por legislação federal específica e de acordo com instruções do órgão competente, bem como a Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Enéas Marques.

Art. 42 - Para áreas urbanas, o parcelamento do solo segue o disposto na Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Enéas Marques, respeitadas disposições estabelecidas na Legislação Federal correlata.

Art. 43 - Os parâmetros de uso e ocupação do solo em uso no Município terão 01 (um) ano de prazo de validade, contando a partir da data de vigência desta Lei, para:

I - projetos já licenciados;

II - projetos em tramitação, protocolados nos órgãos competentes anteriormente à data de vigência desta lei.

§1º - As informações constantes nas consultas de construção e parcelamento do solo, expedidas anteriormente à data de vigência desta lei terão validade de 06 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

§2º - Os projetos licenciados perderão sua validade se as obras não forem iniciadas no prazo de 06 (seis) meses, contado a partir da data de licenciamento.

§3º - Será admitida a transferência ou substituição de alvará de funcionamento de estabelecimentos legalmente autorizado, desde que a nova localização ou atividade atenda aos dispositivos expressos nesta Lei e em seus regulamentos.

§4º - Será admitida para edificações com recuos frontais inferiores aos estabelecidos pela presente lei, o prazo de 01 ano para regularizações, após esse prazo deverão ser seguidos os recuos constantes nesta lei.

Art. 44 - Ficará a cargo do Departamento de Administração e Planejamento ou ao Órgão Estadual competente o pedido de estudos ambientais e/ou medidas mitigadoras conforme a natureza das atividades desenvolvidas ou o porte das mesmas.

Art. 45 - Fica revogada:

I - a Lei Complementar nº 07, de 17 de abril de 2008;

II - a Lei Complementar nº 24, de 16 de dezembro de 2010;

III - Lei Complementar nº 42, de 10 maio de 2012;

IV - a Lei Complementar nº 46, de 17 de setembro de 2013;

V - a Lei Complementar nº 80, de 03 de abril de 2019;

VI - a Lei Complementar nº 81, 06 de agosto de 2019.

Art. 46 - A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em ___ de _____ de 2021.

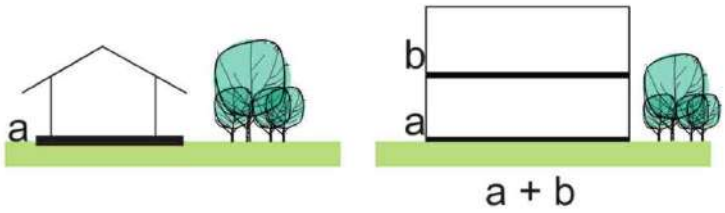
EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO 01: ILUSTRAÇÕES DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS

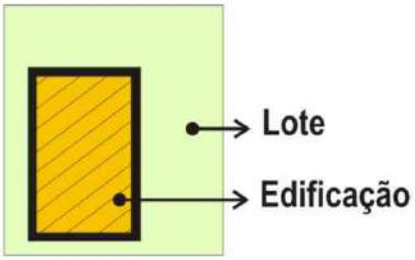
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)

$$CA = \frac{\text{Área edificável}}{\text{Área do terreno}}$$



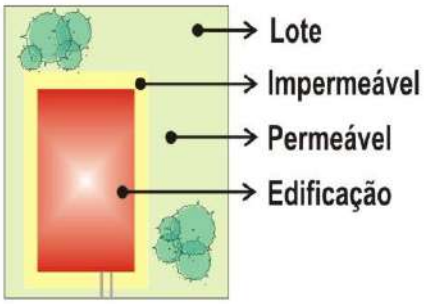
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (TO)

$$TO = \frac{\text{Área de projeção da edificação no solo}}{\text{Área do terreno}}$$

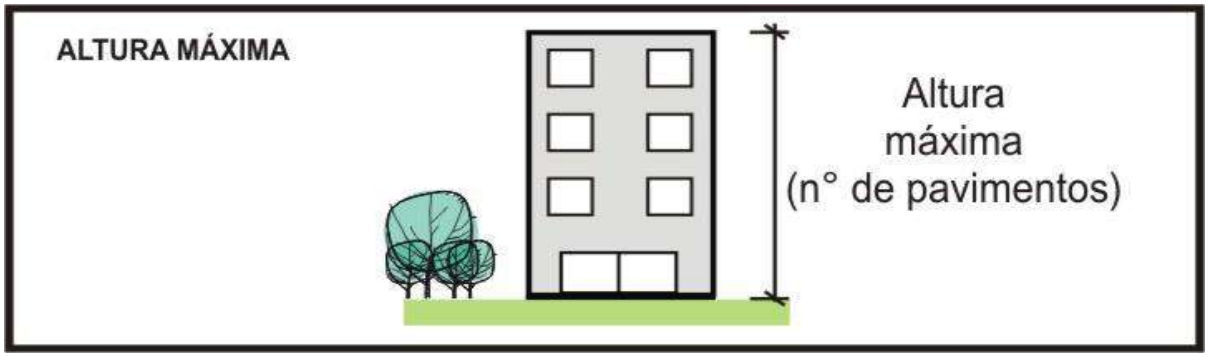


TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (TP)

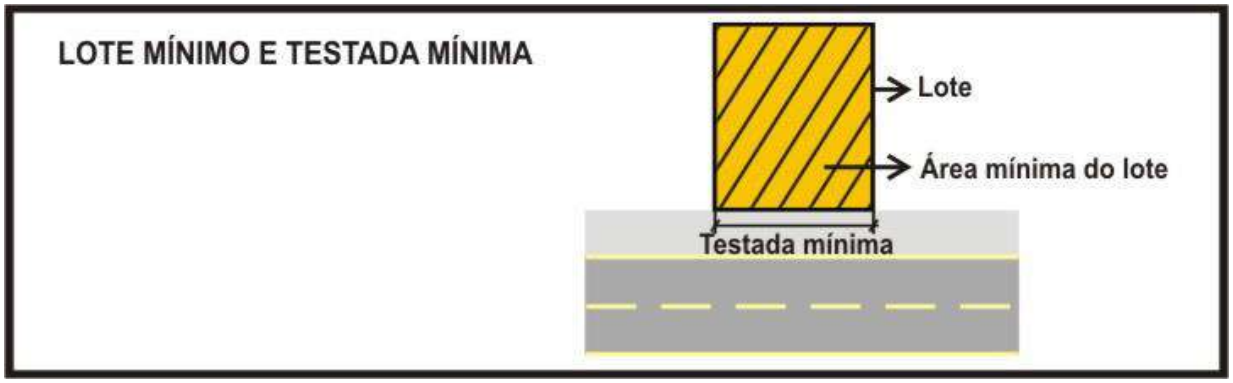
$$TP = \frac{\text{Área permeável}}{\text{Área do terreno}}$$



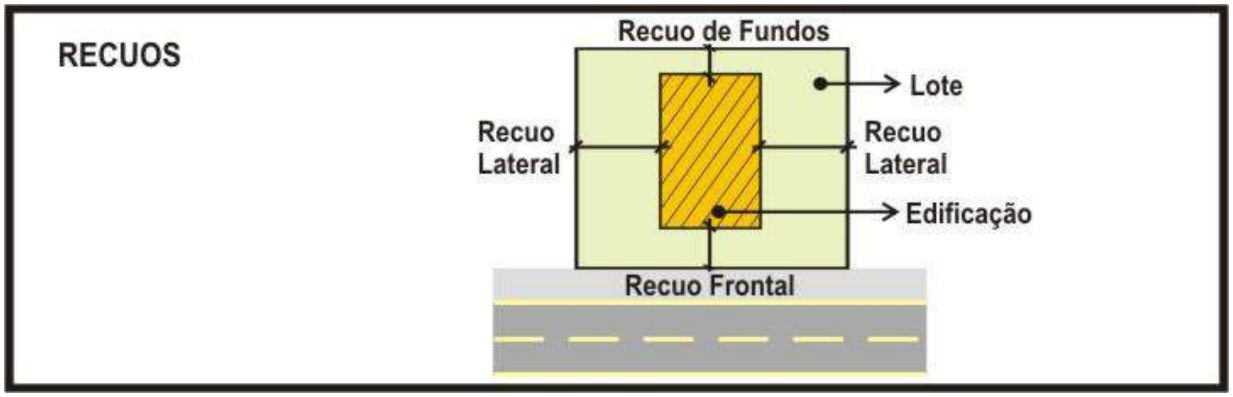
ALTURA MÁXIMA – NÚMERO DE PAVIMENTOS

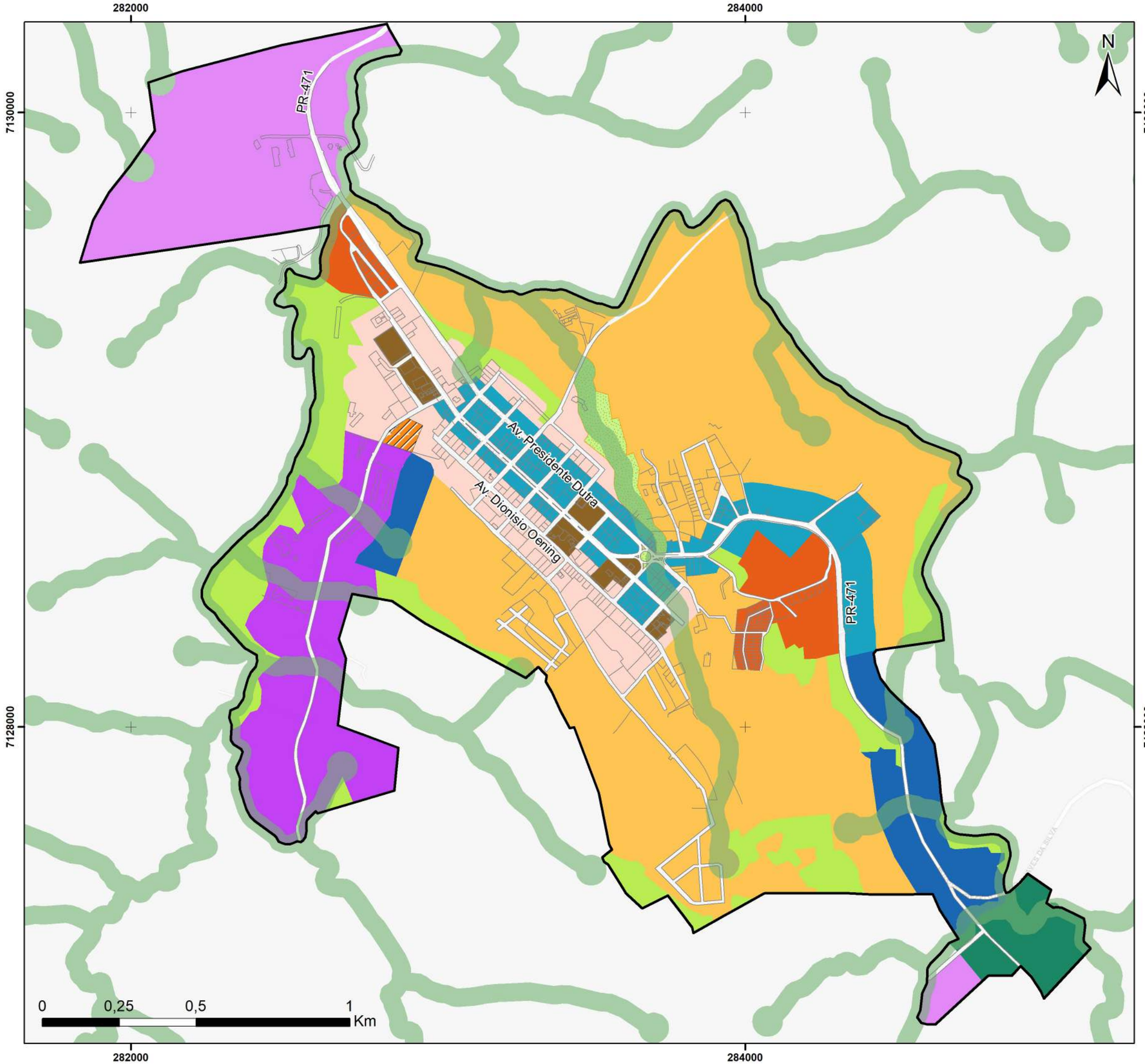


LOTE MÍNIMO E TESTADA MÍNIMA



RECUOS – FRONTAL, LATERAIS E DE FUNDOS





Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- APP - Área de Preservação Permanente
- Zona Industrial 01 - ZI1
- Zona Industrial 02 - ZI2
- Zona Institucional Central -
- Zona de Comércio e Serviços 01 - ZCS1
- Zona de Comércio e Serviços 02 - ZCS2
- Zona Residencial 01 - ZR1
- Zona Residencial 02 - ZR2
- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- Zona Especial de Entretenimento e Lazer - ZEEL
- Zona do Parque Jaracatiá - ZPJ
- Zona de Proteção Ambiental - ZPA
- Zona de Controle Ambiental - ZCA

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

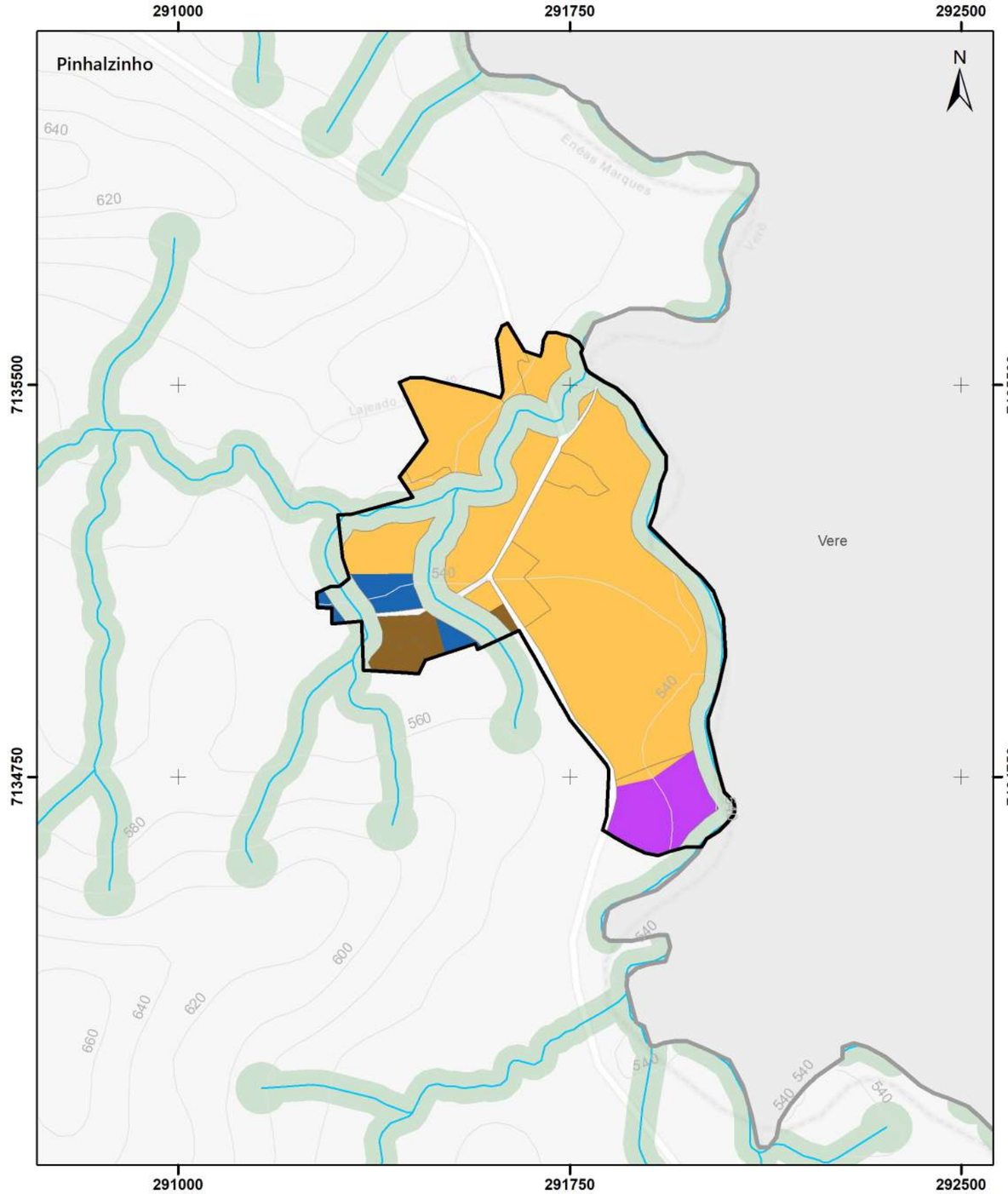
Anexo 02 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede

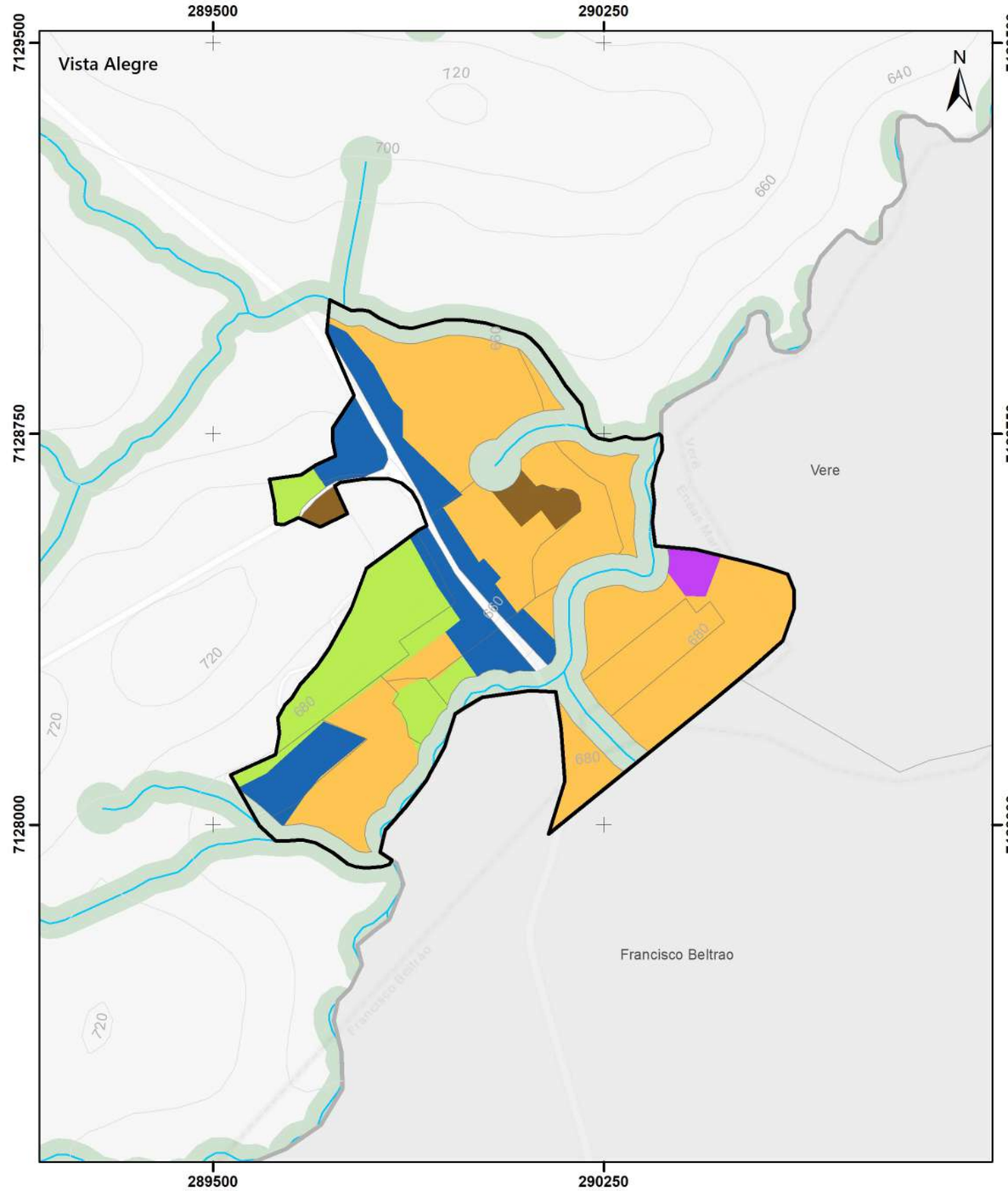
Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades





Legenda

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Zona Indutrial 02 - ZI2
- Zona Institucional Central - ZIC
- Zona Residencial 02 - ZR2
- Zona de Comércio e Serviços 02 - ZCS2
- Zona de Proteção Ambiental - ZPA
- Curvas de Nível (20m)
- Limite Municipal
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente
- Municípios Limítrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S Base de dados: Prefeitura Municipal de Enéas Marques, 2019; IAT, 2020 I ITCG, 2010; TOPODATA, 2010, Esri, HERE, Garmin.

0 0,15 0,3 0,6 km

Anexo 03 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Distritos

Responsável técnico:

José Roberto Hoffmann
CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ - Gestão de Cidades

ANEXO 04 - QUADROS I E II DE PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

QUADRO I - PARÂMETROS DE USO DO SOLO URBANO

Zona	Usos	
	Permitido	Permissível
Zona de Comércio e Serviços 01 (ZCS1)	- habitação unifamiliar [1] - habitação coletiva vertical - comércio e serviço vicinal e de bairro	- uso comunitário 1 - uso comunitário 2 - comércio e serviço específico 1 - comércio e serviço setorial - Uso Institucional
Zona de Comércio e Serviços 02 (ZCS2)	- habitação unifamiliar[1]; - comércio e serviço geral; - comércio e serviço específico 1.	- comércio e serviço setorial.
Zona Residencial 01 (ZR1)	- habitação unifamiliar - habitação coletiva horizontal - uso comunitário 1 - comércio e serviço vicinal e de bairro	- uso comunitário 2 - uso institucional
Zona Residencial 02 (ZR2)	- habitação unifamiliar - habitação coletiva horizontal - comércio e serviço vicinal e de bairro	- uso comunitário 1 - uso institucional - comércio e serviço específico 2
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	- habitação unifamiliar - habitação coletiva horizontal - comércio e serviço vicinal e de bairro	- uso comunitário 1 - uso comunitário 2
Zona Institucional Central (ZIC)	- uso institucional - habitação unifamiliar [1]	- uso comunitário 1 - uso comunitário 2 - comércio e serviço vicinal
Zona Industrial 01 (ZI1)	- comércio e serviço setorial - comércio e serviço geral - Indústria tipo 1	- habitação unifamiliar [1] - comércio e serviço específico 1
Zona Industrial 02 (ZI2)	- comércio e serviço setorial - comércio e serviço geral - Indústrias tipo 1 - Indústrias tipo 2	- habitação unifamiliar [1] - comércio e serviço específico 1 - indústrias tipo 3
Zona Especial de Entretenimento e Lazer (ZEEL)	- Conservação e Recuperação; - Atividades de lazer e recreação; - Atividades turísticas; - Uso comunitário 2; - Uso comunitário 3; - habitação unifamiliar. [1]	- Educação Ambiental; - Pesquisa Científica.
Zona do Parque Jaracatiá (ZPJ)	- Conservação e Recuperação; - Educação ambiental; - Atividades de lazer e recreação; - Atividades turísticas.	- Pesquisa científica
Zona de Proteção Ambiental (ZPA)	-	-
Zona de Controle Ambiental (ZCA)	-	-

[1] uma habitação unifamiliar por lote.

QUADRO II - PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Zona	Coeficiente de aproveitamento			Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Altura Máxima (pav.)	Lote Mínimo (m^2)	Testada Mínima (m)		Recuos (m) [1]		
	CA Mín.	CA Bás.	CA. Máx.					Meio de Quadra	Esquina	Frente	Lateral [2]	Fundos
Zona Residencial 01	0,10	1,5	2,0	70	20	4	325	13	15	5,00	1,50	1,50
Zona Residencial 02	0,10	1,0	-	60	25	2	600	20	20			
Zona Especial de Interesse Social	0,10	1,0	-	70	20	2	200[3]	10	10	5,0	1,50	1,50
Zona Institucional Central	0,15	1,5	-	80	20	2	350	15	15	5,00	1,50	1,50
Zona de Comércio e Serviços 01	0,2	2,0	2,5	80	20	6	300	10	12	1,50	1,50	1,50
Zona de Comércio e Serviços 02	0,1	1	-	60	20	2	600	15	15	5,00	1,50	1,50
Zona Industrial 01	0,2	2,0	-	50	20	2	600	15	15	5,00	3,00	3,00
Zona Industrial 02	0,15	1,5	-	60	20	4	1.200	30	30	5,00	3,00	3,00
Zona Especial de Entretenimento e Lazer	0,10	1	-	50	20	2	600	15	15	5,00	1,50	1,50
Zona do Parque Jaracatiá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona de Proteção Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona de Controle Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) atendidas as exigências mínimas de iluminação e ventilação

(2) em construções de alvenaria, sem aberturas laterais não há necessidade do recuo lateral

(5) para novos parcelamentos serão exigidos lotes mínimos de 200 m^2, para regularização de parcelamentos existentes serão tolerados lotes de 150 m^2

ANEXO 05: CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO URBANO

USOS COMUNITÁRIOS	
Uso Comunitário 01	
Ambulatório	Biblioteca
Assistência Social	Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância
Berçário, Creche	Escola Especial
Uso Comunitário 2	
Auditório	Sede Cultural, Esportiva e Recreativa
Boliche	Sociedade Cultural
Casa de Espetáculos Artísticos	Teatro
Cancha de Bocha, Cancha de Futebol	Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus
Centro de Recreação	Campus Universitário
Centro de Convenções, Centro de Exposições	Hospital
Cinema	Maternidade
Colônia de Férias	Pronto Socorro
Museu	Sanatório
Piscina Pública	Casa de Culto
Ringue de Patinação	Templo Religioso
Uso Comunitário 3	
Autódromo, Kartódromo	Estádio
Centro de Equitação, Hipódromo	Pista de Treinamento
Circo, Parque de Diversões	Rodeio

COMÉRCIO E SERVIÇOS	
COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL E DE BAIRRO	
Açougue	Restaurante, Rotisseria
Armarinhos	Agência de Serviços Postais
Casa Lotérica	Bilhar, Snooker, Pebolim
Drogaria, Ervanário, Farmácia	Consultórios
Floricultura, Flores Ornamentais	Escritório de Comércio Varejista
Mercearia, Hortifrutigranjeiros	Instituto de Beleza, Salão de Beleza
Papelaria, Revistaria	Jogos Eletrônicos
Posto de Venda de Pães	Academias
Bar	Agência Bancária
Cafeteria, Cantina, Casa de Chá, Confeitaria	Borracharia,
Comércio de Refeições Embaladas	Choperia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria
Lanchonete	Comércio de Material de Construção
Leiteria	Comércio de Veículos e Acessórios
Livraria	Escritórios Administrativos
Panificadora	Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres
Pastelaria	Estacionamento Comercial
Posto de Venda de Gás Liquefeito	Joalheria
Relojoaria	Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e Fotográficos
Sorveteria	Lavanderia
Profissionais Autônomos	Oficina Mecânica de Veículos
Atelier de Profissionais Autônomos	Serviços de Datilografia, Digitação, Manicuro e Montagem de Bijuterias
Petshop	
COMÉRCIO E SERVIÇO SETORIAL	

COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Buffet com Salão de Festas	Sede de Empresas
Centros Comerciais	Serv-Car
Clínicas	Serviços de Lavagem de Veículos
Edifícios de Escritórios	Serviços Públicos
Entidades Financeiras	Super e Hipermercados
Escritório de Comércio Atacadista	Marmorarias
Imobiliárias	Comércio Atacadista
Lojas de Departamentos	Depósitos, Armazéns Gerais
COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL	
Agenciamento de Cargas	Impressoras, Editoras
Canil	Grandes Oficinas de Lataria de Pintura
Comércio Varejista de Grande Equipamentos	Serviços e Coleta de Lixo
Entrepostos, Cooperativas, Silos	Transportadora
Grades Oficinas	Hospital Veterinário e Hotel para Animais
COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 1	
Centro de Controle de Vôo	Posto de Abastecimento de Aeronaves
Comércio Varejista de Combustíveis	Posto de Gasolina
Comércio Varejista de Derivados de Petróleo	Serviços de Bombas de Combustível para Abastecimento de Veículos da Empresa
COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 2	

Capela Mortuária	Cemitério	Ossuário

31.6 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO CÓDIGO DE OBRAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES; REVOGA DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO QUANTO A MATÉRIAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Código de Obras do Município de Enéas Marques.

Art. 2º - Serão reguladas pelo presente Código as seguintes obras efetuadas por particulares ou entidade pública, na zona urbana, de expansão urbana e rural no Município, obedecidas às prescrições legais federais e estaduais pertinentes:

I - toda construção, reconstrução, reforma, ampliação, demolição;

II - projetos de edificações;

III - serviços e obras de infraestrutura;

IV - drenagens e pavimentação;

V - abastecimento de água e esgotamento sanitário;

VI - energia e telefonia.

§1º - Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo, executados por órgão público ou por iniciativa particular, estarão obrigados à prévia Licença Municipal.

§2º - Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo devem ser executados de acordo com as exigências contidas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado com registro no respectivo conselho de classe competente.

TÍTULO I
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - Constituem objetivos do Código de Obras:

I - Regular a atividade edilícia, visando garantir as condições mínimas de segurança, conforto, higiene e salubridade das edificações e obras em geral, inclusive as destinadas ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos;

II - Atribuir direitos e responsabilidades do município, do proprietário ou possuidor de imóvel, e do profissional, atuantes na atividade edilícia;

III - Estabelecer procedimentos administrativos, regras gerais e específicas destinados ao controle da atividade edilícia.

Art. 4º - Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aqueles destinados à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por Pessoas com Deficiência e/ou com Mobilidade Reduzida, conforme orientações previstas nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

Art. 5º - Para atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida, a critério do órgão competente do Município, aprovação prévia dos órgãos estadual e municipal de controle ambiental quando da aprovação do projeto.

Parágrafo único. Consideram-se impactos ao meio ambiente, natural e construído, as interferências negativas nas condições da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, da insolação e acústica das edificações e suas áreas vizinhas, bem como do uso do espaço urbano.

Art. 6º - O projeto do qual possa decorrer risco à saúde pública, deverão atender as exigências do Código de Vigilância Sanitária, legislação estadual e federal, e ser analisado pela autoridade sanitária municipal, a fim de que obtenha as devidas autorizações e licenciamentos.

Art. 7º - As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, ou nas suas vizinhanças, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

CAPÍTULO I
DOS CONCEITOS

Art. 8º - Para efeito de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

I - Altura da edificação: desnível real entre o pavimento do andar de saída da edificação e o pavimento do andar mais elevado, excluído o ático;

II - Andar: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura;

III - Área edificada: área total coberta de uma edificação;

IV - Ático: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, caixas d'água e circulação vertical;

V - Coroamento: elemento de vedação que envolve o ático;

VI - Demolição: total derrubamento de uma edificação. (a demolição parcial ou o total derrubamento de um bloco de um conjunto de edificações caracteriza-se como reforma);

VII - Edificação: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material;

VIII - Edificação permanente: aquela de caráter duradouro;

IX - Edificação transitória: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

X - Edificação irregular: todas aquelas que não estão de acordo com as leis de Uso e Ocupação do Solo, parcelamento, Código de Obras, além das normas técnicas vigentes.

XI - Equipamento: elemento destinado a guarnecer ou completar uma edificação, a esta integrando-se;

XII - Equipamento permanente: aquele de caráter duradouro;

XIII - Equipamento transitório: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

XIV - Estacionamento: o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e de circulação, podendo ser coberto ou não;

XV - Mezanino: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares;

XVI - Mobiliário: elemento construtivo não enquadrável como edificação ou equipamento;

XVII - Movimento de terra: modificação do perfil do terreno que implicar em alteração topográfica superior a 1,0 m (um metro) de desnível ou a 1.000,0 m^3 (um mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadiços;

XVIII - muro: elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, em relação ao nível da calçada;

XIX - Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,0 m (um metro);

XX - Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior;

XXI - Obra complementar: edificação secundária, ou parte da edificação que, funcionalmente, complemente a atividade desenvolvida no imóvel;

XXII - Obra emergencial: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel;

XXIII - Pavimento: plano de piso;

XXIV - Memorial descritivo: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos;

XXV - Peça gráfica: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra;

XXVI - Perfil do terreno: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade;

XXVII - Perfil original do terreno: aquele constante dos levantamentos aerofotogramétricos disponíveis ou do arruamento aprovado, anteriores à elaboração do projeto;

XXVIII -Piso drenante: aquele que permite a infiltração de águas pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado;

XXIX - Reforma: obra que implicar em uma ou mais das seguintes modificações, com ou sem alteração de uso: área edificada, estrutura, compartimentação vertical e/ou volumetria;

XXX - Pequena reforma: reforma com ou sem mudança de uso na qual não haja supressão ou acréscimo de área, ou alterações que infrinjam as legislações edilícia e de parcelamento, uso e ocupação do solo;

XXXI - Reconstrução: obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de incêndio ou outro sinistro fortuito, mantendo-se as características anteriores;

XXXII - Reparo: obra ou serviço destinados à manutenção de um edifício, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria, e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação;

XXXIII -Restauro ou restauração: recuperação de edificação tombada ou preservada, de modo a restituir-lhe as características originais; e

XXXIV - Saliência: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou aposto em edificação ou muro.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES
CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO

Art. 9º - O Município, visando exclusivamente à observância das prescrições deste Código, do Plano Diretor e da legislação correlata pertinente, licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, e da sua execução ou da sua utilização.

Art. 10 - O Município deverá assegurar, por meio do respectivo órgão competente, o acesso aos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, pertinentes ao imóvel a ser construído ou atividade em questão.

Art. 11 - O Município manterá um cadastro dos profissionais e empresas legalmente habilitados, nos termos do Art. 20 -da presente lei.

Art. 12 - Fica obrigado o Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, por meio do Departamento de Projetos Técnicos Institucionais e de Engenharia a comunicar ao respectivo conselho de classe competente, quando constatar irregularidades e ou infrações cometidas pelos profissionais responsáveis pela obra.

Art. 13 - A Municipalidade aplicará as multas, estabelecidas nesta lei, aos infratores do disposto neste Código.

CAPÍTULO II
DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR

Art. 14 - É direito do proprietário ou possuidor promover e executar obras ou implantar equipamentos no imóvel de sua propriedade, mediante prévio conhecimento e consentimento do Município, respeitada a legislação urbanística municipal e o direito de vizinhança.

§1º - Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

§2º - Considera-se possuidor, a pessoa, física ou jurídica, que tenha de fato o direito de usar e alterar as características do imóvel objeto da obra.

§3º - A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste código dependerá, quando for o caso, da apresentação do Título de Propriedade registrado no Registro de Imóveis, sendo o proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, responsáveis, civil e criminalmente, pela veracidade dos documentos e informações apresentadas ao Município, não implicando sua aceitação em reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel.

Art. 15 - O proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, são responsáveis pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade dos imóveis, edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata, assegurando-lhes todas as informações cadastradas na Prefeitura Municipal de Enéas Marques, relativas ao seu imóvel.

CAPÍTULO III
DO PROFISSIONAL

Art. 16 - É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional.

Art. 17 - Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitada as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo e devidamente licenciado pelo Município.

Parágrafo único. Não será considerado legalmente habilitado o profissional ou empresa que estiver em atraso com os impostos municipais.

Art. 18 - Será considerado autor, o profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

Art. 19 - A responsabilidade pela elaboração de projetos, cálculos, especificações e pela execução de obras é do profissional que a assinar, não assumindo o Município, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade sobre tais atos.

Art. 20 - Será considerado Responsável Técnico da Obra, o profissional responsável pela direção técnica das obras, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado no departamento competente do Poder Executivo de Enéas Marques e observância da legislação em vigor.

Art. 21 - É obrigação do responsável técnico, ou do proprietário, a manter no local da obra, à disposição da fiscalização municipal, uma cópia do projeto aprovado, do respectivo alvará, bem como a colocação da placa da obra em posição bem visível, enquanto perdurarem as obras.

Parágrafo único. A placa da Obra deve conter as seguintes informações:

I - Endereço completo da obra;

II - Nome do proprietário;

III - Nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;

IV - Finalidade da obra; e

V - Número do alvará ou licença.

Art. 22 - É permitida a substituição de profissionais responsáveis pela execução de obras, nos termos da legislação profissional regulada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, devendo o Município ser comunicado, pelo novo responsável, em prazo de 5 dias úteis após o deferimento da substituição pelo Conselho.

Art. 23 - A atuação do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra sem os documentos exigidos pelo Município, será comunicada ao órgão fiscalizador do exercício profissional.

TÍTULO III
DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 24 - As obras públicas não poderão ser executadas sem autorização do Poder Executivo Municipal, devendo obedecer às determinações do presente Código ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

I - construção de edifícios públicos;

II - obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;

III - obras a serem realizadas por instituições oficiais ou para-estatais quando para a sua sede própria;

IV - obras para entidades com fins filantrópicos.

Art. 25 - O processamento do pedido de licença para obras públicas será feito com preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 26 - O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido ao Prefeito pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada, conforme exigências deste Código.

Art. 27 - Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, sendo a assinatura seguida de indicação do cargo, quando se tratar de funcionário, que deva, por força do mesmo, executar a obra. No caso de não ser funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 28 - Os contratantes ou executantes das obras públicas estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, a não ser que se trate de funcionário que deva executar as obras em função do cargo.

Art. 29 - As obras pertencentes à Municipalidade ficam sujeitas na sua execução, à obediência das determinações do presente Código.

TÍTULO IV
DAS OBRAS EXISTENTES, REFORMAS, REGULARIZAÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES.

Art. 30 - A execução das obras, em geral, somente poderá ser iniciada depois de concedida o Alvará para Construção.

CAPÍTULO I
DAS REFORMAS

Art. 31 - As edificações existentes regulares poderão ser reformadas desde que a reforma não crie nem agrave eventual desconformidade com esta Lei ou com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. Deve ser expedido Alvará de Aprovação e Certificado de Conclusão de Obra "*habite-se*".

Art. 32 - Não será concedido Certificado de Conclusão para a reforma, parcial ou total, que esteja em desacordo esta lei e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Enéas Marques.

Art. 33 - Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério do Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, relativas a dimensões e recuos, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança.

CAPÍTULO II
DAS REGULARIZAÇÕES

Art. 34 - As edificações irregulares, no todo ou em parte, poderão ser regularizadas e reformadas, desde que atendam ao disposto nesta Lei e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, expedindo-se Alvará de Aprovação e Certificado de Conclusão de Obra - "Habite-se".

Art. 35 - A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

CAPÍTULO III
DAS RECONSTRUÇÕES

Art. 36 - A edificação regular poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, conforme o projeto aprovado.

Art. 37 - A edificação irregular só poderá ser reconstruída para atender ao relevante interesse público.

Art. 38 - A reconstrução de edificação que abrigava uso instalado irregularmente, só será permitida se:

I - For destinada a uso permitido na zona;

II - Adaptar-se às disposições de segurança.

Art. 39 - O Município poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução nos moldes anteriores da edificação com índice e volumetria em desacordo com o disposto nesta Lei ou no Plano Diretor, que seja prejudicial ao interesse urbanístico.

TÍTULO V
DAS OBRAS PARALISADAS OU EM RUÍNAS

Art. 40 - No caso de paralisação da obra por mais de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo Municipal mandará proceder a uma vistoria e tratando-se de ruína eminente, intimará o proprietário a mandar demoli-la, sob pena de ser feita a demolição pelo Poder Executivo Municipal, cobrando as despesas cabíveis, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor relacionadas às despesas administrativas.

Art. 41 - Nas obras paralisadas por mais de 90 (noventa) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro por meio de muro dotado de portão de entrada, observadas as exigências desta Lei, para fechamento dos terrenos.

Art. 42 - Durante o período de paralisação, o proprietário será responsável pela vigilância ostensiva da obra, de forma a impedir a ocupação do imóvel.

Art. 43 - A obrigação estende-se às pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 44 - Todas as obras de demolição ou execução de serviços necessários deverão ser acompanhadas por responsável técnico habilitado, o qual deverá tomar as medidas relativas à segurança, durante a sua execução.

Art. 45 - No caso de obra comprometida estruturalmente, o Departamento de Obras e Serviços Públicos determinará a execução de medidas necessárias para garantir a estabilidade de edificação.

Art. 46 - Para imóveis tombados, será ouvido o órgão competente, em atendimento as normas legais pertinentes, sem prejuízo da vedação e lacramento necessários.

TÍTULO VI
DA DEMOLIÇÃO

Art. 47 - Nenhuma demolição de edificação ou obra permanente, de qualquer natureza, poderá ser realizada sem prévio requerimento ao Poder Executivo Municipal, que expedirá o Alvará de Execução.

Art. 48 - Do requerimento, deverão constar os métodos a serem usados na demolição.

Art. 49 - Imóveis tombados não poderão ser demolidos, descaracterizados, mutilados ou destruídos.

Art. 50 - Se a demolição for de construção localizada, no todo ou em parte, junto ao alinhamento dos logradouros, será expedida, concomitantemente, a licença relativa a andaimes ou tapumes.

Art. 51 - Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, porá em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, dos logradouros e das propriedades vizinhas, obedecendo ao disposto neste Código.

Art. 52 - No caso de nova construção, a licença para demolição poderá ser expedida conjuntamente com a licença para construção.

Art. 53 - Os órgãos municipais competentes poderão, sempre que julgarem conveniente, estabelecer horários para demolição.

TÍTULO VII
DAS OBRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 54 - A execução de obra ou serviço público ou particular em logradouro público depende de prévio licenciamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 55 - A realização de obra e serviço em logradouro público por órgão ou entidade de prestação de serviço da Administração direta ou indireta será autorizada mediante o atendimento das seguintes condições:

I - a obra ou serviço constará, obrigatoriamente, de planos ou programas anuais ou plurianuais que tenham sido submetidos ao Poder Executivo Municipal, com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses;

II - a licença para a execução de obra ou serviço será requerida pelo interessado, com antecedência mínima de 1 (um) mês;

III - o requerimento de licença será instruído com as informações necessárias para caracterizar a obra e seu desenvolvimento, sendo exigível, no mínimo:

a) croquis de localização;
b) projetos técnicos;
c) projetos de desvio de trânsito; e
d) cronograma de execução.

IV - compatibilização prévia do projeto com as interferências na infraestrutura situada na área de abrangência da obra ou serviço;

V - execução da compatibilização do projeto com a infraestrutura e o mobiliário urbano situado na área de abrangência da obra ou serviço;

VI - colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto às obras e a segurança;

VII - colocação, nesses locais, de luzes vermelhas;

VIII - manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

IX - manutenção dos materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pela calçada ou pelo leito da rua;

X - remoção de todo o material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

XI - responsabilização pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

XII - recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços; e

Art. 56 - A licença de execução de obra e serviço em logradouro público conterá instruções específicas quanto à data de início e término da obra e aos horários de trabalho admitidos.

Art. 57 - Concluída a obra ou serviço, o executor comunicará o Poder Executivo Municipal o seu término, a qual realizará vistoria para verificar o cumprimento das condições previstas no respectivo licenciamento.

Art. 58 - Concluída a obra ou serviço, o executor será responsável pela solução/reparação de qualquer defeito surgido no prazo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO I
DAS CALÇADAS

Art. 59 - Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação das calçadas em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não, em ruas ou vias pavimentas.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, calçada é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres, segregada e em nível acima da pista de rolamento, subdividida em:

I - faixa de serviço: faixa com função para acomodar o mobiliário urbano, canteiros, árvores e os postes de iluminação ou sinalização, infraestruturas de saneamento, medindo, no mínimo, 1,00 m (um metro);

II - faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, sendo livre de qualquer obstáculo, sendo contínua e de no mínimo 1,20m (um metro e vinte) de largura;

III - faixa de acesso: espaço de passagem da área pública para o lote, nesta área se localiza a faixa tátil, afastada 80cm (oitenta centímetros) afastada do alinhamento predial.

Art. 60 - As calçadas serão construídas de acordo com a largura mínima de 3,00m, atendendo o estabelecido no Anexo 05 – Calçada Padrão, parte integrante desta Lei, com o meio-fio a 20cm (vinte centímetros) de altura.

Art. 61 - Transversalmente, as calçadas terão uma inclinação do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento).

Art. 62 - O revestimento do passeio será dos seguintes tipos:

I - argamassa de cimento e areia ou lajotão pré-moldado;

II - ladrilhos de cimento;

III - mosaico, tipo português;

IV - paralelepípedo de pedra granítica;

V - *paver* e bloco de concreto.

Parágrafo único. Outros revestimentos do passeio podem ser propostos pelo proprietário, estando, entretanto, sujeitos a prévia aprovação do Poder Executivo Municipal.

Art. 63 - O Poder Executivo Municipal adotará, de acordo com seu planejamento, para cada logradouro ou trecho de logradouro, o tipo de revestimento do passeio, obedecido ao padrão respectivo.

Art. 64 - Será prevista abertura para a arborização pública na calçada, ao longo do meio-fio com dimensões determinadas pelo órgão público competente.

Art. 65 - É proibida a colocação de qualquer tipo de material na sarjeta e alinhamento dos lotes, seja qual for a sua finalidade.

Art. 66 - Todas as calçadas deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia, de acordo com especificações da norma técnica brasileira de acessibilidade

Art. 67 - Nos casos de acidentes e obras que afetem a integridade da calçada, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições originais da calçada danificada.

CAPÍTULO II

DO REBAIXAMENTO DE GUIAS OU MEIO FIO

Art. 68 - As guias rebaixadas em ruas pavimentadas só poderão ser feitas mediante licença, quando requerido pelo proprietário ou representante legal, desde que exista local para estacionamento de veículos.

Art. 69 - Quando da aprovação do Alvará de Aprovação, será exigida a indicação das guias rebaixadas em projeto.

Art. 70 - O rebaixamento do meio-fio é permitido apenas para acesso dos veículos, observando-se que:

I - a rampa destinada a vencer a altura do meio-fio não pode ultrapassar 1/3 (um terço) da largura da calçada, até o máximo de 50cm (cinquenta centímetros);

II - será permitida para cada lote, uma rampa com largura máxima de 3,0 m (três metros), medidos no alinhamento;

III - a rampa deverá cruzar perpendicularmente o alinhamento do lote;

IV - o eixo da rampa deverá situar-se a uma distância mínima de 6,5m (seis metros e cinquenta centímetros) da esquina, entendida como o ponto de intersecção dos alinhamentos do lote.

Art. 71 - Em edificações destinadas a postos de gasolina, garagens coletivas, comércios atacadistas e indústrias, os rebaixamentos de nível e rampas de acessos deverão atender:

I - a largura máxima de 5,0 m (cinco metros) por acessos;

II - a soma total das larguras não poderá ser superior a 10,0 m (dez metros), medidas no alinhamento do meio-fio.

Art. 72 - O rebaixamento de guias nas calçadas só será permitido quando não resultar em prejuízo para a arborização pública, ficando a juízo do órgão competente a autorização do corte de árvores, desde que atendidas as exigências do mesmo.

Art. 73 - O rebaixamento de guia é obrigatório, sempre que for necessário o acesso de veículos aos terrenos ou prédios, através da calçada ou logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas, rampas de madeira ou outro material, fixas ou móveis, na sarjeta ou sobre a calçada.

Art. 74 - As notificações para a regularização de guia deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

TÍTULO VIII
DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

Art. 75 - A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, às normas técnicas e ao direito de vizinhança, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos, observados em especial a legislação trabalhista pertinente.

CAPÍTULO I
DO CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS.

Art. 76 - As instalações temporárias que compõem o canteiro de obras somente serão permitidas após a expedição de Alvará de Construção da obra, obedecido ao seu prazo de validade.

Art. 77 - O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e desenvolvimento das obras, serviços complementares, implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, sendo permitido: tapumes, barracões, escritório de campo, depósito de materiais e detritos, estande de vendas, sanitários, poços, água, energia, caçamba, vias de acesso e circulação, transporte e vestiários.

Art. 78 - Durante a execução das obras, será obrigatória a manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições, proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulhos, salvo no lado interior dos tapumes que avançarem sobre o logradouro.

Art. 79 - A não retirada dos materiais de construção ou do entulho autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-se o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa de remoção, bem como a aplicação das sanções cabíveis.

CAPÍTULO II
DO FECHAMENTO DO CANTEIRO DE OBRAS.

Art. 80 - Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas.

Art. 81 - Para todas as construções, reformas, reparos ou demolições será obrigatório o fechamento no alinhamento, do canteiro de obras, por alvenaria ou tapume, com altura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros), salvo quando se tratar da execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Art. 82 - Os tapumes somente poderão ser colocados após expedição, pelo órgão competente do Município, da licença de construção ou demolição.

Art. 83 - Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, sendo que, no mínimo, 80cm (oitenta centímetros) deverão ser mantidos livres para o fluxo de pedestres.

Art. 84 - O Município, por meio do órgão competente, poderá autorizar, por prazo determinado, ocupação superior à fixada 0,8 m (oitenta centímetros), desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

Art. 85 - Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

Art. 86 - Concluídos os serviços de fachada, ou paralisada a obra por período superior a 30 (trinta) dias, o tapume será obrigatoriamente recuado para o alinhamento.

CAPÍTULO III

DAS PLATAFORMAS DE SEGURANÇA E VEDAÇÃO EXTERNA DAS OBRAS

Art. 87 - Nas obras ou serviços que se desenvolverem a mais de 9,0 m (nove metros) de altura, será obrigatória a execução de:

I - plataformas de segurança a cada 8,0m (oito metros) ou 3 (três) pavimentos;

II - vedação externa que a envolva totalmente.

CAPÍTULO IV

DAS ESCAVAÇÕES, MOVIMENTO DE TERRA, ARRIMO E DRENAGEM

Art. 88 - As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagem e outros processos de preparação e de contenção do solo, somente poderão ter início após a expedição do devido licenciamento pelos órgãos municipais competentes.

Art. 89 - No caso da existência de vegetação de preservação, definida na legislação específica, deverão ser providenciadas as devidas autorizações para a realização das obras junto aos órgãos competentes.

Art. 90 - Será obrigatória a apresentação de projeto junto ao Departamento de Agropecuária para serviços de bota-fora e áreas de empréstimo em glebas de terra, que deverá emitir o Alvará de Aprovação e o Alvará de Execução.

Art. 91 - Antes do início das escavações ou movimentos de terra, deverá ser verificada a existência ou não de tubulações e demais instalações sob a calçada do logradouro público que possam vir a ser comprometidos pelos trabalhos executados.

Art. 92 - Toda e qualquer obra executada deverá possuir, em sua área interna, um sistema de contenção contra o carreamento de terras e resíduos, com o objetivo de evitar que estes sejam carreados para galerias de águas pluviais, córregos, rios e lagos, causando assoreamento e prejuízos ambientais aos mesmos.

Art. 93 - O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosões.

Art. 94 - As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

I - atender a porcentagem mínima de permeabilidade estabelecida na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Enéas Marques;

II - construção de reservatório ligado a sistema de drenagem, em casos especiais.

Art. 95 - As calçadas e logradouros públicos e eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 96 - O órgão competente poderá exigir dos proprietários a construção, manutenção e contenção do terreno, sempre que for alterado o perfil natural do mesmo pelo proprietário ou seu preposto. Esta medida também será determinada em relação aos muros de arrimo no interior dos terrenos e em suas divisas, quando colocarem em risco as construções existentes no próprio terreno ou nos vizinhos, cabendo a responsabilidade das obras de contenção àquele que alterou a topografia natural.

Art. 97 - O prazo de início das obras será de 30 (trinta) dias, contado da respectiva notificação, salvo se por motivo de segurança, a juízo do órgão competente, a obra for julgada urgente, situação em que estes prazos poderão ser reduzidos.

CAPÍTULO V
DAS SONDAGENS

Art. 98 - A execução de sondagens em terrenos particulares será realizada de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 99 - Sempre que solicitado pelo órgão competente, deverá ser fornecido o perfil indicativo com o resultado das sondagens executadas.

TÍTULO IX
DOS COMPONENTES MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS.

Art. 100 - Além do atendimento às disposições deste Código, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, mesmo quando sua instalação não seja obrigatória por este Código.

Art. 101 - O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, garantindo desempenho, no mínimo, similar aos padrões estabelecidos neste Código.

Art. 102 - O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não consagrados pelo uso, bem como quando em utilizações diversas das habituais, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

Art. 103 - O Poder Executivo Municipal de Enéas Marques poderá desaconselhar o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

Art. 104 - As edificações deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade de forma a não transmitir, aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 105 - Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos, deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de moléstias, conforme disposto no Código de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO I
DOS COMPONENTES BÁSICOS

Art. 106 - Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte do edifício, de acordo com as normas técnicas, especificados e dimensionados por profissional habilitado, devendo garantir:

I - segurança ao fogo;

II - conforto térmico e acústico;

III - segurança estrutural;

IV - estanqueidade.

Art. 107 - Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.

Art. 108 - Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados por meio de laudos técnicos, pareceres ou atestados que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para a sua ocupação.

Art. 109 - As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo em hipótese alguma, avançar sob o passeio do logradouro, sob imóveis vizinhos ou sob o recuo obrigatório se houver.

Art. 110 - No que tange ao cálculo das fundações e estrutura, serão obrigatoriamente considerados:

I - os efeitos para com as edificações vizinhas;

II - os bens de valor cultural;

III - os logradouros públicos;

IV - as instalações de serviços públicos.

Art. 111 - As paredes que estiverem em contato direto com o solo deverão ser impermeabilizadas.

Art. 112 - As paredes dos andares acima do solo, que não forem vedados por paredes perimetrais, deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, com altura mínima de 90cm (noventa centímetros) resistente a impactos e pressão.

Art. 113 - Se o guarda-corpo for vazado, deverá assegurar condições de segurança contra transposição de esfera com diâmetro superior a 15cm (quinze centímetros).

Art. 114 - Quando a edificação estiver junto à divisa, ou com afastamento desta até 25cm (vinte e cinco centímetros), deverá obrigatoriamente possuir platibanda.

Art. 115 - Todas as edificações que possuírem beiral com caimento no sentido da divisa, deverão possuir calha quando o afastamento do beiral até divisa for inferior a 75cm (setenta e cinco centímetros).

Art. 116 - A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

CAPÍTULO II
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 117 - A execução de instalações prediais, tais como, as de água potável, águas pluviais, esgoto, luz, força, para-raios, telefone, gás e disposição de resíduos sólidos, deverão ser projetados, calculados e executados, visando à segurança, higiene e conforto dos

usuários, de acordo com as disposições deste Código e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT vigentes.

Art. 118 - Todas as instalações e equipamentos exigem responsável técnico legalmente habilitado, no que se refere ao projeto, instalação, manutenção e conservação.

Seção I
Instalações Hidro Sanitárias

Art. 119 - Os terrenos, ao receberem edificações, deverão ser convenientemente preparados para escoamento das águas pluviais e de infiltração com adoção de medidas de controle da erosão.

Art. 120 - Não será permitido o despejo de águas pluviais ou servidas, inclusive daquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, devendo as mesmas ser conduzidas por canalização sob a calçada à rede coletora própria, de acordo com as normas emanadas do órgão competente.

Art. 121 - A construção sobre valas ou redes pluviais existentes no interior dos terrenos e que conduzam águas de terrenos vizinhos somente será admitida após análise caso a caso pelo órgão competente do Município.

Art. 122 - Somente o Poder Executivo Municipal poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais bem como a alteração do curso das águas.

Art. 123 - Todas as edificações localizadas nas áreas onde houver sistema de esgotamento sanitário com rede coletora e sem tratamento final, deverão ter seus esgotos conduzidos a sistemas individuais ou coletivos, para somente depois serem conduzidos à rede de esgotamento sanitário existente.

Art. 124 - Os efluentes de fossas sépticas deverão ser devidamente coletados e tratados, tendo seu lançamento condicionado aos locais determinados pelo respectivo licenciamento ambiental, de acordo com determinações da NBR 7229, ou a que vier a substitui-la.

Art. 125 - Todas as edificações localizadas nas áreas onde houver sistema de esgotamento sanitário com rede coletora e com tratamento final deverão ter seus esgotos conduzidos diretamente à rede existente de esgotamento sanitário.

Art. 126 - As águas provenientes das pias de cozinha e copas deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem esgotadas.

Art. 127 - É obrigatória a ligação da rede domiciliar à rede geral de água quando esta existir na via pública onde se situa a edificação.

Art. 128 - Toda edificação deverá dispor de reservatório elevado de água potável de acordo com as determinações da NBR 5626, ou a que vier a substitui-la.

Art. 129 - Todo imóvel está sujeito à fiscalização relativa aos efluentes hídricos, ficando assegurado o acesso dos fiscais.

Seção II
Da Prevenção de Incêndio

Art. 130 - Todas as edificações, segundo sua ocupação, uso e carga de incêndio, deverão dispor de sistema de proteção contra incêndio, alarme e condições de evacuação, sob comando ou automático, conforme as disposições e normas técnicas específicas.

Art. 131 - Para edifícios existentes, em que se verifique a necessidade de realização de adequações, estas serão exigidas pelo órgão competente, atendendo a legislação específica.

Seção III
Das Instalações Elétricas

Art. 132 - As edificações deverão ter suas instalações elétricas executadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentos de instalações da concessionária de energia elétrica.

Seção IV
Das Instalações para Antenas de Televisão

Art. 133 - Nas edificações residenciais multifamiliares é obrigatória a instalação de tubulação para antenas de televisão em cada unidade autônoma.

Seção V
Das Instalações Telefônicas

Art. 134 - A instalação de equipamentos de rede telefônica nas edificações obedecerá à norma NBR 5410, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e os regulamentos da concessionária local.

Seção VI
Do Condicionamento Ambiental

Art. 135 - Nas edificações que requeiram o fechamento das aberturas para o exterior, os compartimentos deverão ser providos de equipamento de renovação de ar ou de ar-condicionado, conforme estabelecido nas normas técnicas vigentes, devendo:

I - a temperatura resultante no interior dos compartimentos deverá ser compatível com as atividades desenvolvidas;

II - o equipamento deverá funcionar ininterruptamente durante o período de atividades do local, mesmo durante intervalos, de modo a garantir permanentemente as condições de temperatura e qualidade do ar;

III - atender a legislação especifica quanto à geração de ruídos.

Seção VII
Da Insonorização

Art. 136 - As edificações que ultrapassem os níveis máximos de intensidade definidos pela NBR 10151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou a que vier a substituir, deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza.

Art. 137 - As instalações e equipamentos causadores de ruídos, vibrações ou choques deverão possuir sistemas de segurança adequados, para prevenir a saúde do trabalhador, usuários ou incômodo à vizinhança.

Seção VIII

Do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA – Pára Raios

Art. 138 - É obrigatória a instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, estritamente de acordo com a NBR 5419 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou a que vier a substituir, em:

I - todas as edificações, exceto nas edificações residenciais com área total construída inferior a 400,0 m² (quatrocentos metros quadrados) e com altura inferior a 8,0 m (oito metros);

II - edificações de caráter temporário, tais como: circos, parques de diversões e congêneres.

Art. 139 - Deverá ser realizada anualmente a manutenção do sistema, devendo o proprietário apresentar laudo técnico, emitido por profissional ou empresa legalmente habilitado, sempre que solicitado pelo órgão competente.

Art. 140 - Os Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas poderão ser fiscalizados pelo órgão competente, quando este julgar necessário.

Art. 141 - As áreas abertas, onde possa ocorrer concentração de público, deverão ser devidamente sinalizadas, de forma a orientar o público quanto às medidas a serem adotadas, no caso de risco de descarga atmosférica.

Art. 142 - É obrigatória a substituição dos sistemas que utilizem materiais radioativos ou que se tenham tornado radioativos, em função do tempo de utilização ou devido à quantidade de descargas atmosféricas absorvidas.

Art. 143 - Para remoção, substituição, transporte e disposição final dos para-raios radioativos, deverão ser obedecidos os procedimentos estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Seção IX

Da Instalação de Gás

Art. 144 - Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as normas técnicas vigentes.

Art. 145 - O armazenamento de recipientes de gás deverá estar fora das edificações, em ambiente exclusivo, dotado de aberturas para ventilação permanente.

Art. 146 - É obrigatória a construção de chaminés de descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

Seção X
Do Abrigo para Guarda de Lixo

Art. 147 - As edificações de uso multifamiliar ou misto com área de construção superior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados) ou com mais de 3 (três) unidades autônomas e as edificações não residenciais com área de construção superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) deverão ser dotadas de abrigo destinado à guarda de lixo, com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes recipientes dos resíduos, localizado no interior do lote, em local desimpedido e de fácil acesso à coleta, obedecendo às normas estabelecidas pelo órgão competente e as normas técnicas vigentes.

Parágrafo único. Os locais para disposição adequada dos recipientes para coleta de lixo, devem ser instalados internamente ao terreno e com acesso pelo passeio

Art. 148 - Ficam dispensadas do atendimento ao Art. 147 -da presente Lei, as edificações destinadas a garagens comerciais, templos, cinemas, teatros, auditórios e assemelhados.

Art. 149 - As edificações destinadas a hospitais, farmácias, clínicas médicas ou veterinárias e assemelhados deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação de lixo séptico, de acordo com as normas emanadas do órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum.

Art. 150 - É proibida a instalação de tubo de queda para a coleta de resíduos sólidos urbanos.

Art. 151 - Os tubos de queda para a coleta de resíduos deverão ser lacrados.

Art. 152 - Conforme a natureza e o volume dos resíduos sólidos serão adotadas medidas especiais para a sua remoção, conforme as normas estabelecidas pelo Código de Vigilância Sanitária e órgão competente.

Seção XI
Dos Equipamentos Mecânicos

Art. 153 - Todo equipamento mecânico, independentemente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos, ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 154 - Qualquer equipamento mecânico de transporte vertical não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

Art. 155 - Só serão permitidas as instalações mecânicas, tais como, elevadores, escadas rolantes, planos inclinados, caminhos aéreos ou quaisquer outros aparelhos de transporte, para uso particular, comercial ou industrial, quando executada por empresa especializada, com profissional legalmente habilitado e devidamente licenciado pelo órgão competente.

Art. 156 - Todos os projetos e detalhes construtivos das instalações deverão ser assinados pelo representante da empresa especializada em instalação e pelo profissional responsável técnico da mesma; deve ficar arquivada no local da instalação e com o proprietário ao menos uma cópia, a qual deverá ser apresentada ao Município, quando solicitado pelo órgão competente.

Art. 157 - O projeto, a instalação e a manutenção dos elevadores e das escadas rolantes deverão obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NBR 9.077 e 13.994, ou as que vierem a substituir.

Art. 158 - As escadas rolantes são consideradas como aparelhos de transporte vertical, porém sua existência não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento das pessoas da edificação, nem para o cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Art. 159 - Os patamares de acesso sejam de entrada ou saída, deverão ter quaisquer de suas dimensões, no plano horizontal, acima de três vezes a largura da escada rolante, com o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 160 - obrigatória a inspeção periódica e expedição de um relatório anual dos equipamentos das instalações mecânicas pela Empresa de manutenção, assinado por profissional responsável.

Art. 161 - O Relatório de Inspeção deverá permanecer em poder do proprietário da instalação, para pronta exibição à fiscalização municipal.

CAPÍTULO III
DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO
Seção I
Muros, Cercas e Grades

Art. 162 - Os muros, muretas, floreiras, cercas vivas ou assemelhados são elementos que definem o alinhamento predial do imóvel e consideradas vedações.

§1º - O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 2,20 m. (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do passeio, com exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e do terreno a ser edificado.

§2º - As grades poderão ter altura superior a 2,20 m. (dois metros e vinte centímetros).

§3º - A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,00 m (um metro), podendo ter altura superior quando for em gradil.

§4º - A mureta, muro baixo, construída, em geral, para anteparo ou proteção, terá altura máxima de 40 cm (quarenta centímetros).

Art. 163 - Entre propriedades urbanas e rurais serão comuns os muros e cercas divisórias devendo os proprietários dos imóveis confinantes dividir proporcionalmente as despesas de sua construção e conservação, na forma do Artigo 1297 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

Art. 164 - Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados e poderão ainda ser utilizadas grades de ferro ou madeira, alumínio ou vidro, assentada sobre alvenaria, ou cerca de tela de arame liso, sendo vedado o uso de tela de arame liso na fachada principal dos imóveis localizados na ZCS1 e ZCS2.

§1º - Os terrenos baldios devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros em bom estado e aspecto.

§2º - O infrator será intimado a construir o muro dentro de 30 (trinta) dias da data da intimação.

§3º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo 2º deste artigo, não sendo atendida a intimação, o Poder Executivo Municipal executará as obras, cobrando do proprietário, as despesas incorridas, acrescidas de multa, conforme o disposto na alínea "d)" do inciso I -do Art. 442 - da presente Lei.

Art. 165 - Para os terrenos rurais deverão ser usados, salvo acordo expresso entre os proprietários:

I - cercas de arame farpado com três fios no mínimo de um metro e quarenta centímetros de altura;

II - cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;

III - telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 166 - Nos terrenos de esquina as vedações situadas no alinhamento do logradouro público deverão ter o canto chanfrado de 2,00 m (dois metros) em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas.

Art. 167 - Em terrenos com edificações de uso residencial, é facultativa a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, nas divisas laterais e na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado e possuir elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 168 - Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado, com tratamento paisagístico, com acessos de

veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade, e possua elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Parágrafo único. A edificação do muro deverá obedecer ao alinhamento predial, bem como as medidas correspondentes das divisas da propriedade, podendo a comprovação das medidas e as suas demarcações serem obtidas das seguintes formas:

I - a demarcação do alinhamento predial bem como as medidas correspondentes as suas divisas deverão ter a aprovação do Município e de um profissional habilitado com documento de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe competente, ou,

II - por meio de requerimento e recolhimento de uma tarifa aos cofres do Município para demarcação e confirmação das medidas das divisas e do alinhamento predial.

Seção II

Das Fachadas e Elementos Construtivos em Balanço

Art. 169 - A composição das fachadas deve garantir as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

Art. 170 - Os elementos construtivos em balanço tais como marquises, varandas, brises, saliências ou platibandas, deverão adaptar-se às condições dos logradouros, quanto à sinalização, posteamento, tráfego de pedestres e veículos, arborização, sombreamento e redes de infraestrutura, exceto em condições excepcionais e mediante negociação junto ao Município.

Art. 171 - As saliências para contorno de aparelhos de ar-condicionado poderão alcançar o limite máximo de 70cm (setenta centímetros), desde que sejam individuais para cada aparelho, possuam largura e altura não superiores a 1,0 m (um metro) e mantenham afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

Art. 172 - Os beirais deverão ser construídos de maneira a não permitirem o lançamento das águas pluviais sobre o terreno vizinho ou o logradouro público.

Art. 173 - Serão permitidas as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis, beirais e elementos decorativos sobre os afastamentos, com no máximo 50cm (cinquenta centímetros) de profundidade.

Seção III

Das Marquises

Art. 174 - A construção de marquises na testada dos edifícios deverá obedecer às seguintes condições:

I - para construções no alinhamento predial, não exceder a largura dos passeios menos 50cm (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,0 m (dois metros);

II - para construções situadas em locais em que a lei de zoneamento de uso e ocupação do solo exija recuo do alinhamento predial, a marquise não poderá exceder 1,2 m (um metro e vinte centímetros), sobre a faixa de recuo;

III - não apresentar em qualquer de seus elementos, inclusive bambinelas, altura inferior a cota de 3,0 m (três metros), referida ao nível do passeio;

IV - ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto a qual deverá ser disposta a calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas, sob a calçada, à sarjeta do logradouro;

V - é vedado o emprego de material sujeito a estilhaçamento;

VI - deverá ser construída em material incombustível, de boa qualidade, com tratamento harmônico com a paisagem urbana e ser mantida em perfeito estado de conservação.

Seção IV

Das Sacadas

Art. 175 - As sacadas em balanço a serem construídas nos recuos frontais, laterais e de fundo, deverão obedecer às seguintes condições:

I - ter altura livre mínima de 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros) entre o pavimento em balanço e o piso inferior;

II - o balanço máximo igual a 1/3 (um terço) dos recuos frontal ou lateral, obedecendo ao critério de que o afastamento das divisas deverá ser de no mínimo 2,0 m (dois metros);

III - as sacadas poderão ter fechamento com material translúcido.

Seção V

Das Pérgulas

Art. 176 - As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote, desde que:

I - localizem-se sobre aberturas de iluminação, ventilação e insolação de compartimentos;

II - tenham parte vazada, uniformemente distribuída em no mínimo 70% (setenta por cento) da área de sua projeção horizontal;

III - a parte vazada não tenha qualquer dimensão inferior a uma vez a altura de nervura;

IV - somente 10% (dez por cento) da extensão do pavimento de sua projeção horizontal sejam ocupadas por colunas de sustentação.

Art. 177 - As pérgulas que não atenderem aos incisos do Art. 147 -da presente Lei, serão consideradas como áreas cobertas para efeito dos paramentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 178 - É vedada a colocação de quaisquer elementos móveis nas fachadas, marquises ou aberturas das edificações, no alinhamento predial ou a partir do mesmo, tais como: vasos, arranjos, esculturas e congêneres.

Art. 179 - É proibida a colocação de vitrines e mostruários nas paredes externas das edificações avançando sobre o alinhamento predial ou limite do recuo obrigatório.

Seção VI
Dos Toldos

Art. 180 - Para a instalação de toldos no térreo das edificações no alinhamento predial, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - não exceder a largura das calçadas menos 50cm (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,0 m (dois metros);

II - não apresentar quaisquer de seus elementos com altura inferior a cota de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), referida ao nível do passeio;

III - não prejudicarem a arborização e iluminação pública e não ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;

IV - não receberem das cabeceiras laterais quaisquer vedação fixa ou móvel;

V - serem confeccionadas em material de boa qualidade e acabamento, harmônicos com a paisagem urbana;

VI - não serão permitidos apoios sobre a calçada.

Art. 181 - Os toldos instalados no térreo de construções recuadas do alinhamento predial deverão atender as seguintes condições:

I - altura mínima de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), a contar do nível do piso imediatamente inferior;

II - o escoamento das águas pluviais deverá ter destino apropriado no interior do lote;

III - a área coberta máxima deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área de recuo frontal;

IV - deverá ser confeccionado com material de boa qualidade e acabamento.

Art. 182 - Os toldos quando instalados nos pavimentos superiores, não poderão ter balanço superior a 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 183 - Quando se tratar de imóvel de valor cultural, deverá ser ouvido o órgão competente.

Art. 184 - É de responsabilidade do proprietário do imóvel garantir as condições de segurança na instalação, manutenção e conservação dos toldos.

Seção VII
Das Chaminés e Torres

Art. 185 - As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes.

Art. 186 - A qualquer momento o Município poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica.

Art. 187 - As chaminés de lareiras, churrasqueiras e coifas deverão ultrapassar no mínimo 50cm (cinquenta centímetros) o ponto mais alto da cobertura.

Art. 188 - A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,0 m (cinco metros) do ponto mais alto das edificações num raio de 50,0 m (cinquenta metros).

Art. 189 - As chaminés e torres deverão ser recuadas a 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas, sendo que, caso sua altura ultrapasse 10,0 m (dez metros), deverá ser observado o recuo mínimo de 1/5 (um quinto) de sua respectiva altura.

Art. 190 - As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento das divisas em medida não inferior a 1/5 (um quinto) de sua altura.

Art. 191 - Para a instalação de torres em estrutura metálica deverá ser solicitada prévia autorização, condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

I - documento de propriedade;

II - planta da quadra do imóvel;

III - certidão negativa de tributos;

IV - laudo técnico quanto à estabilidade;

V - anuência da aeronáutica quanto à altura e interferência nos equipamentos de rádio navegação;

VI - para-raios;

VII - documento comprovante de responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado junto ao conselho de classe competente, com o devido recolhimento bancário;

VIII - representação da implantação da torre no terreno e corte esquemático com as devidas dimensões, bem como do equipamento de apoio, em escala adequada a boa interpretação.

Art. 192 - Para a implantação das torres, as fundações deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, bem como qualquer ponto de sua estrutura ou equipamentos acoplados, qualquer que seja o seu tipo, não podendo, em hipótese alguma, avançar sob ou sobre o passeio do logradouro ou imóveis vizinhos.

Art. 193 - Para os casos em que houver necessidade de edificação para utilização de equipamento de apoio, a mesma deverá receber previamente alvará de execução e/ ou regularização, se for o caso, ou apresentar projeto aprovado.

Seção VIII
Das Passarelas

Art. 194 - É permitida a construção de passarelas em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 4,0 m (quatro metros) desde que o espaço aproveitável com essa construção fique em boas condições de iluminação e não resulte em prejuízo para as condições de ventilação e iluminação de compartimentos onde essa construção for executada.

Art. 195 - As passarelas deverão ser construídas de maneira a atenderem às seguintes condições:

I - permitir passagem livre por baixo, com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

II - ter guarda-corpo;

III - ter escada fixa de acesso.

Art. 196 - Quando as passarelas forem colocadas em lugares frequentados pelo público, a escada será disposta de maneira a não prejudicar a circulação do respectivo compartimento, atendendo às demais condições que lhe forem aplicáveis.

Art. 197 - Não será concedida licença para construção de passarelas sem que seja apresentada, além das plantas correspondentes à construção dos mesmos, o detalhamento do compartimento onde estes devam ser construídos, acompanhados de informações completas sobre o fim a que se destinam.

Art. 198 - Não será permitida a construção de passarelas que cubram mais de 1/3 (um terço) da área do compartimento em que forem instalados.

Art. 199 - Não será permitida a construção de passarelas em compartimentos destinados a dormitórios em prédios de habitação.

Art. 200 - Não serão permitidos o fechamento de galerias com paredes ou divisões de qualquer espécie.

Seção XIX
Dos Sótãos

Art. 201 - Os compartimentos situados nos sótãos que tenham pé-direito médio de 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros) poderão ser destinados à permanência prolongada, com mínimo de 10,0 m² (dez metros quadrados), desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação.

Seção X
Das Portarias, Guaritas e Abrigos.

Art. 202 - Portarias, guaritas e abrigos para guarda, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas na faixa de recuo mínimo obrigatório, desde que não ultrapassem 6,0 m² (seis metros quadrados).

Art. 203 - As bilheterias, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas nas faixas de recuo mínimo obrigatório, não ultrapassando 6,0 m² (seis metros quadrados), desde que a área de espera não interfira no acesso de pedestres ou na faixa de circulação de veículos, tampouco na calçada pública.

Art. 204 - Quando solicitado pelo Município, estas edificações deverão ser removidas sem qualquer ônus para o mesmo.

CAPÍTULO IV
DA CIRCULAÇÃO E SISTEMAS DE SEGURANÇA

Art. 205 - As exigências constantes deste Código de Obras, relativas às disposições construtivas da edificação e a instalação de equipamentos considerados essenciais à circulação e à segurança de seus ocupantes, visam, em especial, permitir a evacuação da totalidade da população em período de tempo previsível e com as garantias necessárias de segurança, na hipótese de risco.

Art. 206 - Considera-se Sistema de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio, o conjunto de instalações, equipamentos e procedimentos que entram em ação no momento em que ocorre uma situação de emergência, proporcionando nível adequado de segurança aos ocupantes de uma edificação.

Art. 207 - Nos edifícios serão adotadas para as saídas de emergência as normas técnicas vigentes e para a segurança contra incêndio e pânico a legislação estadual pertinente.

Art. 208 - Estas disposições aplicam-se a todas as edificações por ocasião da construção, da reforma ou ampliação, regularização e mudanças de ocupação já existentes.

Art. 209 - Ficam dispensadas das exigências destas especificações, as edificações destinadas a residências unifamiliares.

Art. 210 - As especificações para instalações dos Sistemas de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio deverão ser dimensionadas e executadas de acordo com as normas técnicas oficiais e legislações estadual e federal específicas, especialmente a NBR 9.077.

Art. 211 - As edificações existentes, que não atenderem aos requisitos mínimos de segurança, deverão ser adaptadas nas condições e prazos estabelecidos por ato do Executivo.

Art. 212 - Os corredores, áreas de circulação, acessos, rampas, escadas e guarda-corpos deverão obedecer aos parâmetros definidos pela NBR 9077, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou a que vier a substituir.

CAPÍTULO V
INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS.

Art. 213 - Para efeito deste Código, os compartimentos são classificados em:

I - Grupo A - aqueles compartimentos destinados a repouso, estar, refeição, estudo, trabalho, reunião, prática de exercício físico ou esporte;

II - Grupo B - os compartimentos destinados a:

a) depósitos em geral, com área superior a 2,5 m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

b) cozinhas, copas e áreas de serviço;

c) salas de espera, com área inferior a 7,5 m² (sete metros e cinquenta centímetros quadrados).

III - Grupo C - os compartimentos destinados a:

a) depósitos em geral, com área igual ou inferior a 2,5 m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

b) instalações sanitárias, vestiários, áreas de circulação em geral e garagens;

c) todo e qualquer compartimento que, pela natureza da atividade ali exercida, deva dispor de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

IV - Grupo D - os compartimentos destinados a abrigar equipamentos.

Parágrafo único. Salvo casos expressos, todos os compartimentos deverão ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior, devendo atender as seguintes condições:

V - para efeito de ventilação, será exigido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da abertura iluminante;

VI - não serão considerados ventilados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante for maior que 3 (três) vezes o seu pé direito;

VII - não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote, bem como a menos de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) das divisas;

VIII - as aberturas de compartimentos de permanência prolongada, quando confrontantes com economias distintas, não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00m (três metros) embora sejam da mesma edificação;

IX - em nenhum caso a área dos vãos poderá ser inferior a 40cm (quarenta centímetros).

Art. 214 - As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de produtos químicos deverão ter aberturas de iluminação e ventilação dos compartimentos da linha de produção dotados de proteção.

Art. 215 - As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalentes a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e a permitir a iluminação natural mesmo quando fechadas.

Art. 216 - Para os compartimentos de utilização prolongada, destinados ao trabalho, ficam permitidas a iluminação artificial e ventilação mecânica, mediante projeto específico que garanta a eficácia do sistema para as funções a que se destina o compartimento.

Seção I
Dos Dutos

Art. 217 - Os compartimentos dos Grupos C e D que não utilizarem ventilação e iluminação naturais deverão ter sua ventilação proporcionada por dutos de exaustão vertical ou horizontal, visitáveis e abertos diretamente para o exterior, ou por meios mecânicos.

Art. 218 - O duto de exaustão vertical deverá ter:

I - área mínima de 1,0 m² (um metro quadrado);

II - seção transversal capaz de conter um círculo de 60cm (sessenta centímetros) de diâmetro.

Art. 219 - O duto de exaustão horizontal deverá ter:

I - área mínima de 50cm² (cinquenta decímetros quadrados), observada a dimensão mínima de 25cm (vinte e cinco centímetros);

II - comprimento máximo de 5,0 m (cinco metros) quando houver uma única comunicação para o exterior;

III - comprimento máximo de 18,0 m (dezoito metros) quando possibilitar ventilação cruzada, pela existência de comunicações diretas para o exterior.

Art. 220 - Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as normas técnicas vigentes, salvo exigência maior fixada por legislação específica.

Seção II
Dos Pátios

Art. 221 - Todos os compartimentos dos Grupos A e B, deverão ter ventilação direta para logradouros públicos ou para pátios de iluminação e ventilação, devendo satisfazer as seguintes condições:

I - ser de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros), o afastamento de qualquer vão a face da parede eu fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada no plano horizontal;

II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de, no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - permitir a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo, cujo diâmetro em metros, será calculado pela fórmula: d= h/6 +1,20, onde "h" é a distância em metros do forro do último pavimento que deve ser servido pela área, até o piso do pavimento térreo, excluindo-se do cálculo os pavimentos intermediários.

CAPÍTULO VI
DA ABERTURA DE PORTAS E JANELAS

Art. 222 - As portas ou janelas terão sua abertura dimensionada em função da destinação do compartimento a que servirem e deverão proporcionar nos casos exigidos resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamentos acústicos, estabilidade e impermeabilidade.

Art. 223 - Os portões, portas e janelas situados no plano de piso térreo não poderão abrir sobre as calçadas.

Art. 224 - Com a finalidade de assegurar a circulação de Pessoas com Deficiências e/ou com Mobilidade Reduzida, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão largura livre mínima de 0,8 m (oitenta centímetros).

Art. 225 - Em edificações de uso coletivo, as alturas para acionamento de maçaneta de porta e outras medidas recomendadas para Pessoa com Deficiência deverão seguir as normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

Art. 226 - As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de comércio deverão ser dimensionadas em função da soma das áreas úteis comerciais, na proporção de 1,0 m (um metro) de largura para cada 600,0 m² (seiscentos metros quadrados) de área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 227 - As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de indústria deverão, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ser dimensionadas em função da atividade desenvolvida, sempre respeitando o mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 228 - As aberturas para ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos A e B, poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, observado o mínimo de 60 cm² (sessenta centímetros quadrados).

Art. 229 - A metade da área necessária à iluminação deverá ser destinada à ventilação do compartimento.

Art. 230 - Os compartimentos classificados nos Grupos A e B poderão apresentar, no máximo, a partir do plano de iluminação, profundidade igual a 3 (três) vezes sua largura mínima.

Art. 231 - As aberturas para ventilação dos compartimentos classificados no Grupo C poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/15 (um quinze avos) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,25 m² (vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 232 - É obrigatória a ventilação de garagens fechadas.

Art. 233 - A ventilação e iluminação de qualquer compartimento poderão ser feitas através de varandas.

Art. 234 - A ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos B e C poderão ser feitas através de outro compartimento.

Art. 235 - As instalações sanitárias não poderão ser ventiladas através de compartimentos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, e de compartimentos classificados no grupo A.

Art. 236 - Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas para o exterior, atendendo às normas técnicas vigentes.

Art. 237 - Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divisa do lote poderá ter qualquer de seus pontos situados a menos de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) dessa, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros públicos.

CAPÍTULO VII
DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 238 - Toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias, na razão de sua lotação e em função da atividade desenvolvida, de acordo com os parâmetros das NBR 5715 e 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou as que vierem a substituir.

CAPÍTULO VIII
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGENS

Art. 239 - As dimensões mínimas das vagas de estacionamento e das faixas de manobra serão calculadas em função do tipo de veículo, e do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa de acesso, conforme tabela do Anexo 01, parte integrante da presente Lei.

Art. 240 - As vagas em ângulo de 90º (noventa graus) para automóveis e utilitários que se situarem ao lado de parede, deverão ter larguras mínimas de 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 241 - Deverão ser previstas vagas para veículos de Pessoas com Deficiências e/ou com Mobilidade Reduzida, calculadas sobre o mínimo de vagas obrigatórias, na proporcionalidade de 1% (um por cento) quando em estacionamento coletivo e comercial, observando o mínimo de 1 (uma) vaga, devendo atender as normas técnicas vigentes.

Art. 242 - Fica permitido o uso dos recuos das edificações como área de estacionamento, exclusivamente nas vias das zonas ZCS1 e ZCS2, conforme estabelecido na Lei do Uso e Ocupação do Solo do Município de Enéas Marques, e atendendo as seguintes condições:

I - instalar guia rebaixada;

II - deixar liberado o espaço reservado para o passeio sem dificultar a mobilidade dos pedestres;

III - não utilizar integralmente as fachadas das edificações comerciais para vagas de veículos de forma a dificultar a entrada de pedestres, pessoas idosas, Pessoas com Deficiência e/ou Pessoas com Mobilidade Reduzida, conforme Anexo 02, parte integrante da presente Lei;

IV - sinalizar este espaço com placas, com a utilização de elementos de paisagismo ou diferenciação de nível;

V - dar preferência a áreas de estacionamento nos fundos da edificação comercial, principalmente quando se tratar de comercio de grande porte.

TÍTULO X
DAS NORMAS ESPECÍFICAS
CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 243 - Toda habitação terá no mínimo 48,0 m² (quarenta e oito metros quadrados) de construção e um quarto, uma sala, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço e um local para guarda de veículos.

Parágrafo único. Todas as residências devem ser construídas no nível da rua, sendo proibida a construção abaixo do nível (enterradas), sob pena de embargo e demolição da obra.

Art. 244 - O local para guarda de veículos deverá constar do projeto, não podendo ser utilizados os recuos obrigatórios.

Art. 245 - As residências poderão ter duas peças conjugadas, desde que a peça tenha, no mínimo, a soma das dimensões de cada uma delas.

Art. 246 - Será permitida a utilização de iluminação zenital nos seguintes compartimentos:

I - vestíbulos,

II - banheiros,

III - corredores,

IV - depósitos e

V - lavanderias.

Art. 247 - Toda habitação deverá ter revestimento impermeável, nas seguintes situações:

I - Paredes – revestimento impermeável até 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos - revestimento impermeáveis na copa, cozinha, banheiro e garagem.

Art. 248 - As dimensões mínimas deverão atender o disposto na tabela do Anexo 03, parte integrante desta Lei.

Art. 249 - A edificação em madeira ficará condicionada aos seguintes parâmetros, salvo quando adotada solução que comprovadamente garanta a segurança dos usuários da edificação e de seu entorno:

I - máximo de 2 (dois) andares;

II - altura máxima de 8,0 m (oito metros);

III - afastamento mínimo de 3,0 m (três) metros de qualquer ponto das divisas ou outra edificação;

IV - afastamento de 5,0 m (cinco metros) de outra edificação de madeira;

V - os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

Seção I

Das Residências Isoladas

Art. 250 - Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos seguintes limites:

I - área mínima de 4,50m^2;

II - diâmetro mínimo do círculo inscrito igual a 1,60m^2.

Art. 251 - Não serão considerados como aberturas para ventilação as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres e avarandados, se tiverem paredes opostas ou ortogonais à abertura, numa distância inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da projeção dos beirais, medido desta, em direção ao terraço coberto.

Seção II

Das Residências Geminadas

Art. 252 - Consideram-se residências geminadas, duas unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum, com testada mínima de 5,00m (cinco metros) para cada unidade.

Parágrafo único. O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária, onde as moradias, isoladamente, estejam de acordo com este Código.

Art. 253 - A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

Seção III

Das Residências em Série, Paralelas ao Alinhamento Predial.

Art. 254 - Consideram-se as residências em Série, paralelas ao Alinhamento Predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia.

Art. 255 - As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - a testada do lote de uso exclusivo de cada unidade terá, no mínimo 6,00m (seis metros) e profundidade mínima de 25m (vinte e cinco metros);

II - a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e para a zona onde se situarem.

Parágrafo único. Na implantação de residências de que se trata o *caput* deste artigo é obrigatório a execução da seguinte infraestrutura no empreendimento, mediante Termo de Compromisso firmado pelo interessado no processo de implantação do condomínio:

III - redes de iluminação, água e esgoto;

IV - obras de drenagem conveniente ao terreno.

Seção IV

Das Residências em Série, Transversais ao Alinhamento Predial.

Art. 256 - Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquela cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades no mesmo alinhamento.

Art. 257 - As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - a testada do lote terá no mínimo 33,00m (trinta e três metros);

II - o acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo:

a) 8,00m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso, sendo 3,00m (três metros) de passeio em apenas um lado do corredor e 5,00 (cinco metros) de pista de rolamento;

b) 10,00m (dez metros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso, sendo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de passeio em cada um dos lados do corredor e 5,00 (cinco metros) de pista de rolamento;

III - quando houver mais de 5 (cinco) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno, cujo diâmetro mínimo deverá ser igual a 15,00m (quinze metros) de largura;

IV - possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 5,00m (cinco metros) de testada e 25,00m (vinte e cinco metros) de profundidade;

V - a Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são definidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

VI - deverão ser instaladas lixeiras no interior do lote, em local de acesso livre para coleta, instaladas a, no máximo, 2,00m (dois metros) do alinhamento predial frontal.

VII - obrigatoriedade de execução da seguinte infraestrutura no empreendimento, mediante termo de compromisso firmado pelo interessado no processo de implantação do condomínio:

a) redes de iluminação, água e esgoto;

b) obras de drenagem conveniente elo terreno;

c) pista de rolamento com revestimento em asfalto, concreto alisado ou blocos de concreto.

VIII - quanto as edificações:

a) deverão ter no máximo 3 (três) pavimentos, a partir e superiores ao nível do solo;

b) cada unidade habitacional deverá conter pelo menos 1 (uma) vaga de estacionamento, podendo ser coberta ou não, com dimensões mínimas de 2,40 (dois metros e quarenta centímetros) de largura por 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de comprimento, livre de qualquer obstáculo;

c) o afastamento entre as edificações será de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) quando houver aberturas e facultativo quando não houver aberturas.

Art. 258 - Os espaços de uso comum, as áreas de estacionamento e as vias internas de circulação de veículos e pedestres serão de uso exclusivo do condomínio, sendo sua manutenção de responsabilidade do conjunto de moradores;

Seção V
Dos Conjuntos Residenciais

Art. 259 - Consideram-se conjuntos residenciais os empreendimentos que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:

I - o anteprojeto será submetido à apreciação do Departamento competente do Poder Executivo Municipal;

II - a largura dos acessos será determinada em função do número de moradias a que irá servir e deverá se adequar ao Sistema Viário Urbano;

III - o lote deverá ter a área mínima estabelecida pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo observados os parâmetros urbanísticos da respectiva zona;

IV - deverá possuir playground, com área equivalente a 6,00m² (seis metros quadrados), por unidade de moradia;

V - as áreas de acesso serão revestidas de asfalto ou similar;

VI - o terreno será convenientemente drenado;

VII - a infraestrutura exigida é regulamentada pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;

VIII - os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de residências isoladas, geminadas ou em série;

IX - o terreno, no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha, as dimensões mínimas permitidas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e as construções estejam de acordo com este Código;

X - exigir-se-á, ainda, a reserva de área e outras obrigações contempladas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Seção VII
Da Habitação Coletiva

Art. 260 - Os edifícios de 3 (três) ou mais pavimentos e/ou 8 (oito) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Art. 261 - As áreas comuns das habitações coletivas deverão ter as dimensões mínimas, conforme disposto na tabela do Anexo 04.

Art. 262 - Quando o edifício dispuser de menos de 3 (três) pavimentos, e/ou menos de 8 (oito) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 263 - Os edifícios que, obrigatoriamente, forem servidos por elevadores, ou os que tiverem mais de 15 (quinze) apartamentos, deverão ser dotados de apartamentos para moradia do zelador.

Art. 264 - O programa e as áreas mínimas de apartamento para moradia do zelador deverá ser:

I - sala com 9,0 m² (nove metros quadrados);

II - dormitório com 9,0 m² (nove metros quadrados);

III - cozinha com 5,0 m² (cinco metros quadrados);

IV - sanitário com 2,7 m² (dois e setenta metros quadrados);

V - local para tanque.

§1º - A sala e o dormitório poderão constituir um único compartimento, devendo, neste caso, ter a área mínima de 15,0 m² (quinze metros quadrados).

§2º - Os edifícios não enquadrados nas disposições deste artigo deverão ser dotados de, no mínimo, um banheiro destinado ao zelador contendo vaso sanitário, pia e chuveiro.

Art. 265 - Os edifícios deverão ter revestimento impermeável nas seguintes situações:

I - Paredes – revestimento impermeável até 1,5 m (um metro e cinqüenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos: revestimento impermeável, na copa, cozinha, banheiro, garagem, hall do prédio, hall dos pavimentos, corredores principais e secundários, escadas e rampas.

Art. 266 - A habitação coletiva deverá dispor, no mínimo, de 01 (uma) vaga de garagem/ estacionamento por unidade habitacional.

Parágrafo único. O recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

Art. 267 - Os edifícios deverão ter acessibilidade a Pessoas com Deficiência e/ou com Mobilidade Reduzida conforme normas técnicas brasileiras de acessibilidade vigentes.

Art. 268 - As edificações deverão possuir Saídas de Emergência conforme normas técnicas brasileiras vigentes correlatas à matéria.

Art. 269 - Os edifícios deverão ter distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economia distinta, não inferior a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros).

Art. 270 - Os edifícios com área total de construção superior a 750,0 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) disporão, obrigatoriamente, de espaço descoberto para recreação infantil, que ainda às seguintes exigências:

I - ter área correspondente a 3% (três por cento) da área total de construção, observada a área mínima 22,5 m² (vinte e dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

II - conter no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros);

III - situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

IV - estar separado do local de circulação ou estabelecimento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;

V - conter equipamentos para recreação de crianças;

VI - ser dotado, se estiver em piso acima do solo, de guarda-corpo com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros), para proteção contra queda.

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES, USOS E BENFEITORIAS NA ÁREA RURAL

Art. 271 - Todas as edificações que se instalarem em zona rural ficam subordinadas às exigências deste Código e as demais que lhes forem aplicáveis.

Art. 272 - É proibido qualquer edificação, uso e execução de benfeitorias, como cercas, nas faixas de domínio nas vias rurais.

Art. 273 - É proibida a utilização de árvores para promover o cercamento de propriedades ou áreas confinadas.

CAPÍTULO III
DAS EDIFICAÇÕES NÃO HABITACIONAIS

Art. 274 - São consideradas edificações não residenciais, aquelas destinadas a instalações de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 275 - As edificações não residenciais deverão ter:

I - estrutura e entrepisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

II - ter distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economias distintas não inferior a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros);

III - acessibilidade a Pessoas com Deficiência e/ou com Mobilidade Reduzida conforme normas técnicas brasileiras vigentes;

IV - corredores de circulação com largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

V - saídas de emergência conforme normas técnicas brasileiras vigentes.

Art. 276 - As edificações destinadas a atividades consideradas potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, além das prescrições do presente Código deverão atender à legislação sobre impactos ambientais.

Art. 277 - Nas edificações em que houver atividades que incluam manipulação de óleos e graxas, tais como serviços de lavagem e/ou lubrificação, oficinas mecânicas em geral, retificadoras de motores, dentre outras, além das disposições do Art. 276 - da presente Lei, deverá ser instalada caixa separadora de óleo e lama atendendo as normas técnicas pertinentes.

Art. 278 - Os sanitários deverão atender, no mínimo, as seguintes condições:

I - pé-direito mínimo de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros);

II - paredes até a altura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - vaso sanitário e lavatório;

IV - quando coletivos, um conjunto de acordo com as normas técnicas vigentes;

V - incomunicabilidade direta com a cozinha.

Art. 279 - Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despensas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - ser dimensionados conforme equipamentos específicos;

II - ter piso e paredes até a altura mínima de 2,0 m (dois metros), revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

Art. 280 - As áreas de estacionamentos descobertas em centros comerciais, supermercados, pavilhões, ginásios e estádios deverão:

I - ser arborizadas na relação de 01 (uma) árvore para cada 04 (quatro) vagas;

II - ter piso com material absorvente de águas pluviais, quando pavimentado.

Seção I
Dos Edifícios de Escritórios

Art. 281 - As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional deverão:

I - ter no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência, dentro das normas da empresa brasileira de correios e telégrafos etc.;

II - ter portaria quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) salas ou conjuntos;

III - ter, em cada pavimento, um conjunto de sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 7,5 m² (sete metros e cinquenta decímetros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo.

Art. 282 - Será exigido apenas um sanitário, quando privativo, nos conjuntos ou unidades autônomas com área máxima de 70,0 m² (setenta metros quadrados).

Seção II
Das Edificações Comerciais

Art. 283 - As edificações destinadas a comércio em geral deverão:

I - ter pé-direito mínimo nas lojas de:

a) quando área até 100,0 m² (cem metros quadrados), pé-direito de 3,0 m (três metros);

b) quando entre 100,0 m² (cem metros quadrados) e 200,0 m² (duzentos metros quadrados), pé-direito de 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros);

c) quando acima de 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito de 4,0 m (quatro metros).

II - ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/10 (um décimo) da área útil dos compartimentos;

III - ter as portas gerais de acesso ao público, com uma largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

IV - ter em cada pavimento, 01 (um) conjunto sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para

cada 15,0 m² (quinze metros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo;

V - ter instalações sanitárias para uso público, separadas por sexo, nas lojas de médio e grande porte, na razão de um conjunto de vaso e lavatório para cada 600,0 m² (seiscentos metros quadrados) de área de piso de salão, localizadas junto às circulações verticais ou em área de fácil acesso;

VI - ter pelo menos 01 (um) sanitário nas lojas que não ultrapasse 75,0m² (setenta e cinco metros quadrados);

VII - garantir fácil acesso para pessoas com deficiência e/ou com Mobilidade reduzida às dependências de uso coletivo e previsão de 2% (dois por cento) de sanitários, com o mínimo de um, quando com mais de 20 (vinte) unidades;

VIII - lojas com iluminação artificial e sistema de renovação ou condicionamento de ar, quando possuírem profundidade superior à largura da circulação ou distarem mais de 04 (quatro) vezes esta largura do acesso ou de pátio interno.

Seção III

Do Comércio Especial

Art. 284 - Os edifícios de comércio especial destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I - restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres:

II - restaurantes - pizzarias, cantinas, casas de chá, churrascarias;

III - lanchonetes e bares – lanchonete, bares, botequins, hot-dogs, pastelarias;

IV - confeitarias e padarias - confeitarias, padarias, docerias, bufetes, massas e macarrão, sorveterias.

V - açougues e peixarias - açougues, casas de carne, peixarias, aves e ovos, animais vivos (de pequeno porte e pequeno número);

VI - mercearias e quitandas - mercearias quitandas, empórios, armazéns, quitandas, laticínios, frios;

VII - mercados e supermercados - pequenos mercados e supermercados.

Art. 285 - Nos estabelecimentos de comércio especial, os compartimentos destinados a trabalho, fabrico, manipulação, cozinha, despensa, depósito de matérias primas ou gêneros, e guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, paredes, pilares e colunas revestidas de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

Art. 286 - Os compartimentos para venda, atendimento ao público ou consumo de alimentos deverão ter, pelo menos, o piso revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

Art. 287 - Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia e a residência ao

zelador, não poderão estar no mesmo local, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados a consumo de alimentos, cozinha, fabrico, manipulação, depósito de matérias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados.

Seção IV

Dos Restaurantes, Lanchonetes, Bares e Estabelecimentos Congêneres

Art. 288 - As cozinhas, copas, despensas e salões de consumição desses estabelecimentos terão os pisos e paredes revestidas de material liso, resistente e não absorvente, sendo as paredes revestidas até a altura de 2,0 m (dois metros).

Art. 289 - Se os compartimentos de consumo de alimentos não dispuserem de aberturas externas, pelo menos em duas faces deverão ter instalação de renovação de ar.

Art. 290 - Além da parte destinada à consumação, os restaurantes deverão dispor:

I - de cozinha cuja área que não será inferior a 5,0 m² (cinco metros quadrados), devendo corresponder à relação mínima de 1:10 (um por dez) da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo, sendo que as cozinhas não poderão ter comunicação direta com o salão de refeições;

II - opcionalmente, de um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que deverá satisfazer às condições exigidas para compartimentos de permanência transitória, estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Art. 291 - Nos bares e lanchonetes, deverão ser atendidas as seguintes diretrizes:

I - a área dos compartimentos destinados à venda ou à realização de refeições ligeiras, quentes ou frias, deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros);

II - os compartimentos ou ambientes que possam ser utilizados para venda ou consumo de alimentos apresentando área cujo total seja superior a 40,0 m² (quarenta metros quadrados), deverão satisfazer às seguintes especificações:

III - dispor de aberturas externas, pelo menos em duas faces ou de instalação de renovação de ar;

IV - possuir um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que satisfaça, para efeito de ventilação e iluminação, as condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Art. 292 - Confeitarias e padarias deverão atender as seguintes especificações:

I - os compartimentos de consumo, de trabalho e manipulação, quando tiverem área igual ou superior a 40,0 m² (quarenta metros quadrados) cada um, deverão ter instalação de renovação de ar, se não dispuserem de abertura externa pelo menos em duas faces;

II - havendo compartimento para despensa ou depósito de matéria prima para o fabrico de pães, doces e confeitos, este deverá satisfazer às condições do compartimento de permanência transitória, estando ligado diretamente ao compartimento de trabalho e manipulação e tendo área mínima de 8,0 m² (oito metros quadrados);

III - não havendo, no estabelecimento, área destinada à consumação, deverá existir, pelo menos, sanitários para funcionários.

Seção V
Dos Açougues e Peixarias

Art. 293 - O compartimento destinado a açougues e peixarias deverá:

I - ter, pelo menos, uma porta de largura não inferior a 2,4 cm (dois metros e quarenta centímetros), amplamente vazada, que abra para via pública ou para faixa de recuo do alinhamento de modo a assegurar plena ventilação para o compartimento;

II - não ter comunicação direta com os compartimentos destinados à habitação;

III - ter água corrente e ser dotado de pias;

IV - ter suficiente iluminação natural e artificial.

Art. 294 - As dependências destinadas ao público e ao corte deverão ser separadas entre si por meio de balcão com revestimento impermeável e adequado à função.

Art. 295 - As dependências destinadas ao público, ao corte e ao armazenamento não poderão ter aberturas de comunicação direta com chuveiros ou sanitários.

Seção VI
Das Mercearias e Quitandas

Art. 296 - Nas mercearias e quitandas, as áreas destinadas à venda, atendimento ao público e manipulação deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros).

Art. 297 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, estes deverão satisfazer, para efeito de ventilação e iluminação, as condições de compartimento de permanência transitória e possuir área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Seção VII
Dos Mercados e Supermercados

Art. 298 - Para construção de mercados particulares no Município, serão observadas as seguintes exigências:

I - as portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,0 m (dois metros);

II - o pé-direito mínimo será de 3,0 m (três metros), medido do ponto mais baixo do telhado;

III - as passagens principais apresentarão largura mínima de 4,0 m (quatro metros) e serão pavimentadas com material impermeável e resistente;

IV - a superfície mínima dos compartimentos será de 8,0 m² (oito metros quadrados), com a dimensão mínima de dois metros;

V - os pisos serão de material impermeável e resistente;

VI - a superfície iluminante não será, em geral, inferior a 1/5 (um quinto) da superfície útil e as aberturas, quer em plano vertical, quer em claraboias, serão convenientemente estabelecidas, procurando aclaramento uniforme;

VII - a superfície de ventilação permanente em plano vertical, janelas ou lanternins, não será inferior a 1/10 (um décimo) do piso;

VIII - deverá haver instalações sanitárias na proporção mínima de 01 (uma) para cada 05 (cinco) compartimentos, devidamente separadas para cada sexo, de acordo com as normas deste código, para as instalações sanitárias agrupadas e localizar-se-ão no mínimo a 5,0 m (cinco metros) de qualquer compartimento de venda;

IX - deverão possuir instalação frigorífica proporcional à necessidade do mercado;

X - deverá haver compartimento especial destinado a depósito de lixo localizado em situação que permita a sua fácil remoção.

Seção VIII

Das Edificações para Usos de Saúde

Art. 299 - Consideram-se edificações para usos de saúde as destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

I - hospitais ou casas de saúde;

II - maternidades;

III - clínicas médicas, odontológica, radiológica ou de recuperação física ou mental;

IV - ambulatórios;

V - prontos-socorros;

VI - postos de saúde;

VII - bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas.

Art. 300 - As edificações para usos de saúde, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer, no que couber, às condições estabelecidas nas normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 301 - Os hospitais, maternidades e pronto-socorro deverão ser dotados de instalações de energia elétrica autônoma - gerador ou equivalente com iluminação de emergência.

Seção IX
Das Escolas e Creches

Art. 302 - As edificações para usos educacionais, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer às normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 303 - As edificações destinadas a escolas e creches deverão ter as instalações sanitárias com as seguintes condições:

I - instalações sanitárias separadas por sexo para os alunos;

II - masculino: 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunos e 01 (um) mictório para cada 25 (vinte e cinco) alunos;

III - feminino: 01 (um) vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunas e 01 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunas;

IV - instalações sanitárias e quaisquer outros equipamentos adaptados ao porte dos alunos quando em educação infantil (creche e pré-escola);

V - funcionários e professores: 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e local para chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) pessoas;

VI - sala exclusiva e instalação sanitária para professores, quando com mais de 5 (cinco) salas de aula;

VII - ter bebedouro automático, no mínimo, 01 (um) para cada 150 (cento e cinquenta) alunos;

VIII - garantir fácil acesso para Pessoas com Deficiência e/ou com Mobilidade Reduzida às dependências de uso coletivo, administração e a 2% (dois por cento) das salas de aula e sanitários.

Art. 304 - As edificações para usos educacionais até o ensino médio, inclusive, deverão possuir áreas de recreação para a totalidade da população de alunos calculada, na proporção de:

I - 0,5 m^2 (cinquenta centímetros quadrados) por aluno para recreação coberta;

II - 2,0 m^2 (dois metros quadrados) por aluno para recreação descoberta.

Art. 305 - Não será admitida, no cálculo das áreas de recreação, a subdivisão da população de alunos em turnos em um mesmo período.

Art. 306 - Não serão considerados corredores e passagens como locais de recreação coberta.

Art. 307 - Serão admitidos outros pavimentos, desde que para uso exclusivo da administração escolar.

Art. 308 - Os corredores e as escadas deverão ter uma largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 309 - As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Seção X
Das Edificações para Locais de Reunião

Art. 310 - São considerados locais de reunião:

I - esportivos: estádios, ginásios, quadras para esportes, salas de jogos, piscinas e congêneres;

II - recreativos: sedes sociais de clubes e associações, salões de bailes, restaurantes e congêneres com música ao vivo, boates e discotecas, boliches, salas de jogos, parques de diversões, circos e congêneres;

III - culturais: cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, museus, bibliotecas, salas públicas e congêneres;

IV - religiosos: igrejas, templos, salões de agremiações religiosas ou filosóficas e congêneres;

V - comerciais: espaços destinados a feiras, exposições e eventos similares.

Art. 311 - As folhas das portas de saída dos locais de reunião, assim como as bilheterias, se houver, não poderão abrir diretamente sobre os logradouros públicos.

Art. 312 - Todo local de reunião deverá ser adequado à utilização por parte de Pessoas com Deficiências e/ou com Mobilidade Reduzida, de acordo com a legislação municipal em vigor e as normas técnicas brasileiras sobre acessibilidade vigentes.

Art. 313 - As boates, além das disposições do Art. 311 -da presente Lei, deverão possuir isolamento e condicionamento acústico adequado, em conformidade com a legislação aplicável.

Seção XI
Dos Pavilhões

Art. 314 - Pavilhões são edificações destinadas, basicamente, instalações de atividades de depósito, comércio atacadista, armazéns e indústrias, devendo atender as seguintes condições:

I - ter as paredes de sustentação de material incombustíveis;

II - ter pé-direito mínimo de:

a) área até 100,0 m² (cem metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,0 m (três metros);

b) entre 100,0 m² (cem metros quadrados) e 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros);

c) acima de 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 4,0m (quatro metros).

III - ter nos locais de trabalho vãos de iluminação e ventilação com área equivalente a 1/10 (um décimo) da área útil;

IV - ter instalações sanitárias, separadas por sexos na proporção 01 (um) conjunto sanitário com chuveiro para cada 450,0 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) ou fração de área construída; e

V - ter vestiários separados por sexo.

Seção XII

Das Garagens Não Comerciais

Art. 315 - São consideradas garagens não comerciais as que forem construídas no lote, em subsolo ou em um ou mais pavimentos de edifício de uso residencial e não residencial.

Art. 316 - As edificações destinadas a garagens não comerciais, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

I - pé-direito livre mínimo de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) com passagem mínima de 2,1 m (dois metros e dez centímetros);

II - locais de estacionamento para cada veículo com largura livre mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) e comprimento mínimo de 4,6 m (quatro metros e sessenta centímetros) numerados sequencialmente;

III - vão de entrada com largura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) e, no mínimo, 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) veículos;

IV - ter o corredor de circulação largura mínima de 3,0 m (três metros), 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,0 m (quatro metros) ou 5,0 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30º 45º 60º e 90º respectivamente.

Art. 317 - Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo.

Art. 318 - Não serão permitidas quaisquer instalações de abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens não comerciais.

Art. 319 - Os locais de estacionamento quando delimitados por paredes, deverão ter largura mínima de 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 320 - O rebaixamento dos meios-fios da calçada para acessos de veículos não poderá exceder a extensão de 5,0 m (cinco metros) para cada vão de entrada da garagem, nem a soma dos rebaixos ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre neles de 1,0 m (um metro).

Seção XIII
Das Garagens Comerciais

Art. 321 - As garagens comerciais são edificações destinadas à guarda de veículos, podendo haver serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento, devendo atender as seguintes disposições:

I - ter local de acumulação com acesso direto do logradouro, que permita o estacionamento eventual de um número de veículos não inferior a 5% (cinco por cento) da capacidade total da garagem, não podendo ser numerado nem sendo computado nesta área o espaço necessário à circulação de veículos;

II - ter caixa separadora de óleo e lama quando houver local para lavagem e/ou lubrificação;

III - ter vãos de entrada com largura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros), e no mínimo 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) carros;

IV - ter os locais de estacionamento para cada carro com largura mínima de 2,4 m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,0 m (cinco metros), numerados sequencialmente;

V - ter o corredor de circulação com largura mínima de 3,0 m (três metros), 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,0 m (quatro metros) ou 5,0 m (cindo metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30º 45º 60º e 90º, respectivamente;

VI - ter instalação sanitária para uso público de no mínimo 01 (um) conjunto sanitário;

VII - ter instalação sanitária destinadas aos funcionários na proporção de 01 (um) conjunto com chuveiro para cada 10 (dez) funcionários;

VIII - os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo;

IX - o rebaixamento dos meios-fios de calçadas para acessos de veículos, não poderá exceder a extensão de 5,0 m (cinco metros) para cada vão de entrada da garagem, nem a somatória dos rebaixos poderá ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 3,0 m (três metros);

X - as garagens comerciais com circulação vertical por processo mecânico deverão ter instalação de emergência para fornecimento de força.

Seção XIV

Dos Postos de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação

Art. 322 - Os postos de serviços destinam-se às atividades de abastecimento, lubrificação, limpeza e lavagem de veículos, que podem ser exercidos em conjunto ou isoladamente.

Art. 323 - O terreno para instalação de novos postos de serviços e de abastecimento de veículos de que trata esta Seção deverá atender as seguintes condições:

I - rebaixamento de meios-fios em, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do comprimento da testada ou de cada uma das testadas, em se tratando de imóvel de esquina, não podendo ocorrer no trecho correspondente à curva de concordância das ruas, sendo que a distância mínima será de 5m (cinco metros), contados a partir do alinhamento predial;

II - distância de, no mínimo, 100m (cem metros) dos limites de escolas, creches, hospitais, postos de saúde, asilos e poços de captação de águas subterrâneas para abastecimento público, medidos a partir das divisas dos lotes;

III - observância das exigências contidas na Lei do Uso e da Ocupação do Solo Urbano e na legislação do meio ambiente.

Art. 324 - Os tanques de combustível deverão guardar afastamentos mínimos de 15m (quinze metros) das divisas do terreno.

Art. 325 - A implementação de postos de combustíveis deverá atender às exigências mínimas estabelecidas pela Resolução SEDEST Nº 3 DE 17/01/2020, ou a que vier a substitui-la.

Art. 326 - Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas as seguintes determinações:

I - quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,0 m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;

II - haverá calha coletora em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

III - deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

IV - ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

V - ter instalação sanitária para os usuários, separadas das destinadas aos empregados.

Seção XV

Das Edificações Para Usos Industriais

Art. 327 - As edificações destinadas ao uso industrial, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão atender às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e as normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 328 - Visando o controle da qualidade de vida da população dependerão de aprovação e aceitação, por parte do órgão estadual competente, as indústrias que produzam resíduos líquidos, sólidos ou gasosos.

Art. 329 - As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de medicamentos deverão:

I - ter, nos recintos de fabricação, as paredes revestidas até a altura mínima de 2,0 m (dois metros) com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos;

II - ter o piso revestido com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado;

III - ter assegurado a incomunicabilidade direta com os compartimentos sanitários;

IV - ter as aberturas de iluminação e ventilação dotadas de proteção com tela milimétrica.

TÍTULO XI
DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

Art. 330 - Mediante requerimento padronizado ou formalização de processo e pagamento das taxas devidas, o Poder Executivo Municipal de Enéas Marques fornecerá dados ou consentirá na execução e implantação de obras e serviços, a partir da emissão de:

I - Consulta Prévia;

II - comunicação;

III - Alvará de Alinhamento e Nivelamento;

IV - Alvará de Autorização;

V - Alvará de Aprovação;

VI - Alvará de Execução;

VII - Certificado de Conclusão de Obra (“Habite-se”).

CAPÍTULO I
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 331 - A consulta previa poderá ser requerida por qualquer interessado, mediante a apresentação de croqui de localização do lote onde será realizada a construção, reconstrução, reforma ou ampliação, constando a indicação da destinação da obra e material construtivo, cabendo ao Poder Executivo Municipal a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, constantes na Lei do Uso e ocupação do Solo Urbano, na Lei de

Mobilidade e Sistema Viário e eventuais restrições provindas da legislação ambiental estadual e federal.

Art. 332 - As informações disponibilizadas pela Consulta Prévia prescreverão em 90 (noventa) dias a contar da data de publicação do despacho para sua emissão, garantido ao requerente o direito de solicitar Alvará de Aprovação conforme a legislação vigente à época do protocolamento do pedido de Consulta Prévia, caso ocorra nesse período alteração da legislação e desde que a nova lei não disponha de modo contrário.

CAPÍTULO II
DA COMUNICAÇÃO

Art. 333 - Dependem, obrigatoriamente, de comunicação prévia ao Município, as seguintes atividades:

I - execução de restauro em edificações tombadas ou preservadas, desde que obtida a prévia aprovação dos órgãos competentes;

II - execução de reparos externos em edificações com mais de 2 (dois) andares;

III - execução de reparos externos em fachadas situadas no alinhamento;

IV - execução de reformas;

V - execução de obras emergenciais;

VI - início de serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada;

VII - início, paralisação e reinício de obras para efeito de comprovação da validade do alvará de execução;

VIII - implantação de mobiliário urbano;

IX - transferência, substituição, baixa e assunção de responsabilidade profissional.

§1º - A comunicação será assinada por profissional habilitado, nos casos em que a natureza do serviço ou tipo de obra assim o exigir, e instruído com peças gráficas ou descritivas, e outras julgadas necessárias para sua aceitação.

§2º - A comunicação terá eficácia a partir da aceitação pelo Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, cessando imediatamente sua validade se:

I - constatado o desvirtuamento do objeto da Comunicação, caso em que serão adotadas as medidas fiscais cabíveis;

II - não iniciados os serviços, 90 (noventa) dias após a sua aceitação.

CAPÍTULO III
DO ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO

Art. 334 - Mediante processo administrativo e a pedido do interessado, o Poder Executivo Municipal de Enéas Marques emitirá o Alvará de Alinhamento e Nivelamento sempre que solicitado.

Art. 335 - O pedido de Alvará de Alinhamento e Nivelamento será instruído com documento de propriedade para verificação da confrontação do imóvel com o logradouro público; não sendo possível tal verificação por meio de documento de propriedade, será exigida ao solicitante a apresentação de levantamento topográfico que permita a exata localização do lote na quadra.

Art. 336 - O Alvará de Alinhamento e Nivelamento somente perderá sua validade quando houver alteração do alinhamento do logradouro, aprovada pelo poder Público.

CAPÍTULO IV
DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Art. 337 - A pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel o Poder Executivo Municipal, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Autorização para:

I - implantação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório;

II - implantação e/ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;

III - implantação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

IV - avanço de tapume sobre parte do passeio público;

V - utilização temporária de edificação, licenciada para uso diverso do pretendido;

VI - transporte de terra ou entulho.

Parágrafo único. O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças descritivas e gráficas, e será devidamente avalizado por profissional habilitado quando, a natureza da obra ou serviço assim o exigir, dependendo sua renovação de recolhimento semestral das taxas devidas.

Art. 338 - O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação será fixado em conformidade com a sua finalidade.

Art. 339 - O Alvará de Autorização deverá ter caráter precário e poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando o Poder Executivo Municipal não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.

CAPÍTULO V
DO ALVARÁ DE APROVAÇÃO

Art. 340 - A pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, o Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Aprovação para:

I - movimentação de terra;

II - muro de arrimo;

III - edificação nova;

IV - reforma;

V - aprovação de equipamento;

VI - sistema de segurança.

Parágrafo único. Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados nos incisos deste artigo.

Art. 341 - O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

I - requerimento assinado pelo responsável do projeto e pelo proprietário, solicitando aprovação do projeto;

II - título de propriedade do imóvel;

III - apresentação de levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário, considerando-se que:

a) somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade apresentado e as apuradas no levantamento topográfico; e

b) havendo divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o alvará de aprovação, ficando a emissão do alvará de execução condicionada à apresentação de escritura retificada.

IV - Memorial descritivo da atividade a ser realizada;

V - 03 (três) cópias físicas do projeto e uma via digital, que deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) data, nome e assinatura do proprietário, do autor do projeto e do responsável pela obra no carimbo de todas as pranchas;

b) planta esquemática de situação do lote, com orientação do norte magnético, nome e cotas de largura de logradouros e das calçadas contíguas ao lote, distância do lote à esquina mais próxima, indicação da numeração dos lotes vizinhos e do lote a ser construído, quando houver;

c) quadro contendo a relação das áreas de projeção e da área total construída de cada unidade ou pavimento, área do lote e taxa de ocupação;

d) planta de localização, na escala mínima de 1:500, onde constarão:

1. projeção da edificação ou das edificações dentro do lote com as cotas;
2. dimensões das divisas do lote e as dimensões dos afastamentos das edificações em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes;
3. dimensões externas da edificação;
4. nome dos logradouros contíguos ao lote.

e) Planta baixa de cada pavimento da edificação na escala mínima de 1:100, onde constarão:

1. dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;
2. finalidade de cada compartimento;
3. traços indicativos de cortes longitudinais e transversais;
4. indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

VI - cortes transversais e longitudinais, na escala mínima de 1:100 em número suficiente ao perfeito entendimento do projeto, dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris e demais elementos, com indicação, quando necessário, dos detalhes construtivos;

VII - planta de cobertura com indicação do sentido de escoamento das águas, localização das calhas, tipo e inclinação da cobertura, caixa d'água, casa de máquina, quando for o caso, e todos os elementos componentes da cobertura, na escala mínima de 1:200;

VIII - elevação das fachadas, na escala mínima de 1:100;

IX - quadro com especificação e descrição das esquadrias a serem utilizadas;

X - no caso de projetos envolvendo movimento de terra, será exigido corte esquemático com cotas de níveis e indicação de cortes e/ou aterros taludes, arrimos e demais obras de contenção;

XI - projeto das instalações hidráulico-sanitárias e elétricas, na escala mínima 1:50;

XII - projeto de prevenção de incêndio, aprovado pelo corpo de bombeiros, para edificações com mais de 2 (dois) pavimentos;

XIII - em casos especiais, poderá o Poder Executivo Municipal exigir cálculos de tráfego de elevadores e projetos de instalações de ar-condicionado ou calefação e ainda, de instalações telefônicas;

§1º - O projeto legal de arquitetura deverá seguir as definições da norma geral de desenho técnico vigente.

§2º - As dimensões das pranchas com os desenhos citados no *caput* deste artigo deverão adotar as definições da NBR 10068, ou a que vier a substituir.

§3º - Fica obrigatória a apresentação de projeto estrutural para edificações com mais de três pavimentos;

§4º - Para aprovação de um projeto pelo competente Departamento do Poder Executivo Municipal, o projeto deverá ser assinado pelo proprietário e pelo respectivo responsável técnico.

§5º - Nas obras de reforma, reconstrução ou acréscimo, serão apresentadas, a critério do profissional, com indicação precisas e convencionadas, as partes a acrescentar, demolir ou conservar, sendo utilizada a seguinte convenção:

I - amarelo para as partes a demolir;

II - vermelho para as partes novas ou a renovar;

III - preto para as partes a conservar.

Art. 342 - Quando se tratar de construções destinadas ao fabrico ou manipulação de gêneros alimentícios, frigoríficos e matadouros, bem como hospitais e congêneres, deverá ser ouvida o Departamento de Saúde antes da aprovação do projeto, bem como respeitadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 343 - As obras de construção de muros de sustentação ou proteção de terras, bem como obras de canalização de cursos d'água, pontes, pontilhões, bueiros, ficam sujeitos à apresentação de projeto e respectiva aprovação.

Art. 344 - Em caso de erro ou insuficiência de elementos, o requerente será notificado, dentro do prazo de dez (10) dias contados da data da entrada do projeto no Departamento de Obras e Serviços Públicos, a fim de satisfazer as exigências formuladas ou dar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Art. 345 - O Alvará de Aprovação terá sua validade por 01 (um) ano a contar da data da publicação do deferimento do pedido, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião dos pedidos de prorrogação.

§1º - Findo este prazo e não tendo sido requerido o Alvará de Construção, será cancelada a aprovação do projeto.

§2º - A revalidação do alvará de aprovação não será necessária quando houver alvará de execução em vigor.

§3º - Poderão ser emitidos sucessivos alvarás de aprovação de projeto arquitetônico para um mesmo imóvel enquanto não for requerida a emissão de alvará de execução.

§4º - O prazo do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I - existência de pendência judicial;

II - calamidade pública;

III - declaração de utilidade pública ou interesse social;

IV - pendência de processo de tombamento;

V - processo de identificação de edificações de interesse de preservação;

VI - processo de identificação de áreas de interesse ambiental.

§5º - O prazo dos Alvarás de Aprovação e de Execução ficará suspenso durante o período de aprovação de projeto modificativo.

Art. 346 - O Alvará de Aprovação poderá, enquanto vigente o Alvará de Execução, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados, ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

Art. 347 - O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

I - revogado, atendendo relevante interesse público;

II - cassado, juntamente com o alvará de execução, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;

III - anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

CAPÍTULO VI
DO ALVARÁ DE EXECUÇÃO

Art. 348 - A pedido do proprietário do imóvel o Poder Executivo Municipal, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Execução, indispensável para:

I - movimentação de terra;

II - muro de arrimo;

III - edificação nova;

IV - demolição;

V - reforma;

VI - reconstrução;

VII - instalação de equipamentos;

VIII - sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico;

IX - sistema hidrossanitário;

X - implantação de loteamento;

XI - sistema de segurança.

Parágrafo único. Um único Alvará de Execução poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra elencados nos incisos deste artigo.

Art. 349 - Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor, será concedido Alvará de Execução para um único projeto aprovado.

Art. 350 - O Alvará de Construção será concedido mediante:

I - título de propriedade do imóvel;

II - projetos aprovados, devidamente assinados pelo proprietário, autor e responsável técnico da obra;

III - projeto de prevenção contra incêndio e laudo de exigências expedido pelo corpo de bombeiros, conforme estabelecido na legislação estadual,

IV - Alvará de Aprovação.

Art. 351 - O requerimento para obtenção do Alvará de Demolição será instruído com os seguintes documentos:

I - título de propriedade ou equivalente;

II - croqui de localização do imóvel, quando necessário;

III - documento comprovante de responsabilidade técnica de profissional habilitado junto ao conselho de classe competente, nos seguintes casos:

a) edificação com mais de 2 (dois) pavimentos ou que tenha mais de 8,0 m (oito metros) de altura;

b) edificação no alinhamento ou dele distante menos de 1,0 m (um metro).

Parágrafo único. No pedido de Alvará de Demolição, deverá constar:

IV - o nome do proprietário;

V - endereço completo e características gerais da(s) edificação(ões) a ser(em) demolida(s);

VI - o número da inscrição imobiliária municipal do imóvel;

VII - o Cadastro do Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proprietário;

VIII - o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, atendendo solicitação justificada do interessado, e a juízo do Poder Executivo Municipal.

Art. 352 - O Alvará para Demolição será negada quando se tratar de imóvel tombado pela municipalidade.

Art. 353 - As demolições com uso de explosivos deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e membros dos órgãos fiscalizadores.

Art. 354 - O órgão competente da Municipalidade poderá, quando julgar necessário, estabelecer horários para a realização de demolição.

Art. 355 - Caso a demolição não fique concluída no prazo licenciado, estará o proprietário sujeito às multas previstas neste Código.

Art. 356 - Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, adotará todas as medidas necessárias à garantia das condições de

segurança dos operários, dos transeuntes, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas.

Art. 357 - Os requerimentos pela reconstrução serão instruídos com:

I - título de propriedade do imóvel;

II - laudo técnico de sinistros;

III - documentos comprovantes da regularidade da obra sinistrada;

IV - peças descritivas, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico da obra.

Art. 358 - Quando o Alvará de Execução for destinado ao licenciamento de um conjunto de serviços ou obras a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um dos profissionais.

Art. 359 - Poderá ser requerido Alvará de Execução para cada bloco isoladamente, quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, observado o prazo de vigência do Alvará de Aprovação.

Art. 360 - Durante a vigência do Alvará de Execução, somente serão permitidas alterações nas obras mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

Art. 361 - No expediente que originou o Alvará de Execução, será comunicado, pelo Responsável Técnico da Obra, o andamento das obras ou serviços durante suas etapas, até a total conclusão, quando será requerida a expedição do Certificado de Conclusão.

Art. 362 - Quando destinado exclusivamente a movimento de terra, o Alvará de Execução, prescreverá em 1 (um) ano, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado, a pedido, por igual período.

Art. 363 - O Alvará de Execução, terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado, pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

Parágrafo único. Decorrido o prazo inicial de validade do alvará, sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado.

Art. 364 - A revalidação da licença só será concedida se requerida pelo profissional dentro da vigência da referida licença, e desde que os trabalhos de fundação estejam concluídos.

Art. 365 - Poderá ser aceita, caso a caso e a critério do Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, a continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas, desde que:

I - não se agrave eventual desconformidade com este Código, a legislação de parcelamento e de uso e ocupação do solo no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação, e índices de ocupação e aproveitamento;

II - a edificação for utilizada para uso admitido na zona pela legislação de uso e ocupação do solo;

III - a edificação for adaptada às normas de segurança.

Art. 366 - O prazo do Alvará de Execução ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I - existência de pendência judicial;

II - calamidade pública;

III - decretação de utilidade pública ou interesse social;

IV - pendência de processo de tombamento.

Art. 367 - Deverão ser mantidos na obra durante sua construção e ser permitido fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente, os seguintes documentos:

I - ficha técnica devidamente assinada pela autoridade competente;

II - o Alvará de Licença de Construção;

III - cópia do projeto aprovado assinada pela autoridade competente e pelos profissionais responsáveis.

Art. 368 - Para as edificações de interesse social, deverá ser mantido na obra apenas o Alvará de Licença para Construção.

CAPÍTULO VII

DO "HABITE-SE" - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 369 - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida vistoria pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos do Poder Executivo Municipal e expedido o Certificado de Conclusão de Obra – o *Habite-se*.

Art. 370 - Concluída a obra, o proprietário, juntamente com o responsável técnico, deverá solicitar ao Município, o "habite-se" da edificação, que deverá ser precedido de vistoria pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas neste Código e na legislação estadual e federal.

Art. 371 - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, sendo considerada nestas condições a edificação que:

I - garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - possuir as instalações previstas em projeto funcionando a contento;

III - for capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;

IV - não estiver em desacordo com as disposições deste código e do projeto aprovado;

V - atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico, quando for o caso;

VI - tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado (execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto).

Art. 372 - Quando se tratar de edificações de interesse social, com até 70,0 m^2 (setenta metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencente a nenhum programa habitacional será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

I - garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - não estiver em desacordo com os regulamentos específicos para a área de interesse social a qual pertence a referida edificação;

III - atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Art. 373 - Poderão ser concedidos Certificados de Conclusão de Edificação em caráter parcial, se a parte concluída atender, para o uso a que se destina, as exigências do Art. 371 -da presente Lei.

Art. 374 - O "Habite-se parcial" não substitui o "Habite-se" que deve ser concedido ao final da obra.

Art. 375 - Poderão ser aceitas pequenas alterações que não descaracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.

§1º - Quando constatadas divergências fora do parâmetro indicado no caput deste artigo, será notificado o Proprietário para que providencie em 60 dias a demolição das partes em desacordo.

§2º - Decorrido o prazo de que trata o § 1º deste artigo, não tendo sido demolidas as partes em desacordo, o Poder Executivo Municipal providenciará a demolição, lançando os custos ao proprietário, acrescidos de 100 % a título de cominação, sem prejuízo das multas de que trata o Art. 442 -do presente código.

TÍTULO XII
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 376 - Os emolumentos referentes aos atos definidos no presente Código serão cobrados em conformidade com o Código Tributário do Município;

CAPÍTULO I
DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

Art. 377 - Os requerimentos de quaisquer dos documentos relacionados neste Capítulo serão instruídos pelo interessado e analisados de acordo com a legislação municipal, conforme a natureza do pedido, observadas as normas, em especial, do Código de Obras e do Plano Diretor, sem prejuízo da observância, por parte do autor do projeto, das disposições estaduais e federais pertinentes.

Art. 378 - Em um único processo, poderão ser analisados os diversos pedidos referentes a um mesmo imóvel, e anexados, também, os eventuais pedidos de reconsideração ou recurso.

Art. 379 - Os processos que apresentarem elementos incompletos ou incorretos, e necessitarem de complementação da documentação exigida por este Código ou esclarecimentos serão objeto de notificação ao requerente para que as falhas sejam sanadas.

Art. 380 - Os pedidos serão indeferidos, caso não seja atendida a notificação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento.

Art. 381 - O prazo para formalização de pedido de reconsideração de despacho ou recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da data de conhecimento, pelo requerente, do indeferimento.

Art. 382 - Para os processos relativos a pedido de concessão de Certificado de Conclusão de Obra – "Habite-se", o prazo ficará dilatado para 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO II
DOS PRAZOS PARA DESPACHOS E RETIRADA DE DOCUMENTOS

Art. 383 - O prazo para despacho final de liberação de alvará ou de indeferimento do pedido não poderá exceder a 01 (um) mês após atendimento integral das exigências, inclusive para a decisão sobre recurso, salvo os pedidos de Certificado de Conclusão, cujo prazo de solução não poderá exceder a 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O curso desse prazo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências feitas por meio de notificações, ou caso os requerimentos necessitem de análise de outros Departamentos Municipais, do Conselho de Desenvolvimento Municipal, Grupo Técnico Permanente ou demais órgãos interessados.

Art. 384 - Transcorrido o prazo para decisão de processo de Alvará de Aprovação, poderá ser requerido Alvará de Execução e informada a data em que a obra será iniciada, sendo de inteira responsabilidade do proprietário e profissionais envolvidos a eventual adequação da obra à legislação e normas técnicas.

Art. 385 - Vencido o prazo legal de exame dos documentos e emissão dos alvarás, o Município adotará as medidas administrativas necessárias.

Art. 386 - Decorrido o prazo legal para a emissão de Certificado de Conclusão, a obra poderá ser utilizada a título precário, responsabilizando-se o Responsável

Técnico da Obra por evento decorrente da falta de segurança ou salubridade não se responsabilizando o Município por qualquer evento decorrente de falta de segurança ou salubridade.

Art. 387 - O prazo para retirada de qualquer documento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do seu deferimento, que será objeto de notificação ao requerente, após o qual o processo será arquivado por abandono, sem prejuízo da cobrança de taxas devidas.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 388 - Poderão ser objeto de regulamentação própria, por ato do Poder Executivo, procedimentos especiais relativos a:

I - edifícios públicos da administração direta;

II - programas de habitações de interesse social;

III - programas de regularização de edificações e obras;

IV - serviços ou obras que, por sua natureza, admitam procedimentos simplificados.

TÍTULO XIII

DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 389 - Toda obra deverá ser vistoriada pelo Poder Executivo Municipal de Enéas Marques e, devendo o servidor municipal incumbido desta atividade ter garantido livre acesso ao local.

CAPÍTULO I

DA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA OBRA

Art. 390 - Em toda obra será obrigatória a fixação de placa cujas dimensões garantam área mínima de 1,0 m² (um metro quadrado), em local visível contendo as seguintes informações:

I - endereço completo da obra;

II - nome do proprietário;

III - nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;

IV - finalidade da obra;

V - número do alvará ou licença.

Art. 391 - Deverá ser mantido no local da obra o documento que comprove a regularidade da atividade edilícia em execução, sob pena de intimação e autuação, nos termos deste Código e legislação pertinente, tais como:

I - Alvará de Autorização e peças gráficas e/ou descritivas vistadas;

II - Alvará de Execução e peças gráficas e/ou descritivas aprovadas.

Art. 392 - No decurso da obra, os responsáveis ficam obrigados à rigorosa observância, sob pena de multa, das disposições relativas a:

I - andaime, bandeja e telas, quando necessário, carga e descarga de materiais;

II - limpeza e conservação das calçadas fronteiras ao imóvel, de forma a possibilitar o trânsito normal de pedestres, evitando, especialmente, as depressões que acumulam água e detritos;

III - limpeza e conservação das vias públicas, evitando acumulação no seu leito carroçável de terra ou qualquer outro material, principalmente proveniente dos serviços de terraplenagem e transporte;

IV - outras medidas de proteção determinadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 393 - Constatada irregularidade na execução da obra, pela inexistência dos documentos necessários, pelo desvirtuamento da atividade edilícia como indicada, autorizada ou licenciada, ou pelo desatendimento de quaisquer das disposições desta lei, o proprietário ou possuidor e o Responsável Técnico da Obra serão intimados e autuados, ficando as obras embargadas.

Art. 394 - Havendo risco à segurança de transeuntes ou aos imóveis limítrofes e, ainda, verificada a impossibilidade de aprovação da obra, o embargo será imediato.

Art. 395 - Na impossibilidade do recebimento do embargo lavrado, decorrente da ausência no local do proprietário, responsável ou operários, deverá o agente de fiscalização providenciar encaminhamento do procedimento via postal com aviso de recebimento (AR).

Art. 396 - O prazo máximo para o início das providências tendentes à solução das irregularidades apontadas será de 10 (dez) dias.

Art. 397 - Durante o embargo, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

Art. 398 - Em se tratando de obra aceita, autorizada ou licenciada pelo Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, o embargo somente cessará após a eliminação das infrações que o motivaram e o pagamento das multas impostas.

Art. 399 - Em se tratando de obra sem o documento que comprove a regularidade da atividade, o embargo somente cessará após o cumprimento de todas as seguintes condições:

I - eliminação de eventuais divergências da obra em relação às condições indicadas, autorizadas ou licenciadas;

II - pagamento das multas impostas;

III - aceitação de comunicação, ou expedição da autorização ou alvará de execução.

Art. 400 - Decorrido o prazo assinado, o Poder Executivo Municipal nos 5 (cinco) dias subsequentes vistoriará a obra e, se constatada resistência ao embargo, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I - expedir novo auto de infração e aplicar multas diárias até que a regularização da obra seja comunicada, e verificada pelo Poder Executivo Municipal em prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da comunicação, à repartição competente;

II - requisitar força policial, requerendo a imediata abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência, previsto no Código Penal, bem como para as medidas judiciais cabíveis.

Art. 401 - A resistência ao embargo ensejará ao profissional responsável pela obra, também, a aplicação da multa diária prevista.

Art. 402 - Para os efeitos desta Lei, considera-se resistência ao embargo a continuação dos trabalhos no imóvel sem a adoção das providências exigidas na intimação.

Art. 403 - Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito, será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação judicial cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 404 - O servidor municipal que lavrar o auto de infração, por ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 405 - Não serão objetos de regularização as edificações que, em razão da infringência à legislação edilícia, sejam objeto de ação judicial, bem como não poderão ser anistiadas as multas aplicadas em razão das irregularidades da obra.

CAPÍTULO II

DA VERIFICAÇÃO DA ESTABILIDADE, SEGURANÇA E SALUBRIDADE DA EDIFICAÇÃO.

Art. 406 - O Poder Executivo Municipal poderá fiscalizar as edificações de qualquer natureza e/ou serviços complementares, mesmo após a concessão do Auto de Conclusão, para constatar sua conveniente conservação e utilização, podendo interditá-las sempre que suas condições possam afetar a saúde e segurança de seus ocupantes, vizinhos e transeuntes, sem prejuízo de outras sanções.

Art. 407 - Verificada a inexistência de condições de estabilidade, segurança e salubridade de uma edificação, serão os proprietários ou os possuidores intimados a promover, nos termos da lei, o início das medidas necessárias à solução da irregularidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, devendo o Poder Executivo Municipal, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao prazo assinado na intimação, vistoriar a obra a fim de constatar a regularidade exigida.

§1º - No caso de a irregularidade constatada apresentar perigo de ruína ou contaminação, poderá ocorrer a interdição, parcial ou total, do imóvel e, se necessário, do seu entorno, dando-se ciência aos proprietários e ocupantes dos imóveis.

§2º - O não cumprimento da intimação, para a regularização necessária ou interdição, implicará na responsabilização exclusiva do intimado, eximindo-se o Poder Executivo Municipal de Enéas Marques de responsabilidade pelos danos decorrentes de possível sinistro.

§3º - Durante a interdição somente será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação da irregularidade constatada.

Art. 408 - Decorrido o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, ou verificada desobediência à interdição, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I - expedir auto de infração e aplicar multas diárias ao infrator até serem adotadas as medidas exigidas;

II - requisitar força policial, requerendo imediatamente abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no código penal, bem como para adoção das medidas judiciais cabíveis.

Art. 409 - Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 410 - O servidor municipal que lavrar o auto de infração, na ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 411 - O atendimento da intimação não desobriga o proprietário ou o possuidor do cumprimento das formalidades necessárias à regularização da obra ou serviço, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 412 - Não sendo atendida a intimação, estando o proprietário ou o possuidor autuado e multado, os serviços, quando imprescindíveis à estabilidade da edificação, poderão ser executados pelo Poder Executivo Municipal de Enéas Marques e cobrados em dobro do proprietário ou do possuidor, com correção monetária, sem prejuízo da aplicação das multas e honorários profissionais cabíveis.

Art. 413 - Independentemente de intimação e assistido por profissional habilitado, o proprietário ou possuidor de imóvel que constatar perigo de ruína ou contaminação, poderá dar início imediato às obras de emergência, comunicando por escrito ao Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, justificando e informando a natureza dos serviços a serem executados.

Art. 414 - Comunicada a execução dos serviços, o Poder Executivo Municipal, vistoriando o imóvel objeto da comunicação, verificará a veracidade da necessidade de execução de obras emergenciais.

CAPÍTULO III
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 415 - Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica, contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos deste Código.

Art. 416 - O Auto de Infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as seguintes informações:

I - endereço da atividade ou obra;

II - número da inscrição do imóvel no cadastro imobiliário;

III - nome do proprietário, do construtor e do responsável técnico, ou somente do proprietário quando se tratar de autoconstrução;

IV - data da ocorrência;

V - descrição da ocorrência que constitui a infração e os dispositivos legais violados;

VI - multa aplicada;

VII - intimação para a correção da irregularidade;

VIII - prazo para a apresentação de defesa;

IX - identificação e assinatura do atuante e do autuado, e de testemunhas, se houver.

§1º - As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão a sua nulidade, quando do processo, constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§2º - A autuação deverá ser feita pessoalmente, podendo ser também por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§3º - A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem a aceitação dos seus termos.

§4º - A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem impedirá a tramitação normal do processo.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

Art. 417 - O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

Art. 418 - A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária, endereçada ao Poder Executivo Municipal de Enéas Marques, que apreciará o recurso em até 60 (sessenta) dias, acatando, ou não, pela sua procedência.

Parágrafo único. A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 419 - O julgamento do recurso em primeira instância compete à Junta de Julgamento de Recursos, e em segunda e última instância, ao Diretor do Departamento de Projetos Técnicos Institucionais e de Engenharia.

Parágrafo único. A Junta de Julgamento de Recursos será constituída pelo diretor do Departamento de Projetos Técnicos Institucionais e de Engenharia e, no mínimo, dois servidores municipais efetivos, sem atuação no setor de fiscalização.

Art. 420 - O servidor municipal responsável pela autuação é obrigado a emitir parecer no processo de defesa, justificando a ação fiscal punitiva e, no seu impedimento, a chefia imediata avocará o poder decisório, instruindo o processo e aplicando, em seguida, a penalidade que couber.

Art. 421 - Julgada procedente a defesa, tornar-se-á insubsistente a ação fiscal, e o servidor municipal responsável pela autuação, terá vista do processo, podendo recorrer da decisão à última instância no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 422 - Consumada a anulação da ação fiscal, será a decisão final, sobre a defesa apresentada, comunicada ao suposto infrator.

Art. 423 - Na ausência de defesa ou sendo julgado improcedente o recurso, será aplicada a multa correspondente, notificando-se o infrator para que proceda ao recolhimento da quantia a ela relativa à multa, no prazo de 10 (dez) dias.

TÍTULO XIV
DAS PENALIDADES

Art. 424 - Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário do imóvel e, ainda, quando for o caso, o responsável pelo condomínio, o usuário, o responsável pelo uso e o responsável técnico das obras.

Art. 425 - O desatendimento às disposições do Código de Obras constitui infração sujeita às penalidades pecuniárias, e poderá acarretar ao infrator as seguintes penas:

I - interdição;

II - embargo;

III - demolição;

IV - multa.

Art. 426 - As penalidades aplicadas não isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir o dano resultante da infração, na forma prevista em lei.

CAPÍTULO I
DA INTERDIÇÃO

Art. 427 - Consiste no ato de paralisação de toda ou qualquer atividade, obra, ou parte da obra, impedimento do acesso, da ocupação ou do uso, mediante aplicação do respectivo auto de interdição por autoridade competente.

Art. 428 - A interdição será imposta após vistoria efetuada pelo órgão competente.

Art. 429 - Cabe interdição quando houver iminente perigo de caráter público ou ambiental.

Art. 430 - A interdição não exime a obrigatoriedade do cumprimento das demais cominações legais e da aplicação concomitante de multas.

CAPÍTULO II
DO EMBARGO

Art. 431 - O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população, ou que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

§1º - Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste Artigo, e a qualquer dispositivo deste Código, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator por meio de Notificação de Embargo, para regularização da situação no prazo que lhe for destinado, ficando a obra embargada até que isto aconteça.

§2º - A Notificação de Embargo será levada ao conhecimento do infrator - proprietário e/ou responsável técnico para que a assine, e se recusar isso, serão apanhadas as assinaturas de duas testemunhas.

§3º - Se ocorrer decurso do prazo ou o desrespeito do embargo comunicado ao infrator por meio de Notificação de Embargo, o encarregado da Fiscalização lavrará o Auto de Infração.

§4º - O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências do Poder Executivo Municipal, decorrentes do que especifica este Código.

§5º - Se não houver alternativa de regularização da obra após o embargo, seguir-se-á a demolição total ou parcial da mesma.

Art. 432 - O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penalidades estabelecidas neste Código.

Art. 433 - Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II - falta de licença para obra em execução, independentemente do fim a que se destina;

III - falta de licença para atividade ou instalação comercial, industrial, de serviços ou de qualquer outra natureza;

IV - quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

V - na execução ou funcionamento irregular de obra, qualquer que seja seu fim, espécie ou local, nos edifícios, nos terrenos ou nos logradouros públicos;

VI - atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal;

VII - obras licenciadas de qualquer natureza em que não estiver sendo obedecido ao projeto aprovado, ao alinhamento predial ou nivelamento ou sendo cumprida qualquer prescrição do alvará de licença.

Art. 434 - O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

CAPÍTULO III
DA DEMOLIÇÃO

Art. 435 - A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

I - a obra estiver sendo executada sem projeto aprovado, sem alvará de licenciamento e não puder ser regularizada;

II - houver risco iminente de caráter público;

III - houver desrespeito ao alinhamento e não houver possibilidade de modificação na edificação para ajustá-la à legislação vigente;

IV - o proprietário não tomar as providências determinadas pelo município para sua segurança.

CAPÍTULO IV
DA MULTA

Art. 436 - A multa será aplicada pelo órgão competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Art. 437 - As multas serão aplicadas ao infrator, cabendo também ao responsável técnico da obra, se houver, na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para cada.

Art. 438 - As multas diárias por desobediência ao auto de embargo terão como base os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor estabelecido.

Art. 439 - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 440 - A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a

apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 441 - Simultaneamente à lavratura do competente auto de infração, o infrator será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena de confirmação da multa imposta e de sua subsequente inscrição em dívida ativa.

Art. 442 - As multas, independentemente de outras penalidades previstas pela legislação em geral e pelo presente Código, terão os seguintes valores cobrados cumulativamente:

I - Multas de 10 URMEM (dez Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) a 1000 URMEM (mil Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) para:

a) Obra em execução, ou executada sem licenciamento;
b) Obra em execução, ou executada em desacordo com o projeto aprovado;
c) Demolição total ou parcial de prédios sem licença;
d) Infrações às demais imposições do presente Código.

II - Multas de 60 URMEM (sessenta Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) a 6000 URMEM (seiscentas Unidades de Referência do Município de Enéas Marques) para:

a) obra em execução, estando a mesma embargada;
b) quando o prédio for ocupado sem que o Poder Executivo tenha fornecido o respectivo Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se");
c) Obra em execução, ou executada em desacordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 443 - A graduação das multas far-se-á tendo em vista:

I - gravidade da infração, considerando:
a) a natureza da infração;
b) as consequências à coletividade.

II - circunstâncias atenuantes:
a) a ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
b) o infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo.
c) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III - circunstâncias agravantes:
a) a reincidência na infração;
b) cometer a infração para obtenção e vantagem pecuniária;
c) provocar consequências danosas ao meio ambiente;
d) danificar áreas de proteção ambiental;
e) agir com dolo direto ou eventual;
f) provocar efeitos danosos à propriedade alheia;

g) uso de meios fraudulentos junto à municipalidade.

IV - antecedentes do infrator.

Art. 444 - A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo Departamento da Fazenda Municipal.

TÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 445 - Os casos omissos no presente Código serão estudados e julgados pelo órgão competente aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 446 - Todas as situações e fatos ambientais que se encontrem ou se encontrarem em desacordo com o que dispõe este Código, ou contrarie seus princípios, mas não estejam previstos em texto legal, serão gerenciados pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art. 447 - São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

I - ANEXO 01: Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento;

II - ANEXO 02: Uso de Recuos das Edificações como Área de Estacionamento;

III - ANEXO 03: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências;

IV - ANEXO 04: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns);

V - ANEXO 05: Calçada Padrão.

Art. 448 - No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos e demais órgãos pertinentes integrantes do Poder Executivo Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessária à implementação do disposto neste Código.

Art. 449 - São recepcionados, por este código, todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambiental, com ele não conflitantes.

Art. 450 - Fica revogada a Lei nº 10, de 18 de abril de 2008.

Art. 451 - Este Código entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em _____de _____ de 2021.

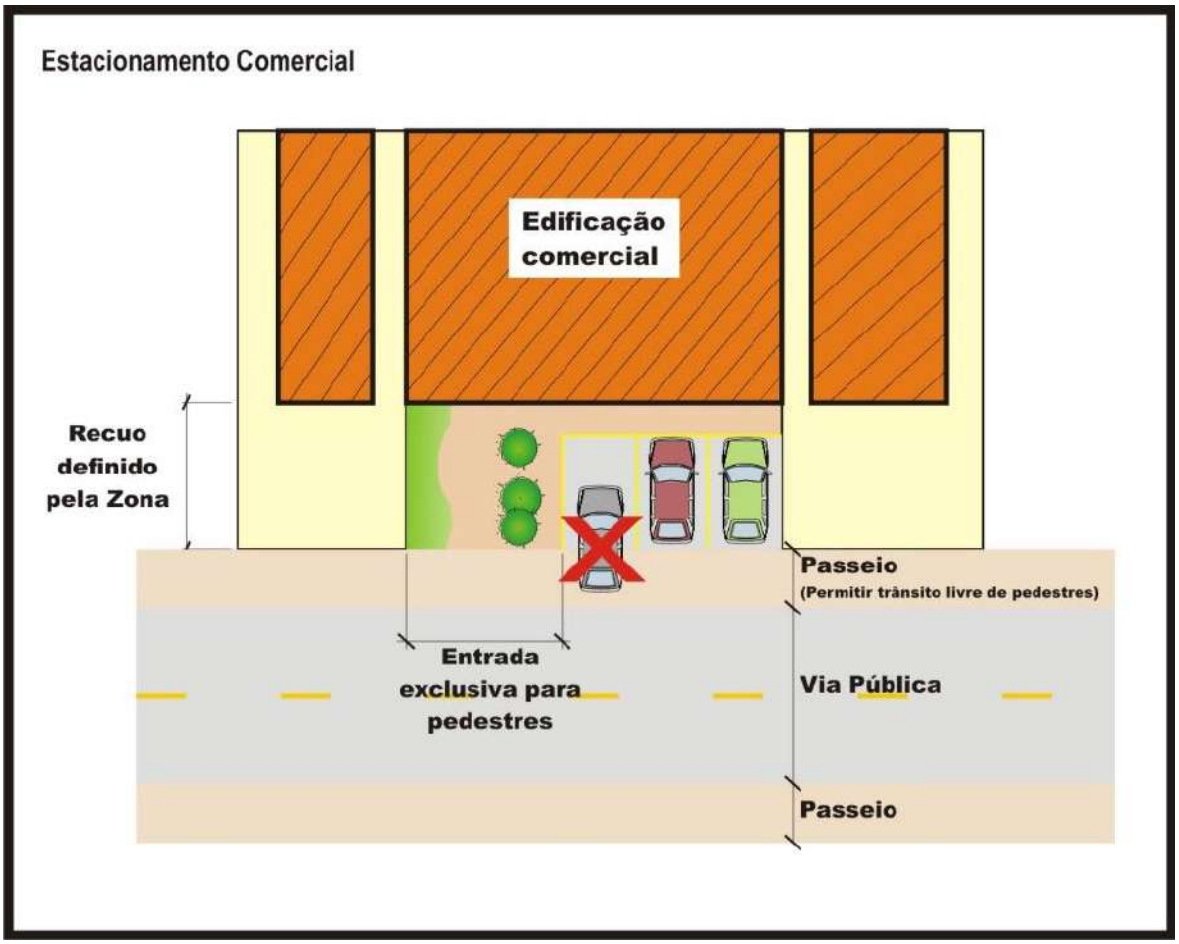
EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO 01: Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento

Tipo de Veículos	Dimensão (m)	Inclinação da Vaga				
		0º	30º	45º	60º	90º
Automóvel e Utilitário	Altura	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
	Largura	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30
	Comprimento	5,00	4,50	4,50	4,50	4,50
	Faixa manobra	3,00	2,75	2,90	4,30	4,60
Ônibus e Caminhões	Altura	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
	Largura	3,20	3,20	3,20	3,20	3,20
	Comprimento	13,00	12,00	12,00	12,00	12,00
	Faixa manobra	5,40	4,70	8,20	10,85	14,50

ANEXO 02 – USO DE RECUOS DAS EDIFICAÇÕES COMO ÁREA DE ESTACIONAMENTO.



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007.

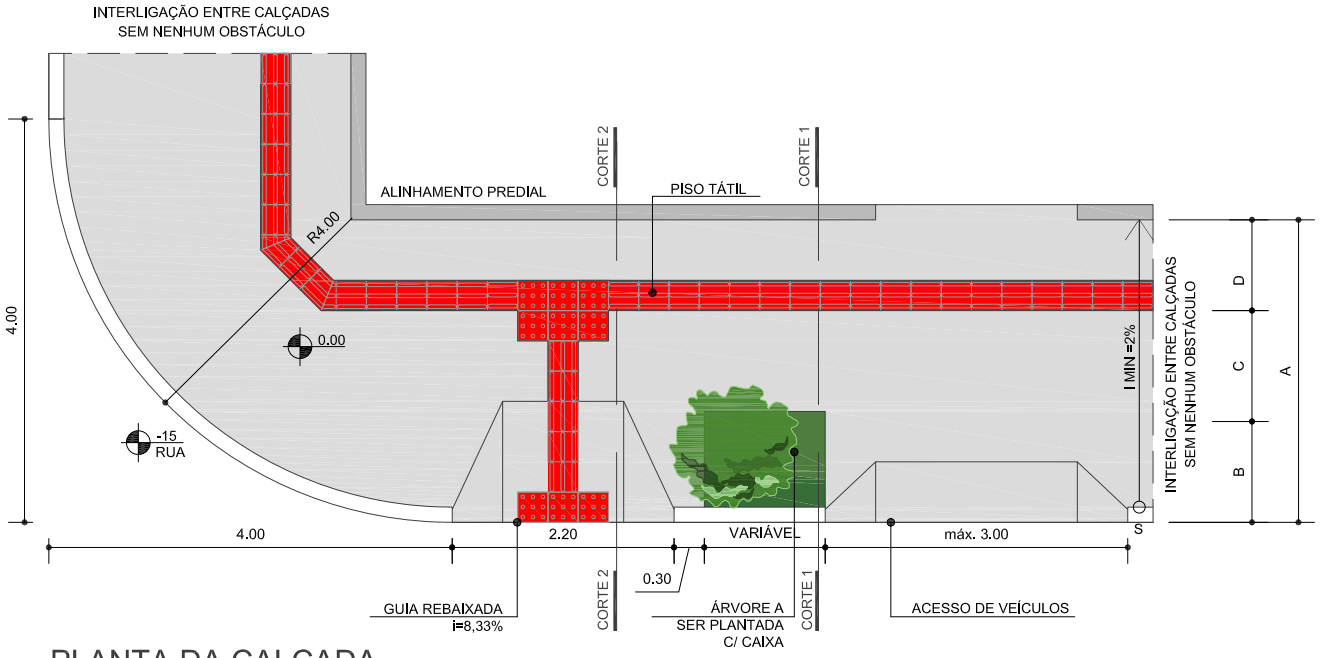
ANEXO 03: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências

Cômodo	Diâmetro Círculo Inscrito (m)	Área Mínima (m^2)	Iluminação Mínima (1)	Ventilação Mínima (1)	Pé Direito Mínimo (m)	Profundidade Máxima
Vestíbulo	0,80	-	-	-	2,30	
Sala de Estar	2,50	10,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Sala de Refeições	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	-
Copa	1,80	5,00	1/6	1/12	2,50	-
1º e 2º Quartos	2,50	8,00	1/6	1/12	2,50	-
Demais Quartos	2,00	5,00	1/6	1/12	2,50	-
Banheiro	1,00	1,50	1/8	1/16	2,20	-
Lavanderia	1,50	2,50	1/8	1/16	2,20	-
Depósito	1,00	1,50	-	-	2,10	-
Garagem	2,20	9,00	1/12	1/24	2,20	3 vezes o pé-direito
Abrigo	2,00	-	-	-	2,20	-
Despensa	1,00	1,50	1/8	1/16	2,50	-
Corredor	0,80	-	-	-	2,30	-
Escritório	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Escada	0,80	-	-	-	2,00	-

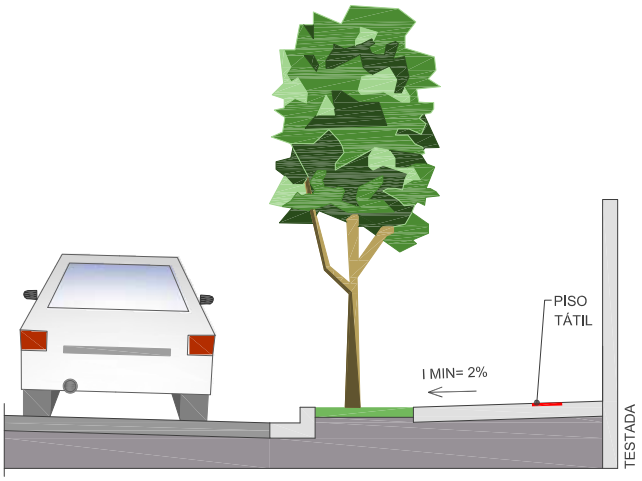
(1) Os itens de iluminação mínima e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

ANEXO 04: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns)

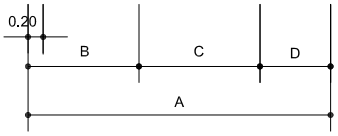
Cômodo	Círculo Inscrito (m)	Área Mínima (m^2)	Iluminação Mínima	Ventilação Mínima	Pé Direito Mínimo (m)	Profundidade Máxima
Hall do Prédio	3,00	-	1/10	1/20	2,50	3 Vezes o Pé-Direito
Corredores Principais	1,20	-	-	-	2,50	-
Escada	1,20	-	-	-	2,00	-
Rampa	1,20	-	-	-	2,00	-

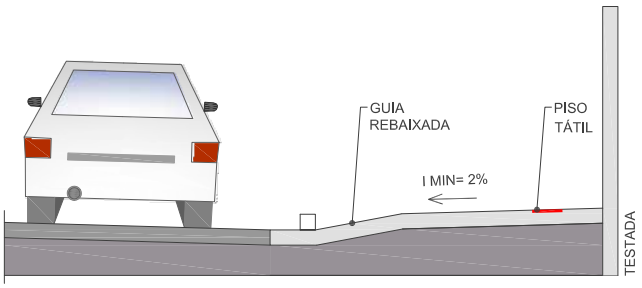


PLANTA DA CALÇADA

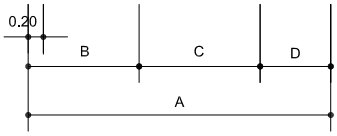


CORTE 1





CORTE 2



ESCALA GRÁFICA



NOTA: (dimensões mínimas)

A: DIMENSÃO TOTAL DA CALÇADA = 3,00m - (i min.= 2% / i máx.= 3%)

B: FAIXA DE SERVIÇO = 1,00m (min, 50% Grama)

C: FAIXA DE LIVRE = 1,20m

D: FAIXA DE ACESSO = 0,80m

GUIA REBAIXADA (i = 8,33%)

LARGURA DO PISO TÁTIL = 0,30m

MEIO-FIO = 0,20m

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

ANEXO 05 - CALÇADA PADRÃO

Responsável Técnico:

José Roberto Hoffmann CREA-PR 6125/D

Elaboração:

DRZ Gestão de Cidades, 2021.

31.7 MINUTA DE ANTEPROJETO DA LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS

LEI COMPLEMENTAR Nº _____

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LUPATINI, Prefeito Municipal de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Novo Código de Posturas do Município de Enéas Marques dispõe sobre o Poder de Polícia Administrativa em matéria de utilização do espaço e da higiene no Município, da preservação do Meio Ambiente, de bem-estar público, de Licenciamentos de atividades Econômicas, das infrações e penalidades e demais disposições estatuindo as necessárias relações entre o Poder Público local e os munícipes.

Parágrafo único. Permanecem inalteradas as disposições da Lei Municipal nº 01/84, relativas ao planejamento, dimensionamento e localização dos cemitérios, condicionadas à adequação às Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que tratam da matéria.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Cabe às autoridades competentes zelar pela observância dos preceitos desse Código.

Art. 3º - Constitui infração toda a conduta contrária às disposições desta Lei, bem como às leis, decretos, regulamentos e atos baixados pelo governo municipal no uso regular de suas atribuições.

Parágrafo único. O infrator, além das penalidades de âmbito municipal, estará sujeito à Lei Federal que disciplina Crimes contra o Meio Ambiente.

Art. 4º - Será considerado infrator, além daquele que praticar ação ou omissão:

I - o coautor;

II - o mandante;

III - o partícipe a qualquer título;

IV - o agente fiscal, que tendo conhecimento de infração, deixar de notificar ou autuar o infrator.

§1º - O infrator que voluntariamente ressarcir o dano ou repuser a coisa em seu estado anterior, quando facultado pelo órgão competente, ficará isento de pena se do ato não houver auferido manifesto proveito em detrimento de direito do Município ou de terceiros.

§2º - Na hipótese de a infração ser cometida por Agente de qualquer Poder Público, cabe ao cidadão denunciar a irregularidade ao Prefeito Municipal.

§3º - Terá o Poder Público Municipal o prazo de 20 (vinte) dias úteis para averiguar a denúncia e responder ao denunciante.

Art. 5º - São isentos de pena:

I - os menores e incapazes na forma da lei;

II - os que tiverem praticado a infração sob coação manifesta, ou para evitar grave lesão de direito próprio ou alheio.

Parágrafo único. Nas infrações praticadas por menores ou incapazes, ficam sujeitos as sanções deste Código os seus responsáveis legais, desde que a infração resulte na negligência ou imprudência imputável a estes.

CAPÍTULO II
DAS PENAS

Art. 6º - Todas as infrações a este Código serão punidas com pena de MULTA, podendo ainda ser impostas aos infratores, conforme o caso, penas de APREENSÃO; EMBARGOS; CASSAÇÃO DE LICENÇA e OBRIGAÇÃO DE FAZER.

Art. 7º - As penalidades cominadas nesta lei, quando aplicadas, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. Aplicada qualquer penalidade prevista nesta Lei, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 8º - Ao infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma infração, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades cominadas.

Art. 9º - A reincidência contará como circunstância agravante na aplicação das Penas.

Parágrafo único. Considera-se reincidência outra infração de mesma natureza.

Seção I
Das Multas

Art. 10 - A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a

apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Parágrafo único. A pena de multa reverte-se para o município, de forma a ser definida pela Divisão de Tributação e Fiscalização.

Art. 11 - Para efeito da aplicação de MULTAS adota-se o seguinte critério, de acordo com o estabelecido neste Código e a gravidade ou reincidência na infração:

I - GRUPO 1 - Infrações Leves – 15 URMEM (quinze Unidades de Referência municipal de Enéas Marques);

II - GRUPO 2 - Infrações Médias – 25 URMEM (vinte e cinco Unidades de Referência municipal de Enéas Marques);

III - GRUPO 3 - Infrações Graves – 75 URMEM (setenta e cinco Unidades de Referência municipal de Enéas Marques);

IV - GRUPO 4- Infrações Gravíssimas – 200 URMEM (duzentas Unidades de Referência municipal de Enéas Marques).

§1º - O valor de 1 (uma) URMEM (unidade de referência municipal de Enéas Marques) está definido no Código Tributário Municipal, devendo ser atualizado anualmente pelo índice do IGPM-FGV, conforme estabelecido em Decreto Municipal.

§2º - Além do disposto neste artigo, o valor das multas deverá atender ao estabelecido no Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 12 - Serão ainda consideradas para a graduação das multas:

I - a gravidade da infração, considerando:
a) a natureza da infração;
b) as consequências à coletividade.

II - circunstâncias atenuantes:
a) a ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
b) o infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo;
c) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III - circunstâncias agravantes:
a) a reincidência na infração;
b) provocar consequências danosas ao meio ambiente;
c) danificar áreas de proteção ambiental;
d) agir com dolo direto ou eventual;
e) provocar efeitos danosos a propriedade alheia.

IV - antecedentes do infrator.

Seção II

Da Apreensão

Art. 13 - A apreensão consiste na tomada de objeto móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.

Parágrafo único. Será apreendido todo e qualquer material, mercadoria ou equipamento que esteja exposto ou sendo comercializado, cujo vendedor não apresente a respectiva licença.

Art. 14 - Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente o objeto apreendido, que deverá ser recolhido ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremissível por razões diversas.

§1º - A devolução do objeto apreendido dar-se-á depois de pagas as multas aplicadas ao caso e indenizado o Poder Público Municipal das despesas que tiverem sido efetivadas em decorrência da apreensão e/ou transporte e depósito.

§2º - Produtos alimentares perecíveis que venham a ser apreendidos em bom estado de conservação serão imediatamente repassados às instituições de caridade.

§3º - Serão encaminhados para destruição quando se tratar de produto impróprio para o consumo.

Art. 15 - Caso não seja reclamada e retirada dentro de 30 (trinta) dias, o objeto apreendido será vendido em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada no pagamento das multas e despesas de que trata o Art. 14 - desta Lei.

§1º - Se houver qualquer saldo, ficará este à disposição do proprietário da coisa apreendida, que poderá retirá-lo mediante requerimento devidamente instruído.

§2º - Prescreve em 05 (cinco) dias o prazo para exercício do direito especificado no parágrafo anterior.

Art. 16 - No caso de haver omissão por parte do obrigado no cumprimento desta Lei, poderá ser prestada a obrigação pelo Poder Público Municipal.

§1º - Todas as despesas correrão por conta do faltoso.

§2º - As medidas contidas neste artigo somente poderão ser executadas depois de devidamente notificado o infrator.

Seção III
Do Embargo

Art. 17 - O embargo ou interdição consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população ou Meio Ambiente e que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

§1º - O Embargo será aplicado em conformidade com o disposto no Código de Obras do Município.

§2º - A aplicação da penalidade de embargo de que trata o *caput* deste artigo não impede a aplicação concomitante de outros tipos de penalidades, exceto a de cassação.

Art. 18 - O embargo ou interdição pode ser temporário ou definitivo:

I - verifica-se a interdição temporária quando o exercício ou uso de direito, depender da satisfação das exigências impostas pelo Poder Público, na forma deste Código e das leis em vigor;

II - a interdição definitiva importa em terminante proibição ao exercício de atividade ou profissão, ao uso de direito ou a execução da obra ou serviço, acarretando a consequente cassação do alvará de licença.

Parágrafo único. A interdição temporária só será revogada após o cumprimento das obrigações impostas na decisão.

Art. 19 - Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II - quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

III - atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal.

Art. 20 - O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

Seção IV
Da Cassação.

Art. 21 - A cassação consiste na anulação de alvarás, licenças e autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal para exercer atividades de qualquer natureza.

Art. 22 - O alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento poderá ser cassado, além das situações previstas no Código de Obras, como medida de proteção:

I - da higiene,

II - da saúde;

III - da moral;

IV - do meio ambiente;

V - do sossego público;

VI - da segurança pública.

Parágrafo único. Cassado o Alvará de Localização e Funcionamento, o estabelecimento será imediatamente fechado até que seja regularizada a atividade ali instalada, qualquer que seja a sua natureza.

Seção V
Da Obrigação de Fazer

Art. 23 - Quando for imposta ao autuado uma obrigação de fazer, será concedido prazo razoável para que o ato seja praticado pelo infrator ou seu responsável.

CAPÍTULO III
DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE

Art. 24 - Aos funcionários do Município e a qualquer pessoa em geral cabe levar ao conhecimento da Autoridade Municipal competente a existência de infração a este Código.

Art. 25 - Recebida a comunicação acompanhada de prova ou devidamente testemunhada, o funcionário ou autoridade competente fará se necessário, uma verificação prévia da existência da infração, colhendo os dados necessários à configuração da mesma e à prova de sua autoria.

Art. 26 - Constatada a violação, o funcionário ou autoridade competente lavrará o auto de infração, que deverá conter:

I - o dia, mês e ano, hora e lugar em que for lavrado;

II - o nome do infrator, com todos os dados de sua qualificação que interessem à espécie da infração constatada;

III - a descrição da infração, referindo a disposição legal infringida, assim como o dia e lugar em que ocorreu;

IV - o prazo para apresentação da defesa;

V - a assinatura do atuante, do infrator e de duas testemunhas, se houver.

Parágrafo único. Recusando-se o infrator a assinar o auto, neste será consignada essa circunstância.

Art. 27 - Quando for aplicável a pena de apreensão, esse requisito será consignado no auto de infração, lavrando-se o auto de apreensão em separado para integrar o processo de execução.

Art. 28 - Havendo resistência à apreensão, e se o caso exigir medidas urgentes, o autuante poderá requisitar auxílio de força policial ou de outros órgãos, para tornar efetiva a medida.

Parágrafo único. Não sendo possível efetivar a apreensão, o fato será imediatamente levado ao conhecimento do Prefeito, que tomará as medidas necessárias à sua efetivação.

Art. 29 - Efetuada a apreensão, o objeto será recolhido ao depósito do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Quando não for possível, em razão da natureza da coisa ou do lugar, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, mediante compromisso escrito.

Art. 30 - Dos autos de infração e de apreensão, deverão ser entregues copias aos autuados.

CAPÍTULO IV
DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Art. 31 - Correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa pelo autuado, contados a partir da entrega do auto de infração, ou deste com o de apreensão.

Art. 32 - A defesa deverá ser apresentada por escrito, em requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

Art. 33 - Havendo necessidade de provas, as mesmas poderão ser produzidas no prazo de 03 (três) dias úteis da decisão que as conceder, devendo o autuado ser intimado dessa decisão.

Art. 34 - Nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à apresentação de defesa ou esgotado o prazo do Art. 31 -desta Lei, o Prefeito proferirá decisão fundamentada.

Parágrafo único. A não apresentação de defesa no prazo deste artigo importa em confissão quanto a matéria do fato.

Art. 35 - Julgada improcedente a defesa, o autuado será intimado para recolher a multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 36 - A decisão deverá conter as demais penalidades aplicadas, como apreensão, interdição, cassação de alvará ou obrigação de fazer, especificando os seus efeitos, consequências, duração ou prazo.

CAPÍTULO V
DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Art. 37 - Não sendo paga a multa no prazo do Art. 35 -desta Lei, será a mesma inscrita em Dívida Ativa, autorizando a sua imediata execução por via judicial.

Art. 38 - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 39 - O não cumprimento da Obrigação de Fazer, dentro do prazo assinado, autoriza a Administração Municipal a cumprir ou mandar cumprir a obrigação por terceiros, à custa do autuado, ou promover ação judicial com o mesmo fim.

Art. 40 - Se o ato só puder ser executado pelo autuado, o não cumprimento da Obrigação de Fazer importará em reincidência em cuja autuação se consignará novo prazo ao infrator.

Parágrafo único. Não cumprindo a obrigação no novo prazo, será aplicada ao reincidente a multa correspondente ao valor da prestação que foi condenado.

Art. 41 - As mercadorias, objetos e instrumentos usados na prática de violação deste Código, uma vez apreendidos, serão vendidos em leilão público, previamente anunciado, e o seu produto reverterá em benefício para o município.

Art. 42 - Quando o caso permitir o resgate do objeto apreendido, este só será devolvido depois de o Poder Executivo Municipal ser indenizado pelas despesas que tiver efetuado com a apreensão, transporte, e depósito da coisa, e depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas.

§1º - Não sendo reclamada a coisa no prazo de sessenta (60) dias, proceder-se-á leilão público na forma do Art. 41 -desta Lei e do produto serão deduzidas as multas aplicadas e as despesas realizadas, ficando o saldo à disposição do autuado.

§2º - Tratando-se de objeto perecível, o leilão se fará sem anúncio prévio, ou à critério do Executivo Municipal, o objeto poderá ser vendido independentemente de leilão.

Art. 43 - Prescreve em 01 (um) ano contado da data do leilão o direito ao requerimento da entrega do saldo apurado na forma do artigo anterior.

Art. 44 - Em caso de Cassação do Alvará, por decisão em processo legalmente constituído, novo Alvará de Licença só poderá ser concedido mediante processo de reabilitação e pagamento de todos os emolumentos e taxas fixadas no Código Tributário para o início de atividades, profissão, obra ou serviço.

Art. 45 - Enquanto estiver em débito com o Poder Executivo Municipal por penalidade imposta na forma deste Código ou não der cumprimento à obrigação regularmente decretada, o autuado não poderá receber qualquer quantia ou crédito que tenha com o Poder Executivo Municipal, tampouco participar de concorrência pública, coleta ou tomada de preços; celebrar contratos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a Administração do Município.

Art. 46 - A decisão de decretar a apreensão, interdição ou cassação de alvará de licença poderá ser executada coercitivamente pela Administração Municipal, com o concurso de outros Órgãos ou Autoridades, cuja colaboração será solicitada ou requisitada.

Art. 47 - As penalidades cominadas nesta lei, quando aplicadas, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. Aplicada qualquer penalidade prevista nesta Lei, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 48 - Ao infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma infração, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades cominadas.

TÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Art. 49 - São considerados logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum pertencentes ao Município de Enéas Marques, tal como definidos em legislação federal.

Art. 50 - Nos termos desta Lei é livre à população o uso e circulação pelos logradouros públicos, bem como o acesso aos bens públicos de uso especial, nos horários de expediente ou visitação pública, nos termos de seus regulamentos próprios.

Parágrafo único. A regulamentação da utilização do Espaço Público tem por finalidade a manutenção da ordem, da segurança e do bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

CAPÍTULO I
DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 51 - É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

§1º - Compreende-se nessa proibição o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção civil, nas vias públicas em geral.

§2º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a destinação, coleta e transportes dos resíduos da construção civil em conformidade com normas federal e estadual, no prazo de 180 dias da aprovação do presente Código.

Art. 52 - Fica proibido o abandono de veículo automotor, elétrico, reboque, semirreboques ou de tração animal, em logradouros públicos do Município de Enéas Marques.

§1º - Para os efeitos deste código considera-se abandonado o veículo que:

I - estiver sem funcionamento ou estacionado em situação que caracterize abandono em logradouro público por prazo superior a 10 (dez) dias;

II - apresentar visível mau estado de conservação, caracterizado por sinais evidentes de colisão ou ferrugem, for objeto de vandalismo ou tiver partes visivelmente danificadas;

III - gerar acúmulo de lixo, entulhos, mato sob sua carroceria, em seu entorno ou atraindo a presença de insetos ou animais peçonhentos;

IV - estiver parcialmente desmontado, sem que fique caracterizado estar em manutenção em virtude de defeito que necessite reparação no local;

V - estiver sem placa de identificação, ressalvada a hipótese de o veículo estar em fase de emplacamento.

§2º - O estado de abandono tratado neste artigo poderá se dar pela verificação de uma ou mais hipóteses nele previstas.

§3º - O tempo de abandono do veículo será contado a partir da constatação da autoridade de trânsito ou de denúncia registrada de cidadão.

Art. 53 - O veículo encontrado em estado de abandono em logradouros públicos será apreendido e transportado ao depósito municipal, respondendo seu proprietário pelas respectivas despesas e diárias, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Código.

§1º - Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado e o proprietário, comprador, possuidor ou depositário, será notificado pelo agente fiscalizador do Município, para que retire o veículo infrator do logradouro público no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remoção.

§2º - O não atendimento da notificação autoriza o agente fiscalizador a aplicar multa no valor definido pelo GRUPO 3 do Art. 11 -desta Lei, e a realizar a remoção do veículo ao depósito designado para a guarda de veículos, sendo liberado somente após o pagamento das despesas com a remoção, estadia, multas, impostos e outros valores exigidos e regulamentados.

§3º - Caso não haja a identificação do proprietário ou responsável pelo veículo haverá uma publicação no Diário Oficial do Município conclamando o mesmo a retirada do veículo do local no prazo de 10 (Dez) dias, após haverá a recolha do mesmo.

§4º - Por ocasião da remoção, o veículo será filmado ou fotografado na situação em que se encontrar, para servir como prova da condição de abandono e caracterização de infração a presente Lei.

Art. 54 - O veículo ficará no depósito da empresa contratada, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, findo o qual será levado a leilão ou modalidade equivalente.

Art. 55 - Os valores auferidos com remoção, diárias e leilões ou modalidade equivalente serão recolhidos diretamente a empresa contratada conforme estipulado em contrato pelo município através de licitação para remoção e guarda de veículos.

Art. 56 - Nas obras e demolições, não será permitido, além do alinhamento, tapume e a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção, sendo que o tapume deve ocupar no máximo 2/3 (dois terço) da largura do passeio.

Art. 57 - Assiste ao Poder Executivo Municipal o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo que trafegue em desacordo com a disposição deste código ou que possa ocasionar danos às vias públicas.

Art. 58 - É proibido aos proprietários de lotes rurais fronteiriços às Rodovias Municipais, obstruir por qualquer meio, as sarjetas daquelas rodovias, impedindo o livre escoamento das águas.

Art. 59 - Nos casos de descarga de materiais que não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito em horário estabelecido pelo Poder Executivo Municipal, mediante pagamento da respectiva taxa.

§1º - Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

§2º - Sempre que houver necessidade de se interromper o trânsito, deverá ser colocada a sinalização claramente visível durante o dia, e luminosa à noite.

Art. 60 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 61 - Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que seja solicitada, ao Poder Executivo Municipal, a aprovação de sua localização devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - não prejudicarem a pavimentação das vias e calçadas, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos porventura verificados;

II - serem removidos num prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades.

Art. 62 - O descumprimento do estabelecido neste Capítulo autoriza o Município a aplicar multa referente ao GRUPO 3 – Infrações Graves, conforme Art. 11 -da presente Lei.

CAPÍTULO II
DA DENOMINAÇÃO E EMPLACAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E NUMERAÇÃO PREDIAL

Art. 63 - A denominação dos logradouros públicos do Município de Enéas Marques será realizada por meio de lei e sua inscrição far-se-á, obrigatoriamente, por meio de placas afixadas nas paredes dos prédios, nos muros, nas esquinas ou em outro local conveniente.

Art. 64 - Quando a lei se limitar à denominação do logradouro, a sua localização, com as indicações indispensáveis à sua identificação, será feita por Decreto do Poder Executivo.

Art. 65 - Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros, nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem, efetivamente, passagens de notória e indiscutível relevância; que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos; de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas; de personagens do folclore; de acidentes geográficos; relacionados com a flora e a fauna locais.

Art. 66 - Fica proibido denominar ruas, praças, avenidas, viadutos ou jardins públicos com nomes de pessoas vivas.

Art. 67 - As propostas de denominação deverão ser sempre acompanhadas de biografia, com dados completos sobre o homenageado, em se tratando de pessoa e nos demais casos, de texto explicativo dos motivos da denominação, incluindo fontes de referência.

Art. 68 - Nenhum logradouro poderá ser dividido em trechos com denominações diferentes, quando esses trechos tiverem aproximadamente a mesma direção e largura, ressalvados os casos já existentes.

Art. 69 - Quando a tradição pedir a manutenção de diferentes nomenclaturas em trechos contínuos, cada trecho deve ter a numeração dos imóveis reiniciada e específica.

Art. 70 - As placas de nomenclatura serão colocadas somente após a oficialização do nome do logradouro público.

Art. 71 - No início e no final de uma via, deverá ser colocada uma placa em cada esquina, e, nos cruzamentos, uma placa na esquina da quadra que termina sempre à direita da mão que regula o trânsito, e outra em posição diagonalmente oposta, na quadra seguinte.

Art. 72 - Nas edificações novas, nas esquinas onde deverão ser afixadas as placas de denominação, será exigida pelo Poder Executivo Municipal, por ocasião do "habite-se", a colocação das placas respectivas, às expensas do proprietário.

Art. 73 - A numeração dos imóveis de uma via pública começará no cruzamento do seu eixo com o eixo da via em que tiver início.

Art. 74 - As novas edificações e as existentes que vierem a ser reformadas ou ampliadas no Município deverão ser obrigatoriamente numeradas.

Art. 75 - Cabe ao Poder Municipal, a determinação da numeração dos imóveis dentro do Município de Enéas Marques, respeitadas as disposições deste Código.

Art. 76 - É obrigatória a placa de numeração, com o número oficial definido pelo órgão competente, em local visível, no muro do alinhamento ou a fachada.

Art. 77 - A numeração das novas edificações e das respectivas unidades distintas será designada por ocasião da emissão do Alvará de Construção e para a emissão do Certificado de Conclusão de Obra ("*Habite-se*") será exigida a fixação da numeração no imóvel.

Art. 78 - Os parâmetros para a numeração predial serão definidos pelo órgão Municipal competente, em legislação específica.

Art. 79 - Serão notificados para regularização os proprietários dos imóveis sem placa de numeração oficial, com placa em mau estado de conservação ou que contenha numeração em desacordo com a oficialmente definida.

Parágrafo único. Além da multa, conforme estabelece o parágrafo 1º deste artigo, o proprietário do imóvel deverá regularizar a placa de numeração atendendo o padrão oficialmente definido.

Art. 80 - Incorrerá em multa do GRUPO 2, conforme definido no Art. 11 - desta lei, aquele que danificar, encobrir ou alterar a placa indicadora dos logradouros públicos ou de numeração dos prédios, além da obrigação de indenizar o Município do prejuízo causado.

CAPÍTULO III
DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE
Seção I
Da propaganda e publicidade na Zona Urbana

Art. 81 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença do Poder Executivo Municipal e pagamento da respectiva taxa.

§1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou pavimentação das vias e calçadas.

§2º - A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como a feita por meio de cinema ambulante, ainda que sem áudio, estará igualmente sujeita à prévia licença e pagamento de taxa respectiva.

§3º - Consideram-se letreiros, as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou o logotipo, a atividade principal, o endereço e o telefone.

§4º - Consideram-se anúncios, as indicações de referência a produtos, serviços ou atividades por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, instalados em locais estranhos àquele onde a atividade é exercida.

§5º - O descumprimento do disposto neste artigo autoriza o Município a aplicar cobrança da taxa estabelecida no parágrafo 2º deste artigo, além de multa conforme estabelecido no Anexo Único desta Lei.

Art. 82 - A publicidade em imóveis, edificados ou não, dependerá de licença expedida, sempre a título precário, pele Divisão de Tributação do Departamento de Fazenda de Enéas Marques.

Art. 83 - Os requerimentos de licença para propaganda ou publicidade deverão especificar:

I - para letreiros:

a) alvará de licença de localização no município;

b) local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) natureza do material a ser empregado;

d) as cores empregadas;

e) dimensões do material a ser utilizado;

f) inteiro teor dos dizeres;

g) disposição em relação à fachada, terreno e meio-fio;

II - para anúncios:

a) alvará de licença de localização no Município;

b) local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) natureza do material a ser empregado;

d) as cores empregadas;

e) dimensões do material a ser utilizado;
f) inteiro teor dos dizeres;
g) autorização do proprietário com firma reconhecida;
h) definição do tipo de suporte;
i) disposição do equipamento no terreno, em relação às divisas, ao alinhamento predial e às construções existentes.

III - para anúncios luminosos:
a) todos os requisitos especificados nos incisos I e II deste artigo;
b) deverá indicar o sistema de iluminação a ser adotado;
c) deverão ser colocados a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Art. 84 - As propagandas ou publicidades não poderão obstruir a circulação destinada aos pedestres, iluminação, ventilação de compartimentos de edificações vizinhas, ou não, bem como a estética e beleza de obra de arte, fachada de prédios públicos, escolas, museus, igrejas, teatros ou, de algum modo prejudicar os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas e monumentos.

Art. 85 - O veículo de divulgação deverá ser mantido em perfeito estado de conservação, cabendo ao responsável sua substituição durante o período concedido para a licença, caso se deteriore ou estrague, tornando-se fator de poluição visual.

Parágrafo único. Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou reparação de anúncio dependerão somente de comunicação escrita ao Poder Executivo Municipal.

Art. 86 - Ficam proibidas a propaganda e publicidade, a fixação de cabos ou fios, sejam quais forem suas finalidades, formas ou composições nos, seguintes casos:

I - nas árvores, postes, bancos, toldos, abrigos, jardineiras, estátuas, monumentos, caixas de correio, caixas de telefone, coleta de lixo, alarme de incêndio, hidrantes, viadutos, pontes, canais, túneis, sinais de trânsito, passarelas e grades de proteção para pedestres;

II - nos muros, andaimes, e tapumes, quando se tratar de cartazes, impressos, pinturas e letreiros de quaisquer naturezas, exceto aqueles afixados em quadros próprios, desde que atendida as exigências legais;

III - em situações em que, vede portas, janelas ou qualquer abertura destinada à ventilação e iluminação;

IV - nos meio-fio, passeios e leito das vias;

V - no interior de cemitérios;

VI - quando prejudicarem a iluminação dos logradouros públicos, sinalização de trânsito e a orientação dos pedestres;

VII - quando possuírem incorreções de linguagem ou façam uso de palavras em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do léxico nacional, a ele hajam sido incorporadas;

VIII - quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito e tráfego;

IX - sejam ofensivas à moral, pessoas, crenças e instituições.

Art. 87 - Na expedição do alvará de publicidade serão observados:

I - em letreiros:

a) para mais de um estabelecimento no térreo de uma edificação, a área destinada a publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre os estabelecimentos;

b) é tolerado o anúncio para o mesmo estabelecimento, desde que não ultrapasse a terça parte do total estabelecido para o letreiro;

c) permitido o anúncio em toldo somente na bambinela;

d) para a edificação recuada do alinhamento predial em lote de esquina, o letreiro poderá ser instalado no recuo, a partir de 5,0 m (cinco metros) da confluência dos alinhamentos.

e) anúncios em imóvel não edificado:

f) deverá ser apresentado documento que comprove responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado junto ao conselho de classe competente e, anualmente, laudo técnico quanto as condições de estabilidade e segurança;

g) deverá ser moldurado, contendo em local visível a identificação da empresa de publicidade e o número da licença;

h) No caso de anúncio luminoso não poderá ter sua luminosidade projetada para o imóvel vizinho, excetuando-se os casos em que essa edificação tenha cunho comercial;

i) sua colocação fica condicionada à limpeza permanente do terreno e existência de muro e passeio, excetuando-se as rodovias, bem como a exigência de execução de passeio quando a via não for dotada de pavimentação definitiva, devendo, neste caso, a área referente ao passeio ser mantida ajardinada.

II - anúncios em imóvel edificado:

a) deverão ser atendidas as disposições apresentadas para anúncios em imóveis não edificados;

b) afastamento mínimo das edificações será de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) o anúncio não poderá vedar a fachada principal da edificação.

Art. 88 - O anúncio no interior do lote para locação e venda do imóvel será permitida independente de licença específica, desde que não ultrapasse 0,4 m (quarenta centímetros) por 0,6 (sessenta centímetros).

Art. 89 - Será facultada às casas de diversões, teatros, cinemas e similares, a colocação de programas e de cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.

Art. 90 - Nenhuma placa, tabuleta ou letreiro poderá ocupar mais de 5% (cinco por cento) da área da fachada.

Art. 91 - Os letreiros, quando colocados sobre as marquises não poderão ultrapassar os limites fixados para as mesmas.

Art. 92 - O Poder Executivo Municipal estabelecerá, por ato próprio, prazo para a retirada de toda a propaganda e anúncios luminosos que estejam em desacordo com o estabelecido neste Código.

Art. 93 - Toda e qualquer propaganda ou publicidade deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como observar as características e funções definidas no projeto arquitetônico de construções aprovadas pelo Poder Executivo Municipal, de forma que não as prejudiquem.

Art. 94 - Cessadas as atividades do anunciante ou a finalidade da propaganda ou publicidade, estabelecida na licença do Poder Executivo Municipal, deverá ser retirado pelo anunciante todo e qualquer material referente à propaganda ou publicidade no prazo de 10 (dez) dias da data do encerramento.

Art. 95 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior implicará na retirada do material por parte do Poder Executivo Municipal, o qual só será devolvido ao proprietário após o pagamento das multas devidas assim como das despesas acrescidas de 20% (vinte por cento).

Art. 96 - No caso de anúncios, propagandas, letreiros e publicidades já existentes e em desacordo com este Código, o órgão competente fará a notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização.

Art. 97 - Expirado o prazo estipulado na notificação, o Poder Executivo Municipal efetuará os serviços necessários, cobrando, dos responsáveis, as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das multas aplicadas.

Art. 98 - Os panfletos ou anúncios destinados a distribuição nas vias públicas não poderão ter dimensões menores de 10cm (dez centímetros) por 15cm (quinze centímetros) nem maiores que 30cm (trinta centímetros) por 45cm (quarenta e cinco centímetros).

Parágrafo único. Fica proibido o uso de panfletos ou anúncios destinados a lançamento nas vias públicas ou logradouros.

Seção II

Da propaganda e publicidade na Zona Rural

Art. 99 - Na Zona Rural toda e qualquer propaganda e publicidade numa faixa de 5 (cinco) metros ao longo das rodovias municipais dependerão de prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 100 - Nas propriedades rurais, os anúncios e cartazes desde que visíveis da via pública, deverão obedecer ao disposto na Seção anterior, exceto quanto à localidade.

Art. 101 - As penas para as infrações a estas disposições são as previstas na Seção anterior (para zona urbana).

TÍTULO III
DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 102 - Toda atividade comercial, industrial, prestadora de serviços ou comunitária, localizada em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento, emitido pela Administração Pública, concedido previamente a requerimento dos interessados.

Parágrafo único. Além da multa, conforme estabelece o Anexo Único da presente Lei, o Poder executivo Municipal deverá interditar o local que não possuir o respectivo alvará.

Art. 103 - O requerimento deverá especificar com clareza:

I - o nome ou razão social do requerente;

II - o ramo do comércio ou da indústria, ou a tipologia do serviço a ser prestado;

III - o montante do capital investido;

IV - o número do CNPJ e ou número da Inscrição Estadual;

V - o endereço em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 104 - Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pelo Poder Executivo Municipal, as instalações de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinam deverão ser previamente vistoriados pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

I - compatibilidade da atividade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

II - adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, conforme as exigências relativas que constam no Código de Obras;

III - compatibilidade das soluções de segurança, prevenção de incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e na legislação estadual e federal pertinente;

IV - compatibilidade dos requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com as normas específicas.

Art. 105 - A expedição do Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco ambiental, além do procedimento usual, dependerá de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 106 - A expedição de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco à saúde pública, além do procedimento usual, dependerá de prévio parecer técnico sanitário expedido pela autoridade sanitária municipal.

Art. 107 - Somente será concedida a licença quando o interessado comprovar o pagamento da taxa devida nos termos da legislação tributária.

Art. 108 - Fica proibido o fornecimento de Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos que foram construídos irregularmente, que não estejam de posse do "Habite-se", e que estejam em:

I - logradouros públicos;

II - áreas de preservação ambiental;

III - áreas de risco assim definidas pela administração municipal.

Art. 109 - O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado anualmente.

Art. 110 - A critério do órgão competente poderá ser expedido o Alvará de Localização e Funcionamento temporário de estabelecimento, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 111 - O estabelecimento ou atividades estão obrigados a novo licenciamento, mediante Alvará de Localização e Funcionamento, quando ocorrer as seguintes situações:

I - mudança de localização;

II - quando as atividades ou o uso forem modificados em quaisquer dos seus elementos;

III - quando forem alteradas as condições da edificação, da atividade ou do uso após a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

IV - quando a atividade ou uso se mostrarem incompatíveis com as novas técnicas e normas originadas do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de proteger o interesse coletivo.

Parágrafo único. A modificação do Alvará de Localização e Funcionamento devido ao disposto no presente artigo deverá ser requerida no prazo de trinta (30) dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 112 - No Alvará de Localização e Funcionamento deverão constar os seguintes elementos:

I - nome do interessado;

II - natureza da atividade e restrições ao seu exercício;

III - local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário, quando se tratar de estabelecimento fixo;

IV - número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal do Município;

V - horário do funcionamento, quando houver.

Parágrafo único. Os horários de abertura e fechamento do comércio serão fixados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 113 - O alvará de licença deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

Art. 114 - A Licença poderá ser cassada:

I - quando for explorado ramo diferente do que constar no requerimento;

II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, do sossego ou da segurança pública;

III - quando o licenciado se recusar a exibir o alvará de licença ou de localização à autoridade competente;

IV - por solicitação de órgão ou autoridade interessada, quando comprovados os motivos da solicitação.

Parágrafo único. Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

CAPÍTULO II
DO HORARIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 115 - Os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço localizados no Município de Enéas Marques poderão funcionar, todos os dias da semana, sem limitação de horário.

§1º - O funcionamento dos estabelecimentos de que trata o *caput* deste artigo após as 22h (vinte e duas horas) e antes das 7h (sete horas) deverão atender as legislações e normas específicas sobre ruídos e perturbação do sossego.

§2º - O Poder Executivo Municipal poderá regularmente, por decreto, o horário de funcionamento de estabelecimentos cuja atividade seja de interesse público relevante.

§3º - Poderá o Poder Executivo Municipal estabelecer restrições no horário de funcionamento e outras que julgar convenientes, como medida preventiva a bem da moral, do sossego e da segurança pública.

Art. 116 - A exploração de atividades em geral, após as 22h (vinte e duas horas) e antes das 6h (seis horas), em prédios de uso misto poderá acontecer desde que haja aprovação em assembleia entre os condôminos do edifício misto.

Art. 117 - O horário de funcionamento de farmácias e drogarias no Município de Enéas Marques não sofrerá quaisquer limitações, por ser serviço colocado à disposição da coletividade, desde que atendidas as exigências:

I - da Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município;

II - do Conselho Regional de Farmácia.

Art. 118 - As farmácias e drogarias são obrigadas, independentemente do disposto no Art. 117 -desta Lei, a plantão, pelo sistema de rodízio, para atendimento ininterrupto à comunidade.

§1º - Os plantões obrigatórios serão estabelecidos por decreto, após acordo entre os proprietários de farmácias e drogarias, até 30 (trinta) dias antes do término da vigência de cada escala.

§2º - Na falta de acordo, a escala de plantões será fixada pelo Prefeito Municipal até 10 (dez) dias após o término do prazo de que trata o parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO III
DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

Art. 119 - A licença para funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre precedida do exame do local e de autorização da autoridade sanitária competente.

Art. 120 - Os abatedouros de qualquer espécie só poderão ser localizados a uma distância mínima de 500m (quinhentos metros) do alinhamento do perímetro urbano e desde que preencham os demais requisitos estabelecidos pelas autoridades sanitárias e deste Código.

Seção I
Da Aferição de Pesos e Medidas

Art. 121 - A transação comercial em que intervenha medidas ou que faça referências a resultados de medidas de qualquer natureza deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica federal.

Art. 122 - As pessoas e estabelecimentos que têm por atividade a compra e venda de mercadorias são obrigadas a submeter anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de pesos e medidas por eles utilizados.

Parágrafo único. Os aparelhos e instrumentos utilizados por ambulantes serão feitos em local indicado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 123 - As aferições consistem na comparação dos pesos e medidas com os padrões metrológicos e na aposição do Carimbo do Poder Executivo Municipal nos que forem julgados legais.

Art. 124 - Só serão aferidos os pesos de metal.

Parágrafo único. Serão rejeitados os pesos:

I - de madeiras;

II - de pedras;

III - de argilas ou substâncias equivalentes;

IV - que se encontrarem amassados e furados;

V - que se encontrarem suspeitos.

Art. 125 - Para o efeito de fiscalização, o Poder Executivo Municipal poderá, em qualquer tempo, mandar proceder a exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de medir e pesar utilizados pelas pessoas e estabelecimentos a que se refere o Art. 122 -.

Art. 126 - Os estabelecimentos comerciais e industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os pesos e medidas que hajam de utilizar em suas transações.

Art. 127 - Será aplicada a multa corresponde ao GRUPO 3 a todos aqueles que:

I - usar nas transações comerciais aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar e medir que não estejam baseados no sistema métrico decimal;

II - deixar de apresentar anualmente, ou quando exigido para exame, os aparelhos e instrumentos e pesos e medidas utilizados na compra ou venda de qualquer produto ou mercadoria;

III - usar nos estabelecimentos aparelhos ou instrumentos viciados, já aferidos ou não.

Parágrafo único. O interessado que não observar o disposto nesta Seção, poderá sofrer interdição do estabelecimento, além do pagamento das multas.

Seção II
Do Comércio Ambulante

Art. 128 - Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda, a varejo, de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por profissional autônomo, sem vínculo de terceiros, pessoa jurídica ou entidade, em locais e horários previamente determinados.

§1º - É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos locais demarcados pelo Município.

§2º - A fixação do local poderá, a critério do Poder Executivo Municipal, ser alterada em função do desenvolvimento da cidade.

Art. 129 - O exercício do comércio ambulante dependerá de autorização do Poder Executivo Municipal, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. A autorização referida no *caput* deste artigo é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado e somente será expedida a favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

Art. 130 - Na autorização deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de inscrição;

II - nome e endereço residencial do responsável;

III - local e horário para funcionamento do ponto;

IV - indicação clara do objeto da autorização.

Parágrafo único. O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 131 - Quando se tratar de produtos perecíveis, deverão os mesmos ser conservados em balcões frigoríficos.

Art. 132 - É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e de cassação da autorização:

I - estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pelo Poder Executivo Municipal;

II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;

III - transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;

IV - deixar de atender as prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;

V - colocar à venda produtos contrabandeados ou de procedência duvidosa;

VI - expor os produtos à venda, colocando-os diretamente sobre o solo.

Art. 133 - Os quiosques, barracas, *trailers*, carrinhos e outros veículos utilizados no comércio ambulante deverão ser aprovados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 134 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código que lhes são aplicáveis, deverão observar, ainda, as seguintes:

I - terem carrinhos apropriados, aprovados pelo Poder Executivo Municipal;

II - velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam com os caracteres organolépticos (sabor, odor, consistência ou outros) alterados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

III - terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

IV - usarem vestuários adequados e limpos;

V - manterem-se rigorosamente asseados;

VI - usarem recipientes apropriados para colocação do lixo segregado em materiais recicláveis e não recicláveis.

Art. 135 - Fica proibida a instalação de bancas, balcões, barracas, mesas, quiosques e similares para venda de quaisquer produtos em áreas de domínio público.

Art. 136 - No caso de não cumprimento das exigências desta Seção, da legislação específica de cada produto licenciado e respectivo equipamento, os vendedores estarão sujeitos a multas conforme estabelecido no GRUPO 2 – Infração Média do Art. 11 da presente Lei, apreensão de mercadorias e equipamentos, e cassação da licença.

CAPÍTULO IV
REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Art. 137 - O transporte de passageiros é privativo de empresas concessionárias e autorizadas para tais serviços, conforme o caso, que serão realizados com veículos expressamente licenciados.

Art. 138 - Só os veículos compreendidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo Municipal e devidamente licenciados poderão ser empregados em transporte de passageiros, depois de procedida a competente autorização na forma regulamentar.

Art. 139 - Os veículos licenciados na forma do artigo anterior deverão permanecer, obrigatoriamente, nos pontos mencionados nos respectivos alvarás, desde as sete até as vinte horas, exceto se estiverem em serviço.

Art. 140 - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a permanência de táxi em ponto diverso daquele constante no Alvará de Licença.

Art. 141 - Os autorizados para os serviços de táxis são obrigados a manter os respectivos veículos em estado de conservação, higiene e asseio necessários à segurança e saúde dos passageiros.

Art. 142 - Compete ao Poder Executivo Municipal estabelecer os pontos de táxis na cidade e nas sedes dos distritos, bem como o número de veículos que cada ponto poderá comportar.

Art. 143 - Não serão licenciados como táxis os veículos utilitários do tipo "KOMBI", definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Os veículos referidos neste artigo poderão ser licenciados como LOTAÇÃO, para transporte de passageiros, tendo pontos de parada e itinerários regulados pelo Poder Executivo Municipal, obedecendo aos horários também estabelecidos pela

Administração e respeitados os direitos de transportes coletivos, e as exigências do serviço de trânsito.

CAPÍTULO V

DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE CARÁTER PROVISÓRIO E DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 144 - Para realização de divertimentos e festejos públicos, nos logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Administração Municipal.

Art. 145 - As disposições deste Capítulo aplicam-se a todo e qualquer Divertimento Público, que se realizam em vias públicas ou em recintos fechados com acesso ao público, com pagamento ou não de ingressos tais como: cinema, teatro, circo, salas de espetáculos, parques de diversões e outros.

§1º - As exigências do presente artigo são extensivas às competições esportivas, bailes, espetáculos, festas de caráter público ou divertimentos populares de qualquer natureza.

§2º - Excetuam-se das prescrições do presente artigo as reuniões de qualquer natureza sem convites ou entradas pagas, realizadas por clubes ou entidades profissionais e beneficentes, em suas sedes, bem como as realizadas em residências.

Art. 146 - O requerimento do Alvará de Localização e Funcionamento dos divertimentos públicos será acompanhado dos certificados que comprovem terem sido satisfeitas as exigências regulamentares da legislação federal, estadual, Código de Obras Municipal e mais as seguintes:

I - autorização do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil;

II - as portas de saídas serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa, de forma suave quando se apagarem as luzes da sala;

III - os aparelhos destinados à renovação de ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito estado de funcionamento;

IV - instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

V - precauções necessárias contra incêndios em locais visíveis e de fácil acesso;

VI - pulverização contra insetos;

VII - durante os espetáculos, as portas deverão ser conservadas abertas, vedadas apenas com reposteiro ou cortinas;

VIII - o mobiliário deve ser mantido em perfeito estado de conservação;

IX - exaustores;

X - circulação e ventilação adequadas;

XI - lugares reservados destinados às autoridades encarregadas da fiscalização;

XII - os programas anunciados deverão obedecer aos horários e preços divulgados.

Art. 147 - Uma vez instalado o parque de diversões ou congêneres, não serão permitidas modificações nas instalações ou seu aumento, sem a licença prévia, após a vistoria técnica do Poder Executivo Municipal.

Art. 148 - A apresentação do documento comprovante de responsabilidade técnica dos equipamentos poderá ser facultada, desde que seja realizada vistoria pelo Poder Executivo Municipal, atestando o atendimento das normas de segurança para as edificações e instalações de equipamentos, prevista pela legislação municipal, estadual e federal.

Art. 149 - A Administração poderá exigir um depósito, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recuperação do logradouro público.

Parágrafo único. O depósito será restituído integralmente, mediante requerimento, se não houver necessidade de limpeza ou recuperação do logradouro; em caso contrário, serão deduzidas as despesas com os serviços executados pela Administração.

Art. 150 - As licenças para os parques de diversões e congêneres serão concedidas por prazo inicial não superior a 03 (três) meses, devendo ser renovada a vistoria, para que haja renovação ou prorrogação da licença.

Art. 151 - A prorrogação ou renovação de licença poderá ser negada, podendo a Administração Municipal por outro lado, estabelecer novas exigências e restrições relativamente a qualquer elemento do parque e podendo, ainda, ser este interditado antes de terminar o prazo de licença concedido, se por motivos de interesse ou segurança pública.

Art. 152 - Os responsáveis pelas atividades contidas neste capítulo devem observar as normas do Código do Consumidor, Normas Ambientais, Sanitárias e Segurança Pública.

Art. 153 - Além da multa, conforme estabelece o Anexo Único da presente Lei, o Poder executivo Municipal poderá aplicar a interdição e a cassação da licença, conforme o caso.

CAPÍTULO VI
DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMERCIAL OU DE SERVIÇOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS.

Art. 154 - Estão sujeitas à licença de funcionamento, as seguintes atividades quando situadas em logradouros públicos:

I - bancas de jornal, revistas, cigarros e doces embalados;

II - café e similares;

III - venda de flores;

IV - venda e produção de sucos;

V - venda e produção de sorvetes;

VI - lanchonetes;

VII - serviços de telefone, correio, informações, segurança;

VIII - outras atividades a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 155 - Os estabelecimentos poderão instalar-se em praças e demais logradouros públicos, à critério do Poder Executivo Municipal, mediante Concessão de Uso outorgada quando não haja ou traga prejuízo à comunidade.

Art. 156 - Os padrões para os equipamentos serão estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal, não podendo ser alterados sem a prévia anuência.

Art. 157 - É vedada a Concessão de Uso em locais com as seguintes características:

I - rótulas ou praças situadas em rótulas do sistema viário;

II - canteiros centrais do sistema viário.

Art. 158 - Os equipamentos de que trata o art. 155 da presente Lei, não poderão ser localizados nas calçadas públicas.

Art. 159 - Em praças, largos ou jardinetes, a somatória das áreas de projeção dos equipamentos existentes e previstos não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) da superfície total do logradouro.

Art. 160 - A seleção dos interessados na implantação de equipamentos de uso comercial ou de serviços em logradouros públicos se fará por meio de licitação pública, constará do Edital de licitação a descrição das obras e serviços a serem executados pelo interessado, através da Concessão de Uso, obedecendo a projeto de urbanização elaborado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 161 - O permissionário não poderá explorar mais de uma banca, a qualquer título, estendendo-se ao cônjuge e aos familiares do mesmo.

Art. 162 - É vedada a exploração de banca a:

I - distribuidor ou agente distribuidor de jornal e revista;

II - titular de emprego público da união, do estado, do município, da administração direta, indireta ou fundacional ou de entidade de economia mista.

Art. 163 - O vencedor da licitação assumirá as condições estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, registradas em Contrato Administrativo.

Art. 164 - A Concessão de Uso para lanchonetes e similares será por prazo determinado de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 165 - A edificação passará a constar como do patrimônio público, sendo que se concederá a venda do ponto e não a benfeitoria construída.

Art. 166 - O concessionário tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do Contrato Administrativo, para executar as obras e serviços objeto da licitação. O concessionário que descumprir as determinações contidas no Contrato Administrativo poderá ter sua Concessão de Uso cassada, sem direito à indenização.

Art. 167 - A Concessão de Uso se faz por contrato administrativo, pelo qual o Poder Público atribui a utilização de um bem de seu domínio em contrapartida pela execução de obras e serviços convencionados pelo outorgante, nos termos da legislação federal.

Art. 168 - É proibido ao permissionário e aos seus pressupostos:

I - fechar a banca por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias anuais alternados, sem consentimento ou autorização do órgão competente;

II - vender com ágio jornal, revista e publicação que tenha preço tabelado;

III - locar ou sublocar a banca;

IV - recusar-se a vender, em igualdade de condições, mercadorias que lhe foram consignadas por distribuidor registrado;

V - estabelecer, por motivo político ou ideológico, distinção ou preferência entre mercadorias recebidas;

VI - veicular qualquer tipo de propaganda política ou eleitoral, salvo a constante de jornal, revista ou publicação exposta à venda.

CAPÍTULO VII
DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DIVERSAS

Art. 169 - As instalações que, diretamente ou indiretamente, propiciam à população atendimento e fornecimento de água potável, energia elétrica, gás, serviços de telecomunicações e instalações diversas deverão ser licenciadas pelo Município.

Art. 170 - A concessionária dos serviços deverá manter arquivados os projetos e respectivos documentos comprovantes de responsabilidade técnica dos profissionais habilitados juntos aos conselhos de classe competentes, devendo fornecê-las ao Poder Executivo Municipal sempre que solicitado.

Art. 171 - Todas as instalações deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação e funcionamento, podendo o Município fiscalizar o estado destas instalações e submetê-las a provas de eficiência.

Art. 172 - Quando da solicitação do licenciamento para instalação e funcionamento de subestação e linhas de transmissão de energia, torres de telecomunicação e estação de rádio base (ERB) e similares, deverá ser apresentado, pelo interessado, termo de responsabilidade pela instalação e pela sua influência, aos imóveis confrontantes, quanto ao sistema de proteção e compatibilidade eletromagnética.

Art. 173 - A critério do órgão competente poderão ser feitas outras exigências, quando necessário, considerando a potencialização do risco do entorno.

TÍTULO IV
DO MEIO AMBIENTE

Art. 174 - No interesse do controle da poluição do ar, do solo e água, o Poder Executivo Municipal exigirá parecer técnico do órgão Estadual competente, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se figure em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 175 - É proibido em toda as áreas urbanas do Município a limpeza de lotes através de capina química ou queimadas.

Art. 176 - A ninguém é permitido atear fogo em roçada, palhas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de, no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;

II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e local para lançamento do fogo.

Art. 177 - A derrubada de matas dependerá de expedição de licença por órgão competente, observadas as restrições contidas em legislação específica.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal fiscalizar as atividades constantes do *caput* deste artigo.

Art. 178 - É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade e pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

CAPÍTULO I
DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

Art. 179 - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriça à sua residência.

Parágrafo único. É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os ralos/ bocas de lobo dos logradouros.

Art. 180 - É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 181 - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - obstruir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II - transportar, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

III - queimar no Perímetro Urbano, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos que possam causar danos ao Meio Ambiente.

Art. 182 - O lixo das habitações deverá ser recolhido em sacos plásticos apropriados, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 183 - É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população, prejudicar a estética da cidade, ou que causem danos ao meio ambiente.

Art. 184 - O Poder Público Municipal manterá o serviço regular de coleta e transporte do lixo nas ruas e demais logradouros públicos da cidade e mediante pagamento do preço do serviço público, fixado nas tabelas oficiais vigentes.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Público Municipal fixar os dias da semana para a coleta e remoção dos materiais a seguir especificados:

I - resíduos com volume total superior a 100 L (cem litros) por dia;

II - móveis, colchões, utensílios de mudanças e outros similares;

III - restos de limpeza e podas de jardins;

IV - entulho, terras e sobras de material de construção;

V - materiais contaminados, radioativos ou outros que necessitem de condições especiais na sua remoção;

VI - material remanescente de obras ou serviços em logradouros públicos; e

VII - sucatas.

Art. 185 - Serão eventuais os serviços constantes dos incisos II a VII do artigo 188 acima, e sua execução dependerá da solicitação do interessado.

Art. 186 - Compete ao Poder Executivo Municipal, em colaboração com seus munícipes, manter limpa a área municipal mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas, bem como coleta, transporte e destinação final do lixo.

Art. 187 - Os promotores de eventos culturais, religiosos e esportivos, dentre outros, são responsáveis pela limpeza dos logradouros que forem atingidos por resíduos gerados em função da atividade.

Art. 188 - As áreas de comercialização, utilizadas por feirantes e vendedores ambulantes, deverão ser mantidas permanentemente limpas, durante e após a realização das atividades.

Art. 189 - Os feirantes e vendedores ambulantes deverão realizar a limpeza de sua área de trabalho e acondicionar os resíduos em sacos plásticos para serem recolhidos pela coleta pública.

Art. 190 - É obrigatória a disponibilização pelo Poder Executivo Municipal, de depósito de água para a higiene e limpeza do local e trabalhadores.

Art. 191 - Os proprietários ou condutores de animais serão responsáveis pela limpeza dos dejetos dispostos pelos mesmos em qualquer logradouro público.

Parágrafo único. A limpeza das ruas e logradouros deverá ser iniciada mesmo durante a realização do evento e sua conclusão deverá ser efetuada num prazo máximo de 8 (oito) horas após o término.

Art. 192 - A execução dos serviços de limpeza pública, de competência do Município, poderá ser realizada diretamente ou por terceiros, observadas as prescrições legais pertinentes.

Art. 193 - As infrações aos dispositivos deste capítulo importarão ao pagamento de multa; obrigação de fazer, conforme o caso; remoção ou limpeza do local afetado; ou ressarcimento de despesas quando o serviço for providenciado pelo Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II
DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES

Art. 194 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais, pátios dos prédios situados na zona urbana.

Art. 195 - Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II - facilidade de sua inspeção;

III - tampa removível.

Art. 196 - Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo individual ou coletivo.

Art. 197 - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 198 - A não observância do disposto neste Capítulo está sujeita a aplicação de multa, conforme definido no Anexo Único desta Lei, e à remoção dos equipamentos instalados.

Art. 199 - É proibido fumar em estabelecimento coletivo fechado, privado ou público, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:

I - elevadores;

II - transportes coletivos municipais e ambulâncias;

III - auditórios, museus, cinemas, teatros e salas de conferência e convenções;

IV - hospitais e maternidades;

V - estabelecimentos comerciais;

VI - estabelecimentos públicos;

VII - estabelecimentos de ensino.

§1º - Considera-se estabelecimento coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas.

§2º - Nos estabelecimentos de Comércio e Serviços é obrigatório separar e isolar as áreas de fumantes, de modo que a fumaça não invada a área dos não-fumantes.

§3º - Nos locais descritos neste Artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade do público.

§4º - Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

Art. 200 - Aos proprietários ou inquilinos cujos imóveis possuam testadas para vias públicas, compete:

I - proceder a remoção e desobstrução de todo e qualquer obstáculo nas calçadas como escadas, rampas de acesso à edificação fora do alinhamento predial, placas, tocos de árvores, entre outros, tornando o trânsito livre para pedestres, de modo especial às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.;

II - utilizar material antiderrapante para a pavimentação dos passeios e garantir a regularidade do pavimento;

III - realizar a limpeza e conservação de lotes vagos e proceder ao fechamento dos mesmos em todas as divisas se necessário, conforme disposto neste Código;

§1º - Para estabelecimentos comerciais a permissão para a colocação de mesas e cadeiras nos passeios será mediante autorização do Departamento de Administração e Planejamento, e deverá ser liberada de segunda à sexta-feira das 19h (dezenove horas) à 01h (uma hora) e aos sábados, domingos e feriados a partir das 14h (quatorze horas) até meia noite.

§2º - A demarcação e delimitação de faixa a ser utilizada para locação de mesas e cadeiras e outros correlatos deverá ser realizada de modo a deixar livre, no mínimo, uma faixa com largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

CAPÍTULO III

DA ARBORIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

Art. 201 - É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da urbanização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva do Poder Executivo Municipal, obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro e da Legislação Estadual específica.

§1º - Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitado pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

§2º - A solicitação a que se refere o parágrafo 1º deste artigo deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada e, se cabível, aprovada formalmente pelo Poder Executivo Municipal.

§3º - As remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de espécimes arbóreas, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art. 202 - Constitui infração ambiental o corte ou sacrifício de arborização pública, estando sujeito às multas estabelecidas nesta lei, sem prejuízo das demais penas aplicáveis determinadas pelas Legislações Federal e Estadual.

Art. 203 - Compete ao Poder Executivo Municipal, em colaboração com seus munícipes, a elaboração de projeto, execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos.

Parágrafo único. Caberá ao órgão competente do Poder Executivo Municipal decidir sobre a espécie vegetal que mais convenha a cada caso, bem como sobre o espaçamento entre as árvores.

Art. 204 - Os passeios das vias, em zonas residenciais, mediante licença do Poder Executivo Municipal, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas as exigências legais e as especificações técnicas estabelecidas no Código de Obras Municipal.

Art. 205 - Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 206 - Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, pregos ou congêneres, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

CAPÍTULO IV

DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA EM PROJETOS DE PARCELAMENTOS DO SOLO

Art. 207 - Sem prejuízo das demais exigências contidas na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e normas oficiais adotadas pelo Poder Executivo Municipal, deverão constar da planta indicativa do arruamento ou loteamento, a ser submetido ao Poder Executivo Municipal, a localização e o tipo de vegetação de porte arbóreo existente.

Art. 208 - O plantio de novas árvores deverá ser constatado quando da vistoria para verificação da execução das obras de infraestrutura, antes da aprovação final do Projeto de Loteamento ou Plano de Arruamento.

Art. 209 - Nos Planos de Arruamento ou Projetos de Loteamentos deverão ser seguidas as diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 210 - O plano de Arborização de loteamento ou arruamento deverá ser aprovado pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos, Departamento de Agropecuária e Departamento de Meio Ambiente e recursos hídricos e executado pelo interessado.

CAPÍTULO V

DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 211 - É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos, em especial entre as 22:00h e 06:00 horas.

§1º - Entendem-se como Ruídos ou Sons Excessivos, o som puro ou mistura de sons capazes de prejudicar a saúde, a segurança ou o sossego público.

§2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego públicos, quaisquer ruídos que:

I - atinja no ambiente exterior e no recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 dB (oitenta e cinco decibéis), medidos no curso "C" do aparelho medidor de Intensidade de Sons, de acordo com o método MB-268 prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II - alcancem, no interior do recinto em que têm origem níveis de sons superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 212 - Serão tolerados os ruídos provenientes de aparelhos produtores ou amplificadores de sons por ocasião de festividades públicas ou privadas, desde que licenciadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 213 - Os aparelhos produtores ou amplificadores de sons instalados sem a licença do Poder Executivo Municipal ou que estejam funcionando em desacordo com a lei serão apreendidos ou interditados.

Art. 214 - É vedada, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço de qualquer, natureza e nas casas de diversão, a produção de ruídos que, por sua natureza, perturbem o sossego público, bem como a prática de atividades contrárias à moral e aos bons costumes.

Art. 215 - Qualquer pessoa que considerar seu sossego perturbado por sons e ruídos não permitidos poderá solicitar ao órgão competente municipal providências destinadas à sua supressão.

Art. 216 - Excepcionalmente, a Administração Pública poderá autorizar o uso de alto-falantes e instrumentos musicais para fins de propaganda.

Art. 217 - É vedado a qualquer pessoa que habite em edifício de apartamento residencial:

I - usar, alugar ou ceder apartamento ou parte dele para escolas de canto, dança ou música, bem como para seitas religiosas, jogos e recreios, ou qualquer atividade que determine o afluxo exagerado de pessoas;

II - usar alto-falantes, pianos, rádio, máquina, instrumento ou aparelho sonoro em altura de volume que cause incômodo aos demais moradores.

Art. 218 - Não são proibidos os ruídos e sons produzidos pelas seguintes formas:

I - por sinos de igrejas, conventos e capelas, desde que sirvam exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes de 5 (cinco) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas;

II - por bandas de músicas em procissões, cortejos ou desfiles públicos nas datas religiosas e cívicas ou mediante autorização especial do Poder Público Municipal;

III - por sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulâncias ou de carros de bombeiros e da polícia;

IV - por apitos das rondas e guardas policiais;

V - por máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pelo Poder Executivo Municipal, desde que funcionem entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas e não ultrapassem o nível máximo de 90 db (noventa decibéis), medidos na curva "c" do aparelho medidor de intensidade de som à distância de 5,0m (cinco metros) de qualquer ponto da divisa do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas;

VI - por toques, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, desde que seja entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário;

VII - por sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionem, exclusivamente, para assinalar horas, entradas ou saídas de locais de trabalho, desde que os sinais não se prolonguem por mais de 60 (sessenta) segundos e não se verifiquem, no caso de entrada ou saída de estabelecimentos, depois das 19 (dezenove) horas;

VIII - por explosivos empregados em pedreiras, rochas ou suas demolições, desde que as detonações sejam das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas e autorizadas previamente pela administração pública;

IX - por manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados e entre 7 (sete) e 23 (vinte e três) horas.

Parágrafo único. Ficam proibidos ruídos, barulhos e rumores, bem como a produção dos sons excepcionalmente permitidos no presente artigo, nas proximidades de hospitais, casas de saúde e sanatórios, escolas, teatros, cinemas e templos religiosos, nas horas de seu funcionamento.

CAPÍTULO VI
DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 219 - O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no município.

Parágrafo único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I - preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública veterinária.

II - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III - preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais.

Art. 220 - Ao munícipe, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

§1º - É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis e outros materiais que propiciem a instalação de roedores e outros vetores.

§2º - Os estabelecimentos que comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de acúmulos de águas originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 221 - É proibida no Perímetro Urbano a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

Art. 222 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 223 - É proibida a permanência de animais soltos em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 224 - É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com o uso adequado de coleira e guia e conduzidos por pessoa com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§1º - Incorre em multa quem conduzir animal na via pública pondo em perigo a segurança pública, somente sendo permitido animais devidamente contidos.

§2º - Todo cão treinado para ataque ou de raça considerada de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo.

§3º - Fica proibido o trânsito de cães ou animais de raça considerada de temperamento violento em locais de maior concentração de público.

Art. 225 - Será apreendido todo e qualquer animal:

I - encontrado solto ou abandonado nas vias e logradouros públicos ou de livre acesso à população;

II - suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto;

IV - mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V - cuja criação ou uso sejam vedados por esta lei;

VI - no caso dos cães, que não cumprir o disposto no Art. 224 -desta Lei;

VII - serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por agente sanitário, ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Parágrafo único. O tutor do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 226 - O Poder Executivo Municipal não responde por indenizações nos seguintes casos:

I - dano ou óbito do animal apreendido, caso esteja ferido ou doente;

II - eventuais danos a bens ou a pessoas causados pelo animal no ato da apreensão.

Art. 227 - Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

III - resgate

IV - adoção;

V - doação.

§1º - Os animais de grande porte, que não forem resgatados por seus proprietários serão leiloados ou doados a critério do órgão competente.

§2º - A pessoa que receber a doação do animal ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

Art. 228 - - Ficam proibidos os espetáculos com quaisquer animais, salvo as exposições de animais, desde que devidamente licenciadas por todos os órgãos pertinentes

CAPÍTULO VII

DOS CEMITÉRIOS, FUNERAIS E RESPEITO AOS MORTOS

Art. 229 - Além das disposições deste Capítulo, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal, em consonância com legislação Federal e Estadual pertinentes.

Seção I

Do Funcionamento e Administração dos Cemitérios

Art. 230 - O Cemitério Municipal é público, sendo a sua Fundação, Polícia e Administração de responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Art. 231 - O Poder Público poderá outorgar permissão a unidades de caráter assistencial para estabelecer cemitérios particulares em área territorial do município, entidades estas de caráter educacional, filantrópicas ou religiosas.

Parágrafo único. As organizações ditadas no *caput* do artigo, na condição de permissionárias, deverão recolher ao órgão fazendário municipal as taxas estabelecidas em legislação permanente, bem como seguirão as normas estabelecidas em regulamento próprio.

Art. 232 - O Cemitério Municipal deverá contar com um Administrador Geral, com as seguintes atribuições:

I - zelar pelas normas reguladoras internas;

II - fiscalizar os profissionais encarregados das construções funerárias;

III - manter a ordem e regularidade na prestação dos serviços, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais em vigor;

IV - atender às requisições das autoridades públicas;

V - enviar aos órgãos competentes de relatórios sobre atos de sepultamento contendo dados discriminados como nome, dia, valor e local de sepultamento e outras ocorrências pertinentes.

§1º - A Administração dos Cemitérios deve manter os seguintes livros para escrituração:

I - de Registro de Sepultamento;

II - de Registro de Exumações;

III - de Registro de Sepulturas;

IV - de Escrituração contábil das taxas de manutenção;

V - de Registro de Reclamações;

VI - Livros Tombos.

§2º - Nos Livros Tombos serão transcritas de maneira resumida as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências.

§3º - Os Livros Tombos devem ser escriturados por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 233 - Os cemitérios, público ou particulares, devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

I - sepultamento de corpos ou partes;

II - exumações;

III - sepultamento de ossos;

IV - indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, os registros deverão indicar:

V - hora, dia, mês e ano;

VI - nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;

VII - no caso de sepultamento deverão ser indicados o nome, a filiação, a idade, o sexo do morto e certidão.

Art. 234 - Os cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo; suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

Art. 235 - Nos cemitérios do Município são livres todos os cultos religiosos, a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

Art. 236 - Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 237 - É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

I - quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

Art. 238 - Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade policial ou da saúde pública.

Art. 239 - Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

Parágrafo único. Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou jurídica, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 240 - Os sepultamentos em sepulturas ou jazigos sem revestimento, poderão repetir-se de 03 (três) em 03 (três) anos, e nos jazigos com revestimentos-carneira, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito, seja convenientemente isolado.

§1º - Considera-se como sepultura o espaço unitário, destinado a sepultamento com as seguintes dimensões:

I - para Adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 0,75m (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,75m (hum metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade;

II - para Crianças: 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (hum metro e setenta centímetros) de profundidade.

§2º - Considera-se como carneiro ou gaveta a unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (hum metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 241 - Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§1º - Os jazigos nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparação, julgados necessários, serão considerados em abandono e ruína.

§2º - Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados em Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação local e se, no prazo de 90 (noventa) dias, não comparecerem, as construções em ruína serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§3º - Verificada a hipótese do parágrafo segundo deste artigo, os restos mortais existentes nos jazigos, serão exumados e colocados no ossário municipal.

§4º - O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação, pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados, o direito de reclamação.

Art. 242 - Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 03 (três) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

§1º - Ficam excetuados os prazos estabelecidos no *caput* deste artigo quando ocorrer avaria no túmulo, infiltração de águas nas carneiras ou por determinação judicial, devendo ser comunicada a autoridade sanitária competente.

§2º - O transporte dos restos mortais, exumados ou não, será feito em caixão funerário adequado ou em urna metálica.

§3º - Os líquidos acumulados após a exumação devem ser encaminhados para tratamento e disposição final adequados.

Art. 243 - Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela repartição competente do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 0,80m (oitenta centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 244 - Nos cemitérios é proibido:

I - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

II - arrancar plantas ou colher flores;

III - pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

IV - efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

V - praticar comércio;

VI - a circulação de qualquer tipo de veículo motorizado, estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 245 - É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 246 - Os cemitérios públicos e particulares deverão contar com os seguintes equipamentos e serviços:

I - capelas, com sanitários;

II - edifício de administração, inclusive sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores;

III - sala de primeiros socorros;

IV - sanitários para o público e funcionários;

V - vestiário para funcionários, dotados de chuveiros;

VI - depósito para ferramentas;

VII - ossário para colocação dos ossos após exumação;

VIII - iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância;

IX - rede de distribuição de água;

X - área de estacionamento de veículos;

XI - arruamento urbanizado e arborizado;

XII - recipientes para depósito de resíduos em geral.

Seção II

Dos Funerais e Sepultamentos

Art. 247 - Todo e qualquer sepultamento depende de prévia localização da sepultura, jazigo ou tumba.

Art. 248 - Para os funerais com acompanhamento numeroso de veículos há necessidade de prévia fixação do itinerário pelo Poder Executivo Municipal, para se evitar embaraços no trânsito.

Art. 249 - A incineração e outros meios de transformação de cadáveres só serão permitidos após expressa autorização dos órgãos competentes e obedecidas as demais exigências legais.

Art. 250 - A utilização de tumbas ou jazigos construídos pelo Poder Executivo Municipal depende de prévio pagamento da taxa fixada no Código Tributário do Município.

Seção III

Do Respeito aos Mortos

Art. 251 - É expressamente proibido qualquer sepultamento sem previa licença do Poder Executivo Municipal.

Art. 252 - Constitui infração de desrespeito aos mortos:

I - praticar qualquer ato que importe em violação de sepultura ou profanação de quaisquer objetos existentes em cemitérios ou destinados a cerimônias funerárias;

II - embaraçar sepultamento ou cerimônia funerária;

III - ocultar ou subtrair cadáver para o fim de esquivar-se ao pagamento de taxa de sepultamento.

CAPÍTULO VIII

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 253 - O não atendimento ao estabelecido neste Capítulo implicará na aplicação de multas, conforme definido no Anexo Único desta Lei, assim como na interdição do local e na apreensão do material, conforme o caso.

Seção I

Dos Inflamáveis, Explosivos e Balões.

Art. 254 - O Poder Executivo Municipal fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamável e explosivo.

Art. 255 - São considerados inflamáveis, dentre outros: fósforos e materiais fosforosos; gasolina e demais derivados do petróleo; éteres, álcoois; aguardentes e óleos em geral; carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos. Consideram-se explosivos, dentre outros: fogos de artifícios, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora, algodão-pólvora, espoletas e estopins fulminatos; coratos; formiatos e congêneres; cartucho de guerra, caça e mina.

Art. 256 - É proibido:

I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não autorizado pelo Poder Executivo Municipal;

II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 257 - Somente será permitido o comércio de fogos de artifício, bombas, rojões e similares, através de estabelecimento comercial convenientemente localizado, que satisfaça plenamente os requisitos de segurança.

Art. 258 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só poderão ser construídos em locais especialmente designados pelo Município e com anuência do Corpo de Bombeiros e Forças Armadas.

Art. 259 - A construção dos depósitos referidos no Art. 258 -desta Lei deverá seguir as normas expedidas pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 260 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

§1º - Não poderão ser transportados explosivos e inflamáveis simultaneamente no mesmo veículo.

§2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e ajudante.

§3º - Não será permitida descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

Art. 261 - São vedados, sob pena de multa, além das responsabilidades criminal e civil que couberem, as seguintes atividades:

I - soltar balões, bombas, morteiros e outros fogos perigosos;

II - fazer fogueira nos logradouros públicos, sem prévia licença do Poder Executivo Municipal e de outros órgãos competentes, a qual será concedida por ocasião de festejos; indicando-se, para isso, quando conveniente, os locais apropriados;

III - fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo.

Art. 262 - Fica sujeita à licença do Poder Executivo Municipal, a instalação de bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

Art. 263 - Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustível mineral deverão observar, além das disposições deste Código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações dos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, no tocante ao aspecto paisagístico e arquitetônico.

Art. 264 - O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipiente apropriado, hermeticamente fechado, devendo a descarga nos depósitos subterrâneos realizar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

Art. 265 - Os abastecimentos de veículos serão feitos por meio de bombas ou gravidade devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veículo.

Art. 266 - É absolutamente proibido o abastecimento de veículos ou quaisquer recipientes nos postos, por qualquer processo de despejo livre, dos inflamáveis, sem o emprego de mangueiras.

Art. 267 - Para depósitos de lubrificantes, localizados nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados, à prova de poeira, e dotados dispositivos que permitam a alimentação dos tanques dos veículos sem qualquer extravasamento.

Art. 268 - Nos postos de abastecimento equipados com serviços de limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, estes serão feitos nos recintos dos postos dotados de instalações destinadas a evitar o acúmulo de água e de resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para o logradouro público.

Parágrafo único. As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

Seção II
Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias
e Depósitos de Areia e Saibro

Art. 269 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro depende de Alvará de Localização e Funcionamento do Poder Executivo Municipal, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes.

Art. 270 - As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo único. Será interditada a pedreira ou parte da pedreira que embora possua Alvará de Localização e Funcionamento, demonstre posteriormente que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 271 - O Alvará de Localização e Funcionamento será processado mediante requerimento assinado pelo proprietário do imóvel ou pelo explorador, formulado de acordo com as disposições deste artigo.

§1º - Do requerimento mencionado no *caput* deste artigo deverão constar as seguintes indicações:

I - nome e residência do proprietário do terreno;

II - nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

III - localização precisa do imóvel e do itinerário para chegar-se ao local da exploração ou extração;

IV - declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - prova de propriedade do terreno;

II - autorização para exploração, passada pelo proprietário, em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

III - planta da situação, com indicação do relevo do solo, por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada, com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, ou mananciais e cursos d'água situados em toda a faixa de largura de 100m (cem metros) em torno da área a ser explorada;

IV - concessão de lavra emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, bem como das licenças ambientais estaduais e/ou federais obrigatórias, quando cabíveis.

§3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderá ser dispensada, a critério do Município, a exigência constante do inciso III do parágrafo 2º deste artigo.

Art. 272 - Ao conceder o Alvará, o Município poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Art. 273 - Os pedidos de prorrogação de autorização para a continuação da exploração serão feitos mediante requerimento e instruídos com o documento de autorização anteriormente concedido.

Art. 274 - O Município poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração e escavação de barro, pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 275 - Não será permitida a exploração de pedreiras nas áreas urbanas parceladas no Município nem em distâncias que oferece risco às áreas parceladas.

Art. 276 - A exploração de pedreiras com explosivos fica sujeita às seguintes condições:

I - intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosão;

II - içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância;

III - colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes, pelo menos a 100 (cem) metros de distância.

IV - toque por 03 (três) vezes, com intervalo de 02 (dois) minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 277 - A instalação de olarias deve obedecer, além das exigências da legislação estadual e federal pertinentes, as seguintes prescrições:

I - as chaminés deverão ser construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas;

II - quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar a cavidade à medida que for retirado o barro.

Art. 278 - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I - a jusante do local em que recebe contribuições de esgotos, nos primeiros 10 (dez) quilômetros;

II - quando modificam o leito ou as margens dos mesmos;

III - quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - quando de algum modo possam oferecer perigos a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Seção III

Dos Muros e Cercas

Art. 279 - Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Código Civil.

Art. 280 - Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meios-fios, são obrigados a construir os respectivos muros e pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida pelo Município.

Art. 281 - Os terrenos situados nas zonas urbanas poderão ser fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares, sendo proibida a utilização de arames farpados ou outros elementos pontiagudos e cortantes a menos de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) do nível da calçada.

Parágrafo único. Os imóveis, ainda que fechados com muros, grades ou similares, deverão ser mantidos limpos, drenados e capinados.

Art. 282 - Os terrenos situados nas zonas rurais serão fechados com:

I - cercas de arame farpado ou liso, com 4 (quatro) fios, no mínimo;

II - telas de fios metálicos;

III - cercas vivas, de espécies vegetais adequadas.

Parágrafo único. Serão de responsabilidade exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e a conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, suínos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 283 - É proibido:

I - construir cercas, muros e passeios em desacordo com a legislação;

II - danificar, por qualquer meio, muros, cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil pertinente.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 284 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelos Departamentos e demais órgãos pertinentes integrantes do Poder Executivo Municipal, bem como os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessários à implementação do disposto neste Código.

Art. 285 - São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambientais e com ele não conflitantes, revogando-se disposições contrárias.

Art. 286 - É parte integrante da presente Lei o Anexo Único – Multas por infração do Código de Posturas do Município de Enéas Marques.

Parágrafo único. A aplicação das multas deverá atender o disposto no anexo de que se trata o *caput* deste artigo, sem prejuízo para as demais sanções previstas nas demais legislações correlatas à matéria.

Art. 287 - Fica revogada a Lei nº 011, de 18 de abril de 2008.

Art. 288 - Este Código entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em _____de _____ de 2021.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ANEXO ÚNICO – Multas por infração do Código de Posturas.

MULTAS POR INFRAÇÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS				
TÍTULO	**Capítulo**	**Seção**	**Artigo**	**Grupo para aplicação da infração**
TÍTULO II	Capítulo I	-	Art. 51 -Art. 53 -/ Art. 62 -	GRUPO 3
	Capítulo II	-	Art. 72 -Art. 73 -Art. 74 -Art. 75 -Art. 76 -Art. 77 -	GRUPO 1
			Art. 79 -/ Art. 80 -	GRUPO 2
	Capítulo III	Seção I	Art. 82 - Art. 83 - Art. 85 -/ Art. 97 -	GRUPO 1
			Art. 81 -/ Art. 84 -/ Art. 86 -/ Art. 95 - / Art. 98 -	GRUPO 2
TÍTULO III	Capítulo I	-	Art. 102 -	GRUPO 4
			Art. 113 -	GRUPO 1
	Capítulo II	-	-	GRUPO 4
	Capítulo III	-	Art. 119 -	GRUPO 3
			Art. 120 -	GRUPO 4
		Seção I	Art. 127 -	GRUPO 3
		Seção II	-	GRUPO 2
	Capítulo IV	-	Art. 138 -/ Art. 141 -	GRUPO 3
	Capítulo V		Art. 145 - Art. 152 -	GRUPO 3
			Art. 146 -/ Art. 147 -	GRUPO 4
TÍTULO IV	-	-	Art. 174 -Art. 178 -	GRUPO 4
	Capítulo I	-	Art. 193 -	GRUPO 2
	Capítulo II	-	Art. 194 -Art. 196 -Art. 197 -Art. 199 -	GRUPO 3
	Capítulo III	-	Art. 201 -Art. 202 -	GRUPO 4
			Art. 204 -Art. 205 -Art. 206 -	GRUPO 2
	Capítulo V		Art. 211 -Art. 213 -Art. 214 -	GRUPO 2
			Art. 217 -Art. 218 -	GRUPO 1
	Capítulo VI	-	Art. 220 -Art. 224 -Art. 225 -	GRUPO 3
			Art. 221 -	GRUPO 2
			Art. 222 -	GRUPO 4
	Capítulo VIII	Seção I	-	GRUPO 4
		Seção II	-	GRUPO 4

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

29. RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O Plano Diretor Municipal (PDM) se caracteriza como o principal instrumento de planejamento urbano, de fundamental importância para orientar as decisões administrativas relacionadas às políticas públicas que, independentemente do assunto, interferem no cotidiano de toda uma população.

Sendo assim, é de extrema importância que o PDM possa garantir a participação dos diversos segmentos da sociedade no seu processo construtivo, incluindo os anseios dos técnicos municipais e da população na nova legislação urbanística municipal, cumprindo, dessa forma, uma exigência básica do Estatuto da Cidade para garantir sua validade legal.

Além do constante diálogo ao longo da Revisão do PDM entre Equipe Técnica Municipal (ETM), Conselho do Município e Equipe Técnica da DRZ, a população em geral também teve seu espaço garantido através da participação nas Oficinas de "Leitura Comunitárias" e nas Audiências Públicas.

Dessa forma, este capítulo apresenta os relatórios de todas as reuniões, oficinas técnicas e comunitárias, e Audiências Públicas realizadas ao longo da revisão do PDM de Enéas Marques, acompanhados de registros fotográficos, listas de presença, atividades de participação popular e as apresentações de *slides*. Trata-se de uma breve coletânea dos diversos esforços conjuntos realizados ao longo do período, a servir como exemplo a ser seguido na elaboração de qualquer outra política pública desta municipalidade.

29.1 RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E 1ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES

Foi realizada, às 15:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2020, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Enéas Marques, a 1ª Reunião Técnica de Capacitação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Contrato nº 248/2019 firmado entre a Prefeitura Municipal de Enéas Marques e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda. e em consonância com o disposto no Termo de Referência anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

A 1ª Reunião Técnica de Capacitação teve como objetivo geral transferir conhecimentos no que concerne ao cronograma físico e à metodologia de trabalho. Estavam presentes o Arquiteto e Urbanista Henrique Ferrarini e o auxiliar de Analista Ambiental Edgar Balestri, representando a DRZ, membros da Equipe Técnica Municipal – ETM e do Poder Executivo. A lista de presença e o registro fotográfico estão nos anexos I e II e são partes integrantes deste documento.

Antes do início da reunião foi entregue aos coordenadores da ETM, Sr. Edilson Bisolo e Sr. Luiz Carlos Morcelli o Plano de Trabalho, produto referente à Fase I – Mobilização da Revisão do Plano Diretor. Na reunião foram tratados os seguintes temas:

a) dados contratuais;

b) apresentação da consultoria contratada;

c) introdução ao Plano Diretor e à legislação federal e estadual a respeito deste instrumento;

d) quais as equipes envolvidas no processo de revisão do PDM e o papel de cada uma delas;

e) metodologia de trabalho; e

f) cronograma, atividades e conteúdo de cada etapa do trabalho. Os slides apresentados estão no anexo III deste relatório.

Após o encerramento da Reunião Técnica de Capacitação, deu-se início à 1ª Reunião Técnica Preparatória, cujo objetivo geral era definir os procedimentos necessários à realização da avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do Município, da 1ª Oficina de Leitura Técnica e da 1ª Audiência Pública.

Nesta reunião foi discutido:

a) o cronograma de realização das atividades;

b) a definição dos próximos passos para a revisão do PDM; e

c) o pré-agendamento das atividades necessárias para a conclusão da 1ª Fase do da RPDM.

Definiu-se o seguinte cronograma:

- 1ª Audiência Pública – 05/03 – 19 horas;
- 1ª Oficina de Leitura Comunitária – 05/03 – Após encerramento da Audiência; e
- 1ª Oficina de Leitura Técnica – 06/03 – 9 horas.

Ao final da reunião, foi aberto espaço para direcionar a sequência do trabalho e sanar as respectivas dúvidas. Após as discussões e argumentos a equipe técnica da DRZ disponibilizou contato telefônico e e-mail, e se prontificou para esclarecimentos futuros.

Londrina, 17 de fevereiro de 2020.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

REUNIÃO DE INÍCIO DE TRABALHO – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ	
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43. 3026. 4065	Assinatura
2	Nome	Edgar Lopes Baletti	Equipe	DRZ	
	e-mail	edgar@drz.com.br	Telefone	43 3026 - 4065	Assinatura Edgar
3	Nome	Gabriela da Silva Neves	Equipe	PM. Enéas Marques	
	e-mail	gabriela-gabby@hotmail.com	Telefone	(46) 98414-8323	Assinatura Gabriela Neves
4	Nome	LUIZ CARLOS MARCELLI	Equipe	PREFEITURA	
	e-mail	MUNICIPIOENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone	984005261	Assinatura
5	Nome	CLEVERSON BETIATTO	Equipe	Polícia Militar	
	e-mail	23BPM-ENEASMARQUES@PM.PR.GOV.BR	Telefone	46/99923-66-99	Assinatura
6	Nome	[illegible]	Equipe	[illegible]	
	e-mail	[illegible]	Telefone	46 99977 9539	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

12 de fevereiro de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

7	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe		
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46-98404-6658	Assinatura
8	Nome	VILMAR ALVES DA COSTA	Equipe	Controle PM	
	e-mail	CONTROLE-ENEAS@GMAIL.COM	Telefone	46990245 41	Assinatura
9	Nome	MARCO ANTÔNIO LOPES	Equipe	APAE	
	e-mail	lopesmarco938@gmail.com	Telefone	98406373 9	Assinatura
10	Nome	ELIZIARIO PEDROSO	Equipe		
	e-mail	ELIPEDROSO@GMAIL.COM.BR	Telefone	984076107	Assinatura
11	Nome	Domingos Sotto	Equipe		
	e-mail	domingosstt@hotmail.com	Telefone	99935858 2	Assinatura
12	Nome	Luci Honorio Borges Menin	Equipe		
	e-mail	luicimenin@hotmail.com	Telefone	98409 3335	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

12 de fevereiro de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

13	Nome	Elaine Regina Latorre	Equipe			
	e-mail	maryere@hotmail.com	Telefone	98404-2680	Assinatura	Elaine
14	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
15	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
16	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
17	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
18	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

12 de fevereiro de 2020
Enéas Marques - PR

ANEXO II – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO III – APRESENTAÇÃO DOS SLIDES 1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIAL

1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Objetivos da reunião

- Apresentar o Produto 1 – Plano de Trabalho;
- Definir os papéis das equipes envolvidas;
- Apresentar as etapas de trabalho da RPDM;
- Organizar os próximos passos da Revisão do PDM.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Dados Contratuais

LICITAÇÃO

- Processo de Administrativo nº 88/2019;
- Edital de Tomada de Preços nº 006/2019;
- Objeto: Classificação de empresa para realizar a revisão do Plano Diretor Municipal, para atender as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme Termo de Referência.

CONTRATO

- Contrato nº 248/2019;
- Celebrado em 11 de dezembro de 2019, entre o Município de Enéas Marques e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

DRZ – Áreas de Atuação

GESTÃO DE CIDADES
- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos Locais de Habitação etc.

GESTÃO AMBIENTAL
- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Planos de Recursos Hídricos;
- Planos de Manejo etc.

GEOTECNOLOGIA
- Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- Aplicações de SIG na internet (WEBGIS);
- Plantas Genéricas de Valores etc.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

O que é o Plano Diretor e por que revisá-lo?

- Estatuto da Cidade, art. 40:
  "O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."
- Estatuto da Cidade, art. 41:
  "O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas."
- Estatuto da Cidade, art. 40, § 3º:
  "A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos."
- Lei Estadual nº 15.229/2006, art. 4º:
  "O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento para projetos e obras de infraestrutura, equipamentos e serviços com municípios que tenham um Plano Diretor Municipal."



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Equipes envolvidas



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

DRZ

- Realizar os trabalhos conforme a legislação vigente e o termo de referência;
- Definir a metodologia de trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação.

ETM

- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.

CDM

- Mobilizar a sociedade;
- Acompanhar os trabalhos de revisão;
- Fiscalizar a implementação dos planos pelo Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Metodologia

DRZ

Visitas;
Oficinas e Reuniões;
Audiências públicas;
Coleta de dados oficiais;
Análise de dados municipais;
Elaboração do produto.

Sugestões;
Fornecimento de dados;
Discussões;
Leitura e análise dos produtos;
Feedback;
Divulgação;
Aprovação dos produtos.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Etapas da Revisão do PDM



Fase I - Mobilização

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Elaboração do cronograma;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe.



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Leitura Técnica (DRZ+ETM) e Leitura Comunitária (população através Oficinas e Audiências).
- **PARTE 1**: Levantamento da situação atual, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos;
- **PARTE 2**: Expansão urbana, capacidade de suporte (atual e futura) e condições de moradia;
- **PARTE 3**: Mobilidade urbana, conselhos municipais, finanças públicas, gestão municipal e objetivos gerais para o desenvolvimento.

QUE CIDADE TEMOS? → ___ → ___

Fase III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor ações em prol da qualidade de vida da população presente e futura;
- Planejar as prioridades de ação de abrangência social;
- Realizar novos parâmetros para:
  - → Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - → Proteção e preservação ambiental;
  - → Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - → Desenvolvimento socioeconômico;
  - → Desenvolvimento institucional e gestão democrática.

QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? → ___

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Elaboração do Plano de Ações e Investimentos para os próximos 5 anos com prazo, estimativa de custo e possível fonte de recurso;
- Proposta para o Sistema de Planejamento Urbano e Gestão do PDM;
- Minuta de anteprojeto de lei do Plano Diretor Municipal e demais leis correlatas.



QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? → COMO TORNÁ-LA REALIDADE?

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Lei do Perímetro Urbano
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano
- Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano
- Lei do Sistema Viário
- Código de Obras
- Código de Posturas

ANEXO IV – 1ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA

ENÉAS MARQUES - PR

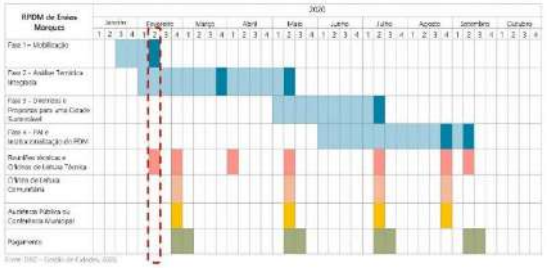
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIAL

1ª REUNIÃO TÉCNICA DE PREPARATÓRIA

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Cronograma



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Fluxograma de atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Próximos passos

1. Análise e aprovação do produto entregue (Fase I – Mobilização);
2. Definição do Conselho:
   - Conselho do Desenvolvimento Municipal – Lei nº 005/2008 ?
3. 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA: avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do Município;
   - Participantes: DRZ, ETM, CDM e representantes do poder executivo, do legislativo e do MP.
4. 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA da Revisão do Plano Diretor;
   - Participantes: DRZ, população em geral, associações representativas, ETM, CDM e representantes do poder executivo, do legislativo e do MP.
5. Reuniões Técnicas de Consolidação e de Coordenação;
6. Início da Fase II – Análise Temática Integrada.

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Av. Higienópolis, 32, 4º andar
Londrina - PR
43 3026-4065
drz.com.br

Henrique Ferrarini Ferreira
henrique@drz.com.br

Edgar Lopes Balestri
edgar@drz.com.br

29.2 RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES

Foi realizada, às 15:00 horas do dia 05 de março de 2020, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Enéas Marques, a 2ª Reunião Técnica Preparatória da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Contrato nº 248/2019 firmado entre a Prefeitura Municipal de Enéas Marques e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda. e em consonância com o disposto no Termo de Referência anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

A 2ª Reunião Técnica de Capacitação teve como objetivo apresentar o conteúdo produzido para a 1ª Audiência Pública e a 1ª Oficina de Leitura Comunitária e corrigir eventuais equívocos da apresentação referente à Fase I – Mobilização. Estavam presentes o Arquiteto e Urbanista Henrique Ferrarini e o auxiliar de Analista Ambiental Edgar Balestri, representando a DRZ, além de membros da Equipe Técnica Municipal – ETM, do Poder Executivo e do Poder Legislativo. A lista de presença e o registro fotográfico estão nos anexos I e II, respectivamente, e são partes integrantes deste documento.

O material exposto foi elaborado como síntese do Produto I -Mobilização e obedece a seguinte estrutura:

- Objetivos da audiência;
- Dados contratuais;
- Área de atuação da consultoria contratada;
- O que é Plano Diretor;
- Por que revisar o Plano Diretor;
- Equipes envolvidas na revisão do Plano Diretor;
- Apresentação sucinta das fases que compõe a Revisão do Plano Diretor;

Dentre os dados apresentados não foram feitos apontamentos por parte dos presentes para correção do produto. Assim, a equipe técnica da DRZ Geotecnologia disponibilizou contato telefônico e e-mail e se prontificou para esclarecimentos futuros.

Londrina, 09 de março de 2020.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

LISTA DE PRESENÇA – 2ª REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA

1	Nome	Edgar Lopes Baletti	Equipe	DRZ		
	e-mail	edgar@drz.com.br	Telefone	43 3026-4065	Assinatura	Edgar
2	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43. 3026-4065	Assinatura	
3	Nome	Edilson Bisolo	Equipe	(Coordenador) Prefeitura		
	e-mail	edilsonbisolo@yahoo.com.br	Telefone	46 98404 6698	Assinatura	
4	Nome	Sidnei [illegible]	Equipe	98412 8375		
	e-mail	sidneifaria@gmail.com	Telefone	Lecnis Latino	Assinatura	
5	Nome	Marines Veleneior	Equipe			
	e-mail	mvani-kanel@hotmail.com	Telefone	(46) 984066435	Assinatura	
6	Nome	Gabriele da Silva Neves	Equipe	Engenharia		
	e-mail	gabriele_gdsn@hotmail.com	Telefone	(46) 9849 1-8323	Assinatura	Gabriele Neves

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

7	Nome	Ana Maria Pavionello Fotonio	Equipe			
	e-mail	ana-pavionello@hotmail.com	Telefone	9810 44847	Assinatura	Ana Maria
8	Nome	Adilce Koerich Baio	Equipe	APAE - Educação		
	e-mail	adilcekoerichbaio@hotmail.com	Telefone	(46) 9940076 81	Assinatura	Adilce K Baio
9	Nome	Rozangela Baio Belle	Equipe	Educação		
	e-mail	rozangelabaiobelle@hotmail.com	Telefone	98404 93326	Assinatura	Rozangela
10	Nome	LUIZ CARLOS MORCELLI	Equipe	PROFORTUR		
	e-mail	MUNICIPIOENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone	84005261	Assinatura	
11	Nome	ALAERCIO DALBELO	Equipe	PREFEITURA (TRIBUTAÇÃO)		
	e-mail	ALAERCIODALBELO@GMAIL.COM	Telefone	99411 0979	Assinatura	
12	Nome	Domingos Stelle	Equipe	Prefeitura Industria e comercio		
	e-mail	domingosstelle@ob.com	Telefone	999358582	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

13	Nome	VILMAR ALVES DA COSTA	Equipe	PREFEITURA		
	e-mail	CONTROLE.ENEAS@GMAIL.COM	Telefone	999024541	Assinatura	
14	Nome	Plaine Regina Catanio	Equipe	Saúde		
	e-mail	nanyasc@hotmail.com	Telefone	984042680	Assinatura	Plaine R Catanio
15	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
16	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
17	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
18	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

ANEXO II – REGISTRO FOTOGRÁFICO





29.3 RELATÓRIO DA 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Às 09:00 do dia 05 de março de 2020, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Enéas Marques foi realizada a 1ª Oficina de Leitura Técnica – Avaliação do Desempenho do Planejamento e Gestão Urbana do Município, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Nesta Oficina Técnica estavam presentes, representando a empresa contratada, o Arquiteto e Urbanista, Henrique Ferrarini e o auxiliar de Analista Ambiental Edgar Balestri e os membros da ETM, conforme registro fotográfico e lista de presença em sequência deste relatório.

A oficina teve como objetivo verificar, de modo preliminar, a capacidade do município de desempenhar o planejamento e a gestão urbana, no que se refere: ao cumprimento das diretrizes, proposições e ações do PDM vigente; à provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos; à regulamentação da legislação urbanística e à gestão democrática da política urbana; à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; e às posturas municipais quanto às atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas.

Como metodologia, foi realizada uma avaliação em conjunto com os membros dos diversos setores da administração municipal das ações planejadas referentes à política urbana e do desempenho da gestão, num horizonte da vigência do PDM 2008, do seguinte modo:

- Quanto às diretrizes, proposições e ações estabelecidas no PDM vigente (2008), se estas foram executadas (integral), executadas parcialmente (parcial) ou não executadas (nulo);

- Quanto à provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos, se a capacidade de suporte atual atende à demanda local (integral), atende parcialmente à demanda local (parcial) ou não atende à demanda local (nulo), no que se refere a: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública, saúde, educação, cultura, assistência social, esporte, lazer, cemitério, serviços funerários e segurança pública;

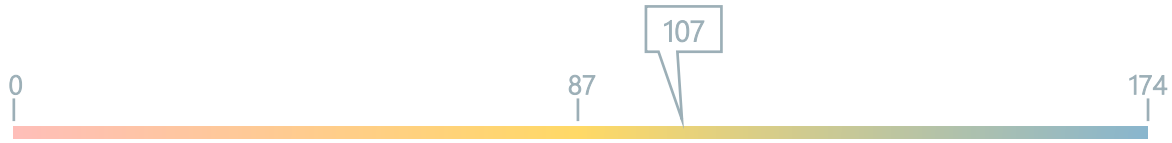
- Quanto à gestão democrática da política urbana e à regulamentação da legislação urbanística, se os instrumentos de democratização da gestão urbana foram executados (integral), executados parcialmente (parcial) ou não executados (nulo), bem como se as alterações realizadas desde o PDM vigente passaram por deliberação do CDM e audiência pública (integral), apenas por deliberação do CDM (parcial) ou apenas houve tramitação no legislativo (nulo);

- Quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no PDM vigente foram implementados e estão regulamentados em lei específica (integral), apenas

implementados sem regulamentação (parcial) ou nunca foram utilizados e nem estão regulamentados (nulo);

- Quanto às atividades de parcelamento do solo, edificações e obras e atividades econômicas, se estas possuem quanto ao seu licenciamento conflitos raros ou inexistente (integral), intermediário (parcial) ou constantes (nulo) e se há fiscalização constante (integral), apenas sob demanda (parcial) ou inexistente (nulo).

No total, foram avaliados 87 itens dentro do escopo estabelecido. A partir de um sistema de pontuação simples, conferindo 2 pontos para o indicador "integral", 1 para o indicador "parcial" e 0 para o indicador "nulo", construiu-se um índice preliminar de desempenho do planejamento e gestão urbana do Município alocado numa escala referencial, cuja situação hipotética máxima seria de 174 pontos (caso todos os itens avaliados obtivessem 2 pontos) e mínima de 0.



Após a análise de todos os itens, a pontuação obtida foi 107, sendo 37 itens pontuados com indicador integral (22%), 33 com indicador parcial (20%) e 17 com indicador nulo (58%). Todos os itens, bem como as respectivas pontuações conferidas pelos participantes da oficina estão expostos no anexo "SLIDES APRESENTADOS (ITENS AVALIADOS E RESULTADO DA OFICINA)" deste relatório.

Além de servir como uma base de dados para a avaliação do planejamento e gestão da política urbana do município de Enéas Marques, a oficina também se apresenta enquanto um exercício coletivo e crítico de reflexão sobre como as ações planejadas no alcance do Plano Diretor Municipal devem ser bem posicionadas, ancorados num diagnóstico amplo e racionalizadas para que o município obtenha uma maior eficiência no seu desempenho.

Londrina, 09 de março de 2020.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

LISTA DE PRESENÇA – 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

1	Nome	Henrique Forbesini	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	42 - 3026 4063	Assinatura	
2	Nome	Edgar Lopes Baletti	Equipe	DRZ		
	e-mail	edgar@drz.com.br	Telefone	43 3026 4065	Assinatura	Edgar
3	Nome	Adila Koerich Baio	Equipe	APAE		
	e-mail	adilakoerichbaio@hotmail.com	Telefone	984051681	Assinatura	Adila K Baio
4	Nome	Roganglela Baio Belle	Equipe	Educação		
	e-mail	roganglelabaiobelle@hotmail.com	Telefone	984049326	Assinatura	Roganglela
5	Nome	Ana Maria Parzianello Catonia	Equipe			
	e-mail	ana_parzianello@hotmail.com	Telefone	984044847	Assinatura	Ana Maria
6	Nome	Gabriela da Silva Neves	Equipe	Engenharia		
	e-mail	gabriela.gabby@hotmail.com	Telefone	(46) 98414-8323	Assinatura	Gabriela Neves

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

7	Nome	LUIZ CARLOS MORELLI	Equipe	PREFEITURA		
	e-mail	MUNICIPIODEENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone	984005261	Assinatura	
8	Nome	Anesio Wessling	Equipe	Prefeito		
	e-mail	LOGISTICA@Wessling.com.br	Telefone	984133960	Assinatura	
9	Nome	ALMÉRIO DALBELO	Equipe	PREFEITURA		
	e-mail	alberiodalbelo@gmail.com	Telefone	984110972	Assinatura	
10	Nome	SIDINAR ONOFRE	Equipe	LEGISLATIVO		
	e-mail	SIDINONOFRE@G.MAIL.COM	Telefone	984128775	Assinatura	
11	Nome	VALDIR JOSE DA SILVA	Equipe	CONSELHO		
	e-mail	Valdirjs1962@gmail.com	Telefone	984096949	Assinatura	
12	Nome	VILMAR ALVES DA COSTA	Equipe	PREFEITURA		
	e-mail	CONTROLE.ENEAS@GMAIL.COM.	Telefone	99902 4541	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

13	Nome	Domingos Stal Hº	Equipe	Industria Comercio		
	e-mail	Domingosstal@hotmail	Telefone	999758582	Assinatura	
14	Nome	Luci Honorio Borges Menin	Equipe	Conselho Mirim		
	e-mail	lucimenin@hotmail.com	Telefone	984093835	Assinatura	
15	Nome	SERGIO MARIANO BACK	Equipe	COLÉGIO EST. CASTRO ALVES		
	e-mail	smaback@yahoo.com.br	Telefone	(46)35441279	Assinatura	
16	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	Planejamento (Coordenador)		
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46 98404 6658	Assinatura	
17	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
18	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

ANEXO III – SLIDES APRESENTADOS (ITENS AVALIADOS E RESULTADO DA OFICINA)

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIAL

1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA
GESTÃO DE CIDADES

Objetivos da Oficina

Verificar, de modo preliminar, a capacidade do município de desempenhar o planejamento e gestão urbana no que se refere:

- Cumprimento das diretrizes, proposições e ações do PDM vigente;
- Regulamentação da legislação urbanística e gestão democrática da política urbana;
- Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos;
- Posturas municipais quanto ao licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas.



Metodologia

Avaliação conjunta das ações planejadas e do desempenho da gestão referentes à política urbana:

PDM 2008	Se as diretrizes, proposições e ações estabelecidas no PDM vigente foram executadas, executadas parcialmente ou não executadas.	2	1	0
	Se as alterações nas legislações urbanísticas passaram por deliberação do CDM e audiência pública, apenas deliberação do CDM ou apenas tramitação no legislativo.	2	1	0
	Se as ações pertinentes à gestão democrática da política urbana estão sendo executadas, executadas parcialmente ou não executadas.	2	1	0
	Se os instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no PDM vigente são implementados e regulamentados, apenas regulamentados ou nunca foram utilizados.	2	1	0
Planejamento Urbano	Se a provisão de infraestrutura e equipamentos e a prestação de serviços públicos atende à demanda atual, atende parcialmente ou não atende.	2	1	0
Posturas Municipais	Se as atividades de parcelamento do solo, edificações e obras e atividades econômicas possuem conflitos quanto ao licenciamento e se há fiscalização frequente.	2	1	0

Índice preliminar de desempenho do planejamento e gestão urbana do município

0 87 174



Cumprimento das diretrizes, proposições e ações do PDM 2008

Estruturação do território rural e fortalecimento do apoio ao agricultor	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
1. Criar cooperativas e fortalecer as associações de agricultores, a fim de viabilizar financiamento e investimentos e realizar a captação de novos mercados para a comercialização dos produtos.	2		
2. Criar rede de contatos para a comercialização dos produtos agrícolas e beneficiados do município.		1	
3. Capacitar os produtores para agregar valor à matéria prima e para desenvolver atividades alternativas como a fruticultura, piscicultura, reflorestamentos comerciais e entre outros.	2		
4. Adaptar a malha viária rural existente às melhorias das condições de circulação como implantação de sistema de drenagem, preservação da faixa de domínio e melhorar a pavimentação.	2		
5. Hierarquizar as vias rurais, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego, de modo a assegurar segurança e conforto aos usuários.	2		
6. Cadastrar os produtos rurais.	2		
7. Elaborar estudo de alternativas para esgotamento sanitário na área rural.	2		
8. Revitalizar e construir espaços de lazer nas comunidades rurais.		1	
9. Implantar Centro de Processamento e Comercialização de produtos orgânicos.			0
10. Criar programa de incentivo a produção de mamona e girassol em áreas cultivadas com fumo.			0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Alavancagem das atividades de transformação e serviços	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
11. Realizar convênio com a MINEROPAR, a fim de aproveitar a matéria-prima local (granito), gerar empregos e renda aos cortadores de pedras de cantaria de granito e minimizar custos municipais com pavimentação.			0
12. Instalar incubadoras na área de Alimentos e Vestuário.			0
13. Implementar feira anual como atrativo ao público regional, a fim de propiciar a comercialização de produtos frescos e beneficiados à população do município e divulgar os produtos locais.			0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Garantia da qualidade ambiental	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
14. Implementar Programa para reciclagem de resíduos.	2		
15. Ampliar a produção do viveiro municipal.			0
16. Implantar o programa de recuperação das matas ciliares no município.		1	
17. Readequar as atividades de Suinocultura com base na Lei Federal 4.771/65, a fim de evitar a contaminação hídrica e do solo e garantir a qualidade do mananciai de abastecimento.	2		
18. Adequar a estrutura do Clube Jaracatiá, a fim de evitar contaminações no rio Jaracatiá.	2		
19. Criar programa de incentivo à realização de SISLEG (sistema estadual de implantação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal) para pequenas propriedades rurais, pela prefeitura ou através de parcerias público-privadas.			0
20. Revitalizar as áreas de proteção dos rios e córregos ou nascentes na área urbana, através de reflorestamento.			0
21. Criar um bosque em anexo à APP do Córrego Jaracatiá, com finalidade recreativa e de lazer.			0
22. Recuperar as áreas de extração mineral desativadas.		1	
23. Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PGIRS).	2		
24. Implantar o Plano de Recursos Hídricos Municipal.			0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Estruturação urbana	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
25. Implementar sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário na sede urbana.			0
26. Readequar e ampliar a infraestrutura viária.	2		
27. Implementar plano de drenagem urbana.			0
28. Elaborar e executar projeto de ciclovia junto à via de acesso às indústrias Fólem e Parmalat.			0
29. Elaborar e implantar Plano de Reurbanização e regularizações das ocupações irregulares.		1	
30. Elaborar estudo e implantar alternativa para desvio de fluxo pesado do centro da cidade.		1	
31. Atualizar cadastro imobiliário e planta genérica de valores.		1	
32. Contemplar no Código Tributário incentivos fiscais para terrenos com áreas verdes significativas e/ou características rurais, bem como a boa conservação de passeios.			0
33. Elaborar e implantar arborização adequada e padronizada na área urbana.		1	
34. Implantar programas de assistência à habitação.	2		
35. Realizar o levantamento cadastral das propriedades integrantes da área de parque e da nova área de expansão do cemitério municipal, bem como expedir a numeração de Identificação Fiscal de cada propriedade.			0
36. Elaborar a base cartográfica do município.	2		
37. Executar obras de recapeamento na Av. Joaquim Bonetti e nas vias transversais.	2		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Gestão administrativa	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
38. Implantar Política de Recursos Humanos para os servidores municipais.	2		
39. Promover capacitação permanente dos servidores municipais.		1	
40. Efetivar a fiscalização tributária no município.		1	
41. Criar o estatuto regimentar e a implementação da agenda 21.			0
42. Implementar o cadastro único dos habitantes.	2		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Regulamentação da legislação urbanística vinculada ao PDM 2008	Regulamentada e implementada	Regulamentada	Nenhuma das duas
43. Lei do parcelamento do solo urbano.	2		
44. Lei do uso e da ocupação do solo urbano.	2		
45. Código de obras.	2		
46. Código de posturas.		1	
47. Lei do perímetro urbano.	2		
48. Lei do sistema viário.	2		

Legislação urbanística e gestão democrática da política urbana

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Alterações da legislação urbanística vinculadas ao PDM 2008		Audiência e deliberação do CM	Deliberação do CM	Apenas tramitação no legislativo
49. Lei do perímetro urbano – Lei nº 6/2008	Lei nº 76/2018	2		
50. Lei do uso e da ocupação do solo urbano – Lei nº 7/2008	Lei nº 80/2019	2		
	Lei nº 81/2019	2		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Gestão democrática permanente	Executada	Parcialmente Executada	Não Executada
51. Criar o Fórum de Desenvolvimento Municipal.			0
52. Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal.	2		
53. Criar e implementar um sistema de planejamento e gestão do PDM.	2		

Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no PDM 2008	Implementado e regulamentado	Regulamentado	Nenhum dos dois
54. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios.	2		
55. IPTU progressivo no tempo.		1	
56. Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.		1	
57. Outorga onerosa do direito de construir.		1	
58. Transferência do direito de construir.		1	
59. Operações urbanas consorciadas.		1	
60. Consórcio imobiliário.		1	
61. Direito de preempção.		1	
62. Direito de superfície.		1	
63. Zonas especiais de interesse social.	2		
64. Concessão de direito real de uso.	2		
65. Concessão de uso especial para fins de moradia.		1	
66. Estudo de impacto de vizinhança.		1	

Provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Capacidade de suporte à demanda atual	Atende	Atende parcialmente	Não atende
67. Abastecimento de Água	2		
68. Esgotamento Sanitário		1	
69. Resíduos Sólidos		1	
70. Drenagem Pluvial		1	
71. Energia Elétrica	2		
72. Iluminação Pública	2		
73. Saúde	2		
74. Educação	2		
75. Cultura		1	
76. Assistência Social	2		
77. Esporte		1	
78. Lazer		1	
79. Cemitério		1	
80. Serviços Funerários	2		
81. Segurança Pública	2		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Licenciamento			Raro ou inexistente	Intermediário	Constante
82.	Parcelamento do solo	Conflitos em relação à implantação de novos loteamentos		1	
83.	Edificações e obras	Conflitos em relação à execução de novas obras		1	
84.	Atividades econômicas	Conflitos em relação à localização e funcionamento			0

Fiscalização			Constante	Apenas sob demanda	Inexistente
85.	Parcelamento do solo	Fiscalização em relação à implantação de novos loteamentos		1	
86.	Edificações e obras	Fiscalização em relação à execução de novas obras		1	
87.	Atividades econômicas	Fiscalização em relação à localização e funcionamento		1	

GESTÃO DE CIDADES
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

Posturas municipais

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Índice preliminar de desempenho do planejamento e gestão urbana do município

* Integral [2]:
* Parcial [1]:
* Nulo [0]:



GESTÃO DE CIDADES
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Av. Higienópolis, 32, 4º andar
Londrina - PR
43 3026-4065
drz.com.br

Henrique Ferrarini Ferreira
henrique@drz.com.br

Edgar Lopes Balestri
edgar@drz.com.br

29.4 RELATÓRIO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA E 1ª OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA

Às 19:00 do dia 05 de março de 2020, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 1ª Audiência Pública e a 1ª Oficina de Leitura Comunitária da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

A 1ª Audiência Pública consistiu no primeiro evento público do processo de revisão do PDM de Enéas Marques e teve como objetivo principal mobilizar a comunidade e os membros do poder legislativo e executivo do Município e do conselho municipal. O evento também teve o intuito de apresentar a consultoria contratada, explanar sobre o desenvolvimento dos trabalhos que comporão a revisão e sua relevância para o Município, fomentando a reflexão acerca do planejamento urbano em Enéas Marques e a participação popular.

Estavam presentes, representando a empresa contratada, o Arquiteto e Urbanista Henrique Ferrarini Ferreira e o auxiliar de Analista Ambiental Edgar Lopes Balestri, que conduziram a Audiência. O evento contou também com a presença de membros do poder executivo, vereadores e a comunidade enéas-marquense, conforme lista de presença constante neste relatório.

Após uma breve apresentação das representantes da contratada e dos objetivos da Audiência, esta foi conduzida a partir dos seguintes tópicos:

- Dados contratuais dos trabalhos de revisão do PDM;
- Breve apresentação dos trabalhos realizados pela DRZ;
- Embasamento legal da revisão do Plano Diretor;
- Objetivos da revisão do Plano Diretor;
- Equipes envolvidas;
- Metodologia dos trabalhos;
- Etapas da revisão do Plano Diretor;
- Conteúdo a ser desenvolvido em cada etapa;
- Próximos passos da revisão do Plano Diretor.

Finalizada a exposição oral da contratada, foi aberto espaço para a participação dos presentes, para esclarecer dúvidas e recolher apontamentos, no entanto não houve manifestações.

Após este momento, deu-se início às duas atividades realizadas para a 1ª Oficina de Leitura Comunitária. Na primeira, com intuito de estimular a participação popular, propõe-se que seja respondido a seguinte pergunta:

"Que notícia você gostaria de ver sobre seu município?"

Os apontamentos decorrentes desta atividade estão expressos a seguir, e demonstram a vontade dos munícipes em melhorar do Município:

- Enéas Marques apresenta maior arrecadação de ICMS, se comparado a anos anteriores;
- Enéas Marques referência na produção de suínos na região sudoeste do Paraná;
- A educação de Enéas Marques se destaca na região.

A segunda atividade solicitou os pontos positivos e negativos de Enéas Marques na visão dos presentes. Os registros da participação popular nesta atividade encontram-se anexados neste relatório e a sistematização dos dados obtidos comporão o capítulo dedicado à leitura comunitária que fará parte do produto da Fase II – Análise Temática Integrada, da RPDM de Enéas Marques.

Londrina, 09 de março de 2020.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO









ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

LISTA DE PRESENÇA – 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA E 1ª OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA

1	Nome	Ana Maria Parzianello Fatonio	Equipe			
	e-mail	ana – parzianello@hotmail.com	Telefone	84049897	Assinatura	Ana Maria
2	Nome	Gabriela da Silva Neves	Equipe	Engenharia		
	e-mail	gabriela-gabyh@hotmail.com	Telefone	(46)984119-8323	Assinatura	Gabriela Neves
3	Nome	Gilmar Jacob Heinz	Equipe	Vereador		
	e-mail	heinzgilmarjacob@hotmail.com	Telefone	999346036	Assinatura	Gilmar J. Heinz
4	Nome	INES Lucia	Equipe	Rubens		
	e-mail	Logistica@	Telefone	46 9 84133866	Assinatura	
5	Nome	ALÉRCIO DALBELO	Equipe	PREFEITURA (TRIBUTAÇÃO)		
	e-mail	ALERCIODALBELO@5.MAIL.COM	Telefone	[illegible]	Assinatura	
6	Nome	Henrique Ferrarini Franzin	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43.3026.4045	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

7	Nome	LUIZ. CARLOS MARCARELLI	Equipe	PREFEITURA - ETM		
	e-mail	MUNICIPIO.ENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone	84005261	Assinatura	
8	Nome	Wendi Grein	Equipe			
	e-mail		Telefone	99900659	Assinatura	Wendi Grein
9	Nome	Victor G Bruno Zanon	Equipe			
	e-mail		Telefone	984002456	Assinatura	Victor G Bruno Zanon
10	Nome	Pablo Eduardo Zanoni	Equipe			
	e-mail		Telefone	984008026	Assinatura	Pablo
11	Nome	Domingos Stolfo	Equipe	Bebidas Industria e comercio		
	e-mail	Herminiostolfo@ub.com	Telefone	999358582	Assinatura	
12	Nome	Antonia Stolfo	Equipe			
	e-mail		Telefone	999341375	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

13	Nome	Fabricio Roberto Parizotto	Equipe	Servidora Publica		
	e-mail	pricotario@hotmail.com	Telefone	46.984066351	Assinatura	
14	Nome	Regiangela Baio Bello	Equipe	Educação		
	e-mail	regiangelabaiobello@hotmail.com	Telefone	984049326	Assinatura	Regiangela
15	Nome	Sandro MARIANO BACK	Equipe	COLÉGIO EST. CASTRO ALVES		
	e-mail	smaback@yahoo.com.br	Telefone	(46)999759088	Assinatura	
16	Nome	Bruno Pereira	Equipe	Cresol		
	e-mail		Telefone		Assinatura	
17	Nome	Vilson Paulino Balsanello	Equipe	Comércio - ACIEM		
	e-mail	vilson_pato@hotmail.com	Telefone	46)984099744	Assinatura	
18	Nome	Jailer Cristiano Benton	Equipe	POLÍCIA MILITAR		
	e-mail	jailercristiano@hotmail.com	Telefone	(46)99973-9725	Assinatura	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

19	Nome	João Marcos Miguel Heinz	Equipe			
	e-mail	jmiguelheinz@gmail.com	Telefone	(46)98403-9036	Assinatura	
20	Nome	Silvana T. Santos	Equipe			
	e-mail	[illegible]	Telefone	46984214933	Assinatura	Silvana Santos
21	Nome	Michel da Rosa Costa	Equipe			
	e-mail	[illegible]	Telefone	[illegible]	Assinatura	
22	Nome	Gabriel Vinicius Longo	Equipe			
	e-mail	longo1010@hotmail.com	Telefone	46 984055606	Assinatura	Gabriel
23	Nome	Nadreza Bulfon de Souza	Equipe			
	e-mail	[illegible]	Telefone	46 99056308	Assinatura	Nadreza
24	Nome	Edson Luciano B. Rocha	Equipe			
	e-mail	[illegible]	Telefone	99981 04492	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades
05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

25	Nome	João Vitor Baff	Equipe			
	e-mail		Telefone	(31) 99327 2701	Assinatura	
26	Nome	Amarildo Padovezi	Equipe	Associação Comercial		
	e-mail	Amarildopadovezi@hotmail.com	Telefone	46 9841 [illegible]	Assinatura	
27	Nome	Marlus Catão	Equipe	Professor Castro Alves		
	e-mail	Catão.marlus@ceub.edu.br	Telefone	98405 7976	Assinatura	
28	Nome	Bernardo Rezera Listoni	Equipe			
	e-mail	bernardo2002rd@hotmail.com	Telefone	55 9227 9960	Assinatura	
29	Nome	VALDIR JOSE DA SILVA	Equipe	98108 6949		
	e-mail	valdirjs1962@gmail.com	Telefone	CONSELHO	Assinatura	
30	Nome	ADELAR LENA	Equipe	VEREADOR		
	e-mail		Telefone	999345493	Assinatura	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

31	Nome	gilberto Coelho	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
32	Nome	Ana Paula Fiorentin da Silva	Equipe			
	e-mail		Telefone	(46) 99932 5858	Assinatura	
33	Nome	Natiele Viegas da Silva	Equipe			
	e-mail		Telefone	46 9998 19600	Assinatura	
34	Nome	Emanuelli da Silva	Equipe			
	e-mail		Telefone	(46) 9937 18181	Assinatura	
35	Nome	Madalena Eleuma Nunsberg	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
36	Nome	Ivo Nunsberg	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

37	Nome	Peter Borgs	Equipe			
	e-mail	3419958.de@gmail.com	Telefone	984597595	Assinatura	Peter Borgs
38	Nome	Dona Borgs	Equipe			
	e-mail		Telefone	(46)984032659	Assinatura	Dona Borgs
39	Nome	Edgar Lopes Balestri	Equipe	DRZ		
	e-mail	edgar@drz.com.br	Telefone	43 2026-4065	Assinatura	Edgar
40	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
41	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
42	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

05 de março de 2020
Enéas Marques - PR

ANEXO III – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIAL

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA
GESTÃO DE CIDADES

Objetivos da Audiência

- Introduzir o que é o Plano Diretor;
- Apresentar as equipes envolvidas no processo;
- Apresentar as etapas do trabalho de revisão do PDM;
- Promover reflexão sobre a importância do planejamento da cidade;
- Garantir a participação popular.



Dados Contratuais

LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº 88/2019;
- Edital Tomada de Preços nº 006/2019;
- Objeto: Classificação de empresa para realizar a revisão do Plano Diretor Municipal, para atender as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme Termo de Referência.

CONTRATO

- Contrato nº 248/2019;
- Celebrado em 11 de dezembro de 2019, entre o Município de Enéas Marques e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.



DRZ – Áreas de Atuação

GESTÃO DE CIDADES

- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos Locais de Habitação etc.

GESTÃO AMBIENTAL

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Planos de Recursos Hídricos;
- Planos de Manejo etc.

GEOTECNOLOGIA

- Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- Aplicações de SIG na internet (WEBGIS);
- Plantas Genéricas de Valores etc.



Plano Diretor

- Estatuto da Cidade, art. 40:
  "O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."
- Estatuto da Cidade, art. 41:
  "O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas."
- Estatuto da Cidade, art. 40, § 3º:
  "A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos."
- Lei Estadual nº 15.229/2006, art. 4º:
  "O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento para projetos e obras de infraestrutura, equipamentos e serviços com municípios que tenham um Plano Diretor Municipal."



Por que revisar o Plano Diretor?

- Adequar o PDM às necessidades atuais do município;
- Possibilitar a captação de recursos para o Município;
- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Promover transformações estruturais no ambiente urbano;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Equipes envolvidas

EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

- Realizar os trabalhos conforme a legislação e o termo de referência;
- Manter a ETM informada;
- Formar um banco de dados apto à publicação.

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Divulgação e logística dos eventos;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.

CONSELHO MUNICIPAL

- Acompanhar os trabalhos de revisão;
- Fiscalizar a implementação dos planos pelo Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

FASE I MOBILIZAÇÃO	• Reunião técnica • Reunião técnica de capacitação e preparatória • Oficina "Leitura Técnica" • 1ª Audiência Pública • Reunião técnica de consolidação e coordenação
FASE II ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	• Reunião técnica de capacitação e preparatória • Oficina de Leitura Técnica • Oficina de Leitura Comunitária • 2ª Audiência Pública • Reunião técnica de consolidação e coordenação
FASE III DIRETRIZES E PROPOSTAS	• Reunião técnica de capacitação e preparatória • Oficina de Leitura Técnica • Oficina de Leitura Comunitária • 3ª Audiência Pública • Reunião técnica de consolidação e coordenação
FASE IV PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM	• Reunião técnica de capacitação e preparatória • Oficina de Leitura Técnica • Oficina de Leitura Comunitária • 4ª Audiência Pública
CONFERÊNCIA MUNICIPAL	• Reunião técnica de consolidação e coordenação

Fase I - Mobilização

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Elaboração do cronograma;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe.



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Leitura Técnica
(DRZ + ETM)

+

Leitura Comunitária
(Oficinas e Audiências)

- Reconhecimento da realidade local;
- Foco nas mudanças ocorridas entre 2008 e 2020;
- Análise das condições fundiárias, da acessibilidade e da mobilidade urbana;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e capacidade de investimento;

QUE CIDADE TEMOS? → → →

Fase III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Diagnóstico
(Fase II)

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Realizar novos parâmetros para:
  - → Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - → Proteção e preservação ambiental;
  - → Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - → Desenvolvimento socioeconômico;
  - → Desenvolvimento institucional e gestão democrática.

QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? →

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Diagnóstico
(Fase II)

+

Diretrizes
(Fase III);

- Elaboração do Plano de Ações e Investimentos para os próximos 5 anos com prazo, estimativa de custo e possível fonte de recurso;
- Proposta para o Sistema de Planejamento Urbano e Gestão do PDM;
- Minuta de anteprojeto de lei do Plano Diretor Municipal e demais leis correlatas.

QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? → COMO TORNÁ-LA REALIDADE?

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Lei do Plano Diretor

- É o instrumento básico da política municipal de planejamento, que define as obrigações que envolvem a propriedade urbana, os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e as estratégias da política de desenvolvimento sustentável.



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Lei do Perímetro Urbano

- Estabelece o limite da área urbana e disciplina o crescimento da cidade;
- Importante para implantação de novos loteamentos;
- Delimita a área de obrigação de realizar os serviços públicos municipais, autorização de cobrança de taxas por estes serviços, arrecadação de imposto sobre a propriedade;
- Limite máximo para a implantação de novos loteamentos (áreas de expansão urbana).



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Lei do Parcelamento do Solo

- Disciplina a forma de subdivisão de terrenos;
- Regras para aprovação de novos loteamentos;
- Exigências ao loteador para prover infraestrutura mínima ao novo loteamento;
- Área mínima a doar à prefeitura;
- Áreas para loteamentos específicos;
- Regras para remembramentos, desmembramentos ou desdobro;
- Definição de faixas de servidão, proteção ou de domínio.



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Lei de Uso e Ocupação do Solo

- Disciplina a ocupação do solo urbano e harmoniza a implantação de atividades e usos diferenciados;
- Define os índices urbanísticos:
  - ⇨ altura máxima de pavimentos;
  - ⇨ área mínima do lote;
  - ⇨ recuos mínimos frontais e laterais;
  - ⇨ coeficiente de aproveitamento;
  - ⇨ taxa de ocupação máxima;
  - ⇨ taxa de permeabilidade mínima;
  - ⇨ testada mínima do lote.



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Lei do Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas;
- Indicação de larguras mínimas para novas vias;
- Garantia da continuidade do sistema viário;
- Análise da faixa de domínio de estradas rurais;
- Dimensionamento de calçadas e indicação de utilização de passeio ecológico.



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Código de Obras

- Normas para a elaboração de projetos e execução de obras;
- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Acessibilidade;
- Alvarás de construção e demolição, alteração de uso, habite-se e aprovação de projetos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Normas para aprovação de condomínios.



Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

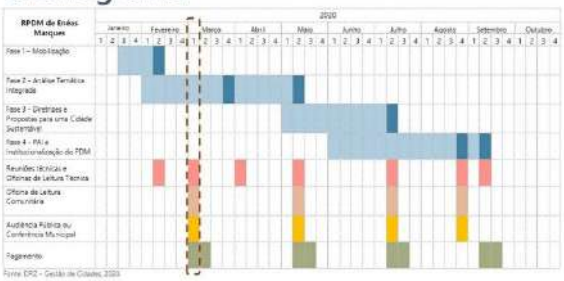
Código de Posturas

- Bem-estar público;
- Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
- Disciplina de atividades comerciais, industriais e de serviços;
- Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

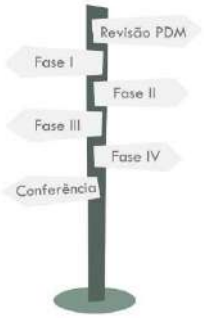
Cronograma



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Próximos passos

1. Oficina Técnica (Fase II)
2. Reunião técnica preparatória e capacitação (Fase II);
3. Oficina Comunitária: Análise Temática Integrada (Fase II);
4. Desenvolvimento da Fase III.



ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIAL

1ª OFICINA COMUNITÁRIA

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA
GESTÃO DE CIDADES

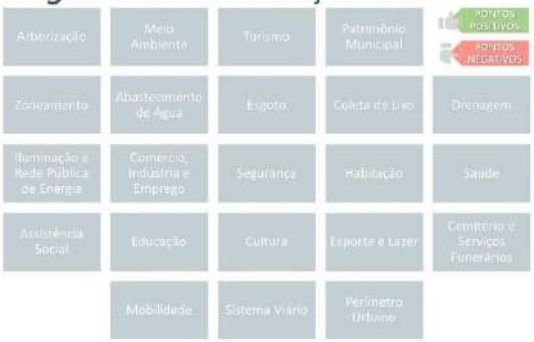
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Que notícia você gostaria de ver sobre seu município?



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES - PR

Diagnósticos da situação atual



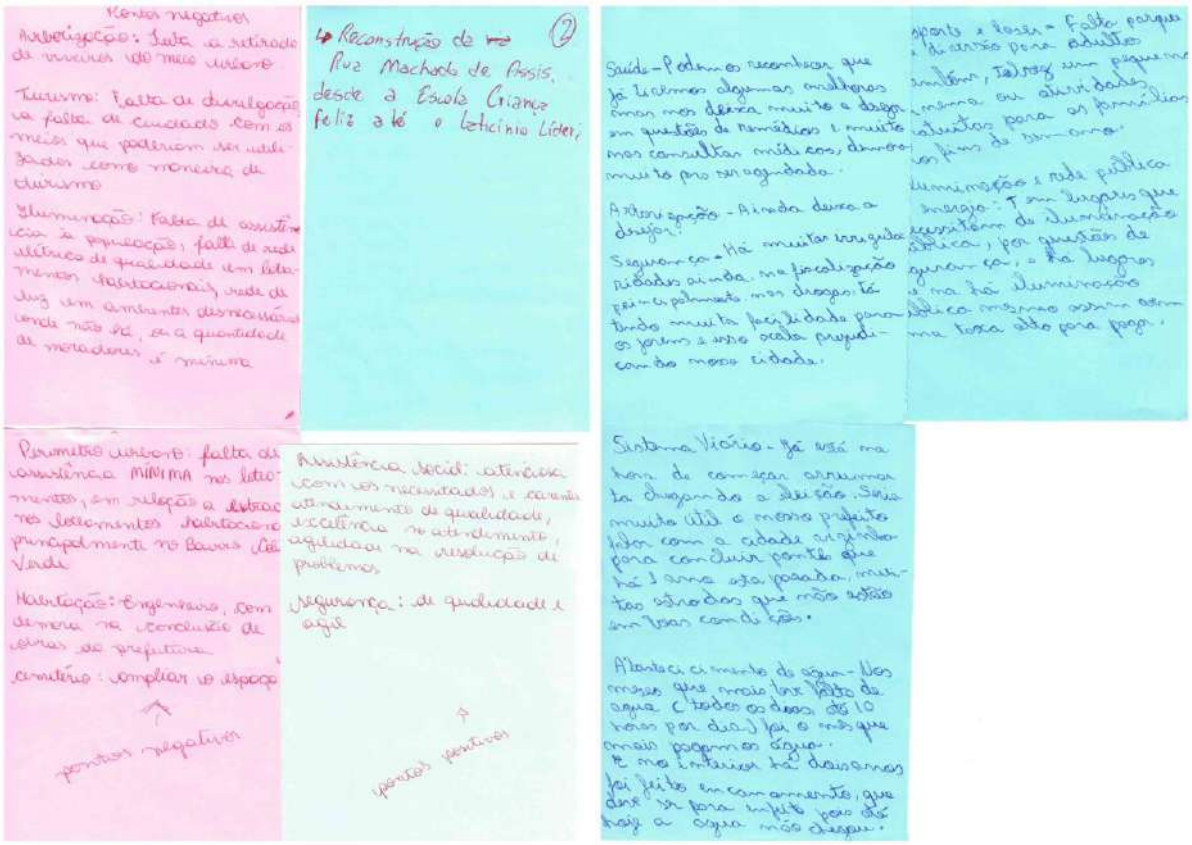
DRZ Geotecnologia e Consultoria
Av. Higienópolis, 32, 4º andar
Londrina - PR
43 3026-4003
drz.com.br

Henrique F. Ferreira
henrique@drz.com.br

Edgar L. Balestri
edgar@drz.com.br

ANEXO IV – PARTICIPAÇÃO POPULAR




Pontos negativos
Arborização: falta e retirada de muitas árvores
Turismo: falta de divulgação
Iluminação: falta de assistência
Reconstrução de Rua Machado de Assis, desde a Escola Criança Feliz até o Leticinho Lider
Saúde - Podemos ressaltar que
Assistência Social: atendimento
Segurança - Há muitas irregularidades
Sistema Viário - Já está na hora
Parâmetro urbano: falta
Habitação: Engenheiro
pontos negativos
pontos positivos

29.5 RELATÓRIO DA 2ª OFICINA TÉCNICA – FASE II DA RPDM

Às 13:30 do dia 30 de março de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 2ª Oficina Técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Os objetivos da oficina foram: relembrar o que é Plano Diretor; relembrar as etapas que envolvem o processo de revisão do PDM; esclarecer as dúvidas da ETM; e caracterizar as condições quali-quantitativas do Município de Enéas Marques.

Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, do Poder Executivo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme Anexos I e II.

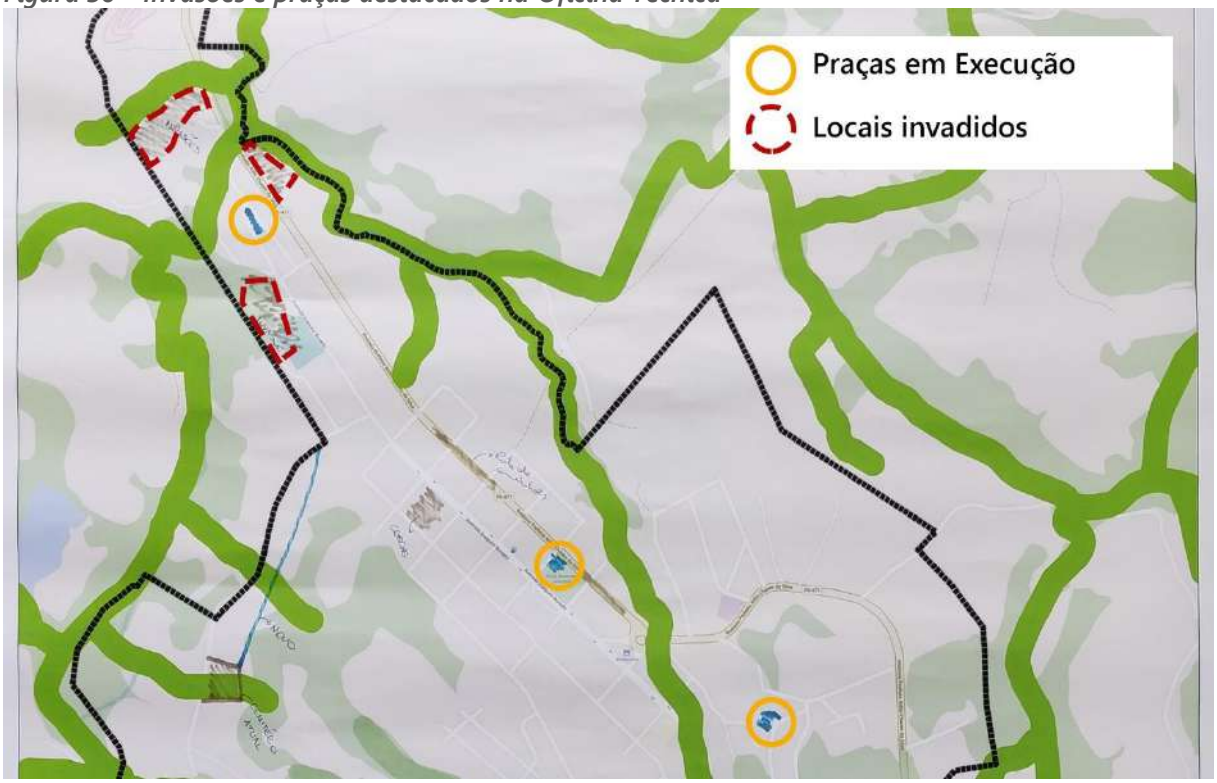
Para a realização da oficina foram executadas duas atividades, o Quadro de Temas e a Espacialização dos pontos Críticos. Na primeira foi apresentado um quadro com 23 temáticas que envolvem o diagnóstico municipal, e os participantes teriam que pontuar as características da atual situação do Município de Enéas Marques. Ao todo foram realizados 60 apontamentos (Anexo III), sendo os principais:

- Sem rede de esgoto;
- Três praças estão sendo construídas na sede urbana;
- Faltam vagas nas creches;
- O cemitério encontra-se saturado, sendo necessária sua ampliação;
- Deficiência no atendimento de saúde especializado.

A segunda atividade tinha o objetivo de espacializar as problemáticas no território municipal e urbano. No mapa do perímetro urbano da sede, conforme Figura 56, foram localizadas as áreas industriais invadidas por habitações, o local das praças em execução e o cemitério municipal.

Ao final das atividades, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de disponibilizar o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores. Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da oficina técnica, a lista de presença, os apontamentos realizados na íntegra e os *slides* apresentados.

Figura 56 – Invasões e praças destacados na Oficina Técnica



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2021.

Londrina, 06 de abril de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO






PERÍMETRO URBANO
ZONEAMENTO URBANO
HABITAÇÃO
PATRIMÔNIO MUNICIPAL
MOBILIDADE
ARBORIZAÇÃO
ILUMINAÇÃO E REDE PUBLICA DE ENERGIA
MEIO AMBIENTE
ABASTECIMENTO DE AGUA
ESGOTO
DRENAGEM
RESIDUOS SOLIDOS
CIDADES INTELIGENTES
COLETA DE LIXO
CEMITERIO E SERVIÇO FUNERÁRIO
COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPREGO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
ASSITÊNCIA SOCIAL
ESPORTE E LAZER
SEGURANÇA PUBLICA
TURISMO
CONSELHOS MUNICIPAIS

ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

1ª OFICINA TÉCNICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	LUIZ. C. MACCOLLI	Equipe	PROFISSIONAL		
	e-mail	LUIZMACCOLLI16@GMAIL.COM	Telefone		Assinatura	
2	Nome	Patricia B. Parmanello	Equipe	Educação		
	e-mail	pricatonio@hotmail.com	Telefone	46 984066351	Assinatura	
3	Nome	Maria Rezeia	Equipe	Assistência Social		
	e-mail	maria.rezeia@hotmail.com	Telefone	46 98405-7760	Assinatura	
4	Nome	Barbara Simoni Pereira	Equipe	Contabil – Prefeitura / CDM		
	e-mail	barbara_simoni@hotmail.com	Telefone	98412-7462	Assinatura	
5	Nome	genilda B. Rolli	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
6	Nome	Erici Honorio Borges Mendes	Equipe			
	e-mail	hermenins@hotmail.com	Telefone	984073835	Assinatura	
7	Nome	Eduardo Batista	Equipe			
	e-mail	ADUZOAGRO@HOTMAIL.COM	Telefone	46 98409 1493	Assinatura	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	EDER JOSÉ BELLÉ	Equipe	Comércio		
	e-mail	EDERBELLE@HOTMAIL.COM	Telefone	46 984049812	Assinatura	
9	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	Prefeitura		
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46 98404 6698	Assinatura	
10	Nome	Leandro Legemann	Equipe			
	e-mail	leandrolegemann@gmail.com	Telefone	46 98407-5502	Assinatura	
11	Nome	Elaine Regina Catorio	Equipe	Saúde		
	e-mail	elaine.rcatorio-nanyeve@hotmail.com	Telefone	46 98404-2680	Assinatura	
12	Nome	Domingos Stelmo	Equipe	Agricultores		
	e-mail		Telefone	46999758582	Assinatura	
13	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43. 3026-4065	Assinatura	
14	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
15	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

30 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

ANEXO III – APONTAMENTOS NA ÍNTEGRA

Tema	Apontamentos	Quantidade
Esgoto	Sem rede de esgoto	4
	Conscientização para a execução de fossas sépticas	
	Fiscalização para liberação de fossas sépticas	
	Fossas inadequadas	
Abastecimento de Água	02 novos sistemas de abastecimento de água em execução no município	1
Meio Ambiente	Fiscalização de taxa de permeabilidade	4
	Fiscalização do manejo do solo	
	Animais abandonados em ruas	
	Falta de Conscientização em relação às queimadas	
Iluminação e Rede de Energia Pública	Falta de manutenção na rede de energia no interior	2
	Iluminação Pública está sendo trocada	
Arborização	Falta de Plano de Arborização	3
	Troca de árvores por nativas	
	Sem manutenção da vegetação existente	
Mobilidade	Regulamentação para as estradas rurais	4
	Falta de acessibilidade	
	Falta de rota de Caminhões	
	Falta de padronização das calçadas	
Patrimônio Municipal	Informatização do Patrimônio	2
	Identificação do Patrimônio	
Habitação	Trabalho de regularização de loteamentos e moradias	3
	Incentivo a manutenção do terreno baldio	
	Legislação para lotes	
Zoneamento Urbano	Descentralização da área comercial	2
	Invasões na área industrial	
Perímetro Urbano	Adequado para a atual expansão	1
Conselhos Municipais	Ausência de participação	1
Turismo	Falta de incentivos e regulamentação	1
Segurança Pública	Falta de Controle de acesso	2
	Patrulha Rural	
Esporte e Lazer	Criação de espaços de lazer no interior	3
	Falta de incentivos à prática de novas modalidades	
	Execução de novas 03 praças	
Assistência Social	Deficiência na Primeira Infância	3
	Falta de Módulos Sanitários	
	Atenção e orientação familiar	
Educação	Vagas creche	3

Tema	Apontamentos	Quantidade
	Formação para as professoras	
	Ensino em tempo integral	
Saúde	Centro de saúde sem estrutura para acompanhar o crescimento do Município	4
	Falta de leitos no pronto atendimento	
	(Falta) leito isolado	
	Deficiência no atendimento especializado	
Comércio, indústria e emprego	Incentivo para a Agroindústria	6
	Incentivo ao Comércio	
	Falta de mão de obra qualificada	
	Deficiência na geração de empregos	
	Invasão da área industrial por moradias	
	Falta de fiscalização	
Cemitério	Ampliação urgente	4
	Sem Vagas	
	Sem acessibilidade	
	Sem regulamentação	
Coleta de Lixo	Coleta para medicamentos agro veterinários e orientação para a destinação correta	2
	Falta de orientação e campanhas para separação do lixo de forma correta	
Cidades Inteligentes	Disponibilidade de serviços de forma online. EX: marcar consultas	4
	Solicitar nota (do produto) online	
	Sem sinal de TV aberta	
	Pouca disponibilidade de equipamentos de internet, principalmente no interior	
Drenagem	Diversos pontos para adequar	1
Resíduos Sólidos	-	0

ANEXO IV – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

OFICINA DE LEITURA TÉCNICA – FASE II

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Reunião

Relembrar o que é o **Plano Diretor** e sua importância;

Relembrar as Etapas do processo de Revisão do PDM de Enéas Marques;

Esclarecer **dúvidas** da ETM referente ao processo.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
  Capítulo II - Da Política Urbana (Art. 182 e 183)
- ESTATUTO DA CIDADE
  Lei nº 10.257/2001 (Art. 41)
- POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
  Lei nº 15.229/2006
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL
  Lei nº 005/2008

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

PNDU
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CARTA BRASILEIRA **CIDADES INTELIGENTES**

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

O que é Plano Diretor e por que revisá-lo?

- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Promover transformações estruturais no ambiente urbano;
- Possibilitar a captação de recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequar o PDM às necessidades atuais do Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



Fase I – Mobilização e Capacitação

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Elaboração do cronograma;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe;
- Análise do desempenho do PDM vigente.





Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Reconhecimento da realidade local;
- Foco nas mudanças ocorridas entre 2008 e 2021;
- Análise das condições fundiárias, da acessibilidade e da mobilidade urbana;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e capacidade de investimentos.

LEITURA TÉCNICA (DRZ + CONSELHO + ETM)

+

LEITURA PARTICIPATIVA (OFICINAS + AUDIÊNCIAS)

QUE CIDADE TEMOS? ➡ ➡

Fase III – Diretrizes e Propostas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Diretrizes para o reordenamento territorial;
- Propostas para garantir uma cidade sustentável;
- Definição dos instrumentos urbanísticos;
- Mapeamento das diretrizes e proposições.



QUE CIDADE TEMOS? ➡ QUE CIDADE QUEREMOS? ➡

Fase IV – PMI e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Minutas dos anteprojetos de leis:
  - ✓ Lei do Plano Diretor Municipal – nº005/2008;
  - ✓ Lei dos Perímetro Urbano;
  - ✓ Lei do Sistema Viário;
  - ✓ Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
  - ✓ Código de Obras;
  - ✓ Código de Posturas;
  - ✓ Lei do Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano;

QUE CIDADE TEMOS? ➡ QUE CIDADE QUEREMOS? ➡ COMO TORNÁ-LA REALIDADE?

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Item	Ação	Custo total estimado (R$)	Cronograma (R$)			Responsável pela Ação	Indicadores de resultados
			Curto (1 a 4 anos)	Médio (5 a 8 anos)	Longo (9 anos)		
47		Ação administrativa		R$ 0,00	R$ 0,00	Município / MP	
48		R$ 80.972,25		R$ 53.981,50	R$ 26.990,75	Município / MP / APMP / SINDITAC	
49		Estimativa de custo condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico		Estimativa de custo condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico	Estimativa de custo condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico	Município	
50		Ação administrativa		R$ 0,00	R$ 0,00	Município	
51		Ação administrativa		R$ 0,00	R$ 0,00	Município	

Planejamento exequível, definição de ações e projetos propostas com:

- Estimativas de custo;
- Prazo de execução;
- Setor responsável;
- Fonte de recursos;
- Indicadores de avaliação.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos passos

Oficina de Leitura Técnica
Atualização do diagnóstico da realidade Municipal.

2ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase II da Revisão do PDM

Atualizar a Fase II – Análise Temática Integrada



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Oficina Técnica

ATUALIZAR O DIAGNÓSTICO APRESENTADO:

- Quadro de Temas;
- Espacialização dos pontos críticos.





DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br

Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

29.6 RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 18:30 do dia 30 de março de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

O objetivo da audiência foi apresentar à população o conteúdo desenvolvido sobre a Análise Temática Integrada referente à Fase II da revisão do PDM. Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal e do Poder Executivo, conforme Anexo II.

A audiência foi transmitida, ao vivo, pelo canal da Prefeitura Municipal de Enéas Marques no Facebook, foi gravada e pode ser assistida através *link* a seguir. Através do portal eletrônico, o evento apresentou audiência média de 15 pessoas assistindo simultaneamente e, em seu pico, registrou a presença de 27 pessoas, conforme Anexo I.

https://m.facebook.com/prefeituraeneasmarques/

A apresentação foi realizada pelo arquiteto e urbanista da empresa contratada e contou com três pontos principais, listados a seguir:

- Aspectos gerais, áreas aptas, áreas aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
- Aspectos Socioeconômicos, equipamentos e serviços públicos, infraestrutura urbana, capacidade de suporte atual e futura;
- Condições fundiárias, mobilidade urbana, capacidade de investimento do município.

Foram apresentados dados gerais sobre a atual situação do Município de Enéas Marques contendo:

- Demografia;
- Dados sociais;
- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Economia;
- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;
- Cultura, Esporte e Lazer;
- Turismo e Patrimônio Cultural;
- Cemitério e Serviços Funerários;
- Saneamento Básico;

- Iluminação Pública e Energia e Energia Elétrica;
- Arborização Urbana;
- Finanças;
- Sistema viário urbano e municipal;
- Projeção Populacional e Expansão Urbana;
- Capacidade de Suporte;
- Mobilidade Urbana;
- Condição fundiária; e
- Capacidade de investimento.

Concluída a apresentação de *slides* por parte da DRZ, passou-se a palavras para os espectadores. Não houve manifestação ente os presentes na Câmara Municipal, no entanto, foram realizados dois apontamentos através do canal do Facebook, transmissão ao vivo, sendo eles:

- Questionamento sobre quais seriam os 11 conselhos apresentados; e
- Esclarecimento sobre a estratégia adotada pela Secretaria da Saúde em encaminhar os moradores da área rural para atendimento na sede urbana do Município.

Ao final da audiência, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de deixar o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores. Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da audiência pública, a lista de presença e os *slides* apresentados.

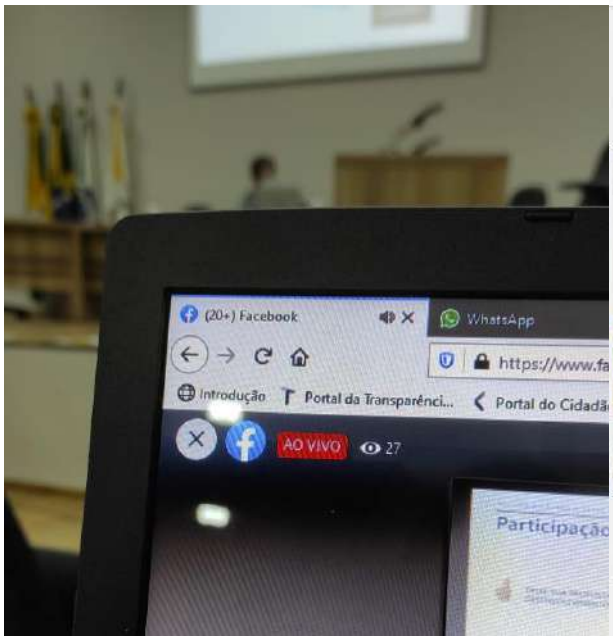
Londrina, 05 de abril de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO









ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	Henrique Ferrarini	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43.3026.4065	Assinatura	
2	Nome	Vilson P. Balsanelli	Equipe			
	e-mail	vilson_pato@hotmail.com	Telefone	46)98409974	Assinatura	
3	Nome	Eduardo Artus	Equipe			
	e-mail	artus.lopes@hotmail.com	Telefone	46984091499	Assinatura	
4	Nome	Bruno Girotto	Equipe			
	e-mail		Telefone	46984055308	Assinatura	
5	Nome	Gabriele Neves	Equipe			
	e-mail		Telefone	(46)98414-8323	Assinatura	
6	Nome	Luiz Carlos Marcelli	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
7	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

30 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

ANEXO III – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Audiência

- Enfatizar o que é o **Plano Diretor** e as fases de sua revisão;
- Apresentar os **resultados** da 2ª Fase – Análise Temática Integrada;
- Garantir a participação popular.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
  Capítulo II - Da Política Urbana (Art. 182 e 183)
- ESTATUTO DA CIDADE
  Lei nº 10.257/2001 (Art. 41)
- POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
  Lei nº 15.229/2006
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL
  Lei nº 05/2008

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

PNDU
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CARTA BRASILEIRA **CIDADES INTELIGENTES**



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

O que é Plano Diretor e por que revisá-lo?

- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Promover transformações estruturais no ambiente urbano;
- Possibilitar a captação de recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequar o PDM às necessidades atuais do Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

2ª Fase – Análise Temática Integrada

LEITURA TÉCNICA (ETM E CONSULTORIA)

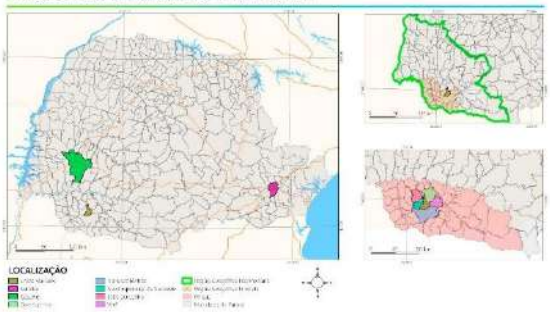
LEITURA COMUNITÁRIA (PARTICIPAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS E OFICINAS)

- Foco nas mudanças ocorridas desde a aprovação do PDM de 2008;
- Análise das condições fundiárias, acessibilidade e mobilidade urbana;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e capacidade de investimento.

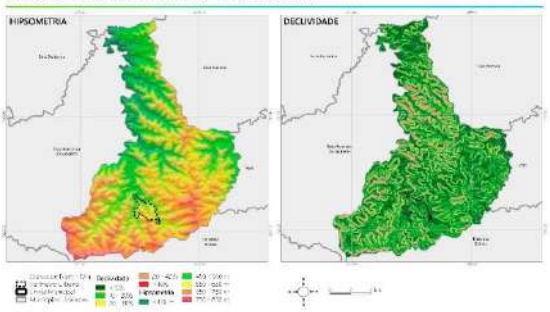
Conhecer a realidade do município para embasar as **DIRETRIZES E PROPOSTAS (FASE III)**

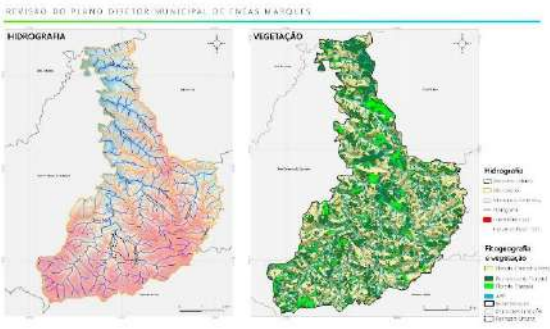
QUE CIDADE TEMOS?

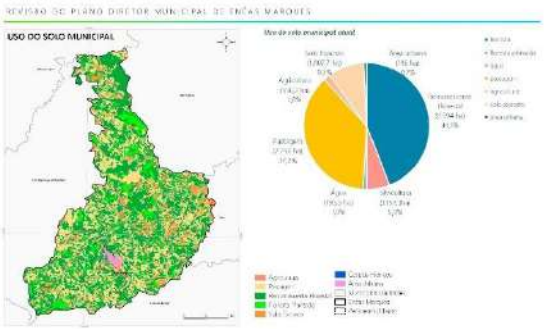
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

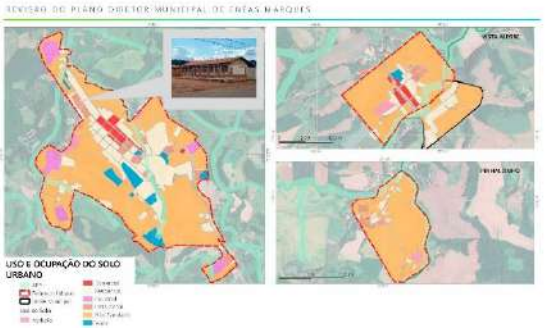


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

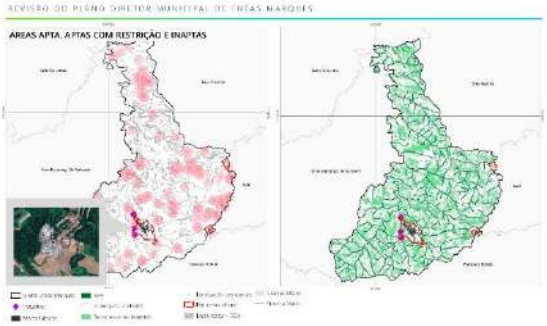



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
HIDROGRAFIA
VEGETAÇÃO
Hidrografia
Fitogeografia e vegetação

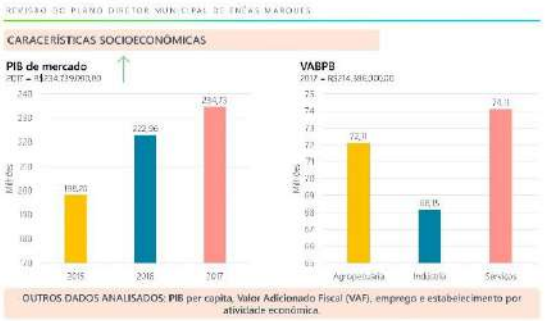

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
USO DO SOLO MUNICIPAL


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
ZONEAMENTO VIGENTE (Lei nº 07/2008)


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
AREAS APTA, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
CARACERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
IDH-M (2010)
Índice de Vulnerabilidade Social - IVS
IDH (2000 – 2010)


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
CARACERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS
PIB de mercado
VABPB
OUTROS DADOS ANALISADOS: PIB per capita, Valor Adicionado Fiscal (VAF), emprego e estabelecimento por atividade económica.


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
SANEAMENTO BÁSICO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
NÃO POSSUI REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO. EFLUENTE É LANÇADO EM FOSSAS SÉPTICAS
RESÍDUOS SÓLIDOS
COLETA ATENDE 100% DA ÁREA URBANA
ENÉAS MARQUES NÃO POSSUIU O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO em desconformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA
98% DA ÁREA URBANA E 100% DA ÁREA RURAL COM ENERGIA ELÉTRICA.
EM 2008, SEM ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM TRECHOS DA REGIÃO CENTRAL EM 2020, APENAS PEQUENA PARTE A NOROESTE SEM O SERVIÇO.
AUMENTO DA POTÊNCIA INSTALADA NA SUBESTAÇÃO, CONFORME PREVISTO NO PDM 2008.
SAÚDE
13 EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, BEM DISTRIBUÍDOS NA CIDADE.
EM 2008, EXISTIA ATENDIMENTOS NA ÁREA RURAL.
EM 202, OS ATENDIMENTOS FORAM DIRECIONADOS PARA A SEDE URBANA.
CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDUCAÇÃO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, VIGENTE ATÉ 2025.
COM EXCEÇÃO DO CMEI ANJO DA GUARDA, TODOS OS EQUIPAMENTOS FORAM REFORMADOS, DESDE 2008.
E.M. Prefeito Hélio Parzianello
ASSISTÊNCIA SOCIAL
IMPLANTAÇÃO DO CRAS, APÓS PDM 2008.
INFRAESTRUTURA SUFICIENTE PARA A DEMANDA EXISTENTE.
921 FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADÚNICO. 15% DA POPULAÇÃO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CULTURA

ÚNICO EQUIPAMENTO:
BIBLIOTECA CIDADÃ JARACATIÁ

CEMITÉRIO

UM CEMITÉRIO URBANO E OUTROS 15 PARTICULARES, NA ÁREA RURAL. NENHUM REGULARIZADO PERANTE O ÓRGÃO AMBIENTAL.

NECESSÁRIO AMPLIAÇÃO.

ESPORTE E LAZER

19 EQUIPAMENTOS, BEM DISTRIBUÍDOS. MANUTENÇÃO NECESSÁRIA.



CEMITÉRIO MUNICIPAL URBANO

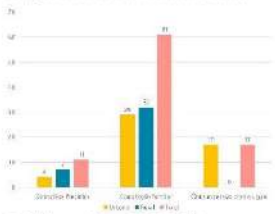
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES



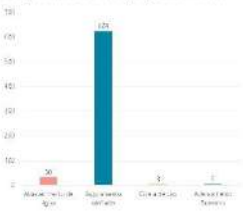
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

Componentes do Déficit Habitacional em 2010



Componentes de inadequação habitacional



Domicílios vagos: Urbano = 50 / Rural = 128

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

CAPACIDADE DE SUPORTE



AMBIENTAL → REGULAR
Não há grandes problemas



INFRAESTRUTURA → REGULAR
Falta de rede coletora de esgoto sanitário



EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS → BOA
Atende à demanda

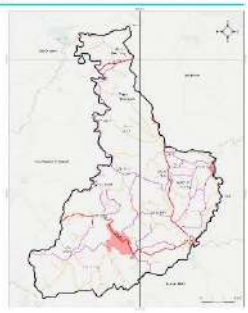
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

MOBILIDADE URBANA

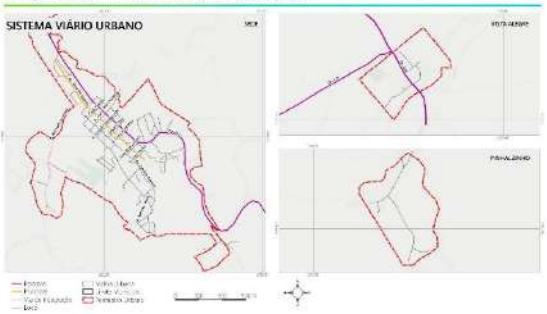
POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA LEI FEDERAL nº12.587/2012

- ACESSIBILIDADE PARA TODOS;
- EQUIDADE NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO;
- EQUIDADE NO ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO;
- PRIORIDADE AOS MODAIS DE TRANSPORTE NÃO MOTORIZADOS, PÚBLICOS E COLETIVOS;
- PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO.

SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

MOBILIDADE URBANA

NÃO MOTORIZADO

PDM 2008 PREVIA A INSTALAÇÃO DE VIA DE INTEGRAÇÃO DA SEDE URBANA ÀS INDÚSTRIAS. EXECUTADA SEM CICLOVIA

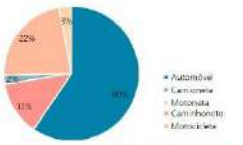
APENAS 32,3% DE URBANIZAÇÃO ADEQUADA. BAIRROS INTEIROS SEM CALÇADAS.



Rua Francisco Campos, sem calçada.

MOTORIZADO

CRESCIMENTO DE 83% DO TOTAL DA FROTA DE VEÍCULOS, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.



Composição da frota em Enéas Marques

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

GESTÃO MUNICIPAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

INSTITUÍDA PELA LEI Nº 302/2003, COM ALTERAÇÕES. ATENDE A DEMANDA.

CONSELHOS

11 CONSELHOS ATIVOS.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – LEI nº005/2008 ATUA DIRETAMENTE COM O PDM.

FINANÇAS

O MUNICÍPIO TEM ALTO GRAU DE DEPENDÊNCIA SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL.

CAPACIDADE DE INVESTIMENTO 15,97 (2018)

HÁ NECESSIDADE PERMANENTE DE INVESTIMENTOS NA MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, COM A FINALIDADE DE ANGARIAR MAIS RECURSOS

OUTROS DADOS ANALISADOS: Capacidade de investimentos, finanças públicas.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

O MUNICÍPIO EM POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA.

CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA, NÃO APRESENTA GRANDES PROBLEMAS QUE COMPROMETAM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.

UM CEMITÉRIO MUNICIPAL NA ÁREA URBANA E OUTROS 15 CEMITÉRIOS NA ÁREA RURAL. NENHUM REGULARIZADO PERANTE O ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL.

SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS, AS RECEITAS CORRENTES SÃO MAIORES QUE AS DESPESAS. PORÉM O MUNICÍPIO NECESSITA QUE A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO SEJA INTENSIFICADA.

NO CONTEXTO AMBIENTAL, DEVE-SE INVESTIR NA CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO E SEU TRATAMENTO.

A ESTRUTURA DA GESTÃO MUNICIPAL ATENDE À DEMANDA, NÃO SENDO NECESSÁRIO MODIFICÁ-LA.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos Passos



- Estabelecer as Diretrizes e propostas para o desenvolvimento sustentável;
- Propor novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
Próximos Passos
• Minutas de Projetos de Lei;
• Plano de Ação e Investimentos – PAI.
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
Participação Popular
COMO VOCÊ VÊ A SUA CIDADE?
PONTOS POSITIVOS
PONTOS NEGATIVOS
DEIXE SUA OPINIÃO!
DRZ
DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br
Henrique F. Ferrarini

29.7 RELATÓRIO DA REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO E COORDENAÇÃO

Às 09:00 do dia 31 de março de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a Reunião de Consolidação e Coordenação da Fase II – Análise Temática Integrada da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Os objetivos da reunião foram ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 2ª Fase do processo de RPDM em decorrência da 2ª Audiência Pública, e avaliar o andamento das atividades e eventos realizados e definir os ajustes no produto, caso seja necessário.

Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, do Poder Executivo e Legislativo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme Anexo I.

O arquiteto fez uma breve introdução aos objetivos da reunião e passou a palavra aos presentes, para se manifestarem em relação às atividades realizadas na Fase II da RPDM de Enéas Marques, no entanto não houve nenhuma participação dos presentes.

Ao final do evento, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de enfatizar a importância da participação dos membros da equipe técnica municipal, do conselho e poderes Executivo e Legislativo. Também disponibilizou o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores.

Londrina, 05 de abril de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO E COORDENAÇÃO DA FASE II DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	PMF.			
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46 99404 6658	Assinatura		
2	Nome	Erici Honorio Borges Menin	Equipe				
	e-mail	lucimenin@hotmail.com	Telefone	98409385 5	Assinatura		
3	Nome	Antonio Bergenbach	Equipe	VEREADOR			
	e-mail		Telefone	35400526	Assinatura		
4	Nome	Gabriela da Silva Neves	Equipe				
	e-mail	gabriela-gaby@hotmail.com	Telefone	(46)98414-8323	Assinatura		
5	Nome	LUIZ MACCARI	Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
6	Nome	Barbara Simoni Pereira	Equipe	CDM			
	e-mail	barbara_simoni@hotmail.com	Telefone	98412-7462	Assinatura		
7	Nome	EDER JOSÉ BELLÉ	Equipe	FUNCIONÁRIO			
	e-mail	EDERBELLE@HOTMAIL.COM	Telefone	46984046812	Assinatura		

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

31 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	Henrique Fiorentini Fonseca	Equipe	DRZ			
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	42. 3026. 4065	Assinatura		
9	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
10	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
11	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
12	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
13	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
14	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		
15	Nome		Equipe				
	e-mail		Telefone		Assinatura		

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

31 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

29.8 RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATÓRIA E DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE III DA RPDM DE ENÉAS MARQUES

Às 10:00 do dia 31 de março de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a Reunião Preparatória e de Capacitação da Fase III – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

O objetivo geral da reunião foi apresentar métodos e técnicas, e organizar os dados para:

I) definir diretrizes de (re)ordenamento territorial;

II) definir propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;

III) definir instrumentos urbanísticos;

IV) realizar Oficina(s) "Leitura Técnica", Oficina(s) "Leitura Comunitária" e da 3ª rodada de Audiência(s) Pública.

Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, do Poder Executivo e Legislativo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme Anexo I.

O arquiteto fez uma breve apresentação contendo os seguintes temas: embasamento legal; o que é Plano Diretor e por que revisá-lo; as fases e atividades do RPDM, com foco na FASE III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável; as atividades a serem abordadas na Oficina Técnica; e os próximos passos.

Foi enfatizado os itens e objetivos a serem tratados na Fase III, explicado o conceito de diretrizes e propostas, e o âmbito das ações para o desenvolvimento sustentável, sendo eles o Desenvolvimento Econômico, o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Ambiental. Também foi apresentada a forma que o produto será elaborado e a metodologia utilizada para estabelecer vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS contidos na Agenda 2030.

Ao final do evento, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de destacar a importância da participação dos membros da equipe técnica municipal, do Conselho de Desenvolvimento Municipal e dos poderes Executivo e Legislativo. Por fim disponibilizou o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores.

Londrina, 05 de abril de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA A FASE III DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	EDILSON BISOCO	Equipe	PME.		
	e-mail	EDILSONBISOCO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46-98804 6659	Assinatura	
2	Nome	Bruci Moreira Borges Menin	Equipe			
	e-mail	brucimenin@hotmail.com	Telefone	98409 3835	Assinatura	
3	Nome	Antonio Bebbenbach	Equipe	VEREADOR		
	e-mail		Telefone	3540 0005 26	Assinatura	
4	Nome	LUIZ MARCELLI	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
5	Nome	Barbara Sirtori Pereira	Equipe	CDM		
	e-mail	barbara_sirtori@hotmail.com	Telefone	98112-7462	Assinatura	
6	Nome	Exel José Belle	Equipe	Comércio		
	e-mail	Exel.belle@hotmail.com	Telefone	46 98404 6812	Assinatura	
7	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	42. 3026 4065	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

31 de março de 2021
FASE III – Diretrizes e Propostas
Enéas Marques - PR

ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA





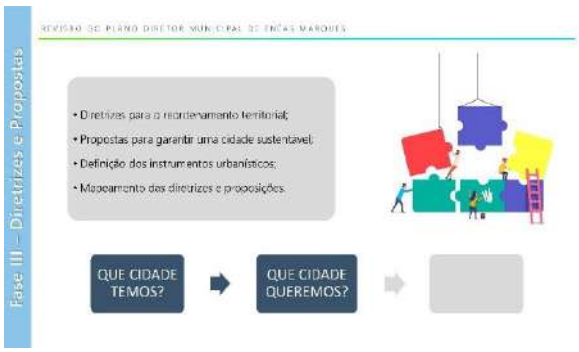




















DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br
Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

29.9 RELATÓRIO DA 3ª OFICINA TÉCNICA – FASE III DA RPDM

Às 13:30 do dia 31 de março de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 3ª Oficina Técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

O objetivo da oficina foi definir diretrizes de (re)ordenamento territorial e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável.

Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo, e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme Anexos I e II.

Antes da realização das atividades, o arquiteto expôs uma apresentação de *slides* abordando os seguintes temas:

- Embasamento legal do PDM;
- As fases e atividades que envolvem a RPDM, com foco na Fase III – Diretrizes e Propostas;
- Os três eixos do desenvolvimento sustentável – Econômico, Ambiental e Social;

Na sequência foi apresentado a metodologia utilizada na oficina e as duas atividades a serem realizadas, sendo:

- Quadro de Temas, onde os presentes sugeririam ações para potencializar e melhor desenvolver o Município de Enéas Marques, em todas as vertentes envolvidas na administração municipal. O quadro propôs 23 temáticas, como saúde, educação, cemitério etc. (Anexo III);
- Localização das Diretrizes e Propostas, esta atividade teve o objetivo de espacializar as ações propostas pelos participantes no território do Município, tanto na área rural quanto nas áreas urbanas (Anexo IV).

No final da primeira atividade foram contabilizadas 47 propostas, todas apresentadas na íntegra no Anexo V deste relatório, sendo as principais:

- Implantar rede de esgotamento sanitário;
- Elaborar do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Desenvolver o Plano de Arborização;
- Atualizar a Planta Genérica de Valores;

- Construir nova Creche;
- Ampliar o Cemitério Municipal;
- Regulamentar a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Ao final das atividades, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de disponibilizar o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores. Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da oficina, a lista de presença, os apontamentos realizados na íntegra, o mapa elaborado e os *slides* apresentados.

Londrina, 06 de abril de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

1ª OFICINA TÉCNICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	LUIZ. C. MARCELLI	Equipe	PROFISSIONAL		
	e-mail	LUIZMARCELLI16@GMAIL.COM	Telefone		Assinatura	
2	Nome	Patricia R. Parmanella	Equipe	Educação		
	e-mail	pricatorio@hotmail.com	Telefone	46 984066351	Assinatura	
3	Nome	Maria Rezeia	Equipe	Assistência Social		
	e-mail	maria.rezeia@hotmail.com	Telefone	46 98405-7760	Assinatura	
4	Nome	Barbara Simoni Pereira	Equipe	Contabil - Prefeitura (CDM)		
	e-mail	barbara_simoni@hotmail.com	Telefone	98412-7462	Assinatura	
5	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
6	Nome	Beici Honorio Borges Moreira	Equipe			
	e-mail	beiimoreira@hotmail.com	Telefone	984092835	Assinatura	
7	Nome	Eduardo Artuzo	Equipe			
	e-mail	ARTUZOADV@HOTMAIL.COM	Telefone	46 98409 1499	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

30 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

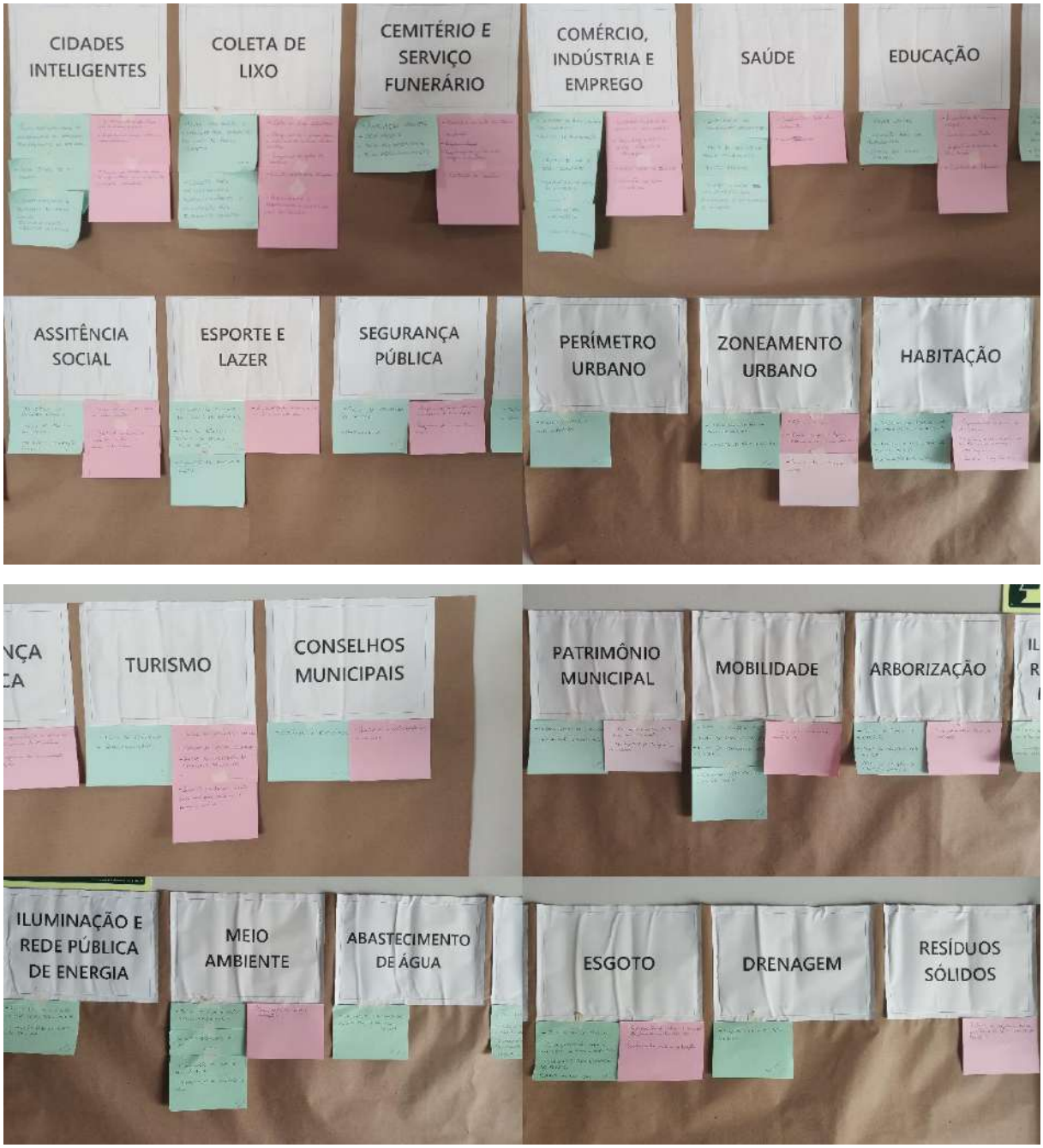
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	EDER JOSÉ BELLÉ	Equipe	Vereador		
	e-mail	EDERBELLE@HOTMAIL.COM	Telefone	46 984066812	Assinatura	
9	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	Prefeitura		
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	46 98404 6658	Assinatura	
10	Nome	Leandro Legemann	Equipe			
	e-mail	leandrolegemann@gmail.com	Telefone	46 98407-5501	Assinatura	
11	Nome	Elaine Regina Satorio	Equipe	Saúde		
	e-mail	Elaine.Satorio-nanyere@hotmail.com	Telefone	46 98404-2680	Assinatura	
12	Nome	Dominges Stelato	Equipe	Agricultura		
	e-mail		Telefone	99935 8582	Assinatura	
13	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43. 3026. 4065	Assinatura	
14	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
15	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

30 de março de 2021
FASE II – Análise Temática Integrada
Enéas Marques - PR

ANEXO III – QUADRO DE TEMAS



ANEXO IV – MAPA COM APONTAMENTOS NA SEDE URBANA



ANEXO V – APONTAMENTOS NA ÍNTEGRA

TEMA	DIRETRIZES E PROPOSTAS	QUANTIDADE
Esgoto	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico	2
	Implantar a rede de esgoto	
Abastecimento de Água	-	0
Meio Ambiente	Preservação de fontes e nascentes	1
Iluminação e Rede de Energia Pública	-	0
Arborização	Desenvolvimento do Plano de Arborização	1
Mobilidade	Rever numeração de casas, comércios etc.	1
Patrimônio Municipal	Atualização e levantamento do Patrimônio Municipal	2
	Atualização da Planta Genérica de Valores PGV	
Habitação	Regulamentação de pequenas chácaras	4
	Regularização de invasões no perímetro urbano e rural	
	IPTU progressivo	
	Revisão do Código Tributário	
Zoneamento Urbano	Rever limites de taxa de ocupação	3
	Retirar a ZEIS	
	Dividir a zona de lazer e entretenimento para Zona Industrial	
Perímetro Urbano	-	0
Conselhos Municipais	Incentivo a participação dos conselheiros	1
Turismo	Incentivo ao gastroturismo	4
	Criação de eventos culturais	
	Feiras para exposição de trabalhos artesanais	
	Implantação de um local para realização de feira e pequenos eventos	
Segurança Pública	Implementação de câmeras nos acessos do Município	2
	Programa de Comunidade Segura	
Esporte e Lazer	Implantação de academias ao ar livre no interior	1
Assistência Social	Projeto de saneamento, módulo sanitário e saneamento básico	2
	Ampliação de equipe para a área (da assistência) social	
Educação	Capacitação dos Professores	4
	Implementação de ensino integral	
	Construir nova Creche	
	Implantação de aulas de Plano Diretor	
Saúde	Implementar Leito de Isolamento	2
	Novo ESF	
	Capacitação de jovens	4

TEMA	DIRETRIZES E PROPOSTAS	QUANTIDADE
Comércio, indústria e emprego	Inovação na área comercial	
	Elaborar políticas de incentivo aos jovens	
	Parcerias entre o setor público e privado	
Cemitério	Georreferenciamento do Cemitério	4
	Ampliação (do Cemitério)	
	Regularização junto aos órgãos ambientais	
	Construção de Ossário	
Coleta de Lixo	Regularizar e reestruturar a coleta de lixo reciclável	5
	Descarte correto para lâmpadas	
	Coleta de lixo eletrônico	
	Obrigar que as empresas façam a destinação de resíduos sólidos correta	
	Legislação de gestão de resíduos	
Cidades Inteligentes	Ensino nas escolas na área de informática com equipamentos e suporte necessário	3
	Georreferenciamento do patrimônio e redes de saneamento básico	
	Implantação de energia solar em espaços públicos	
Drenagem	-	0
Resíduos Sólidos	Instruir a regulamentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos	1
TOTAL DE PROPOSIÇÕES		**47**

ANEXO VI – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES – PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Oficina

Propor ações para o **desenvolvimento** sustentável de ENÉAS MARQUES



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento Legal

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
  Capítulo II – Da Política Urbana (Art. 182 e 183)
- ESTATUTO DA CIDADE
  Lei nº 10.257/2001 (Art. 41)
- POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
  Lei nº 15.229/2006
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL
  Lei nº 005/2008

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

PNDU
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CARTA BRASILEIRA CIDADES INTELIGENTES



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Reconhecimento da realidade local;
- Foco nas mudanças ocorridas entre 2008 e 2021;
- Análise das condições fundiárias, da acessibilidade e da mobilidade urbana;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e capacidade de investimentos.

LEITURA TÉCNICA (DR2 + CONSELHO + ETM)

+

LEITURA PARTICIPATIVA (OFICINAS + AUDIÊNCIAS)

QUE CIDADE TEMOS? → [ ] → [ ]

Fase III – Diretrizes e Propostas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

- Diretrizes para o reordenamento territorial;
- Propostas para garantir uma cidade sustentável;
- Definição dos instrumentos urbanísticos;
- Mapeamento das diretrizes e proposições.



QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? → [ ]

Fase III – Diretrizes e Propostas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fase III – Diretrizes e Propostas

DIRETRIZES

- Indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir, revelando os objetivos a serem alcançados, a fim de promover a função social da cidade e o desenvolvimento urbano e rural;

PROPOSTAS

- Ações que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro, com realizações (programas, projetos, organizações, obras etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

Fase III – Diretrizes e Propostas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fase III – Diretrizes e Propostas



Desenvolvimento Econômico

- Indústria – Agropecuária – Comércio – Turismo

Desenvolvimento Social

- Saúde – Educação – Assistência Social – Habitação – Cultura – Esporte e Lazer

Desenvolvimento Ambiental

- Preservação e Proteção Ambiental – Saneamento – Coleta de Lixo – Fontes Renováveis de Energias

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Oficina Técnica

Discutir as Diretrizes e Propostas;

Localizar as Diretrizes e Propostas no Município.






REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
Oficina Técnica
Propor ações para todo o Município, em todos os setores.
Oficina de Leitura Comunitária
Elaborar o Produto da Fase III – Diretrizes e Propostas
3ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase III da Revisão do PDM
DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br
Henrique F. Ferrarini

29.10 RELATÓRIO DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 18:30 do dia 17 de agosto de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Os objetivos da audiência foram: enfatizar o que é Plano Diretor e as fases de sua revisão; apresentar à população a síntese o conteúdo desenvolvido sobre as Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, referente à Fase III da revisão do PDM; e esclarecer as dúvidas e garantir a participação popular no processo. Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal e dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme Anexo II.

A audiência foi transmitida, ao vivo, pelo canal da Prefeitura Municipal de Enéas Marques no Facebook, foi gravada e pode ser assistida através *link* a seguir:

https://fb.watch/7rTzY8c66B/

O servidor público Luiz Morcelli fez a abertura do evento e apresentou um vídeo encaminhado pelo prefeito municipal Edson Lupatini, que não pôde comparecer no local. No vídeo o prefeito introduziu o papel do Plano Diretor na administração pública e enfatizou a importância de sua revisão. Ao final da explanação do gestor municipal, Morcelli tomou a palavra e prontamente apresentou o arquiteto e urbanista, representante da DRZ, que iniciou a apresentação de *slides* com os tópicos definidos a seguir:

- Objetivos da Audiência;
- Embasamento Legal;
- O que é PDM e por que revisá-lo;
- Fases e atividades;
- Diretrizes e Propostas:
    - Desenvolvimento e Reordenamento Territorial;
    - Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana;
    - Mobilidade Urbana;
    - Proteção e Preservação Ambiental;
    - Desenvolvimento Socioeconômico;

- Desenvolvimento Institucional e Gestão Participativa;

- Considerações finais:
  - Próximos Passos;
  - Participação Popular.

Concluída a apresentação de *slides* por parte da DRZ, passou-se a palavra para os espectadores, no entanto não houve manifestação tanto do público presente como da população que assistia de forma remota. Desta forma, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de disponibilizar o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores, e passou a palavra para o representante da ETM Luiz Morcelli, que agradeceu novamente, enfatizou o cronograma das atividades a serem realizadas e encerrou a 3ª Audiência Pública.

Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da audiência, a lista de presença e os *slides* apresentados.

Londrina, 24 de agosto de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome: LUIZ C MORESCHI e-mail:	Equipe: ETM. Telefone: 46 98800 5261	Assinatura		
2	Nome: BRUNO LUIZ GROTTO e-mail:	Equipe: Telefone: 46 9944-5845	Assinatura		
3	Nome: Gabriela da Silva Nunes e-mail:	Equipe: Telefone: (46)98444-8323	Assinatura		
4	Nome: HENRIQUE FERREIRA FIGUEIREDO e-mail: henrique@drz.com.br	Equipe: DRZ Telefone: 43 3026-4065	Assinatura		
5	Nome: ANÉSIO WEDDING e-mail: Logistica@Wedding.com.br	Equipe: Telefone: 46 3841 3356	Assinatura		
6	Nome: Rosangela Baio Belle e-mail: rosangelabaiobelle@hotmail.com	Equipe: Telefone: (46) 98404 9326	Assinatura		
7	Nome: Zali Becker Berckembrock e-mail: zali_becker@hotmail.com	Equipe: Telefone: 98402 1535	Assinatura		

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

17 de agosto de 2021
Prefeitura Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome: OVANDO ARUZO e-mail:	Equipe: Telefone: 46 3544 2100	Assinatura		
9	Nome: e-mail: VILMAR ALVES DA COSTA	Equipe: Telefone: 99902 4541	Assinatura		
10	Nome: JOICA JESSER e-mail: meiotesser@gmail.com	Equipe: Telefone: (46) 3544-2128	Assinatura		
11	Nome: Maria Rosa e-mail: assistenciasocialenea@gmail.com	Equipe: CRAS Telefone: (46) 98405 7760	Assinatura		
12	Nome: Bernardo Rangel Dietrich e-mail:	Equipe: Telefone: (46) 9922 7960	Assinatura		
13	Nome: Vilson P. Babanello e-mail: Vilson_fotos@hotmail.com	Equipe: ACIEM - ASS. Comercial Telefone: 46 98409 9774	Assinatura		
14	Nome: Fernando Dattoneo e-mail:	Equipe: Estudante Telefone:	Assinatura		
15	Nome: Jussandra C.M. Cattoneo e-mail: jussandracattoneo@hotmail.com	Equipe: Professora / Vereadora Telefone: (46) 98402 0514	Assinatura		

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

17 de agosto de 2021
Prefeitura Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

16	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	DEP. ENGENHARIA		
	e-mail	EDILSON BISOLO @YAHOO.COM.BR	Telefone	98404 6658	Assinatura	
17	Nome	JAILES CRISTIANO BERTON	Equipe	SEGURANÇA PUBLICA		
	e-mail		Telefone	(46)99973-9725	Assinatura	
18	Nome	JOSÉ MARCEL LANZERINI	Equipe	Saúde "Vigilância Sanitária"		
	e-mail		Telefone	(46)9644-8783	Assinatura	
19	Nome	Marisa Helena Lessa	Equipe	Departamento Agropecuário		
	e-mail		Telefone	9840284 28	Assinatura	
20	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
21	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
22	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
23	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

17 de agosto de 2021
Prefeitura Municipal
Enéas Marques - PR

ANEXO III – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Audiência

- Enfatizar o que é o **Plano Diretor** e as fases de sua revisão;
- Apresentar a síntese dos **resultados** da 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;
- **Esclarecer** dúvidas e **garantir** a participação popular.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
Capítulo II - Da Política Urbana (Art. 182 e 183)

ESTATUTO DA CIDADE
Lei nº 10.257/2001 (Art. 41)

POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
Lei nº 15.229/2006

PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Lei nº 05/2008

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal



- 17 objetivos interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

CARTA BRASILEIRA **CIDADES INTELIGENTES**

- expressa uma agenda pública brasileira sobre o tema da transformação digital nas cidades do país;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Embasamento legal

PNDU
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- objetivo reduzir as desigualdades socioespaciais nas escalas intraurbana e supramunicipal e na escala da rede de cidades.

Em fase de elaboração.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

O que é Plano Diretor e por que revisá-lo?

- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Possibilitar a captação de recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequar o PDM às necessidades atuais do Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Diretrizes e Propostas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

3ª Fase – Diretrizes e Propostas

- Diretrizes para o reordenamento territorial;
- Propostas para garantir uma cidade sustentável;
- Definição dos instrumentos urbanísticos;
- Mapeamento das diretrizes e proposições.



QUE CIDADE TEMOS? → QUE CIDADE QUEREMOS? →

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

3ª Fase – Diretrizes e Propostas

DIRETRIZES

- Indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir, revelando os objetivos a serem alcançados, a fim de promover a função social da cidade e o desenvolvimento urbano e rural;

PROPOSTAS

- Ações que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro, com realizações (programas, projetos, organizações, obras etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

3ª Fase – Diretrizes e Propostas

- Temáticas desenvolvidas

Desenvolvimento e Reordenamento Territorial	Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana	Mobilidade Urbana
Proteção e Preservação Ambiental	Desenvolvimento Socioeconômico	Desenvolvimento Institucional e Gestão Participativa

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

3ª Fase – Diretrizes e Propostas

- Prazo de execução

Curto Prazo até 4 anos	Médio Prazo até 6 anos	Longo Prazo até 10 anos

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

DESENVOLVIMENTO E REORDENAMENTO TERRITORIAL

- Macrozoneamento Municipal;
- Perímetro Urbano;
- Macrozoneamento Urbano;
- Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- Instrumentos Urbanísticos;
- Habitação.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Macrozoneamento Municipal

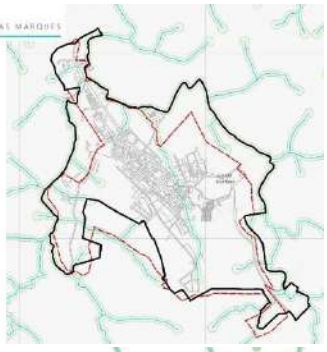
"Controlar e orientar o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas à na Macrozona de Proteção de Manancial."



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Perímetro Urbano

16,4%



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Perímetro Urbano

Vista Alegre



71,4%

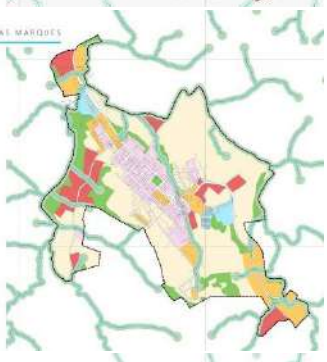
Pinhalzinho



-5,63%

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Macrozoneamento Urbano



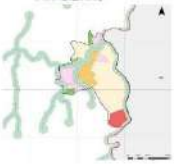
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Macrozoneamento Urbano

Vista Alegre



Pinhalzinho



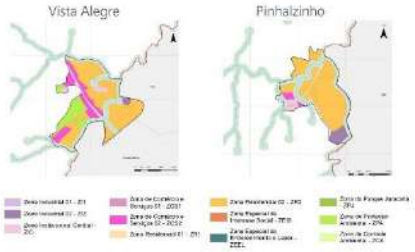
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Zoneamento Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Zoneamento Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Zoneamento Urbano

- Buscar a implementação de softwares que auxiliem na gestão inteligente do zoneamento urbano com sistema de informações georreferenciadas, e garantir que as informações estejam disponíveis para consulta da população.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Instrumentos Urbanísticos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Habitação

- Promover a regularização fundiária em loteamentos e moradias irregulares;
- Implementar programa visando a construção de novas unidades habitacionais de interesse social;
- Aprovar projetos de loteamentos e de unidades habitacionais somente se estiverem em acordo à legislação municipal e garantirem o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA

- Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- Drenagem Pluvial;
- Coleta de Resíduos Sólidos;
- Iluminação Pública e Energia Elétrica;



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Abastecimento de água e esgotamento sanitário

- Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Elaborar estudo de viabilidade para construção da rede de coleta e tratamento de esgoto;
- Realizar melhorias no sistema de abastecimento de água, redução de ligações clandestinas e diminuição das perdas na distribuição.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Drenagem pluvial

- Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Drenagem Urbana;
- Especificar, em legislação, parâmetros mínimos de taxa de permeabilidade para novos projetos;
- Definir, em legislação, padrão para a construção das calçadas ecológicas.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Coleta de resíduos sólidos

- Regulamentar a coleta de lixo eletrônico, com enfoque no descarte correto de lâmpadas;
- Contratar empresa especializada para elaborar o PGRS;
- Fiscalizar as empresas para que façam a destinação correta dos resíduos;
- Regulamentar e reestruturar a coleta de resíduos recicláveis.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Iluminação pública

- Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED;
- Implantar iluminação pública em 100% da área urbana dos distritos de Vista Alegre e Pinhalzinho;
- Intensificar a manutenção à rede de energia elétrica e iluminação pública no interior.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

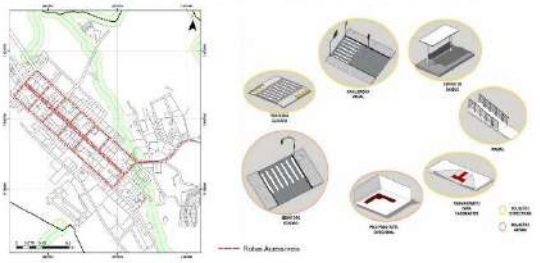
MOBILIDADE URBANA

- Mobilidade Urbana e Sistema Viário;



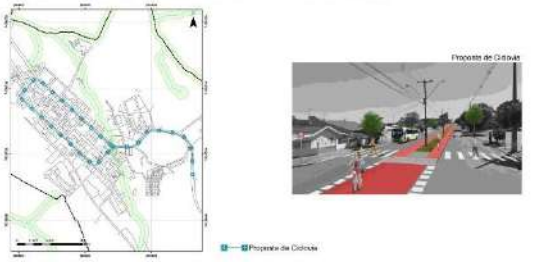
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mobilidade Urbana – Rotas Acessíveis



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mobilidade Urbana – Ciclovias



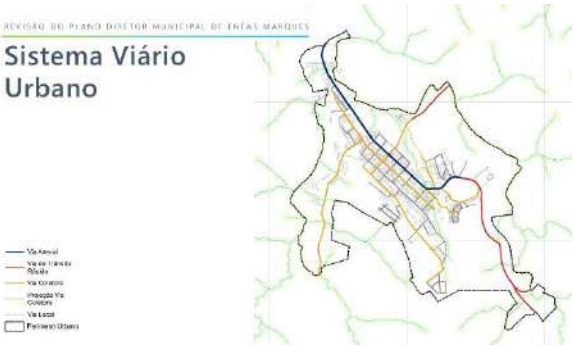
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Mobilidade urbana

- Adequar as calçadas em concordância com as normas brasileiras de acessibilidade;
- Implementar, por meio de legislação, a adoção do padrão de calçadas ecológicas para Enéas Marques;
- Implementar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização de bicicletas como meio de transporte.

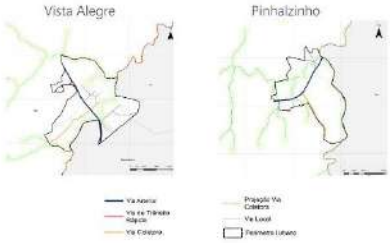
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Sistema Viário Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Sistema Viário Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Sistema viário

- Implementar regulamentação para organizar o tráfego de veículos pesados na área urbana;
- Implantar o Contorno Viário Sul, visando aumentar a segurança para veículos, ciclistas e pedestres, melhorar a fluidez do trânsito e manter as vias urbanas em bom estado de conservação.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

- Preservação Ambiental;
- Arborização Urbana;
- Cemitérios e Serviços Funerários;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Preservação ambiental

- Promover política adequada de Proteção e Preservação Ambiental;
- Promover a modernização do processo de fiscalização, com aquisição de softwares e equipamentos que auxiliem nas atividades realizadas pela SMMA;
- Incentivar a criação de áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), passíveis de recebimento de ICMS ecológico.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Arborização urbana

- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMArb);
- Capacitar os servidores públicos responsáveis pela poda das árvores, visando evitar os conflitos com a rede pública de eletricidade;
- Implementar sistema digital e georreferenciado de avaliação das árvores do Município.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Cemitérios e serviços funerários

- Ampliar o cemitério municipal da sede urbana;
- Construir vias internas no cemitério municipal, garantindo a acessibilidade;
- Implementar sistema digital e georreferenciado de Gestão de Cemitério Municipal da sede urbana, a fim de providenciar a manutenção e o gerenciamento adequados.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

- Economia;
- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;
- Cultura, Esporte e Lazer;
- Segurança Pública;



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Economia



- **Agropecuária** – Fomentar a agricultura familiar e pequenos produtos rurais;
- **Indústria, comércio e serviços** – Promover melhoria na qualificação profissional da população para formar mão de obra especializada e assegurar maior inovação, produtividade e qualidade;
- **Turismo** – Incentivar a criação de rotas gastronômicas rurais e urbanas.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Saúde



- Elaborar estudo de viabilidade para aquisição de gerador de energia para a UBS, com o intuito de promover os serviços de saúde;
- Realizar palestras em conjunto com a Educação para difundir os conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal;
- Desenvolver campanhas e palestras que capacitem os servidores da saúde pública.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Educação



- Implementar sistema on-line, via web, para consultas de notas e realização de matrículas;
- Elaborar estudo de viabilidade para a implantação de ensino integral na rede municipal de ensino;
- Prever a inserção da temática do Plano Diretor na educação básica, com intuito de desenvolvimento cidadão desde a infância.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Assistência social

- Implementar o Plano Municipal de Assistência Social.

Segurança pública

- Instalar sistema de monitoramento por câmeras de segurança em diversos pontos estratégicos de Enéas Marques.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Cultura, esporte e lazer

- Realizar estudo de viabilidade para implementação de academias ao ar livre no interior;
- Promover a utilização do Centro Municipal de Eventos Othamar Brchenbrock como espaço para a valorização e venda do artesanato local.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

- Estrutura Organizacional e Física da Administração;
- Sistema de Informações;
- Gestão Participativa.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Estrutura organizacional e física da administração

- Contratar empresa especializada para a atualização do Cadastro Imobiliário e da Planta Genérica de Valores do Município, promovendo um aumento gradativo e justo no IPTU;
- Modernizar e informatizar a administração pública municipal.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Sistema de informações

- Garantir a atualização da base de dados municipal, incluindo dados geoambientais, e disponibilizá-la à população e às Secretarias Municipais através da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG);
- Desenvolver aplicações WEB para transformar o Cadastro Técnico Municipal em um Cadastro Técnico Multifinalitário com múltiplas aplicações, principalmente ao planejamento urbano e gestão territorial.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Gestão participativa

- Organizar debates, palestras e consultas, audiências e conferências públicas para concretizar o Plano Diretor Municipal, de forma a incentivar o processo participativo e iniciativas populares de formulação de projetos de lei.











DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br

Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

29.11 RELATÓRIO DA OFICINA DE COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FASE III DA RPDM DE ENÉAS MARQUES

Às 09:00 do dia 18 de agosto de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a Reunião de Consolidação e de Coordenação da Fase III – Diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Os objetivos da reunião foram ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades elaboradas na Fase III da RPDM de Enéas Marques; e avaliar o andamento das atividades e eventos realizados na mesma fase.

Além do representante da consultoria contratada, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, do Poder Executivo e Legislativo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme lista de presença e registro fotográfico em anexo.

O arquiteto fez uma breve apresentação contendo os seguintes temas: objetivos da reunião; fases e atividades da RPDM, demonstrando o que foi concluído e o que está pendente; os seis tópicos abordados na Fase III; os eventos realizados, especificamente, na Fase III; e os próximos passos. Durante a reunião foi destacado que o evento finaliza a 3ª Fase da RPDM de Enéas Marques, atingindo a marca de 70% do processo de revisão.

Ao final da apresentação, o arquiteto da DRZ passou a palavra para os presentes realizarem os apontamentos necessário, avaliarem o desenvolvimento das atividades e esclarecerem as eventuais dúvidas. Neste momento, representantes da ETM fizeram três solicitações de alteração no produto da Fase III, são elas:

- Retirar proposta de implementação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), uma vez que foi implementado em 2021; e
- Atualizar a proposta referente ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Incluir na proposta de alteração do perímetro urbano área localizada a norte, próxima à Coasul.

Ao final do evento, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de destacar a importância da participação dos membros da equipe técnica municipal, do Conselho de Desenvolvimento Municipal e dos poderes Executivo e Legislativo. Por fim disponibilizou o endereço de e-mail e telefone para caso de dúvidas e apontamentos posteriores.

Londrina, 25 de agosto de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO E DE COORDENAÇÃO DA FASE III – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	LUIZ C. MORCELLI	Equipe	ETM		
	e-mail		Telefone		Assinatura	
2	Nome	Andréia Regina Hilbrann	Equipe	ETM		
	e-mail		Telefone		Assinatura	Andréia RH
3	Nome	Mª Isabete Wessling Bleisun	Equipe	ETM		
	e-mail	bete.wessling@hotmail.com	Telefone	(46)98407-7570	Assinatura	
4	Nome	VILMAR A. DA COSTA	Equipe	IND. COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO		
	e-mail	INDCOM.ENEAS@GMAIL.COM	Telefone	999024541	Assinatura	
5	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	DEP. ENGENHARIA.		
	e-mail		Telefone		Assinatura	
6	Nome	Patrícia R.P. Catanio	Equipe	Dep. Educação		
	e-mail	prcatanio@hotmail.com	Telefone	99106351	Assinatura	
7	Nome	Rita Fogaça	Equipe	Dep. de Assistência Social		
	e-mail	assistencia.creas@gmail.com	Telefone	(46)98405 7760	Assinatura	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	Gabriele da Silva Neves	Equipe	Engenharia		
	e-mail		Telefone		Assinatura	
9	Nome	IVONE TESSOR	Equipe			
	e-mail	meiotessor@gmail.com	Telefone	(46)3544-2128	Assinatura	
10	Nome	ALFEU BALBEO	Equipe	TRIBUTAÇÃO		
	e-mail	TRIBUTACAO.ENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone		Assinatura	
11	Nome	Leandro Segamarchi	Equipe	SMS		
	e-mail	leandrosegamarchi@gmail.com	Telefone	46 98407-5502	Assinatura	
12	Nome	Henrique Ferrarini Ferreira	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43 3029.4065	Assinatura	
13	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
14	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
15	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

ENÉAS MARQUES – PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Reunião

- **Ajustar** as análise elaboradas na Fase III da RPDM;
- **Avaliar** o andamento das atividades e eventos realizados na Fase III da RPDM de Enéas Marques.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Tópicos abordados na Fase III

Desenvolvimento e Reordenamento Territorial	Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana	Mobilidade Urbana
Proteção e Preservação Ambiental	Desenvolvimento Socioeconômico	Desenvolvimento Institucional e Gestão Participativa

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Eventos realizados na Fase III

Reuniões Técnicas	Oficinas Comunitárias
Oficinas Técnicas	3ª Audiência Pública

70%

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos passos

4ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase IV da Revisão do PDM

Conferência Municipal – **Legitimação** do processo de RPDM

Análise do Legislativo e **sanção** pelo Prefeito Municipal



DRZ Geotecnologia e Consultoria

drz.com.br

Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

ANEXO III – REGISTRO FOTOGRÁFICO

Figura 57 - Reunião de Coordenação e Consolidação



Fonte: ETM, 2021.

29.12 RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATÓRIA E DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE IV DA RPDM DE ENÉAS MARQUES

Às 09:00 do dia 16 de julho de 2021, foi realizada a Reunião Preparatória e de Capacitação da Fase IV – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

A reunião foi realizada de forma remota e contou com a presença de representantes da Equipe Técnica Municipal – ETM, do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM e da DRZ Geotecnologia e Consultoria LTD, conforme demonstram os anexos I e II deste relatório.

Os objetivos do evento foram: relembrar as etapas da revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques; capacitar os membros da ETM para a elaboração da Fase IV da RPDM; discutir o cronograma das atividades; e esclarecer dúvidas da ETM referente à Fase IV. De modo geral, o intuito da reunião foi nivelar o conhecimento de todos os envolvidos, para que possam realizar as atividades da RPDM.

O representante da consultoria, o arquiteto urbanista Henrique Ferrarini, fez uma breve apresentação (Anexo III) contendo os seguintes temas:

- Fases e atividades;
- Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM;
- Lei do Plano Diretor;
- Lei dos Perímetros Urbanos;
- Lei do Parcelamento do Solo urbano;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- Lei do Código de Obras;
- Lei do Código de Posturas;
- Plano de Ação e Investimentos;
- Atividades restantes; e
- Próximos Passos.

Ao final da apresentação, o arquiteto propôs que fosse discutida a elaboração do cronograma para a realização das atividades, e passou a palavras aos presentes para que tirassem dúvidas e fizessem os devidos apontamentos.

Foi recomendado pelo representante da DRZ que, para melhor desempenho da Oficina de Leitura Técnica, os integrantes das equipes municipais analisassem a legislação correlata. Também foi aconselhado que a ETM realize reuniões periódicas para discussão das leis envolvidas no processo de RPDM.

Desta forma, foram pré-agendadas as Oficina de Leitura Técnica e Comunitária para o dia 19 de agosto de 2021, e a 3º Audiência Pública para o dia 18 do mesmo mês. As datas de realização dos eventos poderão ser alteradas mediante justificativa da parte interessada.

Ao final do evento, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de destacar a importância da participação dos membros da equipe técnica municipal, do Conselho de Desenvolvimento Municipal. Por fim, disponibilizou o endereço de e-mail para caso de dúvidas posteriores.

Londrina, 16 de julho de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

ESTAVAM PRESENTES NA REUNIÃO TÉCNICA DO DIA 16 DE JULHO DE 2021, REALIZADA POR VÍDEO CHAMADA:

- **REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

LUIZ CARLOS MORCELLI _____

GABRIELA DA SILVA NEVES _____

ELIZABETH KOLTZ _____

INOIR TESSER _____

ELAINE REGINA CATANIO _____

ZALI BECKER BERCKEMBROK _____

BARBARA SIMONI PREREIRA _____

VILMAR ALVES DA COSTA _____

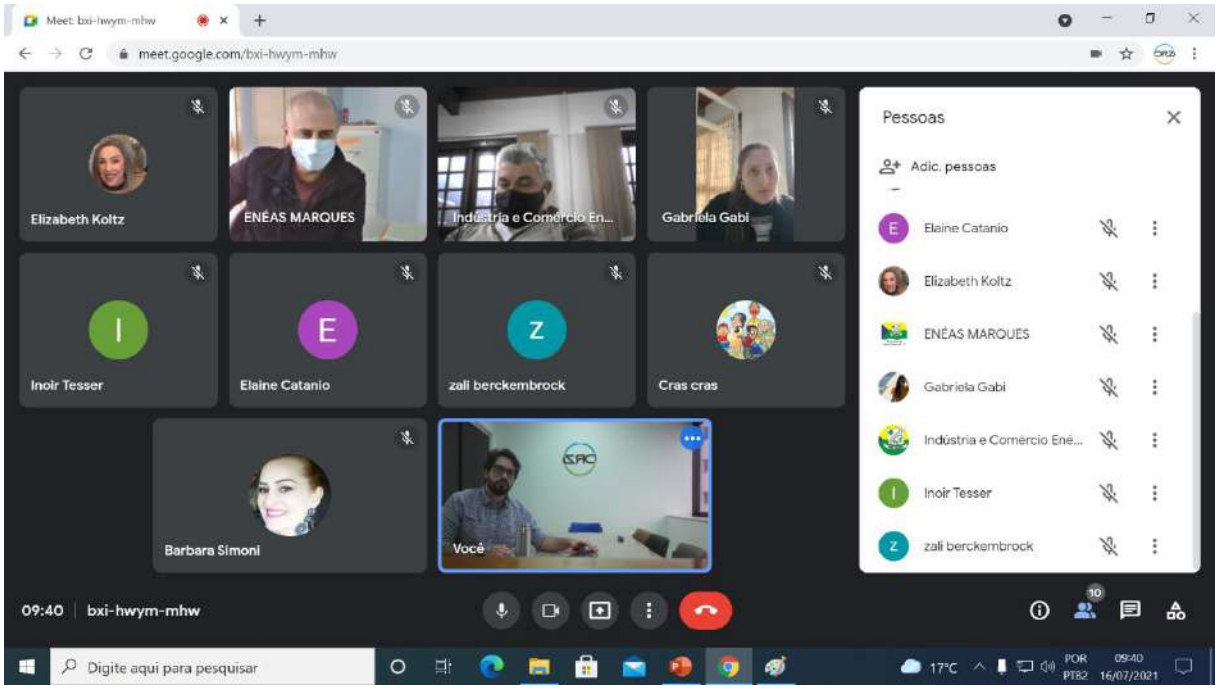
EDUARDO ARTUZO _____

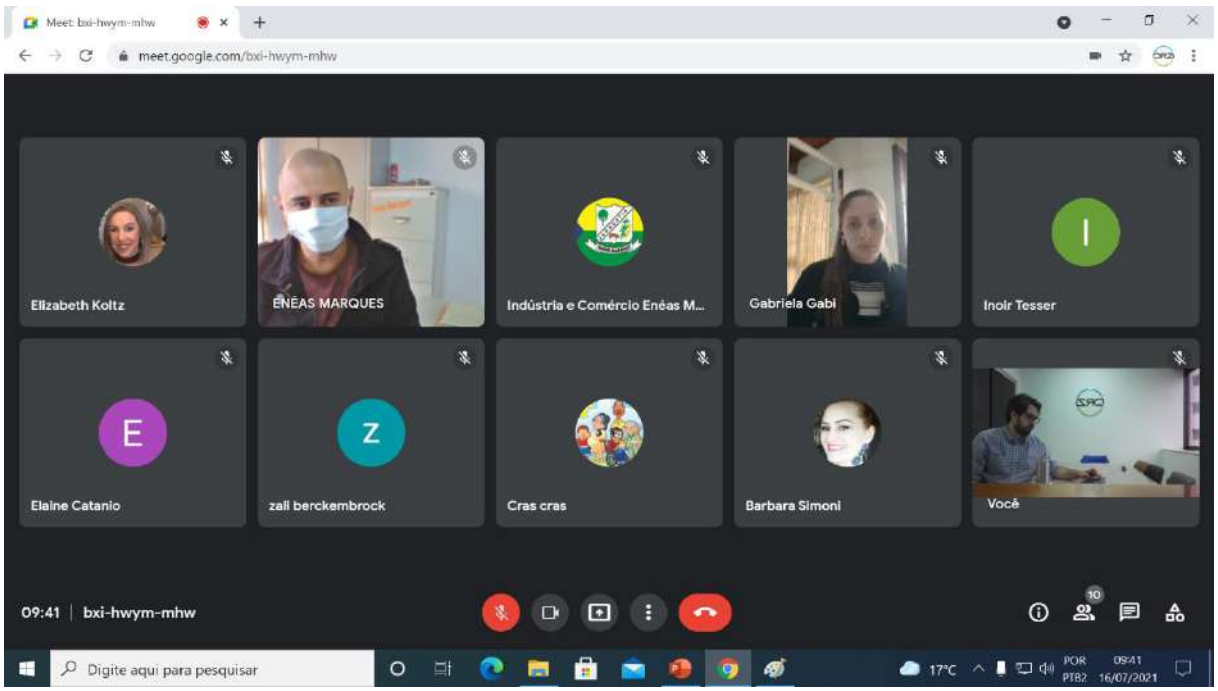
MARTA RAZERA _____

- **REPRESENTANTE DA DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**

HENRIQUE FERRARINI FERREIRA_____

ANEXO II – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

ENÉAS MARQUES – PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO E PREPARATÓRIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Reunião

Relembrar as etapas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques;

Capacitar os membros da ETM para a Fase IV da RPDM, e **discutir** o cronograma da elaboração das atividades;

Esclarecer **dúvidas** da ETM referente à Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

- PAI – Plano de Ação e Investimentos;
- Institucionalização do PDM;
- Sistema de Planejamento e Gestão do PDM;
- Estrutura Organizacional.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Plano Diretor

- Estabelecer diretrizes e proposições para o planejamento, desenvolvimento e gestão do território do Município de Enéas Marques;
- Regulamentar os instrumentos urbanísticos, se necessário;
- Lei do PDM nº05/2008



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei dos Perímetros Urbanos

- Estabelece os perímetros urbanos;
- Obriga a realização dos serviços públicos municipais;
- Autoriza cobrança de taxas pelos serviços;
- Autoriza a arrecadação de IPTU;
- Limita a implementação de novos loteamentos;
- Lei nº 76/2018.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Parcelamento do Solo Urbano

- Estabelece regras para novos parcelamentos:
  - Infraestrutura mínima a executar;
  - Área mínima a doar à prefeitura;
  - Regras para condomínios de lotes;
  - Regras para loteamentos, remembramentos e desdobros;
  - Lei do Parcelamento do Solo nº 09/2006.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei de Uso e Ocupação do Solo

- Classificação dos usos permitidos e permissíveis;
- Harmonização entre atividades e usos diferenciado
- Definição dos índices urbanísticos – coeficiente de aproveitamento, lote mínimo, recuos mínimos, gabaritos de altura, taxas de ocupação e permeabilidade;
- Lei base nº 07/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei de Mobilidade e Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas e rurais;
- Indicação de larguras mínimas para novas vias, garantindo a continuidade do sistema viário;
- Dimensionamento de calçadas;
- Lei nº 08/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Código de Obras

- Normas para a elaboração de projetos e execução de obras;
- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Alvarás envolvidos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Lei nº 10/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Código de Posturas

- Normas administrativas para:
  - Bem estar público;
  - Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
  - Disciplina atividades comerciais, industriais e de serviços;
  - Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos;
- Lei nº 11/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos - PAI



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos - PAI



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Atividades restantes

	DATA
• 3ª Audiência Pública – Fase III Diretrizes e Proposta para uma Cidade Sustentável;	xx/xx
• Oficina Técnica – Fase IV;	xx/xx
• Oficina Comunitária – Fase IV;	xx/xx
• 4ª Audiência Pública – Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM;	xx/xx
• Conferência Municipal;	xx/xx
• Reunião de Consolidação e de Coordenação;	xx/xx

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos passos

3ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase III da Revisão do PDM

Oficina de Leitura **Técnica** Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

Oficina de Leitura **Comunitária**

4ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase IV da Revisão do PDM



DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br

Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

29.13 RELATÓRIO DA 4ª OFICINA TÉCNICA – FASE IV DA RPDM

Às 13:30 do dia 18 de agosto de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 4ª Oficina Técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

O objetivo da oficina foi discutir a legislação vigente e as propostas de alterações realizadas pela ETM. O evento foi conduzido pelo representante da DRZ, o arquiteto e urbanista Henrique Ferrarini, que apresentou os seguintes tópicos:

- Objetivos da oficina;
- Fases e atividades da RPDM;
- Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM, contendo as seguintes leis; do Plano Diretor; dos Perímetros Urbanos; do Parcelamento do Solo Urbano; de Ocupação do Solo; de Mobilidade e Sistema Viário; do Código de Obras; do Código de Posturas.
- Plano de Ação e Investimentos; e
- Oficina Técnica – Fase IV.

Além do representante da consultoria contratada, estavam presentes representantes da Equipe Técnica Municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo, e do Conselho Municipal, conforme lista de presença e registro fotográfico em anexo.

A seguir estão elencadas as **9 leis** que atuam sobre o desenvolvimento do território municipal, e que são objeto de análise da FASE IV da RPDM de Enéas Marques. Os temas abordados nesta oficina estão descritos, na íntegra, no Anexo III deste relatório.

- Lei do Plano Diretor;
- Lei dos Perímetros Urbanos;
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;
- Lei do Uso e Ocupação do Solo;
- Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- Lei do Código de Obras;
- Lei do Código de Postura;
- Lei do Direito de Preempção;

- Lei da Compulsoriedade do Solo Urbano

Ao final das atividades, o arquiteto Henrique Ferrarini apresentou proposta de cronograma para realização das atividades restantes. Após debate entre os presentes, foi pré-agendado a 4ª Audiência Pública para ser realizada no dia 23/09 e a Conferência Municipal no dia 07/10. As datas poderão sofrer alterações, caso necessário.

Desta forma, o arquiteto agradeceu a presença de todos, e disponibilizou o endereço de e-mail e contato telefônico para caso de dúvidas posteriores. Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da oficina, a lista de presença, os apontamentos realizados na íntegra e os *slides* apresentados.

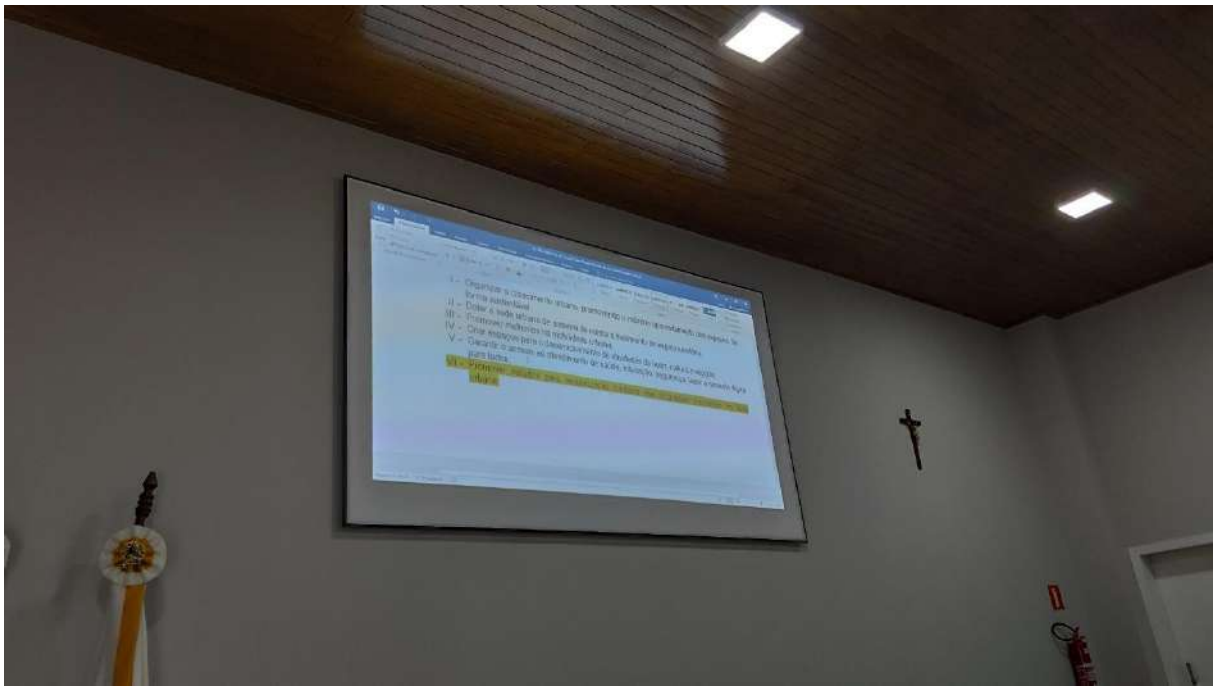
Devido à falta de público, a 4ª Oficina de Leitura Comunitária, referente à 4ª Fase da RPDM e Enéas Marques não foi realizada.

Londrina, 25 de agosto de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

OFICINA DE "LEITURA TÉCNICA" – FASE IV – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	Luiz C. Moeceli	Equipe	ETM	
	e-mail		Telefone		Assinatura
2	Nome	Andrea Regina Telmann	Equipe	ETM	
	e-mail		Telefone		Assinatura
3	Nome	Mª Isabete Westrup Bueno	Equipe	ETM	
	e-mail		Telefone	(46) 98407-7170	Assinatura
4	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	DCP. Enfermeiro	
	e-mail	EDILSONBISOLO8@YAHOO.COM.BR	Telefone	98404 6688	Assinatura
5	Nome	Vilmar A. da Costa	Equipe	UBS. Com.	
	e-mail		Telefone	999024541	Assinatura
6	Nome	Patricia R. P. Calario	Equipe	Dep. Educação	
	e-mail		Telefone		Assinatura
7	Nome	Nota Faya	Equipe	Dep. de Assistência Social	
	e-mail	assistencia.eneas@gmail.com	Telefone	(46) 98405-7760	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

18 de agosto de 2021
Prefeitura Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	Jucia Tessaro	Equipe		
	e-mail		Telefone	46 13544-2628	Assinatura
9	Nome	ALAERIO GALAFASSI	Equipe	TRIBUNAL	
	e-mail	TRIBUNAL.ENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone		Assinatura
10	Nome	Leandro Legemann	Equipe	SMS	
	e-mail		Telefone	46 98407-5502	Assinatura
11	Nome	Antonio Bortkenbrock	Equipe	VEREADOR	
	e-mail		Telefone	9840 0526	Assinatura
12	Nome	Odiva M B Vandresen	Equipe	(46) 84051569	
	e-mail	odivamvandresen@hotmail.com	Telefone	Vereadora	Assinatura
13	Nome	Domingos Stello	Equipe	Comércio	
	e-mail		Telefone	999358582	Assinatura
14	Nome	Bruno Honório Borges Moreira	Equipe	Prefeitura	
	e-mail	bhemoreira@hotmail.com	Telefone	999093835	Assinatura
15	Nome	HENRIQUE FERRARINI FERREIRA	Equipe	DRZ	
	e-mail	HENRIQUE@DRZ.COM.BR	Telefone	43 3026-4055	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

18 de agosto de 2021
Prefeitura Municipal
Enéas Marques - PR

ANEXO III – ITENS DESCUTIDOS NA OFICINA

ARTIGO	DIRETRIZES E PROPOSTAS
LEI DO PLANO DIRETOR	
Art. 20 – X	Substituir SISLEG por CAR
Art. 22 – III	Incrementar outros setores na política de alavancagem das atividades
Art. 24 – II	Retirar a especificação do Rio Jaracatiá
Art. 29 – VIII	Compatibilizar inciso com a Agenda 2030
Art. 37	Rever composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, inserindo novas representatividades de forma paritária
LEI DOS PERÍMETROS URBANOS	
Prever ampliação a norte da área urbana da sede, próxima à madeireira.	
LEI DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
Conceituar coeficiente de aproveitamento (mínimo, básico e máximo)	
Definir o conceito e regulamentar Outorga Onerosa do Direito de Construir	
Rever todos os parâmetros urbanísticos de acordo com a realidade local	
Definir e regulamentar Habitação Coletiva	
LEI DE MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO	
Art. 10	Transferir o conteúdo do artigo para a Lei do Código de Posturas
Alterar a hierarquia das vias, compatibilizando com o CTB	
Retirar o Art. 28 que trata sobre manter o perfil das vias existentes, impossibilitando alargamentos	
LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO	
Art. 18	Rever todo o artigo com as porcentagens das áreas a serem transferidas ao Município
Inserir seção regulamentando a Análise Prévia do processo de aprovação de projetos de loteamentos	
Incrementar artigo sobre a infraestrutura exigida ao loteador, visando o desenvolvimento sustentável do Município	
LEI DO CÓDIGO DE OBRAS	
Não foram propostas alterações	
LEI DO CÓDIGO DE POSTURAS	
Art. 4º - §3º	Alterar para 20 dias o prazo para averiguar denúncias
Art. 11	Alterar de MENSALMENTE para ANUALMENTE
Art. 51	Inserir seção regulamentando VEÍCULOS ABANDONADOS
Art. 57 e 76	Substituir o termo CALÇAMENTO por PAVIMENTO
Art. 77	Substituir o departamento responsável
Art. 98	Substituir CGC por CNPJ

ARTIGO	DIRETRIZES E PROPOSTAS
LEI DO PLANO DIRETOR	
Art. 113	Rever regulamentação do horário de funcionamento de estabelecimentos
Art. 118	Rever o distanciamento dos matadouros em relação ao perímetro urbano
Art. 120	Inserir parágrafo que regulamente a padronização das medidas
Art. 127	Revisar redação sobre comércio ambulante
Art. 133	Inserir novo inciso sobre a destinação correta dos resíduos gerados
Art. 137	Atualizar o prazo da licença concedida pelo Poder Público
Art. 143	Retirar o termo Carro da Praça
Art. 160	Alterar o órgão competente responsável
Art. 162	Alterar de 2m para 1,2m a largura mínima da faixa de circulação para pedestres
Art. 189	Excluir artigo, vinculando o gerenciamento de resíduos com o PGRS dos particulares
Art. 203 – VI	Rever nomenclatura – Estabelecimentos de ensino
Art. 207	As técnicas serão determinadas pelo Plano de Arborização
Art. 210	Substituir o Secretaria de Obras Públicas por Setor competente da Municipalidade
Art. 221	
Art. 225	Rever redação dada pelo artigo
Art. 231	
Art. 256	Certificar o prazo para exumação do cadáver
Art. 289	Substituir o Departamento de Obras Públicas por Setor competente da Municipalidade
Rever todo o texto da lei, alterando o termo A COISA pelo que melhor o substitua	
LEI DE PREEMPÇÃO	
Art. 3º - II	Corrigir redação
Art. 3º - III	Reescrever texto do inciso, retirando o conceito de média densidade
LEI DE COMPULSORIEDADE DO SOLO	
Não foram propostas alterações	

ANEXO VI – SLIDES APRESENTADOS

ENÉAS MARQUES – PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

OFICINA DE "LEITURA TÉCNICA"

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Objetivo da Oficina

Relembrar as etapas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques;

Coletar informações técnicas relacionadas à legislação urbanística e ao PAI;

Garantir a transparência do processo de RPDM de Enéas Marques.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fases e atividades



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Fase IV – PAI e Institucionalização do PDM

- PAI – Plano de Ação e Investimentos;
- Institucionalização do PDM;
- Sistema de Planejamento e Gestão do PDM;
- Estrutura Organizacional.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Plano Diretor

- Estabelecer diretrizes e proposições para o planejamento, desenvolvimento e gestão do território do Município de Enéas Marques;
- Regulamentar os instrumentos urbanísticos, se necessário;
- Lei do PDM nº05/2008



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei dos Perímetros Urbanos

- Estabelece os perímetros urbanos;
- Obriga a realização dos serviços públicos municipais;
- Autoriza cobrança de taxas pelas serviços;
- Autoriza a arrecadação de IPTU;
- Limita a implementação de novos loteamentos;
- Lei nº 76/2018.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Parcelamento do Solo Urbano

- Estabelece regras para novos parcelamentos;
  - Infraestrutura mínima a executar;
  - Área mínima a doar à prefeitura;
  - Regras para condomínios de lotes;
  - Regras para loteamentos, remembramentos e desdobros;
  - Lei do Parcelamento do Solo nº 09/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei de Uso e Ocupação do Solo

- Classificação dos usos permitidos e permissíveis;
- Harmonização entre atividades e usos diferenciado
- Definição dos índices urbanísticos – coeficiente de aproveitamento, lote mínimo, recuos mínimos, gabaritos de altura, taxas de ocupação e permeabilidade;
- Lei base nº 07/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei de Mobilidade e Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas e rurais;
- Indicação de larguras mínimas para novas vias, garantindo a continuidade do sistema viário;
- Dimensionamento de calçadas;
- Lei nº 08/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Código de Obras

- Normas para a elaboração de projetos e execução de obras;
- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Alvarás envolvidos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Lei nº 10/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Código de Posturas

- Normas administrativas para:
  - Bem estar público;
  - Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
  - Disciplina atividades comerciais, industriais e de serviços;
  - Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos;
- Lei nº 11/2008.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos - PAI



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Plano de Ação e Investimentos - PAI



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Oficina Técnica Fase IV

- Apontamentos específicos sobre:
  - a legislação urbanística;
  - o sistema de planejamento e gestão do PDM;
  - a ajustes na estrutura organizacional;
  - o Plano de Ação e Investimentos.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos passos

4ª Audiência Pública – Apresentação do produto elaborado na Fase IV da Revisão do PDM

Conferência Municipal da RPDM de Enéas Marques

Reunião de Consolidação e de Coordenação



DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br

Henrique F. Ferrarini
henrique@drz.com.br

29.14 RELATÓRIO DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 19:00 do dia 09 de novembro de 2021, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, foi realizada a 4ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques, conforme Termo de Referência, apenso do Edital de Tomada de Preços nº 006/2019.

Os objetivos da audiência foram: enfatizar o que é Plano Diretor e sua importância; relembrar as etapas concluídas no processo de RPDM; apresentar à população a síntese o conteúdo desenvolvido sobre a legislação básica do Município e no Plano de Ação e Investimentos, referente à Fase IV da revisão do PDM; e esclarecer as dúvidas e garantir a participação popular no processo.

A audiência foi transmitida, ao vivo, pelo canal da Prefeitura Municipal de Enéas Marques no Facebook, foi gravada e pode ser assistida através *link* a seguir:

https://fb.watch/9aGrIDcBg1/

Estavam presentes representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da Equipe Técnica Municipal (ETM), do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CMD), da Sociedade Civil Organizada e da consultoria contratada DRZ, conforme lista de presença em anexo. Até o momento da elaboração deste relatório, o canal oficial da Prefeitura de Enéas Marques no Facebook contabiliza 201 visualizações.

O servidor público Luiz Morcelli fez a abertura oficial do evento, comentou sobre o objetivo da audiência e a importância da RPDM. Por fim, apresentou o arquiteto e urbanista, representante da DRZ, que conduziu a apresentação de *slides* estruturada da seguinte forma:

- Objetivos da Audiência;
- Embasamento Legal;
- Fases e atividades;
- Metodologia;
- Legislações analisadas;
- Principais alterações;
    - Lei do PDM;
    - Lei dos Perímetros Urbanos;
    - Lei do Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária;

  - Lei de Mobilidade e do Sistema Viário;
  - Lei do Uso e da Ocupação do Solo;
  - Lei do Código de Obras;
  - Lei do Código de Posturas;
- Plano de Ação e Investimentos – PAI;
  - Síntese do PAI;
- Considerações finais:
  - Próximos Passos;
  - Participação Popular.

Concluída a apresentação de *slides* por parte da DRZ, passou-se a palavra para os espectadores, no entanto não houve manifestação tanto do público presente como da população que assistia de forma remota.

Desta forma, o arquiteto Henrique Ferrarini agradeceu a presença de todos, além de disponibilizar o endereço de e-mail e número de telefone para caso de dúvidas posteriores, e passou a palavra para o representante da ETM Luiz Morcelli, que agradeceu novamente, enfatizou o cronograma das atividades a serem realizadas e a importância da realização do trabalho de RPDM e encerrou a 4ª Audiência Pública.

Nos anexos a seguir, constam o registro fotográfico da audiência, a lista de presença e os *slides* apresentados.

Londrina, 12 de novembro de 2021.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO





ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	LUIZ C. MORCELLI	Equipe	ETM		
	e-mail	LUIZMORCELLI16@GMAIL.COM	Telefone	98400 5261	Assinatura	
2	Nome	Rosangela Bario Bello	Equipe	ETM		
	e-mail	rosangelabarobello@hotmail.com	Telefone	98404 9326	Assinatura	Rosangela
3	Nome	Gabriele da Silva Neves	Equipe	ETM		
	e-mail	gabriele_gabby@hotmail.com	Telefone	(46) 98414 8323	Assinatura	Gabriele Neves
4	Nome	Gisella R. Bellio	Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
5	Nome	NOIR TESSER	Equipe	CDM – Prefeitura		
	e-mail	noirtesser@gmail.com	Telefone	(46) 98408-8215	Assinatura	
6	Nome	leandro degrandi	Equipe	SMAS		
	e-mail	leandrodegrandi@gmail.com	Telefone	98107-5501	Assinatura	
7	Nome	Matias Nuremberg	Equipe			
	e-mail	Matias Nuremberg	Telefone	98405 5958	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

09 de novembro de 2021
Câmara Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome	Marisa Helena Rosa	Equipe	DEP. AGROP.		
	e-mail	m [illegible]@hotmail.com	Telefone	98402 8428	Assinatura	
9	Nome	Andreia Regina Hilmann	Equipe			
	e-mail	andreiahilmann@gmail.com	Telefone	46 99409 3326	Assinatura	
10	Nome	Antonio Borchembrock	Equipe	VEREADOR		
	e-mail		Telefone	98400 5726	Assinatura	
11	Nome	Zeli Becker Berckembrock	Equipe	ETM		
	e-mail	zelibeckerc@hotmail.com	Telefone	(46) 98402 1535	Assinatura	
12	Nome	Edson Lupatini	Equipe	ADM		
	e-mail	edsonlupa@yahoo.com.br	Telefone	(46) 98409-4595	Assinatura	
13	Nome	EDILSON BISOLO	Equipe	DEP. ENG.		
	e-mail	EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Telefone	(46) 98404 6658	Assinatura	
14	Nome	Eduardo Artuso	Equipe	Dep Adm		
	e-mail	Artuso.Agro@gmail.com	Telefone	46 98409 4499	Assinatura	
15	Nome	Antônio Bellato	Equipe	TRIBUTAÇÃO		
	e-mail	TRIBUTACAO.ENEASMARQUES@GMAIL.COM	Telefone	99611 0972	Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

09 de novembro de 2021
Câmara Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

16	Nome	BRUNO LUIZ GROTTO	Equipe			
	e-mail	BGROTTO_15@HOTMAIL.COM	Telefone	46 99905-5868	Assinatura	Bruno Grotto
17	Nome	Henrique Ezequini	Equipe	DRZ		
	e-mail	henrique@drz.com.br	Telefone	43 3026 4065	Assinatura	
18	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
19	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
20	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
21	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
22	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	
23	Nome		Equipe			
	e-mail		Telefone		Assinatura	

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

09 de novembro de 2021
Câmara Municipal
Enéas Marques - PR

ANEXO III – SLIDES APRESENTADOS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Objetivos da Audiência

- Relembrar as etapas concluídas no processo de Revisão do PDM;
- Apresentar a **síntese das alterações** na legislação básica do Município e no PAI;
- Garantir a **transparência** no processo de revisão.

Embasamento legal

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
- ESTATUTO DA CIDADE
- POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Fases e atividades

Metodologia

Legislações analisadas

09 leis analisadas

- do Plano Diretor
- dos Perímetros Urbanos
- do Uso e Ocupação do Solo
- do Parcelamento do Solo
- do Sistema Viário
- do Código de Obras
- da Outorga Onerosa
- do Código de Posturas
- do Direito de Preempção
- da Compulsoriedade do Solo Urbano

Principais alterações

Lei do Plano Diretor Municipal

Instrumento básico da política de planejamento:

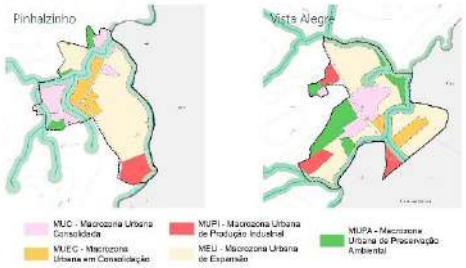
- Atualiza os objetivos, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável;
- Atualiza o Macrozoneamento Municipal e Urbano;
- Reestrutura os instrumentos de democratização da gestão pública;
- Regulamenta os instrumentos urbanísticos aplicáveis em Enéas Marques.
  - Direito de Preempção;
  - EPIV;
  - IPTU Progressivo no Tempo

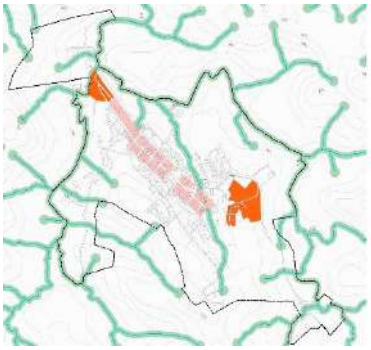
Macrozoneamento Municipal

Macrozoneamento Urbano

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Macrozoneamento Urbano





Instrumentos Urbanísticos

- Perímetro Urbano
- Malha Urbana
- Regularização Fundiária
- Áreas passíveis de PEUC + IPTU Progressivo no Tempo
- Hidrografia
- APP - Área de Preservação Permanente

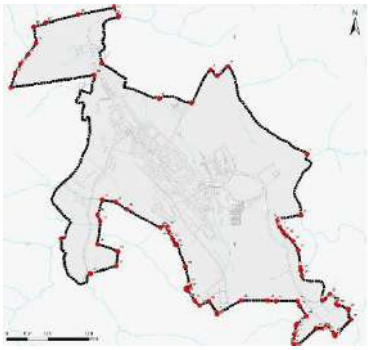
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei dos Perímetros Urbanos

Estabelece os perímetros urbanos:

- Delimita as áreas passíveis de serem parceladas;
- Obriga a realização de serviços públicos municipais, caso parcelado;
- Autoriza a cobrança de taxas pelos serviços prestados.

03 perímetros urbanos



Perímetro Urbano - Sede

- Vértices
- Perímetro Urbano

427 ha

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Perímetro Urbano



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei do Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária

- Reestrutura o protocolo para emissão do Alvará de Licença;
- Atualiza a infraestrutura mínima que o loteador deverá executar quando do parcelamento;
- Atualiza a dimensão da área a ser transferida ao Município.

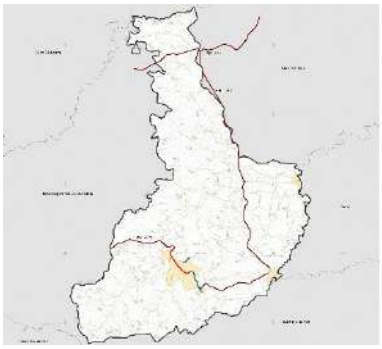


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Lei de Mobilidade e do Sistema Viário

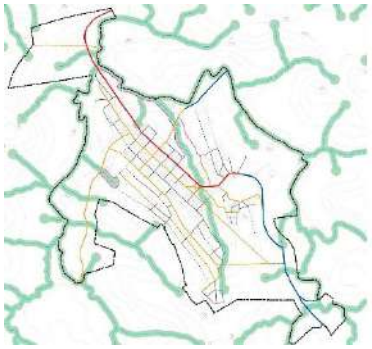
- Estabelece nova hierarquia das vias municipais de acordo com o CTB;
- Atualiza as dimensões mínimas para novas vias;
- Define as diretrizes para continuidade do sistema viário;
- Define o Plano de Rotas Acessíveis.





Sistema Viário Municipal

- Via Arterial
- Via Arterial
- Rodovias Estaduais
- Estradas Municipais
- Perímetro Urbano
- Municípios Limítrofes



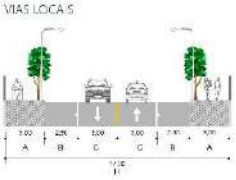
Sistema Viário Sede

- Via de Trânsito Rápido Principal
- Via Arterial Principal
- Via Arterial Secundária
- Via Arterial Secundária Projetada
- Via Coletora
- Projeção Via Coletora
- Via Local
- Projeção Via Local
- Projeção Via Paisagística

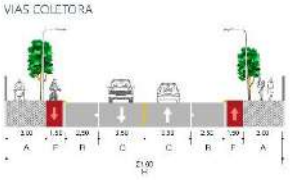
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Sistema Viário

VIAS LOCAIS



VIAS COLETORA



Plano para implementação de Rotas Acessíveis

4,8 Km

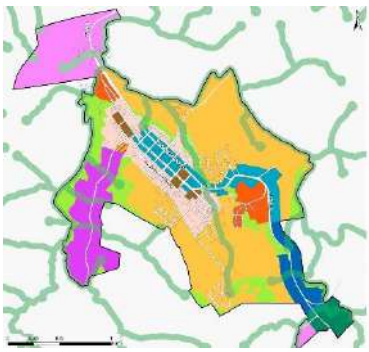


Rotas Acessíveis
Perímetro Urbano
Malha Urbana

Lei do Uso e da Ocupação do Solo

- Reestruturação do zoneamento urbano;
- Nova definição dos Parâmetros Urbanísticos;
- Adequação dos usos permitidos e permissíveis;
- Regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir.





Zoneamento Sede

- APP - Área de Preservação Permanente
- Zona Industrial 01 - ZI1
- Zona Industrial 02 - ZI2
- Zona Institucional Central - ZIC
- Zona de Comércio e Serviços 01 - ZCS1
- Zona de Comércio e Serviços 02 - ZCS2
- Zona Residencial 01 - ZR1
- Zona Residencial 02 - ZR2
- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- Zona Especial de Entretenimento e Lazer - ZEEL
- Zona do Parque Jaracatiá - ZPJ
- Zona de Proteção Ambiental - ZPA
- Zona de Controle Ambiental - ZCA

Lei do Código de Obras

- Estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras;
- Definição do conceito de Calçada;
- Regulamentação dos estacionamentos em recuos;
- Adequação das condições para Residências em série, transversais ao alinhamento predial;
- Adequação dos requisitos para postos de combustíveis.



Lei do Código de Posturas

- Define normas administrativas para o bem-estar público;
- Adequação do comércio ambulante;
- Nova organização para aplicação de multas;
- Regulamentação sobre a disposição de carros abandonados;
- Reestruturação do horário de funcionamento dos estabelecimentos.

Plano de Ação e Investimentos - PAI

Plano de Ação e Investimentos - PAI



Plano de Ação e Investimentos - PAI

281 ações propostas

7,8% Industria, comércio e serviços

6,4% Fortalecimento institucional

Síntese do PAI



Considerações Finais





DRZ Geotecnologia e Consultoria
drz.com.br

Henrique Ferrarini

29.15 RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA REVISÃO DO PDM DE ENÉAS MARQUES

No dia 04 de abril de 2022, no plenário da Câmara Municipal de Enéas Marques, foi realizada a Conferência Municipal referente aos trabalhos que compõem a revisão do Plano Diretor Municipal - RPDM, segundo o contrato nº 248/2019, firmado entre a Prefeitura Municipal de Enéas Marques e a empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

A conferência teve início às 19h40 com o objetivo de relembrar o que é Plano Diretor e a sua importância; legitimar o processo de revisão do PDM; garantir a transparência dos trabalhos e entregar, oficialmente, os produtos elaborados no processo de RPDM, composto por quatro fases:

- FASE I – Mobilização;
- FASE II – Análise Temática Integrada;
- FASE III – Diretrizes e Propostas para uma cidade Sustentável;
- FASE IV – PAI e Institucionalização do PDM.

A conferência foi transmitida, ao vivo, pelo canal da Prefeitura Municipal de Enéas Marques no Facebook, foi gravada e pode ser assistida através *link* a seguir:

https://fb.watch/cckFhDi_ok/

Figura 58- Conferência Municipal da RPDM



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022

Estavam presentes representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da Equipe Técnica Municipal (ETM), do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CMD), da Sociedade Civil

Organizada e da consultoria contratada DRZ, totalizando 53 pessoas, conforme lista de presença em anexo. Até o momento da elaboração deste relatório, o canal oficial da Prefeitura Municipal de Enéas Marques no Facebook contabiliza 234 visualizações.

A conferência iniciou com o servidor público e membro da ETM Luiz Morcelli fazendo breve discurso sobre o processo da revisão do PDM e a importância deste material para o desenvolvimento do Município. Na sequência Luiz agradeceu a presença de todos os presentes e convidou o representante da consultoria contratada DRZ para apresentar o material.

O arquiteto Henrique Ferrarini conduziu a apresentação de *slides* com a seguinte estrutura:

- Objetivos da Conferência;
- Embasamento legal;
- Dados Contratuais;
- Fases e atividades realizadas;
- Como fazer acontecer?;
- Plano de Ação e Investimentos;
- Legislação Analisada;
- Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Grupo Técnico Permanente;
- Metodologia da Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Participações;
- Próximos passos;
- Os eixos do Desenvolvimento Sustentável; e
- Contatos da DRZ para eventuais dúvidas.

Figura 59 - Conferência Municipal da RPDM de Enéas Marques



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022

Ao final da apresentação, o técnico da DRZ agradeceu a presença de todos e convidou o Luiz Morcelli para dar sequência ao evento. Neste momento o representante da ETM convidou o

Prefeito Municipal Edson Lupatini, o presidente da Câmara Municipal Marcelo Antunes, o vice-prefeito Anesio Wessling e o coordenador da ETM da RPDM Edilson Bisolo para comparecerem à frente do auditório. As autoridades fizeram breves discursos relacionados à importância da revisão do Plano Diretor para o Município de Enéas Marques, os próximos passos a serem executados para a implementação deste trabalho e, por fim, agradeceram a presença dos demais presentes no evento.

Após os discursos, o servidor público Luiz Morcelli disponibilizou espaço para que os espectadores pudessem participar. Nesta ocasião houve manifestação dos presentes. Desta forma, Morcelli agradeceu mais uma vez a presença e participação de todos e encerrou a Conferência Municipal da Revisão do Plano Diretor de Enéas Marques.

Londrina, 05 de abril de 2022.

Equipe Técnica – DRZ Gestão de Cidades
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina/PR
drz.com.br | drz@drz.com.br | (43) 3026-4065

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome: EDILSON BISOLO e-mail: EDILSONBISOLO@YAHOO.COM.BR	Equipe: DEP. ENG Telefone: 46-98401 6658	Assinatura		
2	Nome: Luci Antonio Borges Menin e-mail: lucimenin@hotmail.com	Equipe: Telefone: 984093855	Assinatura		
3	Nome: Eduardo Henrich Ribeiro e-mail: eduardoribeiro37@hotmail.com	Equipe: Telefone: 99938 7052	Assinatura		
4	Nome: LEANDRO ROHLING e-mail: leandrorohling90@gmail.com	Equipe: DEL. ESPORTES Telefone: 984003520	Assinatura		
5	Nome: VILMAR ALVES DA COSTA e-mail: INDCOM.ENEAS@GMAIL.COM	Equipe: DEP. IND. COMERCIO Telefone: 35442102	Assinatura		999024541
6	Nome: Edson Luppatini e-mail: edsonluppatini@hotmail.com.br	Equipe: Prefeitura Telefone: 98409 4545	Assinatura		
7	Nome: Marcelo Adriano e-mail: marceloadriano@hotmail.com	Equipe: Comércio Municipal Telefone: 4990 30442	Assinatura		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

8	Nome: Antonio Bachenkoft e-mail:	Equipe: Câmara Municipal Telefone: 984000526	Assinatura		
9	Nome: Augustinho Barletta e-mail: Tiems Barletta@Bol.com.BR	Equipe: Vereador Telefone: (46) 984045935	Assinatura		
10	Nome: ALAIR CAMERA e-mail:	Equipe: (Obras) Telefone: 920007164	Assinatura		
11	Nome: Claudir A Formentini e-mail:	Equipe: Vereador Telefone: 46 999-796660	Assinatura		
12	Nome: Vitacir Falqueto e-mail:	Equipe: Telefone: 984119774	Assinatura		
13	Nome: Gabriele da Silva Neves e-mail: gabriele.gabiyo@hotmail.com	Equipe: ETM Telefone: (46) 9841-8323	Assinatura		
14	Nome: Maria Rezera e-mail: maria_rezera@hotmail.com	Equipe: Assistência Social Telefone: (46) 98405-7760	Assinatura		
15	Nome: Mateabio W Blasius e-mail: betowesslinger@hotmail.com	Equipe: Fazenda Telefone: 99820 1836	Assinatura		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

16	Nome	Andréia Regina Hilmann	Equipe	Controle Interno	
	e-mail	andreahilmann@gmail.com	Telefone	(46) 99909-3326	Assinatura
17	Nome	Barbara Simoni Pereira	Equipe	Contabilidade	
	e-mail	barbara_simoni@hotmail.com	Telefone	46 98412-7462	Assinatura
18	Nome	Dalva Maria B. Vandekia	Equipe	Vereadora	
	e-mail	Dalva M B Vandekia	Telefone	(46) 84159359	Assinatura
19	Nome	Patricia R. P. Calano	Equipe	Dep. Educação	
	e-mail	pcalanoria@hotmail.com	Telefone	46.32006504	Assinatura
20	Nome	LEOCIR BALDIN	Equipe	SOCIEDADE CIVIL	
	e-mail	KIKOBALDIN@HOTMAIL.COM	Telefone	46 99906 3698	Assinatura
21	Nome	ALCERCIO D'ALBELO	Equipe	DIVISÃO TRIBUTAÇÃO	
	e-mail		Telefone	(46) 9841-0472	Assinatura
22	Nome	DALVA PEREIRA	Equipe	Dep Saúde	
	e-mail	dalvha@hotmail.com	Telefone	46 98411 5188	Assinatura
23	Nome	Alemon Sicatti	Equipe	Departamento Viação	
	e-mail		Telefone	99401799	Assinatura

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

25	Nome	Sidimar Oliveira	Equipe	Legislativo	
	e-mail	sidimar@gmail	Telefone	984128775	Assinatura
26	Nome	Bruno Pereira	Equipe		
	e-mail	Brunojeferson.fradico@gmail.com	Telefone	46 99 7295	Assinatura
27	Nome	Ineli Tesser	Equipe	Dep meio Ambiente	
	e-mail	ineitesser@gmail.com	Telefone	(46) 98408815	Assinatura
28	Nome	Everson do Nascimento	Equipe	Procurador Jurídico municipal	
	e-mail	everson_neves@hotmail.com	Telefone	46 98404460	Assinatura
29	Nome	Leonardo Legramanti	Equipe	Dep de saúde	
	e-mail	leonardolegramanti@gmail.com	Telefone	35107-5501	Assinatura
30	Nome	VALMIR DO AMARAL	Equipe	Dep Obras	
	e-mail		Telefone	99405 1631	Assinatura
31	Nome	José Poli	Equipe		
	e-mail		Telefone	984100268	Assinatura
32	Nome	João Natalino Poli	Equipe	984732229	
	e-mail		Telefone		Assinatura

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

33	Nome	Jaelli M. Pereira	Equipe	CRAS	
	e-mail	j...mp@hotmail.com	Telefone	984056602	Assinatura
34	Nome	Boaventura Afi Freitas Moraes	Equipe		
	e-mail		Telefone	46354413995 / 46354411295	Assinatura
35	Nome	Douglas José Dalla Costa	Equipe		
	e-mail		Telefone	984072523	Assinatura
36	Nome	Ademar José Rosa	Equipe		
	e-mail		Telefone	984009888	Assinatura
37	Nome	Antonio Osmi Flores	Equipe		
	e-mail		Telefone	(46) 984115880	Assinatura
38	Nome	Cristiano Castelli Flores	Equipe		
	e-mail		Telefone		Assinatura
39	Nome	Tiago Jahn	Equipe		
	e-mail	tiagojahn@gmail.com	Telefone	46 984043408	Assinatura
40	Nome	Bernardo Rogério Nilton	Equipe		
	e-mail		Telefone	46999227960	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

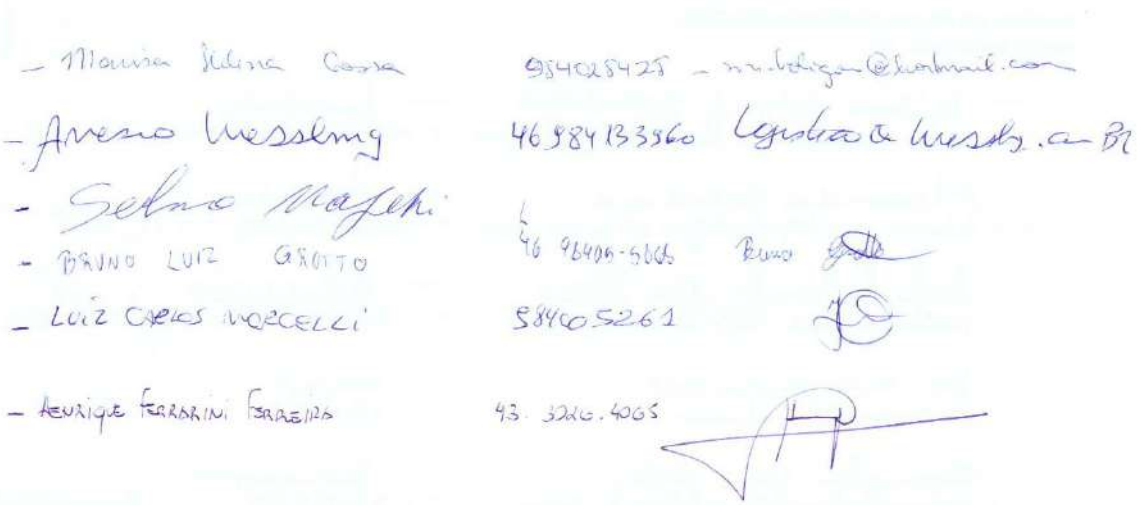
04 de abril de 2022
Câmara Municipal
Enéas Marques - PR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ENÉAS MARQUES - PR

41	Nome	Silene Schmitz Salvalaggio	Equipe	Vereadora	
	e-mail	silene.salvalaggio@gmail.com	Telefone	46984029536	Assinatura
42	Nome	Alessandro Salvalaggio	Equipe	Saúde	
	e-mail	alessandro45salvalaggio@gmail.com	Telefone	46984216786	Assinatura
43	Nome	Sali Schmitz da Rosa	Equipe	Educação	
	e-mail	salidarosa@hotmail.com	Telefone	984048478	Assinatura
44	Nome	Zaki Becker Berckenbrock	Equipe	Educação	
	e-mail	zakibeckerc@hotmail.com	Telefone	984021535	Assinatura
45	Nome	Rejangela Baio Bello	Equipe	Educação	
	e-mail	rejangelabaiobello@hotmail.com	Telefone	984049326	Assinatura
46	Nome	Cleides Mª C. Batista	Equipe	Educação	
	e-mail	batista.cleides@hotmail.com	Telefone	999125809	Assinatura
47	Nome	Sueli Alves Teixeira	Equipe	Educação	
	e-mail	sueli_hiago@hotmail.com	Telefone	984003793	Assinatura

DRZ Geotecnologia e Consultoria
Gestão de Cidades

04 de abril de 2022
Câmara Municipal
Enéas Marques - PR


- Mauricio Silva Costa
- Arceno Wesseling
- Selmo Majeski
- BRUNO LUIZ GROTTO
- LUIZ CARLOS MORCELLI
- HENRIQUE FERRARINI FERREIRA
46 984133560
46 98406-5065
58405261
43. 3246. 4065

ANEXO II – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Objetivos da Conferência

- **RELEMBRAR** o que é Plano Diretor e a sua importância;
- **LEGITIMAR** o processo de Revisão do Plano Diretor;
- **GARANTIR** a transparência do processo de revisão.

Embasamento legal

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988
  Capítulo II – Da Política Urbana (Art. 182 e 183)
- ESTATUTO DA CIDADE
  Lei nº 10.257/2001 (Art. 41)
- POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO
  Lei nº 15.229/2006
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL
  Lei nº 05/2008

Dados contratuais

LICITAÇÃO

- Edital do Processo Administrativo nº 089/2019;
- Objeto: Contratação de empresa para a elaboração da revisão do PDM, para atender as necessidades dos Departamentos solicitantes conforme Termo de Referência.

CONTRATO

- Contrato nº 244/2019;
- Celebrado em 11 de dezembro de 2019, entre o Município de Enéas Marques e a DRZ Geotecnologia Ltda.

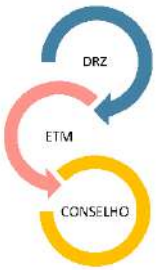


Fases e atividades



Fase I – Mobilização

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Elaboração do cronograma;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe.



Fase II – Análise Temática Integrada

- Reconhecimento da realidade local;
- Foco nas mudanças ocorridas entre 2008 e 2021;
- Análise das condições fundiárias, da acessibilidade e da mobilidade urbana;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal.

que cidade **TEMOS?**

Fase III – Diretrizes e Propostas

- Diretrizes para o reordenamento territorial;
- Propostas para garantir uma cidade sustentável;
- Definição dos instrumentos urbanísticos;
- Mapeamento das diretrizes e proposições.

que cidade **QUEREMOS?**

Como fazer acontecer?

Fase IV – PAI e institucionalização do PDM

Plano de Ação e Investimentos

P.A.I.

319 ações propostas

total estimado **$15,6** milhões

Fase IV – PAI e institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Legislação analisada

07 minutas de projetos de leis

- do Plano Diretor
- dos Perímetros Urbanos
- do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo
- do Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária
- de Mobilidade e do Sistema Viário
- do Código de Obras
- do Código de Posturas

Fase IV – PAI e institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Conselho de Desenvolvimento Municipal

20 integrantes

- 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal;
- 12 (doze) Representantes da Sociedade Civil Local

Fase IV – PAI e institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Conselho de Desenvolvimento Municipal

- Dep. de Administração e Planejamento;
- Dep. de Fazenda;
- Dep. de Saúde;
- Dep. de Assistência Social e Assuntos da Família;
- Dep. de Agropecuária;
- Dep. de Educação, Cultura e Esportes;
- Dep. de Obras e Serviços Públicos;
- Poder Legislativo

- Sede Municipal;
- Distrito de Pinhalzinho;
- Distrito de Vista Alegre;
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- ACIEM – Associação Comercial e Industrial de Enéas Marques;
- COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil;
- AMS – Associação Municipal dos Suinocultores;
- APL – Associação dos Produtores de Leite;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- IDR-PARANÁ;
- Professores atuantes na rede municipal;
- ASPEM – Associação Servidores Municipais.

Fase IV – PAI e institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

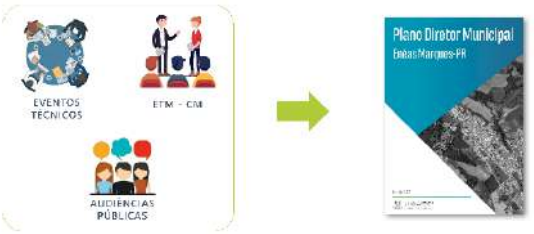
Grupo Técnico Permanente

06 integrantes

- o chefe do Departamento de Administração e Planejamento;
- o chefe do Departamento de Obras e Serviços Públicos;
- o chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal;
- 01 (um) representante do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- 01 (um) representante do Departamento de Agropecuária;
- 01 (um) representante do Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Metodologia da RPDM



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Participações



14 eventos realizados

208 participações

1380 visualizações on-line

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Próximos passos

APROVAÇÃO pelo Poder Legislativo Municipal

SANÇÃO dos Projetos de Leis pelo Prefeito Municipal

APLICAÇÃO do Plano Diretor Municipal de Enéas Marques



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES

Desenvolvimento Sustentável



DRZ Geotecnologia e Consultoria
Av. Higienópolis, 32, 4º andar
Londrina - PR
43 3020-4065
drz.com.br

Henrique Ferrarini
henrique@drz.com.br

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR-9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS–ANA (BRASIL). Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: panorama nacional. 2010.

ÁGUAS PARANÁ. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br>. Acesso em jul.2020.

AMSOP. Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. AMSOP. Disponível em : <http://amsop.com.br/>. Acesso em jul.2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. SAGI. Relatório de Informações Sociais – Bolsa Família e CADÚNICO. 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/>. Acesso em jan. 2020.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Texto compilado.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. SAGI. Relatório de Informações Sociais – Bolsa Família e CADÚNICO. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/>. Acesso em jul. 2020.

_____. Ministério da Saúde. CNES. Consulta Estabelecimento. Disponível em: <http://cnes.saude.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso em jul. 2020.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em jul. 2020.

CAMPOS, João Batista; SILVEIRA-FILHO, Leverci. Série Ecossistemas Paranaenses–Floresta de Araucária. Governo do Estado do Paraná, v. 5, 2010.

EMBRAPA. Clima. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/clima.htm>. Acesso em jul. 2020.

_____. Descrição das Principais Classes de Solos. Recife: EMBRAPA, 2005.

ENÉAS MARQUES. Lei nº 05, de 10 de abril de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no Município de Enéas Marques, e dá outras providências

DETRAN-PR. Frota de veículos por Tipo e Município. Disponível em: <http://www.detran.pr.gov.br/modules/catasg/servicosdetalhes. php?tema=detran&id=469>. Acesso em: jan. 2019.

FJP. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.

FRITZSONS et. al 2008. Relação Entre Altitude e Temperatura: Uma Contribuição ao Zoneamento Climático no Estado do Paraná. REA - Revista de estudos emmentets V.20, n. 1, p. 49-64, jan./jun. 2008. Disponível em:<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/33572/1/RElacao-entre-altitude-e-temperatura.pdf>. Acesso em jul. 2020.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios. IPEA – textos para discursão, nº. 1243, 2006.

IBGE. Estimativas da população. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em 31 jul. 2019.

_____. Censo demográfico 2000. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e, 2000.

_____. Censo demográfico 2010. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e, 2010.

INEP. IDEB - Resultados e Metas. 2016. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em jul. 2020.

IPARDES. Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná. Curitiba. 2004. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/atlas_necessidades_habitacionais_regioes_met.pdf>. Acesso em jan. 2020.

IPEA. Altas da Vulnerabilidade Social. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/pt/>. Acesso em jan. 2020.

ITCG. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2010. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9>. Acesso em jan. 2020.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

KOTTEK, M. et al. World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. Viena, 2006. Disponível em: <http://koeppen-geiger.vu-wien.ac.at/present.htm>. Acesso em jul. 2020.

MINEROPAR. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 2001.

MONTORO FILHO, A. F. Contabilidade Social: uma introdução a macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PARANÁ. Decreto nº 1.231 de 27 de março de 1992. Declaração da Área De Proteção Ambiental para assegurar a proteção do limite natural entre os Planaltos Paranaense e locais de beleza cênica e de vestígios arqueológicos e pré-históricos. Paraná. Leis Estaduais. 1992. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1231-1992-parana-declaracao-da-area-de-protecao-ambiental-para-assegurar-a-protecao-do-limite-natural-entre-os-planaltos-paranaense-e-locais-de-beleza-cenica-e-de-vestigios-arqueologicos-e-pre-historicos> Acesso em: Acesso em 31 jul. 2019.

_____. Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Análise Ambiental, UFJF, Juiz de Fora, 2010.

RIPSA. Indicadores de Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2ª ED. Brasília: RIPSA, 2008.

SEFA-PR. Secretaria da Fazenda do Paraná. 2018. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/>. =

SEAB-PR; DERAL. Preços Médios de Terras Agrícolas. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao_17.pdf>. Acesso em 03 jun. 2019.

SEMA-PR. Bacias Hidrográficas do Paraná. Curitiba: SEMA-PR, 2010.

STN. Finanças do Brasil. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. 2018. Disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em 05 mar. 2019.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre saneamento, 2020. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: jan. 2020.

SIDRA. Acervo. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em jan. 2020.

MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES
CNPJ: 76.205.657/0001-57
Av. Joaquim Bonetti, nº 579, Centro, Enéas Marques-PR
CEP 85.630-000
Tel.: 46 3544 2100
eneasmarques.atende.net

COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL
Titular: Edilson Bisolo – Engenheiro Civil - CREA
Suplente: Luiz Carlos Morcelli

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Representantes do Poder Legislativo
Titular: Sidmar Onofre
Suplente: Marcelo Adriano Antunes

Representantes dos Professores
Titular: Rosângela Baio Bellé
Suplente: Sérgio Mariano Backi

Representantes da Sociedade Civil Local
Titular: Eder Bellé
Suplente: Bruno Luiz Grotto

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Bruno Pereira
Suplente: Alana Cristina da Silva

Representantes da ACIEM – Associação Comercial e Industrial de Enéas Marques
Titular: Amarildo Paolazzi
Suplente: Vilson Paulino Balsanello

Representantes da APAE
Titular: Adilce Koerich
Suplente: Marcos Antonio Lopes

Representantes do CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento
Titular: Soly Guerra
Suplente: Pedro Celso Bernardi

Representantes da Segurança Pública
Titular: Cleverson Betiatto
Suplente: Ari da Rosa

Representantes do Conselho da Matriz São José
Titular: Luci Honório Borges Menin
Suplente: Valdir da Silva

Representantes do CMS – Conselho Municipal de Saúde
Titular: Elaine Regina Catanio
Suplente: Alaercio Dalbello

Representantes do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular: Marinês Pelentier
Suplente: Leandro Legramanti

Representantes da APL – Associação dos Produtores de Leite
Titular: Wilson Guerra
Suplente: Eliziário Pedroso

Representantes da AMS – Associação Municipal dos Suinocultores
Titular: Domingos Stolffo
Suplente: Hermes Guadahin

Edson Lupatini
Prefeito Municipal

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972
Avenida Higienópolis, 32, 4° andar, Centro, Londrina-PR.
Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86 020-080
drz.com.br • drz@drz.com.br

EQUIPE TÉCNICA
Agostinho de Rezende – Diretor Geral – CRA-PR 6459
José Roberto Hoffmann – Engenheiro Civil – CREA-PR 6125/D
Henrique Ferrarini Ferreira – Arquiteto e Urbanista CAU 132542-6
Carlos Rogério Pereira Martins – Administrador
Demétrius Coelho Souza – Advogado
Paulo Roberto Santana Borges - Economista
Claudia Leocádio Dias – Assistente Social
Carla Maria do Prado Machado – Facilitadora.